



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

**A NÃO-ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE
NA *CRÔNICA GERAL DE ESPANHA DE 1344***

MARIA CLAUDETE LIMA

Fortaleza
2009

MARIA CLAUDETE LIMA

**A NÃO-ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE
NA *CRÔNICA GERAL DE ESPANHA DE 1344***

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Orientador: Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira

Fortaleza

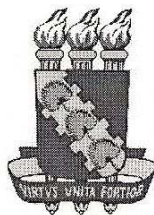
2009

Ficha Catalográfica elaborada por:
Laninelvia Mesquita de Deus Peixoto – Bibliotecária – CRB-3/794
Biblioteca de Ciências Humanas - UFC
lanededeus@ufc.br

L697n Lima, Maria Claudete
 A não-atribuição de causalidade na Crônica Geral de Espanha de 1344
 [manuscrito] / por Maria Claudete Lima. – 2009.
 471 f.:il. ; 30 cm.
 Cópia de computador (printout(s)).
 Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de
Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza (CE),
27/02/2009.
 Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Márcia Teixeira Nogueira.
 Inclui bibliografia.

1 – LÍNGUA PORTUGUESA –TRANSITIVIDADE. 2 – LÍNGUA PORTUGUESA – VOZ
VERBAL. I – Nogueira, Márcia Teixeira, orientador. II – Universidade Federal do Ceará.
Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em LINGÜÍSTICA. III – Título.

CDD (22.ed.) 469.56

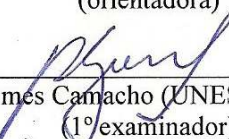


Universidade Federal do Ceará
Centro de Humanidades
Departamento de Letras Vernáculas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

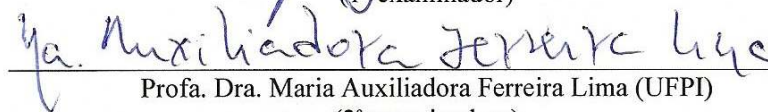
Tese de Doutorado intitulada *A não-atribuição de causalidade na Crônica Geral de Espanha de 1344*, de autoria de Maria Claudete Lima, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:




Prof. Dra. Márcia Teixeira Nogueira (UFC)
(orientadora)




Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho (UNESP - São José do Rio Preto)
(1º examinador)



Prof. Dra. Maria Auxiliadora Ferreira Lima (UFPI)
(2ª examinadora)



Prof. Dra. Ana Cristina Pelosi Silva de Macedo (UFC)
(3ª examinadora)



Prof. Dra. Emília Maria Peixoto Farias (UFC)
(4ª examinadora)

Fortaleza, 27 de fevereiro de 2009.

A *Rodrigo, Joan, Cassius, Saulus e Isa*, causas finais desta tese, pelos passeios adiados, pelos momentos subtraídos;

À minha mãe, *Maria Alves Loiola Lima*, pela força impulsionadora e compreensão da ausência nos almoços de domingo;

A meu pai, *Abdias Lima*, quer seja nalgum lugar, quer já não seja, pelas lições diretas e indiretas aprendidas, para quem, afinal, sempre fez tudo na busca de uma nesga de afeto;

A *Paulo Mosânio*, causa primeira, pela paixão compartilhada pelo tema desta tese, a qual a torna tão minha quanto dele.

AGRADECIMENTOS

Durante todos esses anos de pesquisa, tive auxílio de muitos Agentes e foram tantos que corro o risco de omitir algum, o que não desejo, mas a percepção, a memória e o espaço podem me impor. Ressalto que a ordenação não é icônica ao valor nem à estima.

Sou profundamente grata a todos que, como provocadores diretos ou indiretos, contribuíram para que eu conseguisse concluir esta tese, sem os quais esse resultado teria sido, se não impossível, muito mais difícil e oneroso.

À **Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa** pela bolsa parcial concedida durante 10 meses, em 2007;

Ao **Colegiado do Departamento de Letras Vernáculas-UFC**, pelo afastamento parcial das minhas atividades docentes, e, em especial, pelo afastamento total para gozo da *Licença para Qualificação* (antiga *licença-prêmio*), durante três meses, no semestre 2008.2, graças ao qual essa tese foi possível;

À **Profa. Dra. Sandra Maia Farias de Vasconcelos**, Chefe do Departamento de Letras Vernáculas-UFC, pelo entendimento da dedicação (*quase*) exclusiva necessária à confecção de uma tese e pelo empenho em garanti-la;

À **Profa. Dra. Maria do Socorro Silva de Aragão** (UFC), pelo incentivo de sempre, pela disposição em me aceitar como orientanda logo que fiquei sem orientador, pela generosidade e empenho em me ceder *corpora* e artigos e, especialmente, pelo abraço e sorriso sempre prontos e raros no meio acadêmico;

À **Profa. Dra. Ana Cristina Pelosi Silva de Macedo** (UFC), pelas sugestões na Banca de Qualificação e no Seminário de Pesquisa, que muito contribuíram para a melhoria do texto final, e pelo desprendimento com que me permitiu acesso à valiosa bibliografia na área de Linguística Cognitiva, doutro modo impossível;

Ao **Prof. Dr. João Bosco Figueiredo Gomes** (UERN), meu colega de Curso de Doutorado, pela amizade, pelas sugestões bibliográficas e pelos livros importados gentilmente emprestados;

À **Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira** (UFC), pelo ultraprofissionalismo com que foi imparcial no julgar e com que me aceitou como orientanda, num momento em que meu destino era desistir do Curso de Doutorado, tendo já cumprido todos os créditos; pela bibliografia indicada e cedida durante todo o período; pela competente orientação pautada pelo diálogo e pela confiança;

Ao **Prof. Ms. Maurício Moreira Cardoso** (UECE), meu amigo, pelo auxílio e empenho na revisão do *abstract*;

Ao **Prof. Dr. Paulo Mosânio Teixeira Duarte** (UFC), pelas longas discussões sobre o tema da medialidade, que remontam aos idos anos 90; pelos livros raros, generosamente emprestados por meses a fio; pelo apoio afetivo em todos os momentos, em especial, na morte de meu pai e na doença de meu filho, ocorridos durante o período de Doutorado; enfim, por tudo, pelo dito e pelo não-dito; por ser, para além, de grande intelectual, um coração complacente;

Ao meu sobrinho, filho do coração, **Prof. Walter Braga**, mestrando em História, pela indicação bibliográfica na área de história e cultura medieval e pelos esclarecimentos do contexto sócio-histórico medieval que foram cruciais para a interpretação do texto da *Crônica*;

Ao meu irmão, **César Roberto**, pelas vezes em que serviu de motorista aos meninos;

À minha irmã, **Angélica Monte**, pelos finais de semana com Isa, enquanto eu me dedicava à tese;

À minha (futura) nora, **Emanuela Gondim**, graduanda em Letras, pelo auxílio a Rodrigo nas tarefas domésticas e no trato com os meninos; pelo apoio na digitação das referências bibliográficas, e pela vibração inspiradora ao término de cada capítulo;

Ao meu filho **Marcus Rodrigo**, pelo fundamental apoio nas tarefas diárias e administrativas da casa: o almoço aos domingos, as idas às compras, o pagamento das contas, sem o qual muito tempo dedicado à tese seria perdido, e pelo carinho e atenção com que me trazia chocolates e castanhas do Pará, nas longas horas em que eu passava escrevendo;

Aos meus filhos **Joan Petrus**, **Saulus Vergílio** e **Cassius Iordano**, pela rara compreensão de minhas horas reclusa no quarto, sem poder dedicar-lhes a devida atenção;

À minha filha **Isa Crisna**, lingüista em gérmen, por esperar pacientemente o fim da tese e torcer vibrantemente para isso, enquanto me desenhava estudando e me presenteava com seus desenhos e ternos carinhos;

À **Marileuda de Oliveira**, a *Fofa*, por assumir as tarefas domésticas e o cuidado das crianças com diligência; pela compreensão na fragmentação das férias e adiamento do casamento; e, pelo carinho com que me trazia o lanche das nove horas e me preparava o jantar;

Enfim, a **Deus**, energia que tudo move e em tudo está, por ter-me dado as condições necessárias à confecção desta tese.

A cognição não é a representação de um mundo pré-dado, independente, mas, em vez disso, é a criação do mundo. O que é criado por um determinado organismo no processo de viver não é *o* mundo mas sim *um* mundo, um mundo que é sempre dependente da estrutura do organismo. Uma vez que os organismos no âmbito de uma espécie têm mais ou menos a mesma estrutura, eles criam mundos semelhantes. Além disso, nós, seres humanos, partilhamos um mundo abstrato de linguagem e de pensamento por meio do qual criamos juntos o nosso mundo (CAPRA, 2006:213).

RESUMO

Este trabalho visa caracterizar formal, semântica e pragmaticamente as construções passivas, médias e impessoais, com o fim de elucidar a natureza da relação entre estas construções, no português arcaico, relação essa observada em trabalhos, como os de Camacho (2002, 2003, 2006), para o português atual. Parte do princípio de que o traço comum a essas construções é a *não-atribuição de causalidade*, e de que estas construções refletem diferentes conceitualizações de um evento. Com base nesses princípios, analisa, numa abordagem cognitivo-funcional (GIVÓN, 1993, 1995, 2002, 2005; KEMMER, 1993; CAMACHO, 2002, 2003; HOPPER & THOMPSON, 1980; POTTIER, 1992; CROFT, 1994, 1998; LANGACKER, 1987, 1991; DELANCEY, 1987; TALMY, 1988, 2000; LAKOFF, 1977), a codificação da função *não-atribuição de causalidade* na *Crônica Geral da Espanha de 1344*, prosa histórica representante do português arcaico, editada por Cintra (1951). Nessa análise, busca respostas para os seguintes problemas: (a) dos recursos verbais disponíveis, no corpus analisado, para a expressão da não-atribuição de causalidade, qual a mais e a menos prototípica? (b) que traços semântico-pragmáticos e formais caracterizam as diferentes estratégias? A hipótese central considera que as construções analisadas codificam a não-atribuição da causalidade em variados graus, conforme fatores ligados à noção de causalidade e à transitividade, como a perspectivação e a saliência. Foram coletadas 1061 ocorrências e analisadas quanto a fatores pragmáticos, como a *topicalidade* e o *estatuto informacional*; fatores semânticos, como *saliência cognitiva do Afetado e do Causativo*, *traço [animado]*, *tipo de afetação*; e fatores formais, como a *ordem* e a *expressão*. Além disso, todas foram graduadas quanto ao grau de transitividade e de relevo discursivo. Os resultados apontaram que a média é a mais prototípica das construções de não-atribuição de causalidade, por ser a que apresenta causativo menos saliente e menor grau de transitividade. A passiva, mais freqüente no corpus e, muitas vezes, com Causativo omitido, caracterizou-se como menos prototípica por seu Causativo ser freqüentemente evocado e apresentar maior grau de transitividade. Do mesmo modo, a impessoal, cujo causativo é freqüentemente inferível, manifestou-se como mais causativa e mais transitiva que a média, todavia menos que a passiva. A análise demonstrou, enfim, que o fenômeno da não-atribuição de causalidade não é um fenômeno isolado, limitado à manifestação ou não de um Agente. Submete-se a graus e acha-se ligado, especialmente, ao contorno têmico-aspectual do evento. Devido à noção experiencial de causalidade, ligada à idéia de movimento, eventos perfectivos são mais causais que eventos imperfectivos.

Palavras-chave: Causalidade. Transitividade. Voz Média. Voz Passiva. Voz Impessoal.

ABSTRACT

This work's aim is to characterize formally, semantically and pragmatically the passive, middle and impersonal constructions, in order to elucidate the nature of the relation between these constructions in a archaic Portuguese, a relation observed in research, such as those of Camacho (2002, 2003, 2006), in modern Portuguese. The present research, thus, claims that the common feature of these constructions is the non-attribution of causality, and that they represent different event conceptualizations. Based on principles, founded on a cognitive-functional approach (GIVÓN, 1993, 1995, 2002, 2005; KEMMER, 1993; CAMACHO, 2002, 2003, 2006; HOPPER & THOMPSON, 1980; POTTIER, 1992; CROFT, 1994, 1998; LANGACKER, 1987, 1991; DELANCEY, 1987; TALMY, 1988, 2000; LAKOFF, 1977), the codification of the non-attribution of causality is analyzed in *Crónica Geral de Espanha de 1344*, a representative historical text in archaic Portuguese representative, edited by Cintra (1951). In this analysis, answers are sought for the following questions: (a) in the analyzed corpus, which is the most and the least prototypical verbal recourses available for the expression of the non-attribution, of causality? (b) which semantic, pragmatical and formal features characterize the different strategies used for expressing the non-attribution of causality? The central hypothesis considers that the analyzed constructions codify the non-attribution of causality at various degrees, according to aspects related to the causality notion, such as perspectivization and salience. A large number of occurrences (1061, in total) were collected and analyzed from the perspective of pragmatical aspects such as *topicality and informational status*; semantic aspects, such as *cognitive salience of Affected and of Causative, animacy, affectation type*; and formal aspects, such as *order and expression*. Moreover, all of such occurrences were graduated regarding transitivity degree and Grounding. The results indicate that the middle construction is the most prototypical of the non-attribution of causality constructions, because it presents less salient causative and is posited in the least degree of transitivity. The passive, most frequent in the corpus and, often, with omitted causative, was characterized as the least prototypical construction because its causative is commonly evoked and it presents a higher degree of transitivity. Impersonal construction, whose causative is frequently inferable, was characterized as more causative and more transitive than the middle construction, however, less than the passive. Therefore, the analyses demonstrated that the non-attribution of causality is not an isolated phenomenon, limited to the manifestation of an Agent. It is subject to degrees of esclarization which are attached to temporal and aspectual event contours. Because of the experiential notion of causality, linked to the idea of movement, perfective events are more causal than imperfective ones.

Key words: Causality. Transitivity. Middle Voice. Passive Voice. Impersonal Voice.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I – PRINCÍPIOS TEÓRICOS	27
1.1. A gramática cognitivo –funcional.....	29
1.1.1.A gramática é simbólica	31
1.1.2.A gramática é emergente	33
1.1.3.A gramática é motivada	34
1.2. Escalaridade e prototipia	37
1.3. Um modelo de interação verbal	44
CAPÍTULO II – DA NÃO-ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE	51
2.1. A noção de causalidade: os precedentes filosóficos	51
2.2. A noção de causalidade: o enfoque cognitivo	53
2.3. A causalidade e o construto absoluto	60
2.4. Os graus de causalidade	65
2.5. Os papéis ligados à causalidade.....	75
2.5.1. Ação: o fazer	77
2.5.1.1. controle e intenção	78
2.5.2. A afetação: o acontecer.....	85
2.6. Súmula.....	96
CAPÍTULO III – ESTRUTURAS DE EVENTOS	101
3.1. Estados e eventos	101
3.2. Experiência	103
3.3. As áreas de evento.....	106
3.4. O contorno têmico-aspectual da situação de mudança	112
3.4.1. Voz e aspecto	119
3.5. Transitividade e a situação de mudança	127
3.6. O relevo discursivo e a situação de mudança	135
CAPÍTULO IV – ESTRUTURA DA INFORMAÇÃO E A NÃO-ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE	140
4.1. Topicalidade	142
4.2. Estatuto informacional	150
4.2.1.Tema e rema	152
4.2.2. A familiaridade presumida.....	156
4.3. Fluxo da informação e acessibilidade referencial.....	163
4.3.1. Universo do Discurso	164
4.3.2. Referencialidade e não-referencialidade.....	166
4.3.3. Acessibilidade/identificabilidade do referente.....	169
4.3.4. A definitude.....	172

4.4. A codificação do sujeito e o fluxo da informação	178
4.4.1. A ordenação dos constituintes	188
4.5. Modalidade e informação	191
CAPÍTULO V – METODOLOGIA	202
5.1. Da seleção do corpus	202
5.2. Da delimitação do corpus	203
5.3. Caracterização do corpus.....	205
5.3.1. Origem e autoria.....	205
5.3.2. Gênero e estilo.....	207
5.3.3. Contexto sócio-histórico-cultural.....	209
5.3.4. Divisão da <i>Crônica</i>	210
5.4. Do método de procedimentos e dos instrumentos	211
5.5. Do tratamento dos dados e procedimentos	212
5.5.1. Variáveis referentes ao Afetado	213
5.5.2. Variáveis referentes ao Causativo	220
5.5.3. Variáveis referentes ao predicado	224
5.5.4. Variáveis referentes à construção.....	226
CAPÍTULO VI – A CODIFICAÇÃO DA NÃO-ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE NA CGE	231
6.1. A codificação verbal da não-atribuição de causalidade	233
6.1.1. Grau de transitividade.....	237
6.1.2. Exame geral dos dados	239
6.1.2.1. O predicado	239
6.1.2.1.1. Verbos <i>dicendi</i> e grau de evidencialidade	241
6.1.2.2. O Causativo	245
6.1.2.3. O Afetado	250
6.2. A expressão nominal e pronominal da não-atribuição de causalidade	251
6.2.1. Nominalizações	251
6.2.2. Pronomes indefinidos	254
6.3. Dificuldades de análise.....	259
6.3.1. A polissemia do verbo <i>ser</i>	259
6.3.2. Verbos plenos ou auxiliares?	263
6.3.3. Passivas ou adjetivais?.....	266
CAPÍTULO VII – AS CONSTRUÇÕES IMPESSOAIS NA CGE.....	269
7.1. A impessoal não-clítica	272
7.1.1. O Afetado da impessoal não-clítica.....	276
7.1.1.1. Análise formal do Afetado da impessoal não-clítica	276
7.1.1.2. Análise pragmática do Afetado da impessoal não-clítica	278
7.1.1.3. Análise semântica do Afetado da impessoal não-clítica.....	283
7.1.2. Súmula dos resultados da impessoal não-clítica	287

7.2. A impessoal clítica.....	287
7.2.1. O Afetado da impessoal clítica	292
7.2.1.1. Análise formal do Afetado da impessoal clítica.....	293
7.2.1.2. Análise pragmática do Afetado da impessoal clítica	295
7.2.1.3. Análise semântica do Afetado da impessoal clítica.....	298
7.2.2. O Causativo da impessoal clítica	300
7.2.3. Súmula dos resultados da impessoal clítica.....	304
7.3. Os graus de causalidade das impessoais.....	304
7.4. Súmula	312
CAPÍTULO VIII – A CONSTRUÇÃO PASSIVA NA CGE.....	315
8.1. As controvérsias sobre a passiva.....	315
8.2. A construção passiva na literatura	327
8.3. Exame dos dados.....	329
8.3.1. O Afetado da passiva.....	330
8.3.1.1. Análise formal do Afetado da passiva	331
8.3.1.2. Análise semântica do Afetado da passiva	338
8.3.1.3. Análise pragmática do Afetado da passiva	345
8.3.2. O causativo da passiva.....	346
8.3.2.1. A expressão do causativo	346
8.3.2.2. A identificabilidade do Causativo omitido.....	351
8.3.2.3. A empatia do causativo	354
8.3.2.4. Tipos de causas	356
8.3.3. Graus de causalidade	358
8.4. Súmula dos resultados.....	362
CAPÍTULO IX – AS CONSTRUÇÕES MÉDIAS NA CGE.....	365
9.1. O estatuto da construção média	365
9.2. Manifestação formal da média em português.....	369
9.2.1. A média clítica	371
9.2.2. A média não-clítica.....	374
9.2.3. A média perifrástica	376
9.3. A relação impessoal, passiva e média: reflexões.....	381
9.4. Exame dos dados	383
9.4.1. A média clítica	385
9.4.1.1. O Afetado da média clítica.....	394
9.4.1.1.1. Análise formal do Afetado da média clítica	394
9.4.1.1.2. Análise semântica do Afetado da média clítica	396
9.4.1.1.3. Análise pragmática do Afetado da média clítica.....	401
9.4.1.2. O Causativo da média clítica.....	403
9.4.2. A média não-clítica.....	408
9.4.2.1. O Afetado da média não-clítica.....	410
9.4.2.1.1. Análise formal do Afetado da média não-clítica.....	410

9.4.2.1.2. Análise semântica do Afetado da média não-clítica.....	411
9.4.2.1.3. Análise pragmática do Afetado da média não-clítica.....	414
9.4.2.2.O Causativo da média não-clítica	416
9.4.3. A média perifrástica	421
9.4.3.1.O Afetado da média perifrástica	425
9.4.3.1.1. Análise formal do Afetado da média perifrástica.....	425
9.4.3.1.2. Análise semântica do Afetado da média perifrástica	425
9.4.3.1.3. Análise pragmática do Afetado da média perifrástica....	427
9.4.3.2.O Causativo da média perifrástica.....	428
9.5. Graus de causalidade das construções médias.....	431
9.6. Súmula dos resultados	436
CAPÍTULO X – A CODIFICAÇÃO DA NÃO-ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE NA CGE: SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS	437
10.1. O contorno têmporo-aspectual.....	438
10.2. O fluxo da informação.....	438
10.3. A saliência do Afetado	440
10.4. O tipo de afetação.....	441
10.5. O Causativo	442
10.6. O relevo discursivo	447
10.7. O <i>continuum</i> da causalidade	452
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	457
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	461

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 – Estrutura interna de uma categoria (GIVÓN, 1984 – p.14)	43
Figura 1.2 – Escala de causalidade	43
Figura 1.3 – O percurso onomasiológico.....	45
Figura 1.4 – Percurso semasiológico.....	45
Figura 2.1 – Cadeia de ação (LANGACKER, 1987).....	54
Figura 2.2 – Evento causativo canônico (LANGACKER, 1991)	55
Figura 2.3 – Os graus da causalidade	71
Figura 2.4 – Os subventos do evento causativo (FRANCHI & CANÇADO, 2003)	79
Figura 2.5 – Conexões entre os papéis arquetípos (LANGACKER, 1991).....	91
Figura 2.6 – O evento espontâneo	97
Figura 2.7 – A voz média, segundo García –Miguel (2001)	97
Figura 2.8 – As construções de não-atribuição de causalidade	99
Figura 3.1 – Espaço semiótico, segundo Halliday (2004)	105
Figura 3.2 – O rosáceo de possibilidades, segundo Pottier (1992).....	109
Figura 3.3 – A gradualidade na área das propriedades (POTTIER, 1992)	110
Figura 3.4 – A passagem de agente a paciente (POTTIER, 1992).....	110
Figura 3.5 – Estrutura interna de um evento, segundo CROFT (1994)	125
Figura 4.1 – Estatuto informacional, segundo Prince (1981)	157
Figura 4.2 – Principais operações mentais na coerência referencial, segundo Givón (2005).....	178
Figura 4.3 – A saliência de diferentes categorias linguísticas (cf. WALLACE, 1982, p. 205)	186
Figura 5.1 – Árvore genealógica da Crônica Geral de Espanha (CINTRA, 1951).....	205
Figura 6.1 – A representação de eventos	234
Figura 6.2 – Escala de de-transitivização (LIMA, 1999).....	237
Figura 7.1 – Gráficos da distância referencial e persistência anafórica da INC	282
Figura 7.2 – Gráficos das medidas de topicalidade da impessoal clítica	297
Figura 7.3 – Transitividade binária nas impessoais	308
Figura 8.1 – Construção ativa e passiva	359
Figura 9.1 – Graus de permansividade	378
Figura 9.2 – Diagrama ilustrativo da mudança de estado.....	378
Figura 9.3 – Representação de evento mental na média (KEMMER, 1993).....	389
Figura 9.4 – Representação de eventos reflexivo e recíproco (KEMMER, 1993)	390
Figura 10.1 – A distribuição das construções conforme a afetação.....	442

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 – Princípios de iconicidade, segundo Givón (1991a, 1995)	35
Quadro 3.1 – A combinação de áreas e estatutos: as quinze configurações	109
Quadro 3.2 – O parâmetro atualização, segundo proposta de Barros (1981)	119
Quadro 3.3 – Parâmetros de transitividade conforme Hopper e Thompson (1980)	128
Quadro 3.4 – A distinção perfectivo/imperfectivo, segundo Hopper (1979).....	137
Quadro 4.1 – Estatuto de uma entidade discursiva, conforme o ouvinte e o discurso, segundo Prince (1992).....	159
Quadro 4.2 – Exemplos de âncoras de nomes próprios (GIVÓN, 2001).....	172
Quadro 4.3 – Acessibilidade relacional (GIVÓN, 2001).....	172
Quadro 4.4 – Modalidades proposicionais e referencialidade (GIVÓN (2005)	192
Quadro 4.5 – Distribuição de modalidade em tempo e aspecto (GIVÓN (2001)	195
Quadro 6.1 – Construções adjetivais	267
Quadro 9.1 – A relação passiva, reflexiva e média, do latim ao português	382
Quadro 10.1 – Grau de causalidade das construções.....	454

LISTA DE TABELAS

Tabela 4.1 – Manifestação do sujeito, segundo dados de Pezatti (1996).....	187
Tabela 6.1 – Tipo semântico de predicado	240
Tabela 7.1 – A posição do SN nas construções impessoais não –clíticas.....	277
Tabela 7.2 – Relação entre posição do SN e estatuto informacional nas INC.....	279
Tabela 7.3 – Frequências das medidas de topicalidade nas INC	280
Tabela 7.4 – Traço [+ animado] nas impessoais não –clíticas.....	283
Tabela 7.5 – A posição do SN nas construções impessoais clíticas	293
Tabela 7.6 – Frequência das medidas de topicalidade conforme a posição do SN.....	296
Tabela 7.7 – Grau do traço [animado] nas impessoais clíticas	298
Tabela 7.8 – Grau de transitividade das construções impessoais	306
Tabela 7.9 – Relevo discursivo das impessoais, desconsiderando o capítulo.....	309
Tabela 7.10 – Cruzamento das variáveis figuratividade e transitividade	310
Tabela 7.11 – Cruzamento das variáveis transitividade e relevo da oração impessoal.....	311
Tabela 8.1 – Expressão do SN sujeito da passiva.....	331
Tabela 8.2 – Posição do Afetado na passiva.....	335
Tabela 8.3 – Traço [+animado] do Afetado da passiva	338
Tabela 8.4 – Tipo de afetação do SN sujeito da passiva.....	340
Tabela 8.5 – Cruzamento das variáveis fonte de energia e afetação.....	342
Tabela 8.6 – Grau de proeminência morfológica do Afetado da passiva	344
Tabela 8.7 – Distância anafórica do SN sujeito da passiva	345
Tabela 8.8 – Cruzamento das variáveis distância anafórica e persistência catafórica	346
Tabela 8.9 – Empatia do Causativo da passiva.....	356
Tabela 8.10 – Tipos de causas.....	356
Tabela 8.11 – Grau de transitividade da construção passiva	359
Tabela 8.12 – Grau de transitividade conforme o tipo de passiva	360
Tabela 8.13 – Grau de figuratividade	361
Tabela 9.1 – Relação entre posição do Afetado e estatuto informacional	395
Tabela 9.2 – Relação entre posição do Afetado e o traço [+animado]	395
Tabela 9.3 – Traço [+animado] do Afetado da média clítica	396
Tabela 9.4 – Grau de saliência do Afetado da média clítica.....	399
Tabela 9.5 – Distância referencial do SN da média clítica	401
Tabela 9.6 – Persistência do tópico do SN da média clítica	402
Tabela 9.7 – Traço [+animado] do causativo da média clítica	404
Tabela 9.8 – A expressão do SN sujeito da média não clítica	410
Tabela 9.9 – Posição do SN da média não-clítica.....	411
Tabela 9.10 – Traço [+animado] da média não-clítica	412
Tabela 9.11 – Grau de proeminência morfológica do Afetado da média não-clítica.....	413
Tabela 9.12 – Frequência da distância referencial da média não-clítica	415
Tabela 9.13 – Frequência da persistência do tópico da média não-clítica	415
Tabela 9.14 – Índice de estatuto informacional da média não-clítica.....	416
Tabela 9.15 – Tipos de causas da média não-clítica.....	417
Tabela 9.16 – Grau de figuratividade total da média não-clítica.....	420
Tabela 9.17 – Frequência das combinações encontradas na média perifrástica	421
Tabela 9.18 – Atualização da média perifrástica.....	424
Tabela 9.19 – Expressão do SN sujeito da média perifrástica.....	425
Tabela 9.20 – Cruzamento das variáveis posição do SN e estatuto informacional	

da média perifrástica	426
Tabela 9.21 – Traço [+animado] do sujeito da média perifrástica	426
Tabela 9.22 – Relação entre afetação e representação do Causativo	427
Tabela 9.23 – Distância referencial do SN da média perifrástica	427
Tabela 9.24 – Persistência catafórica do SN da média perifrástica	428
Tabela 9.25 – Tipos de causas na média perifrástica	429
Tabela 9.26 – Grau de transitividade da média perifrástica	430
Tabela 9.27 – Grau de transitividade das construções médias	432
Tabela 9.28 – Grau de causalidade das construções médias	434
Tabela 10.1 – Frequência do tipo de afetação nas construções de não-atribuição de causalidade	441
Tabela 10.2 – Traço [+animado] do Causativo	445
Tabela 10.3 – Grau de transitividade geral	453
Tabela 10.4 – Grau de saliência do Causativo	454

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 6.1 – Frequência das construções de não –atribuição de causalidade na CGE.....	236
Gráfico 6.2 – Grau de transitividade das construções verbais.....	239
Gráfico 7.1 – Saliência cognitiva do Afetado da INC.....	284
Gráfico 7.2 – Proeminência morfológica do SN da-clíticas.....	286
Gráfico 7.4 – Frequência da atualização nas impessoais.....	290
Gráfico 7.5 – Frequência da forma verbal nas impessoais.....	291
Gráfico 7.6 – Frequência do estatuto informacional conforme a posição do SN.....	296
Gráfico 7.7 – Saliência cognitiva do SN da impessoal clítica.....	299
Gráfico 7.8 – Tipo de afetação nas construções impessoais.....	300
Gráfico 7.9 – Grau de figuratividade das impessoais.....	309
Gráfico 8.1 – Cruzamento das variáveis tipo de oração e construção.....	332
Gráfico 8.2 – Cruzamento das variáveis menção do causativo e afetação do SN da passiva.....	341
Gráfico 8.3 – Saliência cognitiva do SN da passiva.....	343
Gráfico 8.4 – Grau de saliência cognitiva do Afetado da passiva.....	344
Gráfico 8.5 – Grau de saliência do Causativo da passiva.....	358
Gráfico 8.6 – Grau de transitividade da passiva.....	360
Gráfico 8.7 – Cruzamento das variáveis transitividade e relevo discursivo.....	362
Gráfico 9.1 – O aspecto dos eventos mentais nas médias.....	391
Gráfico 9.2 – Frequência da atualização na média clítica.....	395
Gráfico 9.3 – Frequência do traço [+animado] conforme o tipo de processo.....	397
Gráfico 9.4 – Grau de proeminência morfológica do SN da média clítica.....	399
Gráfico 9.5 – Tipo de afetação na média clítica.....	400
Gráfico 9.6 – Tipo de afetação, conforme o processo na média clítica.....	400
Gráfico 9.7 – Cruzamento das medidas de topicalidade.....	402
Gráfico 9.8 – Saliência do Causativo da média clítica.....	406
Gráfico 9.9 – Grau de transitividade da média clítica.....	407
Gráfico 9.10 – Saliência cognitiva do Afetado da média não-clítica.....	413
Gráfico 9.11 – Tipo de afetação da média não-clítica.....	414
Gráfico 9.12 – Traço [+animado].....	417
Gráfico 9.13 – Grau de saliência do Causativo da média não-clítica.....	418
Gráfico 9.14 – Grau de transitividade da média não-clítica.....	418
Gráfico 9.15 – Relevo discursivo da oração média não-clítica.....	420
Gráfico 9.16 – Grau de saliência do Causativo da média perifrástica.....	430
Gráfico 9.17 – Grau de figuratividade da média perifrástica.....	431
Gráfico 9.18 – Grau de transitividade das construções médias.....	432
Gráfico 9.19 – Grau de saliência do Causativo.....	433
Gráfico 9.20 – Grau de figuratividade das construções médias.....	435
Gráfico 9.21 – Relevo discursivo da oração média.....	435
Gráfico 10.1 – Estatuto informacional das construções.....	439
Gráfico 10.2 – Identificabilidade do causativo das construções.....	443
Gráfico 10.3 – Tipo de causas nas construções.....	444
Gráfico 10.4 – Grau de saliência do causativo.....	447
Gráfico 10.5 – Relevo discursivo da oração.....	449
Gráfico 10.6 – Grau de figuratividade.....	450
Gráfico 10.7 – Frequência de causativo não-identificável.....	455

INTRODUÇÃO

Em trabalho anterior (LIMA, 1999), estudamos a categoria de voz em português, focalizando, especialmente, a voz média. Lidamos, basicamente, com três aspectos: (1) a conceituação de voz, em que discutimos os critérios que devem ser considerados na classificação da voz de uma oração; (2) uma tipologia, que comportasse a voz média, normalmente excluída das classificações tradicionais; e (3) a voz média, em que apresentamos sua caracterização estrutural, semântica e discursiva, e discutimos alguns resultados estatísticos.

Na busca de uma proposta adequada, percorremos as gramáticas tradicionais da língua portuguesa e analisamos criticamente a contribuição da lingüística moderna, especialmente, os trabalhos aplicados ao português. Ao final, apresentamos uma proposta eclética, concebendo a voz como um fenômeno complexo trifacetado: estrutural, semântico e discursivo, o qual reflete a relação do processo verbal com os seus argumentos tal como o falante o representa. Para isso, baseamo-nos em alguns autores, com ligeiras adaptações, entre os estruturalistas, Camara Jr. (1977) e Macambira (1986), e, entre os funcionalistas, Givón (1993), com quem partilhamos boa parte das decisões sobre a voz média, adaptando a proposta do autor ao português.

Tendo adotado a visão escalar da transitividade, como faz Givón (por sua vez já apoiado em Hopper e Thompson, 1980), consideramos que a voz média prototípica apresentava-se como o grau mais baixo de transitividade. Nela, o sujeito paciente era topicalizado e codificava uma informação evocada, e o evento era apresentado como se dando espontaneamente, sem agente responsável. Caracterizava-se estruturalmente por três traços: (1) a facultatividade de um *se*; (2) a anteposição do paciente; (3) a relação gramatical com uma oração causativa; (4) a forma verbal simples. Semanticamente, caracterizava-se por ter como núcleo um verbo de processo e um sujeito paciente. Funcionalmente, relacionava-se à demissão do agente e à topicalização do paciente e do evento.

A conjugação desses critérios permitiu-nos estabelecer distinção entre as orações médias e outras orações semelhantes, como a impessoal¹, que se confundia com

¹ A construção impessoal, neste trabalho, engloba a chamada *passiva sintética* nos estudos tradicionais, do tipo *vendem-se casas*. Ao longo desse trabalho, explicitaremos melhor esta noção, bem como a noção mais ampla de *construção*.

a média, quando o sujeito desta se encontrava posposto ao verbo, fato raro no *corpus*. Nesse caso, só a interpretação [+ agentiva] ou [- agentiva] era capaz de distingui-las.

Nesse estudo, recusamos classificar as construções com *ficar* como médias, o que destoa do que normalmente se diz sobre estas, mas, de qualquer modo, foi a decisão mais congruente com um dos critérios que então adotamos, nomeadamente, *a relação com uma causativa com mesmo item lexical*, por conta do que não aceitamos como mediais construções com verbos como *cair* e *morrer*, relacionados apenas semanticamente a *derrubar* e *matar*.

No entanto, leituras e reflexões posteriores nos levam a questionar a relação medial/causativa, descrita por Dik (1989) como uma redução de valência. A título de exemplo, apresentamos algumas construções médias, colhidas do PORCUFORT² e estudadas por nós, em que o agente não pode aparecer, sob pena de tornar a frase agramatical:

- (01) a partir de amanhã *aumenta* o preço...(D207-14/418)
*a partir de amanhã aumenta o preço *pelo governo/com o governo*.
- (02) os preços *BAIxem* (D228-14/435)
*os preços baixem *com os comerciantes/pelos comerciantes*
- (03) à noite as estações *fecha diminui* ... os nossos pontos de cruzamento (DID42-364/383)
*...as estações fecha *pelo vigia/com o vigia*

Há, por outro lado, construções mediais que parecem não ter vínculo algum com causativas. Trata-se daquelas já reconhecidas por gramáticos tradicionais, como Maciel (1914), em que o falante dá o evento como espontâneo, sem nenhum agente ou causa, como em *o copo quebrou por si só*. Sabemos que, no mundo físico, muitos processos descritos pela voz média têm um agente ou uma causa específica, mas o falante os apresenta de modo a relevar o processo em si, como se o agente ou a causa não existisse. Neste caso, o que teria sido demovido? Casos assim constituem exemplos em que o senso comum codificado pela língua não coincide com o conhecimento científico.

A propósito disto, vale a pena citar Camacho (2002), que, tratando da voz média, admite apenas parte das construções médias como relacionada a construções causativas por uma regra de redução de valência, o que mostra ser o traço de relação

² PORCUFORT – *Português Oral Culto de Fortaleza* constitui-se de corpus organizado, nos moldes do NURC, pelo Prof. José Lemos Monteiro.

entre as construções não generalizável. Outras construções mediais, a maioria segundo Camacho, têm predicados de um só argumento, não derivado de uma construção causativa, em que o sujeito tem alguma qualidade própria para gerar o processo que emana só dele.

Há, ainda, certas construções mediais em que o causativo pode aparecer como sintagma preposicionado, correspondente a um SN de natureza também causativa, em construções causativas, como nesses dados do PORCUFORT:

(04) a Índia também eu *me apaixonei* pela Índia...(DID43-14/498)

(05) eu ME *me chateava* muito com o pessoal da Teologia da (D233-6/152)

Postular a demissão de um agente irrecuperável, num dos tipos de média, e, ao mesmo tempo, postular a demissão de um causativo recuperável, noutra tipo medial, parece-nos teoricamente questionável. Além disso, como defenderemos oportunamente, construções causativas e mediais refletem modos de semiotizar diferentemente um dado estado de coisas. Portanto, recusamos, neste trabalho, o apelo às transformações, mesmo no léxico. Relações como causativa/média e ativa/passiva constituem, para nós, estruturas à disposição do falante, que refletem um construto do evento como provocado ou não por uma entidade causadora.

Além dos aspectos teóricos, também chamou-nos a atenção o fato de que a análise dos dados, baseada no PORCUFORT, revelou uma afinidade estrutural e semântico-discursiva entre as construções média, passiva e impessoal, que merece ser tratada mais detidamente. Esta é tal que, em alguns casos, apenas o contexto discursivo esclarecia com que tipo de voz estávamos lidando para só então determinarmos sua função. Ademais, alguns resultados relativos aos fatores discursivos da voz média encontrados por nós, como a *topicalização* e o *estatuto informacional*, foram semelhantes aos observados por Furtado (1989, 1991) em seu estudo sobre a voz passiva com verbo *ser*.

Mais recentemente, Camacho (2002, 2003) observou relações semântico-pragmáticas entre as vozes passiva, impessoal e média no português atual, que o levaram a propor traços diferenciadores, relativos à topicalização, impessoalização e detransitividade. A média, por exemplo, foi caracterizada pelos dois primeiros traços e a passiva, pelo primeiro e pelo terceiro.

Nossa proposta, no presente trabalho, é estudar as referidas construções numa sincronia remota, partindo da função *não-atribuição de causalidade*, em que talvez esteja a chave para a comprovação empírica das relações observadas por Camacho (2002, 2003). Com efeito, desde o latim vulgar, já há nítidos prenúncios de voz média e assemelhadas, diferentes do sistema diatético do latim clássico (cf. ELIA, 1979 e VÄÄNÄNEN, 1975). Portanto, nada mais razoável que estudar um período antigo da língua para verificar a continuidade do microssistema de vozes, mais afins com o latim vulgar.

Ao propor como traço comum a tais construções a *não-atribuição de causalidade*, queremos dizer que são recursos à disposição do falante para codificar eventos sem a intervenção de um agente/causativo por diversas razões semântico-pragmáticas: por o agente/causativo simplesmente não existir, caso dos eventos espontâneos; por o falante não desejar mencioná-lo, caso do que chamamos *eventos pseudo-espontâneos*; ou por a entidade controladora do evento ser desconhecida ou óbvia demais.

Quanto às construções com *ficar*, descartadas como mediais na dissertação de Mestrado, merecem estudo mais detido. Tendemos a acreditar que, pelos traços que compartilham com as passivas e as médias prototípicas, são construções que estariam a meio caminho entre umas e outras. Givón (1993) também não admite claramente onde inseri-las: ora são predicativas, ora passivas, ora médias. Talvez essa oscilação, que, diga-se de passagem, encontra-se também nas gramáticas tradicionais do português, seja evidência do caráter multicategorial dessas construções. O fato é que o assunto merece ser estudado com mais vagar, o que pretendemos fazer neste trabalho, que busca investigar a codificação da não-atribuição de causalidade no português arcaico.

No que diz respeito a sincronias antigas, Mattos e Silva (1989) fez um amplo trabalho sobre o português trecentista, mas seu objetivo era construir uma gramática do português da época, de modo que acabou por oferecer uma visão panorâmica dos diversos fenômenos gramaticais, inclusive da categoria de voz. Em outro trabalho, Mattos e Silva (2001) já oferece um *corpus* mais diversificado, já não do português trecentista, mas do português arcaico, que cobre um período mais vasto da língua, uma espécie de supersistema. Porém, o tratamento dos fenômenos gramaticais, particularmente o da voz, continua panorâmico como não poderia deixar de ser.

Para evitar a panoramicidade, nosso trabalho se resume em analisar os recursos verbais de expressão da não-atribuição de causalidade, tendo em vista os seguintes objetivos: (a) investigar as formas de codificação da não-atribuição de causalidade na *Crônica Geral de Espanha de 1344*; (b) analisar as estratégias relativas a essa noção em termos de prototipia; (c) caracterizar pragmática, semântica e formalmente cada um dos recursos de codificação dessa função.

Para atingirmos esses objetivos, abraçamos um enfoque cognitivo-funcional, baseados em autores como Delancey (1987), Talmy (1988), Pottier (1992), Kemmer (1993), Langacker (1987, 1991), Halliday (2004), Givón (1993, 2001, 2005), Camacho (2002, 2003, 2006), entre outros. Nossa abordagem difere, assim, daquela adotada em Lima (1999), de cunho essencialmente funcionalista, baseada em Givón (1993, 1995). Na perspectiva aqui adotada, são de crucial importância os conceitos de *percepção* e *conceitualização*. Agregamos pontos de vista filosóficos e psicológicos e não hesitamos em acolher o papel da cultura, considerando que a apreensão do fenômeno em estudo exige uma visão integrada da linguagem.

Partimos do pressuposto de que as construções passivas, impessoais e médias codificam a não-atribuição de causalidade em variados graus, conforme fatores ligados à noção de causalidade, como o grau de distinguibilidade entre Causativo e Afetado; fatores ligados à saliência e fatores ligados aos parâmetros de transitividade, segundo Hopper e Thompson (1980). Em face desse pressuposto, levantamos as seguintes hipóteses:

- as construções médias representam o grau máximo de não-atribuição de causalidade, já que se prestam à expressão de eventos conceitualizados como espontâneos; portanto, se houver não-atribuição de causalidade, mais provavelmente haverá construções médias e menos provavelmente haverá construções passivas e impessoais, pois são mais causativas; aquelas mais que estas, por nelas poder o Agente ser expresso;
- se houver construção média, provavelmente haverá informação evocada, SN inanimado, tópico, cognitivamente saliente, não-persistente cataforicamente, causativo não-recuperável, afetação negativa, codificação de eventos espontâneos;

- se houver construção passiva, provavelmente haverá informação evocada, SN inanimado, tópico, saliente cognitivamente, persistente cataforicamente, agente/causativo recuperável no contexto;
- se houver construção impessoal, provavelmente haverá informação nova, SN inanimado, não-tópico, persistente cataforicamente, agente/causativo inferível pelo universo cultural, ordem inversa;
- considerando que o perfectivo é mais transitivo, e o imperfectivo, menos transitivo, o primeiro deve-se manifestar predominantemente nas frases passivas, e o segundo, nas médias, por serem estas menos transitivas;
- levando-se em conta a associação *transitividade e relevo discursivo*, a média predominará em porções *Fundo*, e a passiva e a impessoal serão mais freqüentes nas porções *Figura*, uma vez que estão situadas mais à esquerda na escala de não-atribuição de causalidade.

Para testar essas hipóteses, analisamos, qualitativa e quantitativamente, os primeiros 150 capítulos da *Crônica Geral de Espanha de 1344*, servindo-nos da edição crítica de Cintra (1951), baseada no manuscrito mais antigo em português do início do século XV, localizado na Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa. Além de representar o período arcaico e, por isso, prestar-se a nossos objetivos, este corpus é particularmente adequado, pois, embora pertença à prosa histórica, congrega diversos estilos.

A presente tese acha-se dividida em dez capítulos. No capítulo 1, apresentamos os princípios teóricos da abordagem cognitivo-funcionalista que norteiam nosso trabalho, calcados em teóricos como Rosch (1973, 1975), Lakoff (1987), Chafe (1977, 1994), Dik (1980, 1989, 1997), Givón (1990, 1995, 2002, 2005), Langacker (1991), Taylor (1992) e Pottier (1992).

A noção de não-atribuição de causalidade, central em nossa pesquisa, é discutida no capítulo 2. Nele, partimos da noção de causalidade na Filosofia, com Aristóteles, Hume e Kant; mostramos a conceitualização de um evento causativo canônico, conforme propõe a Linguística Cognitiva na figura de Talmy (1988) e Johnson (1990), para chegarmos, enfim, à concepção de evento autônomo, grau máximo de não-atribuição de causalidade, conforme propõe Langacker (1991). Neste mesmo capítulo, abordamos ainda o grau de causalidade, dependente basicamente do grau de

distinguibilidade dos participantes do evento, como mostrou Kemmer (1993), e discutimos os papéis semânticos ligados à causalidade.

No capítulo 3, tratamos da estrutura de eventos, apresentando inicialmente uma classificação dos estados de coisas, com base em Chafe (1979), Halliday (2004) e Pottier (1992). Em seguida, abordamos o contorno têmporo-aspectual da situação de mudança, enfatizando, em especial, a noção de perfectividade, apoiados em diversos autores, como Comrie (1978) e Croft (1998). Por fim, dedicamos uma seção deste capítulo à transitividade, fortemente ligada à causalidade, em que discutimos os parâmetros de Hopper e Thompson (1980), relacionando-os ao fenômeno da voz e à distinção *Figura/Fundo*.

O capítulo 4 expõe alguns fatores pragmáticos mais diretamente ligados ao fenômeno em estudo. Com base em autores como Givón (1983, 1988, 1993, 1995, 2001, 2005), Prince (1981, 1992), Chafe (1994), Lambrecht (1996), Neves (2006), entre outros, estudamos a topicalidade, o estatuto informacional, a acessibilidade do referente, a definitude, a ordenação dos constituintes e a modalidade, relacionando fluxo da informação e não-atribuição de causalidade.

A delimitação e caracterização do *corpus* bem como os métodos de procedimento adotados na presente pesquisa estão apresentados no capítulo 5, correspondente à metodologia. Nele, para além de definir as variáveis utilizadas na análise, tratamos da origem e datação do corpus, seu gênero e estilo, além de situá-lo no contexto sócio-histórico.

Os resultados da análise são descritos, com base em gráficos, tabelas e exemplos, em cinco capítulos. O capítulo 6 faz uma descrição panorâmica dos resultados, mostrando os vários recursos de não-atribuição de causalidade encontrados na *Crônica Geral de Espanha de 1344*, as principais dificuldades encontradas na análise e a solução adotada para resolvê-las.

O capítulo 7 é dedicado aos resultados referentes às construções impessoais. Acha-se dividido em três grandes seções. Inicialmente, justificamos o agrupamento dos subtipos de impessoais num só tipo, fazendo breve incursão no tratamento do tema na literatura. Depois, em duas seções apresentamos os dados encontrados. Uma primeira é dedicada à impessoal não-clítica, ou seja, à construção com verbo na 3ª pessoa do plural, chamada tradicionalmente de *sujeito indeterminado*. Outra seção é referente à

impessoal clítica, correspondente à passiva sintética na NGB. Em cada seção, analisamos variáveis sintáticas, semânticas e pragmáticas, referentes ao predicado, ao Afetado e ao Causativo. Ao final do capítulo, apresentamos uma escala de causalidade das construções impessoais, incluindo como subtipos as impessoais que expressam eventos mentais.

A passiva é estudada no capítulo 8. Após discutir algumas questões referentes à passiva na literatura, como o estatuto do verbo *ser* e da forma *v-do*, apresentamos os resultados da análise do corpus, seguindo a mesma orientação do capítulo anterior, mas comparando alguns dados com os encontrados nas impessoais. No final, inserimos as passivas na escala apresentada no capítulo 7, ampliando-a.

O capítulo 9 trata da construção média. Está dividido em várias seções. Nas seções iniciais, tecemos algumas considerações teóricas a respeito da média, mostrando seu estatuto, formas de codificação e relação com as demais construções aqui estudadas. Em seguida, passamos ao exame dos dados, dedicando uma seção a cada subtipo de média: a média clítica, a não-clítica e a perifrástica. Na seção final, analisamos o grau de causalidade dos vários subtipos, propondo uma nova escala de causalidade.

Por fim, sistematizamos os resultados no capítulo 10, com o propósito de destacar as diferenças e semelhanças entre as construções estudadas, verificando até que ponto as hipóteses foram provisoriamente acatadas para o *corpus* estudado. Em especial, propusemos uma escala de causalidade, levando em conta o grau de saliência do causativo e o grau de transitividade de cada construção.

Com este trabalho, intentamos superar aquele que levamos a cabo em nossa dissertação de Mestrado, em virtude não só da amplitude teórica como também do aumento do tipo de construções e do número de variáveis envolvidas. Assim, visamos, contribuir com os estudos lingüísticos tanto no plano teórico, como no plano empírico. No plano teórico, contribuiremos para os estudos na área da gramática funcional, uma vez que pretendemos rediscutir os parâmetros classificadores das assim chamadas construções de-transitivas apresentados por Dik (1989) e Givón (1993), através de incursões em abordagens cognitivas como a de Talmy (1988), de Pottier (1992), e de Langacker (1991). Pretendemos proceder a uma síntese entre as duas abordagens, a cognitiva e a funcionalista no tratamento das construções em foco.

No plano empírico, enriqueceremos, com dados de uma sincronia distante, as descrições da não-atribuição de causalidade em português, dando maiores subsídios para o estudo da relação entre construções tão aparentadas, como a média, a passiva e a impessoal.

CAPÍTULO I PRINCÍPIOS TEÓRICOS

Na análise da não-atribuição de causalidade, que empreenderemos nesta tese, partiremos da efetiva conjunção de duas abordagens afins, a funcionalista e a cognitiva.

A primeira se justifica por ser a voz, domínio em que se insere a não-atribuição de causalidade, uma categoria extremamente complexa, apresentando, em muitas línguas, uma multiplicidade de formas que atendem a diversas funções semântico-pragmáticas, numa intrincada rede de relações. Considerando, em especial, a língua portuguesa, em que as desinências verbais não marcam, como em latim, a distinção diatética entre as vozes ativa e médio-passiva, a categoria de voz só pode ser plenamente descrita se se levarem em conta aspectos pragmático-semântico-sintáticos, sob pena de se reconhecer, como fazem alguns autores (cf. DUARTE, 2004a), apenas um tipo de voz formalmente caracterizada, a ativa¹.

No tratamento da não-atribuição de causalidade, não há, pois, como nos restringirmos ao componente formal. A passiva, por exemplo, é de tal modo uma forma a serviço de uma função, que até mesmo autores formalistas, como Whitaker-Franchi (1989) e Duarte (1983), reconhecem sua motivação pragmática.

A abordagem cognitiva se aplica, particularmente, por uma questão de coerência, já que o fenômeno *percepção* e outros que lhe são correlatos são basilares. Decorrentemente disso, rejeitamos a idéia de que as vozes aqui estudadas sejam derivadas da ativa, como fazem alguns autores, mesmo no quadro do funcionalismo. Dik (1989), por exemplo, para dar conta da voz média, postula uma *regra de derivação de predicados*, que atuaria no léxico e, no caso da voz média, se daria por *redução de valência*. Assim, de um predicado, estocado no léxico, como transitivo, a exemplo de *abrir*, cuja valência é 2, teríamos, via derivação de predicados, um outro predicado *abrir*, cuja valência é 1. Este último figuraria nas construções médias, o primeiro, nas ativas. Esta descrição funcionalista se aproxima da que faz Whitaker-Franchi (1989),

¹ Isto já tinha sido observado por antigos gramáticos de nossa língua, como Oliveira [1536] (1975) e Barros [1540] (1957), que, sem o aparato da lingüística moderna, se valiam da relação de solidariedade entre Plano da Expressão e Plano do Conteúdo, base da função signo de Hjelmslev (1974). Mesmo modernos estudiosos, como Camara Jr (1985), reconhecem as orações com voz passiva como um tipo de frase nominal, o que nos leva a encarar o particípio como pertencente à classe dos adjetivos e a expressão *ser + particípio* não como perífrase verbal, sendo, neste caso, a voz um fenômeno de natureza sintático-semântica, aplicável fundamentalmente ao adjetivo e não ao verbo.

para dar conta do mesmo fenômeno. Através de um viés lexicalista, a autora considera o que chama *construções ergativas* derivadas de causativas via alteração de diátese por redução valencial. Atribui considerável papel ao léxico, onde estariam estocados não só os itens lexicais e a valência de cada um deles, mas também as possibilidades de diátese e de perspectiva, sobre a qual falaremos adiante.

Adotando a postura cognitivo-funcionalista, recusamos o apelo não só às *regras de formação de predicados*, mas também às *transformações*. No que tange particularmente às primeiras, parece-nos que a sobrecarga de operações lexicais é uma forma alternativa às *transformações* e o ônus disto é um léxico extremamente operante e sobrecarregado.

Como corolário de nossa recusa às regras de formação de predicado e de transformação, relações como causativa/média e ativa/passiva constituem, para nós, estruturas à disposição do falante, que refletem sua conceitualização de um evento como transitivo ou intransitivo, ou melhor, como decorrente ou não de uma entidade causadora.

Assim, as representações lingüísticas, ou melhor, as *codificações*, são resultados de processos cognitivos, os quais levam à *conceitualização (interpretação)* da realidade extralingüística. Desse modo, cremos que, para abordar a *codificação da não-atribuição de causalidade*, a postura teórica mais adequada resulta da efetiva síntese entre as duas abordagens, a funcionalista e a cognitiva, que, embora possuam pontos em comum, diferenciam-se quanto a aspectos programáticos e históricos².

A Lingüística Cognitiva, como parte da tradição funcional³, se diferencia em relação ao Funcionalismo, enfatizando a função semiológica da linguagem. Como o Funcionalismo, reconhece que a base da linguagem se alicerça na interação social, mas insiste que, *mesmo na sua função social*, é dependente criticamente da conceitualização (cf. LANGACKER, 2000).

Todavia, há pontos em comum, conforme depreendemos da passagem abaixo⁴:

² Isto não significa fazer *tabula rasa* dos vários funcionalismos e de versões distintas da lingüística cognitiva. Para o primeiro aspecto, remetemos à leitura de Neves (2001), e, para o segundo, Tomaselo (1998).

³ Embora do ponto de vista histórico, a lingüística cognitiva tenha nascido como reação ao Gerativismo, baseada no modularismo, em regras estritamente voltadas para a competência e dissociadas do uso (cf. TOMASELO, 1998: p.viii).

⁴ Para mais detalhes sobre a abordagem cognitivo-funcional, cf. Tomaselo (1998).

(...) estas perspectivas funcionalistas, mais umas do que outras, partilham da idéia fundamental da Linguística Cognitiva: a de que a linguagem é parte integrante da cognição (e não um “módulo” separado), se fundamenta em processos cognitivos, sócio-interacionais e culturais e deve ser estudada no seu uso e no contexto da conceptualização, da categorização, do processamento mental, da interação e da experiência individual, social e cultural (SILVA, 2004: p.1).

Givón (2002, 2005), por exemplo, admite, mais que qualquer outro funcionalista conhecido por nós, uma forte relação entre linguagem e cognição. Também Silva (2004), já citado, admite que o funcionalismo, especialmente o givoniano, e a linguística cognitiva se complementam, pelo menos em parte:

a consolidação da Linguística Cognitiva nos últimos quinze anos reflecte-se também num estimulante pluralismo de teorias, métodos e agendas e ainda na recepção e, nalguns casos, complementação mútuas de outras perspectivas linguísticas actuais, particularmente o funcionalismo linguístico de T. Givón e muitos outros – é a esta vasta tradição funcionalista, claramente oposta à tradição formalista (leia-se, generativista), que Langacker (1999b) relaciona o novo movimento (SILVA, 2004: p.1).

Há, pois, certa relação teórico-metodológica entre as abordagens funcionalista e cognitiva. Adotar a conjunção dessas abordagens significa admitir certos postulados expostos a seguir.

1.1. A gramática cognitivo-funcional

Um postulado fundamental, numa abordagem cognitivo-funcional, é o da não-autonomia da linguagem e da gramática, vistas num amplo contexto em que interagem aspectos cognitivos, comunicativos e culturais. A língua é um fenómeno psíquico, tal como a memória, a percepção, que serve ao mesmo tempo a uma função simbólica e a uma comunicativa. Nas palavras de Langacker (2000):

a língua é formada e limitada pelas funções que serve. Isto inclui a função semiológica de permitir que conceitualizações sejam simbolizadas por meio de sons e gestos, bem como uma função interativa multifacetada, envolvendo comunicação, manipulação, expressividade e comunhão social (LANGACKER, 2000: p.2)⁵

Desta visão integrada de língua, decorre o postulado básico da integração dos componentes sintático, semântico e pragmático, tal como estabelecida programaticamente por Dik (1980):

⁵ Language is shaped and constrained by the functions it serves. This includes the semiological function of allowing conceptualizations to be symbolized by means of sounds and gestures as well as a multifaceted interactive function involving communication, manipulation, expressiveness, and social communion (LANGACKER, 2000, p.1).

em termos da bem conhecida distinção entre sintaxe, semântica e pragmática, a abordagem funcional da linguagem considera a pragmática como a moldura global dentro da qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas. Considera a semântica como subserviente à pragmática, e a sintaxe como subserviente à semântica. Sintaxe existe para permitir a construção de estruturas formais por meio das quais significados complexos podem ser expressos; e os significados complexos existem para as pessoas serem capazes de se comunicar umas com as outras de maneiras sutis e diferenciadas (DIK, 1980: p.2)⁶.

A referida integração dos componentes é vista, por Langaker (2000), sob a forma de um *continuum*. À guisa de maiores esclarecimentos, citamos o que afirma o autor:

...o que está sendo negado é a visão estritamente dicotômica (...) com um limite fixo e definido entre dois componentes separados. Esta negação não leva à não-existência da pragmática (...) ou à ausência de qualquer diferenciação (...). A afirmação, ao contrário, é que semântica e pragmática formam uma gradação (...), com nenhum limite preciso entre as duas. Mas nos dois extremos da escala, há fenômenos indiscutivelmente semânticos ou pragmáticos (LANGACKER, 2000: p.11)⁷.

Segue-se também, como decorrência da concepção cognitivo-funcional de língua, que esta só pode ser plenamente estudada em situações de uso, como explicita Dik (1997):

...expressões lingüísticas só podem ser propriamente compreendidas quando elas são consideradas como funcionando em cenários, cujas propriedades são co-determinadas pela informação contextual e situacional disponível aos falantes e ouvintes. A língua não funciona isoladamente: é uma parte integrada da realidade (psicológica e social) de um ser humano (DIK, 1997: p.6)⁸.

A noção de gramática que resulta de uma língua assim concebida é naturalmente *simbólica, emergente, motivada*.

⁶ In terms of the well-known distinction between syntax, semantics, and pragmatics, the functional approach to language regards pragmatics as the all-encompassing framework within which semantics and syntax must be studied. It regards semantics as subservient to pragmatics, and syntax as subservient to semantics. Syntax is there in order to allow for the construction of formal structures by means of which complex meanings can be expressed; and complex meanings are there for people to be able to communicate with each other in subtle and differentiated ways (DIK, 1980: p.2).

⁷ What is being denied is strictly dichotomous view (...), with a fixed and definite boundary between two separate components. This denial does not entail either the non-existence of pragmatics, (...), or the absence of any differentiation, (...). The claim, instead, is that semantics and pragmatics form a gradation (...), with no precise boundary between the two. But toward either extreme of the scale lie phenomena that are indisputably either semantic or pragmatic (LANGACKER, 2000: p.11).

⁸ ...linguistic expressions can be understood properly only when they are considered as functioning in settings, the properties of which are codetermined by the contextual and situational information available to speakers and addressees. Language does not function in isolation: it is an integrated part of a living human (psychological and social) reality (DIK, 1997: p.6).

1.1.1.A gramática é simbólica

Por *simbólica*, entendemos que uma gramática cognitivo-funcional tem uma função semiótica: ela precisa fazer sentido para servir à sua função de comunicar. A gramática não é um sistema autônomo, uma série de regras abstratas que operam independentemente do significado, ao contrário, constitui-se de estruturas simbólicas⁹. Em outras palavras, a “gramática é *conceitualização*”¹⁰, esta entendida como uma habilidade cognitiva dinâmica, interativa e imaginativa, segundo a qual organizamos a experiência a ser comunicada: “as flexões gramaticais e as construções gramaticais desempenham um importante papel na construção da experiência a ser comunicada de variadas maneiras” (CROFT & CRUSE, 2004: p.3)¹¹.

Os significados das expressões linguísticas têm não só um conteúdo conceitual, mas um *construto*:

uma noção fundamental da semântica cognitiva é que uma predicação não reside no conteúdo conceitual isolado, mas necessariamente incorpora um modo particular de construir e retratar este conteúdo (LANGACKER, 1991: p.4)¹²

As várias maneiras de organizar a experiência dependem de fenômenos como *especificidade, perspectiva, focalização*¹³. A *especificidade* depende do nível de precisão e detalhe em que uma situação é caracterizada. Metaforicamente, comparando-se a conceitualização com a visualização de uma cena, uma construção altamente *específica* descreve uma determinada situação em pequenos detalhes, numa alta resolução. Uma construção mais *esquemática* pode descrever a mesma situação em seus traços gerais, numa baixa resolução¹⁴.

Assim, uma construção como *algo aconteceu* é mais esquemática que outra como *alguém perdeu algo*, que, por sua vez, é mais esquemática que outra do tipo *um menino perdeu um livro*, mais esquemática ainda que uma como *um relapso menino*

⁹ Estruturas simbólicas expressam uma relação bipolar entre estruturas fonológicas (sons, gestos, convenções ortográficas) e estruturas semânticas (conceitualizações, significados). (cf. LANGACKER, 1987, 1991, 2000; TAYLOR, 2002).

¹⁰ Afirmção atribuída por Croft & Cruse (2004) a Langacker, como uma espécie de *slogan*.

¹¹ ...grammatical inflections and grammatical constructions play a major role in constructing the experience to be communicated in specific ways (CROFT & CRUSE, 2004: p.3).

¹² A fundamental notion of cognitive semantics is that a predication does not reside in conceptual content alone but necessarily incorporates a particular way of constructing and portraying that content (LANGACKER, 1991: p.4).

¹³ Na discussão desses fenômenos envolvidos no construto, tomaremos por base especificamente Langacker (2000, cap.3), complementando vez ou outra com Croft & Cruse (2004, cap.3).

¹⁴ Esta concepção tem como correlata a noção de *granularidade* em psicologia (cf. KEMMER, 1993: p.210).

perdeu um excelente livro, num aumento progressivo de graus de especificidade, teoricamente, ilimitado. Todavia, como Langacker (2000) ressalva, as construções mais comuns na língua misturam esquematicidade e especificidade, a exemplo de *alguém perdeu um livro*. Isso certamente pela necessidade comunicativa de equilibrar informação *nova/dada* no discurso.

A *focalização* diz respeito ao acesso de porções específicas de nosso universo conceitual. Envolve tanto a seleção de *conteúdo conceitual* para a representação lingüística, bem como seu arranjo no que foi chamado relevo discursivo (*grounding*), uma distinção tomada da *Gestalt*, em que se descrevem assimetrias, a exemplo da que existe entre a chamada oração principal, considerada Figura, e a subordinada, considerada Fundo. Além disso, há as diferenças entre sentenças de alta (Figura) e baixa (Fundo) transitividade, conforme observaram Hopper e Thompson (1980). No discurso, as diferenças de focalização ligam-se à distribuição entre informação dada e nova: o *foco* é a diferença entre o que estava no *espaço discursivo corrente*¹⁵ e o novo enunciado.

Outra relação que pode ser considerada aqui é relação *trajector/marco*, pois depende do grau de proeminência que é dada aos participantes. *Trajector* (tr) é, conforme Langacker (1987), o participante mais proeminente, que representa a entidade conceitualizada como sendo localizada, avaliada ou descrita; é, portanto, Figura, enquanto o *marco* (m) é o participante secundário, Fundo do *trajector*.

Por fim, pela *perspectivação*, a conceitualização depende do ponto de vista escolhido pelo falante, que pode escolher, para construir a cena, o seu ponto de vista, o do ouvinte ou de alguém mais. Na *codificação*, manifestação lingüística de uma conceitualização, a perspectiva se revela na ordem dos constituintes e na escolha do sujeito. A *perspectivação* de um estado de coisas, na proposta de Dik (1997), diz respeito à atribuição das funções Sujeito e Objeto a diversos termos na oração, de acordo com a qual a relação entre construções alternativas é descrita:

as diferenças relevantes podem ser comparadas a diferentes fotografias tomadas de um mesmo evento. Por exemplo, se o evento consiste de uma disputa entre policiais e manifestantes, uma foto poderia representar o evento do ponto de vista dos manifestantes, uma outra poderia representá-la do ponto de vista dos policiais. E estas duas fotos podem “contar uma

¹⁵ Define-se como “tudo que é presumido ser partilhado por falante e ouvinte como a base para o discurso num dado momento” (LANGACKER, 2000: p.3) [tradução nossa].

história diferente”, muito embora o evento retratado seja o mesmo (DIK, 1997: p.251)¹⁶.

1.1.2. A gramática é emergente

Por *emergente*, queremos dizer que é maleável, adequa-se ao efetivo uso. A noção de *gramática emergente* deve-se a Hopper (1998), segundo o qual:

não há uma gramática no sentido de uma área da linguagem que é colocada à parte como o repositório de uma estrutura abstrata. Ao contrário, há somente tipos de repetição, algumas das quais concernem ao que se têm chamado mais convencionalmente lexicais, algumas idiomáticas, e algumas morfológicas ou gramaticais. (...) A gramática de uma língua, então, consiste não de um único sistema delimitado, mas de uma coleção de formas ilimitadas que estão constantemente sendo reestruturadas e ressemantizadas durante o efetivo uso (HOPPER, 1998: p.158-9)¹⁷:

Em suma, como dizem Furtado da Cunha & Costa (2001), a gramática é o resultado de cristalização ou regularização de estratégias discursivas recorrentes, que decorrem de pressões cognitivas e, sobretudo, de padrões discursivas.

Daí propõe-se a indistinção entre *léxico* e *gramática*, encarados como uma questão de grau “léxico e gramática formam uma gradação plenamente descrita como uma conjunção de estruturas simbólicas”¹⁸ (LANGACKER, 2000: p.1). Disto decorre a noção de *construção*, entendida como o pareamento de uma estrutura conceptual complexa com um significante e uma função pragmática que lhe é peculiar. Assim, podem ser construções gramaticais tanto os morfemas quanto as palavras e as frases (cf. GOLDBERG, 1995).

O sentido de uma construção não é resultado da soma do sentido isolado das suas partes, mas resulta do sentido do todo indissociado. Desse modo, diante de polissemia verbal, ao invés de propor regras lexicais, como faz a abordagem lexicalista para dar conta de diferentes significados, postula-se uma configuração sintática emparelhada com a indicação pragmático-semântica correspondente. São evidências em

¹⁶ The relevant differences can be compared to different photographs taken of one and the same event. For example, if the event consists of a fight between policemen and demonstrators, one picture might represent the event from the point of view of the demonstrators, another might represent it from the point of view of the policemen. And these two pictures may “tell a different story”, even though the event pictured is one and the same (DIK, 1997: p.251).

¹⁷ There is in EG no grammar in the sense of one area (or “module”) of language. Instead there are only different kinds of repetition, some of which concern what would more conventionally be called lexical, some idiomatic, and some morphological or grammatical. (...) The grammar of a language, then, consists not of a single delimited system, but rather, of an open ended collection of forms that are constantly being restructured and resemantized during actual use. (HOPPER, 1998: p.158-9).

¹⁸ Lexicon and grammar form a gradation fully describable as assemblies of symbolic structures (LANGACKER, 2000: p.1).

favor dessa visão, segundo Goldberg (1995), o emprego metafórico de certos verbos e a facilidade com que uma criança adquire o significado de um novo verbo colocado numa construção já conhecida.

Esse emparelhamento coaduna-se com nossa tese segundo a qual as construções “de-transitivas” aqui tratadas não advêm de uma oração ativa mediante processos derivacionais lexicais ou sintáticos, mas são construções sintáticas com traços semântico-pragmáticos próprios, consideradas *in totum*:

as estruturas sintáticas de uma língua não podem ser adequadamente descritas segundo critérios essencialmente formais (sintáticos ou morfossintáticos), nem como projecções das propriedades sintáticas e semânticas dos verbos que nelas se integram. *Efectivamente, elas enformam estruturas semânticas próprias: elas reflectem (e condicionam) determinada conceptualização de um evento.* (SILVA, 2001: p.1) [grifo nosso].

1.1.3. A gramática é motivada

A gramática é ainda considerada *motivada, não-arbitrária*, o que significa dizer que suas estruturas são reflexos da função. Isso não significa que *toda* a gramática é motivada, mas apenas que uma parte dela o é. O princípio da *iconicidade*, portanto, precisa ser visto com cautela, para não se cair na inadequação de postular que a relação forma/função é 100% icônica. Deve-se reconhecer que tanto pode haver uma função para mais de uma forma, como uma forma para mais de uma função. Isto ocorre nos fenômenos de mudança lingüística, em especial nos processos conhecidos por *gramaticalização* ou *discursivização*. Crê-se que, no percurso diacrônico, formas icônicas assumam outras funções, ou funções sejam assumidas por outras formas. O código gramatical das línguas é, portanto, parcialmente icônico e parcialmente simbólico:

ao dizer que as regras da gramática não são arbitrárias, não se precisa ignorar o fato de que ocasionalmente uma regra — numa determinada língua num tempo particular — de fato, volta a ser arbitrária. Isto é, a regra parece comunicativamente opaca, não-funcional: não faz sentido. Situações deste tipo são quase sempre devido ao efeito cumulativo da mudança histórica: uma antiga regra da gramática comunicativamente transparente tornou-se, devido à confluência de várias mudanças ao longo do tempo, estranha, fossilizada, não-comunicativa (GIVÓN, 1993: p.3,v.1)¹⁹

¹⁹ By saying that rules of grammar are not arbitrary, one need not ignore the fact that occasionally a rule — in a particular language at a particular time — indeed turns out to be arbitrary. That is, the rule seems communicatively opaque, non-functional: p. it does not make sense. Situations of this type are almost always due to the cumulative effect of historical change: an erstwhile communicatively transparent rule of grammar has, due to the conflation of several historical changes over time, become bizarre, fossilized, counter-communicative (GIVÓN, 1993: p.3,v.1).

Considerando a interação de princípios gramaticais mais icônicos e mais arbitrários na codificação sintática, Givón (1991a, 1991b, 1995) postula os *princípios da iconicidade* como reflexos da *proto-gramática* na linguagem gramaticalizada. Segundo o autor, quando a sociedade ainda era uma “sociedade de íntimos”, a comunicação entre os homens primitivos era altamente dependente do contexto e, naturalmente, icônica. Na evolução para um código oral cada vez mais abstrato, as regras dessa gramática primitiva não se perderam. Foram apenas suplementadas por regras mais arbitrárias e abstratas, pela morfologia gramatical e por construções sintáticas hierárquicas complexas (cf. GIVÓN, 1995, cap.9).

As *regras* ou *princípios de iconicidade* dizem respeito à *quantidade*, à *proximidade* e à *seqüência*. Segundo o primeiro princípio, a quantidade de substância lingüística reflete a importância ou previsibilidade da informação. Já o *princípio da proximidade* postula ser a proximidade temporal ou espacial na codificação lingüística reflexo da proximidade funcional, cognitiva ou conceitual. Por fim, conforme as *regras de seqüência*, a ordem das orações no discurso reflete a ordem dos eventos, e a ordem dos constituintes reflete a topicalidade dos referentes, ligada ao grau de importância e acessibilidade dos referentes.

Levando-se em conta que a iconicidade na gramática não é regra categórica, estes “princípios” devem ser tomados apenas como uma tendência que pode ou não se manifestar numa língua específica. Givón (1991a, 1995) ilustra a aplicação desses princípios em inglês em vários fenômenos gramaticais. Para não entrarmos em mais detalhes sobre o tema, resumimos, no quadro abaixo, os princípios com algumas possíveis manifestações na codificação lingüística.

Quadro 1.1: princípios de iconicidade, segundo Givón (1991a, 1995)

Princípio	Tendências gerais	Manifestação lingüística
Quantidade	+ substância > + informativo /importante	Verbos plenos / verbos auxiliares Palavras derivadas / palavras primitivas
	- substância > + previsível	Sintagma nominal > pronomes > anáfora zero
Proximidade	+ proximidade funcional, cognitiva, conceitual > proximidade na codificação lingüística.	Grau de integração de orações substantivas
		Pontuação / entonação
		Ordem dos constituintes
Seqüência	Ordem das orações > ordem dos eventos	Construção do período
	+ importante/+ urgente > primeiro lugar	Posição das subordinadas adverbiais
	- acessível/menos previsível > primeiro lugar	Ordem dos constituintes Construções de foco

Uma outra forma de entender a *iconicidade* é relacionando-a à *marcação*, entendida como os correlatos distribucionais e cognitivos da estrutura sintática²⁰. Givón (1991b, 1995) propõe três critérios para distinguir *categorias marcadas* de *não-marcadas*: a complexidade estrutural, a frequência e a complexidade cognitiva. Os dois últimos estão associados porque a distribuição mais frequente de uma determinada categoria está associada ao fenômeno cognitivo da *Figura-Fundo*, segundo o qual contrastes perceptuais tendem a emparelharem-se de tal modo que a informação mais saliente e importante é a menos frequente.

Segundo o autor, há uma tendência de esses três critérios coincidirem, o que é reflexo da iconicidade na linguagem: *estruturas marcadas* tendem a ser estruturalmente mais complexas, menos frequentes, cognitivamente mais complexas e salientes que as *estruturas não-marcadas*. Todavia, a marcação de uma determinada categoria se define em função do contexto. Assim, uma construção como a ativa, considerada forma não-marcada pela alta frequência, pode ser marcada em contextos em que a passiva seja a mais frequente.

Com base nesses critérios, Givón (1991b, 1995) avalia, em gêneros discursivos diferentes, uma série de fenômenos gramaticais, como *tipos de orações* (orações subordinadas/principais, atos de fala, orações negativas/afirmativas, voz ativa/passiva), *modalidades nominais* (papéis semânticos, definitude, anáforas), *modalidades verbais* (*realis/irrealis*, perfeito, pretérito, habitual, durativo). E, propondo um princípio de marcação geral, a *meta-iconicidade*, segundo o qual categorias que são estruturalmente mais marcadas são também substantivamente mais marcadas, mais uma vez, chama a atenção para não se incorrer numa visão ingênua:

assim, a tendência geral na direção da iconicidade é inegável, mas não é uma tendência absoluta; é fortemente mitigada pela mudança diacrônica (...). O “icônico” ingênuo, ou funcionalista ideológico, supõe que a marcação substantiva — distribucional, cognitiva — sempre ladeia a marcação estrutural. Mas os fatos mostram-se sempre mais complexos (GIVÓN, 1995: p.59)²¹.

²⁰ A idéia de marcação se deve ao Estruturalismo de Praga, segundo o qual as unidades lingüísticas representam conjugados binários entre membros marcados e não-marcados quanto a determinado traço gramatical (cf. Camara Jr., 1977: p.43). Em Givón (1990, 1995), a noção de marcação é um tanto diferente, como veremos.

²¹ Thus, the general tendency toward iconicity is undeniable, but it is not an absolute tendency; it is strongly mitigated by diachronic change. (...). The naive iconist, or ideological functionalist, assume that substantive markedness — distribucional, cognitive — *always* goes along with structural markedness. But the various facts turn out to always be more complex (GIVÓN, 1995: p.59).

No percurso diacrônico, há flutuações cíclicas de marcação, o que torna a relação forma/função arbitrária, pelo menos por certo tempo, como ocorre com os fenômenos da gramaticalização e re-gramaticalização.

No caso das construções aqui tratadas, parece que estamos diante de exemplos de várias formas para uma só função²²: a não-atribuição de causalidade. Queremos crer, no entanto, que, se formas distintas coexistem na língua, em determinado estágio, estão a serviço de subfunções distintas. Em outras palavras, se o falante dispõe de duas formas de codificação de uma predicação transitiva: passiva e média, por exemplo, o que o leva a escolher uma ou outra seriam pressões discursivas diferentes. Assim, embora admitamos que haja semelhanças pragmático-semântico-estruturais entre as construções citadas, também postulamos que elas divergem em algum ponto na função semântico-discursiva. A idéia central que perpassa nosso trabalho é que as formas se adequam às funções. Desta forma, se a média guarda semelhanças formais, semânticas e discursivas com a passiva e a impessoal, tais semelhanças têm raízes diacrônicas, razão por que pretendemos estudar estas construções num *corpus* do português antigo, comparadas com outros trabalhos do português moderno.

Uma forma de dar conta da incongruência forma/função é recorrer à noção de escalaridade. Sobre isto, discorreremos na próxima seção.

1.2. Escalaridade e prototipia

Outro princípio cognitivo-funcional de grande importância teórica para nós é a noção de *escalaridade*, segundo a qual as categorias não são discretas, classificadas, de modo estanque, com base em fatores binários necessários e suficientes, como eram consideradas, de modo geral, na filosofia clássica, mas, ao contrário, são graduais, consideradas num *continuum*, com limites difusos.

É interessante observar que a natureza gradual das categorias foi reconhecida, em alguns contextos, até mesmo por Aristóteles, que lidava com propriedades absolutas e discretas. Por isso, não assiste total razão a Taylor (1992), que atribui ao filósofo unicamente enfoques binaristas. Givón (2005), ao contrário, identificou, em obras de

²² Estamos usando aqui o termo *função* com o significado em que, muitas vezes, emprega Givón ao longo de sua obra: como *sentido* (cf. GIVÓN, 1995: p.58). É com esta acepção que utiliza as expressões: *uma forma a uma função*, *uma forma para muitas funções* ou *muitas formas para uma função*. Esta última relação é, segundo Givón, bastante rara. Prova do que foi dito é que a polissemia e a homonímia são encontradas na linguagem humana, mas a sinonímia completa e perfeita é rara. Por sua vez, a relação *uma forma para muitas funções* deriva de mudança diacrônica.

Aristóteles, uma concessão às gradações observadas na natureza²³. Assim, por exemplo, na classificação dos seres vivos, pelos critérios da *alma nutritiva* (plantas), *alma sensorial* (animais) e *alma racional* (homem)²⁴, Aristóteles reconhece que tais fatores podem ser não-discretos:

a natureza procede pouco a pouco de coisas inanimadas à vida humana de tal modo que *é impossível determinar a exata linha de demarcação*, nem de qual lado destes um intermediário deveria ficar. Assim, o próximo depois de coisas inanimadas é a planta, e, entre as plantas, uma diferirá de outra por sua intensidade de vitalidade aparente [...] Quanto à sensibilidade, alguns animais não dão nenhuma indicação do que seja isto, enquanto outros a indicam mas não claramente [...] E assim ao longo de toda a escala animal há diferenciação gradual na quantidade de vitalidade e na capacidade de movimento (*De partibus Animalium*, apud GIVÓN, 2005: p.10). [grifo nosso]²⁵.

Todavia, o reconhecimento explícito do caráter não-discreto das categorias é atribuído, primeiramente, a Wittgenstein (1953, apud GIVÓN, 2005), que propôs os *critérios de pertença múltiplos* a uma determinada categoria, nenhum dos quais necessário ou suficiente. Com base nesses critérios, ele propôs o conceito de *semelhança de família*, uma metáfora para as múltiplas possibilidades associativas:

podemos ver como similaridades emergem e desaparecem. E o resultado dessa observação é este: nós vemos uma rede complexa de similaridades se sobrepondo e cruzando, às vezes, similaridades completas, outras vezes similaridades de detalhe. Eu não consigo pensar numa melhor expressão para caracterizar estas similaridades que “semelhanças de família”; pois as várias semelhanças entre os membros de uma família: *estrutura física, feições, cor dos olhos, modo de andar, temperamento* etc. etc. se sobrepõem e se cruzam do mesmo modo (WITTGENSTEIN, 1953, apud Givón, 2005: p.43)²⁶.

²³ Para mais detalhes sobre o que Givón chama o *funcionalismo de Aristóteles*, consulte-se Givón (2005: p.17-22).

²⁴ A classificação era hierárquica, de modo que cada ente na escala superior é acrescido de um atributo. Desta forma, o homem, no extremo da escala, possui alma nutritiva, sensorial e racional.

²⁵ Nature proceeds little by little from things lifeless to animal life in such a way that *it is impossible to determine the exact line of demarcation*, nor of which side thereof an intermediate form should lie. Thus, next after lifeless things come the plant, and of plants one will differ from another as to its amount of apparent vitality [...] In regard to sensibility, some animals give no indication whatsoever of it, while others indicate it but indistinctly [...] And so throughout the entire animal scale there is graduated differentiation in amount of vitality and in capacity for motion (*De partibus animalium*, apud GIVÓN, 2005: p.10). [grifo nosso]

²⁶ (we) can see how similarities crop up and disappear. And the result of this examination is this: we see a complicated network of similarities overlapping and criss-crossing, sometimes overall similarities, sometimes similarities of detail. I can think of no better expression to characterize these similarities than “*family resemblances*”; for the various resemblances between members of a family: build, features, colour of eyes, gait, temperament etc. etc. overlap and criss-cross in the same way (WITTGENSTEIN, 1953, apud GIVÓN, 2005: p.43).

A despeito da dificuldade de aplicação dos critérios múltiplos propostos pela *semelhança de família* de Wittgenstein, que acabaria por nos levar a conceber o mundo referencial como um todo indissociado, o autor lançou as bases para a compreensão da realidade como simplesmente um *continuum* difuso, cuja categorização é uma convenção, um artefato da cultura e da língua.

Depois dele, vários outros trabalhos experimentais sobre categorização, como os de Berlin & Kay (1969) e Labov (1973), citados por Taylor (1992), reforçaram a idéia de categorias não-discretas. Labov (1973), por exemplo, na busca de compreender a categorização e o reconhecimento de entidades como membros de determinadas categorias, concluiu experimentalmente que os atributos com que as entidades eram classificadas não eram variáveis binárias, mas contínuas, o que, de certo modo, já havia sido reconhecido por Aristóteles a respeito de plantas e animais, conforme vimos.

A sistematização desta noção de categorias não-discretas veio com os estudos empíricos de Rosch (1973, 1975) que originariamente propôs e desenvolveu a chamada *teoria dos protótipos*. Para Rosch (1973), as categorias são grupos de objetos do mundo relacionados por causa das semelhanças que mantêm entre si, organizados ao redor do membro que é o mais representativo de todos, o *protótipo*, definido, assim, como o exemplar que melhor se conhece, o mais representativo e distintivo de uma categoria, porque compartilha mais traços com o demais membros da categoria e menos traços com membros de outras categorias. Os membros periféricos marcariam o espaço gradual entre uma categoria a outra.

Uma contribuição da teoria dos protótipos diz respeito aos níveis de categorização, segundo os quais as categorias ocorrem em diferentes níveis de inclusão, com as mais específicas incluídas nas mais gerais. São três os níveis: *superordenado*, *básico* e *subordinado*, ilustrados, respectivamente, por *animal* > *cachorro* > *poodle*.

Destes, o mais importante, do ponto de vista cognitivo, é o *básico*, por vários fatores: é o nível em que as pessoas normalmente falam da realidade, é o mais informativo, por requerer pouco esforço cognitivo e é o nível onde se dá a conceitualização de *Gestalten* perceptuais e funcionais. Caracteriza-se pelos seguintes traços: é o mais comum, apresenta grande número de atributos aplicáveis à categoria inteira e, por isso, se liga à noção de protótipo; tem a função lingüística de prover o acesso ao mundo, é constituído de itens curtos e estruturalmente simples.

No nível superordenado, as categorias têm menos atributos diferenciadores que as categorias de nível básico e, por isso, são vagas e indiferenciadas, prestando-se mais a uma descrição nos moldes da *semelhança de família*. Têm a função lingüística focalizadora ou unificadora, e seus itens são freqüentemente palavras maiores ou mais complexas.

No nível subordinado, as categorias têm grande número de atributos gerais e específicos, o que leva a um grau de homogeneidade entre os membros da categoria. Lingüisticamente, os itens deste nível têm uma função especificadora e são geralmente compostos de um termo básico e um modificador.

Do exposto, percebe-se uma relação entre o nível básico e a noção de protótipo. Segundo Taylor (1992: p.51):

as categorias, tipicamente, têm limites confusos e podem se mesclar umas com as outras; alguns atributos podem ser partilhados somente por poucos membros de uma categoria; pode haver até categorias com nenhum atributo partilhado por todos os membros. A fim de manter nossas categorias maximamente distintas, e daí maximamente informativas, precisamos focar no nível básico da categorização, mais especificamente, nos membros mais centrais das categorias do nível básico (TAYLOR, 1992: p.51)²⁷.

Parece não haver discordância no reconhecimento de que há entidades que correspondem mais perfeitamente a certa noção e outras que se afastam. A questão para qual há muitas respostas é sobre a natureza do protótipo, ou seja, por que certos exemplares de uma categoria têm estatuto privilegiado de membros prototípicos enquanto outros são considerados membros marginais. O estatuto privilegiado e a marginalidade de certos exemplares de uma categoria abrigam-se sob a rubrica de *efeitos prototípicos*.

Os referidos *efeitos*, conforme o julgamento escalar de exemplares representativos de determinada categoria nos experimentos de Rosch (1975), foram atribuídos a três fatores, entre outros: (a) propriedades inerentes da percepção humana, para as quais foram consideradas evidências os estudos das formas, cores e orientação espacial; (b) a freqüência, que, embora demonstrada empiricamente, é vista como um possível sintoma, e não a causa de prototipicidade. Um indício disso, ofertado por

²⁷ Categories typically have fuzzy edges and might even merge into each other; some attributes might be shared by only a few members of a category; there might even be categories with no attributes shared by all their members. In order to keep our categories maximally distinct, and hence maximally informative, we need to focus on the basic level of categorization, more specifically, on the more central members of basic level categories (TAYLOR, 1992: p.51);

Taylor (1992: p.53), são as pinturas de crianças, em que o céu é representado com a cor azul e as gramas com a cor verde, embora, no meio ambiente, o céu seja mais frequentemente cinza e a grama mais próxima do marrom; e (c) importância cultural, que leva certos atributos a serem mais salientes em determinada sociedade.

Lakoff (1987) considera os efeitos prototípicos um fenômeno de superfície que pode resultar de vários fatores, a depender da categoria:

no caso de uma categoria gradual como *homem alto*, que é imprecisa e não tem limites rígidos, os efeitos prototípicos podem resultar do grau de pertença à categoria, enquanto no caso de *pássaro*, que tem limites precisos, os efeitos prototípicos podem resultar de algum outro aspecto da estrutura interna da categoria (LAKOFF, 1987: p.45)²⁸.

Tais efeitos derivam, segundo o autor, dos *modelos cognitivos idealizados* (ICM), que são estruturas, segundo as quais organizamos nosso conhecimento, na base de quatro princípios. O primeiro princípio são os *frames*²⁹, propostos inicialmente por Fillmore (1982), que consistem em dado conjunto coerente de conhecimentos acarretados por um conceito lexical.

Dois outros princípios são os *mapeamentos metafóricos* e os *metonímicos*, como abordados por Lakoff e Johnson (1980) na formação de metáforas cotidianas: relações metafóricas ou metonímicas entre domínios conceituais, sobre as quais não nos deteremos aqui³⁰. O quarto princípio, por fim, são os esquemas imagéticos, como propostos por Langacker (2000):

padrões esquematizados de atividade abstraídos da experiência corporal cotidiana, pertencendo, especialmente, à visão, ao espaço, ao movimento e à força. Esquemas imagéticos são vistos como estruturas “básicas”, “pré-conceituais” que dão lugar a concepções mais elaboradas e mais abstratas (ou pelo menos oferecem uma organização esquemática) através de combinações e projeções metafóricas (2000, p.1083)³¹.

Cabe aqui uma observação de natureza terminológica: ICM, *domínio* e *frames*, embora não sejam rigorosamente sinônimos, são usados por alguns autores como quase-

²⁸ In the case of a graded category like *tall man*, which is fuzzy and does not have rigid boundaries, prototype effects may result from degree of category membership, while in case of *bird*, which does have rigid boundaries, the prototype effects must result from some other aspect of internal category structure (LAKOFF, 1987, p.45).

²⁹ Há autores que distinguem *script* de *frame*, usando o primeiro num sentido mais específico para designar um frame com uma seqüência de eventos.

³⁰ Cf. Croft & Cruse (2004, p.194).

³¹ Schematized patterns of activity abstracted from everyday bodily experience especially pertaining to vision, space, motion, and force. Image schemas are seen as “basic”, “preconceptual” structures which give rise to more elaborate and more abstract conceptions (or at least provide their skeletal organization) through combination and metaphorical projections (LANGACKER, 2000, p.1083)

sinônimos. Langacker (2000), por exemplo, considera que a diferença é apenas uma questão de aplicação, sendo *domínio* um termo mais geral, e ICM, um mais específico. A divergência se acentua ainda mais na parêntese de termos *domínio/espacos mentais*, sendo ambas formas diferentes de ver a estrutura conceitual. O primeiro focalizaria a estrutura interna da concepção, já o segundo focalizaria a partição da estrutura conceitual em regiões semi-autônomas. O autor admite, no entanto, como Taylor (1992: p.87-88), que os termos ICM, *frames* e domínio são vagos e imprecisos para uma aplicação geral.

Voltemos agora ao nosso tópicO, relativo à *teoria dos protótipos*, cujo entendimento não constitui ponto pacífico. Está sujeita a uma série de críticas, conforme já apontaram autores, como Eco (1998: p.169)³², que, comparando a noção de protótipo com sua noção de *tipo cognitivo*, julga os juízos de prototipia mais úteis à pesquisa antropológico-cultural que à busca de mecanismos cognitivos. Croft & Cruse (2004: p.87) apontam como principais problemas da teoria a natureza simplista da lista de atributos, o paradoxo dos números ímpares, a natureza dos atributos, as categorias contrastantes, e a localização dos limites das categorias. Taylor (1992), discutindo a questão dos limites, adverte:

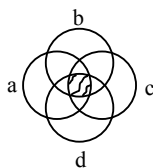
Talvez o modo mais apropriado de concluir esta seção seja sugerir, com Geeraerts (1989), que a *prototipia é ela própria uma categoria prototípica* (a recursividade de protótipos novamente!). Categorias com limites claros (muitos tipos naturais) e categorias com condições essenciais para pertença (tipos nominais) podem certamente mostrar efeitos prototípicos, embora elas talvez não sejam exemplares mais adequados de categorias prototípicas (1992: p.65)³³. [grifo nosso].

Face às inúmeras dificuldades que envolvem o conceito de prototipia, adotamos Givón (1984: p.14), segundo o qual, na teoria dos protótipos, as categorias se formam pela interseção de uma ou várias propriedades típicas, que tendem a coincidir, ainda que tal coincidência não seja estritamente necessária. Esquematizando:

³² Para maiores detalhes, cf. Cuenca e Hilferty (1999, p.36-41). Consulte-se também Neves (2006, p.22-23).

³³ Perhaps the most appropriate way to end this section is to suggest, with Geeraerts (1989), that prototypicality is itself a prototype category (the recursivity of prototypes again!). Categories with clear boundaries (many natural kinds) and categories with essential conditions for membership (nominal kinds) can certainly show prototype effects, although they are perhaps not optimal exemplars of prototype categories (TAYLOR, 1992: p.65).

Figura 1.1: estrutura interna de uma categoria (Givón, 1984, p.14)



A vantagem da proposta de Givón (1984) é que fornece uma perspectiva mais aberta de protótipos que fica a depender dos traços intensionais atribuídos ao membro central.

Vale ressaltar que a noção de prototipia não se aplica apenas ao estudo das categorias estritamente ligadas ao léxico, mas também ao estudo das categorias semântico-gramaticais. A esse respeito, convém citar o trabalho sobre transitividade de Hopper e Thompson (1980), que propuseram uma escala de transitividade com base em uma série de traços relativos ao verbo e aos argumentos. Também Givón (1993) lida com a noção de protótipos na descrição da gramática do Inglês, a partir de traços sintáticos e semântico-pragmáticos, o que mostra a abertura da teoria.

No tocante ao fenômeno que aqui será estudado, parece-nos que as vozes média, passiva e impessoal fazem parte de um *continuum* de causalidade, que julgamos ser o seguinte:

Figura 1.2: escala de causalidade



Estes tipos não são estanques. Os limites entre elas são difusos, de modo que pode haver construções passivas mais próximas das construções médias que de outras construções. Nesta escala de causalidade, o membro mais prototípico é a construção causativa, em que há uma entidade instigadora do evento agindo sobre outra entidade que sofre uma mudança. Há, dentro de cada construção que estudaremos, membros mais prototípicos que outros. Entre as médias, por exemplo, posicionadas no extremo negativo da escala de atribuição de causalidade, postulamos uma média prototípica, representante, por excelência, do traço *não-atribuição do traço de causalidade*, por codificar eventos espontâneos, conforme veremos adiante, nos capítulos II e IX.

Assim, a adoção da teoria dos protótipos se justifica nesse trabalho, porque há zonas de fronteiras muito mal definidas, como a existente entre passiva, média e impessoal³⁴, por exemplo. Essa fronteira é tão mal delimitada, reiteramos, que autores tradicionais, em propostas de categorização discreta, a exemplo de Camara Jr. (1977), não se pejam de classificar determinada forma como *médio-passiva* ou *passiva impessoal*, reconhecendo, assim, o caráter duplo ou de fronteira dessa construção.

Apresentadas estas noções teóricas gerais, exporemos, em seguida, a visão de dinâmica interacional, adotada em nosso estudo, a qual, num aparato teórico cognitivo-funcional, não pode ser ignorada, sob pena de empobrecermos o fenômeno estudado.

1.3. Um modelo de interação verbal

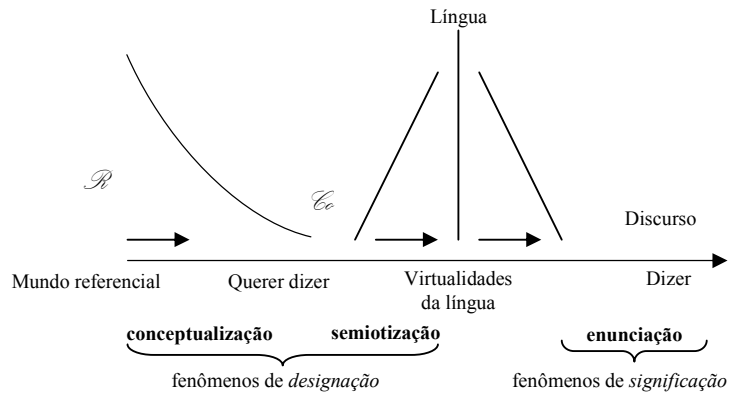
Vários são os pontos de vista para representar, via modelo, a complexa interação entre falante e ouvinte³⁵, sob enfoque cognitivo, em que ganham realce fenômenos psíquicos como a percepção e a memória. Um deles é apresentado na proposta cognitiva de Pottier (1992). Nela, o emissor, a que o autor atribui papel intencional, está relacionado ao DIZER que funda a *concepção do percurso onomasiológico*. O receptor está ligado ao COMPREENDER, vinculado à *interpretação do percurso semasiológico*. Naturalmente, os papéis de emissor e receptor são revertidos.

O enunciador tem um ponto de partida referencial (*R*), filtrado sensorial e psicologicamente. Ele toma consciência de seu QUERER DIZER, na medida em que conceptualiza (*Co*) sua intenção de significar. Naturalmente, tal organização mental se concretiza, numa língua natural (LN), através de signos, que permitem o fenômeno da *semiotização*, através das possibilidades da própria língua do emissor. Por seu turno, o intérprete, em virtude de seu múltiplo saber sobre a língua, sobre o mundo e sobre o próprio interlocutor, decodifica o discurso, por meio da compreensão e da identificação deste último. Em termos esquemáticos:

³⁴ Ressaltamos que, por razões explicitadas adiante, no capítulo VII, tal como Camacho (2002), incluímos aqui como *impessoal* a construção considerada *passiva sintética* pelas gramáticas tradicionais..

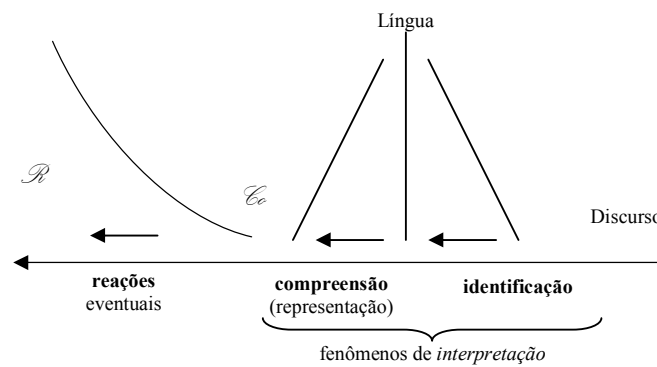
³⁵ *Falante* e *ouvinte* aqui não se restringem à interação em língua falada. Trata-se de uma abstração em relação à interação prototípica, tal como os termos *ruído*, *voz*, *dialogismo*.

Figura 1.3: O percurso onomasiológico



(adaptada de POTTIER, 1992: p.16)

Figura 1.4: percurso semasiológico



(adaptada de POTTIER, 1992, p.17)

A mensagem se constitui de um texto, quer oral, quer escrito. O ponto de referência deste é o instante de enunciação, em torno do qual há um ANTES e um APÓS. O ANTES é constituído pela acumulação do SABER memorizado pelo enunciador desde o seu nascimento. O APÓS concerne ao que o enunciador tem em vista para organização de sua mensagem, diz respeito ao QUERER comunicar. Há também categorias modalizantes responsáveis pelos fenômenos de *focalização* e de *tematização*, capazes de tecer a intenção hierarquizante por parte do enunciador desde o nível conceitual.

Um outro fator importante, ao lado dos supracitados, é o VER, que pode dirigir-se para o interior da própria mensagem — o *contexto* — ou para o exterior dela — a *situação*. Outra categoria de importância é o SABER. Há vários saberes, aquele referente

à língua, sem o qual não há a devida elaboração da mensagem; aquele referente à cultura, em que o falante se insere; aquele relativo ao mundo, do tipo enciclopédico.

Cada representação mental é susceptível de se manifestar lingüisticamente de várias maneiras. A este fenômeno de manifestação lingüística, Pottier (1992) denomina *semiotização*, correspondente a que outros autores, como Langacker (1991) e Givón (1993, 2001), chamam *codificação*.

Chafe (1994) propõe diversos modelos interacionais, conforme a natureza da interação, mediata ou imediata, a situação espaço-temporal dos interlocutores, e a natureza do código, oral ou escrito. A depender desses fatores, acentuam-se ou não os papéis da memória e do meio ambiente. A vantagem da proposta de Chafe é que detalha a dinâmica interacional, esboçando alternativas modelísticas, o que não se encontra na obra de Pottier (1992). Interessante a destacar-se é o relevo que dá aos gêneros do discurso escrito e ao ponto de vista do narrador. Não leva em conta apenas a memória, mas a imaginação, em função do tipo de discurso e considera, no texto escrito, as várias facetas do *self* e a cooperação do leitor.

Tendo a *consciência* como palavra-chave, Chafe (1994) parte do princípio que ela é um processo de ativação limitada, durante o qual a mente focaliza apenas em uma pequena parte do modelo de mundo circundante do experienciador³⁶. Caracteriza-se por ter um foco ativo e dinâmico, cercado de informações semi-ativas, periféricas. São estas informações periféricas que oferecem suporte contextual para o foco. Numa interação, há uma contínua ativação de focos de informação diferentes, cada qual cercado por seu próprio contexto na consciência periférica. Além disso, a consciência tem um ponto de vista e precisa de orientação³⁷. O ponto de vista decorre da necessidade de o modelo de mundo manifesto na interação ser centrado num *self*. A orientação diz respeito ao conhecimento do lugar, do tempo e das pessoas com que o *self* está interagindo.

³⁶ Parece-nos que Chafe (1994) entende *consciência*, como a possibilidade de, numa dada experiência, o sujeito perceber, ao mesmo tempo, os objetos e os estados mentais relacionados a eles (o que Brentano chamou de *objetos intencionais*). Assim, uma pessoa tanto pode estar ciente de determinado evento como, por exemplo, uma chuva ou um cachorro, como do estado de alegria ou medo que pode experimentar durante este evento. Esta noção de *consciência* esteve sujeita a reformulações na Filosofia (cf. ABBAGNANO, 2000: s.v. consciência) e na Psicologia Cognitiva (cf. VARELA, THOMPSON e ROSCH, 2003).

³⁷ A necessidade de orientação da consciência parece em parte relacionada ao que Husserl chama *consciência intencional*, que flagra algum aspecto do objeto dado como relevante e digno de recorte: “a percepção é intencional no sentido de que as coisas que vemos têm um certo sentido para nós. Este aspecto intencional da percepção significa que não percebemos meramente o arranjo extensivo ou objetivo. Quando percebemos alguma característica do mundo, nós a percebemos como sendo de certa maneira” (HARRÉ e GILLET, 1999: p.140).

Chafe (1994) enriquece a proposta de Pottier (1992), enfatizando a imaginação e a percepção indireta através da memória. Na presente pesquisa, é importante lembrar que estudaremos um *corpus* de uma crônica do séc. XV (do gênero narrativo não-ficcional), distante de nós, enquanto observadores, no tempo e no espaço. Temos, assim, um *emissor* e um *receptor* distantes no tempo e no espaço. Esse emissor tem determinadas intenções comunicativas, um QUERER DIZER que depende, por um lado, do construto da cena por ele, do leitor da época, presumido pelo autor, e, por outro, dos recursos lingüísticos à sua disposição.

O mundo referencial, ou meio circundante, não vem bruto, mas de algum modo “interpretado” pelos órgãos dos sentidos e pelas atividades da memória e/ou da imaginação³⁸:

O que penetra na consciência não é uma réplica fiel do estímulo (seja lá o que for), mas, na verdade, uma *interpretação* dele. (...) O que está na consciência constitui uma espécie de crença sobre o que está no mundo exterior. Esta crença pode ser derivada do que é apresentado aos nossos sentidos, mas é fortemente influenciada por expectativas contextuais, bem como predisposições individuais e culturais. Tudo isto se combina para produzir em nossas mentes algum tipo de interpretação do que está ocorrendo no mundo lá fora. A palavra-chave para nós aqui será que a *percepção é interpretativa*. (CHAFE, 1977, p.217)³⁹.

Uma vez que a consciência é sempre interpretativa, não há, como aponta Chafe (1994), rígida separação entre *imaginar* e *lembrar*. Mesmo na experiência direta e imediata, o que nos chega à consciência é resultado de construto, pois a lembrança de uma experiência inevitavelmente demanda uma quantidade maior ou menor de invenção. Experiências imaginadas, por sua vez, se ancoram de algum modo na realidade.

A propósito do que foi dito, vale destacar que, no texto analisado, a interpretação não recai sobre os dados da experiência, pois o cronista narrador não os vivenciou nem os testemunhou diretamente, baseia-se apenas em relatos orais ou

³⁸ Como as noções de outras faculdades mentais, *imaginação* também é termo polissêmico, geralmente entendido como a possibilidade de evocar ou produzir imagens, independentemente da presença do objeto a que se referem. Na Filosofia, em que muitas vezes não foi separada da *memória*, atribuía-se a ela uma função criadora ou apenas evocadora, a depender se era tomada como uma representação vaga de um objeto distante, como via Hume, ou se era tida como a criação de uma “realidade”, uma *fantasia*, na concepção de Hegel.

³⁹ What enters consciousness is not a faithful replica of the stimulus (whatever that might be), but rather an *interpretation* of it. (...) What is in consciousness constitutes a kind of belief about what is in the outside world. This belief may be derived from what is presented to the senses, but is heavily influenced by contextual expectations as well as cultural and individual predispositions. All these things combine to produce in our minds some kind of interpretations of what is going on outside. The key notion for us here will be that *perception is interpretative* (...) (CHAFE, 1977, p.217).

escritos, nem todos testemunhados pelo informante. Isto significa que a fonte dos dados não é a percepção⁴⁰, pelo menos não a percepção dos eventos narrados, mas a memória e a imaginação, do escritor e de outros emissores que lhe serviram de fonte da informação⁴¹.

Tendo a informação atingido a consciência, através da memória e da imaginação, dá-se a *conceitualização*, em que processos relativos ao conteúdo, ao discurso e a gramática tomam lugar para uma *codificação*, a transformação de informação não-verbal em texto. Estes processos certamente não se dão de forma estanque e hierarquizada como aqui descrito. Ao contrário, cremos que há uma complexa integração desses processos cuja descrição estamos longe de alcançar. A conceitualização, por exemplo, não se dá apenas num momento anterior à codificação, mas toma lugar já no processo de retenção da informação na memória. Afinal, a memória, como a percepção, é seletiva:

podemos assinalar primeiramente que tais fenômenos de focalização e de seleção têm sido observados durante o estudo de outras funções [a memória, a percepção, a aprendizagem]. Aquilo de que se fala quando se descreve a atenção pode, portanto, ser considerado, de certo modo, uma modalidade geral de funcionamento do conjunto de procedimentos adaptativos (REUCHLIN, 1979: p.283).

Em suma, a representação de um modelo que pretenda dar conta de, pelo menos, boa parte dos fenômenos envolvidos na interação verbal, ainda que, em linhas gerais, precisaria considerar não só os processos básicos como *percepção–conceitualização – codificação – enunciação*, mas precisaria incluir os possíveis processos mentais do emissor, como *saber – querer dizer – avaliar – lembrar – imaginar*, e os do receptor, como *identificar – avaliar – saber – interpretar*. Precisaria ainda levar em conta todo contexto sócio-histórico-cultural externo em que um e outro

⁴⁰ Termo igualmente polissêmico, *percepção* assume, pelo menos, três significados: (a) um de caráter muito geral, conforme o qual designa qualquer atividade cognoscitiva; (b) um significado mais restrito, consoante o qual designa o ato ou a função cognoscitiva face à qual se apresenta um objeto dado como real; (c) um significado ainda mais específico ou técnico conforme o qual designa uma determinada operação humana com o meio ambiente. Para nós, a percepção é um processo ativo, uma relação sujeito/mundo em que intervém uma complexa interação de fatores, sendo, pois, um processo interpretativo.

⁴¹ Alertamos aqui para o fato de que, numa visão integrada *mente/homem/mundo*, não é fácil isolar a *imaginação* de outras faculdades da mente, como a *percepção*, a *memória* e a *atenção*. Destas, talvez a mais pervasiva seja a *imaginação*: “a imaginação é central ao significado humano e à racionalidade pela simples razão de que o que podemos experimentar e reconhecer como significante e como podemos pensar sobre isso são ambos dependentes das estruturas da imaginação que tornam nossa experiência o que é” (JOHNSON, 1990: p.172) [tradução nossa].

estaria, como o tempo e o espaço diferentes. Além disso, não poderia prescindir de aludir, ainda que esquematicamente, ao contexto psíquico interno de cada um, constituído de crenças, expectativas, motivações, que influenciam a produção e a recepção. Concluimos com Chafe (1994) que assim se pronuncia:

este livro presume que, para entender a linguagem e a mente mais plenamente, é essencial reconhecer que todos os aspectos da língua e todos os aspectos da mente pertencem a um complexo sistema integrado, cingindo tudo que nos faz humanos. Meu foco especial está na consciência, mas nada que discuto excluirá a memória, o imagético, as emoções, a interação social ou qualquer coisa que contribua para a totalidade da experiência humana. Tentarei dar ao menos algum espaço para qualquer que seja o fator que pareça relevante. E eu espero que, enfatizando a consciência, não pareça tê-la isolado do resto, muito pelo contrário eu estou convencido de que nem a língua nem a consciência podem ser entendidas a não ser na moldura da experiência humana como um todo integrado (CHAFE, 1994: p.21-22).

Estamos convencidos de que nosso propósito de compreender a não-atribuição de causalidade exige compreendê-la como parte da experiência humana, integrada num todo em que fatores cognitivos, semântico-pragmáticos e culturais exercem seu papel. Reconhecemos as limitações que nos são impostas na análise dos fatores apontados por Chafe no *corpus* que nos propusemos analisar. Afinal, trata-se de um texto escrito há séculos, baseado, por sua vez, em outros textos escritos e em relatos orais. Não temos sequer como testar hipóteses com falantes nem mesmo podemos recorrer a nossos juízos como falante nativo. Temos apenas *codificações*, escritas numa língua afastada espácio-temporalmente, da análise das quais devem emergir inferências sobre motivações de uso, conhecimento partilhado, concepções de evento. Desse modo, embora reconheçamos a multiplicidade de fatores que podem estar envolvidos na interação, teremos de nos restringir apenas àqueles que se refletem no discurso e são respaldados em fontes históricas que nos fornecem informações sobre o contexto sócio-cultural. A propósito da análise da informação, ressalta Prince (1981):

não estamos, então, interessados com o que um indivíduo possa saber ou hipotetizar sobre o estado e crença de outro indivíduo *exceto* na medida em que este conhecimento e estas hipóteses afetam as formas e a compreensão de produções linguísticas (PRINCE, 1981: p.233)⁴².

⁴² We are, therefore, not concerned with what one individual may know or hypothesize about another individual's belief-state except insofar as that knowledge and those hypotheses affect the forms and understanding of linguistic productions (PRINCE, 1981: p.233).

À parte da questão do *corpus*, não se entenda a citação como um refugar do ponto de vista cognitivo. Apenas estamos interessados na manifestação verbal a que temos acesso, uma vez que, nos limites desse trabalho, adentrar processos mentais nos levaria demasiado longe e desfocaria o tema desta tese. Baseamo-nos em Tomaselo (1998), que assevera:

por causa desta abordagem lingüística, basicamente psicológica, eu optei por chamar *Lingüística Cognitivo-Funcional* “a nova psicologia da linguagem”. Mas é importante lembrar que os propugnadores deste novo ponto de vista são *lingüistas, não psicólogos*, e isto é mais evidente na escolha de métodos. Destarte, os lingüistas cognitivo-funcionais são algumas vezes criticados por psicólogos porque eles não testam suas hipóteses com experimento de tempo de reação ou algo que o valha. Mas *isto não é tarefa deles. Seu propósito é estabelecer regularidades no comportamento lingüístico humano (...)* (TOMASELO, 1998: p.xx)⁴³ [grifo nosso].

Assim, nosso propósito nesta tese é estudar a não-atribuição de causalidade, de um ponto de vista cognitivo-funcional, a partir de sua codificação como construções passivas, impessoais e médias.

⁴³ Because of this basically psychological approach to language, I have chosen to call Cognitive-Functional Linguistics “the new psychology of language.” But it is important to remember that the advocates of this new view are linguists, not psychologists, and this is most apparent in their choice of methods. Thus, cognitive-functional linguists are sometimes criticized by psychologists because they do not test their hypothesis with reaction time experiments or the like. But this is not their job. Their job is to establish regularities in human linguist behavior (...) (TOMASELO, 1998: p.xx).

CAPÍTULO II

DA NÃO-ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE

A explicitação de nosso objeto de estudo se faz necessária especialmente para delimitar nosso trabalho, pois o termo *não-atribuição de causalidade* pode ser tomado em sentido muito amplo e não diretamente ligado ao fenômeno em estudo. É este, pois, o objetivo desse capítulo, dividido em seis seções. Nas duas primeiras seções, discutimos a noção de causalidade. Primeiramente, na Filosofia, basicamente com Aristóteles, Hume e Kant. Depois, na Linguística, apresentando a conceitualização de um evento causativo canônico. Na seção seguinte, apresentamos o construto absoluto, uma concepção de evento autônomo, que representa o grau máximo de não-atribuição de causalidade. Logo após, tratamos dos graus de causalidade que dependem do grau de distinguibilidade dos participantes do evento. A seção cinco discute os papéis ligados à causalidade, tanto os que representam a entidade desencadeadora, como os ligados à entidade afetada. A última seção é dedicada a uma síntese geral do capítulo.

2.1. A noção de causalidade: os precedentes filosóficos

A concepção popular de eventos relacionados por relações causais, um tanto incipiente, encontrou na Filosofia uma sistematização mais sofisticada em Aristóteles (2000), que elaborou uma teoria das causas, classificando-as em *eficiente*, *material*, *formal* e *final*. A *causa eficiente* é a que, por sua ação física, causa o efeito. Está ligada, portanto, à noção de mudança. A *causa material* diz respeito à matéria de que algo é feito, é o princípio determinável, potencial. A *causa formal* constitui a forma ou a essência de algo, é o princípio determinante. A *causa final* é o motivo da produção do efeito. Liga-se, portanto, à idéia de intenção, sobre que discorreremos adiante.

Essas causas são de suma importância para que o filósofo construísse sua teoria do mundo e do movimento¹, de forma a tornar o mundo inteligível. Todavia, enquanto adepto do chamado *realismo ingênuo*, vez que a filosofia ocidental ainda estava em seu início, nutria a concepção de que as coisas precedem a linguagem, esta servindo de instrumento para categorizá-las e nomeá-las. Convém salientar ainda que, por força de uma concepção *realista* (referente a coisas, *res*, em latim), Aristóteles prescindiu de uma prévia teoria do conhecimento para problematizar a existência e o ser.

¹ Em Aristóteles, a noção de movimento está relacionada à noção de mudança (cf. ABBAGNANO, 2000:sv.movimento).

O redimensionamento da noção de causalidade se deu com a primeira grande ruptura, nascida com Descartes (1996), que problematizou a existência e os entes, acabando por fazer desembocar sua filosofia num fosso intransponível entre pensamento e mundo, entre *res cogitans* e *res extensa*. O resultado disso tudo foi uma concepção dualista entre sujeito e objeto do conhecimento, baseada em terminologia matemática.

Na linha do idealismo, define o método como analítico em que se demonstra como os efeitos dependem das causas, o que significa que a causa é o que permite *deduzir* o efeito. Desta maneira, o mundo é visto como uma concatenação de razões, de verdades que constituem uma cadeia ininterrupta². Adveio daí uma identidade entre *causa* e *razão*: a *causa* é o que *dá a razão* do efeito ou justifica sua existência ou suas determinações.

Hume (1996), na linha do empirismo, se contrapôs ao racionalismo inatista de Descartes, pondo em xeque a categoria da *causalidade*. Para tal, conforme sua doutrina, partiu dos dados da experiência para abalizar seu ponto de vista e não de qualquer *a priori* matemático. Para ele, os conceitos de causa e efeito são núcleos das metafísicas racionalistas. Analisando os fenômenos sensíveis, verificou a falta de base para qualquer impressão correspondente ao princípio de causalidade. Esta noção nasceria do vínculo do sujeito com as “coisas”, através das experiências sensíveis. Adviria, então, de um hábito, de uma associação entre o posterior e o anterior, numa sucessão temporal. Como vemos, a esta impressão se relacionam as noções de movimento e tempo.

Ao investir contra a causalidade, Hume opõe-se ao racionalismo cartesiano, segundo o qual uma idéia como *causa* seria oriunda da própria razão. Também investe contra idéias finalísticas *a priori*, pré-estabelecidas antes de qualquer experiência, como a idéia de perfeição. Para sermos sucintos: Hume crê que idéias, como *causalidade*, operavam no vazio por força de concepções idealistas. Estas, algumas vezes embasadas em idéias matemáticas, colocavam em segundo plano as operações sensíveis.

Hume deixou um desafio ao pensamento contemporâneo, tão grande que suscitou reflexões do filósofo Kant (2000), tirando-o, segundo ele mesmo confessa, do “sono dogmático”. Como resultado dessas suas reflexões, distingue três áreas de estudo: a Estética transcendental, que é uma teoria da sensibilidade, na qual se inserem as noções de espaço e de tempo; a Analítica transcendental, que analisa os elementos a

² Descartes, assim como Spinoza, seu discípulo, vê o mundo como mecânico a partir de leis matemáticas, que são construtos do conhecimento, da mente humana.

priori do entendimento, em que se inserem as categorias de quantidade, qualidade, relação e causalidade; e a Dialética transcendental, que se ocupa do uso da razão, quanto às categorias do entendimento³. Kant pensou resolver o desafio de Hume, dando uma resposta idealista-objetiva. A causalidade, por exemplo, se dá porque é próprio da constituição humana estabelecer relações de movimento e de tempo, que nos leva a uma relação causal.

Para Kant, a causalidade é decorrente de um juízo sintético *a priori*, aquele que, operando sobre dados da experiência, culmina em “leis” com algum grau de generalidade, conforme bem resume o trecho abaixo:

De um lado, temos as condições exteriores, sobre as quais nada podemos saber antes de as termos percebido. Podemos chamá-las de *material* do conhecimento. De outro, temos as condições intrínsecas ao próprio homem: por exemplo, o fato de que percebemos tudo como eventos no tempo e no espaço e como processos sujeitos a uma imutável lei da causalidade. A isto podemos chamar de *forma* do conhecimento (GAARDER, 1995, p.217).

Não vamos nos alongar na concepção filosófica de causalidade, que tem sido posta em xeque pela moderna ciência e substituída pela noção de *condições* “o que torna possível a previsão de um evento” (ABBAGNANO, 2000, *sv*). Embora essa relação de condição ou condicionamento tenha se difundido na Idade Moderna, com o abandono da idéia de causalidade como determinística e necessária, em favor das probabilidades, Aristóteles já distinguia claramente *causa* e *condição*. Na primeira, a relação é necessária; na segunda, provável. Nem mesmo a *condição sine qua non* pode ser confundida com a *causa*, por ser o efeito *accidental*. No entanto, manteremos o termo *causalidade* por ser de uso corrente. *Condição*, na linguagem comum, adquire outro significado.

2.2. A noção de causalidade: o enfoque cognitivo

No âmbito da lingüística cognitiva, a causalidade é considerada uma “construção *mental*, apoiada na *experiência* e inclui vários conceitos causais *prototipicamente* estruturados” (SILVA, 2004, p.576)⁴.

³ Kant estabelece uma distinção entre *entendimento* e *razão*. Para ele, a ciência só é possível quando se opera uma síntese *a priori* do conhecimento, em que somos capazes de formular “leis”, segundo categorias do entendimento operando sobre o mundo sensível. A força é conferida ao sujeito que porta estruturas inatas do conhecimento. A razão seria para Kant o último refúgio da metafísica que busca operar com as categorias fora do mundo da experiência, chegando às antinomias da razão.

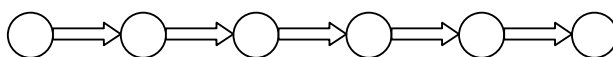
⁴ [causation] is a *mental* construction, grounded in *experience* and includes various causal concepts *prototypically* structured (SILVA, 2004:p. 576).

Para representar esse construto, vários modelos foram propostos, entre os quais, o modelo bola de bilhar de Langacker (1991) e o modelo dinâmica de forças, de Talmy (1988).

Langacker (1991) descreve a causalidade como um Modelo Cognitivo Idealizado arquetípico, que dá conta de nossa visão de mundo como povoado de objetos discretos que se movem num espaço, entram em contato uns com os outros e participam de interações energéticas. O movimento dos objetos é comandado por *energia* (ou *força*), que alguns retiram de recursos internos e outros recebem do exterior. Assim, além da força ou energia (interação), são elementos desse modelo: o *espaço* (movimento), o *tempo* (mudança) e a *substância material* (objetos).

Esta visão do mundo é chamada por Langacker de *modelo da bola de bilhar*, que remonta, *grosso modo*, a Hume. Representa uma cadeia de ação: um objeto faz forte contato com outro, resultando em transferência de energia. O segundo objeto é dirigido em contato com outro, resultando de novo em transferência de energia e assim indefinidamente, até que a energia se acabe ou nenhum contato seja feito. O núcleo da cadeia é o objeto inicial, e a cauda é o objeto final. Em cadeias de ação mais simples, o núcleo e o fim interagem sem intermediários, há apenas dois objetos participantes. A figura abaixo, reproduzida de Langacker (1987, p.283), representa uma cadeia de ação:

Figura 2.1: cadeia de ação (LANGACKER, 1987)



Essa conceitualização da experiência como uma rede causal se manifesta na linguagem, como na frase (1).

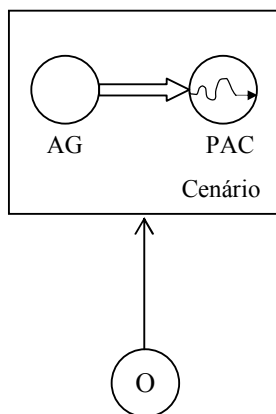
(1) Pedro abriu a porta.

A frase (1) é a codificação de um evento canônico causativo, em que há dois participantes, um dos quais um *agente* arquetípico, “pessoa que voluntariamente inicia uma atividade física, resultando, através de contato físico, numa transferência de energia a um objeto externo”⁵, e o outro, um *paciente* também arquetípico, “objeto inanimado que absorve a energia transmitida via contato físico iniciado fisicamente e, por isso,

⁵ The archetypal agent is a person who volitionally initiates physical activity resulting, through physical contact, in the transfer of energy to an external object (LANGACKER, 1991, p.285).

experimenta uma mudança de estado”⁶. Este evento é representado esquematicamente pela figura abaixo, adaptada de Langacker (1991, p.285):

Figura 2.2: evento causativo canônico (LANGACKER, 1991)



Nesta representação, há a conjunção de dois Modelos Cognitivos Idealizados. O *modelo da bola de bilhar*, já comentado, e o *modelo do palco*. Este último pertence à experiência perceptual e parte da semelhança entre o papel de alguém que percebe um evento e alguém que assiste a uma peça de teatro: a observação de eventos externos, cada um compreendendo interações de participantes dentro de um cenário.

O modelo de evento canônico representa, pois, uma observação normal de uma ação prototípica: o observador (O) assiste ao evento de um ponto de vista externo. Um objeto discreto, o núcleo da cadeia de ação (Ag), transmite energia a um outro objeto (Pac), a cauda da cadeia de ação, através de contato físico energético (indicado pela seta larga), e este experimenta uma mudança de estado, indicada pela seta rabiscada no seu interior.

Este modelo tem clara base psicológica nos experimentos de Michote e seus seguidores (cf. WHITE, 1988), segundo os quais a percepção causal ocorre quando o movimento de um objeto é deslocado para outro objeto, que passa a se movimentar, dando a idéia de continuidade do movimento. Dessas pesquisas, emergiu um protótipo de relação causal que envolve duas entidades e a transferência de propriedades de movimento de uma a outra.

Por ser essencialmente mecânica, a noção de causalidade, tal como representada pelo *modelo bola de bilhar*, só, através de extensão metafórica, pode ser

⁶ Na inanimate object that absorbs the energy transmitted via externally initiated physical contact and thereby undergoes an internal change of state (LANGACKER, 1991, p.285).

aplicada a tipos de relações causais, como a que envolve ações de seres humanos que levam a determinados comportamentos. Isto não constitui problema numa abordagem como a da lingüística cognitiva, que atribui à metáfora conceitual considerável papel na organização da experiência humana. Para nós, o problema repousa no fato de, na cadeia causal, o paciente ser representado como entidade submetida passivamente a uma força externa. Se isto vale para a causação física, não parece valer para a causação não-física, em que a relação entre as entidades envolvidas é muito mais complexa. Para esta, o modelo *dinâmica de forças* de Talmy (1988) nos parece mais adequado por permitir aplicação mais ampla.

Neste modelo, os processos são conceitualizados como envolvendo diferentes tipos de forças. Na concepção causal, há uma relação dinâmica entre duas entidades, representantes de forças opostas: o antagonista, a mais forte, e o agonista, a que se esforça para se manter em repouso ou para se mover. Esta interação de forças pode se dar tanto no plano da causação física como da não-física e é baseada em quatro padrões de oposições: (a) a tendência de força intrínseca do agonista na direção do movimento ou do repouso; (b) a mudança ao longo do tempo ou a não-mudança; (c) o embate, quando o estado final do agonista é o oposto da tendência da força intrínseca, ou o não-embate, quando o estado final deste se mantém conforme sua tendência natural; (d) a entidade mais forte em oposição à mais fraca.

O modelo pode dar conta de diferenças sutis na noção de causalidade, como nos exemplos citados por Croft and Cruse (2004, p.66), adaptados ao português:

- (2) a. Eu chutei a bola (*I kicked the ball*).
- b. Eu segurei a bola (*I held the ball*).
- c. Eu soltei a bola (*I dropped the ball*).

Apenas a frase (2a) pode ser razoavelmente representada pelo modelo bola de bilhar de Langacker (1991). O exemplo (2b) pode ser entendido como uma extensão da noção de causação em que o antagonista resiste à tendência do agonista em se mover. Já em (2c), a idéia de causação, mais débil, estende-se à idéia de permissão, pois nela o antagonista age de modo a permitir que o agonista exerça sua tendência ao movimento.

Vemos, assim, que o modelo *dinâmica de forças* é mais amplo e flexível na medida em que apresenta a relação entre causador e afetado como se dando de modo dinâmico, o que condiz com o senso comum de um embate de forças. Neste modelo, o

afetado não é uma entidade passiva, mera receptora do movimento/ação do causador, como induz o modelo bola de bilhar, mas age também sobre este, de algum modo.

Apesar das diferenças, ambos os modelos têm como eixo a noção de Força, que, segundo Johnson (1990), desempenha papel central em nossa compreensão do mundo e está de tal modo infiltrada em nossa interação com o meio ambiente que só atentamos para ela quando é extraordinariamente forte ou não equilibrada por outras forças. O vento, por exemplo, só é percebido quando forte o suficiente para contrariar nosso movimento. Até a gravidade, tão constante em nosso meio, só é percebida em situações especiais:

Muito embora não tendamos a prestar atenção a forças que estão dentro de nós e em nosso meio ambiente, é claro que estas forças manifestam estruturas que são responsáveis por termos experiências coerentes e significantes que podemos trazer à consciência, compreender, arrazoar e comunicar na linguagem (JOHNSON, 1990, p.43)⁷.

Por meio do esquema FORÇA, os processos são conceitualizados como envolvendo diferentes tipos de forças que agem de diferentes modos sobre os participantes de um evento, exatamente como se dá no modelo *dinâmica de forças*. Johnson (1990) lista seis fatores que estão envolvidos em nossa noção de Força: (a) *interação*, por meio da qual a força é experienciada, pois só nos tornamos conscientes da força quando ela afeta a nós ou a algum objeto no nosso campo perceptual; (b) *direcionalidade*, pois nossa experiência de força normalmente envolve o movimento de algum objeto no espaço em alguma direção. Realmente, pode haver um objeto que se move, ou somente uma força exercida contra um objeto que não é movido nem mudado. Em qualquer um dos casos, a força é exercida em uma ou mais direções; (c) *rota do movimento*, ligada ao fator anterior, diz respeito ao fato de a força dirigir-se ao longo de um caminho; (d) *fonte/alvo*, pois a força tem uma origem e se dirige a um alvo; (e) *intensidade*, que decorre da possibilidade de medir o grau de poder que gera a força. Em alguns casos, a medida pode ser feita de modo preciso e quantitativo, em outros, a medida pode ser apenas relativa; (f) *seqüência de causalidade*, que ocorre devido à interação das forças: “embora possamos pensar em forças abstratamente isoladas como

⁷ Even though we do not tend to pay attention to the forces that are everywhere inside us and in our environment, it is clear that these forces manifest structures that are very much a part of our having coherent, meaningful experiences that we can call into consciousness, understand reason about, and communicate in language (JOHNSON, 1990, p.43).

vetores de forças vazias, todas as forças reais são experimentadas por nós em seqüências causais” (JOHNSON, 1990, p.44)⁸.

Estes fatores se manifestam em menor ou maior medida nas estruturas de forças com que nós lidamos na experiência cotidiana. Os mais comuns são, segundo Johnson (1990): (a) *compulsão*: esquema relacionado à experiência de ser movido por forças externas, como forças da natureza, objetos físicos ou outras pessoas. Estas forças podem ser físicas, morais, éticas, sociais⁹; (b) *bloqueio*: relacionado aos obstáculos que bloqueiam ou resistem à nossa força, diante dos quais podemos parar, tentar removê-los ou nos desviar deles; (c) *força oposta*: *Gestalt* focada no encontro de duas forças igualmente fortes que colidem frente a frente; (d) *desvio*: variação da anterior, em que uma das forças é desviada como resultado da interação causal de dois ou mais vetores de forças; (e) *remoção de barreira*: remoção de barreira ou ausência de alguma possível barreira que permite que a força seja exercida, ou seja, não há nada que impeça a força de ser exercida; (f) *permissão*: representa uma força potencial diante da ausência de barreiras ou forças opostas; (g) *atração*: força de atração semelhante a gravitacional na direção de um objeto.

De fato, não precisamos de esforço para reconhecer, em nossa experiência cotidiana, a atuação das forças estruturadas nestas *Gestalten*. Em português, há algumas expressões populares que se relacionam à noção de Força como *abrir a porta*, “facilitar algo”, relacionada à remoção de barreira, e *abrir caminho*, “romper fazendo esforço”, talvez ligada à *Gestalt* do *bloqueio*. Além disso, a etimologia do verbo ligado à *Gestalt* da permissão indica uma base experiencial concreta, dando a idéia de caminho, de ausência de barreiras: *permitir* do latim *permitto* < *per* “através” + *mitto* “deixar ir, soltar” significa literalmente “deixar passar, enviar através”.

Citamos, a título de ilustração do exposto, um estudo de Silva (2004), a respeito dos verbos *fazer* e *deixar*. A diferença entre os dois verbos deve-se à atitude do antagonista, que, com *fazer*, contraria a tendência natural do agonista em se manter parado ou em se mover, e, com *deixar*, não a contraria. Isto torna o primeiro verbo mais

⁸ Although we can think of forces abstractly in isolation as bare force vectors, all actual forces are experienced by us in causal sequences (JOHNSON, 1999, p.44).

⁹ Em português, o verbo *impelir* é claro exemplo desse esquema. A raiz indo-européia é *pel-*, ligada à noção de “agitar”, originou, em latim, o verbo *pello*, *-ere*, que tem como um dos sentidos “pôr em movimento”. Em português, mantém o sentido etimológico em *o vento impele o barco*, mas também é empregado metaforicamente no sentido de “agir sob coação, obrigado”, como em *a saudade o impeliu a viajar* (cf. HOUAISS, 2001).

causativo que o segundo, devido à noção comum de causalidade envolver intervenção no curso natural das coisas.

Haveria duas maneiras de intervir, representada pelos verbos *fazer/deixar*, respectivamente: uma, mais canônica, em que *alguém faz alguém fazer algo* ou *faz algo acontecer*, o que naturalmente envolve mudança; a outra, em que *alguém faz algo ou alguém manter-se no mesmo estado*, e, portanto, não envolve mudança.

O primeiro tipo de causalidade parece corresponder mais proximamente à idéia que o senso comum tem de causalidade, representada pela metáfora de Lakoff e Johnson (1999): CAUSAR é FAZER > EFEITOS são COISAS, metáfora que serviu de base para a proposta de Lapaire (2004) do modelo da *fábrica* ou *estória feita de coisas*, fundamentado em quatro fatores:

Agir é fazer

O agente é um criador

Os atos são artefatos

Os estados componentes são partes da substância.

A causalidade é vista, por esse modelo, como a “arte de fazer as coisas acontecerem” e mantém paralelos com a manufaturação. Na manufaturação, *X causa um objeto material existir no mundo físico*; na causalidade, *X causa um evento existir/acometer*; na manufaturação, *X produz um objeto, faz algo*, na causalidade, *X produz uma consequência, faz algo acontecer*¹⁰.

Todos os modelos vistos, de modo geral, realçam o papel da interação energética, da força, diferenciando-se em complexidade e no papel que atribuem a outros fatores. No modelo de Langacker, o núcleo da cadeia de ação é a entidade principal donde parte toda força na direção da segunda entidade que não parece exercer nenhuma força de resistência. Do mesmo modo, o modelo da fábrica relacionando eventos a artefatos não permite conceber reações do “objeto”. Por sua extrema simplicidade, ambos podem ser úteis para representar a causalidade física prototípica. Como certamente boa parte das interações energéticas que ocorrem no mundo da

¹⁰ A respeito desse esquema, é interessante mencionar aqui a hipótese de Guirardello-Damian (2003., p.17), sobre a partícula causativa, no Trumai, uma língua indígena falada do Xingu. A autora observa que a partícula *ka* usada nessa construção pode ser redução do verbo *kapan* “fazer [um objeto]”: “com o tempo, o *kapan* “causativo” mudou, ficando fonologicamente reduzido a *ka* e se tornando especializado no sentido mais abstrato de ‘causalidade’, enquanto que o *kapan* comum continuou sendo um verbo (o verbo *kapan* é atualmente usado com o sentido de produzir um objeto, não no sentido causativo)”

experiência se dá entre entidades que reagem a forças, a causalidade é, a nosso ver, mais bem representada pelo modelo *dinâmica de forças*, muito semelhante às *Gestalten* propostas por Johnson (1990).

A despeito da generalidade da noção de causalidade como parte da experiência humana, deparamo-nos, no dia-a-dia, com expressões como *o jarro partiu-se, o gelo derreteu, a grama cresceu* e outras em que há uma mudança perceptível no estado de uma entidade X, e nenhuma entidade Y a que se atribuir a mudança percebida. Serão codificações de uma conceitualização de eventos causativos? Ou melhor, poderiam ser descritas por um dos modelos de causalidade vistos?

2.3. A causalidade e o construto absoluto

Por ser a noção de causalidade central em nosso modo de perceber e conceber o mundo, é mais natural conceitualizar eventos com referência à interação energética. De fato, a concepção de mudanças sem atribuição de uma causa é tarefa mental difícil, conforme Langacker (1991) afirma:

...alcançar esse construto não-energético é decididamente trabalhoso, uma façanha de ginástica mental (LANGACKER, 1991, p.289)¹¹.

A despeito dessa dificuldade, é possível em português, e em outras línguas, a codificação de eventos de mudança sem referência a um causador. As construções passivas, impessoais e médias são exemplos do que Givón (1993) chama *de-transitivas*, construções em que o agente causador não figura ou é relegado a segundo plano sendo codificado por sintagma preposicionado. Tais construções são descritas na literatura lingüística de modo geral como *desvios* da oração ativa prototípica, quer por transformações, quer por derivações lexicais, quer por redução de valência, quer por perda de propriedades sintático-semânticas.

Em nossa abordagem, nenhuma dessas propostas é satisfatória, pelas seguintes razões: (a) tais construções não são todas “modos diferentes de dizer *a mesma coisa*”; (b) nem todas se relacionam ao evento transitivo prototípico; (c) elas fazem parte de um *continuum* de causalidade, cujos extremos são a transitiva-causativa e a média espontânea. Estes pressupostos serão discutidos ao longo desse trabalho.

¹¹ ...achieving this non-energetic construal is decidedly effortful, a feat of mental gymnastics. (LANGACKER, 1991, p.289).

Na seção anterior, apresentamos alguns modelos de conceitualização de eventos que se posicionam no extremo positivo da escala de causalidade. Nesta seção, começaremos discutindo a conceitualização de eventos que se posicionam na escala negativa de causalidade, ou seja, de eventos codificados em frases como *o vidro partiu (-se)*, que é descrita na gramática cognitiva de Langacker (1991) em termos da assimetria autonomia/dependência conceitual (A/D).

A autonomia conceitual diz respeito à possibilidade de se referir a uma conceitualização sem referência a outros elementos que são facetas salientes de sua estrutura semântica. Eventos, por exemplo, são conceitualmente dependentes dos participantes, que, por sua vez, são conceitualmente autônomos. Assim, a descrição semântica de um predicado¹² exige referência, ainda que esquemática, a seus participantes. Já estes podem ser conceitualizados independentemente, sem alusão a qualquer evento de que participam¹³.

Embora conceitualmente dependentes dos participantes, eventos podem ser conceitualmente autônomos em relação uns aos outros. Alguns eventos, conceitualmente complexos, podem ser divididos em subeventos, e estes podem, então, ser conceitualizados independentemente, embora, na maioria dos casos, sejam interdependentes. Por exemplo, o ato de abrir uma porta pode ser decomposto em vários subeventos: (1) a força exercida sobre a porta; (2) a mudança de estado da porta; (3) o controle voluntário do agente. O controle voluntário do agente é conceitualmente dependente em relação à mudança de estado da porta e à força, pois não se concebe um controle voluntário sem alguma atividade (a força). Já a mudança de estado pode ser concebida autonomamente em relação ao controle voluntário, pois pode ocorrer na ausência de volição. A frase *o vento abriu a porta* codifica uma concepção de abertura de porta sem a concepção do controle voluntário.

A descrição de uma concepção de eventos pela assimetria A/D permite que uma relação temática¹⁴ conceitualmente autônoma, como vimos a respeito da abertura da porta, possa tanto aparecer sozinha como servir de núcleo de uma concepção mais complexa, tipicamente uma que a retrata como resultante de certas forças. Por exemplo,

¹² A noção de predicado evidencia essa dependência conceitual entre o verbo e seus participantes.

¹³ A independência não é absoluta. Nosso conhecimento sobre entidades depende, em parte, dos eventos de que participam. Mas, como Langacker (1991, p.286) assevera, nossa concepção dessas entidades é coerente, ainda que esse conhecimento permaneça latente.

¹⁴ Estamos usando a expressão *relação temática* no sentido em que o usa Langacker (1991, p.288): componentes de eventos conceitualmente autônomos (conceptually autonomous event components).

o vento abriu a porta representa uma conceitualização complexa da relação temática: *a porta abriu*.

Este modo de conceber um evento como uma série de camadas dependentes que se sobrepõem a um núcleo autônomo se assemelha às camadas morfológicas que se sobrepõem à raiz numa palavra complexa (cf. LANGACKER, 1991, p.287). O correspondente conceitual da raiz é uma relação temática com um único participante, chamado de *tema*, que pode representar qualquer um dos *papéis arquetípicos*, exceto *agente* ou *instrumento*: *zero*, *movido*, *paciente*, *experenciador*¹⁵. Assim, alguns tipos fundamentais de relações temáticas podem ser distintas, conforme o papel arquetípico do participante. O tipo mais elementar é aquele em que o participante simplesmente ocupa algum lugar ou exibe alguma propriedade estática, como *existir*, *redondo*, *vermelho*. Seu papel é *zero*, um papel conceitualmente mínimo e não-distintivo, inerente a todos os outros¹⁶:

pode ser pensado como o caso degenerado em que todos caem quando uma visão estática impede a manifestação de suas características distintivas (LANGACKER, 1991, p.288).¹⁷

Estas duas concepções de um evento — a cadeia de ação e a camada A/D — podem conceitualizar eventos energéticos, mas se diferenciam quanto à direcionalidade. A primeira traça um caminho que vai da fonte do fluxo de energia inicial ao tema. A segunda traça um caminho oposto, que começa no tema e segue em direção ao núcleo da cadeia de ação. Embora a primeira concepção apresente uma direcionalidade inerente das relações de causa e efeito, que coincide com a seqüência temporal, e por isso tenha saliência cognitiva, a segunda, para Langacker (1991), também representa uma ordenação cognitiva natural, pois cada camada de causação acrescentada resulta numa concepção de evento coerente e potencialmente independente. As duas orientações assemelham-se por codificar como ponto de partida o elemento primário: a *figura* primária representada pelo sujeito da construção transitiva, e o *tema*, ponto de partida definido em termos de dependência e autonomia conceitual.

(3) A porta abriu. ⇒ tema (relação temática autônoma)

¹⁵ A noção de *papéis arquetípicos* será mais bem desenvolvida numa outra seção.

¹⁶ Na verdade, o papel zero, por ser inerente a todos os outros, é uma espécie de primitivo, pois não nos é possível conceber um participante sem propriedades estáticas, em virtude das noções de tempo e espaço. É importante salientar que outros objetos ou pessoas podem figurar numa descrição de lugar ou propriedade sem alterar o papel zero. Estes não serão participantes, apenas farão parte do cenário.

¹⁷ Can be thought of as representing the degenerate case to which all of them collapse when a static view precludes the manifestation of their distinctive characteristics (LANGACKER, 1991, p.288).

- (4) A chave abriu a porta \Rightarrow tema_{núcleo} + causa₁ (relação complexa)
- (5) O rapaz abriu a porta com a chave \Rightarrow (tema + causa₁) + causa₂
- (6) Pedro fez o rapaz abrir a porta com a chave \Rightarrow ((tema + causa₁) + causa₂) + causa₃

Langacker (1991) avança uma hipótese para mostrar a relevância cognitiva da superposição em camadas A/D de uma cadeia de ação, comparando-a a uma sílaba com um grupo de consoantes pré-nucleares: (C₂(C₁(V))), em que a estrutura anterior antecipa e pressupõe a posterior. Acrescenta que deve haver alguma forma em que o núcleo seja ativado antes da periferia, embora não o seja na articulação:

Presumivelmente esta anterioridade é refletida na seqüência de eventos neurais em algum nível do processamento (LANGACKER, 1991, p.293)¹⁸

Em relação ao fluxo do ato de fala, naturalmente linear, C₂ inicia um caminho acessível na percepção, mas é formada em antecipação da estrutura autônoma seguinte, C₁V em que se baseia sua implementação. C₁, por sua vez, antecipa V e pressupõe V para sua plena implementação.

Esta forma A/D de descrever uma conceitualização de eventos é puramente hipotética, embora Langacker (1991) ache viável uma base neural para ela. Aliás, é o próprio Langacker (1991) que, paradoxalmente, admite ser a camada A/D contrária à nossa experiência, calcada no modelo *bola de bilhar*:

no nível da percepção consciente, a conceitualização mais natural de uma cadeia de ação encontra um conceitualizador seguindo um caminho mental que espelha o fluxo de energia concebido de participante a participante (LANGACKER, 1991, p.292)¹⁹

Por sinal, inúmeras experiências na psicologia cognitiva têm demonstrado a íntima relação entre ordenação temporal e causalidade (cf. WHITE, 1988, VERNON, 1974, PENNA, 1995). Assim, a camada A/D é na verdade uma abstração:

nós não seguimos esse segundo caminho [o da camada A/D] no nível da percepção consciente, pois ele reflete uma propriedade organizacional abstrata e por si mesmo não pertence ao conteúdo de uma concepção (LANGACKER, 1991, p.292)²⁰

¹⁸ Presumably this anteriority is reflected in the sequencing of neural events at some level of processing. (LANGACKER, 1991, p.293).

¹⁹ At the level of conscious awareness, the most natural conceptualization of an action chain finds the conceptualizer following a mental path that mirrors the conceived energy flow from participant to participant (LANGACKER, 1991, p.292).

²⁰ We do not follow this second path [the A/D layering] at the level of conscious awareness, for it reflects an abstract organizational property and does not per se belong to the content of a conception (LANGACKER, 1991, p.292).

Na verdade, o alinhamento A/D nada mais é que um aspecto geral da estruturação lingüística, em que um componente autônomo A pode formar com outro componente D uma estrutura autônoma de ordem superior (D(A)). Há uma tendência para o componente A ser mais forte que o componente D, em termos de seu conteúdo semântico e/ou fonológico ser mais extensivo, específico e concreto. Numa construção esquemática como *X quebrou Y*, por exemplo, o componente Y tem mais informação substancial, mais extensão, que o componente X, uma vez que é parcialmente delimitado pelo verbo a “entidades capazes de serem quebradas”, mas X é aberto, possuindo apenas a noção de “fonte de energia”.

Essa carga semântica e a autonomia conceitual permitem o *construto absoluto*, que consiste em perfilar o componente A independentemente de D, como vimos. Todavia, Langacker alerta que certas sutilezas devem ser observadas para uma adequada avaliação dessa noção lingüística:

Primeiro, não há necessidade de indicação explícita se o construto de um verbo é absoluto ou energético; em *ele caiu*, por exemplo, *cair* pode ter um dos sentidos já descritos. Uma outra sutileza é que a concepção de causação não está simplesmente presente ou ausente — ao contrário, ela pode ser ativada em vários graus de saliência (p.e. *Ele a quebrou. Isso quebrou facilmente. Isso quebrou*). Finalmente, precisa-se reconhecer que o contraste absoluto/energético é, na verdade, matéria de construto e é assim em algum grau independente da realidade objetiva. Tanto a convenção ou a escolha pessoal pode levar um falante a focalizar exatamente no segmento final de uma cadeia de ação, retratando-a efetivamente como uma ocorrência autônoma (LANGACKER, 1991, p.389)²¹.

Podemos então considerar duas maneiras de conceber uma mudança de estado: como resultado de uma interação energética ou como um construto absoluto. A conceitualização da mudança resultado de interação energética, como já dissemos, encontra no *modelo da bola de bilhar* sua representação canônica e na oração transitiva prototípica sua manifestação lingüística correlata. A conceitualização de eventos dados como espontâneos é descrita pela assimetria A/D, já aludida, como uma questão de carga semântica e conceitual do tema.

Assim, uma frase possível em português, como *a porta abriu*, pode codificar uma conceitualização energética, cuja fonte de energia foi desfocalizada por razões

²¹ First, there need not be any overt indication of whether a verb's construal is absolute or energetic; in *He fell*, for instance, *fall* can have any of the senses just described. Another subtlety is that the conception of causation is not simply present or absent — it may instead be invoked with varying degrees of salience (e.g. *He broke it vs. It broke easily vs. It broke*). Finally, one must recognize that the absolute/energetic contrast is indeed a matter of construal and is thus to some degree independent of objective reality. Either convention or personal choice may lead a speaker to focus just on the final segment of an action chain, effectively portraying it as an autonomous occurrence (LANGACKER, 1991, p.389).

pragmáticas. Mas pode codificar uma conceitualização do evento de abertura de uma porta como se dando espontaneamente, ou seja, como um construto absoluto. Neste caso, dos subeventos de que é composto o evento *abrir*, selecionou-se apenas a mudança de estado. Tal possibilidade contraria a tendência a conceitualizar os eventos como energéticos. Na verdade, embora nosso conhecimento das coisas nos leve a atribuir uma causa para a abertura da porta (a fechadura estava com defeito, a porta não estava bem fechada *etc*), fazemos *tabula rasa* dessas causalidades. Talvez isso se dê precisamente porque as causas possíveis da abertura nessa conceitualização dada como espontânea não envolvam interação energética, mas sobreposição energética entre fonte e meta.

Os variados construtos da causalidade nos levam a admitir que esta noção não é binária e a propor graus de causalidade refletidos na estruturação lingüística. Esse é o tópico da próxima seção.

2.4. Os graus da causalidade

No nível da percepção, uma série de variáveis se conjuga: *interesse, emoção, cultura, valores, expectativas, scripts etc*²². Partindo da noção de causalidade como esquema fundamental da cognição humana, diante de uma entidade sob mudança, a conceitualização mais natural seria a de atribuição de causalidade: a mudança resulta de algo. Este algo pode ser outra entidade percebida, preferencialmente física, espaciotemporalmente contemporânea, ou uma entidade apenas inferida, preferencialmente física, temporalmente anterior. Tanto em um caso como no outro, a atribuição da causa da mudança dependeria de uma ou mais das variáveis apontadas. A empatia, por exemplo, poderia explicar a atribuição de causa a uma determinada entidade e não a outra²³.

A fonte de energia da mudança, percebida ou inferida, é predominantemente humana, dada a saliência de seres humanos numa sociedade antropocêntrica como a nossa. Indício disso é a antropomorfização da divindade, a atribuição de qualidades

²² Para discussão dessas variáveis, consulte-se, entre outros, FLAVELL et al.(1999).

²³ Flavell et al. (1999) comentam uma interessante pesquisa sobre percepção em que alunos avaliavam o comportamento de dois grupos numa competição esportiva: um grupo era apreciado pelos colegas e outro não. O grupo apreciado foi instruído a burlar regras durante o jogo, enquanto o grupo antipatizado foi instruído a não fazê-lo. Na avaliação dos colegas, o grupo que cometeu mais falhas foi o antipatizado, justamente o que, do ponto de vista objetivo, foi o mais rigoroso na obediência às regras.

humanas a animais (*a esperteza da raposa, a inocência da ovelha*), os casos de sinédoque (*a cidade dorme*) etc.

Na escala de atribuição de causalidade, os animais vêm logo a seguir, conforme as possibilidades do cenário e do *script* em que se situa a mudança na cultura, em virtude do traço [+animado]. Esta proeminência de seres animados na atribuição de causalidade talvez se ligue diretamente a um traço da noção de causalidade presente desde a origem da formação desse conceito: a idéia de movimento. Por fim, viriam as forças da natureza que podem atuar como seres animados: *o vento, os rios, a chuva* etc.

Além disso, nem sempre a causalidade é atribuída a uma entidade concreta, externa. O observador pode atribuir a mudança a uma entidade abstrata, exterior ou interior à entidade afetada. Isso dependerá de, *no quadro conceitual* do observador, a entidade abstrata ser tida como “apta a provocar a mudança” percebida. Desse modo, uma mudança pode ser atribuída a fatores abstratos associados à experiência cognitiva e/ou emocional humana, como *solidão, falta de dinheiro, doença, fragilidade, inabilidade, tristeza* etc. Nesse caso, pode-se referir à própria entidade afetada, quando dizemos que é interna, ou à outra entidade, quando dizemos que é externa. Assim, por exemplo, quando uma mudança é atribuída à inabilidade de uma outra pessoa que não o afetado, a concepção do evento dissocia em duas entidades conceituais uma única entidade experiencial concreta. Contrastemos dois exemplos:

(7) Pedro morreu devido à inabilidade do médico.

(8) Pedro morreu devido ao médico inábil.

Os dois exemplos são pragmática e semanticamente diferentes, segundo o princípio da iconicidade, por isso jamais se relacionariam por regras de derivação. A primeira, dissociando em dois nomes a causa da morte de Pedro, reduz a responsabilidade do médico sobre o evento. Isso se manifesta gramaticalmente pelo estatuto sintático de satélite do sintagma nominal (*inabilidade do médico*). Já na segunda frase, a responsabilidade do médico é mais saliente, o que se manifesta na codificação de um único nome como núcleo do SN, encaixado no SP causal como o primeiro exemplo. Uma iconicidade deste tipo está na base de um fenômeno metonímico conhecido na literatura tradicional do uso da causa, instrumental ou não, pelo agente, a exemplo de *a espada o matou / o avião bombardeou a cidade / a inflação causou danos à economia*. Esse último exemplo é bem ilustrativo do que estamos

argumentando. Restringamo-nos à cadeia implícita no sujeito *a inflação*, cuja plena compreensão depende da enciclopédia: *a inflação < aumento de preços < emissão exagerada de moedas < Banco Central < Ministério da Fazenda < Governo Federal < prevenção < recessão mundial < economia globalizada*²⁴... Disto decorre que a atribuição de causalidade é relativa e se submete a uma hierarquia, cujo final nem sempre é determinado porque depende do conhecimento de mundo do falante.

O estatuto de interioridade dos fatores abstratos parece ser uma questão de grau. Até que ponto a entidade abstrata *falta de dinheiro*, por exemplo, é um fator interno a uma entidade humana afetada por ela? Não sabemos determinar, uma vez que a falta de dinheiro pertence à entidade afetada. Talvez possamos apenas afirmar que uma entidade abstrata como *velhice* seja mais interna que *falta de dinheiro*, por exemplo:

(9) A falta de dinheiro/a velhice/a doença/a tristeza causou a morte de Pedro.

Vemos que as entidades abstratas são atribuídas ao afetado: a falta de dinheiro *dele*, a velhice *dele*, a doença *dele*, a tristeza *dele*. Em outras palavras, são as próprias propriedades de Pedro que acabam por levá-lo à morte.

A evidência de uma causa interna parece mais forte quando a mudança é atribuída a uma propriedade dada como inerente, que pode variar em graus até chegar a uma propriedade difusa. Na causação interna, a idéia de movimento, em termos físicos²⁵, tão ligada à noção de causalidade, se perde. O que temos é uma sobreposição entre causador e afetado, assim parece.

Algumas mudanças de estado, no entanto, são conceitualizadas sem referência explícita à causa, nem mesmo interna. Manifestam-se, na linguagem, como se dando espontaneamente:

muitas mudanças de estado são conceitualizadas sem referência essencial à dinâmica da força [force dynamics]: crescimento de cabelo, desbotamento de cores, solidificação de líquidos e assim por diante (LANGACKER, 1991, p.289)²⁶

²⁴ Ressaltamos que esta cadeia é apenas um exemplo, sem pretensão de alcançar as “verdadeiras” causas do evento descrito e, além disso, que mistura noções como *causa, condição, responsabilidade, ocasião*, como é comum na linguagem cotidiana.

²⁵ Em termos filosóficos, a idéia de movimento se mantém, pois há mudança. O movimento aqui é uma revolução no próprio sujeito: um movimento em si mesmo. Uma *alteração*. O que não há é movimento no sentido de *translação*.

²⁶ Many chances of state are readily conceptualized with no essential reference to force dynamics: hair growing longer, the fading of a color, the solidification of a liquid, and so on (LANGACKER, 1991:p.289)

Tal conceitualização de eventos dados como espontâneos diverge da conceitualização de eventos energéticos, no sentido de, naqueles, não se conceber nenhum agente causador externo. Na ausência de percepção de uma entidade externa causadora, tais mudanças parecem decorrer de uma propriedade inerente à entidade afetada, capaz de provocar tal mudança, embora desconhecida, de muito baixa saliência ou mesmo irrelevante por tão óbvia.

Cabe aqui lembrar a concepção animista do mundo pelo homem primitivo²⁷, que atribuía as mudanças à natureza na forma de deuses e seres sobrenaturais. Esta concepção animista primitiva está presente claramente tanto nos mitos gregos como nas lendas indígenas. O universo e as mudanças nele operadas eram explicados como causados por algum deus ou elemento da natureza. Mesmo em sociedades modernas, antes da difusão do conhecimento científico, uma gravidez de uma mulher solteira, por exemplo, podia ser atribuída a um ser sobrenatural, como em algumas regiões da Amazônia, na lenda do Boto. Isto mostra o caráter geral da noção de um mundo como uma rede de relações causais:

O homem moderno tem utilizado a relação de causa e efeito do mesmo modo como o homem da antiguidade usava os deuses, isto é, para ordenar o universo. Isto não ocorria apenas porque se tratava do sistema mais verdadeiro, mas porque era o mais conveniente (POINCARÉ *apud* LESHAN, 1994).

Em um universo assim concebido, tem lugar a noção de causa ligada à substância, como propunha Aristóteles: “compreender a causa significa compreender a organização interna de uma substância, a razão pela qual uma substância qualquer é o que é e não pode ser ou agir diferentemente” (ABBAGNANO, 2000: *s.v. causa*). Assim, segundo a cosmologia aristotélica, era tendência natural dos quatro elementos, terra, ar, fogo e água, procurarem seus lugares originais, o que dava ordem causal ao universo. Por exemplo, uma maçã caía porque era da natureza das coisas terrestres (físicas, do elemento terra) voltarem à terra.

Esta concepção parece estar na base dos eventos espontâneos. Um construto absoluto, mais que o *desconhecimento* do agente, parece revelar uma *ausência* de agente externo:

Aristóteles definiu bem a espontaneidade ao dizer que uma ação é espontânea quando seu princípio está no agente (ABBAGNANO, 2000, p.357).

²⁷ O pensamento animista também é freqüente em crianças pequenas (cf. FLAVELL et al, 1999).

Em outras palavras, a causa do evento espontâneo é a entidade que nele figura. Em *a grama cresceu*, a causa é a própria grama, ela cresceu porque é próprio da grama crescerem. Sem propor um retorno à teoria dos quatro elementos, é o que Langacker (1991), de certo modo, afirma ao explicar a saliência do tema em termos de carga semântica, ou seja, de substância. A extensão semântica do tema numa relação temática é determinada, em última análise, por nosso conhecimento da substância das coisas. Sabemos, por exemplo, que alguns objetos afundam, outros se quebram, outros se abrem e fecham, outros cozinham, outros derretem, sem *necessária intervenção* de algum ser animado ou alguma força da natureza aparente.

O conhecimento de por que esses eventos acontecem ou aconteceram pode variar imensamente. Um adepto da teoria dos quatro elementos responderia que aconteceram por um princípio material de ordem na natureza. Um cientista do século XVIII diria que aconteceram segundo determinadas *leis físico-químicas*. Um índio do século XX, vivendo em seu próprio meio sócio-cultural, responderia que esses eventos aconteceram por causa de um deus qualquer a que atribui toda ordem do seu universo. Em todas essas concepções, subjaz uma idéia de *causa*, como “*aquilo de que uma coisa depende quanto à existência*”.

O homem comum, uma vez descartada a intervenção evidente, diante de eventos como os citados, pode não se interessar em saber ou em enunciar a causa, mas simplesmente em constatar e enunciar o efeito: *algo afundou, algo quebrou, algo abriu*. O construto de um evento manifesto por essas construções é *não-interativo*, uma vez que nenhuma entidade externa é percebida. Nesse caso, a concepção de uma cadeia causal de eventos não se põe e podemos conceber um evento como se dando sem outro evento precedente, sem a idéia de movimento tão ligada à noção de causalidade mecânica, mas um evento contido em si mesmo. É o que admite White (1988), quando comenta a noção de causalidade que emergiu dos experimentos de Michotte, já citado:

Pode haver outros conceitos fundamentais para que se possam propor relações causais hierárquicas, tais como uma restrição de determinados eventos se conformarem a um padrão, esquema ou lei do universo (O “há um destino que modela nossa morte” de Shakespeare) (WHITE, 1988, p.49)²⁸.

²⁸ There may be other fundamental concepts for what may be called “hierarquical” causal relations, such as a constraint on particular events to fit a pattern, scheme, or law of the universe (Shakespeare’s “there is a destiny that shapes our ends”) (WHITE, 1988, p.49).

Esta descrição da conceitualização da não-causalidade é congruente com a abordagem que Van Oosten (1977) dá a construções com sujeito-paciente em inglês, como *this car drives easily* “dirige-se este carro facilmente”. Segundo o autor, as propriedades do paciente são mais responsáveis pelo que acontece do que o agente. Para Lakoff (1977), isto se deve ao fato de o paciente dessas construções deter a principal propriedade semântica da subjetividade, a *responsabilidade primária*, ainda que, como inanimado, não tenha os traços [controle] e [volição]. A possibilidade ou não de uma construção com sujeito-paciente dependerá de as propriedades do paciente poderem ser responsáveis pela predicação²⁹:

Digerir e comer diferem consideravelmente com respeito à contribuição feita pelo paciente. Propriedades do paciente podem ser primariamente responsáveis pela ocorrência de digestão, mas não pela ocorrência do ato de comer. Comer é o tipo de atividade para a qual o agente é sempre primariamente responsável³⁰ (LAKOFF, 1977, p.251).

Em casos como os descritos por Lakoff (1977) e por Van Oosten (1977), há ainda uma separação conceitual entre as duas entidades: paciente e causador, ainda que no nível da codificação ambos estejam lexicalizados num mesmo participante. Em *dirige-se este carro facilmente*: *este carro* representa a entidade afetada porque é [ALGUÉM DIRIGE ESTE CARRO COM FACILIDADE], mas a causa de [SER DIRIGIDO COM FACILIDADE], deve-se ao *carro*: o fato de ser confortável, ter boa mecânica etc, sendo, portanto, a entidade causadora do estado de coisas descrito.

No caso dos eventos conceitualizados como espontâneos, não parece haver essa separação conceitual. O paciente confunde-se de tal modo com sua propriedade interna causadora da mudança que é representado como uma única entidade conceitual. Assemelha-se a situações pontuais, cuja duração existe, mas é tão ínfima, que é desconsiderada.

Esta indistinção entre os participantes já foi apontada por Kemmer (1993) a respeito da voz média. É esse parâmetro semântico que permite agrupar, no domínio médio, variadas construções, distintas em diferentes graus a depender de fatores semântico-pragmáticos. Há maior distinção nos seguintes casos: (a) na referência a

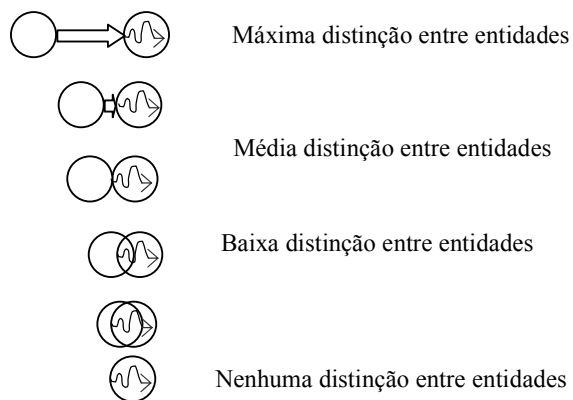
²⁹ Lakoff (1977, p.248) apresenta como exemplos *bean curd digests easily* e **bean curd eats easily*. Em português, as glosas correspondentes seriam aceitáveis: *estes grãos se digerem facilmente/estes grãos se comem facilmente*.

³⁰ *Digest* and *eat* differ considerably with respect to the contribution made by patient. Properties of the patient can be primarily responsible for whether digestion takes place, but not for whether eating takes place. Eating is the sort of activity for which the agent is always primarily responsible (LAKOFF, 1977, p.251).

aspectos puramente físicos de uma entidade, tais como o corpo ou parte do corpo; (b) no contraste implícito do ponto de chegada com outros potenciais pontos de chegada; e/ou (c) na expectativa de distinção conceitual dos dois participantes, associada com a semântica lexical do predicado.

Em suma, a conceitualização de eventos espontâneos também envolve um esquema de força. A diferença entre esta concepção e a concepção de um evento transitivo canônico está na conceitualização das entidades envolvidas: maximamente distintas ou gradualmente indistintas até o ponto de serem concebidas como um todo, em que há uma sobreposição energética. A ilustração abaixo é uma tentativa de representar as várias conceitualizações de eventos energéticos³¹.

Figura 2.3: os graus da causalidade



A distinção entre as entidades envolvidas na mudança vai desde o grau máximo, no evento transitivo prototípico, em que duas entidades físicas interagem, até o grau zero, no evento espontâneo, em que não há interação percebida, uma vez que a distância entre as entidades é mínima e estas são concebidas como únicas, passando por graus intermediários de distinção, conforme os graus de concretude e interioridade da entidade causadora.

A ausência de distância conceitual entre as entidades envolvidas no evento espontâneo certamente leva à percepção de ausência de causalidade externa, que depende crucialmente da percepção de transferência de força entre duas entidades distintas. Assim, as codificações a seguir manifestariam graus distintos de causalidade:

(10) O policial matou João.

³¹ Estamos seguindo as convenções de Langacker: o círculo representa uma entidade. A seta maior representa a energia dirigida. A seta ondulada no interior do círculo representa a mudança. Optamos aqui por não representar, no último diagrama, a energia que estamos descrevendo como interior à entidade. Não é assim que a representa García-Miguel (2001) como veremos.

- (11) O tiro de João fez o policial matá-lo.
- (12) A rebeldia de João fez o policial matá-lo.
- (13) João matou-se.
- (14) Aquela doença matou João.
- (15) João morreu.
- (16) Pedro vendeu o livro.
- (17) O livro vendeu bem.
- (18) O marketing fez o livro vender bem.

O grau de causalidade dependerá, portanto, da relação entre as duas entidades envolvidas: quanto mais próximas estiverem conceitualmente, menos será concebida uma transferência energética, ou, em outras palavras, quanto mais interna a fonte de energia, menos perceptível. Assim, o *tiro* está menos próximo conceitualmente de *João*, que a *rebeldia*, uma vez que esta última é um traço de João, visualmente imperceptível. Em (13), a entidade causadora é a mesma afetada, disjunta em dois participantes. Em (14), há uma entidade causadora que se encontra interna ao afetado, ainda que não como propriedade inerente. Representa um grau de aproximação maior do que o expresso por (11) e similar ao expresso por (18). Os exemplos (15) e (17) se assemelham pela proximidade das entidades, uma vez que a causa da morte em (15) e a causa da venda em (17) são propriedades inerentes ao afetado. A diferença é que as propriedades de (17) podem ser aventadas: qualidade editorial da obra, conteúdo, preço etc. São, portanto, de algum modo, acessíveis à mente do falante e constituem, por si, resultados de outros eventos de causalidade: o livro vende bem \Leftarrow tem bom preço \Leftarrow a editora usou papel reciclado.

Já as propriedades que causam a mudança de estado expressa em (15) são dadas como próprias do afetado, são naturais, por assim dizer. *João morreu*, não porque alguém ou algo o matou, morreu apenas pela condição natural de ser vivo: todo ser vivo nasce, cresce e morre. Do mesmo modo, um vidro se quebra porque é próprio dos vidros se quebrarem, pela própria substância de que são feitos. Não fossem vidros, fossem plásticos, por exemplo, não se quebrariam. No cenário, não há outra condição necessária nem suficiente para a mudança de estado senão a natureza do afetado. A propósito vale citar White (1988) sobre as tendências naturais:

Mesmo a noção de que seres humanos tenham traços de personalidade estáveis que os disponham a comportar-se de certo modo é muito similar à idéia de que objetos físicos tenham tendências naturais (WHITE, 1988, p.49)³².

A proximidade conceitual das entidades envolvidas levaria à negação de um fator muito ligado à causalidade: a idéia de movimento direcional. A percepção do movimento dos objetos depende da noção de tempo e espaço, ainda mais centrais na cognição humana que a noção de causalidade:

A percepção da causalidade não ocorre ao nível de uma análise lógica dos movimentos vistos. De alguma forma, é analisada ainda no sistema visual, pois está intimamente ligada à percepção do movimento que dá origem à percepção da causalidade (SIMÕES e TIEDEMANN, 1985, p.43).

Na conceitualização de uma não-causalidade, não há movimento direcional perceptível de entidades. Nesse sentido, a percepção é mais de um resultado de evento que mesmo do próprio evento. Trata-se de uma noção semi-estática: o indivíduo percebe o resultado de uma mudança de estado numa entidade X como se dando num todo indissociado, sem divisão no tempo e no espaço. Diante do cenário de mudança, o sujeito percebe ALGO ACONTECEU A X porque conhece o estado anterior de X, e a noção de causalidade de que está impregnado o leva a atribuir um evento anterior à mudança percebida, tenha ou não o testemunhado diretamente. No evento espontâneo, a fonte de energia que direciona o movimento é interna, não há nenhum evento anterior a que se possa atribuir a causa, daí a idéia de não-causalidade:

O movimento é compelido pela energia, que alguns objetos retiram de recursos internos e outros recebem do exterior (LANGACKER, 1991, p.13)³³

Portanto, a conceitualização de algo que ocorre espontaneamente não nega a genericidade do esquema *força* no nosso sistema conceitual. Apenas a atribuição de causalidade perde o caráter de vetor, que lhe confere direcionalidade, interação, seqüencialidade. A causa é interna. Em favor dessa hipótese, temos a representação lingüística de fatos espontâneos na forma intransitiva, admitindo, às vezes, por questão de clareza, adjuntos do tipo *sozinho, por si só, por nada*. O diálogo abaixo é reprodução de um diálogo real entre mim (B) e uma criança (A):

³² Even the notion that human beings have stable personality traits that dispose them to behave in certain ways is very similar to the idea that physical objects have natural tendencies (WHITE, 1988, p.49).

³³ Motion is driven by energy, which some objects draw from internal resources and others receive from the exterior (LANGACKER, 1991, p.13).

A — cadê teu óculos?

B — ah, quebrou.

A — quem quebrou?

B — ninguém, quebrou sozinho.

Longe de ser um exemplo isolado, situações como essas são comuns na nossa experiência cotidiana. Nem sempre podemos atribuir causas às mudanças com que nos deparamos o tempo todo. Na maioria das vezes, estas não são nem mesmo relevantes, como no caso citado, em que podemos imaginar a seqüência possível, tão comum na chamada fase dos porquês:

A — por que quebrou sozinho?

B — porque o parafuso caiu.

A — por que o parafuso caiu?

B — porque estava frouxo.

E o diálogo em buscas das causas poderia continuar, num encadeamento lógico, até a *causa primeira* ou a absoluta impossibilidade, diante de nossas limitações humanas, de compreender o universo.

Outro exemplo mais complexo, extraído de um diálogo real, desta vez entre mim e um adulto, a respeito do mesmo evento, é o que transcrevemos a seguir:

C — como quebrou?

B — o parafuso soltou. Acho que está por aí.

C — Se soltou, é porque quebrou. Não adianta.

B — Mas como quebrou esse parafuso, né?

C — ah, o material que é vagabundo mesmo.

A dedução lógica do referido adulto sobre a quebra do parafuso pode ser entendida como uma relação causal: quebrou > soltou. Mas a ponta da cadeia de ação acaba na substância: material ruim > quebrou. O que, mais uma vez, nos leva de volta à noção de causalidade interna nos eventos espontâneos.

Cabe agora discutirmos os papéis ligados à idéia de causalidade de que já falamos superficialmente nos parágrafos anteriores: *agente, paciente, causa/ força, instrumento, experienciador*.

2.5. Os papéis ligados à causalidade

No esquema de força, a entidade que inicia o movimento na cadeia de ação é considerada *causadora* do estado de coisas por provocar o efeito numa outra entidade. É a fonte inicial de energia, que pode advir, conforme já aludimos, de recursos internos ou externos. Pode ser representada por seres humanos, animais, forças da natureza, objetos, abstrações, enfim, tudo que possa ser concebido como capaz de provocar um efeito.

A entidade que experiencia a mudança provocada pela fonte é o alvo do movimento e também pode ser representada por seres humanos, animais, objetos, forças da natureza, abstrações, qualquer coisa enfim que possa sofrer mudança.

Embora o campo de representação de uma e outra entidade possa ser bastante amplo, o mais comum é que a entidade provocadora da mudança seja representada por um ser humano e a entidade que sofre a mudança, por um ser inanimado. Nesse caso, tais entidades correspondem aos papéis semânticos *agente* e *paciente*, conforme definidos por Givón (1993, p.46) como caracterizando uma oração transitiva:

agente: uma oração prototípica transitiva envolve um agente intencional, controlador, ativo que é responsável pelo evento, isto é, sua causa saliente;

paciente: o evento transitivo prototípico envolve um paciente concreto, visível, afetado, não-intencional, inativo, não-controlador que registra a mudança de estado do evento, ou seja, é seu efeito saliente³⁴;

As noções de *agente*, *paciente*, bem como a de outros papéis semânticos, foram estudadas primeiramente na Gramática de Casos de Fillmore (1968)³⁵. O inventário de papéis e a descrição destes vêm passando por revisões desde então (cf. BORBA, 1987; NEVES, 1987).

A despeito de sua importância para o estudo de relações sintático-semânticas, a imprecisão conceitual e a grande variação nomenclatural têm provocado muita crítica:

há três problemas com esses papéis semânticos. Primeiro, como fatores nocionais, eles não podem ser definidos de modo preciso, resultando em que nem sempre podem ser aplicados não-ambiguamente. Segundo, é sempre possível sugerir mais distinções, de modo que, em princípio, não há limite ao número possível de papéis. Terceiro, eles são freqüentemente baseados em distinções gramaticais observadas em línguas, como está evidente na

³⁴ Agent: the prototypical transitive clause involves a volitional, controlling, actively-initiating agent who is responsible for the event, and thus is its salient cause.

Patient: the prototypical transitive event involves a non-volitional, inactive non-controlling patient who registers the event's changes-of-state, and thus is its salient effect. (GIVÓN, 1993, p.42, v.2)

³⁵ A gramática tradicional, esporadicamente, faz uso dos termos ao tratar de voz ativa e passiva. A noção também está presente, por exemplo, na apresentação da função de sujeito e agente da passiva.

lista de Fillmore, e assim, não são verdadeiramente nocionais (PALMER, 1998, p.5)³⁶.

Langacker (1991), embora ressalte a importância dos papéis semânticos para uma teoria lingüística, também considera impossível se chegar a um inventário fixo e limitado dos papéis de modo a acomodar todos os fenômenos de todas as línguas. Para ele, todavia, os papéis não são construtos lingüísticos, são concepções pré-lingüísticas fundamentadas na experiência diária. São *papéis arquetípicos*, concepções básicas e experiencialmente gerais que refletem nossa experiência como criaturas móveis, conscientes e manipuladoras de objetos físicos. O autor apresenta cinco papéis arquetípicos, destacando que podem ser feitas distinções mais específicas.

agente: pessoa que inicia voluntariamente atividade física resultando, através de contato físico, em transferência de energia a um objeto externo.

paciente: objeto inanimado que absorve a energia transmitida via contato físico iniciado externamente e através disso sofre uma mudança de estado interno.

instrumento: objeto físico manipulado por um agente para afetar um paciente e serve como intermediário na transmissão de energia.

experienciador: pessoa envolvida numa atividade mental (intelectual, perceptual ou emotiva).

movido: entidade que sofre mudança de lugar.

Estes papéis arquetípicos podem ser agrupados em conceitos mais gerais. É o que propõe Kemmer (1993), considerando que a relação entre os dois participantes de um evento transitivo, nomeados *iniciador (Initiator)* e *ponto de chegada (Endpoint)*, é essencialmente assimétrica:

o estatuto do iniciador e do ponto de chegada não é necessariamente ligado a algum tipo de transmissão de energia do “mundo real”, mas a uma conceptualização de uma interação assimétrica que é a base para a configuração gramatical da oração transitiva na linguagem humana³⁷ (KEMMER, 1993, p.51).

O papel do *iniciador* subsume papéis que envolvem a conceptualização de um ponto de partida para um dado evento, tais como *agente, experienciador e fonte mental*.

³⁶ There are three problems with such notional roles. First, like all such notional features, they cannot be defined in any precise way, with the result it is not always possible to apply them unambiguously. Secondly, it is always possible to suggest more distinctions, so that there is, in principle, no limit to the number of possible roles. Thirdly, they are often partly based on the grammatical distinctions noted in languages, as is obvious in Fillmore’s list, and so are not truly notional (PALMER, 1998, p.5).

³⁷ The status of Initiator and Endpoint are not necessarily tied to some “real world” transmission of energy, but to a conceptualization of an asymmetrical interaction that is the basis for the grammatical configuration of the transitive clause in human language. (KEMMER, 1993, p.51)

O papel do *ponto final*, por sua vez, inclui participantes que estejam no fim da cadeia de ação, incluindo papéis como *paciente* e *beneficiário*. São assim *macropapéis*.

Cançado (2003) prefere lidar com traços e propõe que, ao invés de definir *agente* ou *paciente*, cada papel temático seja considerado um grupo específico de propriedades semânticas que se combinam numa dada relação temática. Assim, a propriedade de ser *desencadeador*, *ter controle* pode constituir um papel temático, já outro papel temático pode ser constituído das propriedades *desencadeador* e *afetado*, e assim por diante. Em suma, não haveria um papel *agente*, mas uma combinação de propriedades que pode resultar num *agente* prototípico ou num *agente-afetado*. Isso atribui considerável flexibilidade à descrição, mas o problema conceitual permanece, uma vez que cada propriedade proposta — *desencadeador*, *afetado*, *estativo*, *controle* — não é um primitivo e precisa também ser definido, levando à mesma dificuldade inicial, pois são de natureza filosófica e psicológica.

Não é nosso intuito aqui encetar uma longa discussão sobre a teoria dos papéis semânticos (ou temáticos, como alguns preferem chamar, por resultarem de relação com predicadores). Isso nos levaria longe demais. Vamos nos limitar a discutir os papéis envolvidos no domínio da causalidade. Para facilitar a discussão, dividiremos a seção em traços normalmente atribuídos aos papéis.

2.5.1. Ação: o *fazer*

Sob esta noção geral, englobamos todos os papéis que podem ser considerados como provocadores de uma mudança: *Agente*, *Instrumento* e *Causativo*, diferenciados por boa parte dos autores, como Borba (1991b, 1996), Dik (1997) e Ignácio (2007), por traços como *controle* e *volição*. O *Agentivo* (*Agente* em Dik, 1997) é caracterizado pelo traço *controle* positivamente porque este é o controlador da ação e, conseqüentemente, é volitivo. O *instrumento* é caracterizado pelo traço *controle* negativamente, porque é manipulado por um agente e, portanto, não-volitivo. Já o *causativo*, correspondente a *Força* em Dik (1997), é caracterizado negativamente quanto a esses traços, pois é não-manipulador, não-manipulado e não-volitivo. Representa uma entidade não-manipuladora nem manipulável que provoca um processo.

Numa proposta diferente, Cançado (2003), lidando especificamente com propriedades semânticas, propõe o traço *desencadeador*, assim definido:

Quando uma proposição acarreta para um determinado argumento – ter algum papel no desenrolar do processo –, este será um acarretamento que

compõe o seu papel temático, e a esse argumento é associada à propriedade de desencadeador (CANÇADO, 2003, p.8).

Com a expressão vaga “ter algum papel”, a autora parece querer isolar a propriedade *desencadeador* dos papéis temáticos *agente* ou *causa*, pois ela pode ser atribuída até mesmo a um experienciador como *Paulo* em *Paulo leu o livro*. Em outras palavras, a propriedade *desencadeador* não é suficiente para definir um agente, nem mesmo um agente prototípico, que precisaria ainda da propriedade *controle*. Nos exemplos da autora, reproduzidos abaixo, *garoto*, *filha* e *filhos* seriam ao mesmo tempo *desencadeadores* e *afetados* pelo processo, enquanto *professor*, *mãe* e *pai* seriam *desencadeadores* e teriam *controle* sobre o desencadear do processo.

- a. O professor correu o garoto atrevido para fora da sala.
- b. A mãe casou a filha bem.
- c. O pai estudou todos os filhos até a faculdade.

Em qualquer das abordagens, quer lidando com papéis tradicionalmente definidos, como Borba (1991b, 1996) e Ignácio (2007), quer lidando com papéis como um agrupamento de traços, como Dik (1989, 1997), Cançado (2000, 2003) e Franchi e Cançado (2003), a distinção entre os papéis de *desencadeadores* repousa em traços muito frágeis: *controle*, *intenção* ou *volição*, como veremos a seguir.

2.5.1.1. Controle e intenção

Dik (1997) usa *controle* como parâmetro para sua classificação de estado de coisas³⁸. Um estado de coisas será [+controle] se seu primeiro argumento tiver o poder de determinar se o estado de coisas ocorrerá ou não. Para o autor, o traço desempenha relevante papel em várias regras gramaticais. As ordens, pedidos e promessas, por exemplo, dependeriam desse traço, o que tornaria inaceitáveis frases como **João, adormeça!* ou **João prometeu ser inteligente*, em que *João* é não-controlador do estado de coisas. Esse impedimento se deve ao fato de frases assim ferirem uma das condições de felicidade de atos de fala imperativos, nomeadamente: o falante precisa acreditar que o ouvinte é capaz de cumprir a ordem (cf. Austin, 1990) e processos incoativos como *adormecer* e estados como *ser inteligente* parecem fora de “controle” do sujeito. No entanto, em contextos específicos, frases como *João prometeu ser inteligente* podem ser

³⁸ Para o autor, *estado de coisas* constitui uma “concepção de algo que pode ocorrer em algum mundo”. É uma interpretação da “realidade” que se codifica numa determinada expressão. Assim, uma determinada realidade, em algum mundo, pode receber diferentes interpretações e, a cada interpretação, corresponderá um diferente estado de coisas (cf. DIK, 1997, p.124-125).

aceitáveis. Numa situação em que *João* tenha agido tolamente e tenha recebido alguma crítica, por exemplo, a frase em questão seria aceitável como a intenção de “não ser tolo” no futuro: “*Prometo ser inteligente da próxima vez*”. Tudo dependerá, portanto, do contexto que atribuirá determinado sentido ao enunciado. Até mesmo um predicado como *morrer*, considerado [-controle], pode, a depender do contexto, figurar em frases imperativas, por exemplo, *morra logo, infeliz!* ou *por favor, não morra agora!*

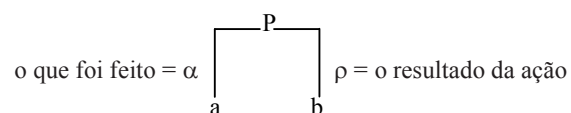
Com efeito, embora haja uma noção intuitiva do que seja “ter o poder de determinar a ocorrência de um evento”, nem sempre é simples de avaliar se determinada entidade tem ou não controle, pois dependerá crucialmente do contexto discursivo. Ignácio (2007, p.4), por exemplo, cita a frase abaixo, em que *filhos*, “sendo um participante com controle sobre a ação, é, além de Paciente, também Agente”:

(19) Embora pobre, Paulo estuda os *filhos* em escola particular.

Considerando a noção de controle de Dik (1997), até que ponto podemos dizer que *filhos* na frase citada tem controle sobre o estado de coisas “estudar em escola particular”? A depender do ponto de vista, a questão do controle acaba sendo uma questão filosófica e psicológica. Afinal, até onde nos é dado o poder de determinar uma ocorrência X?

Franchi & Cançado (2003, p.28) reconhecem o problema de avaliação do controle e propõem a divisão de um evento causativo em dois subeventos — o que foi feito pelo desencadeador e o que resultou dessa ação — representados no gráfico abaixo:

Figura 2.4: os subventos do evento causativo (FRANCHI & CANÇADO, 2003)



Os autores afirmam que “o controle age apenas nos acarretamentos³⁹ de α , e não tem nenhum papel nas conseqüências do evento, ou seja, nos acarretamentos ρ ” (FRANCHI & CANÇADO, 2003, p.28). Assim, em frases, como as reproduzidas de Cançado (2003, p.11), apenas (a) e (b) pressupõem que *João*, independentemente do resultado, tem controle sobre o primeiro subevento (α) de *quebrar*. Já (c) não indicaria

³⁹ A noção de *acarretamento* aqui se aproxima da noção de *pressuposição*.

controle por parte de *João* sobre o primeiro subevento e daí este ser apenas desencadeador, mas não-controlador.

- (20) a. João quebrou o vaso com um martelo.
b. João quebrou o vaso original, achando que era o falso.
c. João quebrou o vaso com o empurrão que levou do irmão.

Cançado (2003) alerta que, em outros casos, nenhum controle pode ser exercido quanto ao início do processo, mas quanto à capacidade de interromper o processo⁴⁰. A autora exemplifica com a frase *João recebeu uma herança*, em que *João* não tem controle sobre o início, mas pode interrompê-lo: *João não vai mais receber a herança: ele decidiu*. Em outros contextos, não há possibilidade de interrupção, logo, não haveria controle: **João não vai mais receber um tapa: ele decidiu*.

Vale ressaltar que um determinado contexto discursivo pode atribuir capacidade de interromper um processo até mesmo em frases como a recém-citada. Para nós, uma frase como *João não vai mais receber tapas daquele coleguinha: ele decidiu* é perfeitamente aceitável, desde que se compreenda como uma decisão feita a si mesmo de não aceitar uma violência costumeira, seja reagindo antes, seja evitando o agressor. Apenas numa interpretação do ato como factual e pontual, a frase seria inaceitável.

Interessante é que Cançado (2003), embora julgue inaceitável a frase *João não vai mais receber um tapa: ele decidiu*, admite casos em que o experienciador pode interromper o estado, cuja diferença em relação à frase com *receber tapa* é, a nosso ver, quanto ao valor aspectual, durativo nestas e pontual naquela, o que favorece a interpretação como algo capaz de ser interrompido. São frases da autora:

- (21) a. João não vai mais amar Maria; ele se prometeu.
b. João não vai mais odiar José; ele decidiu.

Em todos os casos acima, deu-se primazia ao *controle* por intermédio de uma ação palpável e não como um atributo inerente, o que é aceitável; todavia foi esquecido um fator fundamental aludido por Talmy (1988), estudado por Silva (2004), a propósito de determinados verbos: a possibilidade de oferecimento de resistência à força. Cremos que falta aos autores a noção de um modelo mais pragmático como é o do referido autor, baseado na noção de *palco* que prima pela tangibilidade.

⁴⁰ O que é semelhante à definição de Dik (1997, p.112): “capacidade de determinar se estado de coisas ocorrerá ou não” [tradução nossa].

A noção de *intenção* é outro parâmetro freqüentemente associado a *controle* talvez ainda mais difícil de avaliar. Nas frases com *quebrar*, comentadas acima, a frase *João quebrou o vaso original, achando que era o falso* parece dissociar *intenção* e *controle*, se entendemos *intenção* conforme o senso comum como “aquilo que se pretende fazer” (HOUAISS, 2001). Afinal, se *João* tinha o *controle* sobre o ato de quebrar, ou seja, sobre o que foi feito, não nos parece que tinha *intenção* de fazê-lo, pois o resultado final não coincidiu com o propósito inicial⁴¹, que, ao que tudo indica, seria *quebrar o vaso falso*. Nesse sentido, a *intenção* é vista como uma relação entre um evento interno, não percebido visualmente, ou seja, a própria *intenção*, e um evento externo, o comportamento dirigido pela *intenção* (cf. WHITE, 1988, p.41). Esta é mais ou menos a solução proposta pelo behaviorismo ao problema da *intenção*:

(...) o ceticismo tão difundido na filosofia contemporânea, quanto à possibilidade de conhecer com probabilidade suficiente o que acontece no âmago da consciência individual, levou o behaviorismo a considerar a *intenção* como operação (ou parte de uma operação) que constitui a execução de um plano ou projeto de conduta. Nesse caso, a frase ‘tenho a *intenção* de ver João’ significa simplesmente que estou empenhado na execução de um plano que de faz parte encontrar com João (ABBAGNANO, 2000, p.576).

Associada a *controle* e *volição*, a *intencionalidade* é, por vezes, a própria condição da existência de ação. É assim que é vista na Filosofia da Ação, por exemplo:

(...) Finalmente, temos a pista para encontrar o critério que define a presença de uma ação. Se o acidente tivesse sido causado não pelo efeito da água na rua, ou por causa do pneu inadequado, ou por uma falha nos freios, mas por uma *intenção* deliberada de Miguel, teríamos inequivocamente uma ação; do mesmo modo, se Lucia Helena não tivesse caído sobre Miguel, mas, ao contrário, tivesse se jogado sobre o namorado, então não há dúvida de que teríamos igualmente uma ação. Ou seja: *o que define a ação é a presença de intenção. A ação é definida pela intencionalidade* (BERTOCHE, 2006, p.8) [grifo nosso]

De fato, mesmo na Lingüística, a *intenção* é usada para distinguir tipos de eventos. Lyons (1994), por exemplo, distingue *ações*, que representam, ao mesmo tempo, um *acontecer* e um *fazer*, de processos e eventos, que representam meros *acontecimentos*. No primeiro caso, os *processos* e *eventos* estariam sob *controle* de um agente, cujo paradigma⁴² é, segundo o autor, um ser animado que intencional e

⁴¹ A *intenção* acha-se ligada à *causa final* de Aristóteles: aquilo por que o efeito é produzido. Há o fim da obra e o fim do agente. Esta última corresponde à *intenção* e é sempre subjetiva. Quando não há coincidência entre fim da obra e fim do agente, a obra se torna um *meio*.

⁴² O autor usa o termo *paradigma*, nos parece, no sentido de *prototípico*.

responsavelmente usa sua própria força ou energia para acarretar um evento ou iniciar um processo (cf. LYONS, 1994, p.483).

Os parâmetros *animacidade*, *intenção* e *responsabilidade*, que figuram na concepção de *agente* de Lyons (1994) e que estão tão interligados na noção de *agentividade* de modo geral, são, conforme o autor, separáveis em casos menos paradigmáticos. Quanto ao primeiro, há uma questão a ser resolvida. Trata-se da própria concepção de *animacidade*⁴³. Como Pontes (1986) já demonstrou, há divergências sobre o que define um ser animado. Para alguns, está atrelado a “ter movimento por si só”, enquanto outros definem *animado* como “ter vida”, ambos significados registrados no dicionário de uso comum. Lyons (1994) define *animado* como algo capaz de mover-se sem intervenção de um agente externo. A ser assim, teríamos de admitir *vento* como *animado*, e, nesse caso, seremos levados a considerar *O vento abriu a porta* como um caso de agentividade menos paradigmático. De todo modo, a simples presença do traço [+animado], qualquer que seja o sentido que se lhe atribua, não é suficiente para dizermos que estamos diante de uma ação ou de um agente, pois seres animados podem não só estar presentes em situações não-agentivas, como também atuar como afetados e não agentes em situações agentivas, como nos exemplos a seguir.

- (22) a. O *rapaz* sofreu um acidente. O *rapaz* gostava de correr.
b. O animal atacou o *rapaz*.

O parâmetro *responsabilidade*, por sua vez, cujo sentido etimológico está ligado à noção de ‘compromisso’, de ‘responder por’, assumiu, por extensão, o significado de ‘ter culpa, ser causador (de algo)’. É nessa acepção que é empregado na linguagem comum quando alguém atribui até a seres inanimados a “responsabilidade” por algo. Tecnicamente, não cabe aí falarmos em *responsabilidade*, uma vez que o termo implica *intenção*, mas a linguagem comum parece indiferente a essas diferenças e usa *responsabilidade* por *causalidade*. Isto se relaciona com a metáfora *razões são causas* (cf. LAKOFF e JOHNSON, 1999), segundo a qual vemos o mundo como racional, o que nos leva a atribuir uma razão a tudo que acontece e a não ver sentido em eventos cuja causa não possa ser explicada, conforme aponta Silva (2004, p.592). O autor propõe três tipos de causação lexicalizados por *deixar*. Eis os tipos estudados pelo autor:

⁴³ Segundo White (1988, p.45), a distinção entre *animado* e *inanimado* emerge muito cedo, talvez por volta dos 6 meses de idade, mas, mesmo na idade adulta, há confusão nesse domínio, que se manifesta na atribuição de agentividade e de desejo a fenômenos e entidades inanimadas através de metáforas.

I) *causação não-interventiva* ou *não-preventiva*: atribui a um agente que não faz nada para parar ou prevenir um evento total responsabilidade por este evento: “Y aconteceu porque X não fez nada e somente por isso”;

II) *causação de desbloqueio*: atribui a um agente que remove o bloqueio responsabilidade primária e total para o evento subsequente: “Y acontece ou acontecerá porque X não fará mais nada (não impedirá mais)”;

III) *causação permissiva*: atribui a um agente que permite um futuro evento a responsabilidade primária por este evento, bem como sua legitimação social e cultural: “Y faz ou fará V porque X não se opõe ou permite algo a Y e porque Y quer fazer isto”.

Na Filosofia, estes casos seriam tratados sob o termo *imputabilidade*: “atribuição de uma ação a um agente, considerado seu causador”, que se diferencia de *responsabilidade*: “possibilidade de prever os efeitos do próprio comportamento e de corrigi-lo com base em tal previsão” (ABBAGNANO, 2000, p.855). Nesse sentido, a responsabilidade depende de liberdade e de escolha, o que nos leva de volta à *intencionalidade* ou *voluntarismo*:

a responsabilidade sobre uma ação depende, em primeiro lugar, da *intenção* do agente. Quem, sem querer, causa dano a outra pessoa não pode ser responsabilizada do mesmo modo que aquele que causa dano intencionalmente (BERTOCHE, 2006, p.12).

Disso se vale o Direito para classificar os crimes quanto à intenção em *doloso* (com intenção) ou *culposo* (sem intenção). No entanto, se avaliar a intenção em expressões lingüísticas é difícil, na prática não é diferente, uma vez que depende, em última análise, da linguagem:

somente se pode falar a respeito da intenção do agente caso se tenha acesso a pelo menos uma descrição verdadeira do evento. Isso quer dizer que se não podemos dizer exatamente e com certeza como ocorreu o evento, então não se pode imputar intencionalidade aos agentes, e, portanto, não se pode julgar o grau de responsabilidade dos agentes no evento (BERTOCHE, 2006, p. 12).

Seria a linguagem, então, que imputaria ou não a responsabilidade de um evento a determinada entidade. Mas, ainda que nos prendamos a descrições do evento, nem sempre poderemos usar o parâmetro *intencionalidade*, por ser a própria descrição do evento uma interpretação. A propósito, Ignácio (2007, p.3), pretendendo usar o parâmetro intenção para distinguir *instrumental* de *causativo*, depara-se com frases como as reproduzidas abaixo, em que o fator decisivo para uma adequada classificação seria o contexto:

(23) *O sorriso de Vera* deixou o noivo preocupado.

(24) *A fala mansa do pai* não convencia a filha.

O autor assim se pronuncia sobre o problema da intenção:

Em (11) e (12) [correspondentes às nossas 23 e 24, respectivamente], assim como na maioria dos casos em que há um Agentivo em potencial, o sujeito caracteriza-se como Instrumental, caso haja intencionalidade na prática da ação. Se não, será Causativo. Logo, nesses casos, é o contexto ou dimensão pragmática o fator decisivo para a caracterização. Nos exemplos acima, *O sorriso de Vera* e *A fala mansa do pai* se configuram como Instrumental, se as frases puderem ser assim parafraseadas:

(11a) Vera utilizou-se do seu sorriso para deixar o noivo preocupado.

(12a) O pai utilizava-se de fala mansa para convencer a filha. (IGNÁCIO, 2007, p.3).

Semelhantemente, embora a respeito de outro parâmetro relacionado à agentividade, posiciona-se Peres (1984). O autor, sobre a difícil questão de se avaliar o *controle*, a partir de uma frase como *Pedro está acordado*, comenta:

Trata-se de um Estado ou de uma Posição? É evidente que a resposta não é de ordem teórica, mas tão somente empírica. Com efeito, ela depende de um conhecimento prévio sobre a possibilidade de se poder considerar como certo que os seres humanos são (ou podem ser) causa do estado de vigília, ou seja, que controlam (ou podem controlar) a subestrutura do sistema nervoso central que comanda a alternância da vigília e do sono [...]. Ainda relativamente à frase em apreço, apenas acrescentarei que me parece — com as devidas reservas — que ela pode dar conta tanto de uma Posição como de um Estado, do que serão exemplo, respectivamente, as frases seguintes:

(3.38) O Pedro está acordado, porque quer ver o nascer-do-sol.

(3.39) Apesar de querer dormir, o Pedro está acordado (PERES, 1984, p.79).

Em suma, admitimos que possa haver distinção entre os papéis ligados à noção geral do *fazer*, conhecidos como *agente*, *causativo* ou *força*, *instrumental*. Admitimos até mesmo que a distinção possa se dar em termos de noções como *controle* e *intenção*, como pode ocorrer entre um *agente* e um *causativo* ou *força*, na terminologia de Dik (1997). No entanto, por reconhecermos a dificuldade de avaliar tais parâmetros, optamos por subsumi-los num grande macropapel arquetípico que chamaremos de *Causativo* por ser mais geral. Poderíamos chamá-lo de *Agente*, como Langacker (1991) e admitir que há casos menos prototípicos; ou *Iniciador*, como faz Kemmer (1993), ou mesmo *Ator*, como usa Halliday (2004), que distingue de *Agente*⁴⁴. Preferimos o termo

⁴⁴ Em Halliday (2004, p.282), o papel *Ator* é o sujeito de construções transitivas ou intransitivas, no modelo transitivo da transitividade (tema que desenvolveremos no próximo capítulo). Caracteriza-se por ser *potente*, e em alguns casos, *volicional*. Comporta uma grande variedade de entidades que vai desde seres humanos até alguns artefatos. O papel *Agente*, por outro lado, é a causa externa, quando há uma: “é a interferência onde há uma. No processo material, é o *Ator* — considerando que o processo seja um que tenha uma *Meta*; de outra forma, pode ser apresentado como o *Iniciador* do processo. Em processos

Causativo porque estamos tratando exclusivamente de construções codificadoras de eventos de mudança, ou seja, para os quais seja possível ou não conceber uma entidade causadora do estado de coisas. Não trataremos de ações puramente, mas de ações que acarretam um efeito.

Assim, será *causativo* toda entidade concreta ou abstrata, animada ou inanimada responsável (no sentido comum) pela mudança ocorrida no estado de outra entidade, quer a mudança tenha sido ou não causada intencionalmente, quer tenha havido ou não controle por parte da entidade causadora da mudança. Avaliaremos apenas o *fazer*. Isso não nos impedirá de eventualmente, caso haja algum forte indício contextual, fazer algum comentário quanto aos traços *intenção* e *controle*, o que não faremos é usar tais traços na análise quantitativa dos dados.

2.5.2. A afetação: *o acontecer*

Trataremos nesta seção dos papéis normalmente atribuídos à entidade afetada por uma ação ou processo: *paciente, tema, movido, objetivo, médio* (na terminologia de HALLIDAY, 1985, 2004), *processado* (na terminologia de DIK, 1997). A nomenclatura é bastante variada de autor para autor e depende também do tipo de evento envolvido. Como vimos, o papel *tema* é, para Langacker (1991), um macropapel que compreende vários papéis específicos, que têm em comum o fato de poder atuar como participante de um evento conceitualmente autônomo: *zero, movido, paciente, experienciador*. Borba (1991b, 1996) propõe o papel *objetivo* como o mais neutro semanticamente, que representa aquele afetado pelo que indica o verbo. Além do *Objetivo*, outros papéis com o traço *afetado*, segundo Borba (1996), são *Beneficiário, Experienciador, Resultativo, Meta, Origem, Comitativo*. Em Dik (1997), há distinção entre *objetivo* e *processado*. O primeiro representa a entidade afetada ou efetuada por ação de algum controlador (Agente/Posicionador) ou Força. O segundo é uma entidade que vivencia um processo. Assim, nas frases abaixo, diferentes papéis são atribuídos à *rocha*, pois, em (25), o processo é apresentado como sendo provocado (embora sem controle, já que a entidade instigadora é Força) e em (26) é apresentado como não-provocado:

(25) o terremoto (Força) moveu a rocha (Objetivo).

(26) A rocha (Processado) se moveu.

mentais, é o *Fenômeno*, considerando que o processo seja codificado numa direção, do fenômeno para a consciência e não de outra forma” (HALLIDAY, 2004, p.292)[tradução nossa].

Halliday (2004, p.181) usa o termo *Objetivo* para indicar “aquele a que o processo se estende”⁴⁵, numa oração material transitiva⁴⁶. Embora não ache esse termo ideal, o autor o prefere a *Paciente*, por considerar a visão tradicional de transitividade como “*ir através, estender-se a alguma entidade*” uma interpretação adequada da diferença entre construções como *o leão soltou-se* e *o leão pegou o turista*. *Turista* é o *objetivo* por representar a entidade para a qual foi dirigido ou estendido o *fazer* do *leão*. *Fazeres* e *aconteceres* constituem as orações materiais e expressam a noção de que alguma entidade “faz algo” — que o autor chama *Ator* —, que pode ser a uma outra entidade: o *Objetivo*. Assim, pode-se perguntar sobre o *leão*: *o que o leão fez? Ou o que o leão fez ao turista?* Do ponto de vista do *turista*, o mesmo processo é visto como um *acontecer*: *o que aconteceu ao turista?* Mais adiante (p.292), ao tratar do modelo ergativo, o autor introduz o termo *Médio*, que é equivalente no sistema transitivo a outros papéis:

Assim, o *Médio* é o participante nodal por todo o sistema. Não é o fazedor, nem o causador, mas aquele que é criticamente envolvido, de um modo ou de outro, conforme a natureza particular do processo (HALLIDAY, 2004, p.292).⁴⁷ [grifo nosso].

Givón (1993, 2001) chama *paciente* o participante, quer animado ou inanimado, que ou está num estado ou registra uma mudança de estado como resultado de um evento. O autor então discrimina dois tipos de paciente: *paciente de estado* e *paciente de mudança*, o que autores como Langacker (1991) e Dik (1997) preferem dissociar em dois termos, respectivamente: *zero e paciente* e *zero e meta/processado*.

Do exposto, vemos que, a despeito de questões nomenclaturais e nuances de sentido, podemos apontar como traço geral destes papéis a afetação, definida por Cançado (2003) pela mudança de estado:

Toda vez que uma proposição acarretar para um determinado argumento — mudança de um estado A para um estado B —, sendo este um acarretamento que compõe o papel temático desse argumento, esse argumento é associado à propriedade de afetado. Notem que a afetação pode ocorrer em qualquer tipo de estado, incluindo a mudança de lugar, já que a locação é associada a estados:

(12) João matou *seu colega*. (O colega mudou de estado de vida)

(13) Maria preocupa *sua mãe*. (A mãe mudou de estado psicológico)

⁴⁵ “One to which the process is extended” (HALLIDAY, 2004, p.181).

⁴⁶ O autor classifica as orações conforme a experiência em *orações materiais*, *orações de sentir*, *orações de ser e ter*, e cada tipo tem uma descrição específica (cf. HALLIDAY, 2004).

⁴⁷ Thus the *Medium* is the nodal participant throughout the system. It is not the doer, nor the causer, but the one that is critically involved, in some way or other according to the particular nature of the process (HALLIDAY, 2004,p.292).

- (14) *Maria* recebeu um prêmio. (Maria teve uma mudança em suas posses)
 (15) João bateu *na bola*. (A bola teve uma mudança de lugar)
 (CANÇADO, 2003, p.9).

Esta mudança de estado pode variar a ponto de incluir o papel beneficiário, como se observa em Cançado (2003), ou ser um pouco mais restrita, como em Ignácio (2007, p.3), segundo o qual a mudança pode ser de três tipos: (a) uma alteração na estrutura física; (b) uma alteração psicológica; ou (c) uma mudança de lugar. Mas, antes de discutir que tipos de mudanças são possíveis, cabe discutir o que vem a ser exatamente uma mudança de estado, ou seja, quando estamos em condições de dizer que houve ou não mudança.

Peres (1984, p.88-90) apresenta a proposta de Von Wright (1963) do *cálculo de mudança-de-estado*, que usa como símbolos p (proposição), - p (a contraditória de p) e T (operador que significa “e a seguir”) e as definições das fórmulas em termos de predicados de Cook (1979):

ACONTECER (p)	é definida como	-p	T	p	(mudança)
PERMANECER (p)	é definida como	p	T	p	(não-mudança)
NÃO ACONTECER (p)	é definida como	-p	T	-p	(não-mudança)
NÃO PERMANECER (p)	é definida como	p	T	-p	(mudança)

O autor assim resume a mudança de estado:

Pode-se dizer que um predicado tem o traço [+mutacional] se pode ser definido, pelo menos parcialmente, ou pelo predicado ACONTECER ou pelo predicado NÃO PERMANECER, e que um predicado tem o traço [-mutacional] se pode ser definido, pelo menos parcialmente, ou pelo predicado NÃO ACONTECER ou pelo predicado PERMANECER (PERES, 1984, p.90).

A necessidade de haver uma mudança para haver afetação não é unanimidade entre os estudiosos. Silva (2004, p.592), por exemplo, tratando da semântica da causação em inglês e português, mostra duas formas de intervir no curso natural das coisas: a causação que implica mudança, lexicalizada por verbos como *fazer*, ou seja, *X faz Y fazer algo* ou *X faz algo acontecer*, e a causação que não implica mudança, em que X faz Y se manter no mesmo estado, lexicalizada por verbos como *manter*. Em todos os casos, Y é uma entidade afetada por X. *Causar*, neste sentido, é não só *fazer*, mas deixar de *fazer* e, neste último caso, não há mudança, embora haja afetação. O autor, com base em Talmy (1988), admite, inclusive, que pode haver causação sem intervenção, como

ocorre com o verbo *deixar* em português, nos termos do autor: uma “causação negativa” (chamada por outros de “causação indireta”):

Nós concebemos que alguém se torna “causador” e “responsável” não somente pelo que ele faz, mas também pelo que ele não faz ou permitiu que fosse feito; não somente pelas ações, mas também pelas omissões ou abstenções (SILVA, 2004, p.596)⁴⁸.

Reconhecemos este tipo de causalidade, mas, por estarmos tratando especificamente da não-atribuição de causalidade, nosso interesse se volta apenas para casos em que há uma entidade afetada por uma mudança de estado, quer seja resultado ou não de intervenção externa. Assim, consideraremos o traço [afetação] em dois dos significados que lhe dá S.Tomás:

o primeiro, que é o mais próprio, tem-se quando alguma coisa é afastada daquilo que lhe convém segundo a sua natureza ou a sua inclinação própria, como quando a água perde a frieza por ação do calor, ou como quando o homem adoece ou se entristece. O segundo significado, que é menos próprio, tem-se quando se perde uma coisa qualquer, seja ela ou não conveniente; e nesse sentido se pode dizer que sofre uma ação (*patis*) não só quem adoece mas também quem se cura e, em geral, quem quer que seja alterado ou mudado (ABBAGNANO, 2000, p.20).

Disso decorrem duas formas de afetação, a afetação positiva, em que há uma alteração conveniente, favorável; e a afetação negativa, em que a mudança é desfavorável e inconveniente. Ambas podem ocorrer por intervenção de uma entidade externa ou podem dar-se naturalmente. Quando há intervenção externa, esta pode ser omitida como forma de isentá-la de responsabilidade, o que se espera que ocorra com maior frequência quando a afetação for negativa.

A questão da afetação se apresenta igualmente problemática nos casos de eventos psicológicos. Trata-se de eventos que designam mudanças de estados mentais. Estes podem ser entendidos no esquema da causalidade num sentido um tanto diferente dos eventos tratados até aqui, que, como se deduz dos exemplos, situam-se na esfera dos eventos físicos. Nesses, ainda que a causa possa ser abstrata, como vimos em alguns casos, a mudança observada era sempre na aparência física das entidades. Nos eventos psicológicos, a mudança se manifesta na forma de comportamento, e os parâmetros *controle* e *afetação*, mais que nos eventos físicos, são difíceis de determinar.

⁴⁸ We conceive that someone is made a “causer” and “responsible” not only through what he does, but also through what he does not do or allows to be done; not only through actions, but also through omissions or abstentions (SILVA, 2004, p.596).

Os eventos psicológicos exercem papel central em nossa experiência. Não apenas vivemos num mundo rodeados de entidades que se movem e com que fazemos contato físico, mas o próprio mundo percebido é criado por nossos atos de cognição, em que se incluem percepções, emoções e comportamento:

a cognição humana envolve linguagem e pensamento abstrato, e, portanto, símbolos e representações mentais, mas o pensamento abstrato é apenas uma pequena parcela da cognição humana, e geralmente não é a base para as nossas decisões e as nossas ações. As decisões humanas nunca são completamente racionais, estando sempre coloridas por emoções, e o pensamento humano está sempre encaixado nas sensações e nos processos corporais que contribuem para o pleno espectro da cognição (CAPRA, 2006, p.216).

Na psicologia cognitiva, os pesquisadores descobriram que as crianças parecem ser mais sensíveis à causalidade psicológica que à física. Numa determinada pesquisa, apresentaram-se gravuras ambíguas em que era mostrada uma criança, de costas, sentada diante de um copo caído e um líquido derramado. A maioria dos sujeitos avaliados — crianças de 7 anos — ao descrever a gravura, não descreveu o evento físico: o líquido derramado, ou mesmo a criança como causa, mas o suposto estado psicológico da criança da gravura, o que seria indício da saliência dos eventos psicológicos sobre os físicos (cf. FLAVELL *et al.*, 1999).

De fato, em nossas primeiras interações com as pessoas que nos cercam, não agimos fisicamente sobre elas, mas através de nossos comportamentos. Uma forma de “manipular” o comportamento do outro, por exemplo, não envolve contato físico, mas um comportamento, como cedo aprende a criança que chora e recebe colo. Por isso, Halliday (2004, p.197), embora admita que os processos mentais possam ser construídos como “fluindo da consciência de uma pessoa ou a invadindo”, são bem diferentes dos processos materiais. Para estes o autor usa os termos *ator* e *objetivo*. Para os primeiros, o autor reserva os papéis *sensor* e *fenômeno*. O *sensor* é um ser dotado de consciência (admitindo-se metáforas e metonímias), é o que *sente, pensa, deseja, percebe*. Normalmente é representado por um ser humano, ou por algo ou alguém tido como tal, como animais, instituições humanas coletivas (*Mundo, o povo, a casa inteira*), produtos da consciência humana ou partes de uma pessoa (*coração, cérebro*). Esses traços não se aplicam necessariamente ao *ator* de processos materiais, que só tem de denotar uma entidade potente. Com base nessas diferenças, o autor propõe quatro tipos de processos mentais: *perceptivos (ver, ouvir, perceber, sentir, provar, cheirar)*, *cognitivos (saber, pensar, acreditar, compreender, esquecer, temer)*, *desiderativos*

(*querer, desejar, esperar, decidir, concordar*), *emotivos (gostar, agradar, lamentar, odiar, exultar)*.

Mas, para o senso comum, os eventos psicológicos se relacionam à noção de causalidade, quando atribuímos nosso estado mental a um evento ou uma entidade, como *o barulho me aborreceu – Pedro me fascina – Aquilo me deixou enfurecida*. Em todas essas ocorrências, de estrutura similar à da causalidade, a entidade que atua como *marco (landmark)* do evento não tem a passividade de um paciente, pois é ele quem experiencia o evento “causado” pela entidade *trajetor*. É ele, então, nas palavras de Langacker (1991), um *participante ativo*. Já o participante que designa o *trajetor* pode ser ativo ou passivo, a depender do grau de *intencionalidade* no evento. Em *Pedro me fascina*, por exemplo, *Pedro* pode não ter exercido nenhum controle sobre o fascínio que causou. Já em *Pedro me fez ficar aborrecida*, o papel de *Pedro* parece mais ativo, na medida em que *fazer* atribui intencionalidade a *Pedro*.

A esse respeito, vale citar o trabalho de Mendes (2002) a respeito de verbos psicológicos no português europeu. A autora observou que metade dos verbos considerados intrinsecamente psicológicos admite a leitura agentiva (exemplo 27), ou seja, com o traço [+controle] ou *intencionalidade*, e a outra metade admite leitura causativa (exemplo 28), sem controle e intencionalidade:

(27) “(...) um morto é uma pessoa séria, ponderada, (...) e (...) se lhe dá para querer *assustar* alguém (...)” (L521)

(28) “O sr. Augusto escuta com respeito este filho franzino, que lê muito, fala de coisas e coisas, e já em pequenino o *assustou* com a rapidez com que aprendeu a falar.” (L511)

Dik (1997) dá um tratamento mais amplo ao papel *experienciador*, que é visto como uma função semântica secundária que pode se combinar com outros papéis. Assim, há o *processado experienciador*: uma entidade que experimenta um processo [+exp]⁴⁹, o *zero experienciador*, uma entidade que experimenta um estado [+exp] e assim por diante. Os exemplos abaixo, adaptados de Dik (1997), ilustram várias manifestações do papel experienciador, em combinação com papéis primários⁵⁰:

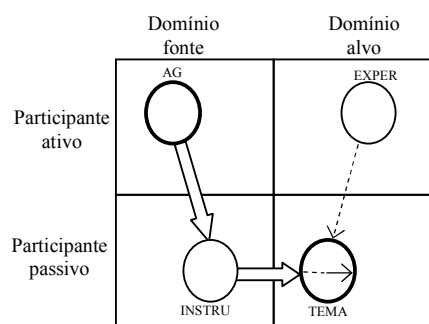
⁴⁹ Ressaltamos que o autor usa o traço *experiência* para caracterizar estados de coisas que não podem ocorrer a não ser nas faculdades mentais ou sensoriais de um ser animado (cf. DIK, 1997, p.115). Sobre isto, entraremos em detalhes no próximo capítulo.

⁵⁰ Na verdade, Dik (1997, p.119-120) só atribui o rótulo *experienciador* a *processado, zero, objetivo e recipiente* por acreditar que ele só é relevante para funções em que não haja controle. Mas o autor admite claramente que pode haver agentes e posicionador experienciadores. Apenas por serem marcados com [+controle] não seriam relevantes.

- (29) Pedro assustou Maria (meta experienciador).
- (30) Pedro desculpou-se com Pedro (recipiente experienciador⁵¹)
- (31) João não acreditou na história (Posicionador experienciador⁵²)
- (32) João não conhecia a história (Zero experienciador)
- (33) João sonhou com sua namorada (Processado experienciador)
- (34) João imaginou uma brincadeira interessante (Agente experienciador)

A combinação do papel *experienciador* com outros papéis também é considerada em Langacker (1991). O autor propõe um esquema que mostra conexões típicas entre os papéis arquetípicos, reproduzido na figura a seguir, adaptada de Langacker (1991, p.327):

Figura 2.5: conexões entre os papéis arquetípicos (Langacker, 1991)



A figura ilustra duas possibilidades: quando o tema se identifica com *paciente, movido* ou *experienciador*, a seqüência $AG > INSTRU > TEMA$ constitui uma cadeia de ação canônica. Quando o tema se identifica como *zero*, a seqüência $EXPER > TEMA$ corresponde a uma relação conceitual ou perceptual simples em que o experienciador estabelece contato mental com o tema. Mas, conforme Langacker (1991, p.327) explicita, um único evento pode incorporar uma cadeia de ação e uma relação experiencial: “se alguém quebra meu braço, eu sou tanto o paciente com respeito à ação como um experienciador com respeito à mudança de estado resultante”⁵³.

⁵¹ Recipiente representa a entidade para que uma posse é transferida.

⁵² *Posicionador* representa uma entidade que controla uma *posição*, ou seja, um estado de coisas em que não há mudança envolvida. A *posição* é, portanto, uma situação marcada pelos traços [- dinâmico] e [+controle].

⁵³ If someone breaks my arm, I am both the patiente with respect to the action and an experiencer with respect to the resultant change of state” (LANGACKER, 1991, p.327).

A divisão *domínio fonte* e *domínio alvo* da figura diz respeito ao fluxo de energia, segundo o qual se assemelham *agente* e *instrumento* por transferirem energia a um outro participante. A divisão *participante ativo/participante passivo* se refere ao participante que funciona como fonte original de energia e inicia a interação. No domínio fonte, o agente é o participante ativo, por motivos óbvios, enquanto o instrumento é considerado passivo porque simplesmente transmite a energia provida por um agente. No domínio alvo, o experienciador é iniciativo no sentido de gerar a atividade cognitiva através da qual uma representação interna é produzida ou o contato mental é estabelecido. Agente e tema são representados por linhas mais grossas por sua inerente saliência cognitiva que os torna participantes focais em escolhas não-marcadas.

Assim, em frases como *eu mostrei o quadro ao meu amigo*, o *experienciador* é um objeto indireto e temos a seqüência *AG > TEMA > EXPER*. Já em *meu amigo viu o quadro*, o *experienciador* é o sujeito e a seqüência é *EXPER > ZERO*. Esta relação constitui, segundo Langacker (1991, p.328) uma extensão do protótipo transitivo: *AG > TEMA*, em que o *experienciador* corresponde ao agente e o caminho perceptual é construído de modo semelhante a um fluxo de energia.

Já segundo Givón (1993), os verbos que indicam atividade mental são extensões metafóricas dos verbos de movimento, em que o que se move não é o objeto físico propriamente, mas a voz, visão, atenção, sentimentos ou pensamentos do sujeito. O movimento, no entanto, pode se dar em duas direções: do sujeito ao objeto, do objeto ao sujeito. Esta metaforização do movimento explicaria a diferença entre verbos similares. Assim, com *ver e ouvir*, por exemplo, o movimento se dá do objeto ao sujeito, é a luz ou o som que se movem. Seus sujeitos são, assim, *experienciadores* conscientes (*dativo*, na terminologia do autor) e não *agentes*. Já *olhar e escutar* são ativos e seus sujeitos são *agentes*, pois a atenção visual ou auditiva parece construída como se movendo do sujeito agente ao objeto.

Kemmer (1993) divide o domínio dos eventos mentais em dois grandes tipos: (1) eventos mentais simples, em que há somente um evento envolvido, o próprio evento mental, como *eu o odeio*, os quais, por sua vez, se dividem em três subtipos: (a) emoção; (b) cognição; e (c) percepção, e (2) eventos mentais complexos, em que um participante é a fonte de um evento mental envolvendo um evento dependente ou predicação secundária, como *eu imagino que isso é interessante*.

Nos eventos mentais simples, há dois participantes envolvidos e duas relações. Os participantes são uma entidade em cuja mente o evento mental ocorre, ou seja, um *experienciador*; e uma segunda entidade, que serve de *estímulo* para o evento mental, com que o experienciador faz “contato mental” ou dele se torna consciente. As entidades são relacionadas por dois meios: o *experienciador* dirige sua atenção ao *estímulo* (ou a alguma representação imaginada dele) e o *estímulo*, ou alguma propriedade dele, acarreta um evento na mente do *experienciador*, como em *eu me apiedo dele*.

Nem sempre o *estímulo* é codificado, mas tanto em eventos mentais de dois participantes, como de um, o experienciador é, ao mesmo tempo, *iniciador* e *ponto-de-chegada*. É *iniciador* porque o evento mental se origina dentro de sua mente, e é o *ponto-de-chegada* porque é mentalmente afetado, ou seja, é um participante ativo do domínio alvo, como descreve Langacker (1991). Esta afetação varia em graus nos diferentes tipos de eventos mentais. Os eventos de emoção, por exemplo, envolvem alta afetação do experienciador e apresentam fraca volição, enquanto eventos de percepção envolvem baixo grau de afetação do experienciador, pois perceber simplesmente um objeto tem um efeito relativamente pequeno se comparado a pensar sobre o objeto ou ser afetado pelas emoções evocadas por ele.

Conclui-se que o papel *experienciador*, por si só, não implica simplesmente afetação, embora pareça ser este um traço constante, mas pode combinar-se com traços normalmente atribuídos a agentes, como *controle*, como bem demonstraram os estudos citados. Sobre esse traço, Mendes (2002) observou que, com os verbos *humilhar*, *ridicularizar* e *lisonjear*, o sujeito é preferencialmente ativo e que estes se afastam do evento psicológico prototípico por dissociar a ação causadora e o estado resultativo, o que não seria possível com os demais verbos psicológicos:

(35) O Rui humilhou-me / lisonjeou-me diante dos meus amigos, mas eu não me senti humilhado / lisonjeado.

(36) * A notícia da queda de um avião preocupou-me, mas eu não fiquei preocupado.

Baseando-se nisto, a autora propõe, como característica típica dos verbos psicológicos, a ausência de controle por parte do sujeito em construções causativas:

Tomando em consideração, no entanto, o facto de os verbos mais fortemente agentivos, como *humilhar* e *lisonjear*, se afastarem desse protótipo e o facto de o sujeito dos psicológicos ser muito frequente de tipo evento, somos levados a considerar como propriedade prototípica dos verbos psicológicos a selecção de um sujeito não agentivo, e sim causador (MENDES, 2002, p.8).

Como dissemos, não é simples avaliar o controle e a intenção através da linguagem e as propostas de tratamento dessa questão não nos parecem satisfatórias. Para além disso, há a questão já apontada de o experienciador ser ao mesmo tempo afetado pela mudança psicológica e comportar-se ativamente por o processo mental passar-se nele. Gramaticalmente, isso se manifesta, em português (e em outras línguas) na possibilidade de sua codificação como objeto (direto ou indireto) e como sujeito, conforme a saliência seja do evento causativo ou do evento resultativo. Com alguns eventos, como vimos a respeito de *mostrar/ver*, as duas construções são possíveis, embora com algumas diferenças. Em (37) e (38), por exemplo, as construções (b) são similares às transitivas no sentido de apresentarem um participante obrigatório, de modo que (c) é inaceitável. Já em (39), a causa pode deixar de figurar.

- (37) a. Fantasmas assustam *crianças*.
b. *Crianças* temem fantasmas.
c. *Crianças temem.
- (38) a. Isto agradou *Pedro*.
b. *Pedro* gostou disto.
c. *Pedro gostou.
- (39) a. A notícia preocupou Maria.
b. Maria preocupou-se com a notícia.
c. Maria preocupou-se.

Talvez por essa peculiaridade, os eventos de mudança psicológica se comportam um tanto diferentemente dos eventos de mudança física, em relação à não-atribuição de causalidade. Enquanto, com eventos materiais (no sentido de HALLIDAY, 2004), a codificação da não-atribuição de causalidade pode se dar com as construções passiva, impessoal e média, com os verbos psicológicos, nem sempre as três possibilidades estão disponíveis, conforme ilustramos abaixo.

- (40) a. As crianças temem/amam/odeiam/admiram fantasmas.
b. Fantasmas são temidos/amados/odiados/admirados pelas crianças.
c. *As crianças temem/amam/odeiam/admiram.
d. *As crianças ficaram temidas/amadas/odiadas/admiradas
- (41) a. Pedro aborreceu/preocupou/encantou/inquietou Maria.
b. *Maria foi aborrecida/preocupada/encantada/inquieta por Pedro.
c. Maria aborreceu-se/preocupou-se/encantou-se/inquietou-se com Pedro
d. Maria ficou aborrecida/preocupada/encantada/inquieta com Pedro.

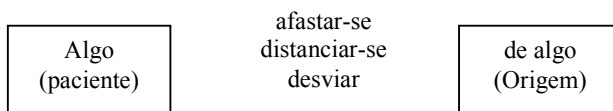
Na literatura, especialmente, dentro do quadro da teoria gerativa, há várias abordagens dos verbos psicológicos que tentam dar conta dessa diversidade, a exemplo

dos trabalhos de Cançado (1997), Naves (2000), Mendes (2001, 2002) e Moraes (2006). Nosso interesse em relação a esses verbos se limita ao paralelismo com verbos como *abrir*, em que podemos ter *o vento abriu a porta/a porta foi aberta pelo vento/a porta abriu/a porta ficou aberta*. Em outros termos, interessa-nos a mudança de estado provocada por uma causa não-codificada ou codificada por sintagma preposicionado. Desse modo, não só a mudança de estado psicológico ou físico é relevante. Nessas mesmas condições, a mudança de posição também o é, uma vez que podemos ter a não-atribuição de causalidade:

- (42) a. A força do vento moveu as dunas.
 b. As dunas se moveram (com a força do vento).
 c. As dunas foram movidas (pelo vento)
- (43) a. O mar afastou as algas.
 b. As algas se afastaram (do mar)
 c. O vento afastou os papéis da mesa.
 d. Os papéis se afastaram da mesa com o vento.
 e. As algas foram afastadas pelo mar
 f. Os papéis foram afastados da mesa pelo vento.

Vale observar que, com alguns eventos de mudança de posição, a construção pode apresentar além de um causativo, um participante *meta* ou *origem*, que indica o ponto a partir do qual ou na direção do qual há o movimento.

Em nossa pesquisa anterior (LIMA, 1999), em que estudamos, no português falado de Fortaleza, a não-atribuição de causalidade codificada pela voz média, encontramos apenas 20,4% de construções médias com dois participantes. Em geral, esse complemento é apagável e se manifesta na forma preposicionada. Ocorre com verbos como *afastar*, *distanciar*, *desviar*, por exemplo, que são construídos na voz ativa com três argumentos, e, na voz média, o argumento *paciente* é promovido a tópico primário e o argumento preposicionado se mantém⁵⁴:



Isso ocorre igualmente com outros verbos, como: *acostumar*, *habituar*, *conformar*, *encaixar*, *encher*. Do total de ocorrências de verbos de três argumentos,

⁵⁴ Em construções do tipo “alguém afastou-se de algo”, o sujeito é agente e está em posição de tópico primário.

20,4% tiveram dois argumentos realizados e 2,6% tiveram seu segundo argumento presente no contexto lingüístico anterior ou posterior. Alguns exemplos de frases com dois argumentos encontrados em Lima (1999) podem ser vistos em (44)-(50).

- (44) a repressão vai até determinado ponto para que elas também *se acostume* a num ser:: donas do MUNdo e da verDAde... (DID-08-3/72-PORCUFORT)
- (45) barata *se adapta* a tudo... (EF38-68/426-PORCUFORT)
- (46) então a se ela *se assemeLHOU*... à atitude irreverente... iconoclasta... demoliDOra... da rapaziada (EF156-245/176-PORCUFORT)
- (47) mais CRESe mais *se distancia* do suicídio...(EF19-11/335-PORCUFORT)
- (48) daqueles... que:: *se encaixariam* nessa::... escola... né?... (EF35-175/51-PORCUFORT)
- (49) o céu vai *se encher* de nuvem...(EF53-121/493-PORCUFORT)
- (50) eu queria *me especializar* na... inforMÁTica (DID46-15/546-PORCUFORT)

Para concluirmos tão labiríntica questão, entendemos por *afetação* um traço semântico-pragmático que inclui *mudança de estado física* ou *emocional*. Descartaremos, assim, por frágeis as subdistinções do tipo de afetação que justificam os papéis *experenciador*, *paciente*, *locativo* etc. Mais especificamente, interessa-nos eventos de mudança sem a intervenção explícita de um causativo, o que pode ou não implicar resgatabilidade deste.

2.6. Súmula

Exposta a gradação da causalidade, estamos agora em condições de nos limitarmos apenas à não-atribuição de causalidade, ou seja, a conceitualizações de eventos situadas à direita da escala de causalidade.

Diante de uma entidade sob mudança, duas conceitualizações básicas se apresentam: a mudança pode ser vista como *não-provocada* ou *provocada*. No primeiro caso, tem lugar a conceitualização de um evento espontâneo, em que o falante concebe o evento se dando *naturalmente* por uma força interna à entidade ou sobrenatural. Correspondem ao *construto absoluto*, em que o tema é a entidade sob mudança e não há nenhuma referência à entidade causadora, como em *a ferida fechou (sozinha)* ou *a criança cresceu*. Esta conceitualização encontra-se gramaticalizada em português (e em outras línguas) na construção média, uma construção intransitiva com apenas um participante, em que, às vezes, aparece um marcador médio, o clítico *se*, que reforça a responsabilidade do único participante no evento. Parece-nos que a representação de

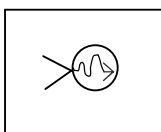
evento espontâneo canônico seria algo como propomos abaixo, em que temos uma única entidade experienciando uma mudança de estado.

Figura 2.6: o evento espontâneo



Nossa representação diverge um pouco da proposta por García-Miguel (2001), reproduzida abaixo, por considerarmos essa conceitualização como o extremo direito da causalidade, uma mudança sem causa (pelo menos aparente).

Figura 2.7: a voz média, segundo García-Miguel (2001)



A representação de García-Miguel (2001), com base em Langacker (1991), reflete o fato de haver uma só entidade, porém a ponta da seta representando a energia, situada fora da entidade, une numa só conceitualização, o que, para nós, são eventos distintos. Nas palavras do autor:

a principal conseqüência formal é que nas construções com o significado central de voz média, o sujeito corresponde a um participante afetado. A origem da energia que produz tal afetação ou não se expressa, ou se expressa marginalmente ou se atribui ao próprio participante afetado (GARCÍA-MIGUEL, 2001, p.5)⁵⁵.

O que estamos propondo com a representação de uma única entidade sob mudança é o evento espontâneo, para o qual não se concebe nenhuma causa externa aparente, que se manifesta na linguagem, como já aludimos, na forma de adjuntos do tipo *por si só*, *sozinho*. Em suma, a representação por nós proposta só cabe a um tipo de média, não a todos os tipos de construções médias, sujeitas que são à gradação.

Como dissemos, outra forma de conceber uma mudança é como resultado de uma intervenção, a mudança provocada. Nesse caso, muitas opções se colocam ao falante que, a depender da focalização, pode representar o evento como se dando

⁵⁵ La principal consecuencia formal es que en las construcciones con el significado central de la voz media el sujeto se corresponde con un participante afectado. El origen de la energía que produce tal afeción o no se expresa o se expresa marginalmente o se atribuye al propio participante afectado (GARCÍA-MIGUEL, 2001, p.5)

espontaneamente ou como resultado de uma causa que não conhece ou simplesmente não deseja expressar, seja por isenção de responsabilidade ou por irrelevância. As diferenças entre as várias conceitualizações possíveis será uma diferença de grau. Por exemplo, a que se aproxima mais da concepção de evento espontâneo, seria representada pelo esquema de García-Miguel (2001) (cf. fig.2.7), em que há uma só entidade que recebe uma energia provocadora dessa mudança, mas esta energia não é atribuída a nenhuma outra entidade e o evento é concebido como se espontâneo fosse, como em *o gelo derreteu* (o calor o derreteu), *o navio afundou* (a marinha afundou o navio), embora uma causa qualquer não seja descartada.

A diferença entre uma conceitualização e outra é, como vemos, muito sutil, e depende de fatores contextuais, uma vez que a codificação lingüística não permite diferenciá-las sempre. Além disso, o limite entre *natural* e *provocado* pode ser uma questão de conhecimento de mundo. O que, para um cientista, é provocado, para o homem comum, pode ser natural. Depende também da cultura, pois o que pode ser natural para um homem comum urbano, pode ser provocado por entidades sobrenaturais para o homem da tribo indígena isolada que vive em pleno animismo. Assim, embora admitamos que possa haver conceitualizações diferentes para o evento espontâneo e o evento tido como tal, reconhecemos a dificuldade de separá-las com base na manifestação lingüística, uma vez que esta não é reflexo direto da realidade, mas impõe sempre um filtro ao filtro já imposto pela conceitualização, que sofreu, por sua vez, o filtro da percepção. A questão de se o falante concebe ou não uma entidade causadora para o evento de mudança seja lá qual for — um ser animado, uma propriedade, um elemento da natureza, um deus — não é respondida pela manifestação lingüística. O que podemos dizer é que, quando um falante enuncia uma frase como *a lâmpada queimou* sem menção à causa no contexto lingüístico, como em *a lâmpada queimou devido ao curto-circuito*, o falante está dando o evento como espontâneo. E é tudo o que temos. Uma forma de extrair mais sobre a concepção do evento seria perguntar *por quê?* E, apenas diante de uma resposta como *por nada, queimou sozinha*, poderíamos supor que o falante dá o evento como espontâneo.⁵⁶ Outra resposta possível como *porque era antiga*, dá o fato como resultando de uma propriedade da própria lâmpada, e nesse caso, estamos diante da provocação pela própria substância, mas ainda há espontaneidade aí vez que a causa é interna à entidade.

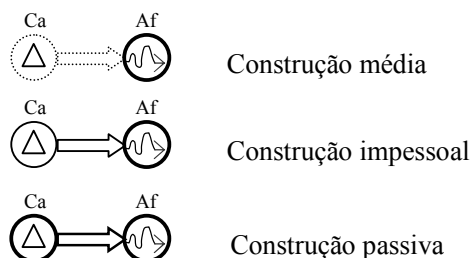
⁵⁶ Isto é, se o falante estiver sendo verdadeiro, pois não atribuir causalidade não é apenas conceber o evento como espontâneo, mas forjá-lo como tal.

Assim, concebendo a mudança como provocada e a entidade provocadora sendo percebida e conhecida, o falante pode escolher codificá-la ou não. No primeiro caso, tem à sua disposição, em português, a depender da perspectiva adotada, a construção transitiva causativa, a chamada voz ativa, como *o vento/Pedro abriu a porta* ou a construção passiva agentiva, *a porta foi aberta por Pedro/pelo vento*. A diferença entre as duas construções, portanto, é uma questão de *focalização*: *causativo* na ativa e *paciente* na passiva. Ressaltamos que, diferentemente de Dik (1997), não atribuímos diferentes papéis a *vento* e a *Pedro* em frases como as recém citadas. Na abordagem do autor, *Pedro* é Agente, porque controlador, e *vento* é Força, porque, embora desencadeie a mudança, não a controla. Para nós, ambos são Causativos (Ca), porque atuam como provocadores da mudança e, nesse ponto, concordamos com Peres (1984):

creio que esta solução não se justifica, sobretudo pelo que representa de perda de generalização na análise de uma língua. (...) Ora, o que, em última análise, distingue as funções semânticas Agente e Força na GF são propriedades semânticas inerentes dos termos que poderão preencher esses argumentos, e não, a meu ver, diferenças semanticamente pertinentes nos 'papéis' atribuídos às entidades envolvidas nas relações em causa, pelo menos a um primeiro nível de análise. Creio poder-se dizer que o que, na GF, distingue um Agente de uma Força não é o *tipo* de relação que cada uma das entidades correspondentes estabelece com uma outra entidade ou com ela própria (...) mas, antes, um *modo* como essa relação é estabelecida, ou seja, com ou sem o traço [+controlado] (PERES, 1984, p.73-74).

Voltando às possibilidades de conceitualização de um evento de mudança, o falante pode não codificar a entidade provocadora, seja por desconhecê-la, seja por ser genérica demais, seja por isentá-la de responsabilidade, seja por ser irrelevante para os propósitos discursivos. As construções impessoal, passiva e média atendem às diversas conceitualizações possíveis nesses casos que divergem quanto ao grau de apagamento da entidade provocadora, conforme representamos abaixo, com base em Langacker (1991, p.335), em que as linhas mais grossas representam a saliência dos participantes do evento ou da transmissão de energia, e o triângulo representa a inespecificação da entidade.

Figura 2.8: as construções de não-atribuição de causalidade



Quanto aos papéis, optamos por tratar a entidade provocadora como *Causativo*, um traço comum aos papéis *Agente*, *Instrumento* e *Causativo*, que pode se manifestar como uma entidade concreta ou abstrata, animada ou inanimada. Em eventos provocados, o mais comum é que o Causativo seja uma entidade, mas podem ter outro evento como provocador numa cadeia de ação, conforme se vê nos exemplos a seguir.

(51) Pedro foi morto pelo ladrão.

(52) Pedro morreu porque não foi socorrido logo.

Gramaticalmente, o Causativo representado por eventos (*Causa*, em Dik, 1997) não assume função primária; é, em geral, um satélite ou circunstante, no que se distingue do Causativo representado por entidade, que pode assumir função primária, embora em construções de não-atribuição de causalidade figure como sintagma preposicionado:

(53) Pedro morreu por inabilidade médica.

(54) A porta abriu com o vento.

À entidade que experiencia a mudança, optamos por chamar *Afetado* (Af), uma vez que será o traço comum à entidade afetada por uma mudança de estado física ou emocional, e por considerarmos que *experienciador*, mais que um papel, é um traço comum a outros papéis, como vimos com Dik (1997) e Langacker (1991). Esta afetação pode se dar de modo positivo, quando for considerado favorável à entidade, e de modo negativo, quando for desfavorável à entidade, o que dependerá, obviamente, de fatores contextuais e culturais.

CAPITULO III ESTRUTURAS DE EVENTOS

Partindo de uma visão cognitivo-funcional da língua, cabe, para estudar devidamente o fenômeno da não-atribuição de causalidade, apresentar os fatores ligados à estrutura de eventos. Primeiramente, apresentamos uma classificação geral dos estados de coisas, crucial para definição das ocorrências em nossa análise. Em seguida, oferecemos, na segunda e na terceira seção, classificações mais específicas de eventos, com base em Pottier (1992) e Halliday (2004). Na quarta seção, apoiados em diversos autores, como Comrie (1978) e Croft (1998), abordamos o contorno têmporo-aspectual relativos a uma situação¹ de mudança, enfatizando, em especial, a noção de perfectividade. Dedicamos a quinta seção à transitividade, em que discutimos os parâmetros de Hopper e Thompson (1980), relacionando-os ao fenômeno da voz. Por fim, na última seção, falamos sobre a distinção *Figura/Fundo*, que reúne, num todo coerente, as noções discutidas nas seções anteriores.

3.1. Estados e eventos

Estaticidade e dinamicidade, constância e variação fazem parte de nossa experiência cotidiana o tempo todo. Nossa concepção de um objeto físico, por exemplo, é o de uma entidade estável, que permanece no tempo, a não ser que forças a alterem ou destruam. Percebemos tanto cenários estáticos, em que as propriedades das entidades se mantêm inalteradas, como eventos dinâmicos em que há movimento e alteração nos atributos das entidades².

Podemos, então, dividir as situações em dois grandes tipos, conforme tenham ou não dinamicidade: *estados* e *eventos*. No *estado*, não há interação energética e o cenário é concebido estaticamente, como que uma cena de filme “congelada”. A ênfase é dada à substância, à forma e ao espaço, ao cenário em si mesmo. Os *estados* representam propriedades ou localizações de uma determinada entidade. A entidade que figura num estado (papel temático *zero*, para LANGAKER, 1991 e DIK, 1997) não é

¹ Estamos usando o termo *situação* em sentido bem amplo, para indicar qualquer estado de coisas descrito por um predicado.

² Estes dois aspectos, *constância/variação*, são a base da distinção entre *objetos* e *interações*, ou entre *participantes* e *processos*, conforme Langacker (1991, p.14) e Halliday (2004, p.177): *constância* é o manter-se através do tempo e o estar localizado no espaço (concreto ou abstrato). *Variação (transição)*, em Halliday) é o desenrolar-se através do tempo.

apresentada sob mudança. A propriedade até pode resultar de uma mudança, mas é apresentada num ponto de equilíbrio, relativamente estável. Não há alteração de propriedades no eixo temporal delimitado pelo cenário.

Já *eventos* expressam interações energéticas, em que o cenário é concebido dinamicamente. A ênfase é dada ao movimento, à energia e ao tempo. Eventos, assim, são essencialmente mutacionais, no sentido em que sofrem alteração no eixo temporal. Caracterizam-se pela mudança, que pode ser restrita a uma só entidade, simultaneamente fonte e alvo, ou causada por uma entidade externa. A mudança pode ser interna ou externa. Os eventos são *causativos*, quando há distinção conceitual entre fonte e alvo da energia, e a entidade que provoca o evento é discernível. Por seu turno, são *não-causativos*, quando a entidade provocadora do evento não é discernível, talvez em virtude da baixa distinção entre os participantes, conforme argumentado no capítulo 2.

A diferença entre estados e eventos é básica, tem sido apontada em diversos trabalhos e remonta à filosofia aristotélica. Na modernidade, consta das propostas lingüísticas de Vendler (1967), Chafe (1979), Peres (1984), Dik (1997).

Chafe (1979), cabe destacar, separa primeiramente os verbos de *estados* dos de *não-estados*. Os verbos de estado não denotam um acontecimento e são normalmente acompanhados por um nome paciente, a exemplo das frases *a madeira está seca*, *o prato está quebrado* etc. Os verbos de não-estado ou de *evento* denotam um acontecimento, uma vez que podem responder à pergunta *que aconteceu?* a exemplo das frases *a madeira secou*, *Miguel correu*, *Miguel secou a madeira*. Os verbos de evento são classificados em *ação*, *processo*, e *ação-processo*. Essa proposta, com ligeiros acréscimos, foi aplicada ao português por Borba (1996), que assim classifica os verbos em português:

- a) verbos de ação: expressam atividade realizada por um sujeito agente. Podem ter complemento, que se caracteriza por não sofrer nenhuma mudança (de estado, condição ou posição). Caracteriza-se por ser um *fazer* por parte do sujeito: *vou a Santos*, *Pedro cantou*.
- b) verbos de processo: expressam eventos ou sucessão de eventos que atingem um sujeito *paciente*, *experimentador* ou *beneficiário*. Têm um argumento obrigatório, mas podem chegar a ter três. Caracterizam-se por ser um *acontecer* ou um *experimentar*: *Rosa ganhou uma rosa*, *o bebê acordou*.

- c) verbos de ação-processo: expressam ação realizada por um sujeito agente ou uma causação efetuada por um sujeito causador. Sempre atingem um complemento que sofre mudança de estado, condição ou posição (afetado), ou passa a existir (efetuado). Têm, no mínimo, dois argumentos: *o raio partiu uma árvore, Pedro quebrou o copo.*
- d) verbos de estado: expressam uma propriedade (estado, condição, posição) localizada no sujeito que é suporte dessa propriedade ou experimentador ou beneficiário. Têm um argumento obrigatório, inativo: *Tadeu ama Dirce.*

Partiremos da divisão básica *eventos* x *estados*, conforme a qual podemos separar as construções que codificam não-atribuição de causalidade das que codificam simplesmente estados. Entre os eventos, incluiremos os de natureza causativa e os de natureza não-causativa, uma vez que lidaremos com a função semântico-pragmática da *não-atribuição de causalidade*, extensiva aos dois tipos de eventos.

Reiteramos, para concluir, que a interpretação de um estado de coisas conjuga fatores lingüísticos e extralingüísticos. Devido a essa conjugação, a noção de experiência é basilar, razão por que discorreremos sobre ela a seguir.

3.2. Experiência

Para nós, todo estado de coisas é *experiencial*, uma vez que deriva de nosso estar no mundo, por si, uma grande e complexa experiência. Em nosso estar no mundo, podemos não só vivenciar situações diretamente como *testemunhas* ou *atores*, como também vivenciá-las indiretamente através da linguagem, pelo relato da vivência de um evento por uma ou mais entidades. A não-atribuição de causalidade, portanto, pode tanto referir-se a um evento de experiência direta como indireta, conforme ilustram os exemplos abaixo.

(1) Olha! O copo quebrou! (evento testemunhado ou vivido)

(2) [Pedro disse que] o copo quebrou. (evento relatado)

Quando o evento é relatado, a não-atribuição de causalidade pode recair no evento em si mesmo ou no ato de relatar, ao não se atribuir uma entidade *fonte* ao dizer, conforme ilustramos no exemplo (3).

(3) Dizem/diz-se/foi dito [que Pedro quebrou o copo/o copo quebrou...]

Neste caso, o escopo de afetação do evento de *dizer* está além da predicação, está no contexto de fala, no nível interpessoal, nas reações que pode ou não provocar no

ouvinte. Não há, rigorosamente, uma interação energética entre a entidade que realiza o *dizer*³ e a *coisa dita*. A interação ocorre entre os participantes do ato de fala.

Em Halliday (2004), o DIZER faz parte de um tipo de processo específico, o *processo verbal*, que se situa no limite entre o processo *mental* e o *relacional*, por representar relações simbólicas construídas na consciência humana e representadas na língua. Todos os tipos de processos são, para o autor, modos de “impor ordem à infundável variação e fluxo de eventos⁴” (HALLIDAY, 2004, p.170), que constitui nossa experiência:

O sistema da transitividade constrói o mundo da experiência numa série manejável de TIPOS DE PROCESSOS. Cada tipo de processo determina seu próprio modelo ou esquema para construção de um domínio da experiência particular como uma figura de um tipo particular (HALLIDAY, 2004, p.170)⁵

Há, segundo Halliday (2004), dois tipos básicos de experiência: a externa, experimentada como ocorrendo fora de nós, no mundo que nos cerca, e a interna, experienciada como ocorrendo em nós mesmos, no mundo da consciência. A primeira diz respeito aos eventos: coisas acontecem, e pessoas ou outros atores fazem coisas ou as fazem acontecer. Já a experiência interna é, ao mesmo tempo, um tipo de resposta à experiência externa (guardando-a, reagindo a ela, refletindo sobre ela) e uma consciência voltada para nossos estados de espírito. Assim, *processos materiais* são processos do mundo externo e *processos mentais* são processos do mundo da consciência.

Além desses dois processos, há um terceiro tipo de processo básico calcado na nossa capacidade de relacionar fragmentos da experiência: os *processos relacionais* que são processos de identificar e classificar. Entre estes três tipos básicos, há outros intermediários. O processo *comportamental*, por exemplo, se situa entre o *material* e o *mental* porque representa a manifestação externa do funcionamento interno. O processo *existencial* é intermediário entre o *relacional* e o *material*, porque todos os fenômenos

³ Por DIZER, queremos significar o que a tradição chama *verba dicendi*, a exemplos dos verbos *perguntar*, *declarar*, *explicar*, *reclamar* etc.

⁴ [...] imposing order on the endless variation and flow of events (HALLIDAY, 2004, p.170).

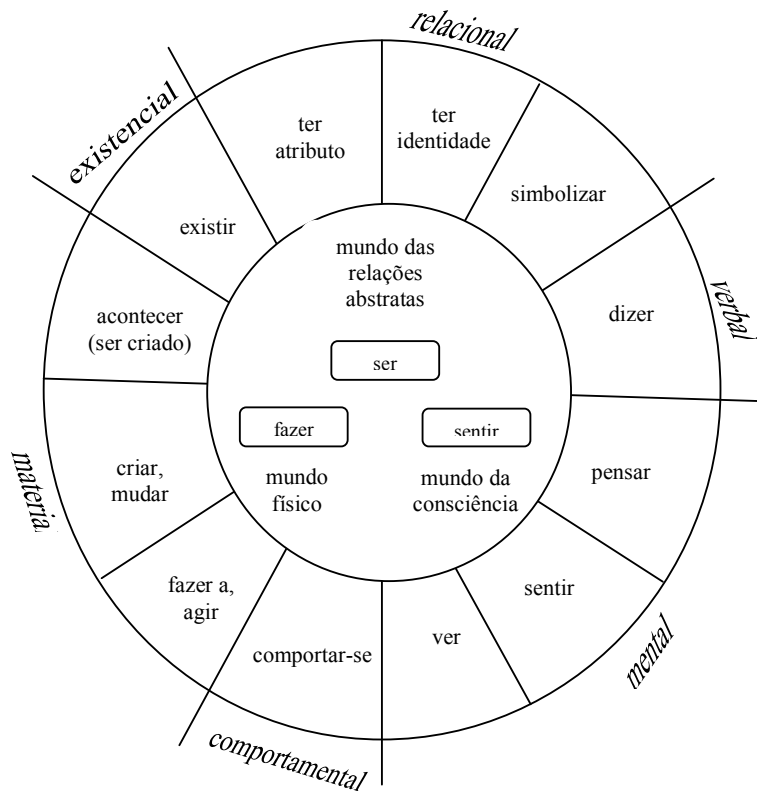
⁵ The transitivity system construes the world of experience into a manageable set of PROCESS TYPES. Each process type provides its own model or schema for constructing a particular domain of experience as a figure of a particular kind (HALLIDAY, 2004, p.170)

são tidos como existentes. Os exemplos abaixo são adaptações de Halliday (2004, p.170-1) ao português.

- (4) A máquina está produzindo dinheiro (*The machine is producing money*) – *material*
- (5) As pessoas adoram dinheiro (*People love money*) – *mental*
- (6) A cada quatro africanos, um é nigeriano (*Every fourth African is a Nigerian*) – *relacional*
- (7) As pessoas estão sorrindo (*People are laughing*) – *comportamental*
- (8) Nós dizemos que, a cada quatro africanos, um é nigeriano (*We say that every fourth African is a Nigerian*) – *verbal*
- (9) Há Cristianismo no Sul (*There's Christianity in the south*) – *existencial*

O autor considera esses tipos de processos como um *espaço semiótico* em que diferentes regiões representam diferentes tipos. Em cada região, há membros mais prototípicos de cada tipo de processo, mas estas são contínuas, mesclando-se umas com as outras, representando o fato de que os tipos de processos não são categorias discretas, bem definidas, mas fluidas. A figura a seguir é a representação esquemática de Halliday (2004, p.172), adaptada ao português.

Figura 3.1: espaço semiótico, segundo Halliday (2004)



Nessa representação, o interesse de Halliday (2004) é com a forma como a gramática, através do sistema de transitividade, constrói a experiência. Para ele, não se trata de um simples recurso para descrever o sistema, mas um princípio fundamental em que todo o sistema está baseado, a indeterminação sistêmica:

o mundo de nossa experiência é altamente indeterminado; e assim é precisamente como a gramática o constrói no sistema dos tipos de processos [...]. Assim, um mesmo texto pode oferecer modelos alternativos do que pareceria ser o mesmo domínio da experiência, construindo, por exemplo, o domínio da emoção tanto como um processo numa oração ‘mental’ (*isto agradou Deus*; cf. também *Deus gostou disso*) como um participante numa oração ‘relacional’ (*isto tornou Deus triste*; *Deus estava triste*)⁶ (HALLIDAY, 2004, p.173).

Portanto, o “recorte” da experiência em determinado tipo de processo depende, antes de tudo, do enunciador, cuja liberdade de escolha intervém em todos os níveis, (da percepção à conceitualização e desta à semiotização) e dá lugar ao que Pottier (1992, p.107) chama *polissemiose*, que diz respeito à “multiplicidade de escolhas predicativas de um enunciador no leque de possibilidades formais de sua língua natural⁷”.

Para dar conta dessas possibilidades polissemióticas ou enciclopédicas de uma língua natural, Pottier (1992) propõe os estatutos das áreas de eventos, que fazem entrever a relação entre voz, aspecto, tempo e modalidade. Discorreremos sobre estas áreas a seguir.

3.3.As áreas de evento

Pottier (1992) distingue *entidade e comportamento*. A primeira relaciona-se à noção de *participante*, a “tradução” semiótica e intensional dos “entes” no âmbito do discurso⁸. O segundo, por sua vez, remete intensionalmente ao que tradicionalmente se conhece por *predicado*, que é também signo, lingüisticamente sob a forma de

⁶ The world of our experience is highly indeterminate; and this is precisely how the grammar construes it in the system of process type [...]. Thus, one and the same text offer alternative models of what would appear to be the same domain of experience, construing for example the domain of emotion both as a process in a ‘mental’ clause (*this pleased God*; cf. also *God liked this*) and as a participant in a ‘relational’ clause (*this made God sad*; *God was sad*) (HALLIDAY, 2004, p.173).

⁷ La multiplicité des choix prédicatifs d’un énonciateur dans le cadre des possibilités formelles de sa LN (POTTIER, 1992, p.107)

⁸ Na concepção semiótica que abraçamos, os “entes” não constituem dados como pretendia o realismo ingênuo, mas são matérias perceptuais para a organização formal do discurso, ganhando estatuto de participantes, que são, portanto, signos de signos.

PROCESSOS (cf. LANGACKER, 1991). Da relação entre entidade e comportamento, engendra-se a noção de evento.

Uma entidade é concebida no espaço e no tempo. O ponto de existência se desloca no tempo e torna-se uma linha cuja orientação é da esquerda para a direita (cf. JESPERSEN, 1963). Esta entidade assim concebida pode ser caracterizada como afetada por uma propriedade ou como desencadeadora de uma atividade. Estas duas caracterizações são, respectivamente, de natureza *endocêntrica* e *exocêntrica*. A entidade pode igualmente estar em relação com o mundo objetivo — *localização*, e com o mundo subjetivo — o domínio da *cognição* (sensações, intelecção e modalização). Há, então, cinco áreas de evento: *existência*, de natureza central, e outras de natureza periférica, *propriedade*, *atividade*, *localização*, *cognição*.

A área da existência diz respeito à entidade enquanto posta no mundo antes que se possa asseverar qualquer coisa sobre ela. Trata-se de uma área que subjaz a todas as outras, pois a existência é anterior à essência, como afirma o Existencialismo fenomenológico em reação ao Essencialismo clássico aristotélico, em que a essência precede à existência (cf. ABBAGNANO, 2000). São exemplos da referida área construções como *há problemas no trabalho*, *apareceu um problema*, *o rapaz criou um problema*. Na primeira frase, a existência do problema já se delineia; na segunda, como algo emergente, excluída a participação da entidade que o fez emergir; na terceira, por fim, o problema emerge como resultado da ação de outra entidade, *o rapaz*.

Quanto às propriedades, estas dizem respeito às atribuições de qualidades ou estados. Assemelham-se ao processo relacional de Halliday (1985, 2004). Há os seguintes aspectos semânticos, atuantes na área das propriedades: (a) atribuição puramente descritiva, como em *João é louro*, *ele cresce*; (b) atribuição condicionada: *João está inquieto*; *ele se inquieta*; (c) atribuição a um outro actante: *João está acompanhado por sua mulher*; (d) atribuição com agente: *João é agredido pelos policiais*.

A área de localização, por sua vez, refere-se aos domínios espacial, temporal e nocional, a exemplo de *nós chegamos a Itália*, *nós chegamos no inverno* e *nós chegamos ao absurdo*.

A área de atividade recobre ações de natureza exocêntrica, que tomam uma entidade como ponto de partida, e compreendem uma escala de um mínimo a um

máximo de agentividade. Compreende ações involuntárias e voluntárias, a exemplo de *ele respira ainda* (involuntária) e *como pouco no verão* (voluntária⁹).

Por fim, a área da cognição engloba a percepção pelos sentidos e todas as atividades intelectuais, como *eu sinto a fumaça da fogueira, eu vejo a lua através das nuvens*.

Todas as cinco áreas podem ser perspectivadas, no nível da representação mental, por três parâmetros: a *estatividade*, a *evolutividade* e a *causatividade*. O *estatuto estativo* designa toda permanência no tempo, sem vislumbre de mudança: a todo instante, a característica ou relação é dada como idêntica: *ele é gentil, neva, eu passeio, eu reflito sobre um problema, eu escrevo*. Chamamos desde já a atenção para o fato de que o estatuto ora em tela evoca a noção aspectual de continuidade e ilimitação, que corresponde ao aspecto *indeterminado* na tipologia de Travaglia (1981), o que corrobora o forte liame entre as categorias de voz e aspecto. Os desdobramentos desta relação serão devidamente explorados na próxima seção.

O *estatuto evolutivo*, por sua vez, marca uma mudança de estado: a caracterização ou a relação se modifica com o tempo. Mais uma vez, a relação entre as categorias da voz e do aspecto é flagrante, pois temos aí configurados os aspectos *incoativo* e *terminativo*¹⁰: *aquilo se tornou necessário, parou de nevar*.

Por fim, o *estatuto causativo* corresponde a uma mudança dada como provocada: *o guarda me fez sair do jardim, a zoadá do caminhão me acordou*. Desses três estatutos, o mais básico é o *evolutivo*, pois se pode dizer que tudo está em mudança, em evolução, e que o *estativo* nada mais é que uma imagem congelada de um evolutivo de base. Nessa perspectiva semântico-cognitiva, não importa se as relações entre os comportamentos se dão entre formas idênticas ou não¹¹. Assim, *João morreu, devido à imprudência do amigo* corresponde a *a imprudência do amigo matou João*.

Pottier (1992) nos oferece um quadro de quinze configurações em que se combinam as áreas de eventos e os três estatutos, reproduzido abaixo com adaptações ao português.

⁹ Estas noções ligadas à volição, intenção, controle, repetimos, são, a nosso ver, de caráter discursivo e não lexical.

¹⁰ A distinção aspectual aludida será explicitada na seção seguinte.

¹¹ Essas relações quer com o mesmo semantema (*matar/matança*) ou não (*matar/morrer*) estão presentes até mesmo numa gramática valencial como a de Borba (1996).

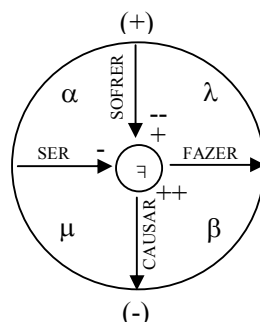
Quadro 3.1: a combinação de áreas e estatutos: as quinze configurações (POTTIER, 1992)

	ESTATIVO	EVOLUTIVO	CAUSATIVO
\exists	O problema existir e haver dificuldades	O problema se colocar e as dificuldades aparecerem	C pôr o problema
α	X estar frio	X esfriar	C fazer nascer as dificuldades
	X estar inquieto	X se inquietar	C esfriar X
β	X dançar	X se pôr a dançar	C inquietar X
	X beber do leite	X parar de beber o leite	C fazer X dançar
λ	X estar sobre a mesa	X chegar sobre a mesa	C fazer X beber o leite
	X estar próximo de L	X se aproximar de L	C colocar X sobre a mesa
μ	X saber o nome	X esquecer o nome	C aproximar X de L
	X ter um pouco de gosto	X perder o gosto	C fazer X conhecer o nome
			C dar o gosto a X

(Adaptação ao português do quadro apresentado em POTTIER, 1992, p.110)

As cinco áreas de evento constituem o que o autor chama *rosáceo de possibilidades* porque a passagem de uma área para outra é gradual, ou seja, diante de uma mesma situação, há mais de uma possibilidade de predicação à disposição do enunciador que varia em graus de afetação e causação. Reproduzimos abaixo a figura apresentada pelo autor para, em seguida, comentá-la, relacionando-a ao nosso tema.

Figura 3.2. O rosáceo de possibilidades, segundo Pottier (1992)



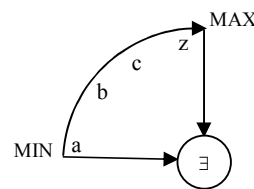
Vemos, no eixo horizontal da figura, uma entidade, situada no centro, apresentada pela área existencial (\exists), que pode ser afetada por uma propriedade (α), e daí ser menos forte (-), ou pode ser o iniciador de uma atividade (β) e daí ser mais forte (+). No eixo vertical, estão representados os dois pólos de força máxima (++) , quando a entidade, o agente do evento, age sobre outra entidade mais fraca (representada fora do círculo por (-)) e de força mínima (--), quando a entidade, o paciente do evento, “sofre” os efeitos do agir de outra entidade (representada fora do círculo por (+)).

O *rosáceo* é dividido em quatro regiões. A região noroeste é endocêntrica, ou seja, caracteriza-se pela *afetação* e constitui o domínio das propriedades (α), do SER e do SOFRER. A região sudeste é exocêntrica, caracteriza-se por *ação* e recobre as

atividades (β), o CAUSAR e o FAZER. As duas outras são mistas. A nordeste estabelece as relações de localização (λ), e a sudoeste estabelece as relações de cognição (μ).

As áreas se relacionam de várias maneiras e, no interior de cada área, há gradualidade. A área das propriedades (α), por exemplo, se desenvolve entre o pólo mínimo de atividade, que constitui uma simples caracterização estática, como em *Pedro é louro* (a), ao pólo máximo de atividade que leva à afetação máxima do paciente, como em *Pedro foi agredido pelos policiais* (z).

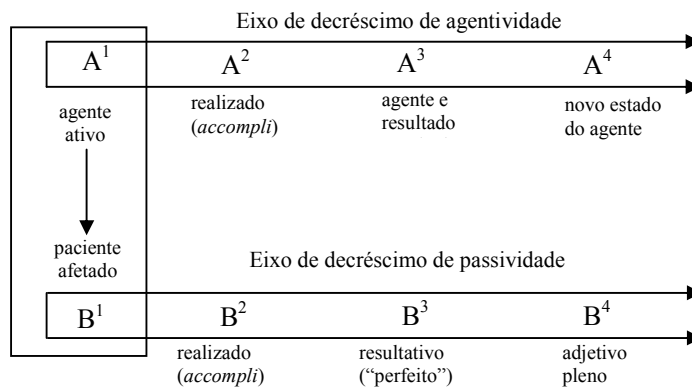
Figura 3.3. A gradualidade na área das propriedades (POTTIER, 1992)



A mesma gradualidade é vista na área das atividades (β), que vai dos atos involuntários e voluntários expressos intransitivamente, sem pacientes, como em *eu respiro*, *eu ando*, a atos que se dirigem a um paciente muito afetado, como em *ele come um pássaro*.

A idéia de um *continuum* se apresenta, em Pottier (1992), também no que diz respeito à actância e ao aspecto, intimamente relacionados às áreas de evento. Partindo do estatuto causativo, por exemplo, podem-se estabelecer as várias etapas pelas quais um *agente* passa a *paciente*. Os graus de agentividade são ilustrados pela figura abaixo, reproduzida de Pottier (1992, p.196):

Figura 3.4. A passagem de agente a paciente (POTTIER, 1992)



Partindo da relação $A^1 \rightarrow B^1$, ilustrada pelos exemplos abaixo:

(10) O rapaz lê muitos livros.

(11) Muitos livros são lidos pelo rapaz.

temos as seguintes possibilidades, no eixo A:

A^2 : o rapaz leu muitos livros.

A^3 : o rapaz tem muitos livros lidos.

A^4 : o rapaz é lido.

No eixo B, as possibilidades são:

B^2 : Muitos livros foram lidos pelo rapaz

B^3 : Muitos livros são lidos.

B^4 : Muitos livros estão lidos.

Com base na proposta de Pottier (1992), podemos oferecer exemplos no âmbito da não-atribuição de causalidade:

B1	B2	B3	B4
Algo se quebra	algo se quebrou	algo foi quebrado	algo está quebrado
Algo engorda	algo engordou	algo foi engordado	algo está gordo
Algo seca	algo secou	algo foi secado	algo está seco

Depreende-se desses exemplos, a relação entre situação de mudança e aspecto, que será explorada na próxima seção. O decréscimo de passividade depende da afetação por um evento. Assim, em B1, a passividade é maior porque denota um evento presente. Já em B4, a construção adjetival expressa um estado adquirido e, por isso, o grau de passividade é considerado menor. O tempo também influencia e, em B2 e em B3, a referência à afetação por um evento passado torna a passividade menor.

Do quanto foi exposto acima, podemos afirmar que: (a) agentividade e passividade são os papéis de base, entre os quais existe escalaridade; (b) a representação semântica de uma dada situação envolve não somente o significado do verbo, mas também os estatutos deste: o evento que levou à situação presente (processo em curso

ou estado precedente) e o evento posterior (estado resultante ou retorno ao estado original) (cf. CROFT, 1998); (c) a diátese, sendo um fenômeno semântico-pragmático, não é restrita apenas ao verbo, como se pode depreender dos exemplos acima, mas se estende ao nome (adjetivo e substantivo), como bem já tinham observado autores funcionalistas (HALLIDAY, 1985, 2004) e mesmo formalistas (BORBA, 1996, DUARTE, 1989)¹²; (d) a não-atribuição de causalidade está relacionada ao estatuto evolutivo, uma vez que o traço fundamental é a mudança: uma caracterização ou relação que se modifica explicitamente com o tempo e que pode ser lenta ou rápida.

Do exposto acima, salta à vista a íntima relação entre aspecto e voz. O grau de agentividade de uma frase, ligado à transitividade, de que falaremos depois, depende do contorno têmico-aspectual que se manifesta na codificação lingüística. Em virtude disto, dedicamos à categoria aspectual seção reservada a seguir.

3.4. O contorno têmico-aspectual da situação de mudança

Dentre as categorias semânticas do português, muito provavelmente uma das mais controversas e complexas é a de aspecto. Vários estudos têm prosperado e proliferado sem que se tenha até o presente momento chegado a um consenso minimamente válido para estabelecermos solidamente a categoria.

As propostas são diversas (cf. DIETRICH, 1983) e procurar levar a termo, ainda que sucintamente, as diretrizes de grande parte delas conduziria a um estudo exaustivo, estéril e digressivo. Por esse motivo, elegemos, como meta, trabalhar com conceitos fundamentais para nosso estudo, procedendo a uma síntese de diversos estudos empreendidos. Começamos com as duas noções de base: *perfectividade* e *imperfectividade*, que dizem respeito aos dois modos fundamentais de se ver a constituição interna de uma situação, ou seja, a estrutura interna de eventos (cf. COMRIE, 1978; CROFT, 1998). O *perfectivo* apresenta uma situação completa, como um todo indiferenciado, sem nenhuma alusão às suas fases. Assemelha-se, como diz Givón (2001, p.287), usando a metáfora da visão, a uma observação de evento de longe, através de uma lente de *zoom* estreito, e assim o evento observado parece pequeno, compacto e bem definido. Já o *imperfectivo* leva em consideração a estrutura temporal interna de uma situação, as suas várias fases. Na metáfora de Givón (2001), o *imperfectivo* é a observação do evento de perto, através de uma lente de ângulo largo.

¹² Não nos deteremos a esse assunto neste capítulo. Voltaremos a ele quando tratarmos da análise dos dados.

Assim visto, o evento parece tão perto que seus limites estão fora do campo de visão: tudo que se vê é um intervalo ilimitado e contínuo. O fato de não focalizar os limites, favorece a associação da imperfectividade com as noções de cursividade, duratividade, continuidade, iteratividade e habitualidade.

É válido ressaltar, com Comrie (1978), que o perfectivo envolve falta de referência explícita à constituição interna de uma situação, mais que a implicação de falta de tal constituição interna, enquanto o imperfectivo é uma referência explícita à estrutura temporal interna da situação.

O fato de apresentar uma situação como completa não significa, todavia, que o perfectivo sempre apresentará situações como acabadas. De fato, pode haver situações perfectivas não-acabadas. Travaglia (1981), que, em seu quadro aspectual do português, também distingue situações completas de situações acabadas, apresenta alguns exemplos, reproduzidos abaixo, em que o perfectivo não se combina com a noção de fim:

(12) João sempre escreveu bem

(13) João sempre escrevia bem.

Em (12), a situação perfectiva é apresentada como *completa*, num todo indivisível, mas é *não-acabada*, uma vez que podemos acrescentar “e sabemos que continua”; já em (13), a situação é apresentada como incompleta e acabada, como demonstra o fato de se poder acrescentar “mas não escreve mais”.

Apesar de não se confundirem, as duas noções encontram-se intimamente relacionadas, pelo menos, em português, como o próprio Travaglia reconhece:

Observe-se que praticamente todas as situações que são apresentadas com aspecto acabado têm também aspecto perfectivo (TRAVAGLIA, 1981, p.101).

Outra noção de suma relevância é a de perfeito. A propósito, Comrie (1978) considera esta categoria aspectual diferente das demais correlatas, porque não faz referência direta à situação em si mesma, mas apenas relaciona algum estado a uma situação precedente. Destarte, expressa uma relação entre dois eixos temporais: o tempo

do estado resultante de uma situação prévia e o tempo da situação prévia. Por isso, combina-se com outras noções como *resultatividade* e *permansividade*¹³.

No *perfeito resultativo*, um estado presente é referido como sendo resultado de alguma situação passada: *o salão está varrido*, por exemplo, denota que alguém o varreu no passado. Com o *permansivo*, indica-se que uma situação, que começou no passado, persiste no presente. A frase *ele tem estado triste*, por exemplo, indica que o estado de tristeza ainda persiste. Como vimos a respeito da proposta de Pottier (1992), o resultativo e o permansivo afetam a agentividade e a afetação, estando, portanto, fortemente ligados ao fenômeno da voz.

No que concerne à resultatividade, Dietrich (1983), seguindo a trajetória teórica de Eugenio Coseriu, ligada ao estruturalismo funcional, opõe o *resultativo* ao *não-resultativo*¹⁴. O primeiro pode ser: (a) *subjetivo*, se afeta o sujeito agente; e (b) *objetivo*, se afeta o objeto. O resultado subjetivo se expressa em português através da perífrase *estar* + participípio, a exemplo de *as duas cartas estão escritas*. O objetivo, por sua vez, se manifesta por meio da construção com *ter* + participípio de verbo transitivo em concordância com o objeto, como em *tenho escritas duas cartas*¹⁵.

Coseriu apresenta outras categorias aspectuais, como *duração*, *repetição* e *conclusão* ou *cumprimento*, mas, segundo o autor, não se manifestam em português através de meios gramaticais, ou seja, por desinências ou perífrases (cf. SOARES, 1987; BECHARA, 1999)¹⁶. Todavia, manifestam-se secundariamente como anexas às demais categorias apresentadas. Destas, interessa-nos de perto a categoria da conclusão, que diz respeito ao cumprimento (—|) ou não-cumprimento da ação (→...) ou ainda à neutralidade a esta oposição (—). Esta conclusão pode ser *subjativa* ou *objetiva*. Bechara (1999, p.215), assim exemplifica os dois tipos:

¹³ Estas noções correspondem a duas categorias aspectuais em Camara Jr. (1964; 1977): o aspecto *resultativo*, que registra os resultados de um processo, e o *permansivo*, que apresenta o processo como concluso, mas persistente em seus efeitos. Travaglia (1981, p.48-49), por sua vez, embora admita que estas noções estejam ligadas a aspecto, considera-as noções não-aspectuais.

¹⁴ Constituiria digressão se remetêssemos ao modelo estrutural de Coseriu, que se baseia no princípio da funcionalidade, inspirado na glossemática de Hjelmslev (1974), que postula, no eixo sintagmático, a solidariedade entre Plano da Expressão e Plano do Conteúdo, sendo estes duas constantes. Para detalhes, confira, além de Dietrich (1983), Soares (1987) e Bechara (1999).

¹⁵ Esta construção, comum no português arcaico, foi conservada, segundo Said Ali (1964, p.159), até o início do século XVII. Na *Crônica Geral de Espanha*, Bonfim (2001) encontrou 34% de ocorrências de *ter/haver* sem concordância do participípio, indicando uma mudança incipiente.

¹⁶ Coseriu, seguindo os princípios do estruturalismo funcional, separa valores de língua de valores de fala, sendo estes de caráter secundário por não apresentarem oposição na *langue* e terem realização apenas discursiva. Do mesmo modo, opõe léxico a gramática.

a) subjetiva ou terminativa: _____|

escrevi muito (agora não escrevo mais)

b) objetiva ou completiva: _____O

escrevi o livro (o que devia fazer, levei-o a cabo)

Uma construção como *estar* + particípio, por exemplo, expressa o cumprimento objetivo de uma ação. Esta construção é a combinação da diátese passiva com a noção de cumprimento ou conclusão: *é realizado* (passiva)/ *está realizado* (passiva + conclusão). Segundo Dietrich (1983), embora marginal, o cumprimento objetivo de uma ação transitiva se expressa através da diátese.

A construção supra-referida é tratada por Barreiro (1998) em paralelo com a formada por *ficar* + particípio, ambas consideradas formas passivas, pela autora:

o facto de considerar estas construções de estado resultante, não significa que elas não possam ser também passivas. Aliás, na minha definição de passiva, cabem perfeitamente as propriedades das construções de estado resultante. (...) O que posso postular para a diferença entre construções passivas e construções de estado resultante tem a ver com critérios semânticos, concretamente, com o traço distintivo “*resultado*” definido por Comrie (1976, p.52) que está incluído na própria definição do verbo, ou seja, que lhe é intrínseco (BARREIRO, 1998, p.32).

A autora acrescenta que as construções resultativas incluem um “limiar semântico”, ou seja, a passagem de uma “fronteira que pode ter maior ou menor dimensão” (BARREIRO, 1998, p.32). Em suma, denotam uma mudança de estado ou estado resultante, como mostram os exemplos.

(14) A barba foi que enganchou lá e ele *ficou pendurado*... né? (EF-53- PORCUFORT)¹⁷

(15) o meu carro /*tá aBERto* (D2-11- PORCUFORT)

As subcategorias da conclusão constituem, na verdade, a combinação do perfeito com o que a tradição lingüística chama telicidade. Na conclusão terminativa, a situação descrita é atélica: *escrever* e daí a noção subjetiva de término, não de completamento. Já na completiva, a situação é télica, *escrever o livro*, portanto, combinada com o perfeito resulta na noção de completamento. Assim exposta, a noção

¹⁷ Esses exemplos e outros citados ao longo desse capítulo, são do *corpus Português Oral Culto de Fortaleza-PORCUFORT*, organizado nos moldes do Projeto NURC e analisado em Lima (1999).

de telicidade parece fácil de ser apreendida. Todavia, como veremos, existem lacunas e pontos obscuros.

Um evento télico é aquele que tem um fim natural ou uma mudança de estado que constitui seu resultado. O completamento do evento télico depende da concretização dessa mudança de estado, ou seja, há um limite intrínseco que deve ser atingido para que haja o evento, como em (16). Já o evento atélico não tem um resultado ou alvo a atingir. Trata-se de eventos sem limite que acontecem mesmo se interrompidos em qualquer momento, como em (17).

(16) *o povo vai se alfabetizando se alfabetizando* (DID-5- PORCUFORT)

(17) *todo mundo se deliciando com esse banquete* (EF-19- PORCUFORT)

Em (16), o evento *o povo se alfabetizar* tem um limite “natural”, só se completa quando esse limite é atingido. Se interrompido antes disso, não se pode dizer que o evento ocorreu. Em (17), todavia, não há limite temporal para o evento *todo mundo se deliciando com esse banquete* ocorrer. Pode-se interrompê-lo em qualquer tempo, e ele existirá.

Costuma-se usar, como forma de identificar a telicidade de um evento, a compatibilidade com determinados advérbios. Em inglês, Croft (1998) comenta que sintagmas adverbiais com *in* (“em” em português), os advérbios “*containers*” ou espaciais especificam a quantidade de tempo do começo ao completamento do evento télico: *I wrote the letter in an hour* (“eu escrevi a carta em uma hora”). Já os sintagmas adverbiais durativos, introduzidos por *for* (“por”), indicam quanto tempo dura um evento atélico: *I slept for three hours* (“eu dormi por três horas”). Para o Português, Scher (2004) considera a compatibilidade de eventos télicos com o auxiliar aspectual *acabar* e com o adjunto adverbial *em uma hora* e a compatibilidade de eventos atélicos com *parar* e *por uma hora*. Retomando os exemplos citados, podemos dizer, com as necessárias alterações de tempo verbal, (18) e (19).

(18) a. O povo *acabou de se alfabetizar*.
b. O povo se alfabetizou *em uma hora*.

(19) a. Todo mundo *parou de se deliciar*.
b. Todo mundo se deliciou *por uma hora*.

Há eventos que normalmente são incompatíveis com ambos os tipos de advérbios. Trata-se de eventos pontuais ou *achievements* (cf. VENDLER, 1967, SMITH, 1991), como (20), que são compatíveis com advérbios pontuais como *repentinamente*.

- (20)a. quando o... *o caixão se abriu* foi de frente pro dono das muleta... (D2-30/2- PORCUFORT).
b. ?o caixão se abriu *em uma hora*.
c. ?o caixão se abriu *por uma hora*.
d. o caixão se abriu *repentinamente*.

Os *achievements* são considerados télicos, porque apresentam uma mudança de estado com final intrínseco, mas não têm duração, a culminância do processo é instantânea, daí a incompatibilidade com advérbios espaciais e durativos que dizem respeito à mensuração temporal. Os *achievements* também supostamente não ocorrem no cursivo, que exige a noção de um processo estendido no tempo. Croft (1998) mostra, no entanto, que alguns *achievements* admitem a construção cursiva, como em (21a) e (21b), adaptados de Croft (1998, p.74). Neste caso, o perfeito de (21a) se refere ao próprio ponto de transição, enquanto o cursivo de (21b) descreve o processo que leva ao ponto de transição. O autor chama esses processos de *run-up achievements* (*achievements* em curso).

- (21) a. Ele acabou de morrer
b. Ajude! Ela está morrendo!

Outro tipo de *achievement* que admite o cursivo, mas com outra interpretação, é o que autor chama de *achievements cíclicos*, conforme ilustrado em (22a) e (22b). Enquanto a frase (22a) é interpretada como uma única piscada, um só *flash* de luz, um único evento pontual, (22b) é interpretada como uma série de eventos. O fato de colocar os vários eventos juntos sobre uma escala de tempo maior que a de um único evento torna possível construir a seqüência como uma mudança que ocorre no tempo. Em outras palavras, como tendo uma duração, o que torna possível a construção no cursivo.

- (22) a. a luz acabou de piscar.
b. a luz está piscando.

Do mesmo modo, como observa Croft (1998), a combinação de um advérbio durativo ou espacial com um *achievement* é possível desde que se interprete o evento como *achievement em curso*. Assim, na frase *Ele adoeceu e morreu em duas semanas*, o advérbio espacial descreve o período de tempo do curso do processo. O advérbio espacial é usado aí porque a verdadeira transição pontual é um ponto final natural do processo em curso, da doença à morte. Com advérbios durativos, um *achievement* é

interpretado como cíclico. Assim, em *a luz piscou por cinco minutos*, o advérbio durativo é usado porque a repetição do evento é aberta, e o advérbio durativo descreve a extensão de tempo em que o *achievement* é repetido.

Croft chama a atenção para o fato de que alguns advérbios, bem como o presente simples e as formas verbais cursivas também envolvem um construto do evento, especificamente, um intervalo de tempo particular que depende da estrutura temporal interna do evento. O advérbio espacial designa um processo que leva ao ponto de transição “natural” no *frame* do evento, que, nos eventos télicos, é o ponto final e, nos atélicos (incluindo estados, estados inceptivos¹⁸ e *achievements*), é a inceptividade (a transição entre a não-realização e a realização do evento). Assim, uma frase com verbos de estado, como em *eu lembrei a resposta em cinco minutos*, descreve o período de tempo que levou até o início do processo.

O advérbio durativo, por sua vez, designa um evento indo além do primeiro ponto de transição no *frame* do evento, isto é, a inceptividade para todos os tipos de eventos, incluindo télicos, como em *eu li Guerra e Paz por duas horas (e então adormeci)*. O advérbio pontual, como *subitamente, repentinamente*, designa o ponto de transição.

Vale observar que, nessa abordagem, não há uma classificação rígida dos verbos em classes aspectuais. Tais classes emergem do discurso:

não há uma única interpretação atribuível à combinação de um verbo denotando um evento e uma construção gramatical aspectual. A interpretação desta combinação depende bastante do conhecimento do mundo real do falante e do ouvinte sobre como tais eventos ocorreram e/ou sua imaginação em construir um cenário plausível para o qual tal combinação de evento e conceitualização aspectual é apropriada (CROFT, 1998, p.75)¹⁹

¹⁸ Além de estados propriamente ditos, descritos como eventos sem mudança e com duração, Croft (1998) fala de três tipos de estados: *relações graduais, disposições e estados inceptivos*. O primeiro tipo de estado compreende um estado no cursivo, cuja interpretação implica uma mudança de escala temporal, como em *eu a estou amando mais e mais quanto mais a conheço*, que denota um tempo além do tempo presente e há a concepção de uma mudança gradual. As disposições constituem descrições de uma ação particular que manifesta uma propriedade, como em *ele está sendo gentil de novo*, cuja perspectiva escalar do tempo permite interpretar como um único incidente de gentileza que torna a mudança saliente. Os estados inceptivos, por fim, denotam o início do estado perceptivo/cognitivo, como em *Subi a encosta e subitamente vi o leão da montanha*, diferente de *eu vejo o pássaro da árvore*, que descreve o próprio estado perceptual/cognitivo.

¹⁹ There is no single interpretation assignable to a combination of a verb denoting an event and an aspectual grammatical construction. The interpretation of such a combination depends largely on both the speaker's and the hearer's real-world knowledge about how such events take place, and/or their imagination in figuring out a plausible scenario for which that combination of verb (event) and aspectual conceptualization is appropriate (CROFT, 1998, p.75).

Semelhantemente a Croft (1998), Barros (1981) reconhece os *achievements cíclicos*, quando observa que processos pontuais podem ter valor iterativo em contexto com idéia de continuidade ou duração, o que, mais uma vez comprova que os valores têmporo-aspectuais, intrínsecos ou extrínsecos, para usar a expressão de Barros (1981), se inter-relacionam. A proposta de Barros (1981) apresenta pontos positivos para o nosso estudo, em especial, o parâmetro *atualização*, que diz respeito à natureza virtual ou real do processo. Este parâmetro se subdivide conforme o quadro abaixo.

Quadro 3.2: o parâmetro atualização, segundo proposta de Barros (1981)

1.1.Potencial: processo virtual

1.1.1.Exemplo: *cantar*, perífrases com *estar para*

1.1.2. Associação: idéia de iminência da ação

1.1.3.Noções correlatas: posterioridade, dúvida, opinião, ordem, desejo

1.2.Imperfeito: processo em parte atualizado e em parte atualizável

1.2.1.Exemplo: *cantando*

1.2.2. Noções correlatas: simultaneidade duração, hábito, iteração.

1.3.Perfeito: término de realização do processo, completamento

1.3.1.Exemplo: *cantado*, perífrases com *estar + participio*

1.3.2.Associação: valor resultativo

1.3.3.Noções correlatas: pontualidade, resultado, globalidade, anterioridade

3.4.1. Voz e aspecto

A relação entre voz e aspecto já foi apontada por vários autores que estudaram um desses fenômenos, como Comrie (1978) e Travaglia (1981), ocupados em descrever o aspecto; e Whitaker-Franchi (1989) e Arce-Arcenales (1994), que trataram de voz.

A relação mais comum é a que há entre passiva e aspecto perfectivo, bem evidenciada nas línguas clássicas, como o grego e o latim. Tomemos como exemplo a segunda língua. Como sabemos, as formas sintéticas da passiva eram usadas, no latim clássico, apenas nos tempos do *infectum*. Nos tempos do *perfectum*, o latim clássico usava formas analíticas compostas do participio passado passivo e o auxiliar *esse*. O perfeito, por exemplo, era formado com o participio do verbo principal e o auxiliar no presente: *laudatus sum* ‘fui louvado’. Havia, porém, paralela a esta forma, outra com o auxiliar no perfeito: *laudatus fuit* ‘fui louvado’. As duas formas tinham, a princípio, uma diferença de sentido. A frase *templum clausum est*, por exemplo, podia indicar um simples resultado ‘o templo está fechado’ ou um fato passado ‘o templo foi fechado’, o que evidencia a estreita relação entre o estativo e o evolutivo. Já a mesma frase com o

auxiliar no perfeito — *templum clausum fuit* — indicava um estado passado ‘o templo esteve fechado’ ou ‘o templo ficou fechado’. O mesmo ocorria com as formas compostas alternativas *laudatus eram* ou *fueram*, *laudatus erit* ou *fuertit*²⁰.

Podemos apontar outra relação entre voz e aspecto, a partir do estudo feito por Whitaker-Franchi (1989) acerca das construções ergativas em português. A autora, destaque-se, distingue as citadas construções das mediais com base no tempo/aspecto verbal. Assim, uma construção como *a calota raspou na sarjeta* é considerada ergativa. Já *estes livros estão vendendo muito* é considerada medial. A razão alegada é de ordem sintático-semântica:

[as construções mediais] se aproximam bastante das ergativas, pela ausência do agentivo, pelo deslocamento do objeto direto para a posição de sujeito mas estão submetidas a inúmeras restrições, particularmente pelo fato de predominarem em discursos genéricos, com verbo no presente simples (atemporal) e de dependerem muitas vezes, da presença de um advérbio ou expressão modalizadora (WHITAKER-FRANCHI, 1989, p.31).

E mais adiante, acrescenta em nota de rodapé:

prefiro distinguir claramente as construções ergativas das mediais. Os argumentos de Keyser e Roeper (1984) parecem bem sólidos, como observa Napoli (1988), apesar de Hale e Keyser (1986, 1987) terem procurado mostrar que ambos os processos são gramaticalmente a mesma coisa: as construções mediais e ergativas seriam subclasses de um grupo maior usando um único mecanismo gramatical. Note-se que as construções mediais não envolvem tão fortemente a caracterização da diátese verbal; envolvem, ao contrário, certos contextos modais e disposicionais específicos, em que os processos ativos ou não em que entra um objeto, se tomam como elementos de ‘qualificação’ ou ‘descrição’ desse objeto (WHITAKER-FRANCHI, 1989, p.172).

O que Whitaker-Franchi (1989) chama simplesmente de *medial* corresponde à *média potencial* de Givón (1993) e à *média facilitativa* de Kemmer (1993)²¹. São construções que, em geral, indicam a facilidade ou dificuldade de ocorrência do evento denotado pelo verbo ou o julgamento da qualidade do evento. Embora nenhum desses autores faça menção ao tempo/aspecto dessa construção, os exemplos são

²⁰ Essa diferença de sentido, contudo, nem sempre era observada. Desde o tempo de Plauto, empregava-se *amatus fuit* e *amatus fuerat*, respectivamente como perfeito e mais-que-perfeito passivo do indicativo. A forma com auxiliar no perfeito foi progressivamente sendo mais usada, talvez por seu valor enfático ou sua maior clareza.

²¹ Esta construção parece comum nas línguas em geral. García-Miguel (2001, p.16) analisa os usos do reflexivo em Lituano, língua do grupo báltico, e apresenta a passiva facilitativa — *Dvirat-is su-si-deda*, cuja diferença em relação à passiva propriamente dita é “o sentido potencial atribuível às características inerentes do sujeito” [tradução nossa] .

esclarecedores. Comparem-se, a propósito, os exemplos de dois tipos de média de Givón (1993, p.76), reproduzidos a seguir:

- (23) a. The glass *broke* ‘o vidro quebrou’ – média intransitiva
b. This glass *breaks* real easy ‘este vidro quebra facilmente’ – média potencial²²

Correspondem aos dois tipos de médias relacionados ao aspecto verbal em Maldonado (1999), quando este se refere a ambas como médio-passivas, divididas em imperfectiva-genérica, a exemplo de *los libros se venden bien*, e em perfectiva, a exemplo de *el edificio se construyó en 1963*.

Também Kemmer (1993) exemplifica a média facilitativa com construções do tipo *este livro vende bem, essa mesa se quebra fácil, este livro está vendendo feito banana*, que expressam situações em que um causador externo, usualmente humano, é concebido, mas é pragmaticamente desenfocado devido à sua não-especificidade ou à sua pouca importância com relação ao paciente. Em português, e também noutras línguas como o inglês, não só o causador externo é desenfocado, como também não pode ser explicitado. Talvez isso se dê pelo fato de o evento ser concebido como oriundo do paciente em virtude de uma característica inerente desta entidade que permite a ocorrência do evento (cf. LAKOFF, 1977, p.248-254):

- (24) a. aquele vidro num é pra/ quebrar com facilidade não? (D2-45- PORCUFORT)
b. ? aquele vidro num é pra quebrar com facilidade por Pedro.
- (25) a. essas peças se esfalelam... se QUEbram com muita facilidade...(DID.24- PORCUFORT)
b. ? essas peças se esfalelam, se quebram com muita facilidade por João.

A relação voz/aspecto é explicitada no trabalho de Arce-Arenales (1994) a respeito da diátese média em várias línguas. O autor relaciona o uso do clítico junto a verbos intransitivos em espanhol à mudança aspectual. Assim, *durmió* ‘dormiu’ denota uma ação durativa ou uma simples declaração estativa. Já *durmióse* ‘adormeceu’ denota um evento pontual, uma mudança de estado.

O clítico espanhol teria então, segundo o referido autor, a função de marcar mudanças aspectuais, tanto em verbos intransitivos, como em verbos transitivos. A presença do *se* junto de um verbo intransitivo indicaria que a ação foi realizada na íntegra, o que resultaria um aumento da transitividade²³ e da perfectividade. O clítico denotaria, portanto, uma ação mais completa ou pontual.

²² Mantivemo-nos fiéis à exemplificação bem como à respectiva classificação diatética, porém não podemos deixar de registrar que a média potencial também é intransitiva.

²³ Na próxima seção, exploraremos mais a fundo esta relação aspecto/transitividade.

Por fim, após observar o mesmo contraste aspectual nas construções com *get* em inglês, como em *he got rescued* ‘ele ficou salvo’, o autor levanta a hipótese de a marcação de diátese média ter funções aspectuais de forma que a média se associe a eventos pontuais e à mudança de estado.

Almeida (1988), comparando o português e o alemão, chega a conclusões similares:

detectámos a incompatibilidade das estruturas estudadas com o aspecto verbal imperfectivo em geral, e, em particular, com o imperfeito do indicativo, notória em português, naturalmente em situações de enquadramento temporal, dado que o imperfeito é um tempo de enquadramento (RI. FONSECA 1982, p.87). Consideramos, pois, inaceitáveis:

(23) *O copo partia-se quando eu cheguei

(24) *O papel rasgava-se quando eu cheguei

(ALMEIDA, 1988, p.6)

A razão dessa incompatibilidade seria o fato de o imperfectivo estar associado à noção de agente, e o perfectivo, à noção de paciente (cf. DELANCEY, 1982, p.167). Uma vez que, na construção média, apenas o paciente é mencionado, não é possível perspectivar a ação em desenvolvimento, mas “apenas na globalidade, com ênfase na fase final, no resultado, uma das características semânticas do perfeito” (ALMEIDA, 1988, p.6).

Desse modo, fica evidenciada a relação entre aspecto e situação de mudança. O perfectivo e o perfeito, por trazerem a noção de resultatividade, parecem ser as noções aspectuais mais apropriadas à expressão de uma situação de mudança. Mas uma outra noção aspectual, a incoatividade²⁴, também se acha fortemente ligada à situação de mudança. Trata-se da expressão de uma mudança de estado pontual. Castilho (1967) a considera uma subdivisão do aspecto imperfectivo, o qual é definido, no autor, pelo valor *duração* e subdividido em *inceptivo*, *cursivo* e *terminativo*. Há o *inceptivo* propriamente dito, que marca simplesmente o começo da ação, e o *inceptivo incoativo* que indica o começo da ação e a mudança de estado.

Essa associação incoatividade/inceptividade remonta à língua latina, em que havia oposição formal entre os estativos, como *calere* ‘estar quente’, e os inceptivos, como *calescere* ‘começar a estar quente’. Väänänen (1975, p.218) cita um compêndio

²⁴ Noção considerada não-aspectual por Travaglia (1981, p.47-48).

gramatical em que se reforçava a diferença: *calesco non est caleo, sed calere incipio* ‘tornar-se quente não é estar quente, mas começar a estar quente’.

Talvez a diferença entre os verbos latinos não fosse exatamente uma diferença entre estativos e inceptivos, mas entre o estatuto estativo e o estatuto evolutivo nos moldes da proposta de Pottier (1992). Com *calere* expressava-se uma propriedade no estatuto estativo, isto é, sem mudança de estado. Com *calescere* expressava-se a mesma propriedade no estatuto evolutivo, ou seja, com mudança de estado.

Em português, essa oposição morfológica se perdeu. Perduraram apenas os derivados em *-ec(er)*, e a oposição estativo/evolutivo de uma propriedade passou a ser manifesta na escolha do verbo que entra na construção com o adjetivo/particípio: *estar* para o estativo e *ficar/tornar-se* para o evolutivo. Do ponto de vista do desenvolvimento, porém, essa mudança de estado pode ser apresentada no começo, no meio ou no fim, como bem argumenta Duarte (1999) a respeito dos derivados em *-ec(er)*, tradicionalmente referidos como aspecto inceptivo:

o sufixo *-ecer* tanto se faz presente em tempos de aspecto concluso quanto naqueles de aspecto inconcluso: *escureceu/escurecia*, por exemplo. A idéia que vigora em vernáculo é a de *tornar-se* quando o verbo é intransitivo, e a de *tornar* quando o verbo é transitivo. Ambas as acepções podem ser vistas no início, no desenvolvimento ou no final. Acrescentemos que os verbos em *-ecer* podem combinar-se com auxiliares veiculadores da idéia de cessação, como *acabar*, por exemplo (DUARTE, 1999, p.177).

Assim, em português, a incoatividade se manifesta em construções com verbos de mudança como *ficar* + particípio/adjetivo, a exemplo de *Pedro ficou pálido* e em verbos derivados por circunfixação ou parassíntese, como em *Pedro empalideceu*²⁵. Dos exemplos, a que se poderiam juntar vários outros, salta à vista a inter-relação entre incoatividade e medialidade, mas a noção de incoatividade não é incompatível com a noção de causatividade. De fato, em *enraivecer*, por exemplo, a noção é de ‘tornar enraivecido’, um incoativo causativo, pois expressa a passagem de um estado para outro provocada por uma dada entidade (cf. Mateus *et alii*, 1983): *Pedro enraiveceu a criança* > *a criança ficou enraivecida* ou *a criança se enraiveceu*.

Hlibowicka-Węglarz (1998) oferece uma gama de exemplos de predicados incoativos que constituem, segundo a autora, a grande maioria dos predicados

²⁵ A base dos derivados circunfixais é um nome substantivo ou adjetivo a que se agrega um *circunfixo*, afixo descontínuo cujo segmento inicial pode ser *es-*, *a-*, *en-* e cujo segmento final é *-ear*, *-ejar*, *-ecer*, *-izar*: *esverdear*, *esclarecer*, *apodrecer*, *anoitecer*, *enraivecer*, *entardecer*, *encolerizar*, *aterrorizar* (BECHARA, 1999, p.343).

transicionais. Boa parte dos derivados advém de adjetivos que são transformados em eventos de mudança:

(...) o processo de derivação por sufixação altera a classe aspectual da sua base, transformando os estados (pálido, doido, triste, magro, jovem) em eventos. Assim, formam-se os verbos que exprimem a passagem de um estado para outro estado. Consideremos por exemplo: – empalidecer (tornar-se pálido) – exprime uma passagem de um estado de (não estar pálido) para outro estado de (estar pálido); – endurecer (tornar-se duro) – exprime uma mudança de (não estar duro) a (estar duro) (HLIBOWICKA-WEGLARZ, 1998, p.4).

Outra parte dos derivados exprime o início de processos naturais ou o desenvolvimento de novos estados, conforme observa Hlibowicka-Węglarz:

reparemos que estes verbos podem exprimir o começo do estado novo, como no caso de: alvorecer (começar a amanhecer), anoitecer (fazer-se noite), ou nascer (começar a ter vida exterior) ou, também, o desenvolvimento deste estado novo, como no caso de florescer (deitar flor, crescer) (HLIBOWICKA-WEGLARZ, 1998, p.4)

Em suma, a noção de aspecto como propriedade relativa ao contorno temporal da situação acha-se intimamente ligada ao fenômeno da voz. Com efeito, ao marcar o enunciado de um evento de mudança com a não-causalidade, o falante tem à sua disposição mais de uma estrutura. A escolha dependerá sempre de um conjunto de fatores, entre elas, o contorno têmico-aspectual, que depende, por sua vez, menos do tempo cronológico e mais da percepção/concepção subjetiva do tempo, conforme argumenta Evans (2004):

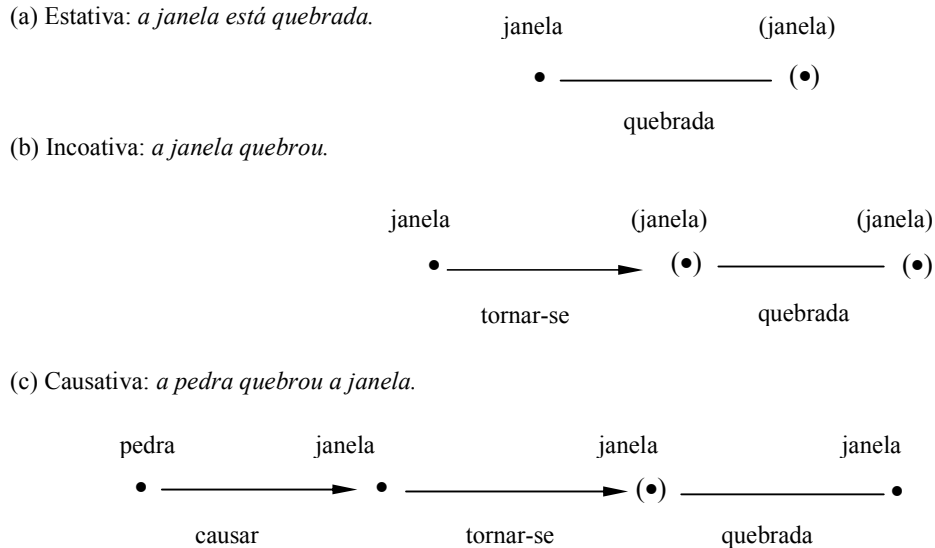
nossa consciência temporal é projetada de dentro para fora, mais que derivada de fenômenos externos. A experiência temporal, como o afeto (e.g. raiva, ciúme, medo, dor, amor etc), e a consciência etc, constitui um estado subjetivo (EVANS, 2004, p.32)²⁶.

Em outras palavras, o referido contorno é matéria de *construto*. O falante pode alargar ou estreitar sua visão do evento, o que impossibilita uma rígida classificação de classes aspectuais com base apenas no tipo de verbo que entra nas construções. Daí os subtipos propostos por Croft (1998), em que um *achievement* admite um cursivo desde que seja interpretado como cíclico ou como cursivo. Daí as várias áreas de eventos em Pottier (1992) que permitem diversas nuances de sentido nos vários graus de

²⁶ Our temporal awareness is projected outwards from within, rather than deriving from external phenomena. Temporal experience, like affect (e.g. anger, jealousy, fear, pain, love, etc.), and consciousness, etc, constitutes a subjective state (EVANS, 2004, p.32).

agentividade/passividade e nos três estatutos em que podem ser expressos, conforme exemplificamos abaixo, aproveitando-nos dos esquemas de Croft (1994, p.93), adaptados ao português.

Figura 3.5. Estrutura interna de um evento, segundo Croft (1994)



O fato de a representação semântica de um evento envolver, como diz Croft (1998, p.77), não só o significado do verbo, mas também o evento precedente e subsequente²⁷ aproxima as noções de telicidade, perfectividade, incoatividade com a noção de não-atribuição de causalidade. A propósito, Almeida (1988, p.7) afirma “que a apresentação da acção em desenvolvimento terá relações estreitas com o controlo da mesma exercido pela pessoa de um agente”. Nesse caso, a imperfectividade não se combinaria com a não-atribuição de causalidade, pelo menos, com a medialidade. Assim, em construções mediais, que a autora chama de intransitivas pseudo-reflexas, com um sujeito paciente não-humano, o aspecto verbal aceitável, em português e em alemão, é o perfectivo. São exemplos da autora:

- (26) a. *O papel rasgava-se quando eu cheguei
 b. A Maria rasgava o papel quando eu cheguei.
 c. O papel rasgou-se.
- (27) a. Das Papier zerriß
 b. Maria war dabei, das Papier zu zerreißen.
 c. *Das Papier war am Zerreißen.

²⁷ The semantic representation of an event denoted by a verb must be complex, involving not only what we normally think of as ‘what the verb means’ but also the event leading up to it (the run-up process or preceding state) and the event leading out of (resulting state or, in the case of cyclic achievements, the return to the original state) (CROFT, 1998, p.77).

A alegada incompatibilidade entre medialidade e imperfectividade é, a nosso ver, devida não ao estatuto semântico do sujeito não-humano que atua como afetado, mas, sim, resultante do caráter pontual das construções exemplificadas. Como a pontualidade se manifesta no discurso, pode haver medialidade com imperfectividade, pelo menos, no sentido em que tomamos aqui medialidade. Nos dados de Lima (1999), retirados do Português Oral Culto de Fortaleza²⁸, coletamos inúmeros exemplos de construções médias imperfectivas. Não fizemos, na época, menção a esse fator, mas obtivemos um total de 68,2% (427/626) de médias imperfectivas, conforme ilustramos abaixo.

(28) o caixão se abria (D2-30- PORCUFORT)

(29) o primeiro grau foi se... se... esVAziando (D2-33- PORCUFORT)

(30) o canal... deve /tá se estragando... (DID-41- PORCUFORT)

(31) nosso QUAdro /tá se reduZINdo (DID-42- PORCUFORT)

(32) /tava tudo se acabando né?... (EF-03- PORCUFORT)

(33) as janela num fecha::va...simplesmente /tavam... carcomida (D2-02- PORCUFORT)

Ressaltemos que, embora, nesse percentual, haja construções não-pronominais, como (33), e Almeida (1988) tenha-se restringido às pronominais, ainda assim, os dados de Lima (1999) contrariam a afirmação dessa autora, pois a frequência de imperfectivas também é maior se tomarmos apenas as pronominais: 67,3% (280/416). Restaria apelarmos para uma questão de norma: o uso de médias imperfectivas seria característica do português do Brasil ou poderíamos hipotetizar que, se a noção de resultatividade parece tão ligada ao perfeito e à passiva, a média seria uma simples alternativa para a expressão de uma mudança não-causativa imperfectiva.

De todo modo, a associação imperfectivo/agente e perfectivo/paciente tal como vislumbrada por Delancey (1982) e acatada por Almeida (1988) não parece condizente com os fenômenos lingüísticos por nós estudados. Pensamos ser mais adequada a forma como tratam Hopper e Thompson (1980), para quem o aspecto perfectivo é considerado mais transitivo, e o imperfectivo, menos transitivo. Assim considerados, o perfectivo deve-se manifestar predominantemente nas frases passivas, e o imperfectivo, nas médias, por serem estas menos transitivas.

²⁸ *Corpus* PORCUFORT.

Os referidos autores também aludem à diferença aspectual entre construções do espanhol pronominais e não-pronominais, quanto ao grau de pontualidade, pelo menos em alguns pares, como entre *Joan dormió* (a noite inteira) / *Joan se dormió* (*a noite inteira)²⁹. Segundo os autores, a oposição pronominal/não-pronominal em espanhol se relaciona ao aspecto do seguinte modo:

a frase com *se* difere da versão sem o *se* por ser interpretada como um evento pontual antes que como um estado, mas mostra uma tendência a ocorrer em textos no pretérito delimitado, mais apropriado à descrição de uma ação, enquanto oposta à frase sem o *se*, que prefere o imperfeito (HOPPER e THOMPSON, 1980, p.266).³⁰

Essa diferença aspectual resultaria, em última instância, do grau de transitividade, que seria maior nas frases com *se*, em espanhol, como demonstraram, no estudo das construções mediais pronominais em narrativas infantis, Soto e Munoz (1999), com base em Maldonado (1999) e em Hopper e Thompson (1980). A respeito da transtividade, dedicamos a próxima seção.

3.5. Transitividade e a situação de mudança

A transitividade recebe tratamentos diversos conforme seja compreendida como um fenômeno sintático, semântico ou pragmático. Um trabalho clássico na literatura lingüística, base de muitos outros, como o de Givón (1993), é o de Hopper e Thompson (1980), que, focando a transitividade como uma propriedade central do uso da linguagem, propõe dez parâmetros que a definem³¹. Todos os parâmetros são relativos à efetividade com que uma ação toma lugar e é transferida de um participante a outro. A lista completa está no quadro 3.3 a seguir, adaptado ao português de Hopper e Thompson (1980, p.251).

²⁹ Arce-Arenales (1994), já citado, também observou a mesma correlação.

³⁰ the *se* sentence differ from non-*se* version in being interpreted as a punctual event rather than a state, but shows a preference to occur in texts in the 'delimited' Preterit, more appropriate for the description of an action — as opposed to the non-*se* sentence, which prefers the Imperfect (HOPPER e THOMPSON, 1980, p.266).

³¹ Halliday (1985, 2004) também estabelece relação entre voz e transitividade, mas a abordagem que dá ao fenômeno da transitividade é um tanto diferente da que oferecem Hopper & Thompson (1980) e Givón (1993). O sistema da transitividade, no autor, constitui-se de dois modelos: o modelo transitivo e o modelo ergativo, segundo os quais os tipos de processos são diferenciados ou assemelhados (cf. HALLIDAY, 2004, p.281). No modelo transitivo, a diferença entre o processo de “fazer” e de “acontecer” se deve à variável *extensão*, pela qual se entende o fato de o processo ser ou não estendido à outra entidade, além do ator. No modelo ergativo, a variável é a causatividade, pela qual interessa saber se o processo é ocasionado pelo participante diretamente envolvido no processo ou por alguma outra entidade.

Quadro 3.3: Parâmetros de transitividade conforme Hopper e Thompson (1980)

		ALTA	BAIXA
A	Participantes	Dois ou mais, Agente e Objeto	Um participante
B	Cinese/movimento	Ação	Não-ação
C	Aspecto	Télico	Atélico
D	Pontualidade	Pontual	Não-pontual
E	Volição	Volicional	Não-volicional
F	Afirmação	Afirmativo	Negativo
G	Modo	<i>Realis</i>	<i>Irrealis</i>
H	Agentividade	Agente alto em potência	Agente baixo em potência
I	Afetação do Objeto	Objeto totalmente afetado	Objeto não afetado
J	Individuação de Objeto	Objeto altamente individuado	Objeto não-individuado

Desses parâmetros, apenas o último será mais bem detalhado no próximo capítulo, quando tratarmos do fluxo informacional e da topicalidade. Os parâmetros A, E, H e I já foram abordados no capítulo 2, quando falamos da noção de causalidade. Os parâmetros B, C e D foram discutidos neste capítulo. O fator F diz respeito ao fato de uma ação que não ocorreu ser menos efetiva que uma ação cuja ocorrência é plenamente asseverada. O fator G, por fim, se refere ao fato de uma ação apresentada como ocorrente em um mundo não-real ser menos efetiva que uma ação que corresponde diretamente a um evento real.

Considerando todos esses parâmetros, as orações podem ser caracterizadas como mais ou menos transitivas: quanto mais fatores da coluna ALTA uma oração apresente mais transitiva ela é. Disso resulta que a transitividade é vista como um *continuum*, o que pode levar uma oração com dois participantes a ser menos transitiva que uma oração com um só participante, desde que a oração tenha mais outros fatores de alta transitividade.

Ressalte-se que, em uma oração com dois participantes, nem sempre o segundo é, de fato, um paciente e nem sempre o primeiro é um agente. Givón (1993, p.99), que também define transitividade como um fenômeno complexo, considera esses casos de relação não-isomórfica forma/sentido uma extensão metafórica do agente e paciente prototípico. Propõe uma transitividade prototípica, definida com base em três fatores:

- a. **sujeito:** o sujeito do verbo transitivo prototípico é um *agente que age voluntariamente*.
- b. **objeto:** o objeto do verbo transitivo prototípico é *um paciente concreto que registra os efeitos físicos da ação do agente*.

c. **verbo**: o evento codificado pelo verbo transitivo é uma *ação de mudança rápida, limitada*. (GIVÓN, 1993, p.106)³².

O desvio de algum desses parâmetros da transitividade prototípica resulta em decréscimo de transitividade. Esses parâmetros são de tal modo relacionados que o desvio no parâmetro da agentividade do sujeito favorece o desvio nos demais parâmetros. Assim, o sujeito pode não ser um agente prototípico, o objeto pode não ser um paciente prototípico, ou o evento pode não ser limitado e de mudança rápida. Entre os principais tipos de desvios, estão os sujeitos experienciadores (*dativos*, na nomenclatura de GIVÓN, 1993), que são agentes metafóricos porque, ao ocuparem a posição de sujeitos, parecem, de algum modo, mais ativos, mais envolvidos ou mais responsáveis, o que pode ser ilustrado pelas frases de *ela não sentiu remorso* e *eles ouvem a música*. Essa extensão metafórica sugere que o sujeito-dativo tem o controle ou a escolha, como se fosse um verdadeiro agente, como nesses exemplos de Givón (1993, p.110):

(34) *Feel the energy radiating through you!* ‘sinta a energia irradiando através você!’

(35) *She better hear what I have to say!* ‘é melhor ela ouvir o que tenho a dizer!’

(36) *You must understand this!* ‘você precisa compreender isso!’

Também há extensão metafórica quando o objeto, ao invés de paciente, é experienciador, pois seu uso na posição de objeto torna-o mais semelhante ao paciente, porque é fortemente afetado, tal como em *eles a insultaram*.

Outro desvio, apontado por Givón (1993), que vale a pena citar pela relação com a não-atribuição de causalidade, é o uso do *instrumento* na posição de sujeito, a exemplo de *o martelo quebrou a janela*, *a Penicilina finalmente os curou* ou *a bomba matou 17 civis*. A respeito desse uso, assim se pronuncia o autor:

o efeito, pretendido ou inadvertido, de colocar o instrumento na posição sujeito é remover a responsabilidade de um agente não específico. Em virtude de uma sutil inferência, o instrumento que se torna sujeito de um prototípico verbo transitivo adquire a aura semântica do sujeito prototípico de tal verbo. Isto é, ele se torna mais semelhante ao *agente*, e assim de algum modo *responsável* pelo evento (GIVÓN, 1993, p.112)³³.

³² a. Subject: the subject of the prototype transitive verb is a *volitional, acting agent*.

b. Object: the object of the prototype transitive verb is a *concrete patient* that registers the *physical effects* of the agent's action.

c. Verb: the event coded by the transitive verb is a *bounded, fast-changing action* (GIVÓN, 1993, p.106).

³³ The effect, intended or inadvertent, of placing the instrument in the subject position is to remove responsibility from the unspecified agent. By virtue of a subtle inference, the instrument that is made

Estes desvios da transitividade representam afastamentos da noção de causalidade, ligados aos parâmetros B, E, H e I de Hopper e Thompson (1980).

O fenômeno voz, intimamente associado à transitividade³⁴, é estudado por Givón (1993) sob duas dimensões: a semântica e a pragmática. A dimensão semântica se relaciona aos três aspectos que definem um evento transitivo prototípico. Através dela, distingue-se a voz transitiva (*ativa*) da de-transitiva³⁵ (engloba *passiva, antipassiva, reflexiva, recíproca, impessoal, média*), pois essa última envolve um decréscimo em algumas das propriedades semânticas transitivas: agentividade do agente, afetação do paciente ou natureza limitada, real e seqüencial do verbo.

Segundo Givón (1993), as vozes de-transitivas se distinguem umas das outras pelo grau de decréscimo nas propriedades da transitividade do qual decorrem as três principais funções do fenômeno de detransitividade:

a) *demoção do agente*: segundo Givón (1993), a demoção do agente pode atender a diferentes motivações. O agente pode ser desconhecido, como se observa no exemplo (37) abaixo. Pode ser recuperável anafórica ou cataforicamente, como nos exemplos (38) e (39), ou ser universal ou estereotipado, como nos exemplos (40) e (41); e, ainda, pode simplesmente ser demovido como estratégia para evitar-se assumir responsabilidade, como se verifica em (42)³⁶.

(37) Ele foi morto na guerra do Paraguai.

(38) Os *soldados* invadiram a cidade; logo o lugar estava destruído.

(39) A história teria continuado se ele não tivesse sido interrompido, mas o *cachorro* estava ganindo e latindo.

(40) Como *todo mundo* sabe, gatos são espertos. Agora, é sabido que são uma boa forma de curar depressão.

(41) O avião foi aterrissado com segurança (*piloto*).

(42) Há muito tempo, antes de eu nascer... *Ele* entrou numa briga, quando era muito jovem, e um homem foi morto. Mas *ele* era um garoto então, e estava bêbado.

b) *promoção de um não-agente*: consiste na interpretação de outro participante como tópico, como decorrência da demoção do agente. Nem toda construção de-transitiva tem essa

subject of a prototypical transitive verb acquires the semantic aura of the prototypical subject of such verb. That is, it becomes more *agent-like*, thus somehow *responsible* for the event (GIVÓN, 1993, p.112).

³⁴ Tesnière (1988, p.238), um linguista de tendências formalistas, já relacionava voz e transitividade: “a maneira de conceber psicologicamente o verbo em função de sua valência em relação a seus actantes eventuais é o que se chama em gramática a voz. A voz do verbo depende, portanto, essencialmente do número dos actantes que ele é suscetível de comportar” [tradução nossa].

³⁵ Embora o termo “detransitividade” possa evocar a idéia de derivação, não há, em Givón (1993), a explicitação desse fenômeno. O termo, no autor, quer dizer, na verdade, um decréscimo nas propriedades da transitividade prototípica, que se define não só sintaticamente, mas também semanticamente.

³⁶ Exemplos adaptados ao português de Givón (1993, p.48).

função. A impessoal, por exemplo, é não-promocional, uma vez que, embora demova o agente, o objeto se conserva como tópico secundário, como se observa em (43). O contrário se dá com a passiva e a média. Nestas, o paciente, normalmente, tópico secundário, passa a tópico primário, como se verifica em (44) e (45).

(43) parece coisa de cortiço mesmo /QUE QUANdo *construíram* isso aQUI... (D2-02-PORCUFORT)³⁷

(44) esses dólares que foram apreendidos na casa (D2-11- PORCUFORT)

(45) o caixão se abriu (D2-30- PORCUFORT)

c) *estativização do verbo*: nas construções de-transitivas, um evento passa a ser codificado como estado resultante. Esta função se relaciona apenas às construções promocionais. Segundo Givón, alguns dos meios mais comuns para codificar estativização do verbo são (a) o uso do auxiliar *be/ser*, e (b) o uso de forma verbal nominal: adjetiva, perfectiva, participial, semelhantemente ao que ocorre em português para formar a voz passiva.

Numa perspectiva cognitivo-funcional, a noção de transitividade está associada à transmissão de energia de um participante a outro ³⁸ e dá lugar à visão metafórica de um trajeto que começa no sujeito, entendido como *fonte*, e termina no objeto, entendido como *meta*. Essa metáfora origina a chamada *hipótese localista*, segundo a qual a predicação deriva de um cenário espacial subjacente em que as ações emergem do movimento, da direção e da transferência (cf. SOTO e MUNOZ, 1999), todos ligados à noção de causalidade, conforme vimos a respeito do esquema de *Força* de Johnson (1990)³⁹. Sobre isso, DeLancey (1987) afirma:

penso que pode ser mostrado que a base natural do protótipo de transitividade é a compreensão humana universal do fato físico de que eventos têm causas, isto é, que a base do protótipo de transitividade é um simples esquema CAUSA --> EFEITO que deve sua universalidade a sua utilidade universal em lidar com o mundo real (DELANCEY, 1987, p.60)⁴⁰.

³⁷ Exemplos retirados do *corpus* PORCUFORT, usado em Lima (1999).

³⁸ Cabe lembrar que essa noção de “transferência” que está na origem do termo *transitivo* (< lat. *transitivus*), derivado do latim *transire* ‘passar de um lugar a outro’, também é atribuída aos verbos transitivos na gramática tradicional (cf. CUNHA E CINTRA, 1985, ALMEIDA, 1980, entre outros).

³⁹ Croft (1994) estabelece correlação entre as três séries de três termos: *causativa-incoativa-estativa/transitiva-intransitiva-adjetiva* e *ativa-média-passiva*, para o autor, diferentes manifestações do mesmo fenômeno: o Modelo Cognitivo Idealizado de evento tripartite, segundo o qual os eventos apresentam a estrutura *causa-mudança-estado* (*cause-become-state*).

⁴⁰ I think it can be shown that the natural basis for the transitivity prototype is the universal human understanding of the physical fact that events have causes, i.e. that the basis of the transitivity prototype is a simple CAUSE --> EFFECT schema which owes its universality to its universal utility in dealing with the real world (DELANCEY, 1987, p.60).

Nessa perspectiva, a transitividade passa a ser definida como uma propriedade dos eventos que envolvem transmissão de energia, e a presença do objeto é vista não mais como fator definatório, conforme afirmam Soto e Munoz (1999):

de nosso ponto de vista, a transitividade constituirá uma *Gestalt*, isto é, uma representação complexa que, sem dúvida, é psicologicamente mais simples que seus constituintes. A situação transitiva prototípica compreenderá, provavelmente, a presença de um objeto direto; não obstante, o esquema transitivo terá a ver mais com a idéia de transferência energética que com a expressão do objeto direto (SOTO E MUNOZ, 1999, p.9)⁴¹.

Essa visão da transitividade é compatível com a proposta por Hopper e Thompson (1980), uma vez que, conforme já aludimos, nenhum dos dez parâmetros é condição necessária e suficiente para definir uma oração como transitiva, muito embora uma oração se aproxime da transitividade prototípica quanto mais desses parâmetros tiver.

A esse propósito, Rozas (2004), na perspectiva do *modelo baseado no uso*⁴², com base em dados da aquisição e na frequência de uso de construções transitivas, apresenta uma nova interpretação da transitividade prototípica. A autora cita diversas pesquisas sobre a aquisição da linguagem e sobre gramaticalização, que dão conta da alta frequência de verbos, chamados *leves* ou *genéricos*, como *ter*, *dar*, *querer*, *dizer*, *fazer* que não são considerados de alta transitividade, conforme os parâmetros de Hopper e Thompson (1980). Tais verbos também estão entre 20 transitivos mais frequentes em *corpus* do Espanhol não-relacionados à aquisição da linguagem⁴³. Esses dados levam a autora a questionar a identificação entre *alta transitividade* e *transitividade prototípica*, uma vez que as orações de alta transitividade são menos frequentes. Aliás, Thompson e Hopper (2001) atestam-no na conversação cotidiana:

⁴¹ Desde nuestro punto de vista, la transitividad constituirá una *gestalt*, i. e., una representación compleja que, sin embargo, es psicológicamente más simple que sus constituyentes. La situación transitiva prototípica comprenderá, probablemente, la presencia de un objeto directo; no obstante, el esquema transitivo tendrá que ver más con la idea de transferencia energética que con la expresión del objeto directo.

⁴² Modelo de análise lingüística que considera que o sistema lingüístico conhecido pelos usuários é resultado de processos seqüenciais de abstração dos usos concretos (cf. CROFT E CRUSE, 2004, cap.11, BYBEE E HOPPER, 2001, BYBEE, 2006).

⁴³ Para efeito de clareza, apresentamos os 20 verbos listados pela autora: : *tener*, *hacer*, *saber*, *ver*, *creer*, *querer*, *decir*, *mirar*, *pensar*, *conocer*, *dar*, *recordar*, *oír*, *buscar*, *esperar*, *encontrar*, *llevar*, *tomar*, *sentir*, *leer*. (ROZAS, 2004, p.655).

o tipo mais freqüente de oração usada por falantes em interações conversacionais cotidianas é aquele que é baixo em Transitividade (THOMPSON e HOPPER, 2001, p.39)⁴⁴.

Rozas (2004) busca, então, fundamentar a transitividade prototípica na baixa transitividade apoiada em estudos sobre o desenvolvimento da noção de causação em crianças, os quais diferenciam a *causação física* da *causação intencional*. Estes estudos revelam serem as crianças sensíveis, desde tenra idade, a diferenças entre pessoas e objetos inanimados e à correlação entre intenção e eventos. A idéia de que a causação psicológica ou intencional é anterior à causação física — esta última base da transitividade prototípica conforme Hopper e Thompson (1980) — condiz com os dados de aquisição, gramaticalização e freqüência de uso de verbos de baixa transitividade, apresentados por Rozas (2004).

A nosso ver, esses dados de Rozas (2004) não alteram o protótipo de transitividade. Conforme já discutido, a prototipia não se define pela freqüência, mas em termos de traços que definem o membro central e em torno deste, membros mais marginais. O comentário de Taylor (1992, p.53) é esclarecedor a esse respeito:

desenhos de crianças geralmente retratam a grama como um verde indiferenciado e o céu como um azul constante, muito embora, em alguns ambientes, o céu seja mais freqüentemente cinza que azul, e a grama, na maior parte do ano, possa ser marrom. Os desenhos das crianças retratam a cor da grama prototípica e do céu prototípico. Prototipicamente, a grama é verde, o que não é o mesmo que dizer que a grama é freqüentemente verde (TAYLOR, 1992, p.53)⁴⁵.

O mesmo autor mostra, mais adiante, que muitas frases do inglês fogem semanticamente ao padrão da construção transitiva prototípica, mas são bastante freqüentes e produtivas, o que pode favorecer a idiomaticidade:

embora *X viu Y* não seja um exemplo muito bom de frase transitiva, é ainda o caso de que praticamente todo nome denotando uma criatura munida de visão pode colocar-se como o sujeito de *ver*, enquanto o nome de qualquer estímulo visual pode funcionar como objeto direto; o mesmo se aplica,

⁴⁴ The most frequent kind of clause used by speakers in everyday conversational interactions is one that is low in Transitivity (THOMPSON e HOPPER, 2001, p.39).

⁴⁵ ...children's drawings generally depict the grass as un differentiated green and the sky as a constant blue, even though in some environments, the sky is more often grey than blue, and grass for most the year might be brown. The children's drawings depict the colour of prototypical grass and a prototypical sky. Prototypically, grass is green, which is not the same as saying that grass is usually green (TAYLOR, 1992, p.53).

mutatis mutandis, a outros verbos de percepção, como *ouvir*, *sentir*, *cheirar*, *provar* (TAYLOR, 1992, p.210)⁴⁶.

O uso de construções transitivas menos prototípicas pode ser explicado como extensões metafóricas, em que há a projeção do esquema *agente-ação-paciente* ou a atribuição de algum outro componente da transitividade prototípica a estados de coisas não-transitivos, tais como a limitação do evento, o contraste agente/paciente, a responsabilidade do agente. É exatamente por ser a aplicação do esquema transitivo parcial com a seleção de algum ou alguns componentes da transitividade que tais construções são membros marginais da transitividade.

A projeção do esquema *agente-ação-paciente* se evidencia em construções transitivas com um *instrumento* na posição de sujeito, assim encarado como um agente que age consciente e responsabilmente e causa uma mudança de estado no paciente, como na frase, citada por Taylor (1992, p.215), *Guns don't kill people, people kill people* 'armas não matam pessoas, pessoas matam pessoas', cujo efeito de sentido deriva exatamente da metáfora gramatical. Já a atribuição de alguns aspectos da transitividade ocorre em construções mais marginais, a exemplo de *o livro vendeu um milhão de cópias*, considerada bastante marginal quanto à transitividade. Do ponto de vista semântico, o livro não age voluntariamente nem conscientemente e não causa uma mudança de estado a outra entidade. Do ponto de vista sintático-semântico, a construção rejeita a passivização: **um milhão de cópias foi vendido pelo livro*. Todavia, conforme já argumentamos, embora o verdadeiro agente seja o vendedor do livro, o grande sucesso da venda depende dos atributos do próprio livro, e assim a construção destaca a contribuição do *marketing*. Assim, esta construção atribui ao sujeito um dos componentes da transitividade prototípica: o controle/responsabilidade do sujeito agente pela ação. Também pode ocorrer, em alguns casos, de a construção transitiva marginal destacar a delimitação temporal do evento, como em *João deu uma dormida*, que se opõe a *João dormiu* por denotar um evento limitado temporalmente⁴⁷, um dos parâmetros de transitividade.

⁴⁶ Although *X saw Y* is not a very good example of a transitive sentence, it is still the case that practically any nominal denoting a sighted creature can stand as the subject of *see*, while the name of any visual stimulus can function as its direct object; the same applies, *mutatis mutandis*, to other verbs of perception, like *hear*, *feel*, *smell*, *taste* (TAYLOR, 1992, p.210).

⁴⁷ O exemplo é de Sher (2004), que estudou detidamente as construções *dar uma X-ada* e observou que ocorre uma "diminuição" do evento denotado por essa construção em oposição à paráfrase. Quando se usa "dar uma X-ada", a interpretação é de "um pouco". Assim, *Pedro deu uma pintada na casa* se opõe a *Pedro pintou a casa* pelo fato de a primeira denotar que o evento não se deu de forma plena. Nesse caso,

Assim, os dados de Thompson & Hopper (2001) atestando a alta frequência de construções de baixa transitividade na conversação coloquial e as pesquisas de Rozas (2004) sobre a aquisição da linguagem apenas mostram a amplitude do fenômeno da metáfora na linguagem, empreendimento que ainda resta por fazer sistematicamente, no âmbito não só do léxico como da gramática, considerando não apenas aspectos psicológicos, mas também aspectos ligados à cultura e a grupos sociais. Não é de se admirar que, na conversação cotidiana, as pessoas falem mais de si mesmas e de seus sentimentos do que sobre ações. Do mesmo modo, as primeiras manifestações da linguagem, segundo pesquisas psicolinguísticas, atendem prioritariamente à função conativa da linguagem (cf. GIVÓN, 1995, GREENFIELD & SMITH, 1976), que favorece o uso de construções menos transitivas.

Não parece ser esse o caso da narrativa, que favorece o uso de construções transitivas prototípicas. Destarte, antes de se observar simplesmente a frequência, há de se levar em conta a noção de marcação, que se define em função do contexto. Com efeito, a construção ativa, considerada forma não-marcada pela alta frequência, pode ser marcada em contextos em que a passiva seja a mais frequente; construções de alta transitividade são membros não-marcados na narrativa, enquanto são marcadas na conversação, em que as menos transitivas é que são as mais frequentes.

Levando-se em conta, na noção de prototipia, a conjunção de traços definidores de uma determinada categoria e não a simples frequência, que, como já dissemos, depende do contexto, consideramos como protótipos de transitividade construções que atendem aos critérios apontados em Hopper e Thompson (1980). Agrupadas em torno de um membro central que se encaixa plenamente no protótipo, temos as construções marginais, que possuem um ou outro traço definidor da transitividade prototípica.

3.6. O relevo discursivo e a situação de mudança

O relevo discursivo diz respeito aos fatores lingüísticos ligados a uma distinção universal, segundo a qual todo discurso é composto de dois tipos de material: aquele que fornece os principais pontos do discurso, conhecido como *Figura*, e aquele que não

não há a oposição no tipo de construção transitiva x intransitiva. Todavia, julgamos que há a oposição na afetação do objeto, que parece maior na construção com verbo transitivo *pintar a casa* que na construção com o verbo suporte: *dar uma pintada na casa*, semelhante aos exemplos de Taylor (1992, p.216-7): *He carpeted the room* 'ele atapeitou a sala' e *He laid the carpet in the room* 'ele pôs o tapete na sala'.

contribui imediata e crucialmente para o objetivo do falante, mas simplesmente ajuda, amplifica ou o comenta, conhecido como *Fundo*.

Na narrativa, por exemplo, há o enredo propriamente dito, em que os eventos seguem uma ordenação temporal, e as descrições e comentários que apóiam aquele, fornecendo o contexto necessário à compreensão dos eventos. Nesse caso, a *Figura* constitui a seqüência de eventos narrados, que formam a estrutura básica; e o *Fundo*, as descrições de cenário e os comentários avaliativos do narrador.

As línguas apresentam marcas lingüísticas que refletem o relevo discursivo. Hopper (1979, p.213-4) comenta que, em Swali, eventos que formam a estrutura narrativa básica (*Figura*) são marcados com o prefixo *ka-*, e eventos subsidiários (*Fundo*) recebem o prefixo *ki-*. Outras línguas não apresentam marcas explícitas, mas a distinção Figura/Fundo se reflete na codificação lingüística através do tipo de construção predominante e, principalmente, no uso das distinções têmpero-aspectuais (cf. HOPPER, 1979, p.216; HOPPER & THOMPSON, 1980, p.218).

A noção de relevo discursivo pode ser relacionada a imperfectividade/perfectividade, conforme estudada por Weinrich (1974). Para este autor, a função dos tempos verbais é indicar ao leitor/ouvinte a atitude adequada:

como regra geral da situação narrativa, temos assinalado a atitude descontraída que, com respeito ao corpo, só é sinal exterior da descontração do espírito e do discurso. Vale o contrário, a atitude tensa, tanto do corpo como do espírito, como regra geral da situação comunicativa não-narrativa. Nela, o falante se encontra tenso e seu discurso é dramático porque se trata de coisas que o afetam diretamente, Aqui o mundo não é narrado, mas comentado, tratado. O falante está comprometido; tem que mover e tem que reagir, e seu discurso é um fragmento de ação que modifica o mundo em um ápice e que, por sua vez, conduz o falante também para um ápice (WEINRICH, 1974, p.69)⁴⁸.

Ao mundo narrado, pertencem tempos verbais como o perfeito e o imperfeito, e, ao mundo comentado, tempos como o presente. Os três são considerados “tempos zero”. A diferença entre perfeito e imperfeito, no mundo narrado, é uma questão de relevo. O perfeito é o tempo do primeiro plano, do núcleo narrativo, em outras palavras, da

⁴⁸ Como nota general de la situación narrativa hemos señalado la actitud relajada que, respecto del cuerpo, solo es signo exterior del relajamiento del espíritu y del discurso. Valga, a la inversa, la actitud tensa, tanto del cuerpo como del espíritu, como nota general de la situación comunicativa no narrativa. En ella el hablante está em tensión y su discurso es dramático porque se trata de cosas que le afectan directamente. Aquí el mundo no es narrado, sino comentado, tratado. El hablante está comprometido; tiene que mover y tiene que reaccionar y su discurso es un fragmento de acción que modifica el mundo en um ápice y que, a su vez, empena al hablante también en um ápice (WEINRICH, 1974, p.69).

Figura. O imperfeito, ao contrário, é o tempo do segundo plano, das circunstâncias secundárias que cercam o núcleo narrativo, ou seja, do Fundo.

As propriedades que caracterizam Figura/Fundo, ligadas à distinção têmporo-aspectual *perfectividade/imperfectividade*, são, segundo Hopper (1979, p.216):

Quadro 3.4. A distinção *perfectivo/imperfectivo*, segundo Hopper (1979)

PERFECTIVO	IMPERFECTIVO
seqüência cronológica	simultaneidade ou sobreposição cronológica de situação C com evento A e/ou B
visão do evento como um todo cuja conclusão é um pré-requisito a um evento subsequente	visão da situação ou acontecimento cuja conclusão não é pré-requisito necessário a acontecimento subsequente
identidade do sujeito dentro de cada episódio discreto	freqüentes mudanças de sujeito
distribuição não-marcada de foco na oração, com pressuposição de sujeito e asserção no verbo e seus complementos imediatos (ou outro foco não-marcado)	distribuição marcada de foco, p.e. foco sujeito, foco instrumento, foco na frase adverbial
tópicos humanos	variedade de tópicos, incluindo fenômenos naturais
eventos cinéticos, dinâmicos	situações descritivas, estativas
Figura: eventos indispensáveis à narrativa	Fundo: estado ou situação necessária para compreensão dos motivos, atitudes etc.
<i>realis</i>	<i>irrealis</i>

Vemos, pelas propriedades apresentadas, a conjunção do relevo discursivo com a transitividade. De fato, Hopper e Thompson (1980) concluíram que, especialmente em línguas sem marcas explícitas de relevo discursivo, a distinção Figura/Fundo se dá por um conjunto de propriedades, nenhuma das quais exclusiva, mas todas ligadas à alta transitividade. Nesse caso, a Figura não seria marcada de forma absoluta, mas em base probabilística: “a probabilidade de uma oração receber interpretação Figura é proporcional ao peso da oração na escala da transitividade” (Hopper e Thompson, 1980, p.284)⁴⁹.

Os referidos autores apresentaram evidências que apoiaram esta hipótese, analisando, em três textos narrativos, a correlação entre Figura e Fundo e os fatores de transitividade, tanto em conjunto como isoladamente. Orações de Figura apresentaram predominantemente:

- mais de 1 participante;

⁴⁹ The likelihood that a clause will receive a foreground interpretation is proportional to the height of that clause on the scale of Transitivity.

- narração de eventos: mudança de lugar ou condição;
- predicados télicos e perfectivos;
- eventos pontuais;
- tendência a sujeitos à esquerda da escala da agentividade;
- raridade de orações negativas;
- objetos mais afetados e individuados.

Orações de Fundo, por sua vez, apresentaram maior predominância de:

- 1 participante;
- construções estativas;
- predicados atélicos e imperfectivos;
- orações nominalizadas;
- sujeitos inanimados.

Hopper e Thompson (1980) explicam essa correlação de forma discursiva, argumentando que os valores de alta transitividade são Figura na narrativa, porque enredos são sobre pessoas que realizam ações. DeLancey (1987), todavia, refuta tal explicação, afirmando que a transitividade é associada a porções Figura porque eventos que se aproximam da transitividade prototípica são mais salientes cognitivamente:

é, portanto, não o caso de que a expressão morfossintática da transitividade seja veiculada por sua função discursiva, nem que a padronização discursiva possa ser de algum modo explicada em termos de aspectos lingüísticos do tipo de oração, mas sobretudo o fato de *ambas refletirem diretamente aspectos da categorização cognitiva* (DELANCEY, 1987, p.56).⁵⁰[grifo nosso]

A transitividade é vista como uma categoria semântica universal, cujas propriedades estão ligadas à noção de *evento* em oposição à de *estado* e cuja base experiencial é a noção de causalidade. Na narrativa, entendida por DeLancey (1987) como uma recriação da experiência, serão figurados os eventos perceptualmente ou psicologicamente mais salientes⁵¹, ou seja, eventos mais cinéticos, que se aproximam do protótipo de transitividade. Assim, a seleção do *agente* como ponto de partida para a conceitualização do evento transitivo é explicada por ser ele perceptualmente mais saliente devido à sua natureza animada, móvel e freqüentemente humana (cf. FERNANDEZ, 2002).

⁵⁰ It is therefore not the case that the morphosyntactic expression of transitivity is informed by its discourse function, nor that the discourse patterning can somehow be explained in terms of linguistic aspects of the clause type, but rather both directly reflect aspects of cognitive categorization. (DELANCEY, 1987, p.56).

⁵¹ Lembramos que a percepção é também interpretativa: “o que penetra na consciência não é uma réplica fiel do estímulo” (CHAFE, 1977, p.217).

Nessa proposta, em que tanto fatores semânticos, como fatores discursivo-funcionais são reflexos de esquemas cognitivos subjacentes, justifica-se o forte liame entre os aspectos estudados ao longo do presente capítulo e a noção de causalidade. Já ilustramos, baseados em Pottier (1992), que o grau de agentividade está ligado ao tempo/aspecto verbal. Do mesmo modo, apresentamos várias inter-relações entre voz e aspecto. Em suma, concordamos com DeLancey (1987), que afirma:

...a semântica de construções, tanto no nível da oração, como no nível do discurso, está enraizada no nível da representação cognitiva, primaz em relação a ambos (DELANCEY, 1987, p.54)⁵².

As construções de não-atribuição de causalidade, consideradas desvios da transitividade prototípica, embora se conjuguem por determinadas propriedades, dissociam-se por outras. Acreditamos que, entre as propriedades de disjunção, há o relevo discursivo. Levando-se em conta a associação *alta transitividade/Figura*, se estivermos corretos quanto à posição da construção média prototípica — a de eventos espontâneos — no extremo direito da escala de causalidade/transitividade, este tipo de construção predominará em porções Fundo da narrativa, ou, pelo menos, não será a predominante em porções Figura. A passiva será mais freqüente que a impessoal nas porções Figura, uma vez que está situada mais à esquerda na escala de causalidade.

⁵² ...the semantics of both clause and discourse-level constructions are rooted in a level of cognitive representation prior to either (...) (DELANCEY, 1987, p.54).

CAPÍTULO IV

ESTRUTURA DA INFORMAÇÃO E A NÃO-ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE

Neste capítulo, discutiremos alguns aspectos pragmáticos envolvidos na codificação das construções citadas. Por *pragmático*, entendemos aspectos mais diretamente relacionados ao entorno do próprio evento e aos participantes, como *topicalidade* e *negação*. Não estamos propondo uma rígida separação entre semântica e pragmática. Ao contrário, admitimos, com Langacker (2000), que aspectos pragmáticos e semânticos formam um *continuum* numa escala, em cujos extremos, há fenômenos indiscutivelmente semânticos ou pragmáticos. Este parece ser o caso das construções estudadas aqui, como afirma Givón (1998):

no domínio da voz e da de-transitividade, pode-se facilmente identificar processos mais semanticamente orientados, tais como a voz média, reflexiva e recíproca [...]. Mas pode-se também identificar processos mais pragmáticos, tais como a passiva, impessoal, inversa [...] (GIVÓN, 1998, p.55)¹.

De fato, a escolha da passiva ou impessoal para codificar um evento transitivo deve-se a motivações pragmáticas, como a topicalidade, conforme já foi apontado até mesmo por autores gerativistas:

[a passiva é] um processo de escolha marcada do argumento com proeminência sintático-semântica que determina a 'exclusão' ou a 'despromoção' do argumento candidato preferencial a tal proeminência. Tal processo é usado pelo LOC quando o argumento agente origem ou experienciador tem um valor referencial indeterminado para o LOC ou este não considera tal argumento como relevante para a continuação do discurso e quando, simultaneamente, o argumento objecto ou paciente é contextualmente definido e tem um elevado grau de topicalidade (DUARTE, 1983, p.333).

Também gramáticos tradicionais, pré- e pós-NGB, reconhecem aspectos semântico-pragmáticos das vozes passiva e impessoal. Júlio Ribeiro (1899), por exemplo, renunciando abordagens funcionalistas, apresenta as funções discursivas da passiva, tanto em latim como nas línguas românicas:

a voz passiva em latim classico tem por principaes objectos:

¹ In the domain of voice and de-transitivity, one can easily identify more semantically-oriented processes, such as middle voice, reflexive, reciprocal [...]. But one can also identify more pragmatic processes, such as passive, impersonal, inverse [...]. (GIVÓN, 1998, p. 55).

trazer a lume o nome que teria servido de paciente, si a oração fosse construída em voz activa, nome esse que figura como sujeito.
Indicar uma acção sem designação precisa do agente que a leva a effeito.
(...)
Fica, pois, demonstrado que as fôrmas romanicas construidas com se, bem como as fôrmas latinas passivas, *servem para exprimir a acção sem trazer a lume o agente* (RIBEIRO, 1899, p.334) [grifo nosso].

O que Júlio Ribeiro assevera pode ser traduzida em termos modernos de topicalização do paciente e de demção do agente.

A função de *demção do agente* da passiva em português foi investigada por Furtado da Cunha (1989, 1991), que concluiu ser o fator pragmático o mais decisivo na escolha do falante entre uma codificação ativa ou passiva. A passiva codifica orações em cujo contexto o paciente é mais tópico do que o agente e, por isso, codificado como sujeito e tópico da oração. Disso decorre que a passiva tem o papel discursivo de preservar a textualidade, estabelecendo conexões com o texto precedente.

A autora chegou a essa conclusão, analisando, no âmbito do discurso (sua estruturação e sua situação comunicativa) passivas do tipo SUJEITO – SER – PARTICÍPIO PASSADO, em dados do português escrito formal e do português falado em situações de entrevista. Ela verificou as propriedades do sujeito gramatical e do agente da passiva, observando variáveis como *tipo de SN, persistência do tópico, paralelismo sintático* e o *status informacional*. A autora concluiu que os domínios da topicalização e da impessoalização se manifestam no mesmo grau nas passivas copulares do português: a impessoalização da passiva parece resultar da colocação do paciente como tópico, e a omissão do agente ou a apresentação como sintagma preposicionado favorecem a colocação do paciente mais à esquerda.

As descobertas de Furtado (1991) redimensionam a questão da relação entre ativas e passivas. Estas não são formas diferentes de dizer a mesma coisa, mas formas diferentes que atendem a diferentes pressões discursivas.

Numa perspectiva psicolinguística, chegaram a conclusões semelhantes Hupet & Costermans (1976), que, rejeitando o estatuto da passiva como derivada da ativa, apontam o caráter pragmático (e semântico-cognitivo) da passiva quando observaram, em pesquisas, que esta construção é escolhida pelo falante por três motivações: (a) a não-existência do agente; (b) existência de objeto animado; ou (c) comentário anterior centrado no objeto direto.

As duas primeiras motivações podem ser tidas como mais semânticas, mas a última é manifestação da topicalidade, o que reforça ser, às vezes, artificial a separação entre semântica e pragmática.

Os aspectos pragmáticos, ligados ao *entorno* da comunicação, que dizem respeito ao uso das construções de não-atribuição de causalidade se concentram em dois pólos: a importância temática, que concerne ao grau de proeminência do referente/evento atribuída pelo falante; a modalidade, que se refere ao modo como o falante apresenta o evento, baseado em crenças prévias sobre o ouvinte.

O grau de proeminência de um evento e da(s) entidade(s) nele envolvidas não decorre diretamente da situação em si mesma. Trata-se de uma *conceitualização* do falante no seu QUERER DIZER (cf. POTTIER, 1992). A conceitualização, já referida, depende de uma série de variáveis ligadas à percepção, à atenção, à memória, aos esquemas evocados pela situação.

O QUERER DIZER depende não só das necessidades e interesses do falante, mas das crenças deste a respeito do ouvinte: seu conhecimento prévio, sua expectativa, seus interesses. O jogo interacional entre falante e ouvinte que se manifesta na linguagem é, então, um todo complexo em que se conjugam aspectos pragmático-semântico-cognitivos submetidos aos recursos léxico-gramaticais de que uma língua dispõe. Entre outros recursos, figuram, em português, o uso de pronomes e a anáfora zero, o emprego do artigo, a ordem dos constituintes, o tempo e modo verbais, a voz e a negação.

Isto posto, discutiremos a seguir a noção de topicalidade.

4.1. Topicalidade

A primeira questão que nos cabe discutir é a noção de tópico, que, como muitas outras noções linguísticas, tem recebido conceituações diversas, conforme a orientação do autor. As diferentes abordagens do tema levam a especificações, como *tópico sintático* e *tópico discursivo*, para diferenciarem a representação do tópico no nível da frase ou no nível do discurso.

De um ponto de vista essencialmente sintático, costuma-se falar de construções de tópico. Uma das mais estudadas é o chamado *deslocamento à esquerda* (DE), em que o tópico deslocado é vinculado a um elemento pronominal, o *pronome-cópia*, presente

no comentário, como no exemplo de Orsini (2004), coletado de inquéritos do Projeto NURC/RJ:

(1) *o avô do meu marido, ele, é italiano.* (inq. 20 / década de 90)

(2) *você_i eu te pego.* (inq. 20 / década de 90)

Além dessa construção, a autora, no quadro teórico-metodológico da Sociolinguística Paramétrica, estudou outras três possibilidades de topicalização em inquéritos do português oral culto do Rio de Janeiro (Projeto NURC). A primeira é a construção de *tópico-anacoluto*, em que o tópico não estabelece relação argumental com o verbo, mas apenas uma relação semântica: o falante anuncia o tópico sobre que vai falar para em seguida fazer um comentário numa oração completa, a exemplo do fragmento, retirado da autora:

(3) *doce eu gosto de gelatina, gosto de pudim...* (inq. 12 / década de 90)

A segunda possibilidade é a *topicalização*, que se caracteriza, segundo a autora, pela existência de uma categoria vazia, no interior do comentário, que poderia ser preenchida pelo tópico externo à sentença. São exemplos da autora:

(4) *aquilo_i a Marinha ergueu ____i com um sacrifício brutal.* (inq.133 / década de 90)

(5) *o campo de futebol profissional_i a dimensão ____i é de cento e dez metros.* (inq. 52 / década de 70)

Por fim, o terceiro tipo de construção é a de *tópico-sujeito*, em que se instaura a concordância verbal.

(6) *Aquilo_i venta, chove.* (inq. 11 / década de 90)

(7) *A Tijuca_i já tem bastante prédio.* (inq. 12 / década de 90)

Todas estas construções mostram a necessidade de se diferenciar *tópico* de *sujeito*, dois conceitos intimamente ligados, pois o sujeito prototípico tende a ser tópico, como assinalam diversos autores (cf. LANGACKER, 1991; GIVÓN, 1993, 2001, 2005; DIK, 1997).

A confusão entre sujeito e tópico nasce da conceituação de ambos como “aquele ou aquilo de que se declara algo”, definição imprecisa para Pontes (1986,

1987)². A autora, visando a separar sujeito e tópico, propõe alguns traços diferenciadores:

- a) *definitude*: o tópico é sempre definido enquanto o sujeito pode ser indefinido.
- b) *restrições de seleção*: enquanto o sujeito depende de regras de seleção do verbo, a seleção do tópico é independente. Isso significa que um verbo pode selecionar um argumento agente e o tópico pode ter qualquer outro papel semântico.
- c) *foco de atenção*: enquanto o tópico representa o foco de atenção, o sujeito nem sempre tem este papel.
- d) *concordância verbal*: o sujeito normalmente concorda com o verbo, o tópico apenas raramente se conforma à concordância verbal.

A evidência de que sujeito e tópico são noções distintas é o fato de várias funções sintáticas poderem ser topicalizadas, como ilustra Pontes (1987):

- a) objeto direto: a Belina o Hélio levou para a oficina.
- b) adjunto adnominal: esse negócio o prazo acaba.
- c) complemento nominal: isso aí eu tenho dúvida.
- d) adjunto circunstancial: qualquer elemento você pode fazer isso
- e) sujeito: essa competência ela é de natureza mental.

Lambrecht (1996), tratando do tópico oracional, também admite a semelhança de tópico e sujeito, mas adverte que as duas noções não podem ser confundidas, porque tópicos nem sempre são sujeitos gramaticais e vice-versa. Eis a definição de tópico que propõe:

um referente é interpretado como tópico de uma proposição se, numa dada situação, a proposição é construída como sendo sobre este referente, i.é. como expressando informação de que é relevante e que aumenta o conhecimento do ouvinte deste referente (LAMBRECHT, 1996, p.131)³.

O interessante é que o autor, embora se limitando a tratar do *tópico no âmbito da frase (sentence topic)*, não nega a dificuldade de se identificar o tópico sem considerar o contexto:

a definição de tópico em termos dos conceitos pragmáticos de *aquilo sobre que se trata* e de relevância explica que às vezes é difícil determinar o tópico da frase na base da estrutura sintática isolada [...]. A fim de determinar se uma entidade é um tópico numa frase ou não,

² O tratamento do sujeito como tópico se encontra presente em autores de orientação estruturalista, como Camara Jr (1964) e Macambira (1987).

³ A referent is interpreted as the topic of a proposition if in a given situation the proposition is construed as being about this referent, i.e. as expressing information which is relevant to and which increases the addressee's knowledge of this referent (LAMBRECHT, 1996, P.131).

é, muitas vezes, necessário levar em conta o contexto discursivo em que a frase está inserida (LAMBRECHT, 1996, p.120)⁴.

Ele argumenta que, diante de uma frase, como *as crianças foram à escola*, o sujeito só será tópico num contexto discursivo em que a frase poderia ser uma resposta à pergunta *o que as crianças fizeram então?* Nesse caso, o sujeito seria tópico porque a frase seria sobre *as crianças*. Num contexto em que a mesma frase fosse uma resposta à pergunta *quem foi à escola* ou *o que aconteceu*, o sintagma *as crianças* já não seria tópico, pelo fato de a frase não se tratar de uma afirmação sobre *as crianças*, mas sobre *alguém que foi a escola* ou *sobre algo que aconteceu*.

Observemos que o autor adota a noção de tópico de Van Dijk (1982), que propõe o teste da pergunta para identificação do tópico como “acerca de”. Nesse caso, é o discurso precedente que estabelece o tópico.

Para evitar ambigüidade, Lambrecht (1996, p.127) estabelece distinções muito sutis como entre *tópico*, *expressão tópica* e *referente tópico*. *Tópico* designa a relação pragmática entre um referente e uma proposição; *referente tópico* significa a própria entidade sobre que trata a proposição, ou seja, o referente discursivo; e *expressão tópica* diz respeito à expressão lingüística que designa um referente tópico numa frase. Assim, um mesmo nome ou pronome pode ter diferente estatuto. O autor cita as seguintes frases para ilustrar:

- (8) a. *Pat said they called her TWICE* ‘Pat disse que eles a chamaram DUAS VEZES.’
b. *Pat said she was called TWICE*. ‘Pat disse que ela foi chamada DUAS VEZES.’
- (9) a. *Pat said SHE was called*. ‘Pat disse que ELA foi chamada’.
b. *Pat said they called HER*. ‘Pat disse que eles A chamaram’.

As frases (8a) e (8b) seriam respostas à pergunta *Pat já foi chamada?* e (9a) e (9b), respostas a *quem chamou?* *Pat* é o tópico das diferentes proposições. O referente da expressão *Pat* é um referente tópico. Já os pronomes *she* e *her* são expressões tópicas apenas em (8), não em (9), em que são expressões focais, marcadas pelo acento.

⁴ The definition of topic in terms of the pragmatic concepts of aboutness and relevance explains that it is sometimes not possible to determine the topic of sentence on the basis of the syntactic structure of that sentence alone [...]. In order to determine whether an entity is a topic in a sentence or not it is often necessary to take into account the discourse context in which the sentence is embedded (LAMBRECHT, 1996, p.120).

Faz-se necessário aqui definir o termo *foco*. A definição de Lambrecht (1996), embora baseada em outros autores, é alargada para comportar todo tipo de estrutura pressuposicional:

o componente semântico de uma proposição pragmaticamente estruturada segundo o qual a asserção difere da pressuposição⁵ (LAMBRECHT, 1996, p.213)⁶.

Também Dik (1997), embora admita a forte correlação, distingue *sujeito*, *tópico* e *foco*. Argumenta que, apesar de as duas funções *sujeito* e *tópico* serem freqüentemente atribuídas ao mesmo termo, essa relação não é absoluta, pois tanto o *tópico* pode não ser *sujeito*, como o *sujeito* pode ser um não-*tópico* e apresenta os exemplos abaixo que evidenciam a diferenciação *tópico-sujeito-foco* (DIK, 1997, p.256):

(10) a: *who* (suj-foco) *removed the demonstrators*?
Quem (suj-foco) removeu os manifestantes?

b: *The police* (suj-foco) *did*.
A polícia (suj-foco) (os removeu).

(11) a: *what happened to the demonstrators*?
O que aconteceu aos manifestantes?

b: *well, the police* (suj) *removed them* (obj-tópico dado) *from the platform*.
Bem, a polícia (suj) os (obj-tópico dado) removeu da plataforma.

Para Dik (1997), o *sujeito* constitui a entidade sob que ponto de vista a predicação é apresentada⁷, e o *tópico* representa a entidade sobre a qual a oração predica algo num dado cenário. O primeiro diz respeito à apresentação do estado de coisas, enquanto o segundo, à contextualização da informação transmitida pela oração. Em Dik, portanto, *tópico* é função pragmática que se sobrepõe a funções sintáticas, isto é, *sujeito* e *objeto* podem ser *tópicos* dados, novos, inferíveis, restituídos.

Isto mostra que *tópico* é essencialmente um fenômeno pragmático-discursivo. Assim o considera Givón (1983), que define *tópico* como o participante de um parágrafo temático que apresenta três traços: (a) é o participante mais crucialmente envolvido na seqüência de ação descrita pelo parágrafo; (b) está mais proximamente associado com o tema de nível mais alto do parágrafo; e (c) é o participante mais

⁵ Os conceitos de *pressuposição* e *asserção*, sobre que discorreremos adiante, dizem respeito, respectivamente, à *informação velha* ou à *informação nova* contida ou evocada na frase.

⁶ The semantic component of a pragmatically structured proposition whereby the assertion differs from the presupposition (LAMBRECHT, 1996, P.213).

⁷ Em Dik (1997) a função *sujeito* está ligada à noção de perspectiva, de que trataremos adiante, neste capítulo.

provável de ser codificado como tópico primário ou sujeito gramatical da maioria das orações ordenadas sequencialmente no parágrafo.

A topicalidade, para o autor, está ligada à coerência referencial e se manifesta conforme a acessibilidade referencial e a importância temática do referente. A acessibilidade referencial diz respeito à identificabilidade do referente com base no conhecimento prévio do ouvinte, calcado principalmente, na situação de fala, no universo cultural ou no universo discursivo. A importância temática tem a ver com a atribuição de importância do referente no discurso subsequente. Ambos constituem as duas direções em que se apóia a informação: a anafórica, que apóia a informação no texto mental já existente, e a catafórica, que estabelece as bases para o referente recém-apresentado (GIVÓN, 2005, p.126).

Alguns fatores, como a distância anafórica, podem dificultar ou facilitar a acessibilidade do referente. Assim, quanto menor for o intervalo entre duas menções de um mesmo tópico, mais fácil é identificá-lo. Outro fator que pode interferir é a potencial interferência de outros tópicos no discurso. Quanto mais outros referentes estejam presentes no registro imediato, mais difícil é a tarefa de identificar corretamente um referente, especialmente se os outros se qualificarem semanticamente para o papel semântico, o que pode levar à ambigüidade.

Disso decorrem duas medidas de topicalidade, largamente citadas na obra de Givón (1983, 1988, 1993, 1995, 2001, 2005). Trata-se da *distância anafórica* ou referencial e da *persistência catafórica* ou persistência do tópico, ligadas a princípios cognitivos da *Gestalt*, segundo os quais o que é contínuo é mais previsível e o que é previsível é mais fácil de processar. Portanto, como observa Camacho (2002, p.237), as duas medidas avaliam a topicalidade apenas indiretamente, através das propriedades de continuidade referencial dos SNs em duas direções textuais opostas.

A *distância referencial* mede a distância que separa uma determinada menção a um referente de sua última ocorrência no contexto anterior, em termos de número de orações. Quando o referente é encontrado na oração imediatamente anterior, assinala-se valor 1. Quando o referente é encontrado na segunda ou terceira oração, o valor 2/3 é atribuído. Quando nenhuma menção ao referente é encontrada nas três orações precedentes, atribui-se o valor >3. Givón (1995) observa que, em geral, referentes tópicos, como pronomes ou anáforas zero tendem a ter valor 1. Já sintagmas nominais enfáticos e topicalizados ou pronomes contrastivos tendem a ter valor 2/3. Referentes

anaforicamente menos acessíveis tendem a ter valor >3 . Em suma, referentes tópicos têm valor entre 1 e $2/3$, referentes não-tópicos apresentam valor > 3 . Para maior clareza, oferecemos a seguir exemplos retirados do corpus PORCUFORT.

(12) Referente de alta topicalidade, valor 1: *peças*

enTÃO MUIta coisa de dona Ciça se acabou exatamente por não ser coZida e devido à umiDAde... *essas peças* se esfarelam... Ø se *QUEbram com muita facilidade*... (DID-24-PORCUFORT)

(13) Referente de média topicalidade, valor 2: *caixão*

PEgava na alça do *caixão* quando andava assim uns:... cinco PAssos... aí *o caixão se abria* aí o defunto dizia "esse enTERro sai ou num sai?" (D2-30- PORCUFORT)

(14) Referente de baixa topicalidade, valor 3: *jornais*

esses jornais... têm poeira então as pessoas pede/... pede/ é::: pra consULTAR Ø... usa/ até uma pequena máscara pra poder evitar poeira né? o tempo... *eles estão guardados*.. (DID-51- PORCUFORT)

(15) Referente não-tópico, valor > 3 : *caixão*

despeRado ((riu))... saía correndo... aí o outro eh esse eu tive pena... vinha uma um CAra e o amigo dele na muleta o amigo dele vinha nas muleta né?... aí ele pediu pa/ ajudar aí o cara "não /tá certo eu ajudo" né?... aí o cara foi ((falou rindo)) já vinha... quando o... *o caixão se abriu* foi de frente pro dono das muleta... mas esse pobre num sabia se rebolesse muleta se saísse correndo se es/... ()...na... no chão ((falou rindo))... (D2-30-PORCUFORT)

De um ponto de vista cognitivo, identificar um referente anaforicamente envolve, segundo Givón (2005, p.134), três operações mentais: ativar a atenção no referente na memória de trabalho, o que depende de ele ser tópico e estar disponível na memória de trabalho; buscar e acessar o antecedente correferencial na sub-rede da memória episódica, que só ocorrerá se ele não estiver na memória de trabalho ou na atenção; e estabelecer conexão mental entre o antecedente correferencial na memória episódica e seu *locus* ativado na memória de trabalho e atenção⁸.

A *persistência do tópico*, segunda medida de topicalidade, diz respeito ao número de vezes em que o referente ocorre nas dez orações seguintes à determinada ocorrência. Conforme Givón (1995), em geral, referentes mais tópicos tendem a ter valores acima de 2. Referentes menos tópicos tendem a ter valor entre 0 e 2, conforme ilustram os exemplos retirados de Lima (2002, p.73).

⁸ Givón (1995, 2002) considera a memória composta de três microsistemas interligados: a memória *semântica permanente* ou *de longo prazo*, organizada como uma rede de nós interconectados, em que um nó automaticamente ativa um grupo de nós de outros nós intimamente relacionados, num padrão conhecido como *ativação estendida*; a *memória episódica*, intermediária entre as duas, que tem uma limitada capacidade e por isso é esvaziada periodicamente; e a *memória de trabalho* ou *de curto prazo* que constitui uma pequena capacidade de estocar e processar um material que se mantém ativado, por curto período de tempo.

(16) Referente com alta persistência, valor > 5: *ele*

ele SEMpre está escraviZado à venda porque quando *ele* termina aquela jornada de traBAIho... que *ele* quer voltar pra sua terra aí chega o dono da venda diz “olha... *o senhor* não POde porque *o senhor* comprou além da medida... *o senhor* está devendo ao patrão... /*cê* vai ter que trabalhar pra pagar”... e quando *ele* faz hora extra quando *ele* já ele vai fazer paGAR o patrão... e que *ele*... aparentemente o patrão diz “/tá certo tudo pago você pode saIR”... *ele* é TOcaiado e MORto lá adiante... (EF-56- PORCUFORT)

(17) Referente com média persistência, valor 2: *temperatura*

a temperatura no caso dessa compressão vai aumentar tremendamente... e se *ela* aumentar tremendamente *ela* pode fazer com que todos esses átomos entrem não SÓ... como a gente fazia aqui na bomba a/ tômica sacudindo uma pedrinha pra ver se pegava algum átomo e quebrava não () espontaneamente por () por alta temperatura e fusão...(EF-53- PORCUFORT)

(18) Referente com baixa persistência, valor 1: *resistência térmica de convecção*

então na medida que eu aumento a espessura de isolamento... dimiNUI *a resistência térmica... de convecção...* ENTÃO NOTEM... na medida que eu /tô aumenTANdo minha espessura eu /tô aumenTANdo minha resistência de convec/... de condução... e /tô diminuindo a *minha resistência térmica de convecção...* COMO que a área se comporta?... né? QUEM É quem:... quem varia mais? um ou outro?... né? e aí que a gente vai entrar hoje ()... seria análise da espessura de isolamento... né? a gente vai analisar como que essa função se compORta... CLARO... o nosso objetivo é:: termos uma:: espessura Ótima de isolamento... (EF-54- PORCUFORT)

(19) Referente sem persistência, valor 0: *preço*

quando ele espera *o preço* suBIR... o produto já /tá estragado... isso aí na sociedade indígena isso num acontece... o índio só produz aquilo que consome... o índio só produz aquilo que consome... - - MAS aconteceu que foi fechado... o jornal... dos... bolchevistas... isso é uma repressão de alguns segmentos... CONTRA... os bolchevistas... depois nós tivemos... a dissolução do partido único... gente... é esse o problema... um partido único... nem sempre representa... uma... Unidade nacional... (EF-17- PORCUFORT)

Estes parâmetros de avaliação da topicalidade são adotados por Camacho (2002, 2006) que estuda, no português falado, o que ele denomina *construções de voz* — frases que codificam eventos semanticamente transitivos (aqueles que mantêm transitividade prototípica), cujas estruturas formais são: construções *passivas*, *impessoais* clíticas e não clíticas, *médias* e *adjetivais*. Estas construções são analisadas segundo traços semânticos e pragmáticos: *impessoalidade*, *topicalidade*, *detransitividade* e *distinguibilidade dos participantes*, que as aproximam ou as distanciam.

Quanto à distância referencial, o autor encontrou um alto índice de SNs sujeitos da passiva com características de tópico: 70% de antecedentes anafóricos na oração imediatamente precedente ou em duas ou três orações precedentes. Um alto índice também foi encontrado na medida da persistência tópica: 63% de SNs textualmente persistentes, retomados nas orações seguintes.

Esses dados levam o autor a concluir:

a necessidade pragmática de topicalização requer do falante a opção por uma estrutura em que o argumento principal seja sintaticamente o sujeito, o que define a construção passiva. Nesse caso, resulta um estatuto de detransitividade semântica, que é secundário em função da determinação pragmática de atribuição tópica, hierarquicamente dominante (CAMACHO, 2006, p. 179).

Portanto, dos três domínios analisados, é a topicalidade aquele que parece motivar o emprego de uma construção passiva, o que reforça a posição de outros autores sobre as diferenças pragmáticas entre a passiva propriamente dita e a passiva sintética, a *impessoal clítica*, na terminologia de Camacho (2002, 2006), que afirma:

a preferência pela construção passiva é motivada pela determinação pragmática de constituir um tópico, o que não se aplica à impessoal, em que o processo é apresentado em si mesmo, independentemente de uma entidade que lhe sirva de referência (CAMACHO, 2002, p.291).

Embora analisando o fenômeno mais geral do fluxo informacional do texto, Hawad (2002) chega a resultados semelhantes:

a análise do corpus revela que a escolha léxico-gramatical disponível para o falante do português entre VPA [voz passiva analítica] e VPS [voz passiva sintética] apresenta-se como alternativas para a realização de diferentes significados no nível da metafunção textual. Mais exatamente, essas duas configurações, além de VA [voz ativa], contribuem de modo diferente para o fluxo informacional do texto, visto que informação dada tende a ser codificada na primeira posição oracional, e que picos de proeminência estão associados ao início e ao final da oração (HAWAD, 2002, p.120).

Uma vez tendo discutido o essencial sobre a noção de tópico, resta esclarecer o que entendemos por este no âmbito deste trabalho: referente discursivo sobre que se fala, visão partilhada pela maioria dos autores citados. Assim entendido, tópico não se confunde com sujeito, embora prototipicamente este possa coincidir com aquele, pois um é função pragmático-discursiva, enquanto o outro é função sintática. Embora reconheçamos a distinção entre *tópico*, *referente tópico* e *expressão tópica*, usaremos indistintamente o termo *tópico*.

Passaremos a seguir a assunto correlato: a distribuição dado/novo.

4.2. Estatuto informacional

O estatuto informacional de um dado SN depende da acessibilidade do referente no chamado *espaço discursivo corrente*, ou seja, “tudo que é presumido ser

partilhado por falante e ouvinte como a base para o discurso num dado momento”⁹ (LANGACKER, 2000, p.3)¹⁰. Em outras palavras, a organização da informação, como afirma Prince (1981, p.224), reflete hipóteses do enunciador sobre as crenças e estratégias do receptor. Nesse sentido, o texto é visto como uma série de instruções de um falante para um ouvinte sobre como construir um particular modelo discursivo, que contém entidades discursivas, atributos e relações entre entidades.¹¹

Para o jogo interacional entre falante e ouvinte ser bem sucedido, é necessário haver equilíbrio entre dois princípios da informatividade: o *Princípio da Suposição de Ignorância* e o *Princípio da Suposição de Conhecimento*, propostos por Strawson (1964, *apud* LAMBRECHT, 1996), segundo os quais, as afirmações não são unidades auto-suficientes, livres de qualquer consideração sobre o que o ouvinte já sabe, mas dependem do efeito sobre o conhecimento que o falante presume está em posse do ouvinte. Depende, em outras palavras, do equilíbrio entre o que o falante presume que o ouvinte sabe e entre a novidade que ele quer transmitir.

Aqui cabe mencionar uma observação de Lambrecht (1996, p.46-47) sobre a nomenclatura *informação*. Para o autor, os constituintes de uma frase não transmitem informação, pois esta é sempre o estabelecimento de uma relação entre termos e uma proposição, e como tal não pode ser fatorada e relacionada com cada constituinte da frase¹². Assim, se, a uma pergunta como *quando você sofreu o acidente?* alguém responde: *quando eu tinha 12 anos*, a informação não corresponde ao período em si, expresso pela oração, mas pela relação estabelecida entre o acidente, a pessoa envolvida e o tempo em que ocorreu.

⁹ Everything presumed to be shared by the speaker and hearer as the basis for discourse at a given moment (LANGACKER, 2000, p.3)

¹⁰ Corresponde *grosso modo* ao que Lambrecht (1996, p.74) chama *discourse register* ‘registro discursivo’: a série de representações que um falante e um ouvinte podem presumir partilhar num dado discurso” [tradução nossa].

¹¹ Para Prince (1981), uma entidade discursiva pode representar um indivíduo (existente ou não no mundo real), uma classe de indivíduos, um exemplar, uma substância, um conceito e são representadas por SNs. Já segundo Lambrecht (1996, p.74), os referentes discursivos podem tanto ser entidades como proposições. Estas últimas adquirem estatuto de referentes discursivos quando o falante presume que são conhecidas do ouvinte. Podem funcionar como argumentos de um predicado e ser expressas por orações subordinadas ou pronomes: *A festa durou a noite toda. Isso incomodou o vizinho.*

¹² Antes dele, Van Dijk (1982) já afirmava que a informação não é expressa por SNs, mas pela relação entre SN e predicado. Na frase de Reinhart (1980) citada por Pontes (1986, p.187), *Quanto a Ben, ele insiste que foi ele que descobriu a prova do teorema*, a informação nova não é *Ben*, mas “o fato de *Ben* ser quem descobriu o teorema”.

Sem quereremos entrar nos pormenores arrolados por Lambrecht (1996) faremos referência ao estatuto informacional de constituintes oracionais, que representam entidades discursivas, sob o rótulo de dado/novo.

Dada a importância do fluxo informacional para nosso trabalho, apresentamo-lo nas seções a seguir em seus devidos subaspectos.

4.2.1. Tema e rema

A distinção *tema/rema*, terminologia postulada pelos lingüistas da Escola de Praga e desenvolvida por Halliday (1976, 1985, 2004), parte da visão da oração como uma mensagem organizada em duas partes de distintos estatutos: uma parte é o *tema*, o que serve como ponto de partida da mensagem, localiza e orienta a oração em seu contexto; a outra parte, que desenvolve o *tema*, é o *rema*. Assim, uma oração se constitui de uma *estrutura temática* que é expressa pela ordem, de modo a ser o *tema* o constituinte que aparece em primeira posição. O autor observa, todavia, que essa não é a única forma de realização do tema, depende da língua:

a primeira posição na oração não é o que define *tema*; é o meio através do qual o tema é realizado, na gramática do Inglês (HALLIDAY, 1985, p. 39)¹³.

A esse respeito, Morais (1997) observa:

a seqüência pela qual os constituintes ocorrem na frase é um meio de marcação temática a que recorrem as línguas indo-européias. Há línguas que dispõem de outros processos para marcarem o tema frásico: no Japonês, por exemplo, o elemento temático é assinalado pela posposição do afixo *-wa* ao elemento que desempenha a função de tema (MORAIS, 1997, p.17)¹⁴.

Nas frases a seguir, a mudança do elemento inicial, que representa o tema, altera a mensagem¹⁵. Em (20a), o ponto de partida é o *centro*, enquanto em (20b), *casas comerciais*. Do mesmo modo, em (21a), a mensagem é sobre o tempo que uma estrela leva para se acabar. Já, em (21b), é sobre *estrelas* e, em (21c), é sobre os motivos que levam uma estrela a se acabar no tempo indicado.

¹³ First position in the clause is not what defines the Theme; it is the means whereby the function of Theme is realized, in the grammar of English” (HALLIDAY, 1985, p. 39).

¹⁴ Hawad (2002, p.50) cita Gómez-González (2001), segundo a qual “nenhum dos marcadores de Tópico postulados (p.ex. *-wa* em japonês, *-ang* em tagalog e *-nun* em coreano) pode ser simplesmente equacionado com qualquer definição existente de Tópico/Tema, enquanto todas as línguas de fato exibem um Tema sintático, isto é, posição inicial interna ou externa à predicação”. Ou seja, a marca morfológica parece ser secundária em relação à organização temática.

¹⁵ Mais adiante, noutra seção, exploraremos, em maiores detalhes, essa questão da ordem dos constituintes.

- (20) a. [o Centro]_t foi ocupado por:: casas comerciais. (DID-51- PORCUFORT)
 b. [Casas]_t comerciais ocuparam o Centro.
- (21) a. [o tempo pr/uma estrela se acabar...]_t pode ser... com a por causa do Sol dez bilhões de anos teoricamente... (EF-53- PORCUFORT)
 b. [Uma estrela]_t pode se acabar, teoricamente, por causa do Sol, dez bilhões de anos.
 c. [Por causa do Sol]_t, uma estrela pode se acabar, teoricamente, em dez bilhões de anos.

Essa associação entre posição inicial e tema dá margem ao estabelecimento de relação entre *tema*, de um lado, e *sujeito*, *tópico* e *dado*, de outro. No entanto, os referidos termos não recobrem o mesmo fenômeno, embora possam coincidir, em alguns contextos, como observa Morais (1997):

em línguas SVO, o constituinte inicial é tipicamente o sujeito da frase, verificando-se quase sempre, por conseguinte, uma coincidência entre as estruturas sujeito-predicado e tema-remata. (...) Nas línguas indo-europeias — consideradas por estes autores [Li e Thompson, 1976] como línguas com sujeito proeminente —, o constituinte com a função cognitiva (pragmática) de tópico coincide, nas construções não marcadas, com o constituinte que desempenha a função sintática de sujeito (MORAIS, 1997, p.12).

De fato, em português, língua SVO, o constituinte que figura em primeira posição pode ser identificado, ao mesmo tempo, como *sujeito*, *tema*, *tópico*, e, conforme preconiza o princípio pragueano da *Perspectiva Funcional da Frase*, pode ser também *dado*. Assim, no exemplo (20a), no nível sintático, o *Centro* é o sujeito da oração. Do ponto de vista da estrutura temática, é também o *tema* da mensagem, pois representa seu ponto de partida. É ainda *tópico* por ser “aquilo acerca de que se fala”. E, uma vez que representa informação contextual, já conhecida pelo ouvinte, é *dado*.

Pela afinidade conceitual, essas noções se mesclam no uso da terminologia, variando muito de autor para autor a decisão de unificá-las ou separá-las. Halliday (1985, 2004), por exemplo, embora admita a possível coincidência, separa claramente *tema* e *dado*:

alguns gramáticos têm usado os termos Tópico e Comentário ao invés de Tema e Remata. Mas a terminologia Tópico-Comentário traz conotações bem diferentes. O rótulo ‘Tópico’ usualmente se refere somente a um tipo particular de Tema, o ‘Tema tópico’; e tende a ser usado como termo geral para dois conceitos que são funcionalmente distintos, sendo um o Tema, e o outro, o Dado (HALLIDAY, 2004, p.65)¹⁶.

¹⁶ Some grammarians have used the terms Topic and Comment instead of Theme and Rheme. But the Topic – Comment terminology carries rather different connotations. The label ‘Topic’ usually refers to only one particular kind of Theme, the ‘topical Theme’ (...); and it tends to be used as a cover term for two concepts that are functionally distinct, one being that of Theme and the other being that of Given (HALLIDAY, 2004, p.65).

Para o autor, a gramática maneja o fluxo discursivo através de dois sistemas que funcionam integradamente: o sistema da oração, ou *estrutura temática*, que constrói a oração à guisa de mensagem, formada por *Tema* e *Rema* e expressa pela ordenação de constituintes; e o sistema da unidade de informação, ou *estrutura informacional*, formada de duas funções, o *Novo* e o *Dado*, manifesta pela proeminência tônica.

Embora uma *unidade de informação* possa ser co-extensiva a uma oração, não corresponde, na verdade, a nenhuma unidade da gramática. Assim, uma única oração pode ter duas ou mais unidades de informação ou uma única informação pode ser mapeada em mais de uma oração, ou ainda uma unidade de informação pode corresponder a uma oração e metade da outra (cf. HALLIDAY, 2004, p.89).

Nesse sentido, *informação* “é a tensão entre o que já é conhecido e previsível e o que é novo e imprevisível” (HALLIDAY, 2004, p.89)¹⁷, ou seja, entre *dado* e *novo*. De um ponto de vista estrutural, como pode haver discursos apenas com elementos *novos* e pode haver elipse de elementos *dados*, Halliday (2004) conclui que uma unidade de informação consiste de um elemento *Novo* obrigatório e um elemento *Dado* opcional. O primeiro é marcado por proeminência tônica e o segundo, quando presente, pela posição anterior ao *novo*.

O autor chama a atenção para o forte liame entre as estruturas temática e informacional. Adverte, contudo, que a distinção *tema/remas* é diferente da distinção *dado/novo*. A primeira está voltada para o falante, depende do que ele escolhe como ponto de partida da mensagem; já a segunda é voltada para o ouvinte, depende do que ele já sabe ou tem acessível. Na prática, é o falante quem lida com ambas as estruturas de modo a compor a tessitura do discurso e relacioná-lo ao seu contexto. Este, por sua vez, compreendido como o *background* do que foi dito e do que aconteceu antes, criará as condições que determinarão o padrão não-marcado geral do *tema* associado com *dado* e de *novo* com *rema*:

em um dado cenário, ou série de condições contextuais, o falante pode explorar o potencial que a situação define, usando a estrutura informacional e temática para produzir uma variedade surpreendente de efeitos retóricos. Ele pode, digamos, jogar com o sistema (HALLIDAY, 2004, p.93)¹⁸.

¹⁷ Is the tension between what is already known or predictable and what is new or unpredicable (HALLIDAY, 2004, p.89),

¹⁸ Within any given scenario, or set of contextual conditions, the speaker can exploit the potential that the situation defines, using thematic and information structure to produce an astonishing variety of rhetorical effects. He can play with the system, so to speak (HALLIDAY, 2004, p.93).

Hawad (2002, p.51), tratando da relação *tema/dado*, também ressalta o papel das escolhas temáticas na construção do texto, e com base em Gómez-González (2001: 97-98), apresenta as cinco tarefas funcionais principais do *Tema*:

- a. prover um quadro de referência (*framework*) para a interpretação do Rema;
- b. acrescentar informação necessária para a interpretação da mensagem;
- c. ajudar (atuando negativamente) a construir a proeminência discursiva de itens (posicionar um item tardiamente em uma oração confere a ele o *status* de informação nova);
- d. contribuir para a continuidade ou descontinuidade do Tópico do discurso, seja desenvolvendo, seja cancelando um pressuposto que foi estabelecido no contexto prévio;
- e. atuar como um orientador para a mensagem veiculada pela oração e para as expectativas do destinatário sobre como compreender o que está por vir.

A respeito da relação *tema/dado*, a autora fala de uma pesquisa¹⁹ que fornece evidência sobre a relação entre a ordem *Dado/Novo* e o processamento cognitivo da leitura de textos:

os sujeitos testados revelaram maior facilidade, rapidez e acuidade ao processar textos em que as orações apresentavam a seqüência Dado – Novo, do que ao processar textos cujas orações se organizavam na forma de Novo – Dado (HAWAD, 2002, p. 51).

Hawad (2002) conclui que “uma função importante do *Tema* – concebido como constituinte da estrutura da oração – é servir de forma de codificação do *Dado* – concebido como referente definido pelo contexto” (HAWAD, 2002, p.52).

Considerando que o tema pode ser identificado por um constituinte oracional, em nossa análise das construções de não-atribuição de causalidade, não julgamos produtivo trabalharmos com a noção de *tema/remã* diretamente, uma vez que usaremos variáveis afins, como as medidas de topicalidade e a ordem dos constituintes, sobre que falaremos adiante. Parece-nos mais adequado, para o tratamento das referidas construções, a distinção *dado/novo*. Em outras palavras, preocupa-nos mais a estrutura informacional que a estrutura temática, vez que lidamos com as estratégias do falante de não-atribuir causalidade a eventos, que dependem da distribuição de informação no texto, conforme as condições contextuais. Não estamos com isso afirmando que o fenômeno a ser analisado é indiferente à distinção entre tema e remã. Seria incongruente ignorarmos a relevância da distinção na linha cognitivo-funcional que adotamos.

¹⁹ A autora refere-se à obra KOPPLE, W. J. V. (1986) “Given and New Information and Some Aspects of the Structures, Semantics and Pragmatics of Written Texts”. In: C. R. Cooper e S. Greenbaum (eds.) (1986) pp. 72-111.

Estamos apenas priorizando uma distinção mais ligada ao fluxo informacional, uma vez que a organização temática já se acha indiretamente contemplada em outras variáveis da análise, como a topicalidade e a ordenação dos constituintes.

4.2.2. A familiaridade presumida

Há vasta literatura sobre a distinção *dado/novo*. Não pretendemos discutir largamente o tema, mesmo porque a literatura é vasta a esse respeito²⁰. Limitaremos nossa discussão à apresentação da proposta de Prince (1981), revista em Prince (1992).

Prince identifica, na literatura especializada, três concepções que subjazem à distinção *dado/novo*:

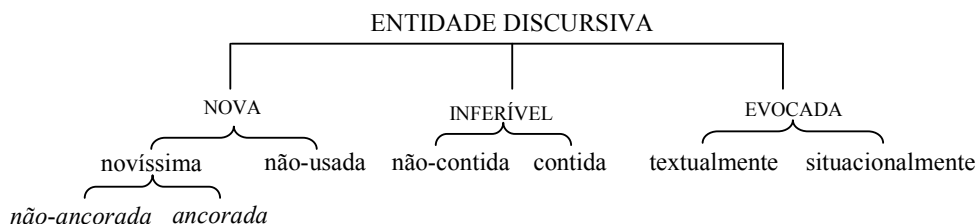
- a) *predizibilidade/recuperabilidade* de determinado item lingüístico, conforme as quais o falante presume que o ouvinte pode prever, ou poderia ter predito, que um determinado item lingüístico ocorrerá ou ocorrerá numa particular posição dentro de uma frase. Esta concepção, presente em Halliday (1985, 2004), se liga à divisão da proposição em *pressuposição e foco*: *eu gosto de X/X = João*, e o Princípio da Relevância de Sperber e Wilson (1995), que preconiza como objetivos do falante ao produzir um enunciado relevante a criação de *efeitos contextuais*, i.é., a modificação do conjunto de informações já comuns ao ouvinte sobre um dado assunto, e a redução do custo de processamento que isso envolve;
- b) *saliência* de alguma entidade, segundo a qual o falante presume que o ouvinte tem ou poderia ter apropriadamente alguma entidade ou coisa particular em sua consciência no momento do enunciado. É esta a abordagem de Chafê (1994) que fala de *estados de ativação* da consciência que podem ser três: ativo, semi-ativo e inativo²¹. O estado ativo representa o foco da consciência, no que o falante pretende que a consciência do ouvinte focalize ao ouvir uma *unidade de entonação*. Estado semi-ativo é aquele que cerca o foco da consciência, fornecendo o contexto para este, é a informação periférica, que pode se tornar ativa em dado ponto do discurso. Por fim, o estado *inativo* diz respeito a informações irrelevantes em determinado ponto, estocadas na memória. O autor relaciona estes três estados à noção de *dado/novo*, propondo uma terceira categoria. Informação nova é aquela recém-ativa em dado ponto da conversação, ou seja, é a informação que, num tempo 1, estava no estado inativo e, no tempo 2, no ativo. Informação dada é a que já está ativa em determinado ponto, i.é., estava no estado ativo, no tempo 1, e continua nele no tempo 2. Por fim, informação acessível é a que estava no estado semi-ativo no tempo 1 e passa a ativo no tempo 2 (cf. CHAFE, 1994, p.72-73);
- c) *conhecimento partilhado*, que diz respeito ao fato de o falante presumir que o ouvinte conhece, pressupõe ou pode inferir uma determinada coisa. Refere-se ao estatuto discursivo de determinado referente, ao fato de ter ou não ocorrido previamente no discurso.

²⁰ Para citar apenas alguns: Morais, 1997; Prince, 1981; Gómez-González, 2001; Hawad, 2002; Barbosa, 2005; Ventura-Lima-Lopes, 2002.

²¹ Embora descreva uma distinção de estados de ativação da consciência tripartida, Chafê (1994) reconhece que “uma compreensão mais ampla certamente precisa permitir divisões ulteriores desse *continuum*” (CHAFE, 1994, p.55). [tradução nossa]. O autor considera, por fim, a possibilidade de não haver limites definidos entre as três categorias de ativação propostas, mas crê que seus efeitos lingüísticos possam ser categóricos (cf. CHAFE, 1994, p.56).

A autora congrega as noções (a) e (b) sob a rubrica *familiaridade assumida*, que constitui uma interseção entre a série de crenças de falante e ouvinte. Propõe, então, sete categorias de entidades discursivas, apresentadas na figura 4.1.

Figura 4.1: Estatuto informacional, segundo Prince (1981)



A primeira classificação de Prince resulta em três categorias. Uma entidade discursiva será *nova*, quando é introduzida pela primeira vez no discurso. Pode ser uma entidade que o falante presume desconhecida do ouvinte, o que obriga este a criá-la no seu modelo discursivo, ou pode ser uma entidade que o falante considera presente na memória permanente do ouvinte, o que leva este a ativá-la no modelo discursivo. No primeiro caso, a informação é dita *novíssima*; no segundo, *não-usada*. Prince (1992) denomina a primeira *nova em relação ao ouvinte* e a segunda *velha em relação ao ouvinte*. Esta categoria diz respeito, portanto, à visão de informação *velha/nova* com relação às crenças que o falante tem a respeito do ouvinte.

Uma entidade discursiva *novíssima* pode ainda ser *ancorada* ou *não-ancorada*, conforme o SN que a representa esteja ou não ancorado em alguma outra entidade discursiva que não seja *novíssima* também.

Uma entidade discursiva é *evocada* quando o SN que a representa já ocorreu previamente no modelo discursivo. Uma entidade pode ser evocada pelo ouvinte com base no texto — *evocada textualmente* — ou com base na situação extralingüística — *evocada situacionalmente* (participantes do discurso e fatores salientes do contexto, inclusive, o próprio texto).

Essa categoria se relaciona, portanto, com o estatuto discursivo de uma entidade discursiva. Prince (1992) ressalta que ser *novo* do ponto de vista do discurso não significa ser *novo* do ponto de vista do ouvinte, pois uma entidade pode ser *nova* no discurso e *velha* do ponto de vista do ouvinte (classificada como *não-usada*, portanto). Todavia, uma entidade nova do ponto de vista do ouvinte, ou seja, classificada como

novíssima, também será *nova* do ponto de vista do discurso, pois se espera que o ouvinte lembre o que já foi dito. Podemos então dizer que a informação *novíssima* é duplamente nova: nova quanto ao ouvinte e quanto ao discurso. Oposição máxima à *evocada*, portanto.

Entre as duas possibilidades, *nova* e *evocada*, Prince (1981) postula duas categorias: *a inferível* propriamente dita, ou *inferível não-contida*, e a *inferível contida*. Estas categorias são difíceis de delimitar dados os pontos de contato com as demais com que fazem fronteira.

A *inferível* propriamente dita diz respeito à suposição do falante de que o ouvinte pode, com base na lógica ou plausibilidade, inferir determinada entidade discursiva por meio de outras já evocadas ou inferíveis. Depende, portanto, das crenças do falante sobre as crenças do ouvinte. Aquele precisa acreditar que este já tem a crença de que a entidade em questão é plausivelmente relacionada a alguma outra entidade, que não seja *novíssima*, e possa ser capaz de inferir a existência da referida entidade.

Prince (1992) mostra que a categoria *inferível* é de difícil delimitação, quando comenta sua aproximação com as demais categorias:

Inferíveis são, assim, como entidades Velhas do ponto de vista do ouvinte, pois se apóiam em certas suposições sobre o que o ouvinte conhece, p.e. que construções tipicamente têm portas, e são como entidades Velhas do ponto de vista do discurso pois dependem de já haver no modelo discursivo uma entidade a que ligar a inferência. Ao mesmo tempo, são como Novas do ponto de vista do ouvinte (e por isso Novas do ponto de vista do discurso) em que não se espera que o ouvinte tenha a entidade em sua cabeça (PRINCE, 1992, p.305-306)²².

Diante dessa dificuldade, a autora conclui que entidades *inferíveis* são tecnicamente *novíssimas*, mas, diferentemente dessas, sua existência é presumida inferível pelo ouvinte na base de alguma entidade ativadora, que é *evocada*, em combinação com a suposição de que o ouvinte crê que entidades, como a ativadora, têm associadas a si entidades como a inferível. Para ilustrar a diferença entre as duas categorias, Prince (1992) oferece os seguintes exemplos, adaptados ao português:

²² Inferable are thus like Heared-old entities in that they rely on certain assumptions about what the hearer does know, e.g. that buildings typically have doors (...), and they are like Discourse-old entities in that they rely on there being already in the discourse-model some entity to trigger the inference (...). At the same time, Inferable are like Hearer-new (and, therefore, Discourse-new) entities in that the hearer is not expected to already have in his/her head the entity in question (PRINCE, 1992, p.305-306)

- (22) a. Peguei aquele livro que comprei e uma *barata* caiu (*I picked up that book I bought and a cockroach fell out*).
- b. Peguei aquele livro que comprei e uma *página* caiu (*I picked up that book I bought and a page fell out*).

Em (22a), *barata* representa uma entidade *novíssima*, ou *nova* do ponto de vista do ouvinte, como prefere chamar Prince (1992), pois não se presume que o ouvinte já tenha conhecimento da existência da barata. Nesse contexto, a entidade barata não é esperada. Já *página* em (22b) representa uma entidade *inferível*, pois o falante espera que o ouvinte acredite que livros tipicamente têm associados a si uma série de páginas e inferirá que a página em questão é uma página do livro recém-mencionado.

A *inferível contida* difere da *inferível não-contida*, porque a entidade que aciona a inferência não está no discurso prévio, mas dentro do próprio SN, como na frase da autora (Prince, 1992, p.307), adaptada ao português, em que *livro* não foi ainda mencionado no discurso e o ouvinte não tem conhecimento prévio de *páginas*:

- (23) As *páginas* daquele livro que comprei caíram (*The pages of that book I bought fell out*)

Estas são as sete categorias propostas em Prince (1981). Prince (1992) retoma algumas das categorias propostas anteriormente, porém, as associa à noção *velha/nova*, tomando como ponto de vista o ouvinte ou o discurso. Consequentemente a esta associação, a autora estabelece relações entre a nomenclatura anterior e a nova nomenclatura, configuradas no quadro 4.1.

Quadro 4.1: Estatuto de uma entidade discursiva, conforme o ouvinte e o discurso, segundo Prince (1992)

Estatuto de uma entidade discursiva		Ponto de vista do discurso	
		nova	velha
Ponto de vista do ouvinte	nova	<i>Novíssima</i>	-
	velha	<i>Não-usada</i>	<i>evocada</i>
	inferível	<i>Inferível (contida e não-contida)</i>	-

Na análise dos dados, a autora juntou a *inferível contida* com a *não-usada*, por acreditar que aquela pode ser compreendida também como entidade *não-usada* e, portanto, as duas não devem ser diferenciadas quanto ao papel gramatical do SN que as representa. De fato, a descrição que a autora dá das duas categorias leva-nos a aproximá-las. Observemos, ainda, que a autora não fez referência à subdivisão da *novíssima* nem da *evocada*. Em Prince (1981), a autora já se dava conta da dificuldade em diferenciar algumas das categorias. Em Prince (1992), a decisão de unir a *inferível*

contida com a não-usada na análise, bem como a ausência de referência à subdivisão das categorias, deveu-se ao fenômeno da subjetividade, conforme argumentação abaixo:

além disso, não deve ser o caso que o escritor da carta as trataria [não-usada e inferível contida] diferentemente com respeito à subjetividade, o fenômeno que está sendo estudado aqui (PRINCE, 1992, p. 312)²³.

A autora conclui que o estatuto informacional de entidades discursivas constitui:

uma interação razoavelmente complexa entre as crenças do falante sobre o que o ouvinte sabe, potencialmente sabe e ainda não sabe, e esta interação é crucialmente envolvida na produção e compreensão de cada expressão referencial no discurso (PRINCE, 1992, p.310)²⁴.

Na codificação da não-atribuição de causalidade, parece patente o papel do estatuto informacional, considerando-se que enunciar ou não a causa de um evento pode ser determinado pelas crenças do falante a respeito do ouvinte.

A propósito, Hawad (2002, 2004), que analisou, na perspectiva da Gramática Sistêmico-Funcional de Halliday, o uso da passiva analítica e da chamada passiva sintética (aqui considerada *impessoal*), chegou a interessantes conclusões a respeito do papel do estatuto informacional na escolha das referidas construções. A autora concluiu que as duas formas de passiva “não são diferentes realizações léxico-gramaticais do mesmo significado”, mas “representam contribuições distintas ao fluxo informacional dos textos” (HAWAD, 2004, p.97). Das ocorrências de voz passiva analítica no corpus da autora²⁵, o paciente era predominantemente Dado: 77% (102/132). Já nas ocorrências de voz passiva sintética, o paciente tinha este estatuto apenas em 27% dos casos (32/120). Diante disso, a autora afirma que:

essa primeira verificação quantitativa favorece a hipótese de que a tematização do Objeto, como forma de codificar o Dado na primeira posição oracional, é uma importante motivação para o emprego de VPA (HAWAD, 2004, p.97).

Além disso, o estatuto informacional do *agente/causa* pode explicar a sua não-codificação em construções de não-atribuição de causalidade, mesmo em construções,

²³ Therefore, it should not be the case that the writer of the letter would treat them [Unused and Containing Inferable] differently with respect to subjecthood, the phenomenon being studied here (PRINCE, 1992, p.312).

²⁴ A fairly complex interaction of the speaker's beliefs about what the hearer knows, potentially knows, and does not yet know, and this interaction is crucially involved in the production and comprehension of each referring expression in discourse (PRINCE, 1992, p.310).

²⁵ O corpus constituiu-se de 36 notícias e 56 textos argumentativos (entre editoriais e artigos de opinião) publicados no Jornal do Brasil entre março de 2001 e julho de 2002, em 17 edições escolhidas aleatoriamente.

como a passiva analítica, que permite a inserção do agente/causa como sintagma preposicionado. Com efeito, o estatuto *dado*, ou na terminologia de Prince (1992), *velho*, quer do ponto de vista do ouvinte, quer do ponto de vista do discurso, ou seja, *evocado* ou *não-usado*, favorece, de modo geral, a omissão de argumentos. Essa foi, por sinal, a conclusão de Santana (2005), que estudou as nominalizações:

a ausência de expressão formal de A₁ está assim diretamente vinculada ao estatuto informacional. Em 100% dos casos de ausência, o argumento ausente representa uma entidade evocada, ou seja, *não ser formalmente exposto significa representar uma informação dada, e, portanto, passível de ser recuperada em alguma parte do discurso* (SANTANA, 2005, p.4).[grifo nosso]

A esse respeito, vale mencionar o trabalho de Furtado da Cunha (1991) sobre a passiva analítica em português. A autora encontrou um alto índice de passivas sem agente — 82% sem SP, mas pelo menos alguns desses agentes não-expressos poderiam ser inferidos, levando-se em conta informação textual e pragmática. Furtado da Cunha (1991, p.28) propõe, então, duas categorias de passivas sem agente:

- a) o agente omitido é diretamente inferível do texto precedente ou do texto seguinte;
- b) a identidade exata do agente não é determinável, mas pode-se estabelecer, com base em informação pragmática geral, o tipo de agente envolvido na ação.

A primeira categoria de agente não-expresso, quando inferível do texto precedente, diz respeito, obviamente, ao estatuto do agente como informação evocada. Todavia, quando o agente figura no contexto posterior, seu estatuto informacional é novo, do ponto de vista do discurso, ou seja, *não-usado* e talvez também do ponto de vista do ouvinte, *novíssimo*. No exemplo que a autora oferece, retirado de uma conversação, o falante 1 enuncia a passiva *O Presidente é mandado*. Repete esta frase em outros momentos de seu turno de fala, enfaticamente, e acrescenta: *ele é só praticante, ele só tem nome de presidente porque tem nego mais alto do que ele mandando nele*. O falante 2, então, não interpreta o referente *nego mais alto*, certamente entidade *novíssima* para ele, que não tem, no seu modelo discursivo, uma entidade mais alta que o Presidente, e por isso pergunta: *Mais alto?* Só então o falante 1 explicita o agente: *tem, o marechal. Agora tu não vê nem mais falar em marechal, mas tem marechal*.

A não-codificação do agente na primeira ocorrência parece resultar da suposição do falante 1 de que o falante 2 teria, em seu modelo discursivo, conhecimento de pessoas — militares, grandes empresários ou instituições superiores,

como o FMI — que mandariam no Presidente. Nesse caso, a informação seria velha do ponto de vista do ouvinte e, portanto, *não-usada* na classificação de Prince (1981).

A segunda categoria diz respeito àqueles casos em que a não-expressão do agente se deve a este ser *inferível*. No exemplo de Furtado da Cunha, *Três vezes a seguir o corcel foi roubado*, o agente é facilmente inferível do contexto de roubo: *ladrão, bandido*. Obviamente, a identidade exata, o *token* não é depreendido do contexto, mas o ouvinte pode inferir o *type* do referente²⁶.

Neste trabalho, analisaremos também como o Causativo das construções verbais de não-atribuição de causalidade se manifesta: se está codificado como SP na própria construção analisada, se figura no contexto prévio ou posterior ou se pode ser inferido do contexto, como *type* ou *token*. O grau de esquematicidade²⁷ na hierarquia de *types* pode variar consideravelmente. Algumas vezes, quando o Causativo é realmente desconhecido, o *type* inferido é extremamente esquemático e dependeria das propriedades do evento representado pelo verbo. Há necessidade também de verificar se o evento é tido como espontâneo, e, nesse caso, a codificação do Causativo não se põe. À guisa de ilustração, reproduzimos abaixo algumas ocorrências do português falado em Fortaleza, em que temos algumas das possibilidades relativas ao Causativo:

- a) **Causativo não-usado, mais identificável:** *público*, presumível do contexto de música, disco. O ouvinte é capaz de preencher facilmente, uma vez que faz parte de seu modelo discursivo o conhecimento de que discos são ou não aceitos pelo público.

(24) da geração mais antiga como da geração no::va... e é *um disco que foi muito bem aCElto...* já foi MUItto vendido e é MUItto procurado por colecionadores... pessoas que se interessam PELA memória da cidade: de então eh eh MUItto por JOvem né?... é um disco gravado no Ceará... no Pró-Audi Studio que ficou MUItto bonito... SAIU apenas em CD agora em JULho vai sair... os dois elepês... com as gravações originais (D2-28- PORCUFORT)

- b) **Causativo evocado:** *aids*, presente no discurso prévio.

(25) *Inf.* - é uma:: coisa assim... pelo menos assim:: eu não tenho conhecimento mas... eu acho assim que quando ... quando começou a aparecer casos ... de AIDS foi uma coisa assim que foi... foi acontecendo aos poucos né? e foi um determinado grupo de pessoas *que foi sendo acometido primeiro* ... então assim ... eu acho eu... isso aqui é uma::... suposição minha mesmo eu acho as {sim que (DID-01- PORCUFORT)

²⁶ Ver Langacker (1991, p.55-61) para questões ligadas à diferença entre *type/instance* ou *type/token*.

²⁷ Lembramos que *especificidade/esquematicidade* diz respeito ao grau de detalhamento com que uma situação é descrita. Quanto menos detalhe (quanto mais uma baixa resolução ou um *zoom* mais largo for usado), mais esquemática uma situação é (cf. LANGACKER, 1987, 1991 e capítulo 1 desta tese).

c) **sem Causativo**: evento espontâneo. Não há referente a que se possa atribuir os processos *explodir* e *espalhar*. Ambos ocorreram espontaneamente, por si sós.

(26) Inf. – não ...pelo fato de correr perigo... já houve uma vez em que:: *explodiu a tampa da panela de pressão* foi pelos Ares... e também feijão foi pra todo quanto é parede da casa *espaLHOU-se...* e... e com isso ... {é (DID-09- PORCUFORT)

d) **Causativo inferível**: *motorista*, cuja identidade exata é desconhecida, mas o ouvinte pode inferir um preenchimento lógico, ancorado no verbo *atropelar*. Trata-se de um *type* mais esquemático que *público* do primeiro exemplo. O preenchimento tornaria a frase menos aceitável pela obviedade da informação: *uma mulher foi atropelada por um motorista*. Diferentemente do que ocorreria na frase (24) se *público* fosse mencionado: *o disco foi muito bem aceito pelo público*, que concorreria com outros agentes plausíveis: *crítica*, por exemplo. No caso da frase (27), a menção do agente esquemático seria aceitável se recebesse um atributo que justificaria sua menção e reduziria sua esquematicidade: *uma mulher foi atropelada por um motorista bêbado*.

(27) Inf. 1 - é um:: arTIgo... o cara mosTRANdo... que uma mulher na Avenida Brasil... morreu... *foi atropelada* morreu passaram por cima... ela passou CINco Horas (D2-30- PORCUFORT)

Creemos ter demonstrado, ainda que brevemente, que a consideração do estatuto informacional na análise do fenômeno da não-atribuição da causalidade pode lançar luzes sobre as motivações que regem a omissão do agente e a escolha da codificação adequada aos propósitos comunicativos. Na próxima seção, trataremos especificamente da acessibilidade referencial no que diz respeito à codificação. Em outras palavras, falaremos dos variados meios por que o falante codifica um referente que ele julga mais ou menos acessível ao ouvinte, de modo a conseguir o máximo de “efeito contextual” ao menor custo possível (cf. BALDO, 2004).

4.3. O fluxo da informação e a acessibilidade referencial

O estudo da referência é um campo extremamente complexo, a começar pela própria noção de *referência* e outras correlatas como *referente*, *correferência*, *anáfora*. Evitando adentrar em excessivos pormenores sobre a teoria da referência, pretendemos, nesta seção, apenas abordar alguns dos recursos lingüísticos que refletem o grau de

acessibilidade/identificabilidade do referente de itens lingüísticos, tais como o uso de determinantes definidos ou indefinidos, de pronomes em oposição a nomes, e a ordenação de constituintes, na medida em que esses recursos estejam relacionados à não-atribuição de causalidade. Antes, porém, de tratarmos especificamente desses temas, cabe apresentar, ainda que em linhas gerais, as bases nocionais sobre que assentamos nosso estudo da acessibilidade/identificabilidade referencial.

4.3.1. Universo do Discurso

Para entender a noção de referência, é fundamental distinguir mundo real do *Universo do Discurso*, ou seja, o mundo mental, construído e negociado no discurso e constituído do conjunto de crenças, intenções e saberes do falante e do ouvinte²⁸.

Assim, no processo de construção do texto, a *referência* não é o mapeamento de expressões lingüísticas referenciais a indivíduos existentes no mundo real, como quer a tradição lógico-filosófica, preocupada com o valor de verdade de proposições, medido conforme suas expressões referenciais correspondam ou não a entidades do mundo real²⁹; é o mapeamento de expressões lingüísticas a indivíduos estabelecidos verbalmente no Universo do Discurso.

O processo de referenciação diz respeito, portanto, à construção de *objetos de discurso*, ou *referentes discursivos*, entidades que nascem da atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes. Estes objetos de discurso são, como afirmam Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), modalizáveis através de uma série de informações contidas no saber partilhado entre locutor e alocutário.

É esse saber que condiciona a troca lingüística, como argumenta Lopes (1976), rejeitando a hipótese essencialista ou realista³⁰, que põe o objeto extralingüístico no quadro da significação:

²⁸ Lambrecht (1994, p.36-37) propõe um modelo de Universo do Discurso dividido em duas partes: *o mundo externo ao texto*, constituído dos participantes do discurso e ao contexto do discurso (lugar, tempo e circunstâncias em que um evento de fala ocorre), cujos elementos são considerados garantidos, pois recobertos pelo contexto; e *o mundo interno ao texto*, que compreende as expressões lingüísticas e seus significados. Constitui o mundo das representações criadas nas mentes dos interlocutores, cujos elementos não podem ser tidos como garantidos pelo falante, que necessita estabelecê-los no discurso.

²⁹ Para ilustrar essa concepção de referência, cita-se frequentemente o exemplo de Russel (cf. GIVÓN, 2001, p.439; GIVÓN, 2005, p.127; NEVES, 2006, p.77): *o rei da França é calvo*, cujo valor de verdade depende de todas as três proposições, de que é constituído, serem verdadeiras: *há um rei da França; o rei da França é único; o rei da França é calvo*. Basta uma delas ser falsa para tornar a declaração falsa.

³⁰ Como bem coloca o autor: “a linguagem não é o mundo; ela é, apenas, um saber sobre o mundo, capaz de fazer-se intersubjetivo e de relacionar consciências” (LOPES, 1976, p.248).

uma situação de comunicação lingüística estabelece-se quando dois indivíduos participam do ato de fala e uma informação qualquer — um saber — transita de um para outro. Esse ato de troca envolve não um *objeto* (referente ou *denotatum*) mas um saber (um *designatum*) e a única condição para que a comunicação se realize do modo mais cabal possível consiste na posse, pelo destinatário da mensagem, de um prévio saber (implícito) sobre o saber em transmissão, possuído e realizado, no ato da fala, pelo destinador da mensagem (LOPES, 1976, p.249).

No universo do discurso, constituído de referentes discursivos construídos à luz desse saber partilhado, há lugar para situações verdadeiras no mundo extralingüístico, como na frase (28), para situações verdadeiras apenas nas crenças ou desejos de alguém, ou para situações verdadeiras noutra época, ilustradas, em (29-32).

(28) naquele dia domingo... como ele se irritou né? (D2-39- PORCUFORT)

(29) eu achava que quando que me forMAsse...(DID-106- PORCUFORT)

(30) se você botar... uma uma um:: adolescente ou um menino ou uma menina... PRA::... pra:: trabalhar:: (...)ele ele vai:: ele vai crescer (DID-150- PORCUFORT)

(31) eu queria me especializar na... inforMÁTica (DID-46- PORCUFORT)

(32) não a-... -dianta você tirar a pele... e colocar porque aquela pele vai se perder...(DID-50- PORCUFORT)

As situações ilustradas em (29-32) são problemáticas quanto ao valor de verdade relativo à relação com o mundo real. Fauconnier (1985) lida com essas questões postulando a noção de *espaços mentais*, que se assemelha à de Universo do Discurso:

na medida em que dois de nós construímos configurações de espaço similares dos mesmos dados lingüísticos e pragmáticos, nós podemos “comunicar”; comunicação é um possível corolário desse processo de construção (FAUCCONNIER, 1985, p.2)³¹.

Nessa perspectiva, uma referência bem-sucedida independe da existência ou não das entidades no mundo extralingüístico, o que importa é a *intenção referencial* do falante, que, no jogo interacional, estabelece um Universo do Discurso e nele introduz entidades para referir-se ou não.

Segundo Givón, é essa intenção referencial do falante que parece ser mais relevante à gramática da referência na linguagem humana (GIVÓN, 2001, p.439)³². É ela que permite a formulação de enunciados que fazem referência tanto a entidades do

³¹ To the extent that two of us build up similar space configurations from the same linguistic and pragmatic data, we may “communicate”, communication is a possible corollary of the construction process (FAULCONIER, 1985, p.2).

³² it is this referential intent of the speaker that seems to be more relevant to the grammar of reference in human language (GIVÓN, 2001, p.439).

mundo extralingüístico, como em *vi um cachorro ontem*, quanto a entidades imaginárias que só existem no universo do discurso, como em *vi um unicórnio ontem*. Em ambos os casos, o recurso gramatical é o mesmo: o uso de SN indefinido.

Assim, referenciar é, como diz Neves (2006), criar uma “rede referencial na linguagem”. A autora reforça o papel da intenção do falante na construção dos referentes, quando afirma:

no processo da língua em uso, os participantes de um discurso negociam o universo do discurso de que falam, e, dentro dele, num determinado momento, escolhem referir-se a algum (alguns) indivíduo(s) cuja identidade estabelecem — ou não — segundo queiram — ou não — garantir a sua existência nesse universo. Isso significa que referenciação envolve interação, e, conseqüentemente, intenção (NEVES, 2006, p.75).

Cabe aludir à não-expressão do agente/causa nas construções de não-atribuição de causalidade, que depende, obviamente, não das relações causais de fato existentes e/ou percebidas no chamado mundo real, mas do universo do discurso construído. Embora possa existir um agente ou causa do evento, o falante pode optar por não se referir a ele, seja para deixar de estabelecer sua identidade, às vezes por ser desconhecida, como na frase (33), seja para dar o evento como espontâneo, como nas frases (34-37).

- (33) depois que teve aquele Palmer... aquele primeiro-ministro alguns anos atrás... que *ele se enfor/... foi assassiNado*... mas não se mata gente lá... é mais fácil se matar...(EF-19-PORCUFORT)
- (34) a partir de amanhã *umenta o preço*... então hoje vai ser muita matrícula *acredito que seja muitas matrícula né?* (D2-07- PORCUFORT)
- (35) no Brasil não *se o café aumenta/ aumentar de PREço*... *o pessoal continua no café*...(EF-17- PORCUFORT)
- (36) então à / às vez *uma locomotiva quebra* (DID-42- PORCUFORT)
- (37) enTÃO MUIta coisa de dona Ciça *se acabou exatamente por não ser coZida* e devido à umiDAde... *essas peças se esfarelam... se QUEbram com muita facilidade*...(DID-24-PORCUFORT)

4.3.2. Referencialidade e não-referencialidade

Segundo Givón (2005), uma expressão nominal pode ser usada em dois sentidos: *referencial*, quando é usada pelo falante para identificar um indivíduo no Universo do Discurso, e *não-referencial*, quando não denota nenhum indivíduo particular, conforme ilustrado a seguir.

- (38) não-referencial genérico
- na sociedade hodiERna... na verdade... *TOdos... buscam o suicidio...* (EF-19-PORCUFORT)
- (39) não-referencial individual
- tá entendendo? e *com um vidro... TAL... que você não possa ver dentro...* eu acho que sei lá... tipo () num sei comé que eles chamam não eu vou falar com o cara da esquadria porque por exemplo nesse banheiro aqui... porque meu apartamento é aqui digamo/ {certo (D2-2- PORCUFORT)
- (40) não- referencial atributivo
- barata é *um bicho imPREssionante* (D2-2- PORCUFORT)
- (41) referencial
- perguntei ao Alexandre que é *um engenheiro amigo amigo meu* (D2-2- PORCUFORT)

Essa diferença entre sentido referencial e não-referencial pode ser ou não marcada gramaticalmente. Givón (2005, p.127) cita exemplos em inglês em que não há marcação gramatical entre os dois usos. Assim, as frases (42) do autor não apresentam diferenças explícitas, mas a primeira é referencial e a segunda, não-referencial.

- (42) a. She's looking for *a horse*; it escaped last Friday.
 'Ela está procurando *um cavalo*. *Ele* escapou na última sexta'.
- b. She's looking for *a horse*; it had better be white.
 'Ela está procurando *um cavalo*. Seria melhor que *ele* fosse branco'.

Em (42a) o pronome *it/ele* está ligado ao referente *a horse/um cavalo* num universo do discurso previamente estabelecido, mas a gramática do inglês (e nesse caso também a do português) não distingue entre o cavalo específico que fugiu na sexta e o cavalo branco imaginado, associado à não-facturalidade (asserção *irrealis*). O autor acrescenta:

o falante quer que 'um cavalo' em [42a] seja interpretado como uma entidade *referencial* específica no universo do discurso, mas que 'um cavalo' em [42b] fique como uma imaginária, potencial, *não-referencial*. Em outras línguas (ou em outras variedades do inglês), a *intenção referencial* do falante é explicitamente marcada pela gramática (GIVÓN, 2005, p.128)³³.

A esse respeito, Lambrecht (1996, p.81) cita exemplos do francês, que se vale da oposição indicativo/subjuntivo, enquanto o alemão coloquial expressa a distinção

³³ The speaker intends 'a horse' in [42a] to be interpreted a specific *referring* entity in the universe of discourse, but 'a horse' in [42b] to remain an imaginary, potential, *non-referring* one. In other languages (or in other varieties of English), the speaker's *referential intent* is explicitly marked by grammar (GIVÓN, 2005, p.128).

referencial/não-referencial através da ordem das palavras. Esse estudioso argumenta que a associação entre indicativo e especificidade de um lado e subjuntivo e não-especificidade de outro resulta de diferentes funções semânticas dos dois modos. O indicativo trata a proposição da oração adjetiva como um fato, enquanto o subjuntivo marca a oração como sendo sujeita à dúvida e incerteza:

o uso do subjuntivo na oração adjetiva é motivado pelo fato de não ser possível atribuir com certeza uma propriedade a algo que pode não existir, daí a interpretação necessariamente não-específica do sintagma nominal (LAMBRECHT, 1996, p.81-82)³⁴.

Em português, semelhantemente ao que acontece em francês, a oposição subjuntivo/indicativo na oração adjetiva pode indicar, respectivamente, o sentido não-referencial ou referencial do SN que determina, como nos exemplos abaixo:

- (43) a. Procuro *uma pessoa* que fale latim
b. Procuro *uma pessoa* que fala latim

Em (43a), o falante não se refere a nenhum indivíduo especificamente, sequer sabe se encontrará tal pessoa no dado universo discursivo. Já em (43b), o falante se refere a um indivíduo específico, de cuja existência sabe, apenas não sabe a localização. Ambos SN são indefinidos, a diferença está marcada no modo verbal da oração adjetiva.

Embora possa haver essa distinção em português e francês, há determinadas construções que são ambíguas quanto ao estatuto referencial de sintagmas nominais. Constituem o que Givón (2001) denomina *opacidade referencial*. Quando o estatuto referencial é evidente, dizemos que a expressão nominal é *referencialmente transparente*. Givón (2001, p.441) oferece os seguintes exemplos.

- (44) a. referencialidade transparente
John married *a rich woman* 'John casou com *uma mulher rica*.'
b. referencialmente opaco
John wanted to marry *a rich woman* 'John queria casar com *uma mulher rica*.'
(i)...but *she* refused him. '...mas *ela* o rejeitou.'
(ii)...but he couldn't find any. '...mas ele não pôde encontrar nenhuma'.

Em (44a), o falante está consciente da existência, no universo do discurso, de uma mulher rica com que John se casou. Em (44b), ao contrário, *uma mulher* pode ser

³⁴ The use of the subjunctive in the relative clause is motivated by the fact that it is not possible to assign with certitude a property [...] to something which may not exist, hence the necessarily non-specific interpretation of the indefinite noun phrase (LAMBRECHT, 1996, p.81).

interpretada como *referencial* (44b-i), e como não-referencial (44b-ii)³⁵. Essa opacidade referencial é, em parte, devida à modalidade, sobre que nos ocupamos adiante.

4.3.3. Acessibilidade/identificabilidade do referente

Na literatura (cf. NEVES, 2006, CHAFE, 1994, LAMBRECHT, 1996), identificabilidade e acessibilidade do referente discursivo são descritas como propriedades distintas, mas inter-relacionadas. Para Lambrecht (1996, p.76), *identificabilidade* diz respeito à suposição do falante de que uma representação discursiva de um referente particular esteja ou não estocada na mente do ouvinte; já *acessibilidade* concerne à suposição do falante do estatuto da representação de um referente identificável como já *ativado*, como simplesmente *acessível* ou *inativo* na mente do ouvinte no momento do discurso. Em outras palavras, corresponde ao *custo da ativação*, conforme postula Chafe (1994), que prefere este termo à distinção dado/novo. O custo da ativação depende de julgamentos do falante sobre o que está acontecendo na mente do ouvinte. Conforme Chafe (1994, p.74), estes julgamentos apresentam três possibilidades:

- a) o falante pode continuar uma idéia que já está ativa para o ouvinte e, nesse caso, vai verbalizá-la como informação dada;
- b) o falante pode ativar uma idéia que esteve previamente semi-ativa para o ouvinte e, nesse caso, ele vai verbalizá-la como informação acessível;
- c) o falante pode ativar uma idéia que esteve anteriormente inativa para o ouvinte, o que o levará a verbalizá-la como informação nova.

Um dado referente é considerado *identificável* se o falante julga que o ouvinte é capaz de identificá-lo, ou seja, se ele é capaz de “discriminá-lo dentre todos aqueles que podem ser designados com uma dada expressão lingüística e identificá-lo como aquele que o falante tem em mente” (LAMBRECHT, 1996, p.77)³⁶. Apresenta, segundo Chafe (1994, p.94), três componentes, que Neves (2006, p.88) resume como componentes de identificabilidade:

- a) o julgamento, pelo falante, de que o conhecimento do referente a que se remete já é compartilhado (direta ou indiretamente) com o ouvinte;
- b) a escolha, pelo falante, de uma linguagem com tal rigor de categorização que todos os referentes compartilhados por ele e pelo ouvinte se reduzam ao que está em questão;

³⁵ Ressalte-se que a não-referencialidade é construída no discurso; não se deve a uma condicionalidade existencial, mas ao efeito pretendido. Sua desambigüização se deve a condições discursivo-pragmáticas e não segundo cânones lógicos de condições de verdade.

³⁶ ...pick it out from among all those which can be designated with a particular linguistic expression and identify it as the one which the speaker has in mind (LAMBRECHT, 1996, p.77).

- c) o julgamento, pelo falante, de que esse referente particular é o exemplar mais saliente da categoria, dentro daquele contexto.

Embora distintas, identificabilidade/acessibilidade interagem na construção da teia referencial do texto, de modo a se mesclarem em alguns contextos, e até mesmo a não se diferenciarem em alguns autores, como em Givón (2001, p.459) que usa um termo pelo outro quando fala em *definitude*: “falantes codificam um referente nominal como definido quando julgam que ele é *identificável* ou *acessível* ao ouvinte”³⁷.

Para o autor, há três fontes de acessibilidade referencial ou três modelos mentais de ancoragem anafórica (*anaphoric grounding*): a *situação de fala* ou *memória de trabalho*, baseada na crença de que os referentes são igualmente acessíveis aos interlocutores, presentes na cena; o *universo cultural* ou memória semântica permanente, apoiado no fato de os membros de uma comunidade de fala partilharem o mesmo conhecimento lexical, ligado, por sua vez, aos *frames*; e o *discurso corrente* ou memória episódica de longo termo, relacionado à distância referencial ou anafórica, já referidos.

Os referentes ancorados na situação de fala são, em geral:

- a) interlocutores: expressos por pronomes pessoais, como *eu, tu, nós*;
- b) outros referentes: expressos por demonstrativos, como *aquele lá, este aqui*;
- c) localização: *aqui, lá, logo ali*;
- d) tempo: *agora, então, anos atrás, no futuro, semana passada*.

Por sua vez, os referentes ancorados na memória permanente são aqueles, como diz Neves (2006, p.124), referencialmente reconhecidos por todos os membros de determinada comunidade de fala (que pode ser uma determinada cultura, uma subcultura, uma cidade, uma família). São o que Givón (2001, p.461) chama *globalmente acessíveis* a determinadas comunidades, como:

- a) todos humanos: *sol, lua*;
- b) uma unidade política: *presidente, governador, prefeito*;
- c) uma comunidade: *cemitério, rio, lago, parque*;
- d) uma cultura: *carnaval*;
- e) uma religião: *Deus, deuses*;
- f) uma família: *papai, titia*.

³⁷ Speakers code a nominal referent as definite when they assume that it is identifiable or accessible to the hearer (GIVÓN, 2001, p.459).

O autor acrescenta que a ancoragem na memória permanente freqüentemente se mescla com o acesso baseado no texto. Esse acesso misto é chamado de *referência baseada em frames* e ocorre em exemplos como os transcritos abaixo, adaptados de Givón (2001, p.461), em que os referentes definidos se apóiam em *frames*. Assim, em (47), por exemplo, *garçom* e *cardápio* se ancoram tanto na conexão anafórica com *restaurante* como no *frame* ‘restaurante’ que ativa os subfatores ‘garçom’ e ‘cardápio’. Explicação semelhante pode ser dada aos outros exemplos.

(45) Meu filho faltou à *escola* hoje, ele estava atrasado para o *ônibus*.

(46) Ele nos mostrou sua *casa* maravilhosa, mas a *sala* era muito pequena.

(47) Ela entrou num *restaurante* e pediu ao *garçom* o *cardápio*.

Também ocorre ancoragem com base em *frames* na relação possuidor/possuído ou todo/parte, como exemplificado em (48)³⁸.

(48) a. Ela comprou um peixe e tirou *a cabeça*.

b. *Pedro* conseguiu um trabalho para *seu pai*.

c. A *casa* estava velha. O *telhado* caiu.

A referência ancorada no texto, como já dissemos, está ligada à distância referencial. É com base nela que Givón (2001) divide os principais recursos gramaticais anafóricos em dois tipos:

a) aqueles que sinalizam continuidade referencial máxima: zero, pronomes átonos;

b) aqueles que sinalizam descontinuidade referencial: pronomes tônicos, sintagmas nominais plenos.

Do ponto de vista cognitivo, os recursos de continuidade referencial indicam uma ativação continuada do referente, que está tanto na memória de trabalho como na memória episódica. Os recursos de descontinuidade referencial, por sua vez, sinalizam, se o referente for tópico, o término da ativação do referente e a ativação de um novo referente.

Caso especial é o dos nomes próprios, que Givón (2001) considera ancorados na memória episódica, de modo global, pois, uma vez mencionados no texto, são considerados acessíveis ao longo do texto inteiro. Já Neves (2006) os considera como parte do arquivo permanente. Para entender melhor essa questão e a concepção de ‘texto

³⁸ Exemplos adaptados de Givón (2001, p.462).

corrente' no qual um nome próprio pode ser globalmente importante, tomemos os exemplos de Givón (2001, p.465), adaptados no quadro 4.2.

Quadro 4.2. Exemplos de âncoras de nomes próprios, segundo Givón (2001)

nome próprio	tipo	texto corrente
Dorian Gray	pessoa	um romance
George Washington	pessoa	a história dos USA
João	pessoa	a vida de alguém
Lima, Peru	lugar	a geografia mundial
Segunda Guerra	tempo	a história mundial

Givón (2001) distingue ainda, na acessibilidade referencial episódica, dois tipos: a *não-relacional*, exemplificada no quadro acima; e a *relacional*, que depende da memória permanente. A primeira precisa ser estabelecida primeiramente no texto, e, uma vez estabelecida, é acessível durante todo o texto. A segunda, por outro lado, se torna acessível desde que sua âncora, um outro referente, tenha-se tornado acessível. Assim, em *O pai de Maria nasceu em 1911*, o referente do SN 'o pai de Maria' é duplamente ancorado: *Maria* ancorada no texto e *pai*, no conhecimento culturalmente partilhado. O quadro 4.3. ilustra a acessibilidade relacionalmente ancorada.

Quadro 4.3. Acessibilidade relacional (GIVÓN, 2001)

nome	texto corrente	convenção
Mãe, pai	A vida de alguém	Uma pessoa tem somente um pai e mãe
Lar	A vida de alguém	Uma pessoa tem somente um lar por vez
Terça	Cada semana	Cada semana tem apenas uma terça
Janeiro	Cada ano	Cada ano tem apenas um janeiro
Natal	Cada ano	Cada ano tem somente um Natal

Importa-nos agora discutir a expressão da acessibilidade/identificabilidade na linguagem verbal, ou seja, apresentar os recursos lingüísticos de que dispõem as línguas, em especial, o português, para marcar dado referente como identificável/acessível ao ouvinte.

4.3.4. A definitude

Givón (2001) relaciona *identificabilidade* e *definitude*, afirmando que esta última é profundamente pragmática e diz respeito ao julgamento do falante sobre o atual estado de conhecimento do ouvinte em dado ponto da comunicação. Do mesmo modo procede Langacker (1991, p.307), que considera a definitude um dos fatores de

topicalidade mais subjetivos, “pois não pertence à natureza inerente de um participante, mas à propriedade altamente extrínseca se o falante e ouvinte têm conseguido estabelecer contato mental com ele³⁹”.

De fato, Prince (1992), que estudou a relação entre definitude e estatuto informacional de SNs sujeitos, observou que há uma relação entre estatuto informacional e definitude, de modo que entidades velhas para o ouvinte são tipicamente definidas e entidades novas, tipicamente indefinidas. Todavia, conforme afirma a autora, essa relação não é perfeita por pelo menos três razões. Primeiro, tanto SN definidos como indefinidos podem representar entidades inferíveis, como ocorre, por exemplo, em *comprei um livro e a capa/uma página estava solta*. Segundo, alguns SN definidos representam entidades novas para o ouvinte, como ocorre, por exemplo, em frases existenciais, que não requerem SN indefinidos para apresentarem entidades novas para o ouvinte, a exemplo de *havia a costumeira multidão na praia*. E, por fim, alguns SN indefinidos representam entidades velhas para o ouvinte. São os *genéricos*, que dizem respeito a tipos de entidades conhecidas do ouvinte e, portanto, velhas sob esse ponto de vista, como em *eu adoro doces*.

Na verdade, a *definitude* pode ser vista como o correlato formal da propriedade cognitivo-pragmática da identificabilidade/acessibilidade, mas levando-se em conta que essa correlação é imperfeita. É esse o posicionamento de Lambrecht (1996), que afirma:

não há relação de um-para-um entre identificabilidade e não-identificabilidade de um referente e definitude e indefinitude gramatical de um sintagma nominal designando esse referente. Evidência óbvia dessa falta de correspondência é encontrada no fato de que o uso do artigo definido e indefinido varia largamente de língua para língua, de formas muito idiossincráticas e às vezes bastante sutis, enquanto a habilidade mental de identificar referentes é presumivelmente a mesma para falantes de todas as línguas (LAMBRECHT, 1996, p.79-80)⁴⁰.

A definitude formal diz respeito, portanto, à marcação gramatical de um SN como definido ou indefinido. Neves (2006, p.123-125) observa que, nas línguas em

³⁹ Definiteness is mostly subjective, for it to the highly extrinsic property of whether the speaker and hearer have succeeded in establishing mental contact wit it (LANGACKER, 1991, p.307).

⁴⁰ There is no one-to-one correlation between identifiability or non-identifiability of a referent and grammatical definiteness or indefiniteness of the noun phrase designating that referent. Obvious evidence for this lack of correspondence is found in the fact that the use of the definite and the indefinite article varies widely from language to language, in idiosyncratic and sometimes quite subtle ways, while the mental ability to identify referents is presumably the same for speakers of all languages (LAMBRECHT, 1996, p.79-80).

geral, há uma variedade maior de codificação de entidades definidas que de codificação de entidades indefinidas. Entre as formas de codificar as primeiras, há o uso de um *sintagma nominal*, em que o ouvinte é direcionado para identificar o referente definido dentro do arquivo permanente; de um *pronome pessoal dêitico*; de um *dêitico espacial*, e de *nomes próprios*.

Já a referência indefinida específica de nomes contáveis, em português, se dá, segundo Neves (2006, p.127), por meio do artigo indefinido *um/uma, uns/umas*; do pronome indefinido *algum/alguns* e do \emptyset no plural.

Em síntese, a codificação da definitude pode se dar, como observa Prince (1992), do seguinte modo:

- a) marcação de SN definidos: artigo definido, artigos demonstrativos, possessivos, pronomes pessoais, nomes próprios, certos quantificadores (*todo, cada*);
- b) marcação de SN indefinidos: artigo indefinido (*um, zero*) e outros quantificadores, inclusive os numerais (*um, seis, algum, nenhum*).

Em termos escalares, as duas marcações se apresentam como se segue (cf. GIVÓN, 2005⁴¹):

1ª pessoa > 2ª pessoa > 3ª pessoa > nome próprio > comum definido > comum indefinido > pr. indefinido.
--

Essa escala se baseia no grau de acessibilidade/identificabilidade de um referente, que é maior conforme a concepção de um exemplar da categoria seja mais estreita ou mais larga. Assim, um nome próprio tem um grau mais alto de definitude que um nome comum, porque, como diz Langacker (1991, p.308), a categoria tem apenas um membro e, desta forma, a concepção de um exemplar particular (um *token*) é mais estreitamente focalizada do que nos casos em que tem de ser localizado dentro de uma referência global compreendendo uma série aberta de exemplares.

Para isso, contribui também a fonte de acessibilidade do referente, que, como vimos na subseção anterior, pode ser a situação de fala, a memória ou conhecimento lexical e o texto. Os dois primeiros membros da escala, por exemplo, são plenamente acessíveis porque são localizados no contexto de fala. Trata-se da acessibilidade *dêitica*, nos termos de Givón (2001, p.460). O uso de um pronome de 3ª pessoa pressupõe como fonte ou a situação de fala ou o texto. Em suma, os membros que se situam à esquerda

⁴¹ Substituímos nesta escala as referências ao falante e ao ouvinte, presentes na escala original, por dêiticos de 1ª e 2ª pessoa, respectivamente, por tratar-se, como observou Camacho (comunicação pessoal) de codificação morfossintática.

da escala fazem parte do chamado *espaço discursivo corrente*: “aqueles elementos e relações construídos como sendo partilhados por falante e ouvinte como a base para a comunicação num dado momento no fluxo do discurso”⁴² (LANGACKER, 1991, p.97).

A diferença de grau entre um nome comum indefinido e um pronome indefinido resulta do nível de esquematicidade deste último. Um nome comum indefinido permite uma leitura específica, como em *vi um gato no telhado*, que indica um referente existente, conhecido do falante, embora não do ouvinte. Já o pronome indefinido no mesmo contexto, *vi algo no telhado* é mais esquemático. Pressupõe a existência de uma entidade, mas não-identificável nem para o falante nem para o ouvinte.

Em outras palavras, o grau de definitude reflete a unicidade do referente, de modo que quanto mais for possível para o ouvinte ter contato mental com um exemplar da categoria determinado unicamente, mais definido será o nome que o representa (cf. LANGACKER, 1991, p.104). Por esse critério da unicidade, pode-se falar, como faz Neves (2006), em dois tipos referenciais: *o genérico* e *o individual*. O primeiro constitui uma referência ao gênero ou classe; o segundo, uma referência a indivíduos, incluídos num determinado gênero. Ou seja: um se refere ao *type*; o outro, ao *token*. O tipo individual pode ser *determinado*, ou seja, identificável para o ouvinte; ou *indeterminado*, quando não é identificável para o ouvinte. Pode ainda ser hipotético ou não-hipotético, conforme seja ou não relativo a indivíduos existentes⁴³.

Para Lambrecht (1996, p.82), o *genérico* precisa ser *identificável*, pois o ouvinte deve ser capaz de identificar a classe semântica designada pelo sintagma nominal⁴⁴. O autor distingue *genérico* de *não-específico* ou *não-referencial*, ambos passíveis de codificação indefinida. Assim, numa frase como *estou procurando um*

⁴² Those elements and relations construed as being shared by the speaker and hearer as the basis for communication at a given moment in the flow of discourse (LANGACKER, 1991, p.97).

⁴³ Note-se que essa classificação *determinado x indeterminado* proposta por Neves (2006, p.85), com base em Fant (1984), difere da já mencionada distinção *referencial/específico x não-referencial/não-específico*: um SN indefinido específico ou referencial é aquele cujo referente é identificável para o falante, mas não para o ouvinte; enquanto SN indefinido não-específico ou não-referencial é aquele cujo referente nem o falante nem o ouvinte podem identificar no momento do enunciado (cf. LAMBRECHT, 1996, p.81). Isso significa que um referente específico pode ser codificado por SN definido ou indefinido. Já os referentes determinados são codificados por SN definidos. A distinção determinado/não-determinado leva em conta a identificabilidade do ponto de vista do ouvinte. A distinção específico/não-específico leva em conta a pressuposição de existência e a identificabilidade do ponto de vista dos interlocutores, relaciona-se mais à distinção *hipotético x não-hipotético*.

⁴⁴ Como vimos, Prince (1992) também assim considera os genéricos, pois se um falante pensa que seu ouvinte conhece o significado de algum nome, e esse nome denota uma entidade-tipo, então o falante assume que o ouvinte já sabe que há uma classe de tais entidades-tipos.

livro. O SN *um livro* pode ter leitura específica ou não-específica, conforme o falante esteja procurando por um livro particular ou por qualquer livro. A diferença é marcada na referência anafórica. No caso da leitura específica, a anáfora deve ser definida: *encontrei-o no sebo*. Com a leitura não-específica, uma anáfora indefinida se impõe: *encontrei um no sebo*. Com referentes genéricos, a anáfora pode ser definida (49b) ou indefinida (49c) sem uma clara diferença na interpretação:

- (49) a. *A book is a useful thing to have in a doctor's waiting room.*
Um livro é uma coisa útil de se ter numa sala de espera de médico.
- b. *A book is also something easy to carry around.*
Um livro é também algo fácil de se levar.
- c. *It is also something easy to carry around.*
Ele é também algo fácil de se levar.

Sobre essa questão, Langacker (1991, p.107) observa que a referência anafórica, ilustrada em (49c), é possível desde que o discurso subsequente esteja ainda se referindo ao espaço mental especial (cf. FAUCONIER, 1985), que ele chama de R', espaço que representa um fragmento da concepção do falante de como o mundo é estruturado; não corresponde a nenhum evento particular que envolve participantes específicos e se desenrola no tempo, mas "uma relação canônica (e talvez necessária) inerente à construção do mundo como é presentemente constituído" (LANGACKER, 1991, p.106)⁴⁵.

A referência pronominal não é possível com um referente genérico quando esta referência implica sua localização no espaço mental R, a realidade presente. Assim, (50a), por localizar o referente genérico no espaço R, não é aceitável. Já (50b) e (50c)⁴⁶ são aceitáveis por continuarem se referindo ao espaço R'.

- (50) a. *Um livro é muito útil. Eu precisava encontrá-lo logo.
- b. Um livro é muito útil. Eu precisava encontrar um logo.
- c. Um livro é muito útil. (Ele) pode ser carregado facilmente a todo lugar.

Do exposto, podemos concluir com Lambrecht (1996, p.84) que observa:

a distinção teórica entre definitude gramatical e identificabilidade cognitiva tem a vantagem de nos permitir distinguir entre uma categoria discreta (gramatical) e uma categoria não-discreta (cognitiva). Enquanto o contraste definido/indefinido é, em princípio,

⁴⁵ a canonical (and perhaps necessary) relationship inherent in the fabric of the world as it is presently constituted (LANGACKER, 1991, p.106).

⁴⁶ Em (50c), optamos por colocar a referência pronominal entre parênteses por julgar que, nesse contexto, seja mais comum a expressão do sujeito por zero.

uma questão de sim ou não, identificabilidade é, em princípio, matéria de grau (LAMBRECHT, 1996, p.84)⁴⁷.

Todavia, conforme o autor mesmo observa, há marcações formais entre definitude e indefinitude que parecem mostrar a necessidade psicológica de expressar graus intermediários de identificabilidade. Uma dessas marcações é o sistema de três possibilidades, presente em português e outras línguas: *artigo definido, indefinido e zero*.

Givón (2001, 468) apresenta uma escala de definitude em inglês, que reproduzimos em (51), adaptada ao português.

- (51) a. O homem que matou Smith era louco.
(i) Eu sei quem *aquele homem* era, e *ele* estava louco.
(ii) *Alguém* matou Smith, não tenho idéia de quem foi, mas *quem quer que tenha sido*, *ele* estava louco.
b. O homem que matou Smith era um carpinteiro louco.
c. O homem que matou Smith era um carpinteiro louco que passou anos na prisão antes de fugir.
d. O homem que matou Smith era um grande amigo meu.
e. O homem que matou Smith foi meu grande amigo Archie.

O conteúdo pressuposto em todas as frases é que ‘alguém matou Smith’. O sentido referencial em (i) aumenta à medida que a descrição fica mais detalhada e rica, de (51b-e) e o sentido não-específico de (ii) diminui.

Antes de passarmos a outro tópico, cabe falar da relação entre os meios gramaticais e as operações mentais na constituição da referência, segundo propõe Givón (1995, 2001, 2005). Segundo o autor, na construção da coerência referencial, o falante dá “instruções” ao ouvinte sobre como fazer uso da memória de atenção ou da memória episódica. As principais instruções são as seguintes:

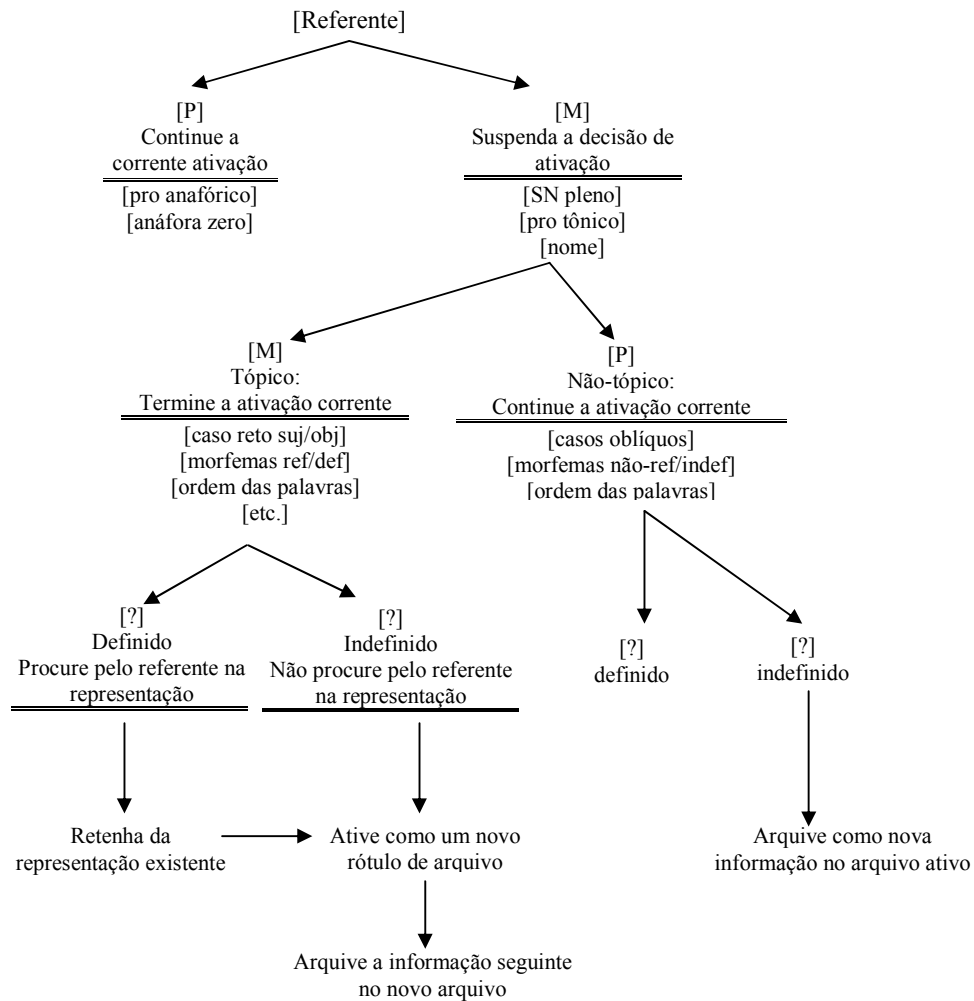
- a. continuar a ativação do referente tópico ativo no momento.
- b. suspender a ativação do referente tópico ativo no momento.
- c. ativar um referente tópico inativo no momento, seja ativando um novo referente (indefinido) ou reativando um referente existente (definido)

Estas instruções se associam a determinados meios gramaticais, que Givón (2005, p.144) resume numa rede ordenada como uma série de escolhas binárias,

⁴⁷ The theoretical distinction between grammatical definiteness and cognitive identifiability has the advantage of enabling us to distinguish between a discrete (grammatical) and a non-discrete (cognitive) category. While the definite/indefinite contrast is in principle a matter of yes or no, identifiability is in principle a matter of degree (LAMBRECHT, 1996, p.84)

reproduzida a seguir, em que P significa a opção ‘não-marcada, padrão’, a mais freqüente na comunicação natural e a menos custosa do ponto de vista cognitivo; e M, a escolha ‘marcada’, a menos freqüente e mais custosa cognitivamente.

Figura 4.2: principais operações mentais na coerência referencial, segundo Givón (2005)



A figura apresenta alguns meios de manifestação da topicalidade, entre eles, a ordem das palavras. Cabe, agora tratarmos desse tema em maiores detalhes.

4.4. A codificação do sujeito e o fluxo da informação

Nesta seção, falaremos das variadas formas de manifestação do SN sujeito, relacionando-as ao fluxo da informação. Trataremos, em última análise, das várias

operações de construto (*construal operation*)⁴⁸ subjacentes à escolha de uma dada entidade como sujeito oracional, as quais Langacker (1987) agrupou sob o nome *ajustes focais*, empregando uma metáfora visual para designar a habilidade do falante de construir a mesma situação básica de diferentes modos, o que vai ao encontro do propósito de investigar o fenômeno da não-atribuição de causalidade. Conforme já argumentamos em capítulos anteriores, admitimos que, diante de uma mesma situação — uma entidade sob mudança — o falante pode escolher uma diferente codificação de não-atribuição de causalidade e esta não será ‘uma forma diferente de dizer a mesma coisa’, mas uma forma diferente de dizer coisas diferentes, como afirma Dik (1997, p.124).

Os ajustes focais apresentam três aspectos, todos de um modo ou de outro relacionados à seleção do sujeito e às construções estudadas neste trabalho. A *seleção* ou *focalização* determina com que facetas da cena se vai lidar; a *perspectiva* diz respeito à posição de que a cena é vista e, conseqüentemente, à *proeminência* dos participantes; e a *abstração* ou *especificidade* tem a ver com o nível de especificidade com que a situação é retratada. Nas palavras de Langacker (2000):

o que nós realmente vemos depende (i) de para o que escolhemos olhar; (ii) de onde o vemos; (iii) de quão cuidadosamente o examinamos; (iv) a que elementos prestamos atenção. Os rótulos correspondentes que eu usarei, para amplas classes de fenômenos de construto são (i) focalização, (ii) perspectiva, (iii) especificidade, e (iv) proeminência (LANGACKER, 2000, p. 3)⁴⁹.

A seleção constitui nossa habilidade de considerar partes da experiência que são relevantes ao propósito em questão e ignorar aspectos que são irrelevantes. Inclui-se, nessa operação, a distinção entre *base* e *perfil (profile)*⁵⁰, cruciais na Gramática Cognitiva de Langacker (1987, 1991). A *base* ou *escopo da predicação* é o contexto necessário para a caracterização do *perfil*. Este, por sua vez, representa a entidade designada pela predicação, seu ponto focal.

Numa relação predicativa, o sujeito corresponde à entidade perfilada, mas sua escolha independe de propriedades objetivas, como afirma Langacker (1991, p.331):

⁴⁸ Cf. Croft & Cruse (2004, p.40-73) e capítulo 1 dessa tese.

⁴⁹ What we actually see depends on (i) what we choose to look at; (ii) where-we view it from; (iii) how carefully we examine it; and (iv) which elements we pay attention to. The corresponding labels I will use, for broad classes of construal phenomena are (i) focusing (ii) perspective, (iii) specificity, and (iv) prominence (LANGACKER, 2000, p.3).

⁵⁰ Estamos adotando a tradução que Vesterinen (2006) usa para o termo inglês *profile*, por falta de outro termo melhor que reflita em português a idéia de algo realçado, destacado de uma base.

não há nenhuma base segura para predições ou mesmo para fortes expectativas concernentes a esta organização [Figura/Fundo] até que vários aspectos do construto tenham sido decidido, principalmente a seleção do perfil (LANGACKER, 1991, p.331)⁵¹.

Vários fatores podem influenciar a seleção de determinada entidade como sujeito. Langacker (1991) apresenta quatro fatores: *papel semântico da entidade*, *hierarquia de empatia*, *definitude* e *organização Figura/Fundo*. Todos esses fatores indiciam a saliência cognitiva de um dado referente escolhido para ocupar o papel de sujeito, que tem a máxima topicalidade e um alto grau de proeminência.

Dos quatro fatores acima, o considerado mais objetivo é o papel semântico de uma entidade. Prototipicamente, o sujeito é um agente e, portanto, o ponto de partida com respeito ao fluxo de energia ao longo de uma cadeia de ação. Assim, segundo Langacker (1991), se a relação inclui um participante cujo papel é claramente agentivo, sua escolha como sujeito representa a opção padrão. A escolha de qualquer outro participante, como na passiva, requer motivação especial. Na verdade, a escolha de um participante não-agentivo como sujeito depende crucialmente da relação perfilada. Numa frase como *o menino apanhou da madrasta*, o sujeito é o paciente, muito embora haja na relação outro participante claramente agentivo. Isso ocorre porque o perfil oracional é limitado ao que ocorre ao *menino* e a ação da *madrasta* forma a *base*.

Outro fator que influencia a seleção do sujeito é a *empatia*, ou seja, o potencial de uma entidade atrair nossa empatia na base da semelhança e da afinidade. Croft & Cruse (2004, p.61) apresentam exemplos, com base em Kuno e Kaburaki (1977, *apud* CROFT & CRUSE, 2004), que pode ter influência na construção de voz escolhida. Assim, a frase passiva *Pedro foi espancado por João* implica empatia do falante com o referente sujeito, *Pedro*; enquanto a ativa *João espancou Pedro* mostra empatia por *João*.

Langacker (1991, p.306-307) chama *hierarquia de empatia* a escala que mostra a probabilidade de uma entidade atrair a empatia do falante. Como o mais alto grau de empatia é consigo mesmo, o ponto de partida é o falante. Logo depois, situa-se o ouvinte, por sua co-participação no evento de fala. Em seguida, está uma outra pessoa

⁵¹ There is no secure basis for predictions or even strong expectations concerning that alignment until various aspects of construal have been decided, most importantly the selection of a profile (LANGACKER, 1991, p.331).

além do falante e do ouvinte, depois um animal e assim por diante. A escala proposta por Langacker é, portanto:

falante > ouvinte > humano > animal > objeto físico > entidade abstrata

A influência da empatia na estrutura gramatical pode ser demonstrada em exemplos como (52) e (53), adaptados de Langacker (1991, p.307), em que vemos a pouca naturalidade de (53b) que codifica como sujeito um participante mais baixo na hierarquia de empatia e menos agentivo.

- (52) a. o cachorro me seguiu
b. eu fui seguida pelo cachorro
- (53) a. eu segui o cachorro
b. ??o cachorro foi seguido por mim

Ainda segundo Langacker (1991), a definitude é outro fator ligado à saliência cognitiva do sujeito. Não é uma propriedade objetiva do participante, mas depende de este ser ou não identificável. A escala proposta, similar à apresentada por Givón (2001), mostra a tendência de ser o sujeito definido:

definido > indefinido específico > indefinido não-específico

Esse fator está diretamente relacionado à acessibilidade do referente. De fato, na visão cognitiva, a definitude é reflexo da proeminência do objeto:

um componente bem determinado é mais provável de ser eleito como o trajetor numa relação predicativa do que um componente que careça desta determinação. Ou dito de outro modo, a tendência para eleger uma entidade compacta como o trajetor numa cena perceptiva tem a sua contrapartida na expressão linguística (VESTERINEN, 2006, p. 39).

Especificamente no que diz respeito à seleção do sujeito e sua relação com o fluxo informacional, vale mencionar o trabalho de Prince (1992). A autora confirmou empiricamente a afirmação de que sujeitos tendem a ser definidos e a representar informação velha tanto do ponto de vista do ouvinte como do ponto de vista do discurso. Todavia, de acordo com os testes estatísticos, a definitude apresentou baixa significância uma vez que se mostrou um simples reflexo da tendência de o sujeito representar informação velha do ponto de vista do discurso. Esses achados reforçam como propriedade mais relevante para um SN ser sujeito o estatuto informacional evocado.

Por fim, no que concerne à organização *Figura e Fundo*, podemos asseverar que ela estabelece uma ordenação parcial entre os participantes oracionais, baseada no tipo de proeminência. Langacker (1987, 1991) chama de *trajetor* o participante que apresenta maior grau de proeminência inerente e de *marco* (*landmark*) o outro participante, ambos considerados, respectivamente, instanciações lingüísticas da organização *Figura/Fundo*.

A tendência de uma entidade ser escolhida como *trajetor* numa cena depende de esta ser percebida como bem delimitada, móvel, sólida, ou seja, depende de a entidade ter maior saliência cognitiva. Em suma, como afirma Vesterinen (2006):

uma entidade em movimento, que se desloca em relação às demais entidades, representa o *trajetor* em casos perceptivos prototípicos, enquanto uma entidade imóvel tende a desempenhar a função de *marco* para este participante (VESTERINEN, 2006, p. 39).

O importante a destacar é que uma relação predicativa *trajetor/marco* é necessariamente assimétrica e isso independe da natureza dos participantes envolvidos na relação. Assim, mesmo numa predicação que designa uma relação semanticamente simétrica como *João se assemelha a Pedro*, há a assimetria *trajetor/marco*: *João* é o *trajetor* e *Pedro* o *marco*. *João* figura como a entidade que está sendo avaliada e *Pedro*, como o ponto de referência com respeito a que *João* é avaliado ou situado (cf. LANGACKER, 1987, 231).

Embora a distinção *trajetor/marco* seja bem mais ampla que a distinção *sujeito/objeto*, a segunda reflete a primeira. Isso se evidencia pelo menos em duas tendências comuns nas línguas em geral: a de a escolha do sujeito corresponder à entidade mais saliente cognitivamente e a de apresentar propriedades sintáticas especiais.

Ilustra a primeira tendência o fato de verbos que têm uma base clara para a organização *Figura/Fundo* apresentarem maior rigidez na escolha do sujeito que verbos que não fornecem base para uma distinção *Figura/Fundo* intrínseca. Assim, verbos de movimento apresentam poucas opções de escolha do sujeito: a entidade que se move, enquanto verbos psicológicos (atitude emocional, mental ou perceptual) são mais flexíveis na escolha do sujeito, que pode recair tanto na entidade fonte como na entidade

alvo⁵². Isso se refletiria na frequência de pares lexicais como *gostar/agradar*, *ver/mostrar* comuns entre as línguas, em oposição à raridade de oposições lexicais com verbos de atividade física, como *correr*, *andar*, *mover-se* (cf. LANGACKER, 1987, 234).

A segunda tendência diz respeito ao fato de o sujeito ser o nome mais provável de ser o centro de certos fenômenos gramaticais, como a concordância verbal e a relativização. O sujeito oracional apresenta, portanto, em oposição ao objeto, uma saliência inerente, embora a este respeito afirme Langacker (1987):

como a saliência é uma questão de grau, e uma vez que outros fatores além da organização Figura/Fundo interferem, uma certa quantidade de variação lingüística específica é esperada; as propriedades gramaticais em questão devem ser associadas com sujeitos somente *preferencialmente* ao invés de *exclusivamente* (LANGACKER, 1987, p.235)⁵³.

Em suma, como observa Langacker (1991), embora a seleção de uma entidade como *Figura* dentro de uma cena possa ser motivada por propriedades objetivas, tais como a solidez, o estar em movimento, o contrastar com o ambiente, na análise final, a organização Figura/Fundo não é inerente à situação em si mesma, mas é matéria de construto.

Há, na verdade, como diz Langacker (1991, p.294), interdependência entre construto e codificação, de modo que a forma como uma dada situação é construída determina se uma estrutura lingüística particular é ou não apropriada para codificá-la. Por outro lado, uma estrutura lingüística corporifica imagens convencionais e impõe um construto à situação que codifica. No que diz respeito à codificação do sujeito oracional, por exemplo, quanto mais semelhante ao protótipo de agente um participante for concebido, mais provavelmente ele será codificado como sujeito, porque o papel de agente constitui o valor prototípico. O contrário também se põe: ao codificar um participante como sujeito, o falante retrata seu papel como se aproximando do de um agente. Isso se coaduna com a interpretação de Van Oosten (1977) de frases chamadas

⁵² Givón (1993) considera verbos de atividade mental extensões metafóricas de verbos de movimento que pode se dar em duas direções: do sujeito 'sensor' para o objeto 'sentido' e vice-versa (cf. capítulo 2 desta tese).

⁵³ Because salience is a matter of degree, and since factors other than figure/ground alignment enter into it, a certain amount of language-specific variation is to be expected; the grammatical properties in question should be associated with subjects only *preferentially* instead *exclusively* (LANGACKER, 1987, p.235).

médias facilitativas, do tipo *esse carro se dirige facilmente*, em que o sujeito seria responsável pelo evento⁵⁴.

É essa flexibilidade com respeito tanto à codificação como ao construto que dá a aparência de arbitrariedade à gramática, pois nem todas as frases descrevem ações canônicas em que sujeito e objeto se conformam aos papéis arquetípicos de agente e paciente. Com efeito, como afirma Langacker:

conceitualmente, há formas incontáveis de construir um dado evento, e uma concepção particular de evento pode desviar do cânon de algum modo ou em algum grau. Linguisticamente, uma variedade de dispositivos gramaticais, cada qual com múltiplos valores agrupados ao redor de um protótipo, estão comumente disponíveis como meios alternativos de codificar uma dada concepção. *As propriedades de um evento objetivo são conseqüentemente insuficientes para predizer a estrutura gramatical de uma oração que o descreve.* (LANGACKER, 1991, p.294)⁵⁵ [grifo nosso]

Um exemplo de não coincidência entre as propriedades objetivas de uma entidade e a escolha do trajetor é a construção passiva, que contraria a organização Figura/Fundo esperada, uma vez que o trajetor é o participante passivo, e o marco, o participante ativo. No entanto, essa falta de coincidência, ao invés de invalidar o padrão Figura/Fundo na oração, o reforça:

uma vez que uma função primária da construção passiva é permitir a escolha marcada do sujeito (por motivos discursivos), podemos esperar que esta construção esteja mais profundamente relacionada a verbos de ação prototípica em que a organização Figura/Fundo tenha o mais efeito mais forte de ditar uma seleção particular (LANGACKER, 1987, p.234)⁵⁶.

A construção passiva é, assim, uma conseqüência da pouca flexibilidade na escolha do sujeito: se a escolha do sujeito é menos flexível por razões perceptuais, como no caso de verbos de ação, justifica-se, diante de motivações discursivas, o uso de uma construção marcada, como a passiva, que admite como sujeito um participante não-ativo. Em outras palavras, como afirma Vesterinen (2006):

⁵⁴ Cf. capítulo 2, seção 2.4.

⁵⁵ Conceptually, there are countless ways of construing a given event, and a particular event conception might deviate from the canon in any manner or to any degree. Linguistically, a variety of grammatical devices, each with multiples values clustered around a prototype, are usually available as alternate means of coding a given conception. An event's objective properties are consequently insufficient to predict the grammatical structure of a clause describing it (LANGACKER, 1991, p.294).

⁵⁶ Since a primary function of the passive construction is to permit a marked choice of subject (for discourse purposes), we can expect this construction to be more deeply entrenched with prototypical action verbs where natural figure/ground alignment has the strongest effect in dictating a particular selection (LANGACKER, 1987, p.234).

há uma forte tendência cognitiva de apresentarmos um evento começando pelo elemento mais saliente do mesmo. Em casos prototípicos, tal elemento coincide com o participante que introduz energia num evento, mas em casos marcados, por exemplo na passiva perifrástica, factores como topicalidade ou organização temática podem influir sobre a nossa escolha de um certo elemento inicial (VESTERINEN, 2006, p.54).

Dik (1997, p.250), que trata a atribuição da função sujeito dentro do que chama *perspectivação de estado de coisas*, aponta algumas possibilidades que justificariam a inversão da perspectiva básica⁵⁷ e poderiam levar à construção passiva. Algumas das razões apontadas pelo autor já foram tratadas aqui, como a *empatia*: o falante sente empatia ou se identifica mais com a entidade representada pelo segundo argumento que com a entidade representado pelo primeiro. Outra razão, também já aludida, diz respeito ao estatuto informacional do segundo argumento: se o segundo argumento constituir um *tópico dado* e for *definido* e o primeiro, por sua vez, for um *tópico novo* e comumente *indefinido*, haverá preferência pela passiva.

A inversão da perspectiva básica também pode ocorrer por a entidade representada pelo primeiro argumento não ser suficientemente conhecida, identificável ou irrelevante, ou pela intenção do falante de deixá-la sem identificação. Dik (1997, p.252) comenta que muitas línguas não admitem uma construção ativa com um primeiro argumento inespecificado e então a passiva seria uma alternativa. O inglês, por exemplo, exige um nível mínimo de especificação: *some creature bit the man*, mas não a total inespecificação, como **bit the man*. Já o português permite esta construção: *bateram no homem*, muito embora algumas pesquisas sobre o português brasileiro atual tenham observado a tendência ao preenchimento da função sujeito nesses contextos de impessoalidade (cf. PEZATTI & CAMACHO, 1997).

Em suma, a atribuição da função sujeito a uma dada entidade participante do estado de coisas descrito depende de vários fatores semântico-pragmáticos. Vesterinen (2006), a propósito da organização Figura/Fundo, apresenta fatores semântico-pragmáticos e morfológicos que podem contribuir para a seleção da *Figura*, a qual, conforme vimos, embora não se confunda com a função sujeito, está estreitamente relacionada a ela. Reproduzimos abaixo a figura apresentada por Vesterinen (2006,

⁵⁷ De acordo com Dik (1997, p.250), cada esquema predicativo especifica uma *perspectiva básica* do estado de coisas que a predicação designa. Esta perspectiva vai do primeiro argumento A¹ a A² e a A³, se estiver presente: X → Y → (Z)

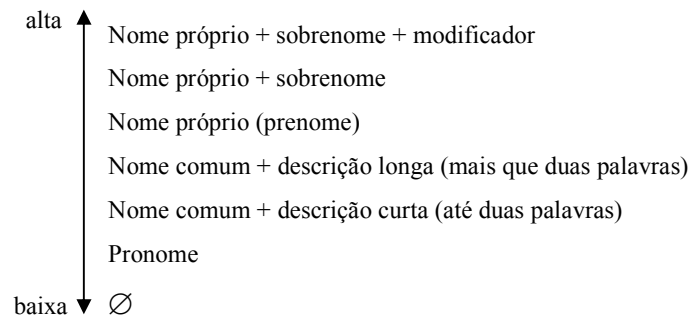
p.61), baseado, por sua vez, em Wallace (1982), que resume as propriedades semântico-pragmáticas relativas à seleção da Figura.

Figura 4.3: A saliência de diferentes categorias linguísticas (cf. Wallace, 1982, p. 205).

[+ saliência cognitiva]: humano, animado, próprio, singular, concreto, definido, referencial, contável, não 3ª pessoa.
 [- saliência cognitiva]: [- humano], [- animado], comum, não singular, abstracto, indefinido, [- referencial], [- contável], 3ª pessoa.

A figura 4.3 congrega os fatores definitude, acessibilidade e empatia, relativos a um grau maior ou menor de saliência cognitiva: *humano/não-humano*, *animado/não-animado* etc, mas a saliência cognitiva de um participante pode resultar também de maior carga morfológica (cf. VESTERINEN, 2006, p. 62-63), o que leva Vesterinen a propor uma escala de proeminência com base na informação morfológica. A preocupação do autor era com as proposições adverbiais, e, portanto, construiu sua escala levando em conta não só a informação morfológica do trajector, mas também do verbo que podia ser ou não flexionado, ser ou não infinitivo. Cremos, no entanto, que podemos adaptar sua escala restringindo-a ao SN. Eis a escala de proeminência morfológica que propomos com base no autor⁵⁸:

(54) **Escala de proeminência morfológica**



A proeminência, nesse contexto, depende do esforço de articulação requerido pela expressão lingüística e a quantidade de informação que ela veicula. Como afirma Vesterinen (2006):

...uma expressão que requer um maior grau de esforço ao ser emitida vai ganhar mais proeminência do que uma expressão que requer um menor grau de esforço. Deste modo, importa frisar que há uma forte ligação entre expressão lingüística e grau de proeminência, de modo que uma expressão de cunho mais detalhado, que contém mais informação sobre os participantes num determinado evento, contribui

⁵⁸ Exemplificamos com dados do *corpus* esta escala, no capítulo 5.

para fazer esta expressão mais proeminente (VESTERINEN, 2006, p. 47-48).

O grau de proeminência de um dado SN reflete um dos princípios de iconicidade, o da quantidade, segundo o qual quanto mais substância, mais importante é a informação, e quanto menos substancial for, mais previsível também será. A escala poderia, então, ser invertida se o objetivo fosse mostrar o grau de acessibilidade referencial, excetuavam-se, no caso, os nomes próprios que se presume serem mais acessíveis que os comuns, mas apresentam mais informação.

No caso da atribuição da função sujeito, a escolha de um SN mais ou menos proeminente morfológicamente depende de fatores estruturais ou pragmáticos. A esse respeito, vale citar o trabalho de Pezatti (1996), que analisou, no português oral culto de São Paulo (NURC), a Estrutura Argumental Preferida (EAP)⁵⁹, conforme o tipo de verbo: V1cop (verbo copulativos), V2 (verbo de dois argumentos), V3 (verbo de três argumentos), V1~e (verbos intransitivos não existenciais – de estado, ação e processo) e V1e (verbos existenciais). A fim de determinar a EAP, no português oral culto brasileiro, a autora observou a forma de manifestação e a posição de cada papel sintático. Vamos nos restringir ao papel sujeito, nosso foco de interesse. A tabela 4.1 apresenta os resultados da autora quanto à forma de manifestação do sujeito de cada tipo de verbo.

Tabela 4.1: Manifestação do sujeito, segundo dados de Pezatti (1996)

sujeito	V1cop		V1~e		V1e		V2		V3		total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
∅	50	34,5	16	28,6	3	5,1	117	39,5	11	78,6	197	34,6
Pronome	28	19,3	22	39,3	11	19	117	39,5	1	7,1	179	31,5
Nome	67	46,2	18	32,1	44	75,9	62	21	2	14,3	193	33,9
Total	145	100	56	100	58	100	296	100	14	100	569	100

Se observarmos o total de sujeitos, independentemente do tipo de verbo, parece não haver predominância de uma das formas de manifestação, exceto se fizermos, como Pezatti (1996) e agruparmos a manifestação zero com a pronominal, resultando numa variável binária. Nesse caso, teremos predominância de sujeitos não-lexicais: 66,1% , o que é compatível com o caráter do sujeito como freqüentemente tópico e dado.

⁵⁹ A expressão *Estrutura Argumental Preferida* foi proposta por Du Bois (1987) e corresponde aos padrões lingüísticos mais usados numa determinada língua. Apresenta duas dimensões: a gramatical, relacionada à existência de SN plenos na frase; e a pragmática, relacionada ao estatuto informacional dos argumentos (cf. PEZATTI, 1996).

Observando-se, porém, conforme o tipo de verbo, há diferenças consideráveis. Notamos a predominância de forma de manifestação do sujeito conforme o tipo de verbo, levando em conta as três expressões possíveis. A diferença mais marcante, em relação ao resultado global, ocorre com os verbos existenciais, em que, mesmo agrupando-se as categorias pronomes e zero, predomina a expressão por nome: 75,9% de sujeitos lexicais contra 24,1% de não-lexicais.

Podemos concluir afirmando que, com a maioria dos verbos, o sujeito se manifesta em português⁶⁰ de forma não-lexical, o que pode indicar seu alto grau de acessibilidade. Com verbos existenciais, a tendência é o sujeito ser lexical, o que pode se dever ao fato, já aludido, de sua baixa acessibilidade, por codificar informação nova para o ouvinte.

É isso, de certa forma, o que mostram as matrizes de traços que caracterizariam o sujeito de cada tipo de verbo, apresentadas por Pezatti (1996, p.289).

Sujeito de v. transitivo: [P, +def, +hum, +ani, dado, Pré]⁶¹

Sujeito de v.intransitivo anteposto ao verbo (não-existenciais): [P, +def, +hum, +ani, dado]

Sujeito de v.intransitivo posposto ao verbo (existenciais): [N, -def, -hum, -ani, novo]

Sujeito de v. copulativo: [N, +def, +hum, +ani, dado, Pré]

Essas matrizes mostram a EAP de cada tipo de verbo, considerando-se não só a ordem, mas a forma de manifestação e traços semântico-pragmáticos, como a definitude e o traço [±animado]. Todavia, como mostra Pezatti (1996), há vários casos de desvios que se justificam por fatores estruturais, como as construções relativas que impõem uma estruturação; ou por fatores pragmático-discursivos, como a mudança de tópico.

Do exposto, chegamos a outro mecanismo de codificação ligado à estrutura informacional: a ordem dos constituintes, tema da próxima seção.

4.4.1. A ordenação dos constituintes

A ordem considerada não-marcada em português moderno é SV(O). Camacho (2002) avaliou 916 ocorrências de estruturas sentenciais do NURC e encontrou 88,5% de ordem SV(O), o que o levou a concluir:

as estruturas sentenciais do português falado culto manifestam, ao menos nos dados do NURC, uma estrutura SV(O) não marcada, que

⁶⁰ Pelo menos nos limites do corpus analisado pela autora.

⁶¹ Nestas matrizes, P = manifestação não-lexical, pronominal ou elíptica; N = manifestação por SN plenom lexical; Pré = antes do verbo; def = definido; hum = humano; ani = animado.

deve ser considerada o esquema de predicado canônico da língua, com um argumento sujeito altamente tópico (dado e não lexical), humano e, nas construções de verbo pleno, também agente ou controlador do evento (CAMACHO, 2002, p.242).

Essa ordenação canônica ocorre inclusive na passiva analítica: do total de 255 passivas, 152 apresentaram ordem SV com SN expresso. De fato, conforme observa Hawad (2002), na passiva analítica, o *tema não-marcado* é o sujeito, e o *marcado* é o verbo, exatamente como ocorre nas frases ativas. Os dados da autora revelaram uma forte tendência à anteposição do SN na construção passiva. Das 132 ocorrências, apenas 12 eram de SN pospostos. Destas doze, 10 codificavam informação nova.

Assim, nos exemplos abaixo, retirados do PORCUFORT, em (55) o tema é o processo verbal, a venda do prédio. Já em (56), o tema é o objeto, os *novos mercados*.

(55) *foi vendido* o prédio então:... (DID.24- PORCUFORT)

(56) *NOvos mercados* são abertos (EF18- PORCUFORT)

Furtado da Cunha (1989) chegou a resultados similares em sua tese de Doutorado. Com base nisso, a autora questiona a afirmação de Melo (1980), de que a ordem vernácula da passiva seria VS e não a SV, que seria uma ‘desfiguração do português’⁶²:

contudo, como vimos em trabalho anterior [cf. FURTADO DA CUNHA, 1989], a frequência de passivas SV é bem maior do que a de passivas VS em todos os textos analisados. É sobretudo nos dados da escrita que se constata as ocorrências de passivas VS. Nos dados da fala, por sua vez, a frequência de passivas VS é bastante baixa. Esses fatos indicam que, no português atual, a tendência que se verifica é o uso da passiva na ordem Sujeito Verbo (FURTADO DA CUNHA, 2000, p.113).

Em construções com *se*, em que se inclui a tradicionalmente chamada *passiva sintética*, por permitirem variada leitura, a questão da ordenação dos constituintes como reflexo de tema marcado ou não-marcado é mais complexa. Nos exemplos abaixo, a construção com *se*, em (57), é interpretada como de sujeito indeterminado (*impessoal* em Camacho, 2002, 2006); em (58), apresenta leitura reflexiva; já em (59), a leitura é de evento espontâneo.

⁶² A propósito da ordem vernácula, Pezatti & Camacho (1997) argumentam em favor de, tipologicamente, o português ser uma língua VSO, com forte tendência a se tornar SVO, ordem atualmente predominante. Menuzzi (2003), com base em vários autores, considera que o português brasileiro é inovador entre as línguas românicas, inclusive, do português europeu por apresentar a ordem SVO, após o séc.XIX.

- (57) Essa metodologia é uma metodologia muito rica que *se usa o gravador...* o projetor... a televisão... os vídeos... e os sons... próprio pra... a o método... (DID-43-PORCUFORT)
- (58) o PEssoal *se valoriza* quem num se valoriza SOU EU... (D2-2- PORCUFORT)
- (59) algumas estrelas *se aCabam* (EF-53- PORCUFORT)

A ordem em que os constituintes aparecem na primeira frase V + SN contraria a ordem vista como não-marcada nos exemplos anteriores de passiva analítica, mas, nesta interpretação, a ordem posposta do SN é considerada não-marcada, e o tema é o processo. Já nas demais frases, o tema é o objeto, que funciona como sujeito. Há, portanto, com construções pronominais do tipo examinado, duas possibilidades de ordenação de constituintes com diferentes atribuições de tema: SN-V ou V-SN, como afirma Hawad (2002):

a ordem SN V, com verbos transitivos diretos na terceira pessoa do singular acompanhados do clítico *se* é não-marcada nos sentidos “reflexivo” e “evento espontâneo”, e marcada no sentido “sujeito indeterminado”. Tal constatação se coaduna perfeitamente com a afirmação de que o Tema tipicamente não-marcado em orações declarativas em português é o Sujeito, visto que, no caso dos dois primeiros sentidos, o SN pré-verbal é efetivamente o Sujeito, enquanto no terceiro não é (HAWAD, 2002, p.55).

Na análise da autora, os dados confirmaram a tendência à posposição do SN nas construções de sentido indeterminado (VPS). A autora encontrou 32 ocorrências de SN dado. Destas, somente em 12, o SN apareceu anteposto ao verbo. Ainda assim, em 7 delas, a anteposição se deu com o SN representado por pronome relativo, o que tornava obrigatória a anteposição (cf. HAWAD, 2002, p.115).

Já a tendência à anteposição do SN na construção tratada em Hawad (2002) como de evento espontâneo foi demonstrada em Lima (1999). Das 625 ocorrências, em apenas 41 (6,6%), os sujeitos estavam pospostos aos verbos, a maioria não-pronominal (75,6%)⁶³. São exemplos:

- (60) foi que:... descambou aí *esTRAgou o negócio*... (EF-36- PORCUFORT)
- (61) então estão *se...* *acabando*... extinguindo... as página/ de jornais de... velha (DID-51- PORCUFORT)
- (62) *aumentou*::... *quan*/... *a quantidade* de professor (D2-47- PORCUFORT)

⁶³ Vale ressaltar que a posposição do sujeito na construção medial dificultava a análise pela ambigüidade resultante de poder ser considerada impessoal (a chamada *passiva sintética*), do mesmo modo que a anteposição do SN na impessoal causava ambigüidade com a medial ou a reflexiva. Na maioria dos casos, o contexto desfazia a ambigüidade, mas nem sempre a distinção era clara, como em “*tinha muitas crian::cinhas assim... que se contaminava*” (DID-1).

Na verdade, a posição do SN como distinção entre as duas construções com *se* — o uso para denotar atos espontâneos e o uso para denotar agente indeterminado — já tinha sido observada por Said Ali:

mas aqui, sendo latente a noção de agente humano, costuma-se colocar o substantivo no lugar que compete ao objeto direto, isto é, depois do verbo. Algumas vêzes basta trocar a ordem das palavras para alterar o sentido, como em *estraga-se a roupa e a roupa estraga-se*. (SAID ALI, 1964, p. 179)

Como já foi observado em trabalhos empíricos anteriores (cf. HAWAD, 2002, 2004, LIMA, 1999, FURTADO DA CUNHA, 1989, 2000), a ordenação dos constituintes guarda forte correlação com o estatuto informacional, o que pode, por sua vez, refletir a motivação discursiva da escolha de uma forma de codificação por outra. Em outros termos, se, numa determinada língua, o falante tem à sua disposição mais de uma forma para codificar a não-atribuição de causalidade, a escolha de uma construção impessoal ao invés de uma passiva, por exemplo, pode resultar da organização informacional do texto. E, uma vez que cada uma apresenta, como demonstrou Hawad (2002, 2004), uma escolha de tema não-marcado ou marcado diferente, optar por uma ou outra representa uma intrincada rede de escolhas cognitivo-semântico-pragmáticas cuja diretriz é a intenção do falante de comunicar determinada informação com base em suas crenças e expectativas sobre o ouvinte.

4.5. Modalidade e informação

A modalidade, entendida não em termos lógicos, como relativa ao valor de verdade de uma proposição, mas, em termos pragmáticos, como a atitude do falante sobre a própria proposição e sobre o ouvinte (cf. GIVÓN, 2005, p.149), está diretamente ligada à referencialidade e ao fluxo informacional.

Os efeitos da modalidade sobre o estatuto referencial de sintagmas nominais foram estudados em Givón (2001, 2005), que agrupa as quatro modalidades comunicativas — proposta de reinterpretação do autor das modalidades lógicas — em apenas duas: *factual*, em que os sintagmas nominais são interpretados como referenciais, e *não-factual*, em que são interpretados como não-referenciais. Mas isso deve ser interpretado em termos de marcação, do seguinte modo:

nomes *podem* ser interpretados como não-referenciais somente se eles caírem no escopo de uma modalidade não-factual (marcada). Do

contrário, eles *precisam* ser interpretados como referenciais (não-marcado, caso padrão) (GIVÓN, 2005, p.129)⁶⁴.

A relação entre as modalidades e a referencialidade está resumida no quadro 4.4, adaptado de Givón (2005, p.129).

Quadro 4.4. Modalidades proposicionais e referencialidade (Givón (2005))

Comunicativa	Lógica	Exemplo
<i>factual</i>	<i>verdadeiro</i>	
pressuposição	necessariamente verdade (analítica)	<i>Porque ela viu um cachorro, ...</i> (referencial)
Asserção <i>realis</i>	factualmente verdade (sintética)	<i>Ela viu um cachorro</i> (referencial)
<i>não-factual</i>	<i>não-verdadeiro</i>	
Asserção <i>irrealis</i>	possivelmente verdadeiro (nenhum valor de verdade)	<i>Ela verá um cachorro</i> (referencial/não-referencial)
Asserção negativa	falso	<i>Ela não viu um cachorro</i> (não-referencial) <i>Ela não viu o cachorro</i> (referencial)

Para Givón (2005, p.151), essas modalidades são todas *epistêmicas*, ou seja, têm a ver com o julgamento da proposição em termos de verdade, probabilidade, certeza, crença ou evidência⁶⁵. Na *pressuposição*, a atitude do falante é a de quem toma como garantido que o ouvinte aceita a proposição como verdadeira sem objeção, quer por definição, por acordo prévio ou por convenções culturais, quer pela obviedade na situação comunicativa. Na *asserção realis* o falante assevera firmemente que a proposição é verdadeira. Alguma objeção do ouvinte é permitida, embora o falante tenha evidência ou outras bases fortes para defender sua firme crença. Em outras palavras, como diz Givón (2001), na asserção *realis*, o ouvinte não sabe, o falante sabe. Ou melhor, asserções *realis* ou afirmativas são usadas para comunicar informação nova em contextos em que se presume desconhecimento do ouvinte. Na *asserção irrealis*, por sua vez, o falante assevera fracamente que a proposição ou é possível, provável ou incerta (epistêmica), ou é requerida, desejável ou indesejável (deôntica). O falante não é capaz de apoiar sua asserção em evidência ou outros fundamentos, e a objeção por parte

⁶⁴ Nominals *may* be interpreted as non-referring only if they fall under the scope of a non-fact modality (marked). Otherwise they *must* be interpreted as referring (unmarked; default case).

⁶⁵ Embora reconheça dois tipos básicos de modalidades, o autor reconhece a interação entre modalidade *epistêmica* e *deôntica* (desejo, preferência, intenção, habilidade, obrigação, manipulação e poder): “questões epistêmicas nunca são negociadas num vácuo sócio-deôntico” (GIVÓN, 2005, p.150) [tradução nossa].

do ouvinte é plenamente permitida, esperada ou mesmo solicitada. Por fim, na *asserção negativa* o falante assevera firmemente que a proposição é falsa, geralmente se contrapondo à crença do ouvinte, presumida ou expressa explicitamente. O falante presume que o ouvinte esteja familiarizado com a asserção afirmativa correspondente. Alguma objeção por parte do ouvinte é antecipada, mas o falante tem evidência ou outra base firme para defender sua crença. Em outras palavras, “o ouvinte sabe *errado*, o falante *sabe melhor*” (GIVÓN, 2001, p.372)⁶⁶. Ou seja, as asserções negativas são usadas em contextos em que se presume erro ou crença enganosa do ouvinte. Vemos claramente que as quatro modalidades comunicativas constituem um *continuum* no jogo interacional falante/ouvinte, que vai do conhecimento igualmente partilhado entre falante/ouvinte, na *pressuposição*, à total discrepância de crenças sobre uma determinada proposição, na *negação*, conforme se verifica na escala reproduzida de Givón (2001, p.369):

pressuposição > asserção *realis* > asserção *irrealis* > negação

Numa língua específica, a modalidade se manifesta por diversos meios lingüísticos. Neves (2006, p.167-168) aponta alguns desses meios: *verbos modais, verbos plenos, advérbios, adjetivos, categorias de tempo, aspecto, modo* etc. Não se pode, naturalmente, estabelecer uma relação biunívoca entre forma de expressão e modalidade, mas, em termos gerais, podemos relacionar algumas codificações morfossintáticas e modalidade. A pressuposição, por exemplo, é freqüente nas orações adjetivas e adverbiais, nas construções com verbos factivos⁶⁷, nas construções de foco contrastivo e nas passivas.

A importância da pressuposição na escolha de uma construção passiva foi estudada por Hupet & Costermans (1976), citados por Pontes (1986). Para os autores, a construção passiva, por implicar uma pressuposição sobre o objeto, é mais pressuposta que a ativa, que pode ou não implicar uma pressuposição sobre o sujeito. Pontes (1986, p.180) apresenta os exemplos abaixo que esclarecem a diferença:

(63) Eu pensei que *o guarda tinha violado a prisioneira*, mas eu estava enganada.

(64) Eu pensei que *a prisioneira tinha sido violada pelo guarda*, mas eu estava enganada.

⁶⁶ The hearer knows *wrong*, the speaker *knows better* (GIVÓN, 2001, p.372).

⁶⁷ São verbos como *lamentar, descobrir, notar, saber* que apresentam complemento oracional pressuposto: “chamam-se factivos os predicados que têm a propriedade de implicar por parte do falante, a pressuposição de que a proposição completiva é factual (isto é, o fato expresso na oração completiva é verdadeiro)” (NEVES, 2000, p.32).

Em (63), o meu engano recai sobre toda a proposição: ‘o guarda não violou a prisioneira, talvez sequer a prisioneira tenha sido violada’. Já em (64), meu engano recai apenas sobre o autor, ‘não foi o guarda que violou a prisioneira, outra pessoa o fez’. Nas palavras de Pontes (1986):

na oração ativa, a negação incide sobre toda a S, enquanto que na passiva a negação incide sobre *o guarda*, porque a parte *a prisioneira tinha sido violada* é pressuposta (PONTES, p.180).

Vale ressaltar que essa distinção ativa/passiva parece ser válida apenas para as passivas com agente explícito. Com as passivas sem agente, que, como vimos, é a mais comum, as coisas se operam doutro modo, como ilustram (65) e (66), em que a negação incide sobre toda a proposição tanto na passiva como ativa: ‘a prisioneira não foi violada’.

(65) Eu pensei que *a prisioneira tinha sido violada*, mas eu estava enganada.

(66) Eu pensei que *alguém tinha violado a prisioneira*, mas eu estava enganada.

Essa diferença pode ser devida ao fato de o agente, como participante opcional, atrair o escopo da negação para si, deixando o resto da oração pressuposto, conforme ilustra Givón (2001, p.381), a respeito de opcionais, nos exemplos que adaptamos ao português:

(67) Ela não escreveu o livro *para seu pai*. (> ela o escreveu, mas *não para ele*)

(68) Ela não o matou *com a arma* (> ela o matou, mas *não com a arma*)

A frase ativa em (69a), no contexto de completiva como acima exemplificado semelhantemente à passiva em (66), tem como pressuposto tudo menos *seu pai*, sobre que incide a negação. Já em (69b), a nosso ver, há ambigüidade. Na presença de dois participantes opcionais, a negação pode tanto incidir sobre um como sobre outro, alterando, conseqüentemente, a pressuposição.

(69) a. Eu pensei que *ela tinha escrito o livro para seu pai*, mas eu estava enganada.

b. Eu pensei que *o livro tinha sido escrito por ela para seu pai*, mas eu estava enganada.

Segundo Givón (2001), constituintes opcionais atraem o escopo da negação para si, porque eles também atraem o foco da asserção, conforme a inferência de que ‘se um elemento opcional é escolhido, provavelmente ele é o foco da asserção’.

A modalidade se correlaciona com as categorias de tempo/aspecto e traz efeitos para o estatuto referencial. Para Givón (2001, p.443), esta correlação se dá conforme o quadro 4.5, adaptado do autor.

Quadro 4.5: Distribuição de modalidade em tempo e aspecto (GIVÓN, 2001)

modalidade	tempo	aspecto
factual	passado	perfectivo
	presente	perfeito
		progressivo
não-factual	futuro	habitual
		repetitivo

Apoiada neste autor, Neves (2006, p.81) observa que, no futuro e no habitual, há diferença no uso do definido e indefinido, que se relaciona, respectivamente, ao valor referencial e opaco. Quando um falante afirma, no futuro, que *vai comprar o modem* faz uso do definido para marcar o sintagma com valor referencial: trata-se de um modem específico, que ele sabe qual é. Já quando diz que *vai comprar um modem*, tanto pode ter em mente um modem específico (referencial) como um modem qualquer (não-referencial). Do mesmo modo, no habitual, o uso do indefinido, como no exemplo de Neves (2006), quando o falante diz *ela sempre tinha uma desculpa*, torna a referência opaca, pois o nome tanto pode ter sentido referencial como não-referencial. O mesmo não se dá com o definido *ela sempre tinha aquela desculpa*, em que há uma desculpa específica e conhecida.

Até aqui temos tratado de duas categorias referenciais: *referencial* e *não-referencial*, mas a referência numa língua natural está sujeita a graus. Assim, embora, na modalidade *irrealis*, haja tendência à opacidade referencial, pode haver gradação na interpretação referencial, cujo princípio parece ser: “quanto mais provável for um evento de ocorrer, mais provavelmente nomes sob o escopo da modalidade *irrealis* serão interpretados como referenciais⁶⁸” (GIVÓN, 2001, p.450). São exemplos do autor, adaptados ao português:

- (70) a. *realis*
Ela está comprando uma casa (She's buying a house).
- b. futuro
Ela comprará uma casa (She'll buy a house).
- c. complemento modal
Ela quer comprar uma casa (She wants buy a house).
- d. modal

⁶⁸ The more likely the event is to occur, the more likely it is that nominals under irrealis scope are to be interpreted as referring (GIVÓN, 2001, p.450).

Ela poderia comprar uma casa (She might buy a house).

e. condicional

Se ela comprar uma casa... (If she buys a house...).

f. condicional subjuntivo

Se ela realmente comprasse uma casa... (If she really bought buy a house...).

g. questão aberta (não-referencial?)

Quem comprou uma casa? (Who bought a house?).

h. negação (não-referencial)

Ela não comprou uma casa (She didn't buy a house).

Para o autor, uma interpretação mais ou menos referencial depende de duas dimensões: uma dimensão psicológica ligada ao falante e uma probabilística relacionada ao ouvinte:

a. Quão forte é a *intenção do falante* de se referir a um indivíduo específico?

b. Quão alta é a *probabilidade* de que o falante esteja se referindo a um indivíduo específico?

Ancorado nesses dois parâmetros, há um *continuum* entre uma interpretação claramente referencial e uma claramente não-referencial, ilustrado nas frases (71a-h), adaptadas de Givón (2001, p.449)⁶⁹.

- (71) a. Você não viu *nada* lá? (*Did you see anything there?*)
b. Você não viu *alguém* lá? (*Did you see anybody there?*)
c. Você não viu *algum homem* lá? (*Did you see any man there?*)
d. Você viu *algum homem* lá? (*Did you see some man there?*)
e. Você viu *um homem* lá? (*Did you see a man there?*)
f. Você viu *um homem alto* lá? (*Did you see a tall man there?*)
g. Você viu *um homem usando blusa azul* lá? (*Did you see a man wearing blue shirt there?*)
h. Você viu *um homem lá usando uma blusa azul, sentado num banco vermelho e segurando um isqueiro prateado em sua mão esquerda?* (*Did you see a man there wearing a blue shirt and sitting on a red barrel and twirling a silver baton in his left hand*)

Na gramática do inglês, Givón considera três recursos gramaticais que, combinados, contribuem para a construção da escala de referencialidade, que depende do grau de acessibilidade/identificabilidade do referente:

a. escala de artigos indefinidos: *any* ‘algum’ > *some* ‘algum’ > *a* ‘um’

b. escala de modificação restritiva: menos > mais

c. escala de especificação nominal: coisa > pessoa > nome específico

⁶⁹ Observe-se que a gradação de referencialidade ilustrada acima corresponde, naturalmente, a um crescente grau de *especificidade*, que, na Gramática Cognitiva de Langacker (1987, 2000) se opõe a *esquematicidade*, e diz respeito ao nível de precisão e detalhe em que uma situação é descrita. Também chamada de *granularidade* ou *resolução*, ocorre tanto no léxico, a exemplo de *coisa* > *objeto* > *instrumento* > *martelo* > *martelo de palhaço*, como na gramática, como *algo aconteceu* > *uma pessoa percebeu um roedor* > *uma garota viu um porco-espinho* > *uma garota esperta, usando óculos, captou um breve relance de um feroz porco-espinho com afiados espinhos*.

Desses recursos, o português varia quanto à escala de artigos, uma vez que não temos a oposição típica da gramática do inglês entre *any/some*. Neves (2006, p.79) propõe a seguinte escala em português: *ninguém* > *alguém* > *um cara* > *o cara*, em que o indefinido negativo é menos acessível que o indefinido afirmativo. De fato, a negação, situada no extremo direito da escala da modalidade epistêmica, pode apresentar uma multiplicidade de efeitos na construção do texto⁷⁰.

Para Givón (2001), nossa experiência informal da Lei da Inércia nos motiva a atribuir estatuto positivo a *eventos* e negativo a *não-eventos*, de modo que um evento é mais saliente cognitivamente que um não-evento; é, noutros termos, *foregrounding* (*Figura*). Não-eventos ou *stasis*, por outro lado, formam o pano de fundo em que eventos ocorrem, isto é, são *backgrounding* (*Fundo*). Assim, bem menos frequentes no discurso que a afirmação (asserção *realis*), os atos de fala negativos invertem a norma: “eles são usados quando (...) alguém estabelece o *evento* e não o *estado* como *Fundo*”⁷¹ (GIVÓN, 2001, p.372)”. Isso torna o não-evento momentaneamente mais saliente e informativo, ou seja, *Figura*. O uso da negação, portanto, varia conforme questões pragmáticas do que é mais informativo e saliente num determinado contexto.

A negação não atua simplesmente negando o valor de verdade de uma proposição, pois depende da porção da proposição em que ela recai. A parte que fica de fora do escopo da negação é a parte da proposição pressuposta. Givón (2001) mostra que, no tipo mais comum de negação, a negação do SV — ou *negação de oração* como Neves (2000) prefere chamar — o sujeito é comumente excluído do escopo da negação e pode ser considerado pressuposto. Quando o sujeito está incluso na negação, é mais provável a escolha de *uma negação de constituinte*. Esta última, também chamada *enfática* por Givón (2001, p.392), além de poder atuar sobre o sujeito, pode também incidir sobre o objeto ou até mesmo sobre adjuntos adverbiais, todos tipicamente não-referenciais:

- (72) a. negação enfática do sujeito
Ninguém veio. *Nada* aconteceu.
b. negação enfática do adjunto adverbial
Ela *nunca* voltou (= em nenhum momento)⁷².

⁷⁰ A propósito do alcance argumentativo da negação, cf. Neves (2000) e Ducrot e Carel (2006, tradução de BARBISAN, 2008).

⁷¹ They are used when (...) one establishes the event rather than stasis as the ground (GIVÓN, 2001, p.372).

⁷² Em português, a negação de constituinte se dá de modo diferente do que em inglês. Enquanto nessa língua, a possibilidade de construir a negação enfática isolada é frequente, como *she saw nothing* ‘ela viu nada’, em português, é frequente a negação dupla, em que temos a negação de SV e de constituinte: *ela não viu nada*. A negação enfática do sujeito já é mais comum: *ninguém saiu, nenhum dos presentes*

Para Givón (2001), a negação SV situa-se no topo de uma escala de negação enfática crescente, como o tipo menos específico, seguida das possibilidades de negação enfática numa determina língua:

(73) a. negação SV

Ela *não* leu o livro (‘ você pensa que ela leu, eu sei mais que você’)

b. negação dupla com SN lexical

Ela *não* leu livro *algum* (‘nem mesmo um único *token* do *type* livro’)

Ela *não* leu *nenhum* livro (‘nem mesmo um único *token* do *type* livro’)⁷³

c. negação dupla com pronome negativo

Ela *não* leu *nada* (‘nem mesmo jornais ou revistas’)

Além da negação enfática e oracional (ou sintática), podemos falar de negação morfológica e inerente (ou lexical), ambas manifestas em português. A negação morfológica em português se dá através dos prefixos negativos *a-*, *des-*, e *in-*, e a negação inerente ou lexical se dá com certos verbos de significado negativo como *recusar*, *impedir*, *evitar*, *abster-se*, que, segundo Neves (2000, p.292), ‘constituem negações particulares de outros lexemas de significado oposto. Por exemplo, *recusar/não aceitar*; *impedir/não permitir* e assim por diante. Com base em outros autores, Givón (2001, p.396), mais uma vez, fala de um *continuum* na firmeza da negação, que varia conforme o grau de incorporação do marcador negativo⁷⁴:

Mais fraco (mais profundamente incorporado)

- a. Complemento, lexical: *eu acredito que ela seja/é triste.*
 - b. Complemento, morfológico: *eu acredito que ela seja/é infeliz.*
 - c. Complemento, sintático: *eu acredito que ela não seja/é feliz.*
 - d. Verbo principal, lexical: *eu duvido que ela seja feliz.*
 - e. Verbo principal, morfológico: *eu desacredito que ela seja feliz.*
 - f. Verbo principal, sintático: *eu não acredito que ela seja feliz.*
-

Mais forte (menos profundamente incorporado)

chorou etc. Além dos quantificadores negativos, como *nada*, *ninguém*, *nenhum*, o português apresenta a possibilidade de adjungir o marcador *não* a adjetivos, substantivos, advérbios e sintagmas diversos (cf. NEVES, 2000, p.290).

⁷³ Embora Neves (2000, p.287) só se refira à diferente distribuição dos quantificadores negativos *algum* e *nenhum* e Givón (2001, p.393) se refira ao inglês *she didn't read any book* como similar em interpretação à frase *she read no book*, acreditamos que haja uma sutil diferença nas duas frases em português. Com *algum*, a negação parece ser mais geral, inespecífica, no sentido de que não foi lido livro algum, ou seja, qualquer livro. Já a negação com *nenhum* parece limitar mais o alcance, como se se dissesse que não foi lido nenhum livro de um universo definido de livros.

⁷⁴ A escala foi adaptada: apresentamos primeiro o tipo, depois os exemplos. O mesmo faremos com a escala a seguir.

É interessante notar a escala que Neves (2000) apresenta, para o português, com base nos valores modais da completiva, conforme o modo gramatical usado. Para a autora, a transferência da negação para a oração principal como ocorre em (d-f), possível com verbos epistêmicos, como *julgar, supor, achar, acreditar*, causa o efeito de o ouvinte focalizar a interpretação negativa no sujeito e predicado dessa oração, razão por que esse deslocamento é mais comum com sujeitos de primeira pessoa do singular: “trata-se de uma estratégia de envolvimento do falante que minimiza polidamente a força de sua intervenção no julgamento”. Além disso, o subjuntivo, mais comum com esse tipo de oração, reforça a atenuação de certeza. Enfim, eis a escala proposta em Neves (2000, p.321-322), em que a atenuação de certeza causada pelo subjuntivo e o deslocamento do marcador negativo para a oração principal torna mais forte a negação em (d):

- a. Fato da completiva é necessário: *eu acredito que não tem vantagem*
- b. Fato da completiva é possível: *eu acredito que não tenha vantagem*
- c. Fato da completiva é contingente: *eu não acredito que tem vantagem*
- d. Fato da completiva é impossível: *eu não acredito que tenha vantagem*

As modalidades epistêmicas, em especial a asserção afirmativa e a negação, vistas nesta seção dependem, como vimos, da existência ou não da fonte do conhecimento em que o falante possa apoiar sua asserção, dependem, em outras palavras, do fenômeno da *evidencialidade* que diz respeito à indicação da fonte da informação de um enunciador, através de marcadores, chamados *evidenciais*. Neves (2006) afirma que, na ausência de marca, o falante é tido como a fonte do conhecimento:

Quem diz *a gente se habitua a tudo (...)* é entendido como autor e mentor — ou, pelo menos, compartilhador — da idéia de que ‘a gente se habitua a tudo (etc)’. Se assim não for — e o falante quiser deixar isso registrado, eximindo-se da responsabilidade — ele indicará a fonte externa da idéia / informação (NEVES, 2006, p.165).

Há diversas classificações das fontes do conhecimento, conforme o tipo de acesso, se direto ou indireto, ou conforme a modalidade sensorial envolvida, se visual, auditiva ou outra. Givón (2005, p. 169) apresenta uma hierarquia no grau de confiabilidade da evidência, conforme o parâmetro observado:

- a) *conforme o acesso*: experiência sensorial direta > inferência > ouvir dizer
- b) *conforme a modalidade sensorial*: visão > audição > outros
- c) *conforme a pessoa*: falante > ouvinte > terceira pessoa

- d) *conforme a proximidade espacial*: perto > longe
 e) *conforme a proximidade temporal*: presente > passado recente/perfeito > passado remoto

Em português, há recursos diversos que permitem o falante explicitar a fonte da informação, quando quer se eximir de responsabilidade pelo que diz ou, pelo contrário, quando quer afirmar a si mesmo como fonte, como em (74), em que se apresenta como fonte perceptual da informação, e em (75), em que faz uma inferência com base em sua própria vivência da situação.

- (74) EU eu tenho um um um:: um estudo sobre a Teologia da Libertação... e:: qual foi a minha surPREsa... *a perceber que*... Fernando Henrique Cardoso eu até conversei isso com você... ele foi um dos... PREcurSSOres... e um *va/* posso até dizer fundaDOR junto com Leonardo Boff da Teologia da Libertação... a QUE PONto esse homem num se modificou... fazendo... eh eh... verdadeiras... coligaÇÕES... com::... o PFL... pra tentar chegar ao poder (D2-28-PORCUFORT).
- (75) *parece que eles só*... /tão LÁ NA LUA... /tão numa sala de aula LÁ na lua... (D2-16-PORCUFORT)

Uma forma de eximir-se da responsabilidade pela informação é não só indicando a fonte explicitamente como em (76), em que a fonte é altamente específica, e em (77), em que a fonte é definida, embora mais geral, mas também a deixando indeterminada, como em (78-81).

- (76) *de acordo com o MoRAles* existem CERca de::... CENto e trinta cento e quarenta Estados nacioNAIS... (EF-138-PORCUFORT)
- (77) TODos os jornalistas do MUNdo dizem que acabou o brilho da Copa depois que Maradona saiu (D2-28-PORCUFORT).
- (78) então *o que se diz HOje* é que esse socialismo real é um modelo né? (EF-18-PORCUFORT)
- (79) *dizem por aí ... que o ((ruído))* parnasiano foi muito eliTISTa né?... parnasianismo foi muito elitista ... (EF-3- PORCUFORT).
- (80) HOUve um proCesso esse processo foi arquiVAdo e *já foi dito que o governo* num tem NENHUMA responsabiliDAde... não TEM nenhuma responsabilidade já pagou... uma parte da novela do... do:: Roberto MaRInho pra dizer que:: Goiânia era bom que num tinha boi lá contamiNAdo (EF-19-PORCUFORT)
- (81) num sei se é aí nessa ... *ouvi dizer que o escritório* dele é ali na ...na ... {na:: Trinta e Um de Março (D2-11-PORCUFORT)

Em (78) e (79), há o uso de construções impessoais com o verbo *dicendi* através das quais o falante não se assume como fonte da informação nem indica a fonte para o ouvinte, o que torna essas construções menos confiáveis que as que apresentam fontes explícitas como em (74) e (76), por exemplo. Em (80), temos uma passiva sem agente que se presta à mesma função que as construções impessoais: deixar claro para o

ouvinte que a fonte da informação é alguém diferente do falante. Todavia, nesse contexto, pelo menos, a passiva parece indicar uma contraposição: *foi dito X, mas eu não concordo com isso*. Em (81), a fonte é o que Givón (2005) chama *hearsay*, esse ‘ouvir dizer’ é uma forma de atribuir a fonte da informação a terceiros. Mas também aqui a fonte primária é indeterminada, embora o acesso a ela tenha sido a modalidade sensorial auditiva. O falante busca conferir maior grau de confiabilidade à fonte, afirmando ter escutado diretamente a informação, embora não diga de quem. Por fim, em (82), o emprego do futuro do pretérito indica que o falante não só não é a fonte da informação, como também não compartilha dessa crença.

(82) então quer dizer eh ne/ nessas circunstâncias *as sociedade estariam PREparadas* para o processo revolucionário mas o processo revolucionário isso por si só não gaRANte o processo revolucionário (EF-18-PORCUFORT)

A título de síntese, podemos afirmar que as categorias estudadas nesse capítulo se interpenetram e se cruzam o tempo todo na construção do texto. A gramática, como mecanismo de codificação de significados, é reflexo desse jogo de forças cognitivo-semântico-pragmáticas. As construções de não-atribuição de causalidade jogam com o estatuto informacional, a perspectiva, a modalidade, a evidencialidade para possibilitar ao falante a consecução de seus propósitos comunicativos, conforme suas crenças e atitudes perante o ouvinte. Na análise que vamos empreender a seguir, verificaremos em que medida essas categorias atuam para validar a existência de mais de uma forma de codificação da não-atribuição de causalidade em português.

Em outros termos, que fatores pragmáticos podem influenciar a escolha de uma construção passiva, impessoal ou medial? Vimos que há trabalhos que se debruçaram sobre esse tema em português moderno e fizemos algumas considerações a respeito. Importa-nos especificamente avaliar, num período remoto da língua portuguesa, o século XV, como esses fatores interagem no uso das referidas construções.

CAPÍTULO V

METODOLOGIA

5.1. Da seleção do *corpus*

A seleção de um *corpus* para análise de um período histórico deve cumprir certas exigências que dificultam a escolha. O primeiro problema, que se coloca especialmente para a análise de textos medievais, se relaciona à ausência de obras de referência para consulta, como gramáticas, surgidas apenas no séc. XVI, e dicionários de regência, que poderiam auxiliar na ausência de dados do *corpus*.

Outro problema, próprio de uma análise de *corpus* histórico, é a parcialidade da análise, que não espelhará a língua falada, mas apenas a escrita, cujas estruturas poderão ser muito distintas das estruturas da língua falada. Esse problema se agrava se considerarmos *corpora* de textos poéticos, uma vez que a linguagem poética, em geral, distancia-se mais da linguagem comum. Tais problemas são amplamente reconhecidos por pesquisadores, como Paixão de Sousa (2004) que afirma:

este é um desafio conhecido da pesquisa linguística com base em textos históricos. A limitação em relação ao que é deixado pelo tempo coloca em jogo, antes de tudo, a *representatividade* dos textos pesquisados em relação à oralidade. Em primeiro lugar, por não termos nunca um retrato completo da situação geral da língua em cada época; em segundo lugar, porque o que temos é, em geral, a parcela mais *culta* da escrita (PAIXÃO DE SOUSA, 2004, p.10).

Por fim, uma terceira questão relativa à seleção de textos antigos diz respeito à datação e à representatividade de uma época. Para ilustração desse ponto, citamos um texto de grande valor histórico-cultural, a *Demanda do Santo Graal*, cuja origem remonta ao séc. XIII. Não podemos, contudo, adotá-lo como representativo da língua portuguesa medieval trecentista, uma vez que o códice português da Biblioteca Nacional de Viena é do século XV: “estima-se que deve ter sido executado entre 1433 e 1438, durante o reinado de D. Duarte” (MEGALE, 2005, p. 137).

O problema se põe especialmente para o *corpus* que utilizamos, cujo original parece remontar ao início do século XIV, mas os códices encontrados datam do século XV:

em princípio, não podemos efectivamente afirmar peremptoriamente que certa palavra ou forma de palavra das que se encontram no texto aqui publicado [A lenda do rei Rodrigo] remonta ao original de princípios do século XIV ou à versão de 1344; apenas sabemos que ela está num manuscrito de entre 1410 e 1420. (CINTRA, 1964, p.53).

Sem perder de vista esses problemas, selecionamos como *corpus* o texto *Crônica Geral de Espanha de 1344* (CGE). Trata-se de uma versão eletrônica, em html, calcada na edição crítica de Luís Filipe Lindley Cintra (1951) e disponibilizada ao público através do Projeto *Corpus Informatizado do Português Medieval* - CIPM. São, ao todo, 406.064 palavras e 857 capítulos, todos devidamente relacionados ao número do pergaminho original.

A edição crítica do texto português da *Crônica Geral de Espanha*, tese de Doutorado de Cintra, resultou de um longo trabalho, cuja publicação consta de quatro volumes, em que o primeiro se refere a um estudo minucioso da obra. A versão digitalizada da obra completa também se encontra disponível na Internet através da Biblioteca Nacional Digital (<http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>). Para proceder à edição, Cintra (1951) usou como base o chamado pergaminho *L*, o mais antigo em português, encontrado em Lisboa e situado entre 1410 e 1420.

5.2. Da delimitação do *corpus*

Cabe, nessa seção discutirmos, pelo menos brevemente, a questão da representatividade de um *corpus*, que já foi tocada acima, quando apontamos os problemas relativos à escolha de um *corpus* de sincronia remota. Agora se impõe saber qual a extensão de um *corpus* ideal para que este seja representativo da linguagem. Sobre isso, afirma Sardinha (2000):

para se responder à questão ‘representativo do quê?’, deve-se olhar para a questão de amostragem. Para que qualquer amostra seja representativa, é necessário se conhecer a população da qual ela provém. No caso da linguagem, a dimensão da população total é desconhecida. Por isso, não é possível estimar-se qual seria uma amostra representativa da linguagem, e portanto, estritamente falando, não se pode afirmar que um *corpus* qualquer seja representativo (SARDINHA, 2000, p.5).

O problema da extensão tem sido relacionado a três aspectos: (a) o número de palavras, o qual é uma medida da representatividade do *corpus* no sentido de que quanto maior o número de palavras maior será a chance de o *corpus* conter palavras de baixa frequência, as quais formam a maioria das palavras de uma língua; (b) o número de textos, que se aplica a *corpora* de textos específicos, já que um número de textos maior garante que o tipo textual, o gênero ou o registro estejam mais adequadamente representados; e (c) o número de gêneros, registros ou tipos textuais. Esta dimensão se

aplica a *corpora* variados, desenhados para representar uma língua como um todo. Aqui um número maior de textos de vários tipos permite uma maior abrangência do espectro genérico da língua.

No nosso caso, especificamente, lidar com o texto completo da *Crônica* significa analisar um texto de mais de 400 mil palavras, o que, nos limites de tempo de que dispomos, é tarefa impossível, uma vez que, partindo do sentido, a coleta de dados não será eletrônica e exigirá leitura atenta.

Desse modo, impõe que delimitemos o *corpus*. Para isso, recorreremos ao resultado de pesquisa realizada por Sardinha (2000), baseada em análise estatística com método da Linguística de *Corpus*.

O autor, com base em Biber (1993 *apud* SARDINHA, 2000), apresenta três questões que podem dirigir a delimitação de um *corpus*:

- a. dado um *corpus* pré-existente que serve como amostra maior, qual o tamanho mínimo de uma amostra que mantém estáveis as características desta amostra maior?
- b. dada uma fonte externa de referência cuja dimensão é conhecida, qual o tamanho do *corpus* necessário para representar majoritariamente esta fonte?
- c. quanto se perderia se o *corpus* fosse de um tamanho x ? Dados meus recursos existentes, quais parâmetros posso utilizar para abalizar minha decisão relativa ao tamanho de *corpus* que posso compilar?

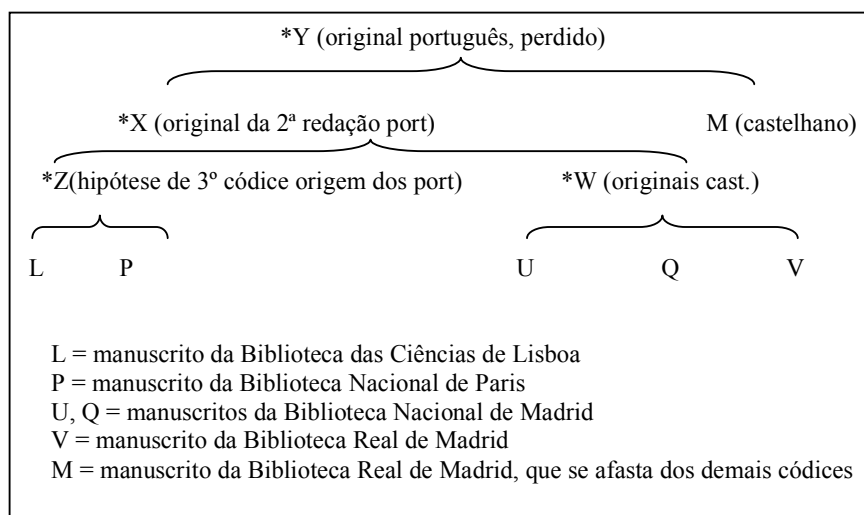
Ao final, ele apresenta uma tabela com o tamanho mínimo de *corpora* para cada categoria lingüística (substantivo, verbo, adjetivo, pronome, advérbio, numeral), em *corpus* especializado e em *corpus* geral, alertando, porém, para duas questões: (a) que os testes foram aplicados a textos de língua inglesa, e (b) que os resultados variam em função das características dos *corpora*, assim, deve-se tomar como parâmetro sempre o maior índice. No caso de verbos, foco de nosso estudo, o autor recomenda um *corpus* de 67 mil palavras. Isto significa pouco mais de 100 páginas. Como nosso *corpus* está dividido em capítulos, vamos utilizar os primeiros 150 capítulos da *Crônica*, o que equivale a quase 69 mil palavras (68.991), 6.303 linhas e a 110 páginas.

5.3. Caracterização do *corpus*

5.3.1. Origem e autoria

A *Crônica Geral de Espanha de 1344*¹ é um documento extremamente complexo devido às várias refundições, derivações e ampliações feitas a partir da *Primeira Crônica Geral* de Afonso X. Foi reconstituída por Cintra, que, baseado em vários manuscritos portugueses e castelhanos, sugere que, do rascunho da *Primeira Crônica Geral*, escrita até o reinado de Afonso VI, surgiram três redações: a primeira, abreviada em relação ao texto original; a segunda, corrigindo a parte que vai de Fernando I a Afonso VI, a fim de incluir alguns fatos não abordados no texto primitivo e continuar a redação para além da morte de Afonso VI; a terceira é a continuação da *Crônica*, baseada nos materiais já reunidos e ligados ao rascunho original. Depois disso, um novo cronista, servindo-se da *Abreviação*, do rascunho da *Variante Ampliada*, além de outras fontes, refundiu o texto, não ultrapassando o reinado de Fernando II. A continuação desse trabalho, em data posterior, deu origem ao que é conhecido atualmente como *Crônica de Vinte Reis*. Cintra (1951, p. CCCXIV) conclui, portanto, que “a *Crônica Geral de 1344* é uma refundição da *Variante Ampliada*, feita com auxílio da *Crônica de Vinte Reis* e de outras fontes”. A árvore genealógica da *Crônica*, segundo Cintra (1951), está representada a seguir.

Figura 5.1.Árvore genealógica da *Crônica Geral de Espanha* (CINTRA, 1951)



¹ Ressaltamos que o termo *Espanha* (< lat. *Hispania*) era usado pelos romanos para designar suas possessões na Península Ibérica. E é nesta a acepção original que o termo é empregado ao longo do período medieval, e, portanto, no título da *Crônica*.

Durante muito tempo acreditou-se que a versão original da *Crônica* fora escrita na Espanha e em castelhano. Cintra (1951) provou, por meio de uma análise filológica exaustiva, a existência de um original português:

o confronto dos manuscritos portugueses e castelhanos e a análise interna do texto conduzem-nos porém a esta inesperada conclusão: a *Crônica Geral de 1344* foi redigida originalmente em língua portuguesa e não há motivos para supor que o não tenha sido em Portugal (CINTRA, 1951, p. XLIV).

Este original português se perdeu. Dele e da *Crônica de Rasis* (como é conhecida a *Lenda do Rei Rodrigo*, na literatura portuguesa), restou uma tradução espanhola e uma refundição em português da segunda metade do século XIV. O manuscrito mais antigo em português é do início do século XV, localizado na Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa e, serviu, conforme já dissemos, de base para a edição completa da *Crônica* de Cintra (1951).

Levando em consideração que o período moderno da língua portuguesa inicia-se no início do século XVI, podemos considerar a *Crônica* como representante do período arcaico. Tal como os pesquisadores do *Projeto Corpus Informatizado do Português Medieval*, incluímos a *Crônica* entre textos representantes do período final do século XIV e início do século XV.

Quanto à autoria da *Crônica*, há diversas hipóteses. A hipótese mais divulgada até hoje é a de que tenha sido Afonso XI de Castela. Assim se posiciona Oliveira Santos (2004):

A Crônica Geral ou *Primeira Crônica Geral*, foi escrita por D. Afonso X, o Sábio — rei de Leão e Castela —, com o intuito de narrar os bons feitos dos homens nobres desde o tempo de Noé até a morte de seu pai, D. Fernando III. A fim de completar a narração dessa obra, seu bisneto, Afonso XI, escreveu a segunda parte da crônica, que compreende os reinados de Afonso X, de D. Sancho IV e de D. Fernando IV. Escrita originalmente em castelhano, a tradução da *Crônica* para o português foi encomendada pelo rei D. Dinis, que continuou a parte que se refere aos reis de Portugal. (OLIVEIRA SANTOS, 2004, p. 1)

Cintra (1951), todavia, aventa outra hipótese de autoria, D. Pedro Afonso, o conde de Barcelos, filho de D. Dinis e bisneto de Afonso X (1289-1354):

Creio, porém, que partindo da surpreendente coincidência na utilização de fontes entre a *Crônica* e o *Livro das Linhagens* do conde D. Pedro, da contemporaneidade entre a mesma *Crônica*, redigida por volta de 1344, e o autor do *Livro*, morto em 1354, e da prévia determinação da origem portuguesa da *Crônica*, se pode ir além desta

conclusão e firmar que, se não é possível atribuir com a toda segurança a compilação da *Crônica de 1344* a D. Pedro Afonso, conde de Barcelos, já que nenhum dado documental apareceu até hoje provando que a ele se devesse esta iniciativa, há pelo menos uma série de circunstâncias que dão um alto grau de probabilidade a esta nova hipótese (CINTRA, 1951, p. CXXX).

Admitindo esta autoria, não podemos perder de vista o fato de a *Crônica* tratar-se de uma compilação de fontes latinas, árabes, hispânicas, o que, naturalmente, torna a questão da autoria uma questão de somenos importância.

Ademais, há um aspecto a que alude Cintra (1951) que não podemos deixar de mencionar. Trata-se do conceito do termo *autor* na época:

D. Pedro é autor do *Livro das Linhagens* pouco mais ou menos no mesmo sentido em que seu bisavô, Afonso, o Sábio, o é das suas obras. Dirige a compilação das fontes, indica como hão-de ser utilizadas, manda-as traduzir quando necessário e encarrega os seus colaboradores de redigir a obra, segundo as suas orientações. Ele próprio revê e aperfeiçoa o conjunto uma vez redigido. É assim que um passo da *General Estória* nos explica a intervenção do rei Sábio na redacção das suas obras, revelando-nos simultaneamente o conceito geral que de autor se tinha nesta época: ‘*el rei faze um libro, non por quel el escriuia com sua manos, mas por que compone lãs razones del e las emienda, et yegua, e endereça, e muestra la manera de como se deuen fazer e desi escriue las qui el man da, pero dezimos por esta razon que el rey faze el libro*’ (CINTRA, 1951:CLXXXIII).

Outras hipóteses, menos prováveis, como a que a atribui ao copista de um dos manuscritos, *Manuel Rodriguez de Sevilla*, são rejeitadas pelos estudiosos da *Crônica*, que chegam a sugerir que esta seja considerada anônima, como tantas outras do período (cf. MENÉNDEZ PIDAL, *apud* CINTRA, 1951, p. CXXIX).

5.3.2. Gênero e estilo

Segundo Mattos e Silva (1989), que divide a prosa literária² medieval em três tipos: (a) textos de ficção; (b) textos históricos; (c) textos pragmáticos, a *Crônica Geral de Espanha de 1344* pertence ao gênero literário histórico. Ao primeiro tipo, pouco representado nos códices existentes em português, pertence a *Demanda do Santo Graal*, e ao último tipo, textos que visam a uma política religiosa, moral e física, como os *Diálogos de São Gregório*.

A prosa histórica se iniciou no século XIV e atinge seu apogeu com Fernão Lopes, na primeira metade do século XV. Sobre a *Crônica*, assim se coloca Mattos e Silva (1989):

² Ressaltamos que a autora chama *literários* os textos que são rotulados assim nas histórias da literatura portuguesa medieval.

ainda no século XIV, *A Crônica Geral de Espanha de 1344*, maior monumento histórico do século, organizado pelo Conde Barcelos, tem posição preponderante sobre todos os textos históricos medievais portugueses. Constituída de tradução de fontes latinas, árabes e hispânicas, apresenta também produção originariamente em português (MATTOS E SILVA, 1989, p.30).

Desse modo, a *Crônica* é, ao lado do *Livro de Linhagens*, com que mantém muitas semelhanças (cf. CINTRA, 1951), uma das mais importantes obras da historiografia da Península Ibérica, tanto do ponto de vista lingüístico como literário. Traz, além de informações referentes ao uso da língua no português arcaico, fontes genealógicas dos nobres daquele período e fatos históricos recheados de fantasias, realidades, personagens lendários e episódios sobrenaturais.

Embora pertencente à historiografia, apresenta características de diversos estilos literários. São narrativas de feitos de homens e heróis mitológicos, histórias de fundação de cidades, narrações de batalhas, que levam a uma grande riqueza de estilos:

não me parece possível chegar à definição do estilo do autor da Crônica de 1344 (...). O que está numa obra como noutra [*Livro das Linhagens*] é o resultado do esforço — cuja magnitude mal sabemos hoje avaliar — o de transpor para a prosa vulgar os mais variados estilos: o épico de Lucano, o histórico de Suetônio, o seco e enérgico dos historiadores latino-medievais Rodrigo de Toledo e Lucas de Tui, o colorido e pormenorizado dos historiadores árabes, as vigorosas e vivas narrações das gestas. Mas foi nesse exercício estilístico que a língua portuguesa se preparou para ser manejada pela pena de Fernão Lopes. (CINTRA, 1951, p. XVIII).

Misturando fantasia com realidade, textos históricos e literários, como a história do Rei Lear, a *Crônica* permite a presença do maravilhoso, como aparições de santos, milagres, eventos naturais inexplicáveis, como tremores de terra, eclipse e passagens de cometas. O maravilhoso, na *Crônica*, surge também nos encontros pacíficos do homem com bichos selvagens como ursos, ou criaturas imaginárias como dragões.

Concebida num período, em que homem e natureza ainda não estavam tão distanciados, em que tudo era visto como ação de seres maléficis ou benéficos, a atribuição de eventos naturais espontâneos a entidades divinas ou a magias era freqüente. Essa concepção era geral e não apenas do homem comum. Na Bula do Papa Inocêncio VIII que legitimava a chamada *Bíblia do inquisidor*, o *Malleus Maleficarum* ‘*O Martelo das Bruxas*’, escrito em 1484, lê-se:

muitas pessoas de ambos os sexos, (...) entregaram-se a demônios, a Incúbos e a Súcubos, e pelos seus encantamentos, pelos seus malefícios e pelas suas conjurações (...) têm assassinado crianças ainda no útero da mãe, além de novilhos, e têm arruinado os produtos da terra, as uvas das vinhas, os frutos das árvores, e mais ainda: têm destruído homens, mulheres, bestas de carga, rebanhos, animais de outras espécies, parreirais, pomares, prados, pastos, trigo e muitos outros cereais; estas pessoas miseráveis ainda afligem e atormentam homens e mulheres, animais de cargas, rebanhos inteiros e muitos outros animais com dores terríveis e lastimáveis e com doenças atrozes, quer internas, quer externas; e impedem os homens de realizarem o ato sexual e as mulheres de conceberem (...) (KRAMER e SPRENGER, 2000, p.43).

A questão do maravilhoso na Idade Média é bem discutida por Le Goff (1990), que mostra como o maravilhoso se mistura ao cotidiano de forma quase imperceptível. O autor mostra, por exemplo, em textos do séc. XIII, a crença em dragões que agridem e raptam crianças, sem deixar vestígios:

o maravilhoso perturba o menos possível a regularidade quotidiana; e provavelmente é exactamente esse o dado mas inquietante do maravilhoso medieval, ou seja, o fato de ninguém se interrogar sobre a sua presença, que não tem ligação com o quotidiano e está, no entanto, totalmente inserida nele (LE GOFF, 1990, p.26)

Em suma, a *Crônica* é consentânea com o que Bloch (1987) afirma sobre a historiografia no período medieval:

esta época, que tão facilmente se voltava para o passado, possuía dele apenas representações mais abundantes do que verídicas. Tanto a dificuldade de informação que existia, mesmo sobre os acontecimentos mais recentes, como a inexactidão geral dos espíritos, condenavam a maioria dos trabalhos a suportarem estranhas escórias (BLOCH, 1987, p.108).

5.3.3. Contexto sócio-histórico-cultural

Tomando como base a data aproximada da compilação e escrita da segunda redação da *Crônica*, 1344, encontramos uma Península Ibérica já liberta dos mouros há quase um século (1249). Estamos na chamada Baixa Idade Média, período de crise generalizada na Europa ocidental — Portugal, com uma população em torno de 900 mil habitantes, de meados do séc. XIV a fins do século XV, conheceu, segundo Franco Jr. (1992), 21 crises de subsistência.

O português já era língua oficial desde a última década do século XIII, quando o rei D. Dinis legaliza a língua portuguesa como língua oficial do reino de Portugal, seguindo o modelo de seu avô, Afonso X de Leão e Castela, que instituiu o vernáculo

castelhano como língua oficial de seu reino. Antes disso, em 1255, na chancelaria do rei Afonso III de Portugal, usava-se o português a par do latim nos diplomas oficiais.

A produção regular de documentos escritos em português, portanto, que começou em 1255, começa a se expandir no final do século XIII.

A partir da segunda metade do século XIV, documentos literários e par-literários são traduzidos e reproduzidos. A língua escrita portuguesa vai sedimentando-se, enquanto o falar de Lisboa vai-se tornando a base de uma norma culta de características meridionais, que seria vista como a língua nacional:

a par da constituição de uma língua escrita, o avançar do português diversificado do norte para a área moçárabe meridional possibilita o encontro que sintetizará no eixo Lisboa-Coimbra características lingüísticas do norte românico e do sul românicoarabizado e permite que naquela área, por razões históricopolíticas, se sedimente um dialecto que ousaria chamar de cosmopolita: é Lisboa a cidade mais povoada, o primeiro porto e a porta para o mundo (MATTOS E SILVA, 1988, p.9).

É nesse contexto que a *Crônica* é compilada com o objetivo de não se perder na oralidade a história da Península e de figuras reais e mitológicas.

Saraiva (1950) chama a atenção para o fato de que o historiador medieval é normalmente um memorialista, usando como material suas próprias recordações e os depoimentos orais das testemunhas dos acontecimentos:

na Península ibérica, a Crônica geral de Espanha iniciada por Afonso o Sábio, e continuado sob Sancho IV, é em grande parte entrecida de cantares de gesta, que conservavam a memória oral dos acontecimentos. E em Portugal, depois de Fernão Lopes, ainda Zurara e Garcia de Resende recorrem predominantemente ao testemunho oral ou às recordações pessoais (SARAIVA, 1950, p.1).

Para nós, esse traço, longe de constituir defeito, torna o texto ainda mais apropriado para nosso estudo, uma vez que pode deixar entrever algum traço da língua oral.

5.3.4. Divisão da *Crônica*

O texto completo da *Crônica* compreende 857 capítulos. Destes, conforme já explicitamos, analisamos apenas os primeiros 150. Cintra (1951) oferece uma descrição das várias partes da *Crônica*, relacionada com as ampliações e fundições sofridas pelo texto, que transcrevemos a seguir.

- a) capítulo 1 ao 12: são capítulos extraídos da *Primeira Crônica Geral*: pré-história fabulosa da Península, povoação da Europa e da Espanha por descendentes de Noé, vinda de Hercules e seus feitos, Espam e Pirro;
- b) final do capítulo 12: inclusão da Crônica do Mouro Rasis: introdução por: *ca a nos co-vem de leixar aqui este conto que falla dos que pobraron Espanha*;
- c) capítulo 13 ao 47: Geografia de Rasis alterada pela inclusão pouco depois do seu início por um louvor da Espanha (adaptação do de Afonso X, da Primeira Crônica);
- d) capítulo 48 ao 187: nova derivação da Primeira Crônica: denominação dos Almonizes, cartagineses, romanos, godos;
- e) capítulo 188 a 238: retomada da narração de Rasis: lutas civis/ascensão de Rodrigo/história de Emire;
- f) capítulo 239: redação dos reis sem modificação;
- g) capítulos 240 a 250: substituição de *Liber Regnum* pela Primeira Crônica e relato puramente genealógico;
- h) capítulos 251 a 856: refundição da *Primeira Crônica* com *Crônica de Afonso, o Sábio*: retoques de estilo, omissão das genealogias, mas mantém história da Península;
- i) capítulo 857: história de reis de Castela posteriores a Fernando III: provavelmente arranjos de expressão.

Para fins de análise, dividimos os 150 capítulos em três grupos: (a) *grupo 1*, formado pelos capítulos 1 ao 12, em que se misturam lendas como a de Hércules e histórias bíblicas como o dilúvio de Noé e a Torre de Babel; (b) *grupo 2*, formado pelos capítulos 13 ao 47, em que predominam descrições das vilas e termos da Espanha; (c) *grupo 3*, do capítulo 48 ao 150, de cunho predominantemente narrativo, em que há os relatos de batalhas e conquistas dos vários povos que habitaram a Espanha: romanos, godos, hunos, cartagineses.

5.4. Do método de procedimentos e dos instrumentos

Nossa pesquisa empregou, em parte, o método funcionalista givoniano (cf. GIVÓN, 1995), apoiada no método estatístico. Assim, as hipóteses foram testadas do seguinte modo:

- a) *amostragem*: coleta de todas as ocorrências de manifestação do sentido "não-atribuição de causalidade" nos primeiros 150 capítulos da CGE;
- b) *estatística descritiva*: expressão da distribuição das ocorrências referidas em contextos mediais, passivos e impessoais, em termos de frequência;
- c) *observação das correlações*: avaliação das distribuições numéricas para confirmar ou não as predições;

- d) *inferências estatísticas*: aplicação de testes estatísticos nas distribuições observadas para ver se as correlações não são simplesmente resultado de flutuação aleatória da amostragem.

Para o tratamento estatístico dos dados, usamos o software SPSS (*Statistical Program for Social Science*) for Windows, versão 7.5³. Trata-se de um programa de computador que faz análise estatística de dados de uma tabela, com variáveis e categorias definidas pelo usuário, oferecendo desde a frequência simples numérica e/ou percentual, cruzamento de dados até testes inferenciais.

5.5. Do tratamento dos dados e dos procedimentos

Coletamos, manualmente, na versão digital da *Crônica Geral de Espanha de 1344*, todas as ocorrências contextualizadas de expressão de um evento em que há um participante nominal sob mudança e nenhum agente-sujeito. São construções consideradas pelas gramáticas tradicionais como passivas, impessoais, predicativas ou médias. Cada ocorrência foi identificada do seguinte modo: após a sigla indicadora do *corpus* CGE, os dígitos seguintes indicam o capítulo de onde foi retirada.

Partindo do sentido, categorizamos as ocorrências conforme o tipo de construção que representava. Esta variável assumiu três formas. Primeiramente, as construções foram classificadas num tipo geral: *passiva*, *impessoal* e *média*⁴. Depois, foram reclassificadas mais detalhadamente, de acordo com a codificação, resultando na seguinte classificação⁵:

a) **passiva**

- (1) *fora~ os de Çamora vençudos e e~çarrados* dentro na cidade (CGE, 71)

b) **média perifrástica**

- (2) *E o bispo e os sancrista~a~es da igreja ficaron muy spantados* (CGE-150)
(3) *ficarom os Godos muy louça~a~os* (CGE-81)
(4) *E elle*, quando esto vyo, *foy sobejamente espantado* (CGE-124)

³ Há versões mais recentes deste programa, mas a versão usada cumpre as demandas operacionais dessa pesquisa.

⁴ A descrição dos tipos de construção, com base em critérios definidos nos capítulos anteriores, será detalhada nos capítulos seguintes.

⁵ A passiva é o único tipo que não apresenta subclassificação formal. A distinção *passiva com agente* e *passiva sem agente* não nos serviria, uma vez que estamos considerando o papel geral Causativo que pode figurar também nas médias.

c) **média não-clítica**

(5) e muy boos prados *que no~ secam* em nem hu~u~ tempo (CGE-41)

d) **média clítica**

(6) *as hervas nu~ca se secam* tanto que falleça pasto (CGE-15)

e) **impessoal clítica**

(7) e delas em outras maneiras *que se podem levar* (CGE-72)

f) **impessoal não-clítica**

(8) que morou en aquella terra en tabernaculos de pano *a que chamava~ te~das* (CGE-4)

Como surgiram algumas ocorrências que não se enquadraram plenamente nos tipos básicos por denotarem eventos mentais, as construções foram recategorizadas em *passiva de processo material, passiva de processo mental, impessoal clítica e não-clítica de processo material, impessoal de processo mental, média clítica, não-clítica e perifrástica e média de processo mental*. Quando necessário, explicitamos o subtipo das construções de eventos mentais, isto é, se se tratava de *média de processo mental clítica, não-clítica* ou *perifrástica*, ou de *impessoal de processo mental clítica* ou *não-clítica*. De modo geral, o número de ocorrências de processos mentais foi pequeno em relação aos processos materiais, portanto, raras vezes procedemos a esse detalhamento.

Os tipos de construção foram analisados em relação a variáveis sintáticas, semânticas e pragmáticas relativas ao Afetado, ao Causativo e ao tipo de predicado, além de variáveis gerais, referentes ao contexto de uso da construção como um todo. Os fatores sintáticos se justificam pela necessidade de verificarmos como se manifestava a função de não-atribuição de causalidade. Os semânticos e os pragmáticos visam a avaliar os traços que as construções média, passiva, impessoal compartilham e os que as diferenciam. Para facilitarmos a exposição, apresentaremos em separado estas variáveis, num total de quarenta e duas.

5.5.1. Variáveis referentes ao Afetado

O Afetado foi analisado quanto à forma de expressão, à ordem em relação ao verbo, ao traço [+animado], ao tipo de afetação, à definitude, ao número, à saliência cognitiva, à proeminência morfológica, ao grau de individuação, à distância anafórica e à persistência catafórica do referente, ao estatuto informacional.

A) Expressão do Afetado

A forma de expressão do Afetado pode sinalizar a acessibilidade do referente. Conforme o princípio de iconicidade de Givón (2005), SN lexicais representam escolhas marcadas e referentes menos acessíveis. Já anáforas zero e pronomes indicam referentes mais acessíveis. As possibilidades estão exemplificadas abaixo.

a) **SN lexical**

(9) *os verdadeyros crista~a~os fora~ afugue~tados e mortos e desterrados* (CGE-133)

b) **pronome relativo**⁶

(10) *hu~u~ logar que chama~ Leyto seco* (CGE-17)

c) **pronome**

(11) *outros adoecerom de muy maa guysa* (CGE-79)

d) **zero anafórico**

(12) *logo que \emptyset foy alçado por rey* (CGE-115)

e) **zero arbitrário**⁷

(13) *ha muy bo~o~s cha~a~os de cryar \emptyset e de pacer \emptyset* (CGE-29)

f) **oração**

(14) *outrossi por que *he* em elle *achado* como Deus criou* (CGE-2)

g) **anáfora pronominal**⁸

(15) *oje em dia lhe chama~ Taraçona* (CGE-9)

B) Ordem do Afetado em relação ao verbo

Essa variável pretende avaliar se o fator ordem influencia na diferenciação entre a construção média e a impessoal (cf. SAID ALI, 1964). Apresenta as seguintes subdivisões:

a) **anteposto:**

(16) *E, depois que este privilegio foy confirmado e~ muytos concelhos per os bispos* (CGE-149)

b) **posposto:**

(17) *foron coytados e desmanhados os Roma~a~os desta batalha* (CGE-54)

⁶ Consideramos à parte o pronome relativo da categoria pronome por tratar-se de uma categoria híbrida: pronome, semanticamente anafórico, e conectivo.

⁷ A denominação *zero arbitrário* tomamos de Camacho (2002). Trata-se de um zero não-anafórico, como se depreende do exemplo.

⁸ Chamamos assim os casos de expressão por pronomes átonos.

c) **entrepasto:**

(18) algu~as vezes acontece que mais *som os home~e~s desbaratados* por o merecer de seus pecados que per força dos seus e~miigos (CGE-120)

d) **não-expresso:**

(19) e *no~ era achado* em ne~ hu~u~ logar (CGE-150)

C) *O número do SN que representa o Afetado*

Ligada à referencialidade e à individuação, esta variável apresenta quatro possibilidades:

a) **singular:**

(20) *elle era recebido e~na corte tam honrradame~te*, (CGE-72)

b) **plural:**

(21) *todallas rendas era~ dadas aos mesteyrosos* (CGE-134)

c) **coletivo:**

(22) *e como fosse regido o poboo* (CGE-133)

d) **não-contável:**

(23) *outrossi por que he em elle achado como Deus criou* (CGE-2)

D) *A definitude do Afetado*

A definitude do Afetado serviu-nos para avaliar o grau de individuação do Afetado, por sua vez, ligada à transitividade e à saliência. Esta variável tem quatro fatores:

a) **altamente definido:**

(24) *Troya foy destroyda a segunda vez* (CGE-7)

b) **definido:**

(25) *logo a vylla seera destroyda* (CGE-41)

c) **indefinido:**

(26) *foi feito emperador hu~u~ seu filho* (CGE-98)

d) **altamente indefinido:**

(27) *mas empero morrero~ muytos mais da parte dos vençudos*. (CGE-80)

E) Traço [+animado]

O traço [+animado] do SN é um parâmetro usado por Camacho (2002) na análise das construções de voz do português atual, baseado em Dik (1989), segundo o qual se estabelece a seguinte hierarquia: *humano* > *animado* > *força inanimada* > *inanimado*. Adaptamos os fatores, conforme Camacho (2002).

a) **animado humano:**

(28) *Eurigo foy alçado por rey dos Godos* (CGE-96)

b) **animado não-humano:**

(29) *E contam as estorias que foram hy tragyd[os] desta vez leo~o~es e elifantes e bubelos e outras bestas e anymalias* (CGE-72)

c) **inanimado concreto:**

(30) *Estas torres foro~ ally feytas per dous irma~a~os* (CGE-12)

d) **inanimado abstrato:**

(31) *Depois deste recebymento que assy foy feito a Pompeo* (CGE-72)

F) Tipo de afetação

O parâmetro *tipo de afetação* visa testar a hipótese de que uma das funções pragmáticas das construções de não-atribuição de causalidade é a isenção de responsabilidade⁹. Pressupomos que esta estratégia seja usada em casos de afetação desfavorável. Para avaliarmos o tipo de afetação do sujeito, consideramos o valor semântico do verbo no contexto. Esta variável apresenta três categorias: *positivo*, *negativo* e *não-se-aplica*. A afetação é considerada favorável quando apresenta idéias agradáveis, e, naturalmente, desfavorável, quando traduz idéias desagradáveis. O fator não se aplica quando, no contexto, é impossível definir se a afetação traduz idéia agradável ou não, ou quando a carga semântica do verbo tem valor neutro.

a) **positiva:**

(32) Em esto me *alegro* e *alegrarey* (CGE-139)

b) **negativa:**

(33) de tal guysa que *foy* elle ally *vençado* e muy *desonrrado* (CGE-121)

c) **não-se-aplica:**

(34) E *leva~no* ende em barcas contra o sol levante (CGE-41)

⁹ Chamamos a atenção para o fato de que *isenção de responsabilidade* não é a mesma coisa que *não-atribuição de causalidade*. Com a primeira expressão significamos a função pragmática conforme a qual o falante não-atribui causalidade a determinado evento como forma de eximir a si ou a outrem de intervenção num dado evento. Assim, a isenção de responsabilidade é um subaspecto da não-atribuição de causalidade.

G) *Grau de saliência cognitiva do Afetado*

A saliência cognitiva do SN foi medida em graus, conforme três variáveis: o traço [+animado], a definitude e o número do SN. Atribuímos pontos a cada propriedade do seguinte modo:

a) **quanto ao número do SN:**

plural/coletivo = 0
singular = 1;

b) **quanto à definitude:**

indefinido = 0
definido = 1;

c) **quanto ao traço [+animado]:**

animado humano = 3
animado não-humano = 2
inanimado concreto = 1
inanimado abstrato = 0.

Aplicadas essas medidas, obtivemos uma escala de saliência do Afetado das construções, que variou de 0 a 5 graus, ou seja, da não-saliência (grau 0) a altíssima saliência (grau 5). Essa escala foi simplificada depois para uma escala quartenária, em que mantivemos os extremos como alta saliência (grau 5) e não-saliência (grau 0) e agrupamos os graus intermediários em dois: média saliência (graus 3 e 4) e baixa saliência (graus 1 e 2).

a) **Grau 5:**

(35) e foy posto em seu logar *Agapito, o pymeiro* (CGE-112)

b) **Grau 4:**

(36) E e~ cabo foro~ vençudos e mortos *os Roma~a~os* (CGE-66)

c) **Grau 3:**

(37) *o castello de Tortossa* he muy bem feyto a maravylha (CGE-20)

d) **Grau 2:**

(38) *ha hy edifficios antigos e synaaes* que se no~ poden desfazer (CGE-29)

e) **Grau 1:**

(39) e foron em elle feytas *muytas boas cousas* (CGE-150)

f) **Grau 0:**

(40) *algu~as cousas* fossen escriptas dos feytos d'Esanha (CGE-1)

H) *Grau de proeminência morfológica do Afetado*

A proeminência morfológica, adaptada de Vesterinen (2006), leva em conta a carga semântica e morfológica. Diferenciamos nomes próprios, nomes comuns, pronomes, expressão por zero e por oração. Os nomes próprios, comuns e pronomes foram ainda diferenciados quanto à proeminência morfológica em subtipos, conforme fossem ou não acompanhados de determinantes. Para efeito de categorização dos dados no Programa SPSS, chamamos *descrição* o determinante representado por aposto ou oração adjetiva, pela maior extensão; e *modificador*, o determinante representado por outro nome ou locução, pela menor extensão. Essa variável foi avaliada segundo os seguintes fatores:

a) **nome próprio + descrição:**

(41) *Teodemyro, rey dos Suevos*, morreo logo hy em Sevyilha (CGE-128)

b) **nome próprio + modificador:**

(42) foy deytado em desterramento *o papa Martinho* per mandado do emperador (CGE-150)

c) **nome próprio:**

(43) Aquelle a~no que *Segonça* foy destroyda (CGE-55)

d) **nome comum + descrição:**

(44) *todallas naves que viinham pello mar* logo era~ vistas e~ elle (CGE-10)

e) **nome comum + modificador:**

(45) *os estudos dos feitos dos home~e~s* se muda~ en muitas guisas, (CGE-1)

f) **nome comum:**

(46) E, depois que *a batalha* foy vençuda e guaanhada a Gallya Gótica (CGE-104)

g) **pronome + descrição:**

(47) mandou que, das nove naves que elle levara a Galliza, que lhe trouxessem *hu~a, que era a nona*; (CGE-9)

h) **pronome:**

(48) como *esto* foy determynado (CGE-98)

i) **oração:**

(49) per elles nom fosse descuberto *onde jazia el rey Alarigo*. (CGE-81)

j) **zero:**

(50) ataa que chegou em Troya ante que Ø fosse destroyda da pymeira vez. (CGE-12)

As formas de expressão foram agrupadas depois conforme o grau de proeminência morfológica, do seguinte modo:

- a) **alta proeminência**: nome próprio, seguido ou não de descrição ou modificador; oração; nome comum + descrição;
- b) **média proeminência**: nome comum, nome comum + modificador, pronome + descrição;
- c) **baixa proeminência**: pronome, zero.

I) *Grau de individuação do Afetado*

A individuação, um dos parâmetros de transitividade proposto por Hopper e Thompson (1980), resultou da conjugação da saliência cognitiva à expressão por nome próprio, dada pela proeminência morfológica do SN, simplesmente acrescentando-se +1, quando havia nome próprio. O grau de individuação foi avaliado, primeiramente, numa escala de 0 a 6. Depois, para medir o grau de transitividade, esta escala foi agrupada numa variável binária, do seguinte modo: (a) *individuado*: grau 3 a 6; (b) *não-individuado*: grau 0 a 2.

J) *Persistência catafórica do referente do Afetado*

A persistência do tópico está diretamente relacionada à topicalidade. É uma medida proposta por Givón (1995), em que se conta o número de vezes que o referente ocorre nas próximas 10 orações seguintes à ocorrência. Por razões práticas, tal como Camacho (2002), que adapta essa medida, contamos as 3 orações seguintes à ocorrência. Este fator teve as seguintes possibilidades: 0 (não-persistência), 1 (baixa persistência), 2 (média persistência), 3 (alta persistência).

a) **não-persistência**:

- (51) e~tendeu per arte de astronomya que em aquelle logar avya de *seer pobrada hu~a muy noble cidade*. / Entom fez em aquelle logar hu~a casa ta~ maravylhosa e per tal arte /que nu~ca no mu~do foy homen / que verdadeyrame~te soubesse dizer como era feyta. (CGE-8)

b) **baixa persistência**:

- (52) E, por os mudamentos dos muytos senhorios, se perdero~ os livros em que *era~ scriptos os grandes feitos* /que se em elle antigamente fizeram,/ assi que aadur pode seer sabudo o começo dos / que a poboaron. (CGE - 1)

c) **média persistência**:

- (53) e, depois que a assy ouvero~ *arrancada*, / posero~ma dyante. / E eu vy en ella letras de crista~a~os / que eram muy bem talhadas. E fiz ajuntar quantos crista~a~os avya em Merida (...) (CGE-35)

d) **alta persistência**:

- (54) E ha em seu termo hu~u~ monte que *chaman Silha* / que he tam alto / que Ø contende com as nuve~e~s. / E em aquelle monte ha muytas e boas frores e de bo~o~s odores / e e~ este mo~te ha todas as hervas vertuosas. (CGE-15)

K) *Distância anafórica do referente do Afetado*

A distância referencial é outra das medidas relacionadas à topicalidade. Consiste em verificar se e onde o referente da ocorrência aparece nas orações anteriores. Observamos as três orações anteriores à ocorrência. De acordo com a distância anafórica, o referente Afetado pode ser categorizado como:

a) **não-tópico**: se o referente não for encontrado nas três orações anteriores.

(55) E, quando fundaron a vylla, filharo~ este ryo no termho de Pillares. Este ryo entra en Hura, hu~u~ castello que a nome Mureça. E em este ryo *tiran ho ouro fyno*. (CGE-22)

b) **baixa topicalidade**: se o referente for encontrado na terceira oração anterior.

(56) E no~ ficou em toda a terra d'Espanha ryo que no~ secasse se no~ Ebro e Guadalquivyr e estes corryam muy pouco. E toda a terra foy herma que no~ ficou e~ ella ne~ hu~a cousa, (CGE-12)

c) **média topicalidade**: se o referente for encontrado na segunda oração anterior.

(57) E nos achamos nos livros d'Ercolles em como elle chantou e~ Sevyilha dous padro~o~es muyto altos so terra e sobre terra e, tanto que ende sacarem aquelles padro~o~es, que logo a vylla seera destroyda. (CGE-41)

d) **alta topicalidade**: se o referente for encontrado na primeira oração imediatamente anterior.

(58) E o primeiro dya no~ foram vençudos hu~u~s nem os outros; e ao segundo dia ouvero~ melhoria os de Anybal; e ao terceiro dya foy Anibal vençudo. (CGE-54)

L) *Estatuto informacional do Afetado*

Para analisarmos o estatuto informacional do SN, usamos a classificação de Prince (1981), simplifadamente, de modo a obtermos a seguinte categorização:

a) **nova**:

(59) Quando em Roma esto souberom, e~vyaron hy *hu~u~ seu juiz* por caudel. (CGE-63)

b) **evocada**:

(60) que *elle* fora alçado por rey (CGE-126)

c) **inferível**:

(61) e era poren e~na terra grande carestia e [o povo, as pessoas] morrya~ de fame (CGE-101)

5.5.2. Variáveis referentes ao Causativo

No que diz respeito especificamente ao Causativo, analisamos sete variáveis: *expressão, identificabilidade, representação, o traço [+animado], distância referencial, saliência, tipo de causa*.

A) Expressão do Causativo

Primeiramente, avaliamos a expressão do Causativo na oração. Essa variável apresenta quatro possibilidades:

a) **não-expresso**

(62) *Troya foy destroyda a segunda vez* (CGE-7)

b) **expresso por SP introduzido por *de***

(63) *E Tallaveira foy feita dos antigos sobre o ryo de Tejo* (CGE-32)

c) **expresso por SP introduzido por *por***

(64) *el rey Allarigo fora morto por el rey Clodoveo* (CGE-104)

d) **expresso por SP introduzido por *per***

(65) *Depois que Çamora foy destroyda per Cepyon* (CGE-72)

e) **expresso por SP introduzido por outras preposições**

(66) *E o bispo, quando lhes aquele ouvyo, foy muy co~fortado e~ suas pallavras* (CGE-150)

B) Representação do Causativo

Esta variável visa verificar se o Causativo não-expresso na oração é representado noutra oração e de que modo é representado, o que pode indiciar a importância do referente. Apresenta as seguintes categorias:

a) **não-representado¹⁰**

(67) *o pam dura hy muyto tempo que se no~ da~na* (CGE-32)

b) **representado por SN noutra oração**

(68) *ante desto bem cento a~nos foy pobrada a cidade de Tolledo e pobraronna dous consules de Roma* (CGE-5)

c) **representado por SP na própria oração**

(69) *por que destes foy pobrada Espanha* (CGE-3)

d) **representado por SP noutra oração**

(70) *ca muytas vezes lidou co~ os Roma~a~os e sempre foy vencido* (CGE-136)

e) **representado por oração**

¹⁰ Chamamos a atenção para o fato de que a categoria *não-expresso* da variável anterior não equivale à categoria *não-representado* aqui proposta. *Não-representado* diz respeito ao Causativo não mencionado no texto. Já *não-expresso* significa o Causativo não mencionado na própria oração.

(71) *E o bispo, quando vyo esta cousa, caeo em terra come morto* (CGE-150)

C) *Identificabilidade do causativo*

Outra variável é a identificabilidade do causativo, em que misturamos categorias concernentes ao estatuto informacional que indicam a acessibilidade do causativo no contexto. Temos os seguintes fatores: (a) evocado anaforicamente; (b) evocado cataforicamente; (c) evocado situacionalmente; (d) inferível; (e) expresso na oração; (f) não-identificável.

D) *O traço [+animado] do Causativo*

O traço [+animado] do Causativo tem as mesmas categorias da variável aplicada ao Afetado, exceto pelo acréscimo de mais duas. São, portanto, seis as possibilidades: (a) animado humano; (b) animado não-humano; (c) inanimado concreto; (d) inanimado abstrato; (e) divino; (f) não-identificável.

E) *Tipo de causa*

Outra variável ligada ao Causativo é o tipo de causa, com base em que medimos a saliência do causativo, baseada no grau de distinguibilidade dos participantes. As causas podem ser:

a) **externa concreta percebida:** o Causativo é concreto e representado.

(72) *esta villa foy feyta d'Alaquiny e fundoua Abraz* (CGE-25)

a) **externa concreta identificável:** o Causativo é concreto e inferível pelo Universo Cultural.

(73) *dous ryos que chamam a hu~u~ Doiro e outro Mynho.* (CGE-4)

b) **externa concreta não-identificável:** pela natureza do verbo, identifica-se que o Causativo é concreto, mas não é possível identificá-lo especificamente.

(74) *E entendeu per seu saber que ally avya de seer poboada hu~a grande cidade mais que no~ a pobraria elle.* (CGE-12)

d) **externa abstrata percebida:** constitui eventos que atuam como Causativos e estão representados.

(75) *E chegou o feyto delle a Pompeo tanto per que ouvera de seer destroyda Roma* (CGE-72)

e) **externa abstrata não-identificável:** constitui-se de eventos não-identificáveis. A doença, por exemplo, tem uma causa, que pode ser ação da própria natureza (ataque de peste, por exemplo) ou mesmo de uma entidade divina (como se cria, na época). Consideramos *abstrato* pelo caráter de evento.

(76) estando e~ aquella cidade de Orlleens, *adoeceu* e morreo hi de sua morte. (CGE-99)

f) **interna percebida:** quando o evento é resultado de propriedades internas e o Causativo está representado.

(77) *foron aly desmanhados de sede* (CGE-78)

g) **interna não-identificável:** quando não é possível identificar a causa, mas o contexto permite inferir que não foi provocado por fatores externos, a exemplo da ocorrência de mortes sem menção ao fator provocador, que podia ser *agravamento de doenças*, *velhice* etc.

(78) E *morreo Tarcos* e ficou qua~to elle avya a Rotas. (CGE-12)

h) **não-identificável:** quando um Causativo é concebível, mas não é possível identificar a natureza externa ou interna, concreta ou abstrata.

(79) *seredes mortos e destroydos* (CGE-77)

i) **sobrenatural:** quando o evento é atribuído a entidades divinas.

(80) Outrossy em este a~no que *este milagre foi feito* (CGE-124)

j) **inconcebível:** quando o evento é tido como espontâneo.

(81) E *amadurecem* hy mais toste *as arvores* que som agras (CGE-16)

F) *Saliência do causativo*

Com base no tipo de causa, medimos a saliência do causativo em graus, conforme a exterioridade e a visibilidade. Assim, uma causa externa concreta percebida tem *altíssima saliência*. Uma externa concreta identificável tem *alta saliência*. As causas concretas não-identificáveis e sobrenaturais apresentam *média saliência*. As abstratas percebidas, as internas percebidas apresentam *baixa saliência*. Por fim, as abstratas não-identificáveis, as internas não-identificáveis, e as não-identificáveis apresentam *baixíssima saliência*. Já as inconcebíveis apresentam *saliência nula*. Para facilitar o paralelo com a saliência do SN e com o grau de transitividade, adiante exposto, esta variável foi transformada em quartenária: *alta* (altíssima e alta), *média*, *baixa* (baixíssima e baixa) e *nula*.

G) *Distância anafórica do Causativo expresso na passiva*

Ainda no que respeita ao Causativo, medimos a topicalidade do Causativo expresso, através da distância referencial, conforme já explicitado quanto ao SN que representava o Afetado. Essa variável se justifica pela necessidade de analisar a perspectivação que atua na passiva. As mesmas categorizações usadas para avaliar a distância anafórica do Afetado são válidas aqui.

5.5.3. Variáveis referentes ao predicado

O predicado¹¹ foi analisado quanto à *classificação semântica*, segundo Chafe (1979) e Halliday (2004), à *predicação*, à *forma*, ao *tempo*, ao *modo*, ao *aspecto*, à *atualização*.

A) *Classificação semântica do predicado*

Para classificarmos o verbo semanticamente, usamos a proposta de Chafe (1979), apoiando-nos no dicionário de Borba (1991b), que nos deu quatro categorias:

a) **ação:**

(82) *E hora son hy ditas tantas cousas de brasfemyas* (CGE-35)

b) **processo:**

(83) *que se poboo a terra muy bem e enriqueceu muyto.* (CGE-51)

c) **ação-processo:**

(84) *e como fosse regido o poboo* (CGE-133)

d) **estado:**

(85) *assi que aadur pode seer sabudo o começo dos que a poboaron.* (CGE-1)

Classificamos ainda os verbos conforme Halliday (2004), em processos materiais, mentais, relacionais, existenciais, comportamentais e verbais, essencialmente para agrupar os eventos mentais, já que, na proposta de Chafe (1979), esses são classificados às vezes como estado e, às vezes, como processo.

B) *Predicação verbal*

Esta variável visa avaliar, nos dados, com que tipo de verbo ocorre a construção impessoal clítica, a tradicionalmente chamada *passiva sintética*. Não obstante sabermos que existem classificações mais completas da predicação verbal, quer na gramática tradicional (cf. LIMA, 1992), quer na Lingüística (cf. VILELA, 1992), adotaremos, para nossos propósitos, as quatro categorias típicas da sintaxe tradicional:

a) **intransitivo:**

(86) *E morreron hy ambos os Cepio~o~es.* (CGE-58)

b) **transitivo direto:**

(87) *E este concelho foy feito enna igreja de Sancta Locaya* (CGE-144)

c) **transitivo indireto:**

¹¹ Ressaltamos que rigorosamente essas variáveis não dizem respeito somente ao verbo, mas ao estado de coisas designado pela construção. Porém, se não fizermos uma devida classificação, a categoria construção vai ficar sobrecarregada de variáveis. Trata-se, pois, de uma mera conveniência metodológica.

(88) *ca elle mais se pagava da paz que da guerra.* (CGE-84)

d) **bitransitivo:**

(89) *E desta [s]erra tragen a augua a alcaçova del rey per nobre cano de chumbo e da alcaçova* (CGE-14)

C) *Forma verbal*

Analisamos se a forma verbal era simples ou composta, a fim de verificarmos o uso de auxiliares modais. Este fator apresenta quatro possibilidades:

a) **Simple**

(90) *grandes feitos que se hy fezeron* (CGE-48)

b) **composta com ser/verbo de mudança**

(91) *e foy posto em seu lugar Pallayo, o segundo* (CGE-127)

c) **composta com auxiliar modal**

(92) *aquelle no~ se podia achar assy ligeiramente* (CGE-150)

c) **composta com auxiliar têmporo-aspectual**

(93) *e, depois que a assy ouvero~ arrancada, posero~ma dyante.* (CGE-35)

D) *Tempo verbal*

Quanto ao tempo, foram estas as categorias:

a) **presente**

(94) *E em este ryo tiran ho ouro fyno.* (CGE-22)

b) **pretérito imperfeito**

(95) *e mandou que as outras oyto ficassem em Caliz e levassen a nona.*(CGE-9)

c) **pretérito perfeito**

(96) *E arryncaro~na do muro per mui grande força* (CGE-35)

d) **pretérito mais-que-perfeito**

(97) *foy aly onde fora pobrada a cidade de Talca* (CGE-6)

e) **futuro do presente**

(98) *hy cousas tam fyrmes que se no~ desfaran por ne~ hu~u~ tempo pero as todas destroysem.* (CGE-21)

f) **futuro do pretérito**

(99) *nem daryam por elle nada* (CGE-41)

g) forma infinita

(100) ca e~nos livros das cronicas melhor era de *se screpver* as nobres cavallaryas e as boas façanhas (CGE-144)

E) *Modo verbal*

Esta variável teve quatro categorias: *indicativo, subjuntivo, imperativo e infinita*.

F) *Perfectividade*

Esta variável tem dois fatores: *perfectivo e imperfectivo*, conforme a classificação aspectual de Comrie (1978).

a) **perfectivo:**

(101) E em esta maneira *foy Calez poboada* (CGE-11)

b) **imperfectivo:**

(102) e de hy o *levam a muytas partes* (CGE-20)

G) *Atualização verbal*

Observamos ainda a atualização, que, segundo Barros (1981), pode ser:

a) **Potencial:**

(103) e *serya elle e Freneo desapoderados do senhoryo* (CGE-77)

b) **Imperfeito:**

(104) E em Molyna ouve hu~a cidade antiga a *que chamava~ Bareçuca* (CGE-28)

c) **Perfeito:**

(105) *as auguas mynguario~* (CGE-76)

5.5.4. Variáveis referentes à construção

A construção foi analisada globalmente quanto aos participantes, ao tipo de oração, à modalidade, à polaridade, ao tipo de evento, ao grau de relevo, à cinesis, à transitividade.

A) *Nº de participantes*

Esta variável foi necessária para se medir a transitividade.

a) **um participante:**

(106) assy que steve em gram medo de *seer vençudo* (CGE-80)

b) **dois participantes:**

(107) *Taço foy vençudo de Hercolles* (CGE-9)

B) *Tipo de oração*

Quanto ao tipo de oração, observamos se a construção figura em oração:

a) **absoluta**

(108) *Aquy sera poboada hu~a grande cidade* (CGE-6)

b) **coordenada**

(109) *e da alcaçova a levam pella vylla em outros logares* (CGE-14)

c) **principal**

(110) *Quando em Roma esto souberom, e~vyaron hy hu~u~ seu juiz por caudel.* (CGE-63)

d) **completiva**

(111) *E jaz sobre o ryo de Barbate, aquelle de que ja dissemos que enchera* (CGE-45)

e) **relativa**

(112) *o templo que era chamado Panteo* (CGE-135)

f) **circunstancial**

(113) *logo que foy alçado por rey* (CGE-115)

C) *Modalidade*

A modalidade acha-se fortemente ligada à voz média, como vimos. Avaliamos se o evento descrito é *realis* ou *irrealis*, conforme Givón (2001).

a) **realis:**

(114) *quando esto vyro~, sobejame~te foron spantados* (CGE-124)

b) **irrealis:**

(115) *entendeo que se perderyam hy muytos* (CGE-75)

D) *Polaridade*

Verificamos a polaridade, baseados em Givón (2001), com o fim de ver a especificidade do evento. Esta variável apresentou três fatores:

a) **positiva:**

(116) *E amadurecem hy mais taste as arvores que som agras* (CGE-16)

b) **negação SV:**

(117) *entendeu que no~ seerya prezada nem temyda ne~ honrrada.* (CGE-111)

c) **negação dupla:**

(118) *no~ he achada nem hu~a cousa* (CGE-149)

E) *Tipo de evento*

Classificamos o evento em dois tipos, conforme haja ou não, expressa, inferível ou concebível, uma entidade provocadora:

a) **provocado**

(119) *dizem algu~u~s que este logar foy pobrado* (CGE-7)

b) **não-provocado**

(120) *enno prymeyro a~no, morreo o papa Bonifacio* (CGE-135)

F *Cinese*

Este fator é um dos parâmetros avaliados na medição da transitividade e pode ser:

a) **ação:**

(121) *todollos da hoste da sua parte foron mortos* (CGE-81)

b) **não-ação:**

(122) *despois que este rey Espam foy velho* (CGE-8)

G) *Grau de transitividade*

A transitividade foi medida em graus, conforme seis dos dez parâmetros de Hopper e Thompson (1980). A volição e a potência do agente não foram consideradas, por este nem sempre estar presente nas construções analisadas e pelo fato de os referidos parâmetros serem de difícil identificação, conforme já devidamente argumentado. A pontualidade e a telicidade foram substituídas pela perfectividade. Também o grau de afetação do Objeto não foi considerado, porque raramente o contexto determina o grau de afetação do SN. Há contextos, como os ilustrados em (123) e (124), em que fica clara a afetação total ou parcial do SN, mas isso não é sistemático.

(123) *de que todo foy comydo* (CGE-97)

(124) *se no que e~ esta no~ foy de todo vençudo* (CGE-80)

Por fim, foram estes os aspectos avaliados: (a) nº de participantes; (b) cinese; (c) polaridade; (d) modalidade; (e) individuação; (f) perfectividade. Cada ocorrência recebe um ponto cada vez que contém o fator avaliado, de modo que chegamos a uma

escala de transitividade que varia de 0 a 6 graus: altíssima (grau 6), muito alta (grau 5), alta (grau 4), média (grau 3), baixa (grau 2), baixíssima (grau 1), nula (grau 0). Depois, para facilitar a análise, agrupamos numa variável ternária: alta transitividade (graus 5 e 6), média transitividade (graus 3 e 4) e baixa transitividade (graus 0 a 2). A variável ternária é, por sua vez, agrupada numa variável binária: transitivo (graus 4 a 6) e não-transitivo (graus 0 a 3).

H) *Relevo discursivo*

Avaliamos o relevo discursivo, considerando quatro contextos: (a) o relevo discursivo da oração no período; (b) o relevo discursivo do período no parágrafo; (c) o relevo discursivo do parágrafo no capítulo; (d) o relevo discursivo do capítulo no texto. Nesta análise do relevo, consideramos as contribuições de Hopper (1979) e Talmy (2000).

a) **Figura no período**

(125) *O cavalleyro quando ouvyo nomear o apostollo Sa~ Pedro, espantousse* (CGE-81)

b) **Fundo no período**

(126) *ca tam longa ficava a guerra a Julyo Cesar e per tantas batalhas avya de passar, ante que acabasse o que querya, que ante serya~ mortos os mais de quantos co~ elle andava~* (CGE-79)

I) *Grau de figuratividade*

Conforme fosse Figura ou Fundo em cada um dos quatro contextos avaliados na variável *relevo discursivo*, as ocorrências foram graduadas de 0 a 4. Assim, obtemos quatro possibilidades: *alta figuratividade* (graus 4 e 3), *média figuratividade* (grau 2), *baixa figuratividade* (graus 1 ou 0).

Para efeito de análise estatística, as categorias de cada grupo de fatores foram codificadas em números inteiros, tantos quantos fossem as categorias. Por exemplo, quanto ao fator *estatuto informacional*, a categoria *informação nova* foi codificada por 1, *informação inferível*, por 2 e *informação evocada* por 3.

Após a categorização, os dados foram tabulados, através do software *SPSS 7.5 for Windows*, que nos deu a frequência e fez o cruzamento das variáveis com o fim de verificar o grau de influência destas na maior ou menor caracterização de uma dada construção. Testamos a relação entre as variáveis através do teste *Chi-quadrado de Pearson*, que nos deu a significância estatística.

Em seguida a essa análise quantitativa, fizemos uma análise qualitativa, em que avaliamos a relevância dos fatores e estabelecemos relação entre os resultados e as hipóteses levantadas. Avaliamos os resultados, considerando as associações condicionais em duas direções, da função para forma e da forma para a função, a fim de verificarmos se são compatíveis com as hipóteses postuladas.

Por último, antes de passarmos aos resultados, cabe uma observação ainda de ordem metodológica. Trata-se da lista de dicionários de que nos servimos para analisar e categorizar as ocorrências. Para a classificação de verbos, por exemplo, embora tenhamos nos pautado, em última análise, no contexto do *corpus*, usamos os dicionários de Borba (1991, 2002). Para reconstituímos um ou outro verbo não mais usado no português atual, muitas vezes socorremo-nos de dicionários etimológicos como Cunha (1987), apesar de algumas limitações¹². Recorremos igualmente a dicionários do português medieval: Viterbo (1865), Bluteau (1712-1728) e o *Dicionário de Verbos do Português Medieval* do CIPM, estes dois últimos em versão digital. Por fim, para elucidação de sentido, servimo-nos de Moraes ([1813] 2 vols., 1922) que, embora mais moderno que o de Viterbo (1865), abona exemplos com autores não-modernos e alude a sentidos arcaicos das formas. Além desses, usamos Houaiss (2001), na versão digital, que registra também verbos com significados arcaicos, além de informar a etimologia por século, embora muitas vezes falte abonação.

¹² Uma delas é a notória falta de abonação. O privilégio é das formas em sua dimensão morfo-fonéticas, no contexto de dado século.

CAPÍTULO VI

A CODIFICAÇÃO DA NÃO-ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE NA *CRÔNICA*

Givón (1982) trata as construções a serem aqui analisadas no âmbito da *impessoalidade*, um dos três domínios funcionais envolvidos na categoria de voz¹, que consiste na supressão da identidade do agente. Para o autor, a impessoalidade submete-se a graus, conforme a supressão do agente seja plena, quando o apagamento é obrigatório (*deletion*); ou parcial, quando o agente é demovido a outros casos (*demoção*), ou seja, não-expresso nominativamente, como sujeito.

Deste modo, incluindo como grau máximo de impessoalidade a medial espontânea, em que o processo designado prescinde de um papel Agente, podemos dizer que a função que abriga, de modo geral, as construções por nós estudadas é a impessoalidade. Ou melhor, para sermos mais exatos, é a não-atribuição de causalidade, esta entendida como um construto em que a entidade causadora do estado de coisas descrito na predicação não é mencionada², seja porque não é exterior, como ocorre nos eventos espontâneos — ou dados como tais — seja porque é genérica, desconhecida, evocada no discurso ou por outras razões semântico-pragmáticas. Assim compreendida, a não-atribuição de causalidade abrange uma multiplicidade de construções nominais, pronominais e verbais.

No domínio das construções verbais, a noção de causalidade e de impessoalidade liga-se ao fenômeno da voz³, que tem sido tema de amplos debates. Entre os gramáticos tradicionais, que, em geral, consideram a voz uma relação sujeito/predicado, há os que, na definição dos tipos de voz, sem abandonar totalmente o sentido, priorizam a forma (cf. JOÃO DE BARROS, 1957, SOARES BARBOSA, 1875, JÚLIO RIBEIRO, 1899) e outros que dão primazia ao sentido (cf. MAXIMINO MACIEL, 1914, ALMEIDA, 1980, BUENO, 1963).

Na Linguística moderna, a voz ora é considerada categoria estrutural, levando-se em conta a estrutura das orações tidas como ativas, passivas ou reflexivas (cf.

¹ Os outros são *detransitividade* e *topicalidade*, de que tratamos anteriormente (cf. capítulo 3 desta tese).

² A diferença que aqui para nós se põe entre impessoalidade e não-atribuição de causalidade parte da noção de causalidade adotada que concebe a existência de dois traços não necessariamente presentes na impessoalidade: [+mudança] e [+afetação].

³ O próprio termo é discutível. Andersen (1996), por exemplo, diferencia voz e diátese. Chama *diátese* a manifestação formal, através de desinências verbais, do fenômeno voz, como havia em grego. Aqui usamos indistintamente um e outro termo.

MACAMBIRA, 1986); ora, categoria sintático-semântica, enfatizando-se o papel semântico do sujeito para com o verbo (cf. CAMARA JR., 1977), ou a relação do verbo para com seus argumentos (cf. WHITAKER-FRANCHI, 1989); ora é categoria semântico-pragmática, relacionada *essencialmente* à topicalidade e à coesão textual (cf. CHAFE, 1979, GIVÓN, 1993, HALLIDAY, 1976, 2004).

Para nós, ela é um fenômeno complexo de várias faces: pragmática, semântica e sintática, que reflete uma conceitualização de eventos. Assim considerada, a voz não está restrita ao verbo, mas afeta toda a oração, ou melhor dizendo, todo o discurso. Portanto, não deve ser vista sob um único ângulo, sob pena de se perderem muitos dos seus caracteres.

É essa noção de voz que se encontra em Lima (1999) e em estudos mais recentes como o de Camacho (2002, 2003) e o de Hawad (2002). Aqui não nos preocupa exatamente a descrição de tipos de voz, mas o estudo de formas de não-atribuição de causalidade. Na análise de nosso *corpus*, partimos, portanto, não da categoria de voz, mas de uma das funções das vozes, consideradas de-transitivas por Givón (1993), a não-atribuição de causalidade. Nessa direção, deparamo-nos não só com manifestações nominais e pronominais, mas também com construções verbais, misturando-se, entre estas, vozes ativas menos prototípicas, passivas e médias, ilustradas em (1-7).

- (1) *construção através de nominalização*
 - a. E jaz sobre o ryo de Barbate, aquelle de que ja dissemos que enchera, o qual enchymento fora gra~de fartura e~ os logares da sua comarca. (CGE-45).
 - b. E os Roma~a~os viinham muy sanhudos pollo destroymento de Segonça (CGE- 56)
- (2) *construção com pronome indefinido*
 - a. E, quando alguem sayr de Carmona pera Narbona, nu~ca sayra do licenceo se quiser (CGE-42)
 - b. E em esta villa ha muytas myneras de ferro, mais ca em outra villa que home~ possa saber.
- (3) *Construção impessoal não-clítica*
 - a. E em este ryo tiran ho ouro fyno. (CGE-22)
 - b. e em que lavraron muytas e boas terras (CGE-18)

⁴ Ao denominarmos de impessoal os dois tipos de construções exemplificados em (3-4), estamos adotando parcialmente a denominação de Camacho (2002, 2003), o qual chama assim a construção denominada *passiva sintética* na NGB, que, conforme uma tendência de perda dos clíticos, pode manifestar-se na forma não-clítica, razão por que o autor adota duas subclassificações: a *impessoal clítica* e a *impessoal não-clítica*.

- (4) *Construção impessoal clítica*
 - a. grandes feitos *que se hy fezeron* (CGE-48)
 - b. por os mudamentos dos muytos senhorios, *se perdero~ os livros* (CGE-1)
- (5) *Construção passiva*
 - a. *Troya foy destroyda* a segunda vez (CGE-7)
 - b. *E foy hi morto o emperador Almycal.* (CGE-51)
- (6) *Construção medial clítica*
 - a. as arvores aadur apodrece~ hy e *as hervas nu~ca se secam* [...]. (CGE-15)
 - b. *E aqui se acabou o reyno dos Estrogodos de todo.* (CGE -122)
- (7) *Construção medial não-clítica*
 - a. e *muy boos prados que no~ secam* em nem hu~u~ tempo. (CGE -41)
 - b. *E, quando enche o Tejo* [...]. (CGE-37)

Mattos e Silva (1989) chegou a resultados semelhantes nos *Diálogos de São Gregório, corpus* do século XIV, ao analisar o que chamou de *estruturas de sujeito não-determinado, genérico, não-especificado*. A autora encontrou como estratégia mais comum o uso do verbo em P6; do pronome indefinido *homen*; do emprego da chamada passiva pronominal e da passiva analítica sem agente explícito.

Todas essas formas de codificação de não-atribuição de causalidade trazem subjacente uma escala de indeterminação de base mais semântica que formal. A este propósito, vale a pena socorremo-nos de um adepto de Pottier (1978), Macedo (1991), que explicita esta gradualidade:

cremos que é necessário pensar em graus de indeterminação. Assim nos perguntaríamos se *bateram à porta* tem o mesmo grau de indeterminação de *alguém bateu à porta*. Da mesma forma, se *alguém lhe telefonou* tem o mesmo grau de indeterminação de *um desconhecido lhe telefonou?* (MACEDO, 1991, p. 270).

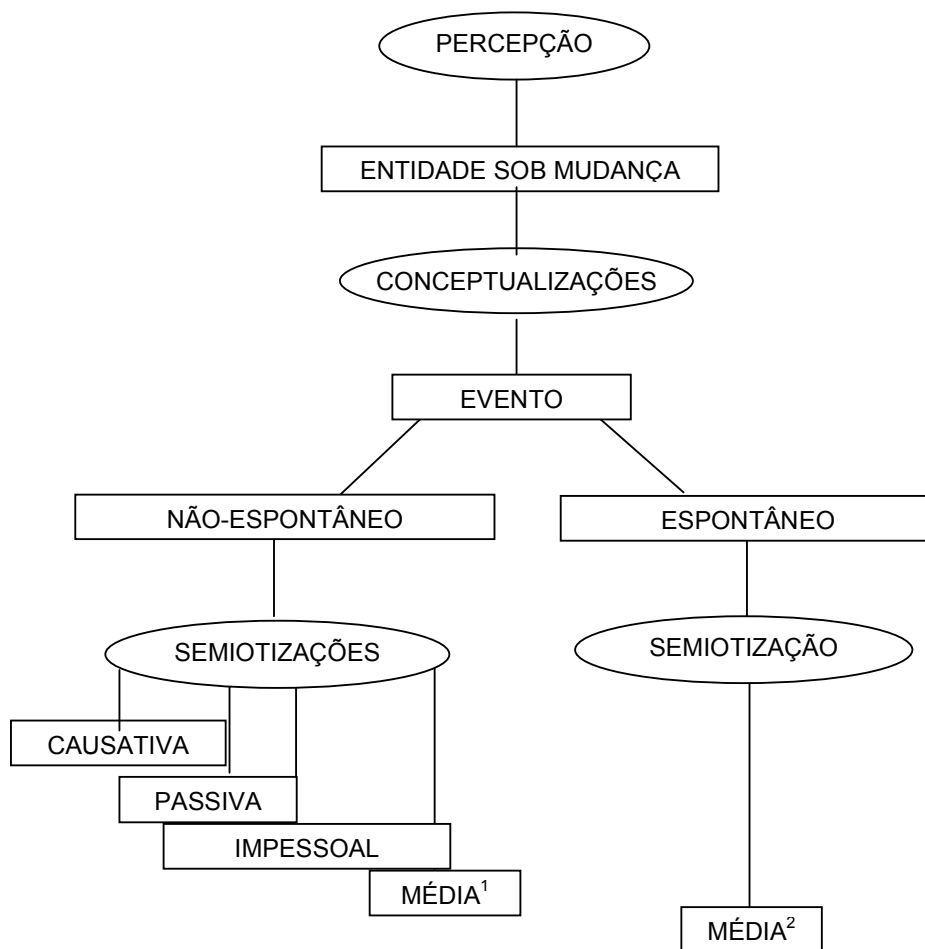
Todavia, das formas de codificação encontradas, por necessidade de recorte metodológico, analisamos quantitativa e qualitativamente apenas as ilustradas em (3-7), o que não nos impede de, neste capítulo de caráter geral, abordarmos brevemente as outras formas de expressão.

6.1. A codificação verbal da não-atribuição de causalidade

Partimos do princípio de que as construções verbais, ilustradas em (3-7), codificam a não-atribuição de causalidade em variados graus, conforme fatores ligados

à noção de causalidade, como o Causativo⁵, que pode ser inconcebível, não-expresso ou expresso por SP na própria oração; e, considerando, com Delancey (1987), que a expressão morfossintática da transitividade reflete aspectos cognitivos, conjugamos a proposta de Pottier (1992) à noção de média espontânea de Kemmer (1993), e chegamos à figura abaixo que representa nossa concepção da representação de eventos, que leva em consideração a saliência e a perspectivização.

Figura 6.1: a representação de eventos



A figura ilustra que, diante da percepção de uma entidade sob mudança, temos duas conceitualizações de eventos possíveis, a depender de fatores pragmático-cognitivos como *intenção*, *saliência*, *imaginação*, entre outros (cf. CHAFE, 1994). Assim, o evento pode ser conceitualizado como não-espontâneo, ou seja, provocado por alguma entidade, não necessariamente humana; ou como espontâneo, isto é, ocorrendo

⁵ Chamamos *Causativo* o macro-papel que engloba papéis agentivos: agente, causa, instrumento e força.

independentemente de qualquer outra entidade. No primeiro caso, quatro semiotizações⁶ se oferecem, em português, ao enunciador: causativa, passiva, impessoal e média não-espontânea⁷. A escolha dependerá de fatores pragmático-discursivos, como topicalidade e estatuto informacional. No segundo, há a média espontânea, em que nenhuma entidade causadora é concebível. Na figura 6.1, a altura das caixas pretende representar o grau de causalidade das semiotizações. Deste modo, a causativa — a ativa prototípica — está situada mais elevadamente por representar maior causalidade que a média espontânea, situada mais à direita numa escala de causalidade decrescente. Do exposto, decorre que a média, por poder representar tanto eventos provocados como não provocados, é a que se apresenta mais complexa à análise, confundindo-se, em muitos casos, com a impessoal.

Na narrativa, conforme os estudos de Hopper e Thompson (1980), já referidos, predominam orações de alta transitividade, ou seja, construções causativas ou situadas mais à esquerda da escala ilustrada na figura 6.1. Isso se dá, segundo DeLancey (1987), que entende a narrativa como uma recriação da experiência, por serem os eventos mais cinéticos perceptualmente ou psicologicamente mais salientes.

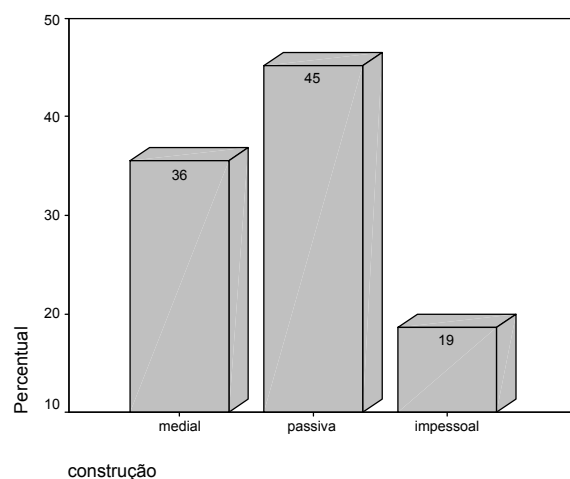
Em outros termos, na narrativa, construções situadas à direita da figura são marcadas, uma vez que se afastam do protótipo de transitividade. Na Crônica, coletamos 1061 ocorrências destas construções. Assim, embora não tenhamos coletado as construções causativas, para efeito de comparação, o índice de pouco mais de mil ocorrências num *corpus* de 69 mil palavras evidencia o caráter marcado das construções foco desta tese. Dentre elas, a mais freqüente é a passiva, com 45,2% (480/1061); e a menos freqüente é a impessoal, com 18,8% do total de ocorrências (199/1061). O gráfico 6.1 ilustra as freqüências dessas construções no *corpus*⁸.

⁶ Lembramos que *semiotização*, termo de Pottier (1992), equivale ao que vimos chamamos *codificação*, segundo Givón (1993).

⁷ Nesta representação, estamos considerando apenas o tipo geral. No interior de cada tipo, há ainda escalaridade que será discutida adiante, com casos mais ou menos prototípicos, que tornam a distinção entre os tipos fluida.

⁸ Observe-se que, no gráfico, as casas decimais são desprezadas.

Gráfico 6.1: Frequência das construções de não-atribuição de causalidade na CGE



A alta frequência de passivas, contrastando com o baixo índice de impessoais, talvez se deva ao gênero textual. Na verdade, há estudos, como os de Givón (1993), Hopper e Thompson (1980), Thompson e Hopper (2001), que mostram a influência do gênero textual na frequência de orações ativas e passivas, mas não dispomos de pesquisas que analisam a relação entre as variadas construções de não-atribuição de causalidade e o gênero textual. A influência do gênero textual na escolha da forma de codificação da não-atribuição de causalidade fica como mera hipótese a ser investigada em trabalhos futuros que investiguem essa função em textos variados de um mesmo período.

Para além disso, a possibilidade de menção do agente, geralmente humano, na passiva talvez aproxime mais esta construção da causativa, o que justifica sua maior frequência. Embora outras construções também admitam um SP que representa a entidade provocadora do estado de coisas, diferentemente da passiva, este raramente representa um ser humano, como veremos no exame dos dados. A análise das variáveis para cada construção, em separado, que faremos nos próximos capítulos, pode lançar mais luzes sobre esta questão. Por enquanto, cabe verificar em que medida a frequência se relaciona ao grau de transitividade das construções analisadas. Para isso, dedicamos a próxima seção.

6.1.1. Grau de transitividade

A escalaridade dessas construções já foi apontada em Kemmer (1993), em Givón (1993) e, mais recentemente, em Camacho (2002, 2003). Em trabalho anterior, com base em Givón (1993) e Kemmer (1993), também propusemos, para o português, uma escala de de-transitivização que reproduzimos abaixo (cf. LIMA, 1999, p.140).

Figura 6.2: Escala de de-transitivização (LIMA, 1999)

ATIVA - RECÍPROCA - REFLEXIVA - IMPESSOAL - ANTIPASSIVA - PASSIVA - MÉDIA

A escala proposta se baseava em três parâmetros: (a) grau de estativização do verbo; (b) presença ou não de objeto paciente ou sujeito agente; (c) topicalização dos argumentos. Desse modo, a ativa prototípica representa o grau mais alto de transitividade, com verbo designando um evento, um objeto paciente e um sujeito agente. Na recíproca e na reflexiva, o decréscimo de transitividade se deve à baixa distinção entre os referentes. A impessoal se situa logo após por ter o agente omitido, embora o verbo continue designando um evento e o objeto paciente continue como tópico secundário. Na antipassiva, a omissão do objeto dá à construção forma intransitiva, mas o sujeito continua sendo agente e em posição primária. Na passiva, o sujeito é paciente, promovido a tópico primário e o agente, embora demovido, pode ainda ser expresso. A média representaria o grau mais baixo de transitividade por ser o sujeito paciente, tópico primário, e por não poder o agente ser expresso⁹.

Esta escala, embora teoricamente fundamentada, falhava por ser anterior à experiência. Com exceção da média, que analisamos quantitativa e qualitativamente, era o próprio conceito, nas demais, que lhes definia um lugar na escala. Desta feita, buscamos avaliar o grau de transitividade das construções de não-atribuição de causalidade, partindo de dados empíricos, a fim de confirmar ou não a escala proposta na figura 6.1.

Antes, porém, precisamos chamar a atenção para pontos relevantes. O primeiro é que, em Lima (1999), estudamos detidamente apenas a construção média, definindo-a entre outros critérios, com base na relação causativa/média. Na época, descartamos os casos em que essa relação era lexical, como *derrubar/cair*, considerando frases com o

⁹ Vale ressaltar que, nessas considerações, levamos em conta apenas os casos prototípicos. Admitimos, por exemplo, no caso da média não-prototípica, a menção explícita do causativo, demovido apenas no sentido de se manifestar como sintagma preposicionado.

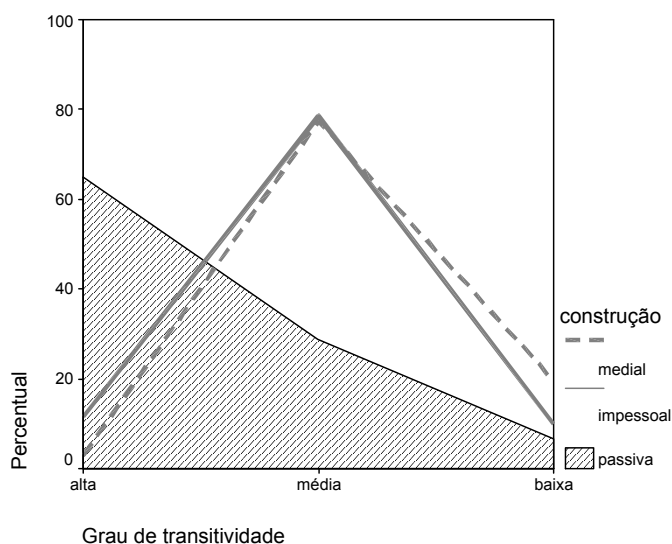
que Chafe (1979) chama verbo de processo como ativas menos prototípicas. O presente trabalho “quebra essas amarras” e, partindo do sentido, redefine as construções. Daí a nomenclatura *causativa* ao invés de simplesmente *ativa*, para deixar claro que estão inclusas na escala apenas as prototípicas; e a nomenclatura *médias não-clíticas*, para construções com verbos, como *morrer, cair, envelhecer, empalidecer* etc, independentemente da diferença de semantemas entre o verbo causativo e o verbo medial.

Por ser a transitividade manifestação da noção de causalidade, resulta que o grau de causalidade de uma construção está ligado aos parâmetros de transitividade de Hopper e Thompson (1980), os quais mostram, segundo Givón (1982), que não apenas a gramática inteira, mas também construções particulares, consideradas em si mesmas, se comportam como organismos complexos, em que as dependências mútuas não são acidentais. Givón (1982, p.159) explica a confluência de três domínios funcionais numa mesma construção através de três inferências pragmático-abdutivas:

- (8) se a identidade do agente é suprimida, um outro argumento pode ser tópico da oração, daí a confluência entre impessoalização e topicalidade;
- (9) se o aspecto perfectivo/estativo/resultativo de um evento é focalizado, presumivelmente o estatuto do agente é menos importante, daí a confluência entre detransitivização e impessoalização;
- (10) se o tópico da oração é não-agentivo, é provável que aspectos relativos ao paciente do evento, isto é, o estado resultante sejam focalizados; daí a confluência entre topicalidade e detransitivização.

A análise de 6 parâmetros de transitividade, adaptados de Hopper e Thompson (1980), nomeadamente, *nº de participantes, grau de individuação, modalidade, cinesa, polaridade, perfectividade*, revelou que a passiva é a construção mais transitiva das três analisadas: 67,3% das ocorrências apresentaram índice de transitividade 5 ou 6, ou seja, alta transitividade, e apenas 5,2%, índice igual ou inferior a 2, que consideramos de baixa transitividade. Quanto às construções média e impessoal, a maioria apresentou média transitividade — 85,3% e 75,9%, respectivamente — diferenciando-se, todavia, pelo índice de ocorrências com alta transitividade. Enquanto as médias apresentaram um índice baixíssimo de ocorrências com alta transitividade, a saber, apenas 4,2%, as impessoais apresentaram 13,1% de ocorrências com nível 5 ou 6, o que justifica seu lugar intermediário na figura 6.1. O gráfico 6.2 permite visualizar as relações entre estas construções quanto ao grau de transitividade.

Gráfico 6.2: Grau de transitividade das construções verbais



No gráfico 6.2, a passiva é representada por uma quase reta que tende para a esquerda, mostrando a tendência de ela apresentar alta transitividade. Já a impessoal, embora presente, como a média, uma predominância de grau médio, tende um pouco mais para a esquerda que esta. Ambas são representadas por uma curva de Gauss, em que a maioria apresenta grau intermediário, e uma minoria se afasta para a direita e para a esquerda.

Passamos, a seguir, a apresentar uma análise geral dos dados quanto a fatores semânticos e pragmáticos.

6.1.2. Exame geral dos dados

6.1.2.1. O predicado

Nas construções de não-atribuição de causalidade, naturalmente predominam os verbos de ação-processo e processo. Os primeiros correspondem à noção de causalidade prototípica, em que se concebem dois participantes: um Causativo e um Afetado. Os verbos de processo predominam nas construções médias, em que, normalmente, só se concebe o Afetado. Há desvios que serão discutidos nos capítulos dedicados a cada construção. A tabela 6.1 apresenta o cruzamento desta variável com os tipos de construção de não-atribuição de causalidade.

Tabela 6.1: Tipo semântico de predicado

			construção			Total
			medial	passiva	impessoal	
Classificação semântica do verbo	ação-processo	Nº		438	188	626
		%		91,3%	94,5%	59,0%
	processo	Nº	380	24	10	414
		%	99,5%	5,0%	5,0%	39,0%
	estado	Nº	2	18	1	21
		%	,5%	3,8%	,5%	2,0%
Total		Nº	382	480	199	1061
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Registrou-se um número muito reduzido de verbos de estado, especialmente na forma passiva (21/1061: 2%). Embora constituam casos menos prototípicos, figuram na tabela 6.1, por constituírem casos tratados na literatura como extensões metafóricas da noção de causalidade. Trataremos destes casos de menor prototipia com mais vagar, nos capítulos seguintes.

Atestamos também verbos de ação na forma passiva e impessoal (50/1111: 4,5%), que não figuram na tabela por serem casos de impessoalidade, mas não de não-atribuição de causalidade. Não há Afetado¹⁰ a que se possa atribuir uma mudança, o que contraria o conceito de causalidade acolhido por nós, que pressupõe uma entidade afetada por uma mudança provocada ou espontânea. Portanto, embora nesta seção, destinada a apresentar resultados gerais, façamos referência a esses casos, estes foram desconsiderados na análise quantitativa das variáveis. Eis alguns exemplos do *corpus*.

(11) na forma impessoal

- a. por que era a terra lodossa que a no~ *podia~ andar* e~no inverno se no~ con grande trabalho (CGE-11)
- b. *como se devya~ de obrar*. (CGE-12)
- c. E se *va~a~ pello caminho de Matramaca* dos filhos de Darag he mais longe (CGE-20)
- d. no~ *avya* ponte *per que passassem* (CGE-11)

(12) na forma passiva

- a. *os quaaes ainda no~ era~ leudos* ne~ sabudos (CGE-149)
- b. *o nome de Cristo seja preegado aas gentes* (CGE-139)
- c. E *o termo de Ge~e~ he theudo por melhor* antre os melhores termhos (CGE-17)
- d. E hora *son hy ditas tantas cousas* de brasfemyas (CGE-35)

¹⁰ Pelo menos no sentido que estamos usando, como entidade que sofre mudança com ou sem intervenção externa. Considerando, porém, o movimento como manifestação da causalidade e reconhecendo, com Langacker (1991), que este, em algumas entidades, é compelido por uma fonte de energia interna, verbos de ação, como *andar*, codificam um movimento provocado por energia interna, e assim o sujeito desses verbos representaria, ao mesmo tempo, uma entidade causadora, pois o movimento partiu dele, e uma entidade afetada pelo movimento, que ele mesmo provocou. A diferença entre este caso e o construto absoluto parece, portanto, depender mais de traços ligados ao caráter [+ potente] do sujeito desses verbos (animado) e o caráter [-potente] do sujeito de construções não-causativas.

O significado mais encontrado, entre esses verbos, é o de ação verbal, que obviamente pode provocar mudanças, mas no interlocutor. São os chamados verbos *dicendi* ou verbos de elocução de que encontramos 35 ocorrências (70% dos verbos de ação).

Encontramos os seguintes verbos *dicendi*: DIZER, CONTAR, FALAR, ACONSELHAR, AVISAR, ACUSAR, CONFIRMAR, FADAR, PREEGAR, SOAR, ROGAR. Destes, os mais neutros são DIZER e FALAR, vez que os demais, para além do significado básico de *dizer algo*, trazem uma caracterização do dizer (cf. NEVES, 2000, p. 48):

- (13) a. CONTAR ‘dizer uma história’
segundo se conta na cronyca roma~a~ (CGE- 59)
- b. ACONSELHAR ‘dizer um conselho’
coy dando seer ben conselhados daquelles a que demandan conselho (CGE-88)
- c. AVISAR ‘dizer um aviso’
foron en esto ben avisados os sabedores antigos (CGE-1)
- d. ACUSAR ‘dizer uma acusação’
foy chamado ao concelho e acusado (CGE-149)
- e. FADAR ‘dizer uma profecia’
E assy se podera compryr o que fora fadado do imperio de Roma. (CGE-76)
- g. PREEGAR ‘dizer um sermão’
o nome de Cristo seja preegado aas gentes (CGE-139)
- i. ROGAR ‘dizer um pedido em súplica’
foron rogados de seus vassalos de no~ (CGE-87)

Não nos debruçamos sobre as formas específicas de dizer, como estas acima. Tampouco verificamos a aparição do verbo DIZER com um os sentidos acima para verificarmos o papel do contexto no acréscimo sêmico a ele, vez que tal assunto foge de ao nosso escopo.

Dedicamo-nos agora também, em linhas gerais, a relação entre verba *dicendi* e a noção de evidencialidade.

6.1.2.1.1. Verbos *dicendi* e grau de evidencialidade

Os verbos *dicendi* se distribuíram entre passivas e impessoais, com predominância das impessoais: 21 (60%) ocorrências de impessoais contra 14 (40%) de passivas. Considerando-se que verbos *dicendi* prevêm três participantes — *emissor* ou *fonte do dizer*, *receptor*, e *referência* ou *citação*¹¹, a escolha de que participantes omitir

¹¹ Halliday (2004) considera os seguintes participantes de processos verbais: *sayer-target* (fonte do dizer), *receiver* (receptor) e *verbiage* (verbalização).

só pode dar-se na passiva, já que, na impessoal, é a fonte que é pragmaticamente omitida.

De fato, nas 14 ocorrências de passivas, em apenas uma, todos os actantes estão codificados. Em 11, predomina a omissão do actante que representa o emissor. Estes dados mostram que a função da passiva com verbos *dicendi* é primordialmente omitir a fonte do dizer, embora possa funcionar também como mecanismo de topicalização da ‘citação’ (ingl. *quoting*, cf. HALLIDAY, 2004, p.253) referente ao que é dito.

Se passivas e impessoais com verbos *dicendi* têm como função básica omitir a fonte do dizer, a diferença primordial entre passivas e impessoais com verbos *dicendi* talvez seja o fato de, na passiva, o conteúdo do que é dito representar, em geral, informação evocada (PRINCE, 1981), haja vista a alta frequência de sujeitos representados por SNs definidos na passiva de verbos *dicendi*. Já na impessoal, o conteúdo do dizer faz parte da asserção, constitui informação nova. Exemplifiquemos.

- (14) a. se nom estas *que ditas som* (CGE-100)
b. *esta deslealdade foy muy soada* per toda Spanha (CGE-66)
- (15) a. Este ryo entra em hu~a lagoa muy alta, em tanto que *dizem que he sem fundo* (CGE-45)
b. e *dizem que no~ ha hy mais que hu~a no mundo.* (CGE-72)

Digno de nota é o fato de a impessoal ser muito mais freqüente com o verbo neutro DIZER que a passiva, que apresenta uma maior variedade de verbos *dicendi*. Em 19 das 21 ocorrências de impessoais, o verbo é DIZER. Se focarmos a atenção do verbo para a construção, mais uma vez verificamos uma forte relação entre o verbo DIZER e construções impessoais: das 23 ocorrências com DIZER, 19 figuraram nas impessoais e apenas 4 nas passivas.

A construção impessoal é usada como uma forma de introduzir uma informação nova com que o falante não quer se comprometer, excluindo-se, pois, como fonte. Isso se reflete não só na escolha do verbo neutro DIZER, mas no alto índice de formas imperfectivas: das 21 ocorrências de impessoais, apenas 2 estão no perfectivo. Estas duas representam situações específicas, no contexto do primeiro plano da narrativa, de tal modo que também são as únicas em que o receptor figura na forma de pronome objeto.

- (16) e preguntou Pirus como avya nome aquella serra e *disseronlhe que avya nome a serra do Sol* (CGE-12)
- (17) *ca lhe diseron que dizia muytas cousas das que avyam de vi~i~r,* (CGE-117)

As 19 restantes se encaixam na função acima referida de introduzir informação sem compromisso por parte do narrador. Ao atribuir o ato de dizer a outrem, sem especificação, o narrador se exime da responsabilidade sobre a informação¹². A propósito, logo no início da Crônica, o narrador deixa claro que a história se trata de compilação de outras e lista os autores destas:

- (18) Porende el rey dom Affonso de Castella, que foy filho del rey do~ Ferna~do e da raynha dona Beatriz, mandou ajuntar qua~tos livros pode aver das estorias antigas em que algu~as cousas fossen escriptas dos feytos d'Espanha. E tomou primeirame~te da *Cronica do arcebispo do~ Rodrigo* e de *dom Luchas, o bispo de Tuy*, e de Paulo Orosio e de *Lucano* e de *Santo Isidoro*, o Ma~cebo, e de *Dacio*, o bispo de Galiza, e de *Sylpicio*, o bispo de Gasconha; e tomou os escriptos dos *co~çelhos de Tolledo* e de *do~ Jordam*, cha~celer do Santo Paaço, e de *Claudyo Tollomeu*, que departio do circo da terra melhor que outro saybho ataa a sua sazom, e de *Dyom*, que screveo verdadeiramente a estoria dos Godos, e de *Pompeo Troga*; e catou outrossy qua~tas *estorias de Roma* pode aver que algu~as cousas contassem dos feitos d'Espanha; e co~pos este livro de todos os feitos que della pode achar, co~ve~ a saber, dello tempo de Noe ataa o tempo deste rey dom Affomso.(CGE-1) [grifos nossos]

No decorrer do texto, são feitas várias alusões explícitas às fontes, às vezes, para mostrar discordâncias na história, às vezes, para dar maior autoridade à informação.

- (19) E, *segundo conta Lucha[m]*, o que escreveo esta *estória*, depois que foro~ co~pidos os cinque a~nos, ma~daronlhe dizer os Roma~a~os que se tornasse, se no~ que o nom receberia~ mais por senedor. (CGE-6)
- (20) E, depois que foron ajuntados, acordaronse em hu~u~ que avya nome Luyba e fezero~no rey e reynou tres a~nos, *segundo conta o arcebispo do~ Rodrigo*. Mas *dom Lucas de Tuy diz doutra guysa*, ca conta que, em vida del rey Atanagildo, reynou este Luyba e~ a Galya gotica sete a~nos e depois em Spanha tres, assy como ja dissemos. Mas *nos tragemos a estorya per o conto do arcebispo* e assy dizemos que foron tres a~nos.(CGE-126)
- (21) como quer que aquy *dizem algu~u~s* que morreo con meezynhas que lhe os fisicos deron como nom devyam e *outros dizem* que morreo con hervas peçoentas.(CGE-140)

Em outras passagens, o narrador faz alusão genérica aos historiadores ou às histórias, e, por fim, em inúmeros outros contextos, alude a um emissor indefinido. Evidencia-se, assim, uma escala de indeterminação da fonte que vai do mais definido, quando o narrador assume o dizer, até o mais indefinido, quando usa a construção impessoal. Os exemplos abaixo ilustram essa escala.

- (22)a. E tanto a~dou per Espanha fazendo estas cousas e outras muytas que nos aquy no~ *dizemos* por no~ alongar a estorya (CGE-8)
- b. Mas *diz dom Lucas de Tuy* que steveron sen rey sete a~nos e cinco meses (CGE-125)

¹² Lembramos que a Crônica é obra historiográfica, resultado de compilações de textos escritos e orais, que teve mais de uma versão ao longo de sua história, conforme explicitamos no capítulo 5, quando descrevemos o *corpus*.

- c. Onde he de saber, segundo *dizem os [autores] das estorias*, que, (...) espargeronse pello mundo (CGE-3)
- d. E este logar ouve este nome daquela grande cidade de Cartago d'Affrica que pobrou a raynha Dido, segundo *co~ta~ as estórias* (CGE-8)
- e. E *dizem algu~u~s* que este logar foy pobrado despois que Troya foy destroyda (CGE-7)
- f. e *dizem* que no~ ha hy mais que hu~a no mundo. (CGE-72)

Outra diferença observada entre passivas e impessoais com verbos *dicendi* diz respeito ao tipo de complemento¹³ que representa o conteúdo do dizer. Em 17 das 21 ocorrências de impessoais, o complemento é oracional. Nas passivas, isso ocorre apenas uma vez. Nas 13 passivas restantes, o complemento é majoritariamente um SN. Marginalmente, manifesta-se por zero.

Hawad (2002) observou, no seu *corpus* do português atual, constituído de notícias, artigos e editoriais, tendência à opção por VPS (*voz passiva sintética*) nos casos de complemento oracional. Para a autora, esta é uma evidência de que as duas estruturas — VPS e VPA (*voz passiva analítica*) — não são variantes.

Embora consideremos que as frequências de construções com complementos oracionais em nosso *corpus* sejam muito baixas para uma generalização — 23 ao todo¹⁴ —, a alta discrepância dos índices de passivas e impessoais com este tipo de complemento permite-nos afirmar, também como tendência, a maior afinidade da impessoal com complementos oracionais. Todavia, cumpre salientar que, das 18¹⁵ ocorrências de impessoal com complemento oracional, em apenas 3, a forma corresponde à estrutura VPS de Hawad (2002), ou seja, o que chamamos *impessoal clítica*. As 15 restantes, todas com verbos *dicendi*, são casos de impessoal não-clítica, aquela construída com verbo na 3ª pessoal do plural, como em (23), a que a gramática chama *frase de sujeito indeterminado*, ou de verbo na 3ª pessoal do singular, sem o clítico, como em (24).

(23) dizem que he o paraíso terreal (CGE-12)

(24) E diz que aly no~ catava maa por boo nem vassalo por senhor (CGE-79)

A explicação aventada por Hawad (2002), para dar conta da tendência de complemento oracional ser mais freqüente com verbos de processo mental e verbal¹⁶

¹³ Estamos usando *complemento* aqui como termo geral, sem estabelecer diferença entre as funções sujeito e objeto, como faz a autora referida a seguir.

¹⁴ Hawad (2002) encontrou 31 ocorrências de VPA e VPS com complemento oracional, mas sua análise foi essencialmente qualitativa.

¹⁵ Aqui estamos incluindo uma ocorrência de impessoal com verbo *achar*. Além dessa, encontramos mais 4 ocorrências com complemento oracional, dessas, 3 na passiva e 1 na medial.

¹⁶ A classificação é de Halliday (1976, 2004), autor em que a autora se baseou.

que com verbos de processo material, se relaciona à natureza semântica dos complementos oracionais, os quais não constituem entidades, mas fatos possíveis e, como tais, podem ser vistos, ouvidos, percebidos, ditos, mas não podem fazer nada, nem ter nada feito a eles, uma vez que não são fenômenos de nossa experiência, mas fenômenos semióticos (cf. HALLIDAY, 2004)¹⁷. Em outras palavras, como afirma a autora, rigorosamente, não representam entidades afetadas. Convém, a nosso ver, considerar o ponto de vista de Hawad (2002) como hipótese a ser testada, consoante corpora mais extensos, de épocas distintas (para verificar se houve ou não variação diacrônica) ou não. Isto sem mencionar o papel do gênero. Porém, isto transcende de longe os objetivos do nosso trabalho.

6.1.2.2. O Causativo

No *corpus* em análise, o Causativo está omitido em 83,4% das construções (885/1061). Deste total, a maioria é inferível ou evocada na situação ou no texto, anafórica ou cataforicamente: 342 ocorrências (32,2%) foram de Causativos evocados e 324 (30,5%), de Causativos inferíveis. Abaixo se seguem alguns exemplos do *corpus*.

(25) Causativo expresso por SP

- a. Taço foy vençudo *de Hercolles* (CGE-9)
- b. e morreo *daquella enfermydade* (CGE-85)
- c. e son os boos cavalleyros guardados *pollas batalhas*(CGE-77)

(26) Causativo não-expresso inferível cultural ou situacionalmente

- a. enno sexto a~no foy feito o concelho de Tarragona [*pelo rei*] (CGE-107)
- b. E foy soterrado em Calez [*pelos seus*].(CGE-11)
- c. no~ he achada nem hu~a cousa que de contar seja e~ esta estoria d'Espanha. [*pelo narrador*] (CGE-149)
- d. o castello que chama~ Pedro [*por todos*]. (CGE-28)

(27) Causativo não-expresso evocado determinado

- a. Mas aacima ouveron os de Affrica a seer ve~çudos por duas razo~o~es: a hu~a, por que os Roma~a~os eram muy boos cavalleiros e pellejava~ muy fortemente; e a outra, porque veherom de sospecta sobre elles. *E foy hi morto o emperador Almycal* [*pelos romanos*](CGE-51)
- b. (...) reyna~do Trasmundo, rey dos Vandallos, e~ Affrica, fez çarrar as igrejas dos crista~a~os que avya em todo o seu senhoryo, assy como fezera Unerigo, de que ja avedes ouvydo, e deytou e~ desterramento duzentos e vynte bispos co~ suas creerizias e co~ muytos outros crista~a~os. E, despois que *todos foron desterrados* [*pelo rei dos Vândalos*], espargeronsse per as terras dos crista~a~os por poderen aver vyda, assy como conta o bispo Genadio e~ sua estorya. (CGE-102)

¹⁷ Halliday (2004) considera o *fato* um nível mais alto de abstração que uma *coisa* ou um *ato*, que são fenômenos materiais. Os três podem representar o elemento *fenômeno* numa oração mental, ou seja, aquilo que é sentido, pensado, desejado ou percebido. Quando representado por um ato, a oração mental é chamada *oração mental macrofenomenal*; quando por um fato, *oração mental metafenomenal*. Para mais detalhes, cf. Halliday (2004, p.203-205).

(28) Causativo não-expresso evocado indeterminado

- a. Pero a estorya no~ devysa certame~te os que o mataron nem o logar onde foy; diz que *foy morto* muy cruelmente e *soterrado* muy desonrradamente [*agente desconhecido*] (CGE-137)
- b. E, des o terceiro a~no do seu reynado, no~ achamos cousa que seja pera contar na estorya d'Espanha se no~ esto: que se tornou de Aquitanya e veosse pera Spanha e lidou hy com hu~u~ duque del rey Theoderigo. E esta batalha foy a seis legoas de Barcellona. *E foi vençudo* [*por um duque de Teoderigo*] e fogio outra vez. (CGE-105)

(29) Causativo não-expresso não-identificável

- a. *as arvores aadur apodrece~ hy* (CGE-17) – evento natural
- b. *ca se geerou en o seu corpo corrupçon de verme~e~* (CGE-97) – evento natural
- c. aconteceu que eu entrey em Merida despois que *ella foy destroyda* (CGE-35) – tipo de causa não-determinada: guerra? Terremoto? Seca?

Nem todos os evocados apresentam identidade definida. Algumas vezes, embora haja referência explícita ao Causativo no contexto anterior, este é dado como desconhecido, conforme vemos em (28a). Noutras vezes, a referência no contexto anterior é a um Causativo indefinido, como em (28b). Por fim, há o Causativo que, embora concebível, não podemos classificar como inferível porque sua identidade não é determinada pela natureza do verbo. Assim, a extensão semântica de *destruir uma cidade* permite como Causativos não só humanos, mas também desastres naturais. Com base nisso, podemos propor uma escala de identificabilidade do Causativo.

(30) Escala de identificabilidade do Causativo

+ identificável

- *expresso por SP*: figura na própria oração
- *evocado determinado*: figura no contexto situacional ou lingüístico
- *evocado indefinido*: figura no contexto, mas marcado por indefinição (pronomes ou artigos indefinidos).
- *inferível*: não figura no contexto, mas é facilmente inferível devido à natureza semântica do verbo, o contexto, a cultura.
- *não evocado indeterminado*: não figura no contexto e a identidade é desconhecida
- *não evocado natural*: não figura no contexto e o evento é dado como natural.

- identificável

O Causativo mais comum representa um ser humano: 57,3% das ocorrências (605/1061). Se somarmos estas ocorrências a fatores externos humanos, como guerras; a instrumentos, que pressupõem manipuladores humanos, como *espada*, teremos 643 Causativos relacionados mediata ou imediatamente a terceiros. A essas, podemos agregar 59 ocorrências em que o Causativo representa *eventos provocados por terceiros*, chegando, assim, a um total de 702 ocorrências, o que representa 66% do *corpus*.

A alta predominância desse tipo de Causativo não surpreende. De fato, é de se esperar que, em eventos provocados, a fonte de energia mais comum seja humana. Afinal, interagimos com outros seres o tempo todo. Além do mais, a Crônica é uma narrativa sobre façanhas de homens, guerras e conquistas da Península Ibérica. Nada mais natural que, em focalizando o feito, o Causativo omitido ou expresso seja humano.

Outro tipo de Causativo encontrado no *corpus* se relaciona diretamente ao próprio Afetado: seu comportamento que provoca reações, eventos provocados pelo Afetado que causa outro evento numa cadeia de ação (cf. CROFT, 1994) ou experiência sensorial do Afetado que provoca uma ação ou reação. Por dizerem respeito ao próprio Afetado, esse tipo de Causativo se aproxima dos eventos naturais, em que a distinção entre Causativo e Afetado é muito baixa, levando à interpretação do evento como de baixa causatividade. Esse tipo está fracamente representado na Crônica: apenas 4% (43/1061) do total de ocorrências, algumas das quais reproduzidas abaixo.

(31) comportamento do Afetado

- a. *por o seu pecado, foy deytado do Paraíso* (CGE-2)
- b. *algu~as vezes acontece que mais som os home~e~s desbaratados por o merecer de seus pecados que per força dos seus e~miigos* (CGE-120)

(32) eventos provocados pelo Afetado

- a. *E com estas boas andanças enriqueceu Viriaço muito* (CGE-66)
- b. *Despois que foy morto el rey Lubyra [por Viterico], (...) ficou rey Viterico* (CGE-136)
- c. *ca, se doutra guysa fezeram, fora~ perdidos* (CGE-103)
- d. *beveo tanto vynho que foy torvado* (CGE-90)

(33) experiência sensorial do Afetado

- a. *E o bispo, quando vyo esta cousa, caeo em terra come morto* (CGE-150)
- b. *O cavalleyro quando ouvyo nomear o apostollo Sa~ Pedro, espantousse* (CGE-81)

Observe-se que, excetuando os exemplos de (31), os demais se apresentam na forma medial, quer clítica, não-clítica e perifrástica, justamente o tipo de construção em que a distinção entre os participantes é muito baixa, favorecendo, muitas vezes, a interpretação do evento como espontâneo, o que voltaremos a abordar quando tratarmos dos resultados da construção média.

Para além dos eventos tidos como naturais, como envelhecimento, morte natural, amadurecimento, crescimento, que podem ser atribuídos a propriedades internas do Afetado, inerentes ou adquiridas, parte dos eventos é atribuída explicitamente a forças da natureza e a forças sobrenaturais, conforme os exemplos a seguir.

(34) Eventos que podem ser atribuídos a propriedades internas do Afetado

- a. *adoeceu de hu~a forte enfermydade* de que morreo 140
- b. a sua augua ha vrytude muy estranha *que se qualha en pedras* 16
- c. E, quando *algu~u~ era muy velho* que lhe avorrecia a vyda 49
- d. logo que allo foy, lhe veo aquella infyrmydade *de que morreo* 145
- f. e *forom tam apremados de fame* 71
- g. E, enno segundo a~no do reynado deste rey Gundemyro, estando elle em Tolledo, *adoeceu e morreo hy de sua morte* 138

(35) Eventos atribuídos explicitamente a forças naturais ou sobrenaturais

- a. e todos disseron que era *mylagre de Deus*, ca no~ sabya~ onde *encherá* (CGE-44)
- b. o que stava ordenado que era forçado *que se comprisse pello poder de Deus* (CGE-80)
- c. *morreo aquelle scomu~gado Teuderigo*, rey dos Estrogodos e defensor dos arryenos, *de maa morte subitanea, per juizo de Deus* (CGE-109)
- d. ca estas duas terras no~ *som departidas* se no~ *per hu~u~ muy pequeno mar.*(CGE-81)
- e. e pore~ quis Deus que *fosse encarcerado e~no inferno*, (CGE-108)
- f. E, elles embarcados, levantousselhes ally *hu~a tal tenpestade* que *foy perduda grande parte da oste.* (CGE-81)

Em 18% das ocorrências do *corpus*, os eventos são atribuídos a causas sobrenaturais e naturais, a propriedades internas do Afetado e a outros eventos não-provocados. Entender essa referência explícita a forças sobrenaturais como Causativos de eventos num texto de prosa histórica exige que o analista ponha os óculos do homem medieval, que, sob a influência do ideário religioso místico e mítico, não lograra ainda alcançar os métodos da história positivista.

O homem medieval tinha o sagrado como referencial de todas as coisas, o que é típico de sociedades agrárias “muito dependentes da natureza e, portanto, à mercê de forças desconhecidas e não controláveis” (FRANCO JR., 1992, p.151). Nessa sociedade, que vivia sob o signo da hierofania, o sobrenatural e natural se sobrepunham. Assim, a distinção que fizemos acima entre forças da natureza e forças sobrenaturais soaria artificial para o homem da época, para quem o Universo era uma globalidade de que ele próprio era parte e, ao mesmo tempo, réplica. A propósito, assevera Bloch (1987):

as guerras, note-se, são citadas à mistura com as tempestades; os acidentes sociais, portanto, estão no mesmo plano daqueles que hoje classificaremos como naturais (BLOCH, 1987, p.101).

Desse modo, muitos eventos tidos como naturais ao homem moderno eram interpretados como sobrenaturais, como hierofanias. Na Crônica, isso se manifesta em algumas passagens, como na narração da batalha entre a tropa de Átila, rei dos Hunos, e a de Teoderedo, rei dos Godos. Nessa passagem, transcrita em (36), acontecimentos naturais, como o tremor de terra e o eclipse, são apresentados como símbolo da crueldade da batalha em que morreram muitos homens.

- (36) Em esta batalha tanto nomeada, morreron trezentos mil home~e~s. Em este tempo *se mostraron muytos signaaes* que signyficava~ a gra~de crueldade desta batalha, *ca tremeu a terra e escureceu o sol e a lu~a e pareceu a estrella cometa muy gra~de* (CGE-87)

A interpretação sobrenatural do Universo se manifestava também nas práticas mágicas, que podiam se manifestar através de milagre, ou seja, do maravilhoso cristão, produzido por Deus, como em (35a) acima, ou através de feitiçaria, produzido por uma multiplicidade de “forças”. Essa separação, todavia, é, mais uma vez, moderna, pois em sua íntima relação com o maravilhoso, o homem medieval não parecia estar interessado nessa distinção. Na visão popular medieval, era difícil saber de que tipo de poder se originavam as freqüentes hierofanias. Le Goff (1990) observa que o plural latino *mirabilia*, donde se originou o termo *maravilha* em português, reflete o fato de forças inumeráveis produzir o maravilhoso. Assim se pronuncia o autor sobre o maravilhoso na Idade Média:

a realidade é que não apenas temos um mundo de objetos, um mundo de ações diversas, mas que por detrás deles há uma multiplicidade de forças (LE GOFF, 1990, p.22).

Milagres podiam ser obras de Deus, do Diabo, dos santos ou de magia, daí a referência que, aos olhos modernos parece um tanto redundante em (35a): *milagre de Deus*. Tampouco há diferenciação clara entre magia natural e magia maléfica, pois malefícios podiam ser atribuídos ao divino. As doenças, por exemplo, eram consideradas uma espécie de magia, que podiam ser causadas por santos, como afirma Franco Jr. (1992):

acreditava-se que toda doença fosse causada por um agente externo ao organismo, daí a necessidade de amuletos, filtros ou exorcismos para obtenção da cura. Noutros termos, a magia que causa a doença deve ser combatida por outra magia (FRANCO JR., 1992, p.155).

Na passagem abaixo, por exemplo, a má morte do rei Ugerigo causada por vermes, é atribuída a Deus, como causa primária.

- (37) *ca se geerou en o seu corpo corrupçon de verme~e~s de que todo foy comydo* e desto morreo. *E esto foy juizo de Deus*, que, assy como elle foy e~na sua vyda cruel e maa, que assy morresse cruelmente maa morte. (CGE-97)

Nesta sociedade de forte carga religiosa e simbólica, acreditava-se que Deus se manifestava nos julgamentos, como evidencia a prática do ordálio¹⁸. Assim, em (35c),

¹⁸ Pelo ordálio, o veredicto da culpabilidade de um réu era deixado a Deus, pois o ferro em brasa só feriria a mão do réu se esse fosse culpado, uma vez que Deus não permitiria o sofrimento de um inocente.

por exemplo, a morte súbita do rei Teoderigo, que era adepto do arianismo, é atribuída a julgamento divino. Em (35e), Deus também figura como agente do evento de *encarcerar no inferno*. É interessante observar que essa visão do julgamento divino com base na atuação e motivação particular de cada indivíduo só se dá a partir do séc. XIII, quando se inicia uma fase de valorização do indivíduo, em substituição à visão coletiva que vigorou até então:

na fase do contratualismo coletivista, foram comuns as cenas de Juízo Final, após o qual a humanidade estaria eternamente dividida em dois grupos, o dos condenados e o dos salvos. Isso significava que as atitudes do homem nesta vida estariam definindo a qual grupo ele pertenceria posteriormente. Na fase individualista, importavam cada vez mais as ações e (...) as intenções da pessoa, não da comunidade (FRANCO JR., 1992, p.169).

Passemos, agora, a apresentar alguns resultados gerais relativos ao Afetado.

6.1.2.3. O Afetado

O Afetado mais comum também é humano: 54,2% das ocorrências (575/1061), o que mostra, mais uma vez, a saliência humana na Crônica, basicamente uma narrativa de façanhas de homens, que interagem com outros homens e com forças naturais e sobrenaturais.

É preciso lembrar que o índice de 54,2% apontado em nossos dados diz respeito não apenas às construções passivas, mas aos três tipos de construções tomados em conjunto. Se tomarmos apenas o sujeito das passivas, o índice de humanos no *corpus* é ainda mais alto: 58,8%.

Do ponto de vista formal, o SN das construções analisadas é predominantemente representado por um nome (45%), definido (89%) e singular (72%). Esses índices revelam a individuação do SN que figura nas construções passivas, médias e impessoais e que se relaciona, por sua vez, à saliência cognitiva. Com efeito, a escolha de uma codificação passiva, impessoal ou média deve refletir, entre outras coisas, o grau de saliência da entidade que o SN representa. Entidades bem individuadas são mais salientes cognitivamente que entidades não-individuadas. Fazendo analogia com a visão, entidades individuadas são como pontos negros numa folha branca, com limites bem definidos e, por isso, mais Figura. Assim, num texto escrito, por exemplo, palavras

Cumpra observar que esta prática como prova jurídica foi abolida pela igreja em 1215, pela dificuldade de se saber a origem da hierofania: o acusado podia recorrer a outra magia que não a divina (cf. FRANCO JR., 1992).

em negrito se sobressaem imediatamente aos olhos, como salientes, mesmo quando olhadas à distância, enquanto palavras em tipo comum, olhadas à distância, formam um todo indissociado, não-individuado. Do mesmo modo, entidades individuadas se sobressaem cognitivamente de forma a serem preferencialmente tomadas como tópico, e daí, se forem Afetadas, figurarem em passivas, médias e impessoais. Entraremos em maiores detalhes, quando tratarmos em separado dessas construções. Passamos, a seguir, a apresentar a codificação nominal e a pronominal da não-atribuição de causalidade em linhas gerais, já que não são essas o foco deste trabalho.

6.2. A expressão nominal e pronominal da não-atribuição de causalidade

No que diz respeito à não-atribuição de causalidade, duas formas de codificação nominal se apresentaram no *corpus* em análise: o uso de nominalizações e de pronomes indefinidos.

6.2.1 Nominalizações

Nominalização é um processo que pode ser entendido de duas maneiras: *stricto sensu*, quando o nome é formado a partir de verbos; ou *lato sensu*, quando o nome é formado a partir de qualquer base, verbal ou não. Para o primeiro caso, ilustramos com Chomsky (1972), Basílio (1980), Camacho (2005), Langacker (1991); para o segundo, Rocha (1998). Em nosso estudo, consideramos a nominalização *stricto sensu*, a exemplo de *a morte do rei, a matança dos inocentes, o chamado do conselho para deliberação*.

Duarte (1983, 1989) menciona a nominalização quando fala da passiva nominal, que pode ser de dois tipos: (a) as construções em que há um particípio passado em posição atributiva (*O livro comprado pelo Luís é fascinante*) e (b) construções com um SN complexo passivo (*Assisti à compra do livro pelo Luís*), a qual nos interessa de perto nessa seção. A construção com nominalização (juntamente com a de particípio) partilha, segundo a autora, as propriedades da passiva de *suspensão da atribuição semântica de AG à posição de sujeito* e de *externalização do argumento interno do predador*¹⁹.

As nominalizações como no exemplo (38), embora bastante comuns no *corpus*, aparecem com outras funções, para além de servir para omissão do agente. Conforme

¹⁹ Tais propriedades, segundo a autora, decorreriam de um processo derivacional que originaria as nominalizações, e bloquearia a atribuição de função agente.

Camacho (2005) observa, uma das razões que justificam o uso de nominalizações, como nomes de segunda ordem por representar estados de coisas, é a função textual ligada ao estatuto informacional, que pode ser velho do ponto de vista do discurso ou do ouvinte²⁰.

- (38) E jaz sobre o ryo de Barbate, aquelle de que ja dissemos que enchera, o qual *enchymento fora gra~de fartura* e~ os logares da sua comarca. (CGE-45).

Os exemplos (39-47) dão uma idéia da variedade de usos das nominalizações no *corpus*.

- (39) e por que as artes e [as] sciencias e os outro saberes que foron achados por prol dos home~e~s fossen conservados en scripto e non caesse~ en olvydo e o soubessen os que depos eles vehessem; e que por esto podessem outrossi conhecer o saber da arte da geometria, que he arte de medir, e *os departamentos dos seus graaos* e as alonganças dos pontos [do] que ha de hu~u~ a outro (CGE-1)
- (40) E, por *os mudamentos dos muytos senhorios*, se perdero~ os livros em que era~ scriptos os grandes feitos (CGE-1)
- (41) E, quando vyo a fortelleza e *o assentamento do logar* e vyo hy duas torres pequenas que fezeram os dous filhos de rey Rotas, e~tendeu per arte de astronomya que em aquelle logar avya de seer pobrada hu~a muy noble cidade. (CGE -8)
- (42) fezea pobrar e correger como aquella terra que era muy destroyda e muy mal tragida das muy grandes guerras e *destruymentos* que Hercolles avia feytos. (CGE -10)
- (43) E os Roma~a~os viinham muy sanhudos pollo *destruymento de Segonça* (CGE- 56)
- (44) Onde conta a estoria sobre *este recebimento de Pompeo* e diz que o receberam os Roma~os desta guysa (...) (CGE-72)
- (45) E dizia~ outrossy que bem ave~tuyrados seryam os que podessem vellar e guardar o logar em que stevessem, em quanto *aquelle destruymento do mundo* durasse (CGE - 79)
- (46) E por esta razon no~ veo Bellasaryo tomar *vi~gança da morte da raynha*, como o emperador ma~dara, mas passou e~ Africa, como ja dissemos. (CGE -118)
- (47) e começaram a fallar em lealdade e dizer que tam maa cousa como aquella no~ se poderya fazer antre parentes e amigos sem maa stança e sem *quebranto de lealdade* (CGE - 76)

Na maioria dos casos, o agente está explícito no contexto da frase ou em frase anterior. Assim ocorre em (42), em que o agente está na oração adjetiva; ou em (43), em que o agente está no contexto anterior que fala da destruição de Segonça, precisamente no capítulo 53, retomado no 54: “Roma avya quynhentos e vynte e cinco a~nos que fora pobrada quando *Anybal destroyo Segonça*, assy como ja ouvystes”. Do mesmo modo, em (44), o agente de *receber* está no contexto posterior, que fala da maneira como os romanos recebiam honrosamente os nobres vindos da guerra. Em (46), a morte da rainha seria vingada por *Bellasario*, presente na própria oração. Esses usos ilustram, portanto, a função textual da nominalização de retomar uma predicação como referente.

²⁰ Cf. Prince (1992).

Uma vez que a predicação retomada explicita o agente, a nominalização não atende à função de apagamento deste.

Em outros casos, a nominalização não resulta de predicado dinâmico como ocorre em (41). Também em (39), não há Causativo a que se atribuir o *departimento dos graus da geometria*, em virtude da possibilidade de uma leitura não-dinâmica. Em (40), *senhorios* tanto pode ser A¹ como A²: “os senhorios [Causativo] mudaram” ou “mudaram os senhorios [Afetado]”.

A nominalização é também usada em afirmações genéricas como em (47), em que a lealdade seria quebrada por qualquer pessoa que agisse daquele modo. Nesse caso, a nominalização cumpre a função de não-atribuição de causalidade, de modo semelhante a uma construção impessoal com *se*: *tão má coisa não se poderia fazer entre parentes e amigos sem que se quebrasse a lealdade*. O uso do nome dá concisão e maior estatividade à frase, em virtude da perda de informações temporais e aspectuais que dão dinamicidade ao verbo. Nos termos de Langacker (1991), a nominalização é o “processo reificado” e, por isso, mais esquemático. É essa esquematicidade que permite o apagamento do agente na construção nominal²¹. Naturalmente, a nominalização permite a explicitação do agente por meio de um sintagma preposicionado, como ocorre com a passiva com verbo estativo, no chamado *agente da passiva*. Assim, no exemplo em questão, poderíamos ter *o quebranto da lealdade por parentes e amigos*.

O gênero do texto e o grau de formalidade parecem influir na forma de codificação escolhida para escamotear o causador do estado de coisas descrito. Isso tem sido apontado em pesquisas de base variacionista, como a de Cavalcante (2001), que analisou as estratégias de indeterminação na fala e na escrita do português dos séculos XIX e XX, em diversos gêneros e concluiu que a forma pronominal é mais usada em textos escritos formais. Em gêneros narrativos, menos formais, como a crônica, e na fala, há o uso de outras estratégias, como o uso de *você*, *a gente* e *nós* genéricos. Como, porém, se trata de um texto do séc. XV, há que ter-se cautela e considerar o que diz Cavalcante (2001) como uma hipótese de trabalho a ser investigada.

²¹ No português atual, Neves (2000) comenta que a elipse de complementos nominais é mais frequente que de complementos verbais e, dentre os argumentos do nome, é o que corresponde ao sujeito o mais comumente apagado. Santana (2005) atribui a isso o caráter não-novo do sujeito, ou argumento A¹; já o argumento A², por ser geralmente novo, tende a ser expresso. Em seus dados, houve expressão de A¹ em apenas 31 deles, ou seja, em cerca de 30%.

6.2.2. Pronomes indefinidos

Os pronomes indefinidos referem-se a entidades não-específicas, não-identificáveis, no sentido de Lambrecht (1996). Assemelham-se aos nomes genéricos, já referidos no capítulo 4, pelo fato de portarem pouca intensão. Com efeito, “um nome de significação geral é, muitas vezes, quase equivalente a um pronome” (SAID ALI, 1964, p.92). Assim, nomes gerais como *homem, indivíduo, pessoa, gente, coisa*, se aproximam de pronomes como *alguém, algo*, o que favorece a tendência de esses nomes serem usados pronominalmente como ocorreu com *a gente*, cujo percurso histórico se deu, segundo Lopes (1999), de substantivo genérico para pronome indefinido e, posteriormente, para pronome pessoal, com valor de P4²². A genericidade se aproxima, assim, da indeterminação e, desse modo, temos não só nomes genéricos, mas também pronomes usados genericamente, como os pessoais que podem fazer referência arbitrária. Nesta seção, comentamos alguns desses usos encontrados na Crônica. Trata-se de casos em que a entidade causadora está indeterminada, embora exista formalmente em construções ativas.

No tocante aos pronomes indefinidos *alguém, algo* e outros, bem como suas formas adjetivas *algum, nenhum* etc., podemos dizer que são formas de não-atribuição de causalidade pelo viés que adotamos aqui (cf. MACEDO, 1991; GIVÓN, 2005). Por possuírem semas de classes e não semas distinguidores (cf. POTTIER, 1978), aproximam-se dos nomes genéricos.

No *corpus* analisado, o uso de pronomes indefinidos como *algum, outros, muitos, algo* é estratégia bastante usada, em especial, na atribuição da fonte da informação, que muitas vezes não podia ser assegurada pelo narrador. São exemplos as frases abaixo.

- (48) pero *algu~u~s dizem* que ouve este nome por trebelhos que hy mandou fazer Hercolles qua~do ouve hi vencido a Gedion (CGE- 4)
- (49) E jaz sobre o ryo de Laxer a que *muytos chama~ o ryo tinto*.(CGE-40)
- (50) Aquy *conta~ algu~u~s esta estorya* per modos desvairados, por que *algu~u~s a co~tam e~ este modo* que ja dissemos e *outros dizem* que este Atanagildo (CGE-124)
- (51) E, segundo o que *algu~u~s dizem*, estes que o assy mataro~ era~ parentes del rey Lubyá. (CGE-137)
- (52) como quer que aquy *dizem algu~u~s* que morreo con meezynhas que lhe os fisicos deron como nom devyam e *outros dizem* que morreo con hervas peçoentas.(CGE-140)

²² Com o valor de P4, é usado não só em sentido específico, quando o falante se refere a si mesmo associado a outra(s) pessoa(s) do discurso, mas em sentido genérico, quando o falante indetermina a referência, mas não de modo total, referindo-se não só a si mesmo, mas a qualquer pessoa.

É interessante observar que o indefinido *alguém*, exclusivo para pessoas, é muito raramente usado²³. Encontramos uma única ocorrência, já registrada em (2a)²⁴. O indefinido mais usado, tanto para pessoas como para coisas é mesmo *algun*, que pode ser usado isoladamente com o sentido de *alguém* (exemplo 53) ou de *algo* (exemplo 54), ou em combinação com substantivos, como em (55), e com outras formas pronominais, como em (56).

- (53) E, quando *algu-u~ era muy velho* que lhe avorrecia a vyda, queymava~no os filhos ou os parentes no fogo e diziam que logo se hya dereytamente ao parayso e todos o assy tiinha~ e criia~. (CGE-49)
- (54) encheronsse aos Franceses d'augua sen lha deytando *algu-u~*, (CGE-126)
- (55) Esto fez elle por seer a terra percebida que, quando lhes *algu~as gentes* estranhas quisesse~ fazer *algu-u~ dampno*, que o soubessem pera se guardaren (CGE-10)
- (56) E arreatoulho da ma~a~o e matouho con elle. E esto per acordo e conselho *doutros algu~u~s* que eram daquella falla (CGE-9)

Ao falante do português atual, causam estranheza construções como (56) em que o pronome *alguns* é determinado por um pronome indefinido: *outros alguns*, indicando uma referência indeterminada a seres humanos, equivalendo *grosso modo* a “outras pessoas”. Said Ali (1964) chama a atenção para o uso absoluto do *algun* com valor de *alguém*, mas não faz nenhuma referência a esse uso conjunto de dois indefinidos. Mattos e Silva (1989), por sinal, também alude ao uso substantivo de *algun*, como excepcional, mas sequer alude à possibilidade de determinação por indefinido.

Perguntamo-nos se o raro uso de *alguém* no nosso *corpus* é uma mera contingência dele. Isto demanda uma pesquisa mais verticalizada, em outros corpora e mesmo no nosso (afinal, não pesquisamos a Crônica na íntegra). Chama-nos, todavia, a atenção que consagrados autores como Dias (1970) não citem esse uso, porém se referem a nomes genéricos gramaticalizados como *homem* e *pessoa*. Said Ali (1964), como já se disse, o cita *en passant*, mas enfatiza o uso absoluto de *algun* como *alguém*. Moraes (1813), no verbete ALGUÈM, afirma:

variação do adj. *Algun*, que se applica ás pessoas de ambos os sexos, e denota um individuo indeterminado (MORAES, s.v. *alguem*).

²³ O dicionário de Viterbo (1865) sequer o registra. Alude apenas à forma pronominal indefinida *algorum*, não encontrada no *corpus*.

²⁴ Trata-se da frase: *E, quando alguem sayr de Carmona pera Narbona, nu~ca sayra do licenceo se quiser* (CGE-42)

Sobre ALGUÊM, exemplifica no mesmo verbete:

Usamos de *alguem* com adjectivos masc. ou femin. segundo os sexos das pessoas de quem fallamos: assim diz uma dama fallando de mulheres: *aqui não há alguem tão isenta de vaidade*.

No mais, o autor mantém-se relativamente reticente sobre *alguém*, não obstante o vasto *corpus* em que se baseia. O que podemos dizer brevemente é que a longa lista de indefinidos dada pelas assim chamadas *gramáticas históricas* (*rem, nullo, al* etc) está longe de uma avaliação freqüencial e estatística em *corpora* extensos.

Igualmente estranhas ao português moderno são frases como as citadas abaixo. Em (57), a forma *tal*, classificada como demonstrativo por uns (cf. BECHARA, 1999), e como indefinido por outros (cf. HUBER, 1986), é usada substantivamente em referência indefinida, tendo o SN *algũũ tal* valor próximo de ‘qualquer um, quem quer que fosse’: “*se naquela estação viesse qualquer um que fosse para isso...*”. Em (58) e (59), *algo* é usado com valor de substantivo de valor genérico, próximo a ‘alguma coisa valiosa, bem’.

- (57) E ella, veendo o que elles dema~dava~ que era prol do reyno de seu padre e de todo o poboo, outorgoulhes de casar con tal condiçõn que, se em aquella sazom veesse *algu~u~tal* que fosse pera ello e a demandasse, que ella o farya por amor delles.(CGE-9)
- (58) E este, tanto que ouve o reyno, correo logo pera Roma e, se seu coyrma~a~o el rey Alarigo hi avya leixado *algu~u~ algo*, todo o elle [ende] levou; e esso meesmo fez de toda terra de Italia, que levaro~ quanto hy acharom, que lho no~ poderom vedar os emperadores Honorio e Theodosyo, seu sobrynho.(CGE-82)
- (59) e, se seu coyrma~a~o el rey Alarigo hi avya leixado *algu~u~ algo* (CGE-82)

Aliás, esse é o emprego mais comum de *algo*. Mesmo quando usado substantivamente, como em (60), a valoração positiva se mantém²⁵. Em contextos em que a idéia de coisa de valor, bem ou riqueza (cf. HUBER, 1986) não se põe, a tendência é usar *algu~a cousa*, como ilustramos em (61-62).

- (60) E, se vos avedes jurado de teer co~ Julyo Cesar em este feyto e cuydades de guardar hy lealdade ou gaanhar hy *algo* (CGE-77)
- (61) e catou outrossy qua~tas estorias de Roma pode aver que *algu~as cousas* contassem dos feitos d’Espanha (CGE-1)
- (62) e outrossy por veer se lhe dyria *algu~a cousa* de sua fazenda (CGE-117)

Além desses usos de indefinidos estranhos ao português atual, registre-se a forma arcaica *al*, que ocorre ora com valor de *outro* como adjetivo ou substantivo em

²⁵ Para o extenso uso de *algo* e seus matizes semânticos, cf. Moraes ([1813] 1922).

correlação com *hu~*, ora em orações negativas, com valor de *nenhuma coisa, nada*, também registrada no *corpus*.

- (63) [E], por que em aquelle logar no~ avya al poboado se no~ a torre que Hercolles hy fezera, ouve de morar en tendas ataa que fez hu~a villa pequena em que morou. (CGE-10) = “não havia outro povoado se não...”
- (64) e que, se assy fosse, o *hu~u~* polla forteleza do logar e o al pollas muytas gentes que avya na terra, que se poderyam storvar que no~ lydarya con elles (CGE-76) = “um, pela forteleza do lugar e outro, pelas muitas pessoas que...”
- (65) E e~ a tavao no~ jazia al se no~ esto. (CGE-35) = “e na tábua não havia nada, se não isto.”
- (66) E, como quer que lhes prazia, er pesavalhes por que leixava hi seus irma~a~os; e no~ poderom hy al fazer. (CGE-54) = “...e não puderam ali nada fazer.”

Acresce-se aos pronomes indefinidos, a forma *homen*, que, no período, conforme já atestado por diversos estudiosos (cf. entre outros, SAID ALI, 1964, DIAS, 1970, HUBER, 1986, MATTOS e SILVA, 1989, LOPES, 2003), assume a função de pronome indefinido, como ilustrado abaixo²⁶.

- (67) E ajuntasse a vylla de Cordova com a ponte, o que no~ faz em ne~ hu~a terra que *homen saybha sua semelhante*. (CGE-14)
- (68) e no~ ha *homen* que o veja que possa dizer como he feyto (CGE-19)
- (69) E tanto foy sotilmente lavrada que *nu~ca* *homen* pode esmar co~ verdade que outra tam boa avya feyta e~ Espanha. (CGE-32)
- (70) E em esta villa ha muytas myneras de ferro, mais ca em outra villa que *home~* possa saber.(CGE-34)
- (71) E tanto vos digo que no~ he no mundo *home~* que podesse co~tar compridamente *todallas maravylhosas cousas de Merida*. (CGE-35)
- (72) E pode *home~* hyr de Santare~ a Beja em quatro dias.
- (73) e no~ vos *poderya* *homen* dizer a alteza de seu muro (CGE-17)
- (74) Andados sete annos do reynado de Viterico, seendo ele hu~u~ dya e~ seu paaço a comer, *entraron a elle homeens e deronlhe tantas e taaes feridas d'espada que logo o mataron*.(CGE-137)

Trata-se de gramaticalização²⁷ do substantivo *homem*, usado sem referência ao gênero e ao número, para indicar, como diz Said Ali (1964, p.116), agente vago e indeterminado, semelhante ao uso moderno de *a gente*. A propósito das duas formas, Said Ali (1964) assevera:

homem era de uso comum no português primitivo; menos freqüente no século 15, perdura todavia, mormente na linguagem popular, deixando vestígios até o século 16. *A*

²⁶ Note-se que alguns usos são referenciais (74), *realis*; outros não o são. Nas asserções negativas, *homen* é genérico e não-referencial (68) e (71).

²⁷ Aqui *gramaticalização* é entendida como o esvaziamento de semas ou no sentido de Meillet (1965), como atribuição de estatuto gramatical a palavras antes autônomas.

gente é usado principalmente na linguagem familiar da atualidade (SAID ALI, 1964, p.116).

Dias (1970, p.22) compara este emprego de *homem* ao uso do *on* francês, fazendo a ressalva de que seu emprego é mais restrito, pois, diferentemente do *on* francês, só é usado em frases de sentido geral. De fato, essa restrição foi atestada por Mattos e Silva (1989, p.232), que encontrou, nos *Diálogos de São Gregório*, 75 ocorrências de sujeito indeterminado com *homen*, todas usadas “quando se emite uma generalização”.

Segundo Lopes (2003), a pronominalização do substantivo *homem*, que se deu, com a perda progressiva da referencialidade, cujo grau intermédio é a genericidade (*referencial > genérico > impessoal*), remonta ao baixo latim e é atestado nas línguas românicas em geral: *hombre/ome* (espanhol), *uomo* (italiano), *homem/ome* (português), *omul* (valaqui), *om/hom* (provençal) e *on* (francês). Todavia, enquanto em francês, *on* vigora até hoje com valor inespecífico, em português, deixou de ser usado como pronome por volta do século XVI, época em que o substantivo *a gente* começa a perder a marca de plural, na direção de uma lenta pronominalização que só será atestada em textos do século XVIII (cf. LOPES, 1999, 2003). Lopes (2003) defende uma inter-relação entre os dois fenômenos: a interrupção do processo de gramaticalização de *homem* em português e a emergência da forma *a gente* como pronome.

Na CGE, o substantivo *gente* é usado ainda com marcas de plural e gênero, com o sentido de “pessoas”, como em (75-78). Em (78), o contexto permite uma leitura genérica, próxima de ‘não se podia passar...’, ‘ninguém podia passar’, mas o plural mostra que não está gramaticalizado. Nas raras vezes em que figura no singular, tem valor de *povo* ou *pessoal* como em (79). Não encontramos nenhuma ocorrência de *a gente* como variante de *nós*.

(75) pero todas as mais das gentes lhe chama~ Allemanha, (CGE-4)

(76) E as gentes cuydava~ que elle comya as gentes assy como as bestas e por esso diziam que era meo home~ e meo besta. (CGE-9)

(77) veeronlhe dallo muytas gentes com que pobrou muytas e grandes villas (CGE-10)

(78) E, quando veho a entrada do vera~a~o, foram muy grandes chuvas e durarom muyto e enchero~ todollos ryos tanto que as gentes nom podyam pasar dhu~a parte aa outra (CGE-76)

(79) E a gente de Saragoça so~ muy sotiis em suas obras, ca faze~ panos muy preçados que per todo o mundo os nomea~ antre os outros bo~o~s, e qualquer obra que elles fazem dura longo tempo.(CGE-26)

Investigamos outras formas pronominais genéricas, mas não encontramos tão várias como no português moderno, em que formas como *eu, tu, você* são usados com referência indefinida (cf. PEZATTI & CAMACHO, 1997). Há casos esporádicos de uso do *nós* que podem ser interpretados como genéricos. A interpretação de *nós* em (80-83), portanto, é “todo mundo, inclusive eu”, que poderia ser parafraseada com o verbo na 3ª pessoa do plural sem o preenchimento do pronome *eles*, construção que chamamos de *impessoal* e de que trataremos no próximo capítulo, ou mesmo pela construção com *se*, tradicionalmente considerada passiva sintética.

- (80) Onde, se ben *pararmos* mentes da prol que nos ve~ das scripturas, *acharemos* que per elles *viimos* em conhocimento da verdade e *somos* sabedores das cousas antigas da criaço~ do mundo. Outrossi *sabemos* como morrero~ os patriarchas hu~u~s empos os outros e da sayda dos filhos de Israel do Egipto e da ley que Deus deu a Moysen e dos reis que ouve na santa terra de Jerusalem e do destroye~to della. E per elles outrossi *sabemos* da morte e paixon e da resurreiçom e da ascensom do Nosso Senhor Jhesu Cristo. (CGE-1)
- (81) E, qua~do el entrou e~ Espanha, andava a era dos mouros em cento e trinta e oyto a~nos e~no mes de Rabe, aquella a que *nos chamamos Janeyro*. (CGE-16)
- (82) E, das serras que *nos* em Espanha *achamos* longas e nomeadas em fortelleza, asy he aquella que se ajunta con o monte d'Aragon e que~ na ha de pasar a cavallo, por bem que ande, no~ a passara em tres dias. (CGE-24)
- (83) E *nos achamos* nos livros d'Ercolles em como elle chantou e~ Sevyilha dous padro~o~es muyto altos so terra e sobre terra e, tanto que ende sacarem aquelles padro~o~es, que logo a vylla seera destroyda. (CGE-41)

Feita a apresentação geral dos resultados, discutiremos, nos próximos capítulos, os resultados das variáveis analisadas nas construções impessoais, passivas e médias, a fim de caracterizar pragmática, semântica e formalmente cada um dos recursos verbais de codificação da função *não-atribuição de causalidade* na Crônica Geral de Espanha de 1344. Antes, porém, cabe apresentar algumas dificuldades encontradas na análise.

6.3. Dificuldades de análise

Arrolamos, a seguir, algumas das principais dificuldades de análise da Crônica e a solução encontrada para cada caso. Essas considerações são relevantes, na medida em que esclarecem as tomadas de posição na análise que apresentaremos nos próximos capítulos.

6.3.1. A polissemia do verbo *ser*

No nosso *corpus*, texto do final do séc. XIV, início do XV, o verbo *SEER* é usado não só na passiva, mas também na medial, ora com valor de auxiliar temporal (=

aver) para indicar perfeito (pretérito perfeito ou mais-que-perfeito); ora com valor de FICAR, indicando mudança de estado (o estatuto *evolutivo* de POTTIER, 1992); ora com valor de ESTAR, indicando um estado transitório, resultante de uma ação anterior, na chamada *passiva de estado*, ou *voz adjetival* (cf. CAMACHO, 2002, 2003), a qual não analisamos aqui. Coelho (2006) atribui essa polissemia de *ser* a dois fatores:

(a) ao estágio bastante avançado de seu processo de gramaticalização, mensurado pela alta frequência de formas gramaticais (71,39%) e (b) ao expressivo número de acepções etimológicas, ou sentidos concretos (COELHO, 2006, p. 165).

Para se ter uma idéia da polissemia deste verbo em contexto de adjetivo ou participípio, confirmam-se os exemplos abaixo:

(84) a. auxiliar temporal (= *aver*, *teer*)²⁸

Despois que *foy morto* el rey Sinchilla (CGE-147) = morreu
 Liberya *foy casada* con Piros, (CGE-8) = casou-se
 per este arco entendeo o emperador que *era morto* e assy era (CGE-90) = tinha morrido

b. passiva (= *ser*)

Troya *foy destroida* (CGE-4)
 por a qual razon *foy condenado* per sentença (CGE-149)

c. medial (= *ficar*)

e foy muy enfermo per spaço de hu~u~ a~no (CGE-85)
foy cheo de tanta sanha e soberva (CGE-109)
 E o bispo, quando lhes aquilo ouvvyo, *foy muy co~fortado* e~ suas pallavras ((CGE-150)

d. estativa (= *estar*)

pollos ryos que *eram muy cheos* (CGE-76)

e. estativa (= *ser*)

morava muyto no monte Allac que *he muito alto* (CGE-6)
 Espanha *he nobre* per muytos ryos (CGE-13)
 Mas, como *era* homen muy *assessegado*, e~vyoulhe rogar por seus messegeyros que se prestasse do seu reyno (CGE-92)

Essa riqueza de usos do verbo SER causa dificuldades de interpretação. Em geral, a combinação de *ser* + *adjetivo*, quando não puramente estativa, favorece a leitura medial, especialmente quando está na forma perfectiva. Já *ser* + *participípio* é bastante usado tanto na passiva, como na medial, tornando a decisão de classificar uma ocorrência como uma ou outra construção altamente dependente do contexto e do tipo

²⁸ A propósito, cumpre lembrar que, em latim, no perfeito, o auxiliar era *habere* quando o sujeito era agente, e *essere*, quando o sujeito não era agente (cf. COELHO, 2006).

de predicado envolvido. Isso é particularmente difícil quando a forma participial de dois verbos é neutralizada, como *matar* e *morrer*, como vemos em (86-87)²⁹.

- (85) MEDIAL: E o bispo, quando lhes aquele ouvyo, *foy muy co~fortado* e~ suas pallavras (CGE-150) = ‘ficou confortado’
- (86) MEDIAL: E, depois que elle *foy morto*, fezeron os Godos rey hu~u~ seu filho pequeno (CGE-140) = ‘morrera’
- (87) PASSIVA: Depois que Viaraço, o ladrom, *foy morto* (CGE-69) = ‘mataram-no’

Mattos e Silva (1989) deparou-se com a mesma dificuldade. Sobre isso, pronuncia-se a autora:

uma vez que não ocorre no *corpus* os participios *morrido* e *matado* para *morrer* e *matar*, respectivamente, por vezes torna-se ambígua a interpretação de *morto*. É o caso de *fora morto*, mas não o de *he morto* (= morreu), neste exemplo³⁰. Já em 2.38.1. De quarenta homens que *foron mortos* dos lombardos... *mortos* é indubitavelmente participio passado de *matar* (MATTOS E SILVA, 1989, 445).

A decisão de considerar medial ou passiva dependeu, portanto, do amplo contexto discursivo. Em (86), a leitura permitida é do participio do verbo *morrer* porque o contexto mostra que a morte não foi provocada por terceiros. Já em (87), a leitura é passiva porque o contexto anterior informou que houve assassinato.

A dificuldade existe também, com esse mesmo participio, em contextos cuja possibilidade é interpretar o verbo *ser* como equivalente a *estar*, como nos exemplos abaixo.

- (88) a. E, quando souberom de como Almicar *era morto* (CGE-52)
- b. E, quando os Godos vyron como *era morto* el rey Allarigo (CGE-103)

Optamos por considerar esses casos ocorrências de mediais (= *morrera*) e não de estativas (= *estava morto*). Assim fizemos por considerarmos o contexto de oração completiva introduzida por *como* que traz o valor semântico de modo e parece conferir o traço dinamismo ao estado de coisa (cf. MATTOS E SILVA, 1989, p.733).

Acrescentemos que estas ocorrências se referem a assassinatos e, portanto, uma leitura possível seria passiva, como equivalente a *tinha sido morto*. Todavia, não

²⁹ Adiante, quando tratarmos da construção medial justificaremos a inclusão de (86) entre as mediais, o que diverge de outros autores que trataram do assunto, como Camara Jr. (1985), Said Ali (1964), Camacho (2002, 2003), que levam em conta outros fatores. Para eles, (86) seria uma construção ativa.

³⁰ A autora se refere ao exemplo: “sabedes se rei Theodorigo *he morto*? Eu vos digo por certo que *he morto*, ca...levaramno descinto e descalço e com sas mãos legadas e deitaran-no na ola do vulcan...Acharon por certo que rei Theodorico *fora morto*” (MATTOS E SILVA, 1989, p.445).

encontramos autor que abalizasse esta correspondência. Dias (1970, p.250), por exemplo, abaliza apenas as seguintes correspondências:

- a) presente de *ser* + particípio de um verbo intransitivo = pretérito perfeito do verbo intransitivo
- b) imperfeito de *ser* + particípio = mais-que-perfeito
- c) perfeito de *ser* + particípio = pretérito perfeito
- d) futuro pretérito de *ser* + particípio = futuro do pretérito

Em outros contextos, essa possibilidade também se aplica, como nos exemplos a seguir.

- (89) a. E despois per tempo arrybaron onde agora chama~ o Porto hu~as gentes e~ naves que *eram degradados* de sua terra. (CGE-4)
- b. quando Atila soube o feyto e como el rey Sanguybano *era preso*. (CGE-87)

Embora a leitura estativa seja autorizada pelo imperfeito do verbo *ser*, a leitura de uma passiva no mais-que-perfeito é perfeitamente viável nesses contextos que indicam resultados de ações de terceiros. Aliás, esta segunda leitura, por vezes, parece mais adequada aos olhos modernos que a leitura estativa, como em (89a), por exemplo. Esta ambigüidade resulta do fato de ambas, construção estativa e passiva, apresentarem em comum a idéia de resultado. A propósito da correspondência entre formas simples e perifrásticas dos tempos verbais apresentada acima, Dias (1970) assevera:

de alguns verbos (intransitivos ou tomados em sentido intransitivo) pode empregar-se o particípio passivo combinado com o verbo *ser*, para *exprimir um acto consumado* (...). (DIAS, 1970, p.250). [grifo nosso]

Ora, como vimos em Pottier (1992), uma construção estativa é o último grau de passividade ou afetação:

- a) alguém foi preso > alguém está preso
- b) alguém foi morto > alguém está morto
- c) alguém foi degradado > alguém está degradado

Essa proximidade conceitual entre as duas construções e o uso de uma mesma forma, o verbo *ser*, para a expressão das duas noções acarreta naturalmente ambigüidades que talvez estejam no cerne da relação entre construções passivas, estativas e mediais. Convém testar em corpora mais extensos outras hipóteses sobre a polissemia de *ser* que não exploramos aqui pelo fato de nosso trabalho não ter cunho diacrônico, a não ser *en passant*. Entre as hipóteses: (a) o verbo *ser* substituiu semanticamente o verbo latino *feri* ‘tornar-se’, de natureza anômala; (b) o verbo *ser*

decalcou aspectos semânticos do latim, em que tempo e aspecto se encontram ligados a uma contigüidade semântica: *urbs condita est* ‘a cidade está fundada’ pressupõe *aliquis conderat urbem* ‘alguém tinha fundado a cidade’. Semelhantemente em português arcaico: *João era (=estava) morto* pressupõe *João tinha sido morto*.

6.3.2. Verbos plenos ou auxiliares?

No *corpus* em análise, SER, ESTAR, FICAR, TORNAR e JAZER são usados como verbos auxiliares e como verbos plenos. O primeiro é de longe o mais usado, tanto como verbo pleno quanto como verbo auxiliar ou verbo funcional. Lembramos que, para muitos autores, o verbo auxiliar junto a um verbo principal engendra as diversas categorias de tempo, modo, aspecto e voz. Por sua vez, o verbo funcional se ajunta a nomes para, em bloco, atribuir ao sujeito um papel temático.

Já ilustramos o uso de SER como auxiliar e como funcional, apresentamos, abaixo, algumas ocorrências de SER como verbo pleno.

- (90) Ora he de saber em qual tempo e hidade esto *foy* (CGE-5)
- (91) Onde aveo assy despois que, enno tempo que os Roma~a~os assenhoravam o mu~do e *foy* aquella grande desave~e~ça que ouve entre Jullio Cesar e Pompeo, (CGE-6)
- (92) elle, como era arryano de toda sua voontade, moveo tal persiguyçon contra os crista~a~os catholicos que deytou delles muytos fora da terra, antre os quaaes *foy* San Leandre, arcebispo de Sevyilha, e Mansona, arcebispo de Merida, e outros muytos bispos e clérigos (CGE-130)
- (93) E a sua morte *foy* a tres dias do mes d'Abril, (CGE-145)

Os demais são mais usados como os chamados verbos plenos que como verbos auxiliares ou copulativos. TORNAR e JAZER, por exemplo, são bastante comuns na *Crônica*. Desses dois verbos, encontramos 131 e 130 ocorrências, respectivamente, mas, na maioria delas, figuram com valores da área da localização de Pottier (1992)³¹. TORNAR, como verbo intransitivo de ação, aparece conjugado com ou sem clítico com valor de ‘voltar ou fazer voltar’, ‘retornar’, conforme se vê nos exemplos (94) abaixo.

- (94) a. E desy *tornousse pera essas montanhas* contra ourie~te (CGE-12)
 - b. E, quando este Almycar *tornou de Pulha a terra de África* (CGE-52)
 - c. Amygos, *tornade sobre vos* e lidade como baro~o~es leaaes. (CGE-77)
 - d. E *tornousse d'África* sen ne~ hu~u~ esforço. (CGE-105)
 - e. Depois que *foy morto* Lirio, *tornarom* Hecio e~ seu officio como da~tes (CGE-86)

Às vezes, TORNAR aparece com um predicativo, o que pode levar a enganos na interpretação, como ocorre em (95a), que, não houvesse o sintagma preposicionado *pera Affryca*, poderia ser interpretado como expressão do evolutivo. Em (95b) também

³¹ Mattos e Silva (1989), que se baseia em Pottier (1978), trata desses verbos na *relação situativa*.

aparece o predicativo, mas já aqui o locativo está posicionado logo após o verbo, o que facilita a interpretação.

- (95) a. E lidou co~ elles e vencero~no e *tornousse vençudo pera Affryca*. (CGE—52)
b. *tornouse pera Roma* muy honrrado, (CGE – 80)

Os valores de verbo auxiliar ou funcional podem concorrer com os de verbo pleno, de sorte a tornar difícil discernir um do outro mesmo no contexto discursivo. Assim, JAZER, que significa, como verbo intransitivo, ‘estar em posição deitada’, pode manter esse sentido em contextos de participio. Destarte, se os exemplos em (96) são inequívocos quanto ao caráter pleno do verbo JAZER, os de (97) são ambíguos. Já os exemplos em (98), são de interpretação mais segura, especialmente o exemplo (b), em que *jazer seguro* não parece implicar o sema ‘deitado’. Um fator de importância parece ser a presença do adjetivo. Cumpre observar que essa mesma dificuldade de interpretação encontrou Mattos e Silva (1989) ao analisar algumas ocorrências de JAZER no seu *corpus*, cuja data provável é final do séc. XIV.

- (96) a. Sylve *jaz* sobre o braço que sal do mar. (CGE-39)
b. E Nebra *jaz* e~ muy boa terra (CGE-40)
- (97) a. e fezerom soterrar os corpos daquelles que *jaziam mortos* e~nos campos. (CGE-87)
b. por amor da virgen sancta Ollalha que hy *jazia soterrada*, (CGE-92)
c. E enton os velhos veeron ao bispo, onde assy *jazia esmorido*, e salvaro~no, (CGE-150)
- (98) a. E, quando os crista~a~os que *jaziam escondidos* aquello ouvyrom, sayron fora seguros com grande prazer (CGE-81)
b. e mandou fazer hu~a gra~ cova antre a vylla e o arreal por *jazere~ mais seguros* - e oje em dya chama~ aaquel logar Antre muro e muro (CGE-82)

Os verbos ESTAR e FICAR são, no geral, menos freqüentes que TORNAR e JAZER: 116 e 72 ocorrências respectivamente; mas, do mesmo modo que TORNAR e JAZER, estes também são mais usados com valores nocionais. ESTAR, usado em sentido pleno, pode trazer o sentido ‘estar em posição vertical’, como se percebe em (99), ou o sentido de ‘encontrar-se em determinado momento ou lugar’, como se vê em (100).

- (99) a. E em meo do campo *stavam* duas penas grandes e hu~u~s outeyros a cabo dellas; (CGE-76)
b. e ally *stavam* suas companhas com suas signas. (CGE-75)
- (100) a. catou a pedra em que *estava~* as leteras (CGE-7)
b. E, des ally en deante, sempre *esteve* e~ poder dos Roma~a~os (CGE-116)
c. E elle *estava* e~ Galya Gotica, (CGE-126)

Já FICAR, usado como verbo pleno, pode significar ‘restar’ como em (101).

- (101) a. E morreo Tarcos e *ficou* qua~to elle avya a Rotas. (CGE-103)
b. e~ tal guisa que no~ *ficou* seno~ Noe e sua molher e tres filhos (CGE-2)

- c. E en redor deste celyon ouve muytas e boas obras bem sotiis e muy fortes, das quaaes no~ *ficaron* seno~ os cillios.(CGE-44)

Estes verbos ocorrem algumas vezes com uma mesma forma de participío, conforme se observa abaixo. Em (102), temos o participío (*e*)*spantado* usado com *ser*, *estar* e *ficar*, no sentido de estado resultante ou de mudança de estado. Embora com auxiliares diferentes, (102a) e (102b) parecem ter o mesmo sentido. Do mesmo modo, (102c) e (102d). Por outro lado, embora (102a) e (102c) apresentem o mesmo auxiliar, eles têm sentidos diferentes, contribuindo para isso seu valor têmporo-aspectual.

- (102) a. e taaes eixemplos dava de sy que todos *eram spantados* do seu bo~o~ regimento (CGE-147)
b. Depois que Julyo Cesar vyo que *stava~ espantados e e~fraquecidos*, mandou aos seus que os fossem feryr seu passo (CGE-78)
c. Hercolles *foy muyto espantado* por se Gedeon poder delle defender (CGE-7)
d. E, como esto ouve dito, desapareceulhe a vyson. E o bispo e os sancrista~a~es da igreja *ficaron muy spantados*, ca toda aquella cousa avyam vista os sancrista~a~es e ouvidas as pallavras ben come o bispo. (CGE-150)

Não só estes verbos podiam alternar-se com um mesmo participío. Em (103), temos *escrito* com o verbo SER, JAZER E AVER, em frases aparentemente de mesmo sentido, empregadas no mesmo contexto, cuja idéia geral é a de ‘encontrar-se em determinado lugar’, como indica o fato de, em todas elas, o locativo estar presente: *em aquella pedra, em esta tavao, hi*.

- (103) a. E fiz ajuntar quantos crista~a~os avya em Merida que vyssem o que *era escrito* em aquella pedra (CGE-35)
b. Eu vos direy o que em esta tavao *jaz escrito*: (CGE-35)
c. ne~ dizer pouco nem muyto do que hi *avya escrito*, tanto era~ feytas per escuro latim. (CGE-35)

Parece-nos que a polissemia dos verbos JAZER, TORNAR, FICAR é decorrente da integração sintagmática entre eles e os sintagmas que lhes são subseqüentes, ou mesmo do contexto prévio. Assim, em *tornar-se pera Affrica* o sentido direcional decorre do SP. Já em *tornar-se doente*, a direção de um estado de sanidade para o de doença se encontra no nível acentuadamente nocional Um verbo como JAZER, por sua vez, nos exemplos *jaz deitado* e *jaz seguro*, mantém sua condição estativa . Em assim sendo, a distinção entre léxico e gramática mais uma vez nos parece fluida³². A questão da auxiliaridade, mesmo no domínio da tradição formalista, continua em aberto.

³² Parece-nos que só *haver*, quando gramaticalizado em auxiliar temporal, se distancia do sentido do verbo pleno.

6.3.3. *Passivas ou adjetivais?*

Outra dificuldade de análise do *corpus* que merece menção resulta do forte paralelismo entre participio e adjetivo que nos levou a constantes releituras do contexto, a fim de classificar corretamente determinadas ocorrências. São construções como as citadas abaixo, que guardam paralelismo formal com as passivas.

- (104) a. Espanha *he toda çarrada e cercada de todallas partes* (CGE-13)
b. *aquelle em que agora Sevyilha he pobrada.* (CGE-6)
c. Ca Espanha *he cuberta de gaados e de eguas, de veados e de caça muyto abastada* (CGE-13)
d. Cordova *he cercada de muy boas ortas e as arvores pendem sobre a vylla* (CGE-14)
e. Marchena *he muy boa vylla e muy bem pobrada de muyta gente* (CGE-42)

Em alguns casos, como (104a), (104c), (104d) e (104e), há até um SP que pode ser interpretado como Causativo da passiva. Esta é a interpretação que Oliveira (2005) dá a casos semelhantes encontrados no seu *corpus* constituído de textos variados representativos da primeira fase do português arcaico³³. A título de ilustração, transcrevemos, em (105), um dos exemplos de Oliveira (2005, p.115) em que temos duas ocorrências semelhantes aos nossos (104a) e (104d).

- (105) Assy como o orto do parayso terreal *he cercado* con forte muro de fogo, assy o orto da Sancta Scriptura *he cercado de muy fortes sebes* (...) (OE, p. 34, l. 19-21)

Essa ambigüidade entre adjetivas e passivas foi apontada por Naro (1977, p.122), segundo o qual, a diferença entre a construção adjetiva e a passiva parece ser estritamente semântica: “em primeiro lugar, a passiva verdadeira denota um processo, ao passo que o participio adjetivo refere-se à condição”.

Oliveira (2005) adota essa distinção na análise de alguns casos, mas, no que diz respeito a ocorrências como as citadas em (105), a autora não hesita em interpretar como passiva, já que a preposição que introduz o SP presente na segunda ocorrência é *de*. Com efeito, Oliveira (2005) reconhece a ambigüidade de leitura do sintagma preposicionado introduzido por *per*, que pode, segundo Naro (1977), ser interpretado como agente da passiva ou como instrumental e opta por interpretar como agente da passiva: “Há outros casos no *corpus* em que se dá tal ambigüidade — que só acontece com sintagmas preposicionados com *per* —, como em “(...) enderçou e conpriu a ley

³³ A autora usou também outro *corpus* constituído de textos representativos do séc. XX, já que sua pesquisa sobre a voz passiva é de cunho diacrônico. Nossa referência se limita ao *corpus* do período arcaico.

que *foy dada primeyramête per Moysê (...)*” (FR, liv. I, l. 56-57)” (OLIVEIRA, 2005, p. 47).

No exemplo (105), as duas ocorrências de *he cercado* figuram com SP introduzido por preposições diferentes e, pela posição adotada, apenas um é interpretado como agente da passiva, marcado em negrito. A nosso ver, as duas ocorrências apresentam instrumentais: *forte muro de fogo cercam o orto do paraíso* e *fortes sebes cercam o orto da Santa Scriptura*.

Para nós, a questão independe da preposição, pois uma vez que não fazemos diferença entre *instrumental e agente*, ambas as ocorrências de (105) poderiam ser interpretadas como passivas com Causativo explícito. Todavia, optamos por interpretar casos similares, alguns dos quais transcritos em (104), como ocorrências de construções adjetivais em que se aponta não um evento, mas um estado resultante de um evento.

A despeito da possibilidade de menção do Causativo como SP, estas construções denotam condições estáticas, como mostra o contexto descritivo em que se inserem, muitas vezes coordenadas a um adjetivo típico. À guisa de ilustração, transcrevemos, em (106), um trecho do capítulo 13, cujo objetivo é exaltar a Espanha, em que temos várias ocorrências de construções assemelhadas às passivas em paralelo com construções claramente adjetivais.

(106) Espanha *he muyto avondada de pescados* de mar e de pescados de ryos e de lagoas. Espanha he de bo~o~s pa~a~es, *deleytosa de fruytas*, muy *viçosa de pescados*, *saborosa de leyte* e de todolos ma~jares que se delle fazem. Ca Espanha *he cuberta de gaados* e de eguas, de veados e *de caça muyto abastada*, e *de cavallos muy louça~a~*, e proveytosa e bem *servyda de muus*, segura e bem *bastecida de muytos castellos*.

Observe-se que, neste trecho, a estrutura similar à passiva é bastante recorrente.

Quadro 6.1 Construções adjetivais

SN	+	ser	+	particípio/adjetivo	+	de	SN
Espanha		he		avondada		de	pescados
Espanha		he		deleytosa		de	fruytas
Espanha		he		viçosa		de	pescados
Espanha		he		saborosa		de	leyte
Espanha		he		cuberta		de	gaados
Espanha		he		abastada		de	caça
Espanha		he		louçã		de	cavallos
Espanha		he		servyda		de	muus
Espanha		he		bastecida		de	castellos

Diante do paralelismo evidente com adjetivos, como se vê em *louçã de cavallos*, e do contexto descritivo, resolvemos esses casos ambíguos como adjetivais.

Isso não implica que rechaçamos a hipótese de serem passivas, mas apenas uma tomada de posição necessária para a análise quantitativa dos dados, pois a relação adjetivo/particípio — que, diga-se de passagem, permanece no português atual (cf. PIMENTA-BUENO, 1986) — é tão íntima no *corpus* analisado que encontramos passivas inconfundivelmente coordenadas a adjetivos, como nos exemplos (107)-(108). Neste último, temos até a presença do SP.

(107) Mas aacima ouvero~ de seer vençidos os de Africa e fogio Asdrubal e *foron muytos dos seus mortos e cativos*, assy que muy poucos scaparon. (CGE-61)

(108) e *serya elle e Freneo desapoderados* do senhoryo que tiinha~ e *Pompeo*, seu senhor, muy *perdidoso por myngua e culpa delles* (CGE-77)

Em suma, a distinção entre particípio e adjetivo é fundamentalmente contextual e depende da leitura verbal da forma *v-do*.

CAPÍTULO VII

AS CONSTRUÇÕES IMPESSOAIS NA CGE

Neste capítulo, abordaremos dois tipos de construções: as tradicionalmente consideradas *orações de sujeito indeterminado*, que serão chamadas de *impessoais não-clíticas*, e a *oração passiva sintética*, que chamaremos de *impessoal clítica*¹.

A construção impessoal é a estratégia de não-atribuição de causalidade menos usada em nosso *corpus*, especialmente na forma clítica. Encontramos um total de 199 construções impessoais, o que representa 19% das ocorrências. Destas, 85,9% (171/199), na forma não-clítica e apenas 14% (28/199) na forma clítica. São exemplos as frases abaixo.

- (01) grandes feitos *que se hy fezeron* (CGE-48)
- (02) E en seu termho ha muy boas montanhas honde *se poderyam cryar muitos gaados* (CGE-39)
- (03) E *arryncaro~na* do muro per mui grande força (CGE-35)
- (04) E pera sy a escolheu Abertalha, filho d'Ozme, *o que chamava~ Abuysmen* cuja era toda a terra (CGE-25)

A baixa freqüência de construções impessoais no *corpus* talvez se deva ao gênero textual. É natural que, numa narrativa histórica como a *Crônica*, que se pauta pela busca de fatos, conforme várias passagens denunciam, seja mais comum a codificação de eventos em que os seres humanos apareçam determinados, ainda que não sejam entidades causadoras dos estados de coisas. Todavia, conforme já dito, a influência do gênero textual na escolha da forma de codificação da não-atribuição de causalidade fica como mera hipótese a ser investigada em textos variados de um mesmo período.

Às vezes, um mesmo lexema se manifesta na forma impessoal clítica e não-clítica, conforme depreendido nos exemplos.

- (05) a. e de todolos ma~jares *que se delle fazem* (CGE-13)
b. E em seu termho ha pedras marmores *e fazem dellas muitas e boas obras* (CGE-16)
- (06) a. *acham* hy rastro das cousas antigas muy maravylhosas (CGE-21)
b. E *achasse* outrossy em este livro e~ como os do linhagem destes tres filhos de Noe, que ouvero~ nome Sen, Cam, Jaffech, veero~ [os] que co~ grande sobe (CGE-2)
- (07) a. Toda sua terra *rega[m]* de ryo, (CGE-18)
b. *todas se regam* destes ryos (CGE-13)

¹ Apenas três ocorrências de verbo não-clítico no infinitivo, cujo valor é similar ao da impessoal clítica, foram incluídas entre as não-clíticas, por questão de coerência nomenclatural.

- (08) a. e *poseron* em seu lugar Teodio, o primeiro (CGE-141)
b. as posturas e ordenamentos *que se* em aquelle concelho *poseron* sobre os clérigos (CGE-150)

Nas próximas seções, trataremos das construções impessoais clíticas (IC) e não-clíticas (INC), apresentando os resultados encontrados no *corpus*, conforme variáveis formais, semânticas e pragmáticas, a fim de melhor caracterizar cada uma. Antes, porém, cabe justificar o agrupamento dessas duas construções como *impessoais*.

Partindo da noção de não-atribuição de causalidade, conforme já discutida, é inegável a impessoalidade da construção *impessoal não-clítica*, a qual só o contexto discursivo ou pragmático permite interpretar corretamente, pois pode constituir casos de zero anafórico. De certo modo, a própria NGB assim a reconhece quando a trata como forma de indeterminação do sujeito. Já a construção com verbo transitivo direto acompanhado de *se*, que denominamos *impessoal clítica* e é tratada na NGB como *passiva sintética*, nem sempre tem seu estatuto claramente definido: *voz passiva* ou *ativa com sujeito indeterminado*?

Não é recente a interpretação da chamada *passiva sintética* como construção de sujeito indeterminado. Já no início do século XX, Ribeiro (1908) reconhecia:

não é pequena a dificuldade de analyse da passiva com *se*. É demasiada subtiliza dizer que na phrase ‘Louva-se a Deus’ a palavra *Deus* não é complemento objectivo, e afirmar que *a Deus* é sujeito (com preposição!). Além disso, ‘Louva-se a Deus’ não significa que ‘Deus é louvado’, e apenas que ‘Deus é para ser louvado, é digno de louvor’, da mesma forma ‘Vende-se casas’, não significa ‘casas são vendidas’, mas ‘casas são para vender ou vendaveis’.

Do mesmo modo analysem-se fórmias como ‘Aqui bebe-se vinho puro.’, ‘Em Roma vive-se com pouco, ‘A que horas se come?’

(RIBEIRO, 1908, p. 220)

Said Ali (1964, 1966) engloba as construções com *se* na voz medial, reconhecendo-lhe a polissemia e reservando o caráter passivo apenas à construção analítica ser + participio. À voz medial, o autor atribui várias funções, tal como assumia a média sintética das línguas clássicas. Uma delas é denotar agente desconhecido, quer por ser realmente desconhecido do falante, quer por simplesmente não querer o falante mencioná-lo. Isso está claro em frases como *compra-se o palácio* e *morre-se de fome*, em que o pronome *se* “sugere, na consciência de todo o mundo, a idéia de alguém que compra, de alguém que morre, mas que não conhecemos ou não queremos nomear” (SAID ALI, 1966, p. 92).

Modernamente, autores de orientações teóricas distintas, como Raposo e Uriagereka (1996), no português europeu, e Hawad (2002) e Camacho (2002, 2003), no português brasileiro, têm negado o caráter passivo à construção transitiva com *se*. A posição pós-verbal, a ausência de concordância verbo/SN e o uso da construção com verbos intransitivos e transitivos indiretos são alguns dos fatores que favorecem a interpretação impessoal da dita construção. Para Camacho (2006), por exemplo, a voz impessoal se caracteriza por ser o Agente extremamente não-tópico, suprimido, e o Paciente, embora mais tópico que o Agente, poder ou não adquirir as características de subjetividade (AGT << PAC). No primeiro caso, a voz impessoal é considerada promotora, pois o paciente apresenta o controle da concordância, característica própria do sujeito, embora se mantenha posposto. No segundo, é não-promotora, pois o paciente mantém o estatuto de objeto, uma vez que não controla a concordância verbal. A impessoal promotora é quase restrita à linguagem escrita formal; a não-promotora, por sua vez, freqüente na língua falada.

Se, numa perspectiva sincrônica moderna, há uma tendência a se considerar impessoal a construção com *se*, numa perspectiva diacrônica, não se pode dizer o mesmo. Autores, como Naro (1976), consideram que esta construção de verbo transitivo com *se* tem caráter passivo no português medieval. A forma impessoal propriamente dita só é encontrada mais tarde. No período medieval, a forma pronominal é usada como verdadeira passiva, pois não só admite opcionalmente a expressão do agente, como é limitada a verbos transitivos que concordam obrigatoriamente com o SN, conforme se verifica nos exemplos, transcritos a seguir.

(09) Como *Josep se conheceu pelos irmãaos*. (séc. XIV. NARO 1976, p. 789)

(10) e todo homen que cree que *por cuidado e per proviimento de Deus se enderençam e se regen e se governan totalas cousas* que no mundo son (séc. XIII, LIMA, 2005, p.551)

Todavia, segundo Martins (2003), a ausência de concordância, que evidencia a emergência da construção impessoal, inicia-se no séc. XV e se torna mais freqüente a partir do séc. XVI, tanto em português, como em espanhol. Para além da ausência de concordância, que passa a evidenciar o caráter de objeto do SN, a extensão da construção a verbos intransitivos e a verbos de ligação, que surge mais tarde, atribui-lhe estatuto ativo. São exemplos citados em Martins (2003, p.1-2):

(11) *As outras cousas da grandeza desta terra e do seu governo e costumes se guarda* pera os livros de geografia (séc. XVI. Rodrigues, 1913, p. 177)

- (12) O médico da camara ... ainda não é chegado. Não lhe faltará que fazer, porque *se adoee e morre muito* (António Vieira. Rodrigues 1913, p. 183)
- (13) *É-se obrigado* acaso a pagar fôro em metro às deusas do Parnaso? Se não se é, *não se deve andar sem arte e veia a versar*. (António F. de Castilho. Said Ali 1966, p. 97)
- (14) en el pueblo (...) *se falla e deue fallar diversos linages e condições* (séc. XV. Lapesa, 2000, p. 813).

Portanto, como estamos lidando com um *corpus* do português medieval, poderíamos perfeitamente considerar essas construções como passivas sintéticas. Preferimos, no entanto, agrupá-las entre as impessoais, distinguindo-as apenas quanto ao uso do clítico, por considerarmos que sua afinidade semântico-estrutural é maior com as construções de 3ª pessoa do plural que com as construções passivas analíticas. Ademais, como nosso *corpus* data do final do séc. XIV, beirando o séc. XV, em que a voz passiva sintética passa a ser mais interpretável como impessoal, preferimos adotar esta última classificação. Isto sem mencionar que, em se tratando de um *corpus* de uma sincronia remota, muitas perspectivas são opcionais, dado que não há falantes nativos. Disto falaremos oportunamente.

7.1. A impessoal não-clítica

As impessoais não-clíticas são, ao lado das passivas, as menos restritivas das seis construções estudadas, pois figuram com verbos de ação, processo e ação-processo. Predominam verbos deste último tipo, que correspondem à transitividade prototípica pelos traços [+ação] do verbo e [+afetado] do SN. Em 96,4% (165/171) do total de ocorrências de impessoais não-clíticas, o verbo é de ação-processo. Estas constituem casos mais prototípicos de impessoais, mas encontramos também, embora em número reduzido, ocorrências da construção impessoal com verbos de processo (6/171), reproduzidas em (15-16) e com verbos de ação, de que já tratamos no capítulo anterior. A maioria das ocorrências com verbo de processo ocorre com o verbo ACHAR e apenas duas com o verbo VER, no sentido de ‘perceber pela visão’ (cf. BORBA, 2002). As seis ocorrências acham-se registradas abaixo.

- (15) a. quando va~a~ a este monte em tempo de caentura, *acha~ hy mui saborosos logares* pera folgar (CGE-16)
- b. *acham hy rastro* das cousas antigas muy maravylhosas (CGE-21)
- c. E Tex foy hu~a cidade antiga e agora *acham hy edifficios antigos* (CGE-17)
- d. E Pedro jaz sobre augua corrente a *que no~ acham fundo* (CGE-28)
- (16)a. no~ pode pello mar vi~i~r cousa pequena nem grande pera Spanha *que delle nom vejam*. (CGE-46)
- b. e as acenhas som ante a porta da al[ca]cova; e son tantas que *no~ podem veer o ryo*. (CGE-14)

Em todos esses casos, a omissão não é do Causativo propriamente, mas do Afetado: a entidade que vivencia a mudança de estado, ou seja, quem encontra ou vê algo. Constituem experienciadores, numa classificação mais detalhada, e situam-se, portanto, no domínio alvo no fluxo de energia. Todavia, são mais ativos que os objetos com que interagem, conforme aponta Langacker (1991), para quem estas relações constituem uma extensão do protótipo transitivo: *AG > TEMA*, em que o experienciador corresponde ao Agente e o caminho perceptual é construído de modo semelhante a um fluxo de energia.

Em suma, no caso dos processos mentais, como em (16), o experienciador é, como diz Kemmer (1993), ao mesmo tempo *iniciador* e *ponto-de-chegada*. É *iniciador* porque o evento mental se origina dentro de mente do experienciador, e é o *ponto-de-chegada* porque este é mentalmente afetado.

Quanto às ocorrências registradas em (15a)-(15d), a nosso ver, se aproximam do sentido ‘estar num determinado local’, próprio do verbo ACHAR, usado, no português moderno, pronominalmente como verbo de estado: *Orfeu acha-se no topo da escada; Já Nícia se achava entre nós há algum tempo*².

As frases em (15a)-(15d) parecem constituir expressão do estativo (cf. POTTIER, 1992): *acham hy mui saborosos logares* ~ ‘há aí mui saborosos lugares’. Em todas essas ocorrências, há a expressão do locativo, o que, aliado ao presente atemporal contribui para a interpretação estativa do verbo, apesar de apresentar-se na forma não-pronominal e não na forma pronominal como modernamente (cf. BORBA, 2002). Embora não contemos com o testemunho do falante para nos dar uma análise inequívoca, parece-nos que as ocorrências com ACHAR têm o sentido estativo, não constituem, a rigor, casos de mudança e não deveriam fazer parte do rol de construções de não-atribuição de causalidade.

Outro tipo de processo que também não parece implicar mudança ocorre com os verbos CHAMAR e DIZER no sentido de ‘atribuir nome’. Estes verbos figuram em 112 das construções impessoais, sempre na forma não-clítica, a maioria na forma imperfectiva: 92,8% (104/112).

Na classificação de Halliday (2004), enquadram-se como processos relacionais, que são processos de identificar e relacionar, correspondente à área das propriedades em

² Os exemplos são de Borba (2002, s.v. *achar*).

Pottier (1992). Consideramos as oito ocorrências desses verbos na forma perfectiva como verbos de processo material: ‘dar nome a’, pois temos, nesse caso, uma situação télica, um evento limitado temporalmente, materialmente concebido: ‘alguém deu nome a alguém’. A situação de mudança está plenamente configurada: algo ou alguém passa a ter nome. Ilustramos abaixo.

(17) o Mancebo, a que depois chamaron Cepion Affricano, (CGE-55)

(18) E por esto chamaro~ aaquelle a~no ho a~no de Barbate (CGE-44)

(19) depois veero~ outras gentes a que diseron Almonizes (CGE-12)

(20) E foy natural de hu~a cidade a que diseron Fenis; (CGE-5)

Já as ocorrências em que estes verbos figuram no imperfectivo não parecem codificar uma mudança de estado, ao contrário, parecem simplesmente afirmar que ‘alguém tem um nome X’, como modernamente se diz usando o verbo CHAMAR pronominalmente *ele se chama Pedro*, ou seja, ‘ele tem por nome Pedro’. No *corpus* em análise, não há uma só ocorrência de CHAMAR usado pronominalmente³. Isto corrobora nossa interpretação de ACHAR sem pronome com sentido estativo. Diferentemente do que ocorre com ACHAR, com poucas ocorrências pronominais, nenhuma das que encontramos com CHAMAR é pronominal, conforme vemos nos exemplos a seguir.

(21) E acabasse Europa en hu~u~ cabo d'Espanha en hu~u~ logar *que chaman Caliz* (CGE-3)

(22) veo sobre Çamora hu~u~ caudel de Roma con muy gra~de hoste *que chamava~ Ponpilio* (CGE-69)

(23) hu~u~ ryo que corre per ella *que chamon Lemano* (CGE-4)

(24) Estes montes começansse e~no grande mar Occiano apreto da villa *que chama~ Bayona*(CGE-4)

Nestes casos, a situação de mudança não está configurada, uma vez que não há indício de que a pessoa ou coisa denominada não tinha o nome atribuído antes. São frases em que se afirma que ‘algo ou alguém tinha um nome X’, ‘era chamado por todos daquela época e lugar por este nome X’. Classificamos estas construções como relacionais por entendermos que, mais que a atribuição de uma propriedade, é a expressão da posse de um atributo. Parecem estar a meio caminho entre os processos materiais e relacionais. Ou, na classificação de Chafe, entre ação-processo e estado.

³ Ressaltamos que analisamos apenas 150 capítulos dos mais de 800 da Crônica. A título de curiosidade, procuramos no *Corpus do Português*, de Davies & Ferreira constituído de mais de 45 milhões de palavras, do século XIV ao XX, ocorrências pronominais de *chamar*, e encontramos apenas 41 ocorrências no séc. XIV, e 387 no séc. XV. As ocorrências aumentam a partir do séc. XVI, período em que registramos 1140 ocorrências. A julgar por esses resultados, indiciais, podemos supor que a forma pronominal no sentido relacional só veio a difundir-se tardiamente.

Um fato digno de nota é a predominância de construções impessoais não-clíticas em passagens descritivas: 61,4% (105/171) das ocorrências de INC se encontram no trecho que vai do capítulo 13 ao 47. Estes capítulos, segundo Cintra (1951, p.38), constituem a *Geografia de Rasis*, que foi alterada na segunda redação da *Crônica*, com a inclusão de um louvor à Espanha, adaptado de Afonso X da *Primeira Crônica*. São capítulos, em geral, curtos, em que se enaltecem os vários ‘termos’ da Espanha e suas vilas, e se apresentam os povos que primeiro a povoaram. São passagens essencialmente descritivas. Por vezes, aparece entremeado algum curto trecho narrativo com intenção de esclarecer algum ponto, mas o foco é apresentar lugares e povos, não eventos.

- (25) E Osca he muy boa cidade antiga e he muy fremosa e muy ben lavrada e muy bem feyta e muy ben asseentada. E preto della corre hu~u~ ryo *que chama~ Beença* e he ryo d'augua delgada em toda sazón. E em seu termho ha villas bem castelladas, das quaaes hu~a he a *vylla que chama~ Pedroelg*. E o outro he hu~u~ castello *que chaman Ayrace*. E o outro he o castello de Cevint. E o outro he *o que chama~ Ribas*. E o outro he *o que chama~ o castello de Tolia*. he a *vylla que chama~ Pedroelg*. E o outro he hu~u~ castello *que chaman Ayrace*. (CGE-24)
- (26) O termho de Saragoça parte con o termho de Lerida. E Lerida jaz contra o septentryon de Saragoça e jaz sobre o ryo de Segura; e saae este ryo da serra de Segura. E, quando *fundaron a vylla, filharo~ este ryo* no termho de Pillares. Este ryo entra en Hura, hu~u~ castello que a nome Mureça. E em este ryo *tiran ho ouro fyno*. E e~tra este ryo em outro que ha nome Bocaryo e este e os outros ryos entra~ no ryo que *chama~ Salvyas* (CGE-22).

O fato de a INC predominar em passagens descritivas condiz com o resultado encontrado quanto ao tempo verbal mais freqüente com esse tipo de impessoal: 70,2% de presente do indicativo, forma usada em discurso genérico com valor atemporal, que expressa o aspecto indeterminado de Travaglia (1981), em que temos uma duração ilimitada e contínua. Quanto à categoria da atualização de Barros (1981), na impessoal não-clítica, predomina o imperfeito, que indica processo em parte atualizado e em parte atualizável: 81,3%.

Esses traços indicam que a impessoal não-clítica é a codificação de não-atribuição de causalidade escolhida quando o Causativo tem caráter genérico. De fato, em quase todas as impessoais não-clíticas, o traço [+humano] é atribuído pelo predicado ao Causativo omitido. Em apenas uma ocorrência, reproduzida em (27), com verbo no infinitivo sem o clítico, o Causativo omitido pode representar forças da natureza, em primeira instância, como indica o contexto anterior.

- (27) todas se regam destes ryos e doutros muytos e de fontes e de represas e de outras muytas maneiras de *regar* (CGE-13)

7.1.1.O Afetado da impessoal não-clítica

Os dados mostram que o SN da impessoal não-clítica é, em geral, expresso por pronome relativo, anteposto ao verbo, não-persistente cataforicamente, altamente tópico. Além disso, codifica informação evocada e representa entidades inanimadas. Antes, porém, que extraíamos conclusões a respeito desses resultados gerais, cabe avaliarmos uma a uma as variáveis, pois a posição, a topicalidade e o estatuto informacional do SN se relacionam diretamente à expressão formal deste. A alta incidência de SNs de impessoais expressos por pronomes relativos (100/171) pode distorcer os resultados, já que, com este tipo de SN, forçosamente há anteposição, informação evocada e alta topicalidade, aqui medida através da distância referencial, conforme explicitamos no capítulo 5. Cumpre lembrar que, diferentemente de Camacho (2002), o qual, para medir a distância anafórica, considerou como unidade a oração complexa, contamos aqui as relativas uma unidade oracional. Em outras palavras, quando o SN for representado por pronome relativo, as variáveis *estatuto informacional*, *posição do SN* e *distância referencial* se imbricam.

7.1.1.1. Análise formal do Afetado das impessoais não-clíticas

Na forma não-clítica, predomina a manifestação por pronome relativo (100/171), ou seja, 58,5% das ocorrências. O SN representado por nome é a segunda forma de expressão mais freqüente com esse tipo de impessoal: 22,8% (39/171). Todos os casos de anáfora pronominal, como chamamos aqui a expressão por pronome átono, figuram na forma não-clítica, o que era forçoso encontrar vez que, nessa construção, o SN é um objeto do ponto de vista sintático. Abaixo exemplificamos as variadas manifestações do SN na impessoal não-clítica.

(28) SN lexical

- a. que *fezessem* en Tallaveyra *hu~u~ departamento* (CGE-32)
- b. e~na malhada d'Exaduva *colhem muy o boo alambar* (CGE-44)

(29) Pronome relativo

- a. ouve hi *hu~u~ consul que chamaron Cipion* (CGE-5)
- b. aquella terra *que agora chaman Allana* ((CGE-4)

(30) Anáfora zero

- a. todas se regam destes ryos e doutros muytos e de fontes e de represas e de outras muytas maneiras de *regar Ø* (CGE-13)

(31) Anáfora pronominal

- a. E *arryncaro~na* do muro per mui grande força e, (CGE-35)
- b. e, depois que a assy ouvero~ arrancada, *posero~ma* dyante. (CGE-35)

(32) **Zero arbitrário**

ha muy bo~o~s cha~a~os de *cryar* e de *pacer* (CGE-29)

(33) **Pronome tônico**

a. E *outro chama~ Atrom* (CGE-46)

Se fizermos como Pezatti (1996) e unirmos a manifestação pronominal com as anáforas zero, teremos um alto índice de SNs não-lexicais na impessoal não-clítica: 76% (130/171), o que indica a alta acessibilidade do referente do Afetado da INC.

No que diz respeito à ordem dos constituintes, outro parâmetro formal analisado, fez-se necessário isolar as ocorrências em que o SN é representado por pronome relativo, haja vista que a ordem é imposição sintática. Naturalmente, retiramos as ocorrências de ausência de manifestação, quer por zero anafórico quer pelo chamado zero arbitrário (cf. CAMACHO, 2002), que constitui uma ausência não-recuperável. Retiradas essas ocorrências, num total de 104, restaram 67 casos. Os resultados estão expostos na tabela 7.1.

Tabela 7.1: A posição do SN nas construções impessoais não-clíticas

<i>Posição do SN</i>		<i>Nome</i>		<i>Pronome tônico</i>		<i>Pronome átono</i>		<i>Total</i>	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<i>Não-clítica</i>	<i>anteposto</i>	4	10,2	2	50	15	62,5	21	31,3
	<i>posposto</i>	34	87,1	2	50	9	37,5	45	67,1
	<i>entrepuesto</i>	1	2,5					1	1,4
	TOTAL	39	58,2	4	5,9	24	35,8	67	100

A tabela mostra que a posição mais freqüente é a posposta, o que condiz com a função objeto do SN que figura na forma não-clítica: 67% do total de SNs de impessoais não-clíticas expressos por nome ou pronomes não-relativos. O que chamamos de *entrepuesto* é a posição, relativamente freqüente no *corpus* com outras construções, em especial a passiva, de o SN figurar entre o verbo principal e o auxiliar. Nas impessoais não-clíticas, encontramos uma única ocorrência do SN nesta posição. A propósito, trata-se de um curioso exemplo de difícil interpretação a um leitor do séc. XX, reproduzida em (34).

(34) tanto fica a terra em boa maneira desposta que *chega o pam a segar* con os primeiros.(CGE-37)

Em português moderno, a frase poderia ser parafraseada por algo como o ‘pão chega ser segado com os primeiros’ ou, na forma impessoal clítica: ‘chega-se a segar o pão com os primeiros’, ou ainda ‘chegam a segar o pão com os primeiros’. De todo modo, a construção com verbo no infinitivo se assemelha a outras, que classificamos

como impessoais não-clíticas e que Maximino Maciel (1914) classificava como *passividade latente ou semiótica*: “esse processo de apassivamento é privativo do infinitivo que, por não ser activo nem passivo [na forma], segundo Reinach, se adapta a qualquer das funções” (MACIEL, 1914, p.366).

7.1.1.2. *Análise pragmática do Afetado das impessoais não-clíticas*

Os dois parâmetros formais analisados, na seção anterior, se relacionam diretamente ao fluxo informacional do texto. Em Dik (1997), a relativização é apontada como um dos mecanismos ligados à perspectivação de um estado de coisas na passiva. A maioria dos casos de impessoal não-clítica com SN representado por pronome relativo ocorre com os verbos CHAMAR e DIZER, no sentido de ‘denominar’ e enquadram-se no tipo de frase apresentacional que introduz um novo referente, delimitado pela relativa, como nos exemplos abaixo.

- (35) E acabasse Europa en hu~u~ cabo d'Espanha en hu~u~ logar que chaman Caliz (CGE-3)
- (36) ouve hi hu~u~ consul que chamaron Cipion (CGE-5)
- (37) sabendo elle ja como hu~u~ a que cham[av]am Gedeon (CGE-7)
- (38) e fogyo pera terra de Roma a hu~u~ mo~te a que dezia~ Aventino e ally se meteu con medo. (CGE-8)
- (39) a outra he hu~a vylla que chaman Bardyr (CGE-42)

Nessas ocorrências, o SN representado por pronome relativo constitui informação evocada, mas seu referente tem estatuto informacional novo, já que não foi introduzido antes no discurso nem é inferível pelo contexto. Do total de ocorrências com SN representado por pronome relativo, 86% (86/100) dos referentes apresentam estatuto informacional novo. Apenas 14% (14/100) dos referentes dos pronomes relativos são inferíveis ou foram evocados anteriormente. Em (40), por exemplo, o referente de *plantam é todallas cousas* que é inferível pelo contexto como ‘o que for possível plantar’. Já em (41) o referente do pronome relativo é *Cipion*, que foi mencionado em capítulo anterior.

- (40) E, *todallas cousas que hy planta~* e semea~, todas va~a~ pera bem (CGE-41)
- (41) era consul em Roma hu~u~ que avya nome Cornel Cepion, padre de *Cipion*, o *Mancebo*, a que depois chamaron *Cepion Affricano*, segundo adeante ouvyredes. (CGE-55)

Isolando-se as 100 ocorrências de pronome relativo e as 4 de SN não-expresso, a relação entre posição do SN e estatuto informacional fica configurada conforme ilustra a tabela 7.2.

Tabela 7.2: relação entre posição do SN e estatuto informacional nas INC

Posição do SN	Estatuto informacional							
	novo		evocado		inferível		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
anteposto	1	4,7	18	85,7	2	9,5	21	100
posposto	22	48,8	21	46,6	2	4,4	45	100
entrepuesto	1	100	-	-	-	-	1	100
TOTAL	24	35,8	39	58,2	4	5,9	67	100

A tabela 7.2 mostra que há predominância de informação evocada quando levamos em conta apenas os SNs representados por nomes ou pronomes (excetuando-se pronomes relativos): 58,2% (39/67). Se, porém, acrescermos a estes dados os referentes às 104 ocorrências daí isoladas, tomando, como parâmetro, no caso de pronomes relativos, o estatuto informacional do referente destes, o índice de informações novas aumenta consideravelmente: 64,3% (110/171) contra 28,6% de evocadas (49/171).

Os dados mostram que SNs antepostos tendem a apresentar informação evocada: 85,7% (18/21). Quanto aos SNs não-antepostos, observamos uma leve tendência de apresentarem informação nova: 50% (23/46), mas a diferença é desprezível estatisticamente⁴, logo podemos afirmar que a anteposição do SN parece relacionada à informação evocada, mas a posposição não implica informação nova. Em outras palavras, como posição marcada nesta construção, a anteposição do SN da impessoal não-clítica parece motivada pelo estatuto informacional evocado que este SN representa. A posposição, por sua vez, não parece motivada pelo estatuto informacional novo. Todavia, analisando-se os dados noutra direção, da informação para a posição do SN, observamos uma relação entre as variáveis: 91,6% das impessoais não-clíticas que codificam informação nova apresentam SN posposto ao verbo (22/24). Os dados permitem afirmar que a codificação de uma informação nova parece levar à posposição, embora esta nem sempre implique aquela. Em suma, trata-se de uma relação assimétrica irreversível (cf. LAKATOS & MARCONI, 1982), que pode ser assim definida: se houver anteposição do SN da impessoal não-clítica, provavelmente haverá informação evocada, mas se houver informação evocada, não necessariamente haverá anteposição; se houver informação nova, provavelmente haverá posposição do SN, mas se houver posposição, não necessariamente haverá informação nova. Assim, a anteposição pode ser justificada pelo estatuto informacional evocado do SN que figura na impessoal não-clítica, como

⁴ Somamos aí as 22 ocorrências de SN pospostos e a ocorrência de SN entreposto. Se unirmos as evocadas às inferíveis (velhas para o ouvinte), a distribuição se iguala: 50% de informações novas e 50% de informações evocadas ou inferíveis.

complemento verbal. A posposição, por outro lado, é a posição não-marcada do SN desta construção e, como tal, se presta a representar tanto informação nova como evocada.

- (42) anteposição de informação evocada: mais freqüente.
- A este logar soyam antigamente chamar Espartaris* (CGE-8)
 - E a este segundo Hercolles chamarom* por seu nome Sation (CGE-5)
- (43) posposição de informação evocada: menos freqüente
- E sobre *este ryo* ha muytas e boas acenhas que mooe~ muy bem e muy toste; e as acenhas som ante a porta da al[ca]çova; e son tantas que *no~ podem veer o ryo.*(CGE-14)
- (44) anteposição de informação nova: menos freqüente
- E ha hi hu~u~ castello que chama~ Boneyra. E outro que ha nome Sam Pedro.
 - E outro castello que chama~ Jamaros. E *outro chama~ Atrom.* (CGE-46)
- (45) posposição de informação nova: mais freqüente
- e *poseron em seu logar Teodio*, o primeiro (CGE-141)
 - Quando em Roma esto souberom, *e~vyaron hy hu~u~ seu juiz* por caudel. (CGE-63)

Vejamos como se comportam as impessoais não-clíticas em relação à topicalidade, aqui medida indiretamente através da persistência do tópico e da distância referencial. A tabela 7.3 apresenta os resultados dessas duas variáveis em relação à posição do SN.

Tabela 7.3: Freqüências das medidas de topicalidade nas INC

Posição do SN	Persistência do tópico				Distância anafórica				TOTAL	
	2 ou 3		1 ou 0		tópico		Não-tópico			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
anteposto	6	28,5	15	71,4	18	85,7	3	14,3	21	100
posposto	10	22,2	35	77,7	19	42,2	26	57,7	45	100
entreposto			1				1		1	100
TOTAL	16	23,8	51	76,1	37	55,2	30	44,7	67	100

Observamos que a tendência do SN das impessoais não-clíticas é não persistir cataforicamente. Independentemente da posição do SN, seu referente raramente é retomado duas ou três vezes nas três orações seguintes à sua ocorrência na impessoal não-clítica: apenas 23,8% do total de ocorrências de INC (16/67) em que o SN é lexicalmente representado (exceto por pronome relativo) apresentam persistência catafórica alta ou média. Em 76% das ocorrências de INC, o referente do SN não figura nas três orações seguintes (33/67) ou figura apenas uma vez (18/67).

Quanto à distância anafórica, parece haver uma relação desta com a posição do SN, pois se observa uma tendência de os SNs antepostos serem tópicos, isto é, figurarem na oração imediatamente anterior ou na segunda oração, e de os SNs pospostos serem não-tópicos, ou seja, não figurarem nas três orações anteriores à

impessoal não-clítica ou figurarem na terceira oração anterior, o que indicaria baixa topicalidade. No caso dos SNs pospostos, não houve nenhuma ocorrência desta segunda possibilidade: todas as 26 ocorrências de não-tópico foram de SNs não retomados em nenhuma das três orações anteriores. Quanto aos SNs antepostos, das três ocorrências de SNs não-tópicos, uma apresenta baixa topicalidade, pois o SN foi retomado na terceira oração anterior.

Embora, em geral, haja leve tendência ao SN da INC ser tópico (37/67), há uma relação entre posposição e não-topicalidade nas duas direções: se houver posposição, provavelmente haverá não-topicalidade; se houver não-topicalidade, provavelmente haverá posposição. A alta ou média topicalidade do SN anteposto — mais alta que média (14 e 4 ocorrências, respectivamente) — da impessoal não-clítica condiz com o estatuto informacional evocado deste. De fato, todas as 18 ocorrências de SNs antepostos tópicos foram também de SNs que codificam informação evocada ou inferível. Apenas duas das 18 ocorrências de SNs com estatuto informacional evocado não foram mencionados em uma das duas orações anteriores. A não-topicalidade também se relaciona ao estatuto informacional novo, pois das 26 ocorrências de não-topicalidade, 22 codificam informação nova.

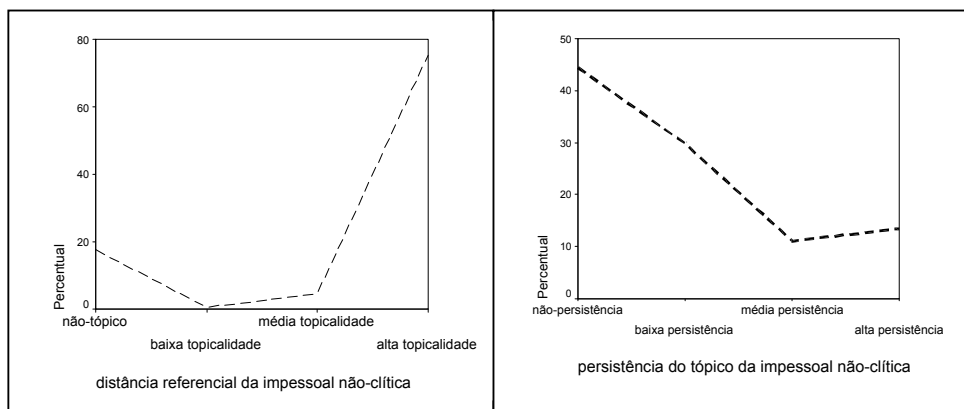
Analisando as duas medidas conjuntamente, encontramos 26 ocorrências (38,8%) em que o SN nem figura nas orações precedentes nem nas seguintes. Destas, 21 também codificam informação nova. Isso mostra que a impessoal não-clítica parece servir para introduzir um novo referente que não é tematicamente importante. Como 25 (37,3%) ocorrências figuram nas orações anteriores, mas não persistem cataforicamente, a construção pode servir também para fechar uma cadeia tópica. Apenas 16 (23,8%) SNs das impessoais não-clíticas persistem cataforicamente mais de uma vez. Destas, 12 (18%) ocorrem nas duas orações anteriores e 4 (6%) não ocorrem no contexto anterior. Ou seja, apenas 18% das ocorrências de SNs lexicais não-representados por pronome relativo são tópicos e alta ou mediamente persistentes.

Até então temos apresentado os resultados da variável posição do SN e das duas medidas de topicalidade sem levar em conta as ocorrências de pronome relativo e manifestação zero. Passamos, agora, a apresentar os resultados gerais, independentemente da posição e da forma de manifestação do SN.

A tendência geral do SN da impessoal não-clítica é ser tópico e não-persistente cataforicamente. 75,9% (129/171) apresentam alta topicalidade e 4,7% (8/171), média

topicalidade, somadas representam 80% de SNs tópicos. Quanto à persistência catafórica, 44,4% (76/171) não figuram nenhuma vez nas três orações seguintes e 29,8% (51/171) figuram apenas uma vez, ou seja, 74,4% (127/171) não são tematicamente importantes. A figura 7.1 abaixo permite visualizar bem este descompasso.

Figura 7.1. Gráficos da distância referencial e persistência anafórica da INC



A figura ilustra que, enquanto o gráfico da distância anafórica tende à direita com a maioria dos valores na alta topicalidade, o gráfico da persistência do tópico tende à esquerda, com a maioria dos valores na não-persistência do tópico. O que estes resultados indicam é que a impessoal não-clítica parece ser usada como ponto terminal de uma cadeia tópica. Ilustremos com os exemplos abaixo.

- (46) E o termho de Ratupel parte con o termho de Çorita. E Çorita jaz co~tra o sol levante de Cordova, hu~u~ pouco desvyado contra o septentrion. E jaz em muy boa terra e muy saborosa de muytas boas cousas. E ha hy muytas e boas arvores que dam muytas e boas especias. E Çorita he muy forte e muy alta e *fezero-na de pedra de Ratupel*, ca ha hy muytas e boas pedras. (CGE-31)
- (47) pero todas as mais das gentes lhe chama~ Allemanha, e esto por razon de hu~u~ ryo que corre per ella *que chamon Lemano*. E a Allemanha he hu~a das grandes prove~cias do mundo e en elle ha muytas terras departidas (CGE- 4)
- (48) E, desque esto ouve feyto, foyssse pera a ribeyra do mar e mandou que, das nove navas que elle levava a Galliza, que lhe trouxessem hu~a, que era a nona; ca, das dez que elle trouxera de Grecia, leixara em Caliz a hu~a; e mandou que as outras oyo ficassem em Caliz e levassen a nona. E, o porto a que esta nave chegou, a Hercolles pareçoelhe bo~o~ e pobrou hy hu~a cidade e poselhe nome Barca nona e *agora con este primeiro nome chamanlhe Barcellona*. (CGE-9)

Em (46), o tópico é *Çorita*, descrito no último parágrafo do capítulo 31. A penúltima oração é uma ocorrência de impessoal não-clítica que fecha a cadeia tópica. Já em (47), o tópico primário do parágrafo é *Allemanha*. A oração impessoal não-clítica tem como SN um pronome relativo, cujo referente é *rio*, que figura na oração anterior à impessoal também na forma de pronome relativo, mas não persiste nas orações

seguintes em que se retoma o tópico principal, *Allemanha*. Em (48), o tópico central é *Hercolles*. O tópico secundário do período em que figura a impessoal não-clítica é a nova cidade povoada que figura duas vezes antes da impessoal não-clítica que fecha o parágrafo e o tópico, pois o parágrafo seguinte volta a falar dos feitos de Hércules.

Se o SN da impessoal não-clítica parece não ser importante tematicamente, cabe verificar em que medida isto se relaciona aos traços semânticos, em especial, à saliência cognitiva.

Passemos, agora, à próxima seção.

7.1.1.2. *Análise semântica do Afetado da impessoal não-clítica*

Nas impessoais não-clíticas, predominam entidades inanimadas concretas, o que diverge dos dados gerais apresentados no capítulo anterior em que há predomínio de entidades animadas. Os resultados desta variável estão apresentados na tabela 7.4.

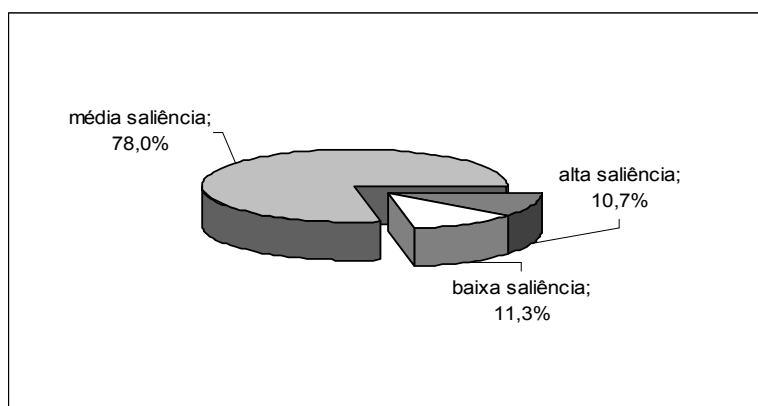
Tabela 7.4 Traço [animado] nas impessoais não-clíticas

Grau do traço [animado]	Impessoal não-clítica	
	Nº	%
Inanimado concreto	147	85,9
Animado humano	16	9,4
Animado não-humano	7	4,4
Inanimado abstrato	1	0,6
TOTAL	171	100

O predomínio de entidades inanimadas concretas nas impessoais não-clíticas se coaduna com o papel sintático exercido por esse SN, que, nesta construção, é indiscutivelmente objeto, por sua vez, relacionado à posição posposta, que, como vimos, é a predominante.

Se o SN da impessoal não-clítica é predominantemente inanimado e, portanto, situado à direita na escala decrescente de empatia (cf. LANGACKER, 1991), que coloca seres humanos e animados não-humanos mais à esquerda pela semelhança com o falante, não apresenta, todavia, baixa saliência cognitiva. Medida com base em três variáveis (cf. WALLACE, 1982): número, definitude e grau do traço animado do SN, a saliência cognitiva do Afetado da impessoal não-clítica é predominantemente média (131/171), conforme ilustra o gráfico 7.1.

Gráfico 7.1. Saliência cognitiva do Afetado da INC

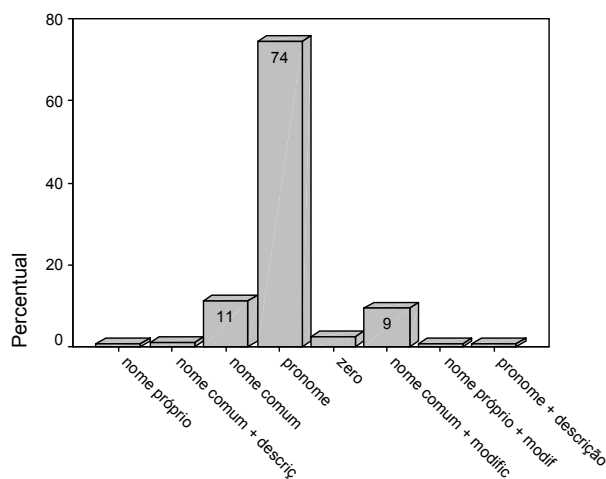


Numa escala de 0 a 5, a grande maioria (77%) ficou com o grau 3 de saliência cognitiva. Isso significa que a maioria dos SNs, além de representar entidades inanimadas concretas, apresenta-se como definido e singular. São, portanto, mediamente individuados, um dos parâmetros da transitividade, conforme Hopper e Thompson (1980).

A saliência cognitiva é marcada também, segundo Vesterinen (2006), pela proeminência morfológica, ligada ao princípio da quantidade: “quanto mais substância, mais informativo ou mais importante; quanto menos substância, mais previsível” (cf. GIVÓN, 1995). Levamos em consideração, para avaliar a proeminência morfológica, não apenas a expressão nominal, pronominal ou zero, como fizemos na variável *expressão do SN*, já comentada, mas também a possível modificação do nome ou pronome. A escala, apresentada no capítulo 4, vai da expressão zero, como a menos proeminente e mais previsível, à expressão de nome próprio com descrição ou modificador⁵, a mais proeminente e menos previsível. O gráfico 7.2 apresenta os resultados encontrados quanto a essa variável.

⁵ Apenas para efeito de categorização, fizemos distinção entre descrição e modificador, querendo indicar com ‘descrição’ maior proeminência morfológica, por se tratar de uma expressão de mais de uma palavra, formalmente um aposto ou oração adjetiva. Por ‘modificador’, queremos dizer uma expressão modificadora, formalmente aposto ou adjunto adnominal representado por apenas uma palavra.

Gráfico 7.2: Proeminência morfológica do SN da INC



Proeminência morfológica do SN da impessoal não-clítica

Os dados indicam que a maioria dos SNs da INC apresenta baixa proeminência morfológica: 74% (127/171) se manifestam na forma pronominal sem modificador. Apenas 12,2% (21/171) apresentam proeminência morfológica alta e média expressos por nome próprio, nome comum ou pronome com modificador ou descrição. A maioria (9/21) é expressa por nome comum com modificador. Eis alguns exemplos.

(49) Nome comum com modificador ou descrição

- a. *fazem dellas muytas lageas fremosas* (CGE-16)
- b. e em que *lavraron muytas e boas terras* (CGE-18)
- c. E enno seu termho *mata~ hu~u~ peixe que ha nome alffarida* (CGE-40)

(50) Nome próprio com modificador

- a. e *poseron* em seu logar *Teodio, o primeiro* (CGE-141)
- b. E a *este segundo Hercolles chamarom* por seu nome Sation (CGE-5)

(51) pronome mais modificador⁶

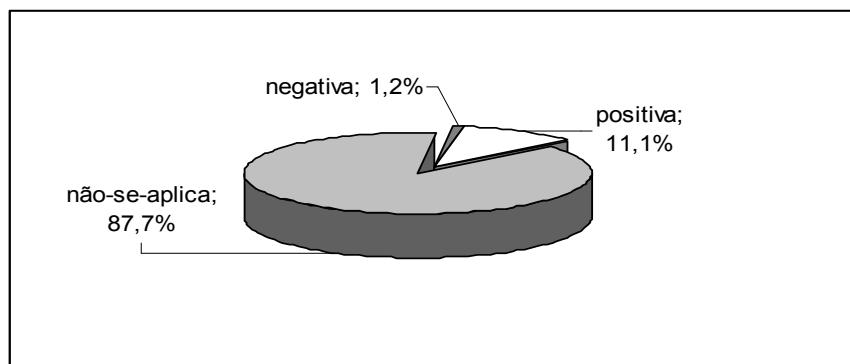
- a. mandou que, das nove naves que elle levara a Galliza, que lhe *trouxessem hu~a, que era a nona*; (CGE-9)

Considerando-se a saliência como resultante das duas variáveis acima analisadas, ou seja, como o grau de individuação do SN e o grau de proeminência morfológica, podemos concluir que o SN da impessoal não-clítica apresenta baixa saliência.

⁶ Note-se que *hũa*, pelo contexto, pode ser interpretado como numeral. Aqui adotamos a classificação de Macambira (1986) que agrupa os numerais entre os pronomes.

Uma outra variável semântica analisada diz respeito ao tipo de afetação sofrida pelo SN da construção, que pode ser positiva, quando a entidade que ele representa sofre uma alteração conveniente, favorável; e negativa, quando a mudança sofrida for desfavorável e inconveniente. Há ainda um terceiro tipo de afetação, em que a entidade sofre uma mudança que não pode ser avaliada como positiva ou negativa, que chamamos de *não-se-aplica*. Este é o caso da maioria das impessoais não-clíticas, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 7.3. Tipo de afetação das impessoais não-clíticas



Esta variável partia da hipótese de que as construções de não-atribuição de causalidade se prestam à função de isenção de responsabilidade, o que, naturalmente, deveria se dar quando a afetação fosse negativa. Esta função é apontada por Givón (1993) quando trata das vozes de-transitivas como uma das motivações possíveis para a demissão ou supressão do agente.

Os dados referentes à impessoal não-clítica, em que há pouquíssimas ocorrências de afetação negativa (2/171), mostram que a impessoal não-clítica não é usada preferencialmente por essa motivação. Além disso, os demais fatores analisados, como o tempo, o aspecto verbal e Causativo, sugerem que a principal motivação da impessoal não-clítica é a genericidade do Causativo. A propósito, Givón (1993) afirma:

uma série de tais construções podem ser chamadas construções sujeito-impessoais, e são freqüentemente usadas para codificar eventos transitivos ou semanticamente transitivos com um sujeito ou agente genérico (GIVÓN, 1993, p.49)⁷.

⁷ A cluster of such constructions may be called impersonal-subject constructions, and are often used to code semantically-transitive or active events with a generic subject or agent (GIVÓN, 1993, p.49).

7.1.2. *Símula dos resultados da INC*

Eis os principais resultados da análise das impessoais não-clíticas:

- há predomínio de verbos de ação-processo e transitivos diretos;
- predominam frases genéricas, usadas no presente atemporal com aspecto indeterminado;
- o Causativo omitido, em geral, é inferível e apresenta o traço [+humano];
- há predomínio de SNs não-lexicais, em especial, de pronome relativo;
- a ordem mais comum, quando retiramos as ocorrências de pronome relativo e zero, é a VC;
- predominam SNs que codificam informação evocada;
- o estatuto informacional dos antecedentes dos SNs representados por pronomes relativos é, em geral, novo;
- o SN da INC é, em geral, tópico, mas tende a não persistir cataforicamente;
- há predominância de SNs que representam entidades inanimadas concretas;
- o SN da INC apresenta baixa saliência cognitiva e é altamente acessível;
- a INC é usada quando o Causativo é genérico e, por isso, deixado sem menção.

7.2. A impessoal clítica

Em todas as ocorrências de impessoal clítica, o verbo usado é transitivo direto. Esse emprego confirma parcialmente o que fora observado por Mattos e Silva (1989, 2001) em estudo dos *Diálogos de São Gregório, corpus* do português de período um pouco anterior ao do nosso:

O *se* impessoal, com verbos intransitivos e transitivos, afirma-se ter começado a difundir-se nos começos do século XVI (Naro 1968, p.105-106). No *corpus* trecentista que analisamos os dados confirmam essa assertiva. O *se*, em estruturas de SUJ indeterminado, é em todas as suas ocorrências interpretável como uma passiva sintética: sempre com verbo transitivo e com concordância do verbo com o objeto lógico, mas sujeito sintático [...] (MATTOS E SILVA, 2001, p.88).

Todavia, diferentemente desta autora, encontramos 4 ocorrências, 14,8% (4/28), de ausência de concordância na impessoal clítica. O verbo no singular nas duas ocorrências representadas em (52-53) pode ser explicado pela posposição do sujeito

composto por SNs coordenados não-parassinônimos, conforme prescrição que ainda hoje vigora e conforme fora observado por Mattos e Silva (1989) para o português trecentista.

(52) ca sobre o defendymento *se despede ho ouro e a prata* (CGE-77)

(53) *se devesse guardar a fe catholica e muytas outras cousas espirituaaes.* (CGE-146)

As outras duas ocorrências, representadas abaixo, em (54-55), já têm outra explicação.

(54) ca e~nos livros das cronicas melhor era de *se screpver as nobres cavallaryas e as boas façanhas* (CGE-144)

(55) E ha hy *fundamentos* feytos per tam gra~de meestria que duraram por sempre, ca per força ne~ per siso que o homen aja *no~ se pode desfazer*, tanto como se fossem pedra mui forte. (CGE-35)

No exemplo (54), o verbo está no infinitivo, o que torna a concordância uma opção, não uma obrigação sintática⁸. Huber (1986) afirma que o infinitivo flexionado, geralmente ligado a preposições, como no exemplo em foco, é usado para reduzir orações subordinadas, especialmente, quando o sujeito das duas orações é diferente, como na frase analisada⁹. O autor acrescenta:

quando não pode haver dúvidas a respeito do sujeito, emprega-se muitas vezes o infinitivo normal em vez do flexionado (HUBER, 1986, p.210).

Já em (55), a ausência de concordância pode ser atribuída à distância entre o sujeito (*fundamentos*) e o verbo. Mattos e Silva (1989, p.506) afirma que a “não-contigüidade do verbo a seu sujeito pode determinar a não obediência à regra geral”. De todo modo, ficaria por explicar a fuga à regra geral na concordância do verbo *desfazer* e a obediência à regra no verbo *ser*, ainda mais distante do sujeito.

Outra possível explicação é a contigüidade com outra construção de indeterminação, já referida no capítulo anterior, qual seja: o uso da forma *homen* como pronome indefinido para marcar a indeterminação. Uma terceira possibilidade que não pode ser de todo descartada para explicar a ausência de concordância é ter havido um

⁸ A propósito, o uso do infinitivo pessoal e impessoal, segundo atesta Pereira (1919, p.512), é por demais flutuante desde o início da língua, regendo-se por questões de “euphonia e clareza de sentido, afora a incongruência e arbitrariedade, que é muitas vezes patente”.

⁹ Nesta frase, a despeito da preposição, a oração [*de*] *escrever as nobres cavalarias e as boas façanhas* é sujeito do predicado *era melhor*.

lapso do copista na marcação do plural, que, no exemplo em análise, seria apenas a nasalidade. Sobre isto, afirma Mattos e Silva:

em todos os casos em que a distinção singular/plural do verbo é marcada apenas pela nasalidade da vogal final fica sempre a dúvida se o plural não está marcado por ter havido um lapso na representação gráfica da nasalidade pelo til (MATTOS e SILVA, 1989, p.501).

A despeito das explicações possíveis, esse exemplo pode ser um indício de que a construção chamada *passiva sintética*, que, em período remoto, permitia a menção do agente preposicionado, começa, no período estudado, a ser interpretada como forma impessoal, o que segundo Naro (1976), começou a ocorrer no séc. XV, por um processo de reanálise do *se* passivo como *se* impessoal, propiciado por três fatores: ausência de marcação de concordância explícita entre sujeito e verbo; omissão do agente; e posição do SN sujeito, que passa a ser interpretado como objeto.

No entanto, a restrição a verbos transitivos diretos mostra que esta construção, no *corpus* analisado, mantém característica de passiva. O caráter verdadeiramente impessoal dessa construção só ocorrerá com a expansão dessa estrutura a verbos transitivos indiretos e verbos de cópula, tal como se evidencia no português moderno.

Quanto à classificação semântica do predicado que ocorre nas impessoais clíticas, a predominância é de verbos de ação-processo, mas, como nas impessoais não-clíticas, ocorrem alguns poucos exemplos de verbos de processo e um de estado, ilustrados abaixo.

(56) E o papa disse que lhe prazia; e foylhe perlongando a resposta de dya e~ dya e dizendolhe que tantos eram os livros e~ o tesouro da igreja de Roma que aquelle *no~ se podia achar* assy ligeiramente. (CGE-150)

(57) [*se começou a des*]cobrir a sanha que de Pompeo avya. (CGE-72)

(58) ...*a postura* donde nace vergonça e deshorrã *no~ se deve a te~e~r*. (CGE-77)

(59) foy muy ligeiro e valente mais que outro homem *que se no mundo soubesse* (CGE-5)

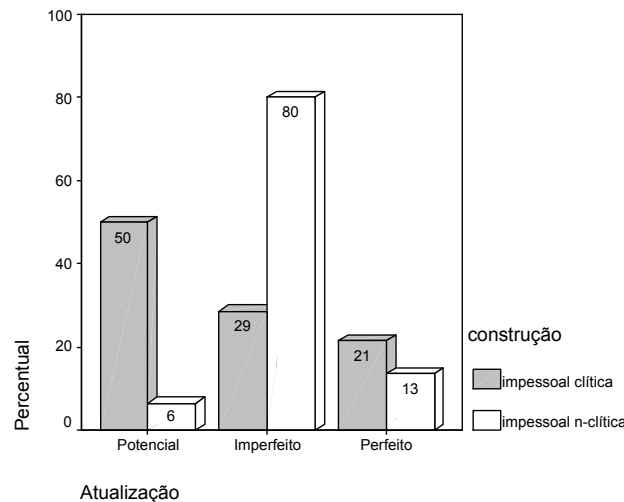
Sobre esses, aplicam-se as mesmas considerações feitas quando da apresentação dos resultados da impessoal não-clítica, ou seja, são construções impessoais menos prototípicas, em que a omissão não é da entidade causadora do estado de coisas, mas do experienciador ou beneficiário¹⁰.

¹⁰ Vilela (1992, p.153) inclui *achar* e *encontrar* entre os verbos de posse, desde que o objeto seja alienável, como é o caso de *livro* nesse exemplo.

As impessoais clíticas se distribuem mais ou menos igualmente entre passagens descritivas e narrativas, com leve tendência a figurar mais nestas últimas: 39,3% (11/28) das impessoais clíticas ocorrem nos capítulos do grupo 2: entre o 13 e o 47, que formam a parte da *Crônica* em que há um louvor à Espanha, portanto, uma parte essencialmente descritiva. 46,4% (13/28) figuram no grupo 3, ou seja, entre o capítulo 48 e o 150, em que há predominantemente narrações de batalhas e conquistas dos povos que invadiram a Espanha: Romanos, Godos, Hunos etc.

A relativamente alta freqüência em passagens descritivas se coaduna com a predominância de aspecto imperfectivo encontrado nas impessoais clíticas: 78,6% (22/28) das ocorrências, a maioria no presente do indicativo: 39,3% (11/28). Esse dado aproxima as impessoais clíticas das não-clíticas, que também apresentam predominância de aspecto imperfectivo. Todavia, diferentemente das não-clíticas, as impessoais clíticas apresentam maior freqüência de processos potenciais¹¹, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 7.4. Freqüência da atualização nas impessoais

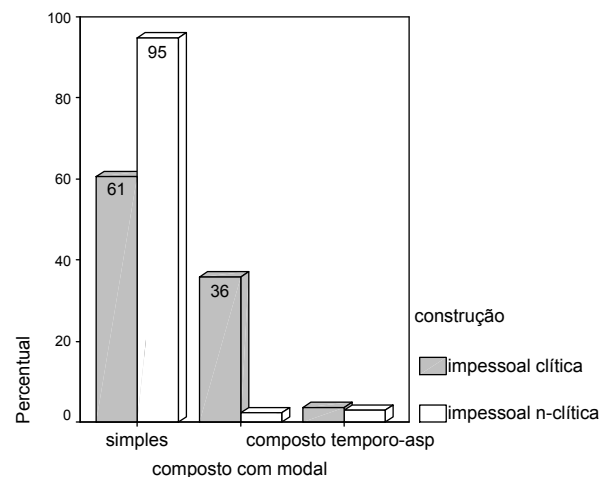


Observamos que, nas impessoais não-clíticas, há predomínio quase absoluto do imperfectivo e um índice irrisório de potencial: 6% (11/171). Nas clíticas, por outro lado, o potencial apresenta índice de 50% (14/28), o que mostra a relação da impessoal clítica com a modalidade não-factual, conforme apontara Ribeiro (1908, p.220).

¹¹ Lembramos que estas são categorias propostas por Barros (1981) no conceito de *atualização*, o qual diz respeito à natureza real ou virtual do processo verbal e pode ser *potencial*, quando o processo é virtual; *imperfectivo*, quando é em parte atualizável e em parte atualizado; e *perfeito*, quando o processo é realizado e completo.

A expressão do potencial nas impessoais clíticas dá-se tanto na forma simples como na forma composta com auxiliares modais, como *dever* e *poder*. A propósito, a impessoal clítica é, depois da passiva, a que mais apresenta o verbo acompanhado de auxiliar modal: 27,8% (10/36) do total de auxiliares modais ocorrem na impessoal clítica e 36,1% (13/36) na passiva. Todavia, enquanto, no total de passivas, o índice de formas com auxiliar modal é baixíssimo: 2,7% (13/480), na impessoal clítica, este índice é de 35,7% (10/28). Comparada à impessoal não-clítica, a diferença ainda é mais marcante: apenas 2,3% (4/171) do total de impessoais não-clíticas apresentam auxiliar modal. Para termos uma idéia da freqüência de auxiliares com os dois tipos de impessoais, observemos o gráfico 7.5.

Gráfico 7.5: Freqüência da forma verbal nas impessoais



A seguir, transcrevemos alguns exemplos do *corpus* que ilustram, com a impessoal clítica, a manifestação das três possibilidades dentro da categoria da atualização.

(60) processo potencial: atualizável

- E en seu termho ha muy boas montanhas honde *se poderyam cryar muitos gaados* (CGE-39)
- e a sua fruyta *podesse te~e~r longamente*. (CGE-44)
- ca sobre o defendymento *se despede ho ouro e a prata* (CGE-77)
- E a franqueza *no~ se vende bem* por ouro (CGE-77)

(61) processo imperfeito: atualizável e atualizado

- e de todos ma~jares *que se delle fazem* (CGE-13)
- todas se regam destes ryos* (CGE-13)

(62) processo perfeito: atualizado

- grandes feitos *que se hy fezeron* (CGE-48)
- as posturas e ordenamentos *que se em aquelle concelho poseron sobre os clérigos* (CGE-150)

Limitemo-nos a comentar os exemplos em (60), que têm franca conexão com a categoria *modal*. Constituem exemplos da modalidade *irrealis* ou não-factual de Givón (2001). Nos exemplos (60a-b), o falante assevera fracamente que a proposição é possível ou provável (epistêmica). Em (60c), a proposição é requerida ou desejável (deôntica). Em (60d), há a negação, que, segundo Givón (2001), indica que o falante presume erro ou crença enganosa do ouvinte. De fato, o contexto em que figura a frase é de exortação e conselho. O falante é Petreo que, segundo Lucano, falava aos romanos contra Júlio César exortando-os a fazer guerra em nome da lealdade à terra e ao seu senhor Pompeu. Eis o contexto:

- (63) E a *franqueza no~ se vende bem por ouro*, ca melhor he que elle e muito mais val. E vos, lidade por ella e defendeeta, ca *sobre o defendymto se despede ho ouro e a prata*, e son os boos cavalleyros guardados pollas batalhas, e as frotas pollo mar son ajuntadas, e cercadas as cidades, e feytos os fortes castellos e as outras fortelezas pellas terras. Como vos hey dito, lidade por ela pera vos, ca semelha que os vossos inmiigos jurado ham de vos desapoderar e meter em servydo~o~e e aa cavalaria de Roma (CGE-77)

Cumpra observar, a propósito, que algumas construções exemplificadas em (60) são classificadas por outros autores como mediais. Kemmer (1993), que leva em conta a presença do clítico como marca medial para classificar uma forma como pertencendo ao domínio medial, denomina ao tipo de construção exemplificado em (60d) *média facilitativa*. Givón (1993) chama *média potencial*. Em Maldonado (1999) corresponde à médio-passiva, um tipo de média relacionado ao aspecto verbal “imperfectivo-genérico”, como em *los libros se venden bien*. Mais uma vez, deparamo-nos com a semelhança entre a impessoal clítica e a medial. Para Kemmer (1993), estas construções, comuns a muitas línguas (cf. GARCÍA-MIGUEL, 2001), expressam situações em que um causador externo, usualmente humano, é concebido, mas é desenfocado devido à sua não-especificidade. Por esse traço, situam-se, para nós, entre as impessoais clíticas e não entre as mediais.

Passemos a seguir à análise do SN que figura nas impessoais clíticas.

7.2.1. O Afetado da impessoal clítica

O SN das impessoais clíticas é predominantemente não-lexical, tópico, não-persistente cataforicamente e codifica informação evocada. Tal como fizemos quando analisamos as impessoais não-clíticas, cabe aqui, para avaliar algumas variáveis, isolarmos as ocorrências de pronome relativo e anáfora zero, que totalizam 14 ocorrências nas impessoais clíticas. Este número é bastante reduzido para se fazerem

generalizações de análise. Portanto, os resultados devem ser vistos como meras tendências.

7.2.1.1. Análise formal do Afetado da impessoal clítica

Nas impessoais clíticas, o Afetado é representado, em geral, por um pronome ou anáfora zero: 57% (16/28), mais comumente, por pronome relativo (10/16). Encontramos também uma única expressão oracional, com o verbo *achar-se*¹². Abaixo exemplificamos as variadas manifestações do SN na impessoal clítica.

(63) SN lexical

a. e a sua fruyta podesse te~e~r longamente. (CGE-44)

(64) Pronome relativo

a. grandes feitos que se hy fezeron (CGE-48)

(65) Oração

a. E achasse outrossy em este livro e~ como os do linhagem destes tres filhos de Noe, [...] veero~ [os] que co~ grande sobervha edifficaro~ a Torre de Babel. (CGE-2)

(66) Anáfora zero

a. sahya~ a re~ebello con muytas outras maravylhas e co~ aquellas anymalias, dellas e~ gayolas de ferro e delas em outras maneiras que se podem levar Ø (CGE-72)

(67) Pronome tônico

a. aquella no~ se podia achar assy ligeiramente (CGE-150)

No que diz respeito à ordem dos constituintes, isolamos as ocorrências em que o SN é representado por pronome relativo ou por oração, haja vista que a ordem anteposta ou posposta, respectivamente, é imposta pela sintaxe¹³. Retiradas essas ocorrências e as de ausência de expressão, restaram apenas 14 casos. Os resultados estão expostos na tabela 7.5.

Tabela 7.5: A posição do SN nas construções impessoais clíticas

Posição do SN		Nome		Pronome tônico		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Clítica	anteposto	5		2	100	7	50
	posposto	7				7	50
TOTAL		12		2		14	100

¹² Na análise tradicional, essa oração é classificada como *subordinada subjetiva* exercendo o papel de ‘sujeito da passiva sintética’, apesar de vir precedida de preposição, fato comum no *corpus*.

¹³ Se levássemos todas as ocorrências em consideração, a predominância seria de anteposição: 58,6% de clíticas.

A tabela mostra que não houve predominância de uma ordenação do SN na forma clítica, o que nos surpreende, uma vez que, considerávamos, com Said Ali (1964), que a posição posposta do SN era um fator importante para a distinção *impessoal* (passiva sintética)/*medial*. Não podemos, todavia, deixar de lado dois fatores. Em primeiro lugar, no *corpus* analisado, a impessoal clítica pode ser interpretada como passiva sintética e o SN que nela figura como sujeito. Em segundo lugar, a quantidade de dados analisados é insignificante estatisticamente, não permitindo nenhuma generalização. Seria necessário buscar mais ocorrências de impessoais clíticas em mais capítulos da *Crônica* e verificar como se comportam relativamente à posição.

Reproduzimos abaixo os sete casos de anteposição e os seis de posposição.

(68) anteposição do SN na forma clítica

- a. Ca *Espanha se rega co~ nove ryos* (CGE-13)
- b. *todas se regam destes ryos* (CGE-13)
- c. e a sua fruyta podesse te~e~r longamente. (CGE-44)
- d. e começaram a fallar em lealdade e dizer que *tam maa cousa* como aquella *no~ se poderya fazer* antre parentes e amigos (CGE-76)
- e. como quer que a *postura* donde nace vergonha e deshorrta *no~ se deve a te~e~r*. (CGE-77)
- f. E a *franqueza no~ se vende bem* por ouro (CGE-77)
- g. *aquelle no~ se podia achar* assy ligeiramente (CGE-150)

(69) posposição do SN na forma clítica

- a. enno qual foy acordado e~ que maneyra *se devesse guardar a fe catholica* e muytas outras cousas espirituaaes. (CGE-146)
- b. ca sobre o defendymento *se despede ho ouro e a prata* (CGE-77)
- c. E en seu termho ha muy boas montanhas honde se poderyam cryar muitos gaados (CGE-39)
- d. a Julio Cesar *no~ se lhe mudava o coraçom* (CGE-75)
- e. por os mudamentos dos muytos senhorios, *se perdero~ os livros* (CGE-1)
- f. ouve dello ta~ grande enveja que, segundo contam as storias, [*se começou a des*]cobrir a *sanha* que de Pompeo avya. (CGE-72)
- g. ca e~nos livros das cronicas melhor era de *se screpver as nobres cavallaryas e as boas façanhas* (CGE-144)

Considerando-se que a ordem não-marcada no período analisado é, segundo Mattos e Silva (1989, 2001), SVC, e que a estrutura analisada é, de fato, uma passiva sintética, não é de estranhar-se a ordem anteposta do SN em quase metade dos dados. Ou seja, se o SN que aí figura for mesmo um sujeito, a posposição é que teria de ser explicada. Sobre isso, assevera Mattos e Silva (2001, p.126): “a presença de circunstanciais no início da frase pode favorecer a posposição”. É o que sublinhamos na maioria dos seis casos em (69).

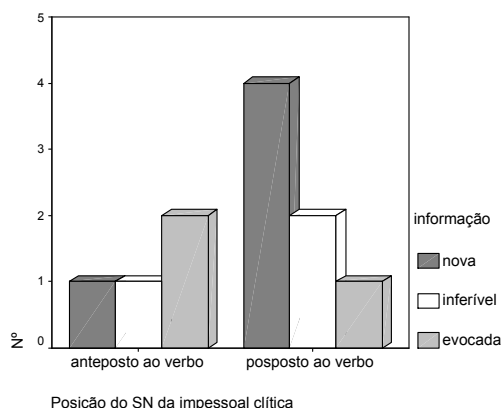
Dito noutros termos, a posposição pode ser devida a um elemento focal na frase. No quadro da gramática funcional de Dik (1989), conforme explicitam Pezatti & Camacho (1997), a primeira posição na oração é uma posição especial para constituintes que tenham as funções pragmáticas de tópico ou de foco. Se o sujeito não for tópico, outro constituinte foco pode preencher esta posição. Assim, nos exemplos (69a-d), o SN está posposto pelo fato de os termos grifados serem foco da predicação, ou seja, representarem “a informação relativamente mais importante ou saliente da predicação, com respeito à informação pragmática do Emissor e do Receptor” (PEZATTI & CAMACHO, 1997, p.6).

Se a ordenação dos constituintes depende primordialmente de funções pragmáticas, cabe avaliar outros fatores pragmáticos relativos ao SN da impessoal clítica. É o que faremos na próxima seção.

7.2.1.2. Análise pragmática do Afetado das impessoais clíticas

A diferença mais relevante encontrada quando comparamos as duas séries de SNs antepostos e pospostos diz respeito ao estatuto informacional: 71,4% (5/7) dos SNs antepostos codificam informação evocada; entre os SNs pospostos, esse número é de apenas 14,4% (1/7). Nestes preponderam SNs que codificam informação nova: 57,2% (4/7). Em cada série, tivemos ocorrências de SNs com estatuto inferível, que poderiam ser incluídas entre as evocadas, já que não são novas do ponto de vista do ouvinte. Nesse caso, o percentual de informação evocada entre os SNs antepostos sobe para 85,7%, pois tivemos apenas uma ocorrência de informação nova. Já entre os casos de posposição, incluindo-se as inferíveis entre as evocadas, a diferença continua: 42,8% (3/7) de evocadas contra 57,2% de novas. O gráfico a seguir permite visualizar melhor esse resultado.

Gráfico 7.6: freqüência do estatuto informacional conforme a posição do SN



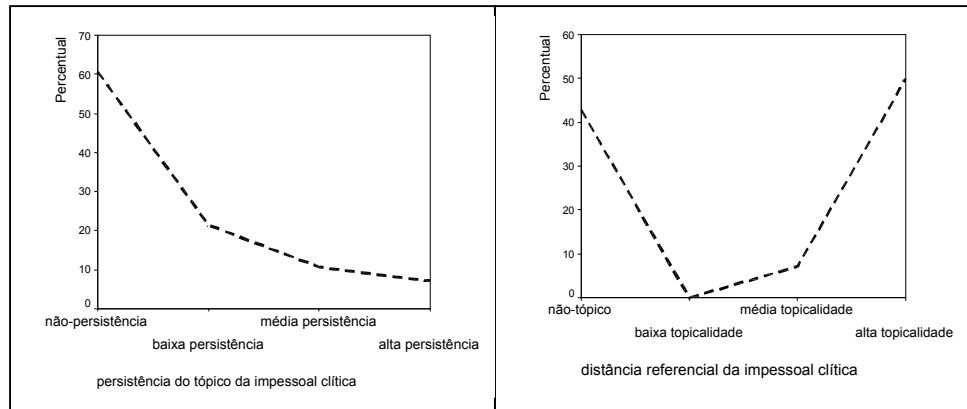
Outra variável de natureza pragmática a ser avaliada é a topicalidade. Os dados apontam uma diferença em relação à impessoal não-clítica no que diz respeito à distância referencial, pois, enquanto o SN da não-clítica era predominantemente tópico, em especial quando anteposto, o SN da clítica, quando expresso por nome ou pronome (exceto o relativo) é, em geral, não-tópico, ou seja, o referente não figura na oração anterior. Já em relação à persistência do tópico, os SNs das duas construções impessoais se comportam de modo semelhante: tendem a não persistir cataforicamente. A tabela 7.6 sumariza esses resultados.

Tabela 7.6: Freqüência das medidas de topicalidade conforme a posição do SN

Posição do SN	Persistência do tópico				Distância anafórica				TOTAL	
	2 ou 3		1 ou 0		tópico		Não-tópico			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
anteposto	3	42,8	4	57,2	2	28,6	5	71,4	7	100
posposto	1	14,3	6	85,7	1	14,3	6	85,7	7	100
TOTAL	4	28,5	10	71,5	3	21,5	11	78,5	14	100

A não-persistência do tópico permanece predominante mesmo quando olhamos o conjunto de dados, incluindo os casos de expressão por pronome relativo, por oração e anáfora zero; o que muda é a distância referencial, pois SNs tópicos (alta e média topicalidade) passam a predominar com índice de 57,2% (16/28). A figura 7.2 apresenta os dois gráficos das medidas de topicalidade.

Figura 7.2: gráficos das medidas de topicalidade da impessoal clítica



Os gráficos ilustram uma diferença marcante de comportamento das duas construções impessoais frente às duas medidas de topicalidade. Independentemente da forma de expressão, o SN da impessoal clítica tende a não persistir tal como o SN da impessoal não-clítica. Já o grau de topicalidade da impessoal clítica sofre uma mudança com a inclusão dos pronomes relativos, cujo grau de topicalidade é necessariamente alto, já que seu referente figura na oração anterior à relativa, resultando um gráfico com os extremos mais elevados bem diferente do apresentado na impessoal não-clítica, em que a alta e a média topicalidade superam soberanamente a baixa e a não-topicalidade.

Mais uma vez, chamamos a atenção para a quantidade reduzida de dados de impessoal clítica de que dispomos, que não nos permite generalizar. A propósito, a quantidade reduzida de impessoais clíticas já é em si um dado a ser analisado. Mattos e Silva (1989) afirma ter encontrado 50 ocorrências de passiva sintética nos dois primeiros livros dos *Diálogos de São Gregório*. Apesar de superar a quantidade por nós encontrada nos 150 capítulos iniciais da *Crônica Geral de Espanha de 1344*¹⁴, ainda é um número pequeno comparado ao número de passivas ou mesmo de impessoais não-clíticas encontradas por nós.

Há uma questão que merece ser tocada aqui, ainda que levemente, pois voltaremos a ela ao tratarmos das construções médias. Trata-se da semelhança entre estas duas construções, a impessoal clítica e a média. Já aludimos a Said Ali (1964) para

¹⁴ Lembramos que o recorte da *Crônica* nos primeiros 150 capítulos pautou-se na pesquisa de Sardinha (2000) sobre o tamanho ideal de um *corpus* representativo para análise lingüística que tem como foco o verbo. Para este autor, um *corpus* de 67 mil palavras seria representativo. Os 150 capítulos constituem um *corpus* de quase 69 mil palavras.

quem a diferença entre as duas dar-se-ia, muitas vezes, pela posição do SN. Ora, cedo vimos que esta estratégia não serviria na análise do *corpus*, já que, no *corpus*, a posição do SN nestas construções parece reger-se por outro princípio. Deparamo-nos por algumas vezes diante de ambigüidade de interpretação de determinada construção como média clítica ou impessoal clítica. A solução encontrada foi semântica: com base no contexto, é possível dizer que a impessoal clítica pressupõe a omissão de um participante humano, que não se quer ou não se pode identificar, que mais comumente é Agente, mas pode ser experienciador ou beneficiário; a média não pressupõe a omissão de participante com o traço [+humano], pois o Causativo pode representar forças naturais ou sobrenaturais, ou até mesmo sequer existir como entidade separada do Afetado, como nos eventos espontâneos.

A baixíssima freqüência de construções impessoais clíticas na CGE, portanto, pode resultar dos critérios que utilizamos para classificação de uma dada construção como impessoal clítica, que, naturalmente, divergem dos critérios utilizados por Mattos e Silva (1989) nos *Diálogos de São Gregório*, por Oliveira (2005) nos seus *corpora* do português arcaico e moderno; e por outros autores em *corpus* do português moderno, como Hawad (2002).

7.2.1.3. Análise semântica do Afetado da impessoal clítica

Nas impessoais clíticas, tal como nas impessoais não-clíticas, predominam entidades inanimadas. Todavia, enquanto nas impessoais não-clíticas, predominam SN que representam entidades inanimadas concretas, nas impessoais clíticas, há quase uma equivalência entre inanimados concretos e entidades abstratas¹⁵, conforme se observa na tabela 7.7.

Tabela 7.7: Traço [+animado] nas impessoais clíticas

Traço [+animado]	Impessoal clítica	
	Nº	%
Inanimado concreto	13	46,4
Inanimado abstrato	12	44,4
Animado não-humano	2	7,4
Animado humano	1	3,7
TOTAL	28	100

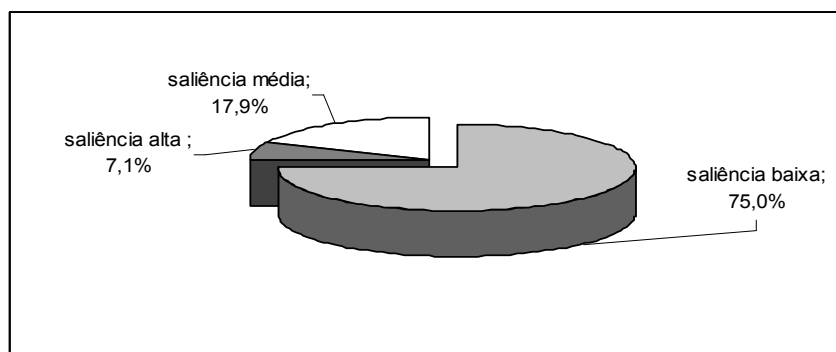
Na hierarquia de empatia apresentada por Langacker (1991), objetos físicos e entidades abstratas situam-se mais à direita da escala, denotando menor empatia por

¹⁵ Estamos aqui considerando inanimadas as entidades abstratas tal como fez Camacho (2002).

parte do falante. Para o autor, a empatia é um dos fatores que indiciam a saliência cognitiva de um referente escolhido como sujeito, papel relacionado à alta topicalidade.

Como vimos, aqui medimos a saliência cognitiva não apenas com base no traço [+animado], mas também com base no número e definitude do SN, relacionados, depois, à variável proeminência morfológica. No que diz respeito à variável saliência cognitiva, o SN da impessoal clítica apresenta, de modo geral, baixa saliência, conforme ilustra o gráfico abaixo.

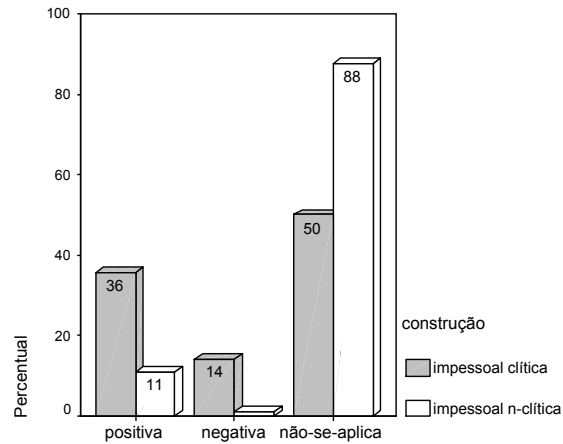
Gráfico 7.7. Saliência cognitiva do SN da impessoal clítica



Quanto à proeminência morfológica, encontramos predominância de pronomes, o que significa baixa proeminência. Somando-se as ocorrências de pronome e expressão zero, temos um total de 50% (14/28) de baixa proeminência, o que aproxima esta construção da impessoal não-clítica. Há, todavia, uma diferença a ser destacada. Enquanto, na impessoal não-clítica, apenas 12% das ocorrências foram de alta proeminência morfológica (nome próprio ou comum e pronomes acompanhados de determinantes ou modificadores), os casos de alta proeminência na impessoal clítica somam 33% (9/28). Naturalmente, como vimos ressaltando, os dados são bastante escassos para se fazer generalização com base na frequência, mas servem para sugerir diferenças que vêm se manifestando nos dados em relação à impessoal não-clítica.

Outra diferença de comportamento entre os dois tipos de impessoais se dá em relação ao tipo de afetação do SN. Conforme vimos, entre as impessoais não-clíticas, encontramos uma grande maioria de afetação neutra (*não-se-aplica*): quase 90%. Nas impessoais clíticas, as ocorrências de afetação neutra atingiram apenas metade dos dados.

Gráfico 7.8. Tipo de afetação nas construções impessoais



A baixa frequência de afetação negativa indicia que também a impessoal clítica não é usada preferencialmente para a fuga de responsabilidade. A seguir, transcrevemos alguns exemplos do *corpus* de cada tipo de afetação.

(70) afetação negativa

por os mudamentos dos muytos senhorios, *se perdero~ os livros* (CGE-1)

(71) afetação positiva

Ca Espanha *se rega co~ nove ryos* (CGE-13)

(72) afetação neutra ou não-se-aplica

as posturas e ordenamentos *que se* em aquelle concelho *poseron sobre os clérigos* (CGE-150)

7.2.2.O Causativo da impessoal clítica

Nas duas construções impessoais, há predomínio de Causativos genéricos com traço [+humano]. As impessoais clíticas, diferentemente das não-clíticas, apresentam 4 ocorrências de Causativo expresso por SP na própria oração, reproduzidas a seguir.

(73) E ha hy fundamentos feytos per tam gra~de meestria que duraram por sempre, *ca per força ne~ per siso* que o homen aja no~ se pode desfazer (CGE-35)

(74) *por os mudamentos dos muytos senhorios, se perdero~ os livros* (CGE-1)

(75) Ca Espanha *se rega co~ nove ryos* (CGE-13)

(76) A mayor parte das Espanhas, assy a do levante como a do poente, todas *se regam destes ryos* (CGE-13)

Os exemplos (75) e (76) são muito semelhantes, exceto pela preposição diferente que introduz o SP de cada uma, porém trazem problema de natureza analítica, estes de base filológica. Expliquemos. Como a construção impessoal clítica pode omitir um Agente humano, uma leitura possível seria algo próximo de ‘alguém rega a Espanha

com nove rios’ ou ‘as pessoas regam as Espanhas destes rios’, o que daria ao SP estatuto de causa imediata e ao Causativo humano omitido causa primeira.

Cumpramos ressaltar que encontramos 4 ocorrências do verbo *regar*, repetidas abaixo, a fim de se melhor observar o paralelismo.

- (77) a. Ca Espanha se *rega* co~ nove ryos (CGE-13)
- b. todas se *regam* destes ryos (CGE-13)
- c. todas se *regam* destes ryos e doutros muytos e de fontes e de represas e de outras muytas maneiras de *regar* (CGE-13)
- d. E Tussuyr he logar muy prezado e de muy boas arvores e toda sua terra *rega*[m] de ryo, assy como fazem con o ryo de Nylo en terra da promyssom. (CGE-18)

Em (77d), Cintra (1951) chama a atenção para a marca nasal que não aparece no manuscrito *L* nem no manuscrito *P*¹⁶, principais bases da edição de Cintra. Assim, explica o autor em nota ao capítulo 18:

terra he *rega* de ryo *LP* tierra riegan de rio *UQ* tierra riega el rio *ME* tierra riegan de rios *Ca* (CINTRA, 1951, p.48, v.2).

As letras maiúsculas ao final de cada frase indicam o manuscrito de onde foi tirada. Observamos, pois, que os manuscritos portugueses (*L* e *P*) contêm, ao invés do verbo na forma simples, uma locução com verbo *ser* e o que seria um particípio irregular de *regar*. A forma simples ora no singular ora no plural aparece nos manuscritos castelhanos, em que o autor se baseou para corrigir ausências ou rasuras nos manuscritos portugueses, como fez nesta frase, na tentativa de se aproximar do texto primitivo da segunda redação da Crônica de 1344. Nas palavras do autor:

confrontei ali os manuscritos portugueses com os códices castelhanos tanto da primeira como da segunda redacção. Esta série de confrontos permitiu-me corrigir o texto de Lisboa de modo a aproximá-lo do original comum (CINTRA, 1951, p. XVIII).

A correção filológica de Cintra (1951), a menção recursiva a *rios* e a frase (77d) que nos fazem pressupor uma entidade humana levam, ainda que com certa cautela, a interpretar as construções com o verbo *regar* como impessoais, em que um Causativo humano estaria omitido¹⁷.

¹⁶ Lembrar que usamos, para coleta dos dados, uma versão digital da edição crítica de Cintra (1951), editada pelo CIPM. Nesta versão, houve uma adaptação das convenções usadas por Cintra, de modo que o itálico que marca supressão ou rasura de letras ou palavras foi substituído na versão digital por colchetes. Recorremos, todavia, sempre que necessário, à cópia digitalizada original de Cintra (1951), disponibilizada no site da Biblioteca Nacional de Portugal.

¹⁷ Como vemos, Cintra (1951) não oferece uma solução definitiva para o problema dessas construções com *regar*. Em primeiro lugar, vale-se de um cotejo com a edição espanhola. Em segundo lugar, a inserção da marca gráfica de plural é, a nosso ver, hipotética. É consabido também que a construção

Feito o devido reparo quanto às frases (75) e (76), julgamos por bem incursionar sumariamente pelos valores semânticos das preposições unificadas pelo macropapel Causativo.

A preposição *per*, do latim *per*, no período arcaico, concorre com *por* (< lat. *pro*). Conforme Poggio (2002), no latim clássico, as duas preposições *per* ‘através de’ e *pro* ‘diante de’ eram diferenciadas por uma denotar ‘instrumento’ e outra ‘substituição’ e ‘defesa’. A confluência de sentidos entre *per* e *pro* deu-se ainda no latim notarial ibérico, em que, embora houvesse preferência por *per* para marcar instrumento e *pro*, para marcar fim, havia alternância livre. Assim, a relação entre as idéias de ‘substituição’ e ‘causalidade’ e ‘finalidade’ e entre ‘instrumento’ e ‘causalidade’ pode explicar, segundo Poggio (2002), a mudança românica. Sobre isto, afirma Mattos e Silva (1989):

o ‘percurso nocional’ pode ser expresso tanto por *per* com por *por* (e suas formas aglutinadas) portadores de noções como meio ou instrumento e causa, *distinções essas que, em muitos casos, são difíceis de estabelecer* (MATTOS e SILVA, 1989, p.630). [grifo nosso]

A preposição *com* (< lat. *cum*), segundo Mattos e Silva (1989) e Poggio (2002) tem como sentido básico ‘companhia’, ‘associação’, mas pode ser usada com outros valores semânticos. Para Poggio (2002), esse alargamento do campo semântico de *cum/com* ocorreu da acepção mais concreta para mais abstrata: companhia > tempo > instrumento > modo/causa¹⁸.

É interessante mencionar a relação que Lakoff e Johnson (1980) fazem entre a metáfora ‘um instrumento é um companheiro’ e a preposição inglesa *with*, também usada no sentido de ‘instrumento’ e ‘associação’. Segundo os autores, esta relação não é accidental haja vista que existe em praticamente todas as línguas do mundo.

Beirando explicações cognitivas, Said Ali (1964) também menciona o uso da preposição *com* para denotar instrumento e causa: “esta preposição exprime companhia, instrumento, causa, maneira. Das duas primeiras dimanam as demais” (SAID ALI, 1964, p.208). Para o autor, tal como a companhia, o instrumento é o ente ligado a outro

impessoal e a média têm uma mesma origem latina. Em função do exposto, admitimos oportunamente rever a análise aqui feita. Ressaltamos que a opção por uma ou outra classificação, impessoal ou média, das referidas frases com *regar* não alteraria substancialmente os resultados estatísticos globais.

¹⁸ A autora se baseia na noção de ‘metáfora categorial’, segundo a qual há uma atividade cognitiva decorrente da distância egocêntrica que vai da categoria mais intrínseca à experiência humana (PESSOA) à mais remota (QUALIDADE).

para um mesmo fim, mas, diferentemente daquela, o instrumento é inerte ou considerado como tal. Além dessas noções, a preposição *com* pode denotar ‘fato simultâneo’. É esta a primeira acepção registrada por Moraes (*s.v.com*):

Preposição, que indica concomitância e união do objeto significado pelo nome, a que ella precede, com o outro a que ella serve de complemento (MORAES, *s/d, s.v.com*).

Said Ali (1964, p.210) relaciona a noção de simultaneidade e causa: “o fato simultâneo, ou que acompanha a alguém, pode atuar sobre este indivíduo e manifestar-se como causa determinante da sua ação ou situação”.

Quanto à preposição *de* (< lat. *de*), é a mais usada com diversas acepções. Poggio (2002) afirma que a preposição *de* assumiu as noções representadas pela preposições latinas *ab*, *ex* e *de*, o que dá uma idéia da multiplicidade de empregos desta preposição em português, entre os quais a expressão do agente da passiva.

Segundo Said Ali (1964), o emprego da preposição *de* para denotar causa procede da significação mais antiga desta preposição como ‘lugar donde’. Sobre isso, pronuncia-se o autor:

buscar retrospectivamente o motivo ou causa determinante de alguma ação é de fato um processo que, projetado no espaço, equivale a remontar ao *lugar donde* alguma coisa toma origem e tem seguimento. Nesta analogia se funda o emprego da preposição *de* com sentido causal: *Passamos a grande ilha da Madeira, que do muito arvoredo* assi se chama. (SAID ALI, 1964, p.205).

O emprego desta preposição para expressão do agente da passiva, que discutiremos no próximo capítulo, é explicado do mesmo modo por Said Ali (1964, p.205): “por ser o agente o ponto de procedência do ato dirigido sobre o sujeito paciente”. E acrescenta: “devia entretanto confundir-se este conceito [o de agente] com os de causa e meio ou instrumento”, mais uma razão para agrupá-los como temos feito. Vemos assim que Said Ali (1964) relaciona causa/agente a ponto de partida, o *trajector*, nos termos de Langacker (1991). A noção de causalidade como movimento de uma entidade A em direção de uma entidade B, conforme vimos no capítulo 2 desta tese, está, portanto, na base do emprego da preposição *de* para exprimir causa ou o agente da passiva.

7.2.3. *Súmula dos resultados da impessoal clítica*

A impessoal clítica se comporta de modo semelhante à impessoal não-clítica, com algumas exceções, conforme apontam os resultados sumarizados a seguir.

- A impessoal clítica apresenta baixíssima frequência no *corpus*, o que talvez tenha ocorrido pela semelhança formal e semântica com a média clítica.
- O verbo usado é sempre transitivo direto, a maioria das vezes em concordância com o SN, excetuando-se raras ocorrências que podem ser explicadas por regras de posição e distância ou lapso na marcação da nasal final.
- A IC é frequentemente usada em frases que expressam processos potenciais.
- O SN da IC é predominantemente não-lexical e não-persistente cataforicamente, o que indica sua alta acessibilidade e baixa importância temática.
- Não há posição predominante do SN da IC em relação ao verbo. Esta parece reger-se pela presença de algum elemento focal no início da frase e pelo estatuto informacional: SNs antepostos tendem a codificar informação evocada; SN pospostos tendem a codificar informação nova.
- Embora predominem entidades inanimadas, há relativa frequência de entidades abstratas, que se afastam ainda mais da escala de empatia e indicam a baixa saliência cognitiva do Afetado da IC.
- Entre as IC, predomina a afetação neutra.
- O Causativo da IC é predominantemente omitido, inferível e tem o traço [+humano], mas há ocorrências em que se manifesta na própria oração na forma de SP, representando entidades abstratas ou forças da natureza.

7.3. Os graus de causalidade das impessoais

Apresentados os resultados específicos de cada tipo de impessoal, resta-nos falar dos graus de causalidade que estas construções apresentam. Uma primeira observação a ser feita diz respeito à forma em que cada uma se apresenta. Partindo do princípio da Gramática Cognitiva de Langacker (1991), da natureza bipolar da linguagem, podemos afirmar que a impessoal não-clítica se diferencia da impessoal clítica pela extensão e pela intensão.

A forma de 3ª pessoa do plural da impessoal não-clítica abre a possibilidade para um ou mais participantes, excluindo, todavia, o falante. Quando usa uma forma de

3ª do plural, como *chamam*, por exemplo, o falante se exclui da referência, que pode ser genérica: ‘todos, exceto eu’ ou específica ‘alguém que não eu’, conforme se vê nos exemplos abaixo.

(78) ouve hi hu~u~ consul que *chamaron Cipion* (CGE-5)

(79) e este he o que agora *chama~ Guadalquivyr* (CGE-6)

(80) he tam alte que lhe *no~ podem poer escalla* em ne~ hu~a guysa (CGE-17)

Neves (2000, p.464) assevera que, com a 3ª pessoa do plural, a indeterminação é parcial, pois “só abrange o universo das terceiras pessoas, ficando excluídas as outras duas pessoas do discurso”. Já a forma de 3ª pessoa do singular é considerada altamente genérica: “sujeito maximamente indeterminado, já que todas as pessoas do discurso ficam abrangidas, são as construções de terceira pessoa do singular com o pronome SE” (NEVES, 2000, p.464). Em sua obra, apesar de baseada no português moderno, a autora, fiel à tradição, restringe esse uso a verbos intransitivos e transitivos indiretos, mantendo o valor passivo do *se* junto a verbos transitivos diretos. Conforme já discutimos, não é essa nossa interpretação nem de Mattos e Silva (1989), que, embora admita o valor passivo do *se* nos *Diálogos de São Gregório*, apresenta a construção de *se* junto a verbos transitivos como uma das estruturas de agente não-determinado.

Segundo Hawad (2002), essa máxima indefinição da construção com *se* quanto à categoria de pessoa torna possível uma série de efeitos de sentido no âmbito interpessoal. Uma das possibilidades constatadas no *corpus* da autora, constituído de notícias e editoriais de jornais do séc. XX, é o desvio da ênfase dos agentes para as ações:

como se a responsabilidade daqueles por estas fosse secundária, ao mesmo tempo em que possibilita evitar a indicação clara da participação ou não do autor nos eventos a que se refere (HAWAD, 2002, p. 125).

Em suma, na construção com *se*, a referência genérica pode incluir ou não o falante: ‘nós (eu e muitos outros)’, ou ‘todo mundo (também eu)’, ou ainda ‘as pessoas em geral (não necessariamente eu também)’; enquanto a construção na 3ª pessoa do plural sem *se* exclui o falante e o ouvinte: ‘eles (nem eu nem você)’ ou ‘todo mundo (menos eu e você)’ ou ‘alguém (menos eu e você)’.

Quanto aos parâmetros de transitividade, encontramos um comportamento distinto entre as construções impessoais, conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 7.8. Grau de transitividade das construções impessoais

			CONSTRUÇÃO		
			impessoal clítica	impessoal não-clítica	impessoal de processo mental
Grau de Transitividade	alta	Nº	1	25	
		%	4,0%	14,8%	
	média	Nº	13	136	2
		%	52,0%	80,5%	40,0%
	baixa	Nº	11	8	3
		%	44,0%	4,7%	60,0%
Total	Nº	25	169	5	
	%	100,0%	100,0%	100,0%	

Embora, nos dois tipos centrais, predomine o grau de transitividade médio, a impessoal não-clítica apresenta maior transitividade que a clítica, pois naquela há mais ocorrências que apresentam grau de transitividade alta: 14,8%, enquanto nesta praticamente não há ocorrência de alta transitividade: 4%. As impessoais que expressam processos mentais, embora ocorram na forma clítica e não-clítica, se comportam quanto à transitividade como as impessoais clíticas, de modo geral, já que se dividem entre os graus médio e baixo.

A categorização das ocorrências em transitividade alta, média e baixa se baseou numa escala de 7 graus, feita com base nos seis parâmetros já mencionados (participantes, cinese, polaridade, modo, individuação, perfectividade). Abaixo apresentamos exemplos do *corpus* de cada um dos sete graus¹⁹.

(81) Grau 6

- a. E, quando *lhe poseron a tavao* diante, começou a chorar (CGE-35)

(82) Grau 5

- a. e, depois que *a assy ouvero~ arrancada* (CGE-35)
b. por os mudamentos dos muytos senhorios, *se perdero~ os livros* (CGE-1)

(83) Grau 4

- a. E em este ryo *tiran ho ouro fyno.* (CGE-22)
b. grandes feitos *que se hy fezeron* (CGE-48)

(84) Grau 3

- a. *fazem dellas muytas lageas fremosas* (CGE-16)
b. e de todolos ma~jares *que se delle fazem* (CGE-13)
c. [*se começou a des*] *covrir a sanha* que de Pompeo avya. (CGE-72)

(85) Grau 2

- a. e~ este ryo *colhen as limaduras* do ouro fyno; (CGE-16)
b. E en seu termho ha muy boas montanhas honde *se poderyam cryar muitos gaados* (CGE-39)
c. *que delle nom vejam* (CGE-46)

¹⁹ Em 7.8., optamos por apresentar a tabela com a variável ternária, pois o cruzamento da construção com os 7 graus de transitividade dispersaria muito os resultados.

(86) **Grau 1**

- a. ha hy edifficios antigos e synaaes *que se no~ poden desfazer* (CGE-29)
- b. son tantas que *no~ podem veer o ryo.* (CGE-14)

(87) **Grau 0**

- a. como quer que *a postura* donde nace vergonça e deshonrra *no~ se deve a te~e~r.* (CGE-77)

Em (81), o grau 6, transitividade máxima, resulta da presença de dois participantes, polaridade afirmativa, verbo de ação-processo, no perfectivo, modo *realis* e SN individuado. Note-se que divergimos de Hopper e Thompson (1980) na consideração do número de participantes. Categorizamos, como apresentando mais de um participante, ocorrências de verbos transitivos diretos e indiretos em que dois complementos estavam presentes, não importando o papel sintático-semântico, se sujeito e objeto, se dois objetos, se agente ou paciente, se paciente ou beneficiário. Assim o fizemos por considerar esta variável essencialmente sintática e considerarmos menos transitivas (do ponto de vista sintático) ocorrências em que só há um argumento expresso. Não encontramos nenhuma ocorrência de impessoal clítica com grau 6.

Em (82), temos duas ocorrências de grau 5 por razões diferentes. (82a) difere de (81) apenas quanto ao número de participantes, por isso está um grau abaixo de (81). Já (82b), embora tenha dois participantes (*por os mudamentos dos muytos senhorios* atua como Causativo), o SN é não-individuado, já que está no plural (tem grau 2 de individuação)²⁰.

Assim, explica-se a variação de grau exemplificada em (81-87), que, conforme Hopper e Thompson (1980) afirmaram, não depende prioritariamente de uma determinada variável. A todas é atribuído o mesmo grau de influência na determinação final do grau de transitividade de dada ocorrência. (83a), por exemplo, tem grau 4 porque apresenta um só participante e o verbo não está no perfectivo, enquanto (83b), embora apresente o verbo no perfectivo, tem o mesmo grau que (83a) porque seu SN não é individuado.

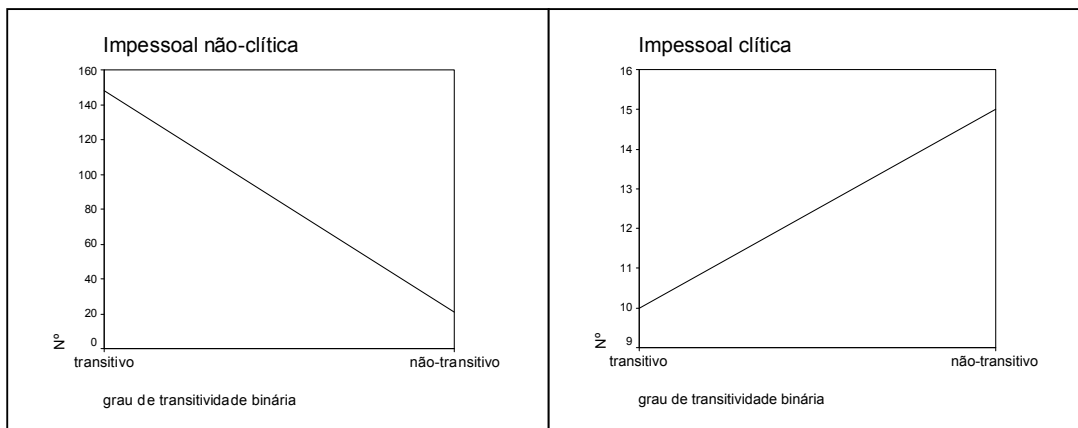
O grau 0 ocorreu apenas uma vez e com impessoal de processo mental. O SN, por ser abstrato, tem grau de individuação 2, que corresponde a não-individuado na variável binária (situa-se na segunda metade inferior na escala de 0 a 6). O verbo de processo, expressando uma potencialidade com auxiliar modal, é *irrealis* e não-perfectivo. Além disso, a polaridade é negativa e há um só participante.

²⁰ Conforme explicitamos no capítulo 5, o parâmetro de transitividade *individuação* também está sujeito a graus. Propusemos seis graus, transformados depois em variável binária.

No agrupamento resumido na tabela 7.8, os exemplos (81-82) foram categorizados como alta transitividade; os (83-84), como média; e os (85-87), como baixa transitividade.

Uma forma de melhor visualizar a diferença entre as impessoais clíticas e não-clíticas no que diz respeito ao grau de transitividade é observar o comportamento quanto a esta variável transformada em variável binária. Para isso, agrupamos os seis graus de transitividade do seguinte modo: ocorrências que apresentaram grau 6 a 4 foram consideradas transitivas (exemplos (81-83)) e as que apresentaram grau 3 a 0 foram consideradas não-transitivas (exemplos (84-87)). Os gráficos reunidos na figura 7.7 abaixo ilustram os resultados relativos apenas às impessoais clíticas e não-clíticas, já que as impessoais de processo mental apresentaram-se todas como não-transitivas.

Figura 7.3. Transitividade binária nas impessoais



Vemos uma clara diferença de comportamento entre as duas formas: a maioria das impessoais não-clíticas é transitiva, enquanto a maioria das clíticas tende a ser não-transitiva. Com base nesses resultados, podemos ordenar as impessoais, quanto à transitividade, em ordem decrescente, do seguinte modo:

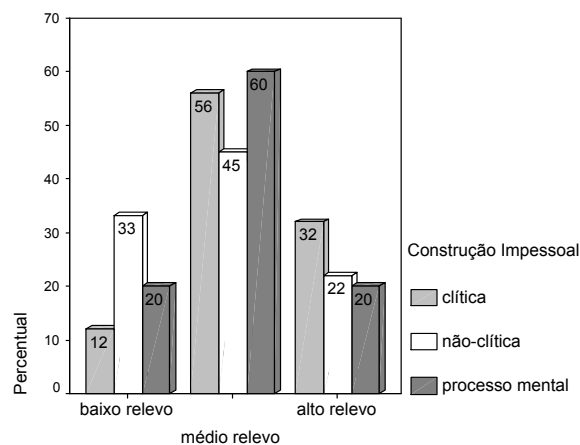
(88) Escala de transitividade das impessoais

IMPESSOAIS NÃO-CLÍTICAS > IMPESSOAIS CLÍTICAS > IMPESSOAIS DE PROCESSO MENTAL

Como vimos, Hopper e Thompson (1980) relacionam a transitividade à noção de relevo discursivo, estabelecendo que “a probabilidade de uma oração receber interpretação Figura é proporcional ao peso da oração na escala da transitividade”

(HOPPER E THOMPSON, 1980, p.284)²¹. Estabelecemos, no *corpus*, o grau de figuratividade das construções, considerando quatro contextos: a oração no período, o período no parágrafo, o parágrafo no capítulo e o capítulo no texto. Disso resultou uma escala que vai do grau 4, quando a oração é Figura nos quatro contextos; ao grau 0, quando é Fundo nos quatro contextos, o que só ocorreu uma vez, no *corpus*, na voz passiva. Essa escala foi reduzida a três graus: *alto*, correspondendo aos graus 4 e 3; *médio*, quando tem grau 2; e *baixo*, quando apresenta grau 1 ou 0. Os resultados estão expressos no gráfico abaixo.

Gráfico 7.9 Grau de figuratividade das impessoais



Notamos que, em todos os tipos de impessoais, há predomínio de média figuratividade (grau 2). Observando os dados noutra direção, encontramos predominância de impessoais não-clíticas na baixa figuratividade e predomínio de clíticas na figuratividade alta. Em parte, isso se deve ao fato de as clíticas, mais que as não-clíticas, ocorrerem em capítulos narrativos, como já comentamos. Desconsiderando o capítulo em que a construção ocorre, os resultados ficam conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 7.9. Grau de figuratividade das impessoais, desconsiderando o capítulo

			Construção Impessoal			total
			clítica	não-clítica	processo mental	
Grau de figuratividade (sem o capítulo)	sem figurativ.	Nº	2	10	1	13
		%	8,0%	5,9%	20,0%	100,0%
	baixo	Nº	4	71	2	77
		%	16,0%	42,0%	40,0%	100,0%
	médio	Nº	15	79	2	96
		%	60,0%	46,7%	40,0%	100,0%
	alto	Nº	4	9		13
		%	16,0%	5,3%		100,0%
Total	Nº	25	169	5	199	
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

²¹ The likelihood that a clause will receive a foreground interpretation is proportional to the height of that clause on the scale of Transitivity.

Nesse agrupamento, o grau máximo passa a ser 3, que é então considerado *alto*. O grau 2 é médio, e o 1, baixo. Sem levarmos em conta o capítulo, o índice de grau 0 aumenta, razão pela qual foi isolado como *sem figuratividade*. Agrupando, de um lado, as ocorrências de grau 0 e grau 1 e, de outro, as de grau 2 e 3, encontramos, entre as não-clíticas, uma distribuição quase igual entre ocorrências sem figuratividade ou com baixa figuratividade e ocorrências de alto ou médio grau de figuratividade: 48% (81/169) e 52% (88/169), respectivamente. Entre as clíticas, há predomínio de grau 2 e 3: 76% (19/25) e entre as de processo mental, há predomínio de grau 0 ou 1: 60%.

Os resultados das impessoais clíticas e não-clíticas quanto ao relevo discursivo contrariam o que postularam Hopper e Thompson (1980) a respeito de haver relação direta entre o grau de transitividade e o relevo discursivo, pois as clíticas, embora tenham apresentado grau de transitividade mais baixo que as não-clíticas, apresentaram maior figuratividade; e as não-clíticas que, em geral, apresentaram grau de transitividade mais alto, tiveram grau de figuratividade mais baixo. A tabela 7.10, que apresenta o cruzamento das variáveis *figuratividade* e *transitividade*, permite visualizar o que acabamos de afirmar.

Tabela 7.10. Cruzamento das variáveis figuratividade e transitividade

			Grau de Transitividade			Total
			alta	média	baixa	
Grau de Figuratividade (sem o capítulo)	sem figurat.	Nº	1	11	1	13
		% grau figurat.	7,7%	84,6%	7,7%	100%
		% grau de transitividade	3,8%	7,3%	4,5%	6,5%
	baixo	Nº	12	61	4	77
		% grau figurat.	15,6%	79,2%	5,2%	100%
		% grau de transitividade	46,2%	40,4%	18,2%	38,7%
	médio	Nº	11	71	14	96
		% grau figurat.	11,5%	74,0%	14,6%	100%
		% grau de transitividade	42,3%	47,0%	63,6%	48,2%
	alto	Nº	2	8	3	13
		% grau figurat.	15,4%	61,5%	23,1%	100%
		% grau de transitividade	7,7%	5,3%	13,6%	6,5%
Total	Nº	26	151	22	199	
	% grau figurat.	13,1%	75,9%	11,1%	100%	
	% grau de transitividade	100,0%	100,0%	100,0%	100%	

A tabela 7.10 mostra que tanto as construções impessoais de alta transitividade (grau 6-5) como as de baixa transitividade (grau 2-0) tendem a apresentar grau de figuratividade baixo ou médio, mas, enquanto a diferença entre as de alta transitividade não é tão marcada, entre as de baixa transitividade, há uma maior tendência a apresentarem grau de figuratividade médio (grau 2). Agrupando os graus de

figuratividade dois a dois, observamos que as construções impessoais de alta transitividade se distribuem igualmente: 50% (13/26) apresentam-se sem figuratividade ou com baixa figuratividade e 50%, com figuratividade alta ou média. As construções de média transitividade apresentam leve tendência a ter grau de figuratividade alto ou médio: 52,3% (79/151), enquanto as de baixa transitividade tendem a apresentar figuratividade alta ou média: 77,3%.

Cumpramos destacar que Hopper e Thompson (1980) se referiram apenas ao relevo discursivo da oração em relação a outras, sem levar em conta os demais contextos, como fizemos aqui. A tabela a seguir apresenta os resultados encontrados quanto ao relevo discursivo da oração²².

Tabela 7.11. Cruzamento das variáveis transitividade e relevo da oração impessoal

			Grau de Transitividade			Total
			alta	média	baixa	
relevo oração	figura	Nº	13	24	7	44
		% de relevo	29,5%	54,5%	15,9%	100,0%
		% de transitividade	50,0%	15,9%	31,8%	22,1%
fundo	fundo	Nº	13	127	15	155
		% de relevo	8,4%	81,9%	9,7%	100,0%
		% de transitividade	50,0%	84,1%	68,2%	77,9%
Total		Nº	26	151	22	199
		% de relevo	13,1%	75,9%	11,1%	100,0%
		% de transitividade	100%	100%	100%	100,0%

Embora os resultados não apontem diferença de relevo discursivo em relação às construções impessoais de alta transitividade, igualmente distribuídas entre Figura e Fundo, observamos que as impessoais de baixa transitividade tendem a ser Fundo: 68,2% do total de construções de baixa transitividade são também Fundo, o que confirma parcialmente a hipótese de Hopper e Thompson (1980).

O que tínhamos observado, nas seções acima, a respeito das construções impessoais clíticas, que predominam em passagens descritivas, apresentam, em geral, verbo no imperfectivo e possuem SN predominantemente inanimado, condiz com o caráter Fundo da construção impessoal, já esperado por sua própria natureza de expressão da não-atribuição de causalidade: 77,9% (155/199) do total de impessoais é uma oração Fundo. Abaixo citamos alguns exemplos do *corpus*.

(89) construções impessoais Figura

- a. E por os mudamentos dos muytos senhorios, *se perdero~ os livros* (CGE-1)

²² Na categorização Figura/Fundo das orações, seguimos, em especial, Talmy (2000) e Hopper (1979).

- b. *A este logar soyam antigamente chamar Espartaris* (CGE-8)
- c. Quando em Roma esto souberom, *e~vyaron hy hu~u~ seu juiz* por caudel. (CGE-63)

(90) **construções impessoais Fundo**

- a. e esto por razon de hu~u~ ryo hu~u~ ryo que corre per ella *que chamon Lemano* (CGE-4)
- b. E, todallas cousas *que hy planta~* e semea~, todas va~a~ (CGE-41)
- c. em tal guysa que bem se demonstra[v]a o grande damno *que se fez e~* aquella batalha (CGE-87)

7.4.Súmula

Nossa hipótese, calcada em observações esporádicas e em análises preliminares de um *corpus* do final do séc. XIII, *Diálogos de São Gregório*, de que estudamos os primeiros 15 capítulos, era a de que a construção impessoal se caracterizava pelos seguintes traços:

- a) apresentar informação nova;
- b) referir-se a SN inanimado, não-tópico, persistente cataforicamente;
- c) ter Causativo/agente inferível através do saber sobre o mundo;
- d) preponderar a construção verbal com *se*;
- e) apresentar SN posposto ao verbo.

A análise revelou que, consideradas globalmente, as impessoais na CGE apresentam os seguintes traços:

- a) apresentam informação evocada (78,9%);
- b) referem-se a SN inanimados (80%), tópicos (72% de alta topicalidade) e não-persistentes cataforicamente (46,7% de não-persistência);
- c) têm Causativos inferíveis, geralmente com o traço [+humano] (97,5%);
- d) preponderam as não-clíticas (84,9%);
- e) apresentam SN anteposto ao verbo (69%).

Portanto, os dados confirmaram apenas a hipótese sobre o Causativo ser inferível e o SN ser inanimado. De fato, a motivação mais freqüente para não-menção do Causativo na impessoal clítica parece ser o fato de este ser inferível através de nosso saber sobre o mundo. Isso se dá quando o Causativo é estereotipado ou universal, como afirma Givón (1993):

o Agente pode ser previsível em bases gerais, i.é, estereotipado, como em: *O avião foi trazido para baixo de modo seguro*. Aviões habitualmente são aterrissados e decolados por seus pilotos.

O Agente pode ser universal e assim deixado inespecificado, como em: "...como todo mundo sabe, cachorros são médiums... [...]" (GIVÓN, 1993, p.48)²³.

Quanto ao fato de haver predominância de SNs que representam entidades inanimadas na construção impessoal clítica, Camacho (2002) acredita ser efeito da posição objeto que o SN da impessoal representa e da impossibilidade de representação do constituinte agentivo nesta construção:

de um ponto de vista funcional, a escolha entre uma construção passiva e uma impessoal depende do fato de a primeira autorizar a inserção facultativa do SN agentivo e de permitir, correlativamente, que um argumento humano afetado pela ação verbal ocupe de fato a posição de sujeito em detrimento de alguma outra entidade causadora animada ou não animada; [...] Já a construção impessoal não exerce o mesmo efeito para a função de perspectivação, uma vez que, de saída, não admite a manifestação verbal da entidade agentiva (CAMACHO, 2002, p.285).

As demais hipóteses, posição posposta, não-topicalidade e persistência catafórica, foram rechaçadas pela análise. Estes traços se aplicam às impessoais de modo geral, mas vale lembrar a quantidade surpreendentemente reduzida das impessoais clíticas, o que dá à impessoal não-clítica maior peso neste resultado geral. Outro fato a ser mencionado diz respeito ao estatuto informacional e à posição do SN, que, conforme vimos, sofre alteração quando retiramos as ocorrências em que o SN é representado por pronome relativo. A posição predominante entre as não-clíticas passa a ser a inversa, conforme hipotetizamos, mas entre as clíticas não há posição predominante. Outra questão a ser observada é que o estatuto informacional predominante passa a ser novo, quando consideramos, no caso dos pronomes relativos, não o estatuto destes, naturalmente evocado, mas o de seu antecedente: encontramos, neste caso, 64,3% de informações novas entre as não-clíticas. Entre as clíticas, mesmo desconsiderando os SNs representados por pronome relativo, há predominância de informação evocada.

A análise mostrou que as impessoais clíticas apresentam comportamento distinto das não-clíticas, em especial, quanto à topicalidade, pois, enquanto o SN das não-clíticas tende a ser tópico, quer se considerem ou não as ocorrências de pronome

²³ The Agent may be predictable on general grounds, i.e. stereotypical, as in: *The plane was brought down safely*. Planes are habitually flown and landed by their *pilots*. The Agent may be universal and thus left unspecified, as in: "...as everybody knew, dogs were psychic... [...]" (GIVÓN, 1993, p.48).

relativo, o SN das clíticas tendem a ser não-tópico, quando retiramos as ocorrências de pronome relativo: 78% (11/14).

Quanto ao relevo discursivo, levando em conta a associação transitividade e Figura e considerando as impessoais mais transitivas que as demais construções de não-atribuição de causalidade, acreditávamos que a impessoal fosse mais freqüente em porções Figura ou, pelo menos, não predominasse em porções Fundo. Não comparamos ainda os resultados das impessoais com os das demais construções, o que só faremos mais adiante, mas os resultados da análise das impessoais mostraram que, globalmente, as impessoais apresentam, predominantemente, grau alto ou médio de figuratividade, conforme considere ou não relevo do capítulo. No que diz respeito, porém, ao relevo discursivo da construção impessoal, vimos que predominam as orações que recebem interpretação Fundo: 77,9%.

No próximo capítulo, trataremos da construção passiva. Poderemos, então, comparar esses resultados com os da passiva, a fim de verificarmos em que medida as duas construções de não-atribuição de causalidade divergem ou se assemelham quanto a aspectos semânticos e pragmáticos.

CAPÍTULO VIII A CONSTRUÇÃO PASSIVA NA CGE

À semelhança de muitos gramáticos e lingüistas, consideramos passiva a construção formada por *ser* + *v-do* a que pode se agregar um sintagma preposicionado cujo valor semântico é mais comumente agentivo. Na literatura, há muitas controvérsias envolvendo essa construção, tanto no que diz respeito ao tipo de auxiliar quanto à classificação da forma *v-do*, o que leva a tratamentos diversos. Não entraremos em pormenor nessas discussões. Todavia, há pontos que não podem deixar de ser mencionados, antes de procedermos ao exame dos dados, porque deles depende a própria análise. Um deles diz respeito à auxiliaridade, e o outro, à forma *v-do*. Trataremos desses dois aspectos nas seções a seguir, relacionando à teoria sobre o tema e os dados encontrados. Em seguida, faremos a análise da construção passiva no *corpus*, segundo variáveis formais, semânticas e pragmáticas.

8.1. As controvérsias sobre a passiva

Há unanimidade em reconhecer o verbo *ser* como formador da passiva, tanto nas gramáticas tradicionais como na Lingüística. A divergência ocorre quanto ao seu estatuto: a conjunção *ser* + participio é uma construção predicativa ou uma perífrase passiva?

Para autores como Camacho (2002), o verbo *ser* é, nessa construção, um auxiliar (verbo funcional, para BORBA, 1996), e a passiva resulta da conjunção *ser* + *v-do*. Esse autor postula que a passiva deriva de uma regra de formação de predicados derivados que torna o agente um satélite e o paciente um sujeito. A forma *ser* + *v-do* seria uma alteração morfológica do predicado ativo, conforme se vê no esquema reproduzido de Camacho (2002, p.274):

$$(1) \text{ construir}_v (x_1)_{Ag} (x_2)_{Me} > [\text{ser construído}]_v (X_2)_{Me} (Y_1)_{Ag} \text{ (x: argumento; y: satélite)}^1$$

Já Camara Jr. (1985) nega o caráter de conjugação perifrástica à passiva. Para o autor, o verbo *ser* está aí na sua função de verbo de ligação e o valor passivo dessa oração nominal depende exclusivamente do predicativo. Nas palavras do autor:

do ponto de vista oracional, tem-se o mesmo tipo de frase em:
a) *os soldados foram punidos*; b) *os soldados foram covardes*.
A diferença significativa está entre o adjetivo *covardes*, que

¹ Ag e Me são, respectivamente, Agente e Meta.

expressa uma qualidade nominal, e o particípio *punidos*, que tem força verbal e assinala uma atividade realizada (CAMARA JR, 1985, p.165).

A passiva não tem, portanto, segundo o autor, caracterização morfológica. É uma oração nominal, que se obtém na base de uma oração ativa de verbo transitivo, “atribuindo-se ao ser paciente, como sujeito, por meio de um particípio perfeito, a condição decorrente da atividade que o atingiu” (CAMARA JR., 1985, p.165). Em outras palavras, Camara Jr. não interpreta a conjunção *ser* + particípio como uma perífrase, definida pelo autor como uma unidade semântica, em que cada elemento não se disjunge para se associar separadamente a outro elemento da oração, mas como uma oração predicativa cuja diferença em relação à predicativa comum é o valor verbal do particípio.

Lemle (1984) e Duarte (2004a) assumem posição semelhante, mas classificam a forma *v-do* em todos os contextos como adjetivo. O valor passivo dependerá da construção. Também para Llorach (1981) e Alonso (2004), na passiva em espanhol, o particípio junto a *ser* e *estar* é mero atributo, e o chamado agente da passiva, complemento deste. Estruturalmente, há, conforme Alonso (2004), pouca diferença entre *este hombre es admirable* ‘este homem é admirável’ e *este hombre es admirado* ‘este homem é admirado’.

Alonso (2004), que analisou a passiva do latim notarial ao romance, do séc. VII ao XIII, concluiu que a conjunção *ser* + particípio não era conjugação passiva por quatro dados observados: (a) concordância do particípio; (b) mobilidade do particípio com relação ao verbo *ser*; (c) livre interpolação de elementos, inclusive do sujeito, entre particípio e o verbo *ser*; e (d) perda do complemento agente. Em nosso *corpus*, além de alguns desses traços, há também a freqüente coordenação de particípio a adjetivos usando-se, às vezes, a mesma ocorrência de *ser*, conforme já demonstramos. Exemplificamos, com dados do *corpus*, esses traços.

(2) concordância do particípio

- a. as artes e [as] sciencias e os outro saberes que *foron achados* por prol dos home~e~s (CGE-1)
- b. logo a vylla *seera destroyda* (CGE-41)

(3) mobilidade do particípio com relação a *ser*

- a. a tua maldade *conhocida he!* (CGE-7)
- b. aquela obra, depois que *acabada foy* (...) (CGE-81)

(4) **coordenação com adjetivo**

foy o bispo Fulgencio, que *foy noble baron e muy provado* per muitas tribulaço~o~es (CGE-102)

(5) **intercalação de elementos**

a. E foy *este consul* hy morto e os Roma~a~os desbaratados e muytos delles mortos (CGE-54)

b. foy *el* hy preso (CGE-60)

(6) **perda do agente**

a. e foy ve~çudo Culamer (CGE-116)

b. E, quando elle foy morto e~ aquella batalha (CGE-103)

Desses traços, a coordenação com adjetivo é o que mais contribui para uma interpretação da frase passiva como uma frase nominal, cuja diferença em relação à frase adjetival é o fato de seu predicativo ser um particípio, que guarda força verbal, e não um adjetivo, uma forma exclusivamente nominal.

Destarte, é possível interpretar a passiva no período como um tipo de oração atributiva, como faz Pottier (1978, 1992) e como adotou Mattos e Silva (1989), na sua descrição da passiva nos *Diálogos de São Gregório*. Em Pottier (1978, 1992), a passiva é um caso limite da área das propriedades, pois se situa no pólo máximo de atividade. Trata-se de uma atribuição com agente e por isso o grau de afetação do paciente é mais alto que seria se fosse uma atribuição puramente descritiva, como se dá na construção adjetival. Por isso, a passiva é descrita em Mattos e Silva (1989) como uma espécie de relação descritiva biactancial, pois permite a expressão do chamado *agente da passiva*.

Na gramática cognitiva de Langacker (1991), a passiva em inglês é descrita postulando-se uma forma de perfeito, correspondente ao particípio passado, e uma forma de *be*, especiais para esta construção, embora relacionados por semelhança de família com outras formas de perfeito e de *be*. Nesta descrição, o particípio passivo deriva de um verbo de conteúdo (V), que *incorpora* dois participantes: o *trajector* (figura relacional) e o marco. Ao unir-se ao verbo *ser*, forma-se um núcleo oracional complexo intransitivo derivado de V, cujo *trajector* corresponde ao marco do verbo de conteúdo (V). Neste processo derivacional, o derivado (alvo) diverge de sua fonte em dois pontos: escolhe como *trajector* o participante que corresponde ao marco da fonte, e perfila uma complexa relação atemporal, ou seja, emprega *escaneamento sumário* e não *sequencial*. Isso significa que o particípio passivo, como o adjetivo, expressa uma conceitualização holística das relações estativas, como uma única *Gestalt*, diferentemente do verbo que, como um processo, compreende uma série de relações

estativas distribuídas continuamente através de determinado tempo (escaneamento seqüencial). Portanto, conforme afirma Langacker (1991), o efeito do particípio é converter um processo, especificado por V, em uma relação atemporal com uma organização Figura/Fundo contrastante, já que o marco torna-se *trajector*. A função do verbo *ser* que se combina com o particípio passivo é inserir, de novo, o escaneamento seqüencial e assim derivar uma expressão processual que pode servir de núcleo à oração passiva. Por fim, o *trajector* de V pode ser deixado implícito ou ser especificado perifrásticamente por meio de um sintagma preposicionado.

A diferença básica entre a descrição cognitiva de Pottier (1992) e a de Langacker (1991) é que este último propõe variantes de *ser* que entram na construção predicativa e na construção passiva e que se relacionam por semelhança de família. O protótipo ou variante básica é a forma que aparece junto a adjetivos e sintagmas preposicionados em relações estativas e, por ser extremamente abstrata, não pode ser núcleo oracional. Seu papel é derivar um núcleo oracional de uma relação atemporal, como em *ser alto*, *ser professor* etc. A variante que entra na construção passiva também deriva uma expressão processual, mas enquanto a variante básica é especificamente imperfectiva, isto é, todo estado de que se compõe é construído como idêntico a todos os outros, a variante passiva neutraliza o contraste perfectivo/imperfectivo, que passa a ser determinado pelo tema do particípio: *ser examinado/ser amado*. Langacker apresenta os testes baseados na idéia de que, para expressar estados de coisas que são verdade no momento atual, processos perfectivos admitem o cursivo, e imperfectivos, o presente simples: *ele está sendo examinado por um médico/ele é examinado por um médico* e *ele está sendo amado por todos/ele é amado por todos*.

A nosso ver, não há necessidade de diferenciar um e outro verbo *ser* que entram nas construções passivas e predicativas. O traço da imperfectividade é frágil. Croft (1998) mostra, por exemplo, que o cursivo pode ser usado em relações estativas, como em *ele está sendo um imbecil/sendo gentil*. Embora *ser imbecil* ou *ser gentil* seja concebido como um traço do caráter de uma pessoa, esse traço é manifesto em ações particulares em momentos particulares. Quando encontramos tais ações, nós as construímos como representando um traço do caráter inerente da pessoa, ou, alternativamente, as construímos como propriedades da ação. Assim, podemos adotar mais de uma perspectiva escalar do contorno temporal do evento. Numa visão mais detalhada da escala temporal, vemos, nas frases em foco, um única incidência de

gentileza e imbecilidade, em que a noção de mudança é evidente, e daí, perfectivo. Ou, contrariamente, podemos alargar a escala do tempo para uma visão mais ampla (uma espécie de *zoom* menor, uma visão angular, panorâmica) e ver a pessoa sendo gentil ou imbecil em muitas ocasiões e assim abstrair as específicas ações individuais e construir a gentileza ou imbecilidade como um estado imutável da pessoa, como algo inerente a ela, e daí a noção de imperfectividade. Logo, não há como diferenciar os usos de *ser* na adjetiva e na passiva com base no traço imperfectividade.

Entre nossos estudiosos, há quem pense como Langacker (1991) quanto ao papel do verbo *ser* que entra na construção predicativa. Exemplo notável é Said Ali (1964), para quem o papel do verbo *ser* é derivar uma relação temporal de uma atemporal. Ao tratar do predicativo do objeto, Said Ali (1964) assevera:

como anexo predicativo pode-se usar o particípio do pretérito em vez do adjetivo propriamente dito, com a diferença de que o particípio, estando ainda viva a consciência da sua origem verbal, exprimirá não uma qualidade, mas o estado resultante de um ato anterior [...]:

Tinha os olhos grandes e os lábios grossos – tinha os olhos *vendados* e a boca *ferida* (SAID ALI, 1964, p.159). [grifo nosso]

Ora, o paralelismo entre os exemplos citados pelo autor com adjetivo e particípio é similar ao paralelismo apontado por Camara Jr. (1976) e Alonso (2004) entre a construção adjetival e a passiva. A diferença que se evidencia entre uma e outra deriva do valor verbal presente no particípio e não no adjetivo, traço que se mantém no particípio mesmo em outros contextos, como se depreende dos exemplos do *corpus*, reproduzidos a seguir.

- (7) foi e~ ella vençudo el rey Adohecer e fogio do campo muy desbaratado.(CGE-100)
- (8) Dicto como a Spanha foy pobrada e daqueles que a pobraron (CGE-48)
- (9) E, quando se Herculles partio d'Espanha, leixou feyto este e começado outro em [Galiza], (CGE-45)
- (10) e andou assy sterrado hu~u~ gran tempo (CGE-65)
- (11) e ha hy hu~u~ logar sementado d'oliveiras (CGE-41)

Além disso, conforme já argumentado, particípios e adjetivos chegam a se coordenar, como ilustram esses outros exemplos a seguir, dificultando a classificação de *ser* como verbo de cópula ou auxiliar de passiva.

- (12) Mas aacima ouvero~ de seer vençidos os de Africa e fogio Asdrubal e *foron muytos dos seus mortos e cativos*, assy que muy poucos scaparon. (CGE-61)

(13) E Roma, que *soya seer vencedor de todallas gentes, foy vencuda dos Godos* (CGE-81)

Antes que interpretemos, em (12), *cativo* como particípio irregular do verbo *cativar* ‘reduzir a cativo’, ressaltemos que essa hipótese não é apoiada por Moraes (1813), que abona, como particípio desse verbo, o regular *cativado* e classifica *cativo* como adjetivo ou substantivo: ‘reduzido à escravidão’. Portanto, em (12), a se adotar a diferença entre os usos de *ser* na construção passiva e adjetival, como propõe Langacker (1991), teríamos uma mesma forma exercendo simultaneamente dois papéis. Em (13), o verbo *ser* se repete, e a distinção semântica clara é a de sentido ativo, verbo *ser* + adjetivo com sufixo de valor agentivo, e a de sentido passivo, verbo *ser* + particípio com sufixo de valor passivo. O paralelismo é tal que a diferença semântica *ativa/passiva* decorre apenas das formas que acompanham *ser*: *vencedor* X *vencido*.

Em suma, para nós, a questão não se resolve com a atribuição do estatuto *verbo de cópula* ou *verbo auxiliar* ao verbo *ser* que figura na passiva. O argumento baseado no esvaziamento semântico do *verbo de cópula* é discutível². A razão é que ele contribui, pelo menos, para as noções têmico-aspectuais da frase. Por sinal, haveria muito que se discutir sobre a questão da auxiliaridade, tema de muitos trabalhos, especialmente no campo da gramaticalização. A propósito, afirma Mattos e Silva (2001):

se na análise sincrônica do português de hoje a questão do auxiliar está longe de ser consensual, mais longe ainda estará no tratamento do problema no período arcaico do português, sobretudo por ter sido pouco explorado, por isso insuficientemente conhecido (MATTOS E SILVA, 2001, p.62).

A questão relativa ao verbo *ser* é controversa. Bechara (1990), por exemplo, dá outra interpretação ao verbo *ser*: nem auxiliar, nem copulativo, mas verbo pleno, cuja diferença em relação aos transitivos propriamente ditos é o fato de o seu complemento predicativo ter vínculo semântico com o sujeito. Assim, para o autor, a voz passiva não passa de uma construção atributiva, em que entra um verbo de significação plena³, com complemento predicativo representado por um adjetivo deverbal (derivado do particípio, forma verbal) e a possibilidade de adjunção de um adjunto adverbial de

² A propósito dos valores semânticos do verbo *ser*, inclusive, em construções predicativas, cf. Figueiredo Gomes (1999).

³ O autor afirma que todos os verbos de cópula são marcados semanticamente com o traço ‘temporalidade cronológica’: *ser* ‘propriedade inerente/constante’, *estar* ‘atributo transitório’, *ficar* ‘atributo, propriedade, ±permanente’, etc. (cf. BECHARA, 1990, p.84).

causalidade, outro nome para o chamado *agente da passiva*⁴. Das postulações do autor, decorre que a passiva não é uma estrutura derivada da ativa, mas são estruturas sintáticas independentes, paralelas apenas semanticamente, “sem se implicarem obrigatoriamente uma a outra” (BECHARA, 1990, p.85).

O que defendemos aqui se resume no seguinte: (a) o sentido da construção depende da conjunção *ser + v-do*, e não da forma *v-do* isolada; (b) o verbo *ser* que figura na passiva é o mesmo que figura na construção predicativa, seja lá o caráter que se atribua a ele: cópula ou auxiliar têmico-aspectual; (c) a forma *v-do* é um particípio, categoria dupla que, embora apresente traços nominais como a concordância, guarda ainda força verbal (cf. CAMARA JR, 1977; PIMENTA-BUENO, 1986).

Ao considerarmos que o sentido decorre não da forma *v-do* isolada, mas do conjunto não estamos defendendo a hipótese de ser a passiva uma conjugação perifrástica, entendida como um composto semântico-formal que funciona como uma unidade. Estamos apenas sendo fiéis ao nosso postulado teórico de que o sentido de uma oração é dado pelo todo e não pela soma de suas partes, ou seja, consiste numa configuração sintática emparelhada com a indicação pragmático-semântica correspondente. Isso se torna particularmente evidente na análise de frases de *ser + particípio*, cuja ambigüidade muitas vezes é desfeita pelo tempo verbal de *ser*, conforme observamos em (14), em que o presente favorece a leitura adjetival, e o pretérito, a leitura passiva.

(14) a. dizer como terra que foy partida e franqueada (CGE-4).

b. como ella he departida (CGE-48).

Quanto à forma *v-do*, há muito debate em torno da sua natureza. Como vimos, uma proposta é classificá-lo como adjetivo e considerar a passiva uma construção atributiva. Outra tendência é considerá-lo uma forma verbal e a passiva, uma perífrase de voz. Nesse segundo caso, há que se explicar a concordância da forma *v-do* com o sujeito. Sobre isso, Alonso (2004) comenta que o processo de gramaticalização do subsistema verbal passivo parece não ter se completado como ocorreu com o subsistema do perfeito com *haver* que perdeu, com o tempo, as marcas de concordância da forma *v-do*. Bechara (1990) também discorda do caráter verbal do particípio que figura na

⁴ Não concordamos com o caráter circunstancial do *agente da passiva*, por ser ele previsto na matriz valencial. O fato de ser opcional depende de fatores semântico-pragmáticos, cerne de grande parte dessa tese.

passiva e classifica-o como um adjetivo deverbal derivado do particípio, o qual só é verbal quando invariável, como nas construções modernas com *ter/haver*.

Um estudo de base gerativista sobre a forma *v-do* foi empreendido por Pimenta-Bueno (1986). Neste trabalho, a autora postula, a depender de traços verbais ou adjetivais, três classificações para a forma *v-do* cuja base é um verbo transitivo direto:

- a. Verbos: contextos posteriores a *ter/haver*, traço [+V];
- b. Adjetivos: outros contextos, exceto V_SN e V_Sadj, traço [+adj];
- c. Particípios passivos: contextos V_SN e V_Sadj, traços [+adj]e [+V].

Pimenta-Bueno (1986) considerou traços adjetivais, entre outros, a possibilidade de substituição, no mesmo contexto, por um adjetivo; a possibilidade de adjunção do sufixo de superlativo *-íssimo*; a posição posterior em relação aos advérbios *muito*, *bastante*. Como propriedade verbal, a autora considerou: a não-concordância de gênero e número; a possibilidade de aparecer nos contextos V_SN (entre verbo e sintagma nominal) e V_Sadj (entre verbo e sintagma adjetival); a impossibilidade de adjunção do sufixo *-íssimo*, a posição anterior em relação aos advérbios *muito*, *bastante*.

Aplicando esses traços às formas *v-do* em contextos diferentes, a autora concluiu que o particípio passivo apresenta comportamento híbrido de adjetivo e de verbo, pois, embora apareça em contexto verbal e não aceite o sufixo de grau, admite concordância de gênero e número. Com base nisso, o particípio distingue-se do adjetivo que apresenta todos os traços adjetivais e nenhum verbal. Além disso, o adjetivo tem o traço [+estativo] enquanto que o particípio é [-estativo], numa leitura "passivo-eventiva". Todas as construções em que aparecem os adjetivos são claramente estativas ou predicativas, e aquelas em que aparece o particípio, passivas.

Essa distinção dá explicação basicamente semântica do comportamento distinto das formas adjetivas e participiais: os adjetivos, por serem [+estativo], podem ocorrer após o verbo [+estativo] *estar*, já os particípios passivos, por serem [-estativo], não podem aparecer nesse contexto, mas no contexto *ser_(por SN)*, onde SN é agente.

- (15) a. Este copo *está* $\left\{ \begin{array}{l} \text{vazio/cheio/frio} \\ \text{*esvaziado/enchido/esfriado} \end{array} \right\}$
- b. Este copo *foi* $\left\{ \begin{array}{l} \text{*vazio/cheio/frio} \\ \text{esvaziado/enchido/esfriado} \end{array} \right\}$ *por mim.*

Casos há em que não existe o paralelo entre um adjetivo e a forma *v+do*, a exemplo das frases em (16), cuja ambigüidade seria resolvida pela leitura [+estativa] ou [-estativa].

- (16) a. Essa janela ficou quebrada.
b. Esses livros não ficaram rasgados.
c. Como esse menino ficou irritado!
d. Maria ficou muito assustada.

A classificação de Pimenta-Bueno, a despeito do rigor aplicado pela autora, não se isenta de problemas. Tomemos, por exemplo, o critério de adjunção do sufixo –*íssimo*. Como sabemos, tal critério vai depender de propriedades semânticas do adjetivo, que pode ser passível ou não de gradação. Adjetivos técnicos e os que indicam origem, estado, matéria e nacionalidade (cf. MATEUS *et alii*, 1983, p. 483), por exemplo, são não-graduáveis. Além disso, conforme já discutimos, há casos de ambigüidade em que é difícil decidir-se por uma leitura [+estativa] ou [-estativa], pela presença de um sintagma preposicionado, que tanto pode ser agente da passiva como um mero complemento nominal do adjetivo.

Apesar das dificuldades, optamos por separar as construções passivas e adjetivais com base no traço [-estativo] concernente à passiva, no que concordamos com Oliveira (2005) que assevera em seu estudo sobre a passiva numa perspectiva diacrônica:

defende-se aqui que orações como as transcritas do *corpus*, a seguir, tradicionalmente classificadas como passivas, são construções predicativas, em que não há a realização de um processo verbal ou evento, mas nas quais se denota o estado em que se encontra o sujeito, construções estativo-resultativas, que parece mais apropriado classificar como construções de voz adjetival. Nas passivas de ser, ao contrário, encontra-se a realização de um processo verbal (OLIVEIRA, 2005, p.51).

Antes de passarmos à descrição da passiva na literatura, cabe apresentar um último aspecto conceitual sobre o qual não há unanimidade. Trata-se do tipo de verbo que entra na construção passiva. Há autores que admitem como formador da passiva além de *ser*, verbos como *estar* (cf. BARBOSA, 1875; NEVES, 2000; COELHO, 2006), *ficar*, *andar*, *ir*, *vir* (cf. MACIEL, 1914; CUNHA e CINTRA, 1985; BECHARA, 1999). Barbosa diferencia a passiva com *estar*, que indica uma existência persistente e continuada, e a passiva com *ser*, que indica uma paixão passageira. Assim, *estar* seria mais adequado à passiva dos verbos intransitivos: *estou quieto*, *estou parado*, *estou*

morto, estou descançado (1875, p. 179)⁵. Para o autor, é preferível ainda *estar a ser*, quando se quer exprimir um *estado passivo*, como em *está escripto na lei e nos prophetas*, para expressar que tal coisa não só foi escrita, mas ainda persiste, ou seja, o aspecto permansivo.

Camacho (2002) diverge desses autores ao propor uma classificação distinta para a construção *estar* + particípio: a voz adjetival, em que o segundo actante ocupa o lugar de sujeito e o SN agentivo é sintaticamente suprimido “por não guardar nenhum resíduo pragmático de topicalidade” (CAMACHO, 2002, p.275). O autor reconhece a forte correlação entre as passivas e as adjetivas: ambas são promotoras e têm caráter resultativo; mas aponta algumas diferenças, como o fato de aquelas, mas não estas, serem compatíveis com verbos de posição⁶. De todo modo, um dos critérios para distinguir uma verdadeira construção adjetival de uma pseudo-adjetival é o fato de a adjetiva propriamente dita ter como estrutura correspondente a passiva. Assim, *a porta está quebrada* é adjetival porque corresponde a: *a porta foi quebrada*, mas *o crescimento está ligado à ação hormonal*, embora estruturalmente semelhante, não é adjetival, é, na verdade, uma variante alternativa da construção média *o crescimento se liga à ação hormonal*.

Concordamos com Camacho (2002), ao admitirmos que *estar* + particípio deve receber classificação à parte. De fato, a construção *estar* + particípio/adjetivo não deve ser considerada forma passiva. Ela faz parte do estatuto estativo da área das propriedades de Pottier (1992). Constitui o último grau na escala de decréscimo de passividade do paciente, que vai do grau máximo em B1 ao grau mínimo em B4, conforme se ilustra na seqüência apresentada no capítulo 3 e reproduzida a seguir.

B1	B2	B3	B4
Algo se quebra	algo se quebrou	algo foi quebrado	algo está quebrado
Algo engorda	algo engordou	algo foi engordado	algo está gordo
Algo seca	algo secou	algo foi secado	algo está seco

No *corpus*, há algumas ocorrências com *estar* + particípio, em que se anuncia um estado resultante de um evento anterior. Citamos alguns exemplos do *corpus* de uma escala similar à apresentada.

⁵ Barbosa (1875) percebe o particípio numa perspectiva diacrônica conforme o étimo latino.

⁶ Camacho (2002) adota a classificação semântica dos predicados de Dik (1989), segundo a qual posição é um predicado com os traços [-dinâmico, + controlado].

(17)

B2: assy que *se poboou a terra* muy bem e enriqueceu muyto. (CGE-51)

B3: E em esta maneira *foy Calez poboada*; (CGE-11)

B4: pareceulhe que nom *estava em boo logar poboada* (CGE-6)

(18)

B3: ca consiirava~ que, se longamente *fossem cercados*, que se perderyam de fame. (CGE-115)

B4: E, pollos ryos que eram muy cheos, assy como avemos dito, *stava~ cercados d'auguas* per tal guysa que lhes no~ viinha~ vyandas de nem hu~a parte (CGE-76)

(19)

B3: E e~no outro dya, de grande manha~a~, *foron todos armados* e postos e~no campo. (CGE-87).

B4: começaro~nos os de Petreo assy a feryr e a matar como *estava~, desarmados* e no~ se catando delles. (CGE-77).

(20)

B3: Hercolles *foy muyto espantado* por se Gedeon poder delle defender ta~ longame~te. (CGE-7)

B4: Depois que Julyo Cesar vyo que *stava~ espantados* e e~fraquecidos (CGE-78)

(21)

B3: Como os Cepio~o~es lidarom co~ Mago~, irma~a~o de Anybal, e vencero~no e *foy preso* Magon em aquella batalha (CGE-56)

B4: ma~dou matar Ilderico que *stava preso* e todos seus filhos co~ elle. (CGE-116)

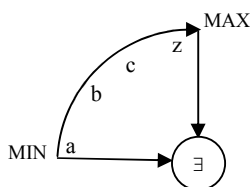
(22)

B3: E tanto *foron coyados* e desmanhados os Roma~a~os desta batalha que estiverom a ponto de leixar Roma e Ytalia (CGE-53)

B4: ouvyo dizer que *estava muy coyada de fame* e cercouha. (CGE-117)

Em (17), o paciente passa do grau 2 ao 4 e, nas demais, do 3 ao 4. Em todos, há, segundo Pottier (1992), decréscimo de passividade ou da afetação do paciente, pois em B2 ou B3, há um pólo máximo de atividade que leva à afetação máxima do paciente, enquanto em B4, por haver um grau mínimo de atividade, já que se trata de uma caracterização estática, há menor afetação do paciente. A figura a seguir, já apresentada no capítulo 3, ilustra os graus de afetação do paciente na área das propriedades.

Figura 3.3 Gradualidade da afetação na área das propriedades



No que diz respeito ao tipo de construção, em (17-22), temos, além da construção passiva, correspondente à maioria dos casos em B3, a construção média e a adjetival. São adjetivais todas as constantes em B4, e médias as constantes em B2 de (17) e em B3 de (22).

Por usarmos outros critérios, consideramos adjetivais a construção B4 de (22), que, em Camacho (2002), seria uma variante aspectual da medial. Para nós, a adjetival se caracteriza pelo valor estativo-resultativo, não importando se deriva de evento causado por uma segunda entidade ou se expressa resultado de um processo. Trata-se, rigorosamente, de uma construção de não-atribuição de causalidade, mas, diferentemente das três construções estudadas nesta tese, expressa um grau mínimo de afetação do sujeito, pois, ao invés de expressar um evento de mudança de estado, como a passiva, a impessoal e a média, a adjetival expressa seu resultado. Em outras palavras, não expressa o estatuto evolutivo nem o causativo, mas o estativo: “uma imagem congelada de um evolutivo de base” (POTTIER, 1992, p.108)⁷. Sobre a passiva do espanhol, por exemplo, Pottier (1992) afirma que a passiva real (ação sofrida) com *ser* deriva cronologicamente um resultado (relativa à ação sofrida) com *estar*: *Joan está ferido porque foi ferido ontem*.

O fato de um estativo ter um evolutivo na base torna possível duas leituras para algumas frases em que o auxiliar é o verbo *ser*. Este é o caso das frases transcritas a seguir (e de outras do *corpus*), que tanto podem ser lidas como adjetivais, como podem perfeitamente ser interpretadas como equivalendo ao mais-que-perfeito passivo, como já argumentamos no capítulo 6.

- (23) quando Atilla soube o feyto e como el rey Sanguybano *era preso* (CGE-87)
'quando Atilla soube o feyto e como el rey Sanguybano estava preso'
'quando Atilla soube o feyto e como el rey Sanguybano tinha sido preso'
- (24) o qual *era perdido* e~ Espanha (CGE-150)
'o qual estava perdido e~ Espanha'.
'o qual tinha sido perdido e~ Espanha'.
- (25) estes crista~a~os de terra de Africa *eram desterrados* (CGE-102)
'estes crista~a~os de terra de Africa estavam desterrados'.
'estes crista~a~os de terra de Africa tinham sido desterrados'

Frases como estas acima, apesar da possibilidade de interpretação passiva, foram descartadas da análise quantitativa, devido à ambigüidade de leitura.

⁷ 'arret sur image' d'un évolutif de base (POTTIER, 1992, p.108).

8.2. A construção passiva na literatura

A construção passiva apresenta os seguintes traços: (a) relação com uma construção ativa de base não transformacional; (b) estativização do verbo (c) topicalização do paciente; (d) demissão do agente, inclusive, por codificação por sintagma preposicionado (cf. GIVÓN, 1993, 1995).

O primeiro traço pode ser interpretado de duas maneiras: a ativa gera a passiva. Essa interpretação é facilmente contestada por exemplos como *um só aluno não leu o livro/o livro não foi lido por um só aluno*, em que há divergência semântica entre as duas construções (cf. LEMLE, 1984).

Uma segunda maneira de interpretar a relação ativa/passiva é corresponder a passiva à ativa, não sendo a recíproca verdadeira. Tal relação, contudo, não se dá por transformação sintática. Diríamos que são relações entre construções advindas da origem deverbal do particípio, como explicitou Langacker (1991), sem propor nenhum tipo de transformação no nível oracional. Convém, todavia, admitir que, mesmo neste caso, a paráfrase não se configura perfeita, porque são perspectivas diferentes.

Outro traço, *estatvização do verbo*, decorre da perífrase *ser + particípio*. Corresponde à relação atemporal na descrição de Langacker (1991). Nas construções de-transitivas, como afirma Givón (1993), um evento passa a ser codificado como estado resultante. Segundo Givón, alguns dos meios mais comuns para codificar estatvização do verbo são (a) o uso do auxiliar *be/ser*, e (b) o uso de forma verbal nominal: adjetiva, perfectiva, participial. Ressaltamos, porém, que o evento codificado pela passiva continua a ser [+agentivo], o que a diferencia das construções predicativas e mediais.

Um outro traço, *topicalização do paciente* liga-se estreitamente à perspectivação e saliência, já mencionados. Para muitos autores (cf. FURTADO DA CUNHA, 1989; LANGACKER, 1987, 1991; GIVÓN, 1993; CAMACHO, 2002; HAWAD, 2002), uma das principais funções da passiva é inverter a ordem natural da empatia e organização Figura/Fundo, topicalizando o paciente, o marco da oração transitiva, que atua como sujeito.

Por fim, o traço *demissão do agente* constitui uma espécie de *desfocalização* do agente, que pode se dar pela falta absoluta de menção a um participante com este papel, ou por sua codificação por um sintagma preposicionado. Assim, postulamos graus de

demoção. O grau 1 decorre da possibilidade de escolha *ativa/passiva*. Escolhida a segunda, reduzimos o agente a tópico secundário. O grau 2 decorre da possibilidade muito freqüente, segundo Furtado (1989), de apagamento do agente, em virtude de este ser desconhecido, estereotipado, inferível na situação ou no contexto discursivo. Evidências empíricas em favor disso são apresentadas por Oliveira (2005), que analisou o português arcaico, do séc. XII ao XVI, o português europeu e o brasileiro do séc. XX. No *corpus* do português arcaico, as passivas nominais pessoais, com agente da passiva realizado, apresentaram um percentual de 20,3% (132 ocorrências) frente a 79,7% (517 ocorrências) de passivas nominais sem agente da passiva. A autora observa que tal resultado era esperado, haja vista que construções de voz passiva têm como foco o paciente da ação verbal.

Já no português europeu do séc. XX, os casos de agente da passiva indeterminado são a grande maioria no *corpus*, 84,9% (90 ocorrências de um total de 106 passivas nominais). É bastante evidente a intenção de ocultar-se o agente (ou o causador, ou o experienciador, ou o beneficiário etc.) do processo verbal nas orações passivas. Isto pode acontecer também por não se saber a identidade do agente da passiva ou por ela ser óbvia, e, por isso, não ser realizado.

Por fim, no português brasileiro do séc. XX, as orações passivas com agente da passiva indeterminado são quase seis vezes mais freqüentes no *corpus* do que as orações passivas com agente da passiva determinado: o número de ocorrências de agente da passiva limitou-se a 27 ocorrências, o que corresponde a 14,9%, num total de 181 ocorrências de passivas.

Camacho (2000), que estudou a passiva em português falado culto, concluiu o mesmo que Oliveira (2005):

os dados analisados apontam, porém, para a tendência clara de que a impessoalidade é o domínio semântico mais relevante, em virtude da incidência extremamente reduzida de casos em que o SN agentivo é mantido expressamente ou é con(co)textualmente recuperável. (CAMACHO, 2000:7)

O autor observa que, embora o agente nem sempre se manifeste, enunciá-lo depende unicamente do ponto de vista do falante em relação ao evento e não de alguma restrição sintático-semântica. Nesse aspecto, a construção passiva diferencia-se da impessoal nas quais o agente é semanticamente suprimido. Mesmo assim, a passiva

também é marcada pela *impessoalidade*, cujo indício mais evidente é a impossibilidade de se recuperar a identidade referencial do SN agentivo não manifesto formalmente.

A preferência por construções passivas não-agentivas deve-se, segundo o autor, à forte influência pragmática. Como argumentos agentivos normalmente são humanos e a hierarquia da animacidade (*sic*) determina que argumentos humanos sejam mais proeminentes, quando não há essa proeminência devido à indeterminação da entidade controladora do evento, o mais adequado, de um ponto de vista sintático, é não inserir o oblíquo no formato *por+N* que caracteriza o modo de inclusão dessa entidade na construção de voz passiva. Assim, a passiva sem agente é a mais frequente:

Assim, em primeiro lugar, o SN agentivo, é degradado sintaticamente de sua posição de Sujeito na ativa, que é discursivamente proeminente, para a de satélite na construção passiva; em segundo, caso se refira a uma entidade humana, esse SN pode receber outro tipo de tratamento preferencial, que é sua completa demissão sintática (CAMACHO, 2000, p. 8).

8.3. Exame dos dados

A passiva é a forma de não-atribuição de causalidade mais comum no *corpus*. Encontramos 45,2% (480/1061) ocorrências de passivas. Desse total, 82,5% (396/480) são de passivas sem expressão do Causativo. Quanto ao verbo que figura na passiva, predominam os verbos transitivos diretos, com índice de 97,7%.

Do ponto de vista semântico, a maioria dos verbos da construção passiva é de ação-processo: 91,3 % (438/480). Em menor proporção, aparecem também verbos de estado e de processo: 3,7% (18/480) e 5% (24/480), respectivamente. Na verdade, do ponto de vista semântico, a estrutura passiva aparece com verbos das quatro classes, pois, conforme vimos no capítulo 6, até mesmo verbos de ação figuram na forma passiva.

As construções passivas com verbos de estado e de processo são consideradas por Camacho (2002, p.254) pseudopassivas que se justificam por motivação formal e pragmática. Do ponto de vista formal, há um paralelismo entre sentenças prototipicamente transitivas com verbos de ação-processo, como *José feriu Maria* e sentenças de experienciação de estados e processos como *José amou Maria* e *José viu Maria*. Este paralelismo pode levar o falante a ver esses processos e estados como atividades, em que a iniciativa cabe à entidade humana. Do ponto de vista pragmático,

por envolver duas entidades humanas, a passiva com verbos de processo e de estado é um processo de perspectivização.

Concordamos com Camacho (2002) e acatamos, na análise quantitativa, essas passivas como menos prototípicas do mesmo modo que acatamos impessoais com verbos de estado e de processo. Nessas, a omissão não é do Causativo propriamente, mas da entidade experienciadora do processo ou estado, que é a fonte da experiência mental e, por isso, assemelhada ao Agente (cf. LANGACKER, 1991). Em alguns casos, a omissão é do beneficiário, mas, em todos os casos, é sempre uma entidade humana, geralmente universal.

(26) passiva com verbos de processo

- a. Herculles que em todo o mu~do *era temudo* (CGE-7)
- b. todallas naves que viinham pello mar logo *era~ vistas e~ elle* (CGE-10)
- c. a batalha *foy* vençuda e *guaanhada* a Gallya Gótica (CGE-104)

(27) passiva com verbos de estado

- a. assy como aquelle que *era* de muy boo siso e *muyto amado* de todos (CGE-134)
- b. quando esto *foy sabudo* em sua terra (CGE-10)
- c. a tua maldade *conhocida he!* (CGE-7)

A predominância de verbos de ação-processo na passiva decorre, segundo Langacker (1987), da organização Figura/Fundo. Para o autor, alguns verbos apresentam pouca flexibilidade na escolha do sujeito e, por isso, diante de motivações discursivas, são usados em uma construção marcada como a passiva que admite como sujeito um participante não-ativo. Assim, a passiva acha-se mais ligada a verbos de ação prototípica em que a organização Figura/Fundo dita uma seleção particular.

Em outras palavras, a passiva é considerada uma construção marcada porque inverte a perspectiva primária do fluxo de energia que, normalmente, vai da fonte ao alvo, como vimos em Langacker (1991) e Talmy (1988), ou, nos termos de Dik (1997), do A¹ ao A². Essa mudança de perspectiva ocorre, em geral, pelas propriedades do SN ligadas à topicalidade, à definitude, à empatia e ao estatuto informacional. É o que passamos a apresentar nas seções a seguir.

8.3.1. O Afetado da passiva

Na CGE, o Afetado da passiva é predominantemente tópico, altamente definido, representa entidades humanas e apresenta informação evocada. Do ponto de vista formal, predomina a posição anteposta e a expressão por nome, mas estes traços

não apresentam resultados numéricos tão marcados quanto os semânticos e pragmáticos, conforme veremos a seguir.

8.3.1.1. Análise formal do Afetado da passiva

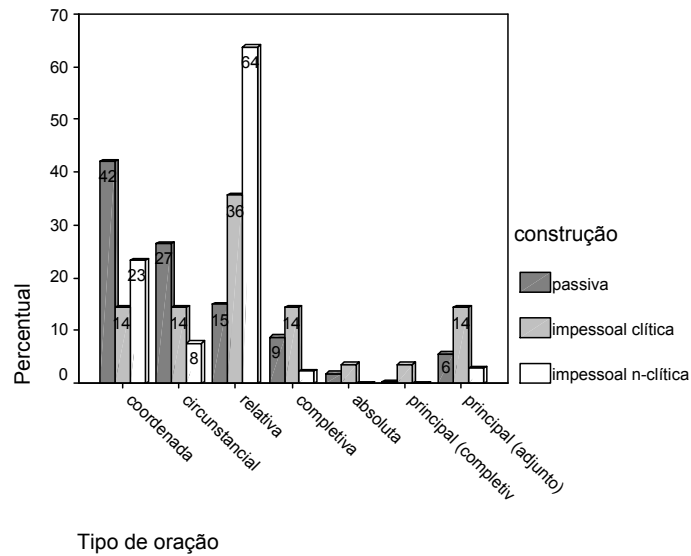
O sujeito da passiva na CGE é geralmente um nome: 51,3% das ocorrências de passivas apresentam sujeito nominal. Desses, mais da metade é nome próprio, o que indica a alta saliência do sujeito da passiva. A segunda maior forma de expressão é por anáfora zero: 27,7%. A expressão por pronome representa pouco mais de 20% das ocorrências. Se unirmos como não-lexicais as formas pronominais e a expressão zero, como faz Pezatti (1996), temos uma desprezível diferença entre sujeitos lexicais e não-lexicais: 51,9% e 48,1%, respectivamente, incluindo como lexical a expressão oracional, que semanticamente deve receber tratamento diferenciado. Os resultados quanto a esta variável estão apresentados na tabela 8.1.

Tabela 8.1. Expressão do SN sujeito da passiva

	Nº	%
nome	246	51,3
anáfora zero	132	27,5
pronome	51	10,6
pronome relativo	47	9,8
oracional	3	,6
zero arbitrário	1	,2
Total	480	100,0

Um fato que chama a atenção em relação à análise que fizemos das impessoais, no capítulo anterior, é a baixa ocorrência de SNs expressos por pronomes relativos: apenas 9,8%, enquanto, na impessoal não-clítica, esse índice é de 58,9% e, na clítica, 35,7%. Este dado não se refere apenas à acessibilidade do SN sujeito da passiva, mas diz respeito à própria construção como mostra o índice de passivas e impessoais em orações relativas no gráfico 8.1. Observamos que apenas 15% de passivas figuram em oração relativa, contra 64% de impessoais não-clíticas. Já, nas orações coordenadas, a predominância é de passivas, com 42% das ocorrências.

Gráfico 8.1. Cruzamento das variáveis tipo de oração e construção



Analisando as impessoais que ocorrem em orações adjetivas, concluímos que a maioria (senão todas) constitui o que Lambrecht (1996) chama *construções apresentacionais*, cuja função básica é introduzir um referente, como observamos nos exemplos em (28). Já as passivas que ocorrem nas orações adjetivas podem ter essa mesma função ou marcar conteúdo pressuposto (cf. LAMBRECHT, 1986, NEVES, 2001), como se vê em (29) e (30).

- (28) a. hu~u~ logar *que chama~ Leyto seco* (CGE-17)
 b. as terras *que chamava~ Celtuberya* e Carpentanya (CGE-8)
 c. e em seu termho ha hu~u~ castello *que chama~ Exativa.*(CGE-19)
- (29) a. Moyses fez hu~u~ livro *que he chamado* Genesi (CGE-2)
 b. e a outra he Locastre *que he feyta e~no mo~te.* (CGE-47)
 c. este Boecio hu~u~ livro de grande saber de fillosafia *que he chamado* do seu nome (CGE-107)
- (30) a. Outrossy em este a~no *que este milagre foi feito* começou de braadar muy spantosame~te hu~u~ monte (CGE-124)
 b. En este tempo *que aquella concelho foy feito*, se ajuntarom os Franceses e veero~ correr a mayor Spanha (CGE-133)
 c. Aquelle a~no *que Segonça foy destroyda* segundo desuso avemos contado, era consul em Roma hu~u~ que avya nome Cornel Cepion (CGE-55)

A propósito da pressuposição, Furtado da Cunha (2000) afirma que a passiva é mais pressuposicional que a ativa pelo fato de a maioria das passivas envolver um agente pressuposto. Nos exemplos em (30), não só o agente é pressuposto, mas também toda a oração constitui informação velha, pressuposta; a asserção faz parte da segunda oração posposta.

Quanto aos exemplos em (28), Givón (1993) afirma que a função comum tanto a adjetivas restritivas com referentes definidos como indefinidos é estabelecer coerência referencial e ancoragem referencial. Elas diferem na estrutura informacional em que se ancora o referente. Quando o referente é definido, como em (30), é anaforicamente estabelecido pela oração adjetiva, ou seja, é ancorado numa estrutura mental já existente. Já um referente indefinido é estabelecido cataforicamente pela adjetiva restritiva, isto é, ancorado numa estrutura mental que está em processo de organização, que está sendo construída, como em (28) e (29). O autor apresenta seis propriedades de coerência e ancoragem de nomes referenciais indefinidos modificados por uma adjetiva restritiva:

(31) **Coerência de nomes referenciais indefinidos modificados por relativa** (adaptado de GIVÓN, 1993, p.113):

a. <i>núcleo nominal estabelecido por:</i>	conhecimento lexical genérico
b. <i>relevância:</i>	tópico importante
c. <i>direção de ancoragem:</i>	catafórico (discurso posterior)
d. <i>oração adjetiva restritiva ligada a:</i>	(i) experiência passada do ouvinte (ii) conhecimento genérico do ouvinte
e. <i>estatuto de ativação:</i>	experiência está frequentemente inativa
f. <i>acessibilidade:</i>	experiência é inacessível (falante precisa ‘lembrar’)

As propriedades de nomes definidos modificados por relativa são resumidas, pelo autor no quadro a seguir.

(32) **Coerência de nomes referenciais definidos modificados por relativa** (adaptado de GIVÓN, 1993, p.114):

a. <i>núcleo nominal estabelecido por:</i>	conhecimento específico
b. <i>relevância:</i>	tópico importante
c. <i>direção de ancoragem:</i>	anafórico
d. <i>adjetiva restritiva ligada a:</i>	(i) memória episódica/texto (ii) modelo de situação de fala
e. <i>estatuto de ativação:</i>	experiência está frequentemente inativa
f. <i>acessibilidade:</i>	experiência é acessível (falante não precisa ‘lembrar’)

Segundo Givón (1993), com exceção da propriedade (d), todas as outras são indicadas na marcação indefinida ou definida do SN. Apenas a propriedade que se refere aos modelos mentais de ancoragem referencial, já referidos no capítulo 4, é indicada pela oração adjetiva restritiva. Uma vez que, na impessoal, o tipo mais freqüente é o do referente do relativo indefinido ou informacionalmente novo, como vimos, a propósito do estatuto informacional do referente do relativo, a fonte de acessibilidade mais comum é o universo cultural, ligado à memória de longo termo. Isto

condiz com o uso da construção impessoal, na CGE, empregada frequentemente em discursos genéricos, na forma imperfectiva para designar atributos, mas que eventos que, de fato, ocorreram.

Encontramos quatro ocorrências de sujeito da passiva representado por uma oração. Hawad (2002), com base em Halliday (1994), conclui que a representação oracional está ligada a verbos de processos mentais, já que fatos, normalmente expressos por orações, podem preencher a função de Fenômeno. Em seus dados, todas as 31 ocorrências de argumento oracional foram encontradas na forma de VPS (passiva sintética), a maioria com verbos de processo mental. Na CGE, encontramos uma ocorrência de SN oracional na impessoal clítica e quatro na passiva, reproduzidas a seguir.

- (33) a. *ca scripto he que nom ha hy mal sem pena* (CGE-129)
- b. *pero foylhes forçado de se ajuntare~ e~ Narbona* (CGE-126)
- c. *per elles nom fosse descuberto onde jazia el rey Alarigo.* (CGE-81)
- d. *outrossi por que he em elle achado como Deus criou* (CGE- 2)

Estas construções constituem casos especiais de passivas, pois o sujeito não representa rigorosamente uma entidade, mas um fato, e como diz Halliday:

um fato, neste sentido, não pode nunca ser um participante numa oração de processo material. Gramaticalmente falando, fatos podem ser sentidos — vistos, sentidos ou pensados, mas eles não podem fazer nada, nem podem ter nada feito a eles (HALLIDAY, 1994, p.115)⁸.

Creemos que podemos considerar fatos espécies de entidades abstratas, como em (33a) e (33b), que são orações de processos materiais, na classificação de Halliday (2004).

Quanto à posição do Afetado na construção passiva, encontramos uma pequena diferença entre o índice de anteposição e posposição quando examinamos os dados totais de SN expresso: 32,8% de SNs antepostos e 30,6% de SNs pospostos. Todavia, quando isolamos as ocorrências de SNs representados por pronomes relativos e orações, a posição posposta passa a prevalecer, com índice de 48,3%, ou seja, quase metade das ocorrências, conforme se visualiza na tabela 8.2 a seguir.

⁸ A fact, in this sense, can never be a participant in a clause of material process. Grammatically speaking, facts can be sensed – seen, felt or thought; but they cannot do anything, nor can they have anything done to them.1 (HALLIDAY, 1994, p.115).

Tabela 8.2: Posição do Afetado na passiva

Posição do SN	Nº	%
Posposto ao verbo	144	48,3
Anteposto ao verbo	111	37,2
Entreposto ao verbo	43	14,4
Total	298	100

Segundo Furtado da Cunha (2000), a posição VS na passiva é usada para ressaltar o fato em si. Nas palavras da autora:

com efeito, a passiva VS é usada para se referir a uma situação ou estado de coisas em que nem o agente nem o paciente são embalados como o ponto de partida da oração. Assim, a passiva VS é uma oração neutra, sem tópico, que caracteriza um acontecimento como um todo não analisável em tópico e comentário (FURTADO DA CUNHA, 2000, p.113).

A autora contesta a afirmação de Melo (1980), segundo o qual a ordem vernácula na passiva seria VS, pois o papel do sujeito não é agente. Os dados analisados em Furtado da Cunha (1989)⁹ mostram que a ordem VS é mais comum na escrita; na fala, a ordem mais freqüente é SV. A ser assim, a ordem dos constituintes na passiva, no português escrito atual, mantém a tendência do português arcaico, como indicia a predominância VS no nosso *corpus*.

(34) Ordem SV

- a. *Raya foy feyta* dos tempos antigos. (CGE-46)
- b. *Troya foy destruida* (CGE-4)
- c. *el rey Teudero no~ foy morto* per os seus vassallos (CGE-118)

(35) Ordem VS

- a. e *foy posto* em seu lugar *Pallayo*, o segundo (CGE-127)
- b. E e~ cabo *foro~ vençudos e mortos os Roma~a~os* (CGE-66)
- c. *foi e~ ella vençudo el rey Adohecer* (CGE-100)
- d. por que destes *foy pobrada Espanha* (CGE-3)

Os dados parecem contrariar a afirmação, comum na literatura sobre passiva, de que a topicalização do Afetado é uma das motivações para essa construção. Todavia, a diferença entre anteposição e posposição não nos parece estatisticamente significativa. Não podemos, porém, deixar de registrar que se trata de um convite a pesquisas ulteriores com a expansão deste *corpus* ou inclusão de outros.

Além dessas ordenações mais comuns, encontramos uma outra forma de ordenação dos constituintes, estranha ao português atual. Trata-se da ordenação que

⁹ A autora analisou um *corpus* do português brasileiro atual falado e escrito.

chamamos *entreposta* em que o SN se acha entre o verbo *ser* e o participípio, como nos exemplos a seguir.

- (36) a. e serya *elle e Freneo* desapoderados do senhoryo (CGE-77)
- b. foro~ *os Roma~a~os* muy plasmados per todallas terras do mundo pollo desterramento (CGE-64)
- c. foi hy *Claudy* morto e todollos seus. (CGE- 54)
- d. como quer que forom entom *os Franceses* vençudos (CGE-55)
- e. Contam as estorias que foy *Julio Cesar* desmanhado muy fortemente (CGE-80)

Essa ordenação é rara no *corpus*, apenas 14,4% das ocorrências (43/298), mas há registros de que nem sempre foi assim, conforme atesta Alonso (2004)¹⁰, a respeito dos nos primeiros documentos em romance, do séc. XI ao XIII:

entre *ser* e participípio com bastante frequência aparecem interpolados diversos elementos complementares e ainda o sujeito (...*son dende duas cartas fechas* 1242); dado que não favorece a hipótese de uma conjugação passiva (ALONSO, 2004, p.308)¹¹.

Considerando-se todos os casos de interpolação entre o verbo *ser* e o participípio, encontramos 111 ocorrências, o que equivale a 23% do total de passivas (111/482). Boa parte das interpolações é de um adjunto adverbial, como se vê nos exemplos a seguir.

- (37) a. E foron *em este concelho* postas leis e certas ordenaçõ~o~es (CGE-150)
- b. assy foron *en tempo deste rey* muyto ho~rrados e exalçados (CGE-133)
- c. ante he *doutra guysa* feyto (CGE-38)

Às vezes, há mais de um elemento interpolado, como ilustram as ocorrências em (38).

- (38) a. por que era *en todallas cousas muy ben feyta* e aa sua vontade (CGE-32)
- b. foi hy *Claudy* morto e todollos seus. (CGE-54)
- c. como quer que forom *entom os Franceses* vençudos (CGE-55)

Nalgumas vezes, o elemento interpolado corresponde a uma construção inteira, passiva ou adjetival, como se vê em (39).

- (39) a. foy o bispo Fulgencio, que foy noble baron e muy provado per muitas tribulaçõ~o~es (CGE-102)
- b. e~na qual foy morto el rey Hernac e vençudos os *Unus* (CGE-94)
- c. assy como aquelle que era de muy boo siso e muyto amado de todos (CGE-134)

¹⁰ Alonso cita exemplos em português e noutras línguas românicas acerca do assunto. Seria o caso de estudá-lo comparativamente no campo da lingüística românica, para vermos até que ponto a interpolação se configura como fenômeno geral ou mais acentuado numa língua que em outra.

¹¹ Entre ser y el participípio con suma frecuencia aparecen interpolados diversos elementos complementarios y aun el sujeto (...*son dende duas cartas fechas*, 1242); dato que no favorece la hipótesis de una conjugación pasiva (ALONSO, 2004, p. 308).

d. E foro~ os Roma~a~os vencidos e foy hy morto Gaules e vynte dos mais honrrados; e, *dos senadores, mortos e presos bem trynta*; (CGE-54)

Em duas ocorrências, o elemento interpolado é o agente da passiva:

- (40) a. som *per elles* enganados e leixa~ de fazer o que devem. (CGE-88)
b. tenhome por conte~to de seermos *de ti* vencidos ante que doutro (CGE-79)

Esses usos apontam para uma frouxa relação morfossintática entre *ser* e particípio que não nos permite dizer que formam uma unidade formal coesa como parece formar *ter* e particípio no português atual que não se deixam separar, atendendo ao princípio da coesão interna que define uma palavra. Por esse princípio, definido com base em dois critérios, o da inseparabilidade e da imobilidade (cf. LYONS, 1979; BIDERMAN, 2001), a conjunção *ser* e particípio, na CGE, está longe de ser uma unidade, pois não só se deixa separar, mas também admite mobilidade, como ilustram os exemplos a seguir.

- (41) a. a tua maldade *conhocida he!* (CGE-7)
b. aquela obra, depois que *acabada foy*, (CGE-81)
c. ca *scripto he* que nom ha hy mal sem pena (CGE-129)

Quanto à motivação da ordem do SN em relação ao verbo na passiva, encontramos relação entre esta variável e as variáveis pragmáticas distância referencial e estatuto informacional. No que concerne ao estatuto informacional, os dados confirmam a tendência suficientemente apontada em outros trabalhos (cf. HAWAD, 2002, LAMBRECHT, 1996, CAMACHO, 1996, DIK, 1997, MARQUES, 2008) de informação evocada ser anteposta e informação nova ser posposta: 90,9% dos SNs sujeitos que codificam informação nova são pospostos, e 69% dos que codificam informação evocada são antepostos ao verbo.

A ordem do SN sujeito está duplamente relacionada ao grau de topicalidade do referente: 61% dos referentes não-tópicos, isto é, que não são mencionados em nenhuma das três orações anteriores à ocorrência na construção analisada ou na terceira oração, são pospostos e apenas 3% são não-expressos. Com referentes tópicos (mencionados na primeira ou na segunda oração anterior), 40,5% são expressos por anáfora zero, e 34,8% são antepostos (75,3% ao todo).

Na direção da forma à função, temos 69,6% de SNs antepostos tópicos e 68,5% de SNs pospostos não-tópicos. Em outras palavras, os dados apontam as seguintes predições:

- (42) a. da forma para função: se ANT então tópico; se POS então não-tópico;
 b. da função para forma: se TOP então ANT; se N-TOP então POS.

Contudo, em relação ao estatuto informacional, temos as predições somente na direção da função para a forma, já que tanto SNs antepostos (93,7%) como pospostos (57,5%) codificam predominantemente informação evocada, ou seja:

- (43) a. se EVOCADA então anteposto; se NOVO então posposto;
 b. se ANT então EVO; se POS então EVO.

Esse dado não invalida a relação, já que, como vimos no capítulo 1, a relação um a um não é regra na linguagem, o mais comum é a relação uma forma para muitas funções. Assim, a posição anteposta pode ser usada para codificar outras funções para além de marcar informação evocada e topicalidade, fatores esses intimamente relacionados.

8.3.1.2. Análise semântica do Afetado da passiva

Na CGE, contrariamente ao objeto das impessoais, o sujeito das passivas representa predominantemente entidades animadas: quase 59%. Destas, a maioria são entidades humanas. Estes dados se aproximam dos apresentados em Givón (1993, p.69), em que a diferença entre sujeitos humanos e não-humanos na passiva inglesa de *be*, embora pequena, favorece os primeiros com índice de 54%. A tabela 8.3. sumariza os resultados encontrados para esta variável.

Tabela 8.3: Traço [+animado] do Afetado da passiva

	Nº	%
animado humano	282	58,8
inanimado concreto	150	31,3
inanimado abstrato	47	9,8
animado n-humano	1	,2
Total	480	100

Em nosso *corpus*, a alta incidência de entidades humanas como sujeito da passiva decorre, a nosso ver, da função de perspectivação da passiva. Os tópicos dos parágrafos são, em geral, grandes homens que não só agiram como foram afetados pela ação de outros. Na função de perspectivação, a escolha entre uma entidade e outra para figurar como sujeito dependerá, em geral, de fatores discursivos, já que a maioria dos Causativos expressos ou inferíveis são também entidades humanas (374/480), como ilustramos a seguir.

(44) Afetado e Causativo expresso

- a. *el rey Allarigo fora morto* por *el rey Clodoveo* (CGE-104)
- b. *Taço foy vençudo* de *Hercolles* (CGE-9)
- c. *aquelle que fora marteyrado e queymado* per *el rey Unerico* (CGE- 114)

(45) Afetado e Causativo inferível

- a. morreo o papa Severyno e *foy posto* em seu lugar *Johanne*, o quarto, (CGE-141)
- b. E ouveron sua batalha e *foy vençudo Aljulfõ* (CGE-92)
- c. Pero *Anybal foy ferido* em hu~u~ (CGE-54)

A maioria das 150 ocorrências de Afetado inanimado corresponde a lugares e a objetos feitos pelo homem. Algumas poucas se referem a guerras. Abaixo se seguem alguns exemplos.

(46) Lugares

- a. E *Tallaveira foy feita* dos antigos sobre o ryo de Tejo (CGE-32)
- b. *Cordova foy guarnycida* de muytas e boas feyturas, a qual foy nobrecida per Homar, filho de Bellaazi~. (CGE-14)
- c. dizem algu~u~s que *este logar foy pobrado* despois que Troya foy destroyda a segunda vez e que a começou de pobrar hu~u~ neto de Ulixes que avya esse meesmo nome Ulixes como o avoo e que este morreo ante que fosse acabada de pobrar e que mandou a hu~a sua filha que avya nome Boa que [a] acabasse; e que ella a acabou e que, despois que foy acabada, que ajuntou hu~a parte do nome de seu padre ao seu e poslhe nome Lixboa. (CGE-7)

(47) Objetos

- a. Ta~to que *as pontes forom feytas* (CGE-76)
- b. *Estas torres foro~ ally feytas* per dous irma~a~os, (CGE-12)
- c. *este cantaro foy fihado* e~na casa santa de (CGE-35)

(48) Guerras

- a. *a batalha foy vençuda* e guanhada a Gallya Gótica (CGE-104)
- b. despois que *foy desfeyta a batalha* (CGE-87)
- c. E, despois que vyron as grandes guerras *que* contra Roma *eram movydas*, (CGE-72)

Observamos que, em (46), a entidade inanimada é tópico e daí a entidade animada causadora expressa em (46a) e (46b) figurar em segundo plano, e a de (46c) ser mencionada no contexto posterior. A importância temática da entidade inanimada em (46c) é evidenciada pela quantidade de vezes em que o referente aparece no contexto transcrito: sete vezes, incluindo a menção na forma passiva. O mesmo pode ser dito dos exemplos em (47) e (48). Em (47), embora os SNs sujeitos não sejam tópicos do parágrafo, são tópicos oracionais já que seu referente figura no contexto imediatamente anterior.

Em suma, a presença de entidades inanimadas como sujeito das passivas, que caracteriza a passiva como construção marcada por inverter a hierarquia de empatia, segundo a qual, entidades animadas são preferencialmente escolhidas para o papel sujeito, deve ser justificada por razões pragmáticas, discutidas na próxima seção. Por hora, resta-nos falar ainda de outras variáveis semânticas, a saber, a afetação e a saliência cognitiva.

O parâmetro afetação visava testar a hipótese de que uma das motivações para a não-menção do Causativo era não atribuir responsabilidade pelo evento a uma determinada entidade. Isso deveria ocorrer especialmente quando o SN fosse negativamente afetado, uma vez que não faria sentido eximir alguém da responsabilidade por uma afetação positiva. Givón (1993), que observou o sentido adversativo das passivas de *be* e *get* no inglês falado, encontrou 60% de sentido neutro na passiva de *be* contra 82% de sentido negativo na passiva com *get*, que se aproxima à construção média com *ficar*, examinada no próximo capítulo.

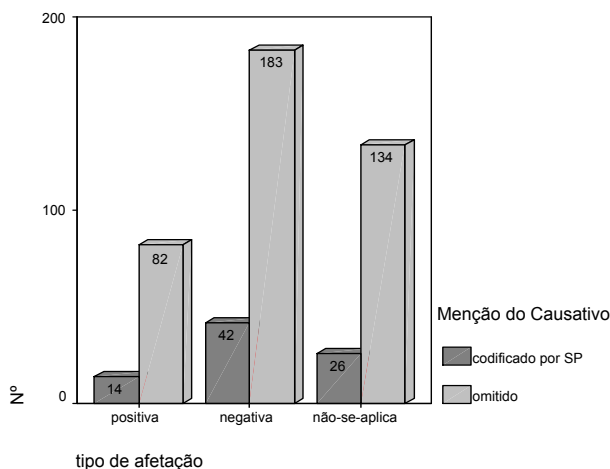
Quando analisamos as impessoais, observamos que a maioria expressa afetação neutra, o que não caracteriza essas construções como mecanismo de isenção de responsabilidade. Quanto às passivas, a maioria expressa afetação negativa, como mostra a tabela 8.4.

Tabela 8.4: Tipo de afetação do SN sujeito da passiva

	Nº	%
negativa	224	46,7
não-se-aplica	160	33,3
positiva	96	20,0
Total	480	100
Total	480	100

Todavia, o cruzamento das variáveis *menção do Causativo* e *tipo de afetação* não aponta uma relação entre as duas, negando, portanto, nossa hipótese: embora haja maior frequência de afetação negativa na passiva, a presença ou omissão do SP Causativo não depende desta variável. O grau de significância do cruzamento das variáveis é 0,637, indicando que os resultados encontrados são aleatórios. O gráfico 8.2. permite visualizar esses resultados.

Gráfico 8.2: Cruzamento das variáveis menção do Causativo e afetação do SN da passiva



O gráfico mostra que, qualquer que seja a direção em que se analisem os resultados, a predominância é de afetação negativa e omissão do Causativo. Assim, há tanto afetação positiva com Causativo omitido, como afetação negativa com Causativo expresso, conforme ilustram os exemplos a seguir.

(49) Afetação positiva com Causativo expresso

- a. E por a sua bondade *foy muyto amado de todollos da terra*. (CGE-11)
- b. e *son os boos cavalleyros guardados pollas batalhas*. (CGE-77)

(50) Afetação positiva com Causativo omitido

- a. que *elle fora alçado* por rey (CGE-126)
- b. *elle era recebido e~na corte tam honrradame~te*, (CGE-72)

(51) Afetação negativa com Causativo expresso

- a. que *el rey Teudero no~ foy morto per os seus vassallos*. (CGE-118)
- b. por que dezia que *dez reis foron mortos por ella*. (CGE-138)

(52) Afetação negativa com Causativo omitido

- a. Depois que *rey Espam foy soterrado* (CGE-12)
- b. depois que *todos foron desterrados* (CGE-102)

Todavia, não podemos deixar de ressaltar que a variável menção do agente por si só não invalida a relação entre afetação e não-atribuição de causalidade, uma vez que, embora possa não estar codificado na própria oração, o Causativo pode ser evocado anafórica ou cataforicamente ou ainda ser inferível. Esse dado é particularmente verdadeiro na construção passiva analisada na CGE, em que tivemos alto índice de Causativos omitidos evocados ou inferíveis: 74,3% (356/480). Cabe, portanto, avaliar a relação entre as duas variáveis. É o que mostra a tabela 8.5 a seguir.

Tabela 8.5: Cruzamento das variáveis fonte de energia e afetação

			Fonte de energia				Total
			inferível	percebida	evento natural	desconhecida	
tipo de afetação	positiva	Nº	51	39	1	5	96
		%	53,1%	40,6%	1,0%	5,2%	100%
	negativa	Nº	21	196	1	6	224
		%	9,4%	87,5%	,4%	2,7%	100%
	não-se-aplica	Nº	78	76	2	4	160
		%	48,8%	47,5%	1,3%	2,5%	100%
Total		Nº	150	311	4	15	480
		%	31,3%	64,8%	,8%	3,1%	100%

Os resultados parecem contrariar a assertiva de que há tendência de omitir o Causativo quando o objeto é adversamente afetado pelo evento. Os dados mostram que a afetação positiva e a neutra são mais frequentes quando a fonte de energia é inferível (fato mais comum também com a impessoal), correspondendo geralmente a um Causativo estereotipado ou universal, não-referencial, e a negativa, mais frequente quando a fonte de energia é percebida, ou seja, expressa no texto, quer na própria oração, quer noutro ponto do texto, indicando um Causativo referencial, geralmente definido.

Uma justificativa para a relação entre afetação positiva e neutra e causativos inferíveis pode ser buscada no fato de este tipo de causativo predominar em capítulos descritivos, cujo objetivo é enaltecer a Espanha, através, principalmente, de construções impessoais.

No que diz respeito à passiva, de modo geral, 74,8% das ocorrências figuram entre os capítulos 48 a 150, correspondentes às narrações das conquistas e história dos povos que invadiram Espanha (Godos, Almonizes, Romanos etc). O contexto é, portanto, de guerras e conquistas, de mortes e derrotas. É muito natural que, havendo uma entidade afetada por eventos assim, essa seja negativamente afetada.

Excetuando-se os capítulos de exaltação da Espanha em que predominam afetações positivas ou neutras, na CGE abundam histórias de guerras. De fato, ao cronista do período medieval, só restava narrar as constantes batalhas tão afeitas ao espírito da época. Bloch (1987) afirma que o período medieval era uma época perturbada:

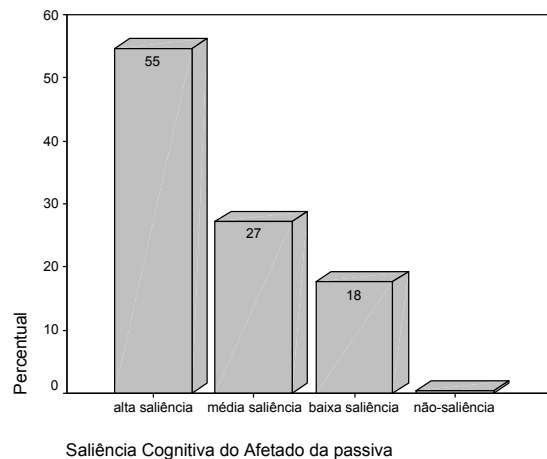
a nova civilização ocidental, por seu lado, aparecia como uma cidadela sitiada ou, melhor, mais do que semi-invadida (BLOCH, 1987, p.19).

A Espanha é especificamente descrita como uma “linha de choque”, devido às populações de fé maometana e aos estados fundados pelos árabes:

os combates, que aliás não excluía de modo algum relações mais pacíficas, no seu conjunto, somente conheciam curtas tréguas. Esses combates imprimiram nas sociedades espanholas uma marca original (BLOCH, 1987, p.21).

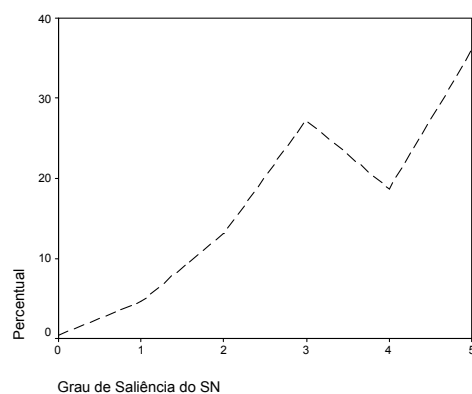
Uma vez tendo discorrido sobre a afetação, resta falar do último parâmetro, nomeadamente, a saliência cognitiva, cujos resultados apresentamos no gráfico 8.3.

Gráfico 8.3: Saliência cognitiva do Afetado da passiva



Mais da metade das ocorrências apresenta alta saliência cognitiva. Se juntarmos a saliência média à alta, teremos 82% de Afetados salientes, contra 18% de baixa saliência ou não-saliência. Observando todas as possibilidades na escala de saliência cognitiva de cinco termos usada primeiramente na análise, vemos claramente a tendência de o SN sujeito da passiva ser saliente, pois predominam os de grau 3 e 5, conforme depreendemos do gráfico a seguir.

Gráfico 8.4: Grau de saliência cognitiva do Afetado da passiva



Outro fator analisado para medir o grau de saliência cognitiva do Afetado foi a proeminência morfológica, medida conforme o esforço de articulação requerido pela expressão lingüística e a quantidade de informação que ela veicula. Esta escala vai do grau máximo, quando temos um nome próprio com descrição, a um grau mínimo na expressão Ø. Embora haja bastantes ocorrências de nome próprio (N=137), com ou sem descrição, que categorizamos como de alta proeminência, de orações e nomes comuns com descrição (N =10), também categorizadas como de alta proeminência pela carga de substância que apresentam, predominam SNs sujeitos com baixa proeminência morfológica, representados por pronomes ou zero, com índice de 45,6%. A tabela 8.6. a seguir apresenta os resultados.

Tabela 8.6: Grau de proeminência morfológica do Afetado da passiva

	Nº	%
baixa	219	45,6
alta	147	30,6
média	114	23,8
Total	480	100

Se, por um lado, o SN sujeito da passiva apresenta baixa proeminência morfológica, por outro, é altamente acessível, uma vez que, pelo subprincípio de iconicidade — a quantidade, quanto menos substância for necessária para veicular uma informação, mais previsível ela é. Para confirmarmos esse dado, temos de analisar as variáveis pragmáticas. É o que faremos na próxima seção.

8.3.1.3. Análise pragmática do Afetado da passiva

O SN sujeito da passiva é frequentemente tópico e não-persistente cataforicamente, e nisso se assemelha ao SN da impessoal não-clítica. Se isolarmos as ocorrências de pronome relativo, cuja topicalidade é necessariamente alta, por estar o referente na oração imediatamente anterior, o índice de alta topicalidade se reduz para 49%, mas continua predominante. A tabela a seguir apresenta a frequência da variável *distância anafórica*, que mede a distância entre o referente do SN sujeito e sua menção no contexto anterior.

Tabela 8.7: Distância anafórica do SN sujeito da passiva

	Nº	%
alta topicalidade	283	59,0
não-tópico	149	31,0
média topicalidade	35	7,3
baixa topicalidade	13	2,7
Total	480	100

A tabela mostra a predominância de duas situações contrastantes: ou o referente do sujeito da passiva é mencionado na oração imediatamente anterior, situação mais comum, com índice de 59% ou 49%, se se desconsideram os SNs pronomes relativos, ou não é mencionado em nenhuma das três orações anteriores àquela em que ocorre a construção passiva, segunda maior probabilidade, com índice de 31%.

Esses dados condizem com os resultados de Furtado da Cunha (1989, 2001) sobre as duas funções da passiva: mudança e manutenção do tópico. Segundo a autora, a maioria das passivas se presta à mudança de tópico, no que se diferencia da ativa, que serve prioritariamente à continuidade do tópico. Por outro lado, a passiva se diferencia das construções de topicalização e deslocamento à esquerda por estas estarem reservadas exclusivamente à mudança de tópico e a passiva servir também para a manutenção do tópico.

Para chegarmos a uma conclusão sobre o papel de manter ou mudar o tópico da passiva, cabe observar a relação dessa variável com a outra medida de topicalidade de Givón (1993,1995), a persistência do tópico. É o que mostra a tabela a seguir.

Tabela 8.8: Cruzamento das variáveis distância anafórica e persistência catafórica do Afetado da passiva

			persistência do tópico				Total
			não-persistência	baixa persistência	média persistência	alta persistência	
distância referencial	não-tópico	Nº	69	53	14	13	149
		% da dist. referencial	46,3%	35,6%	9,4%	8,7%	100%
		% da pers.do tópico	37,7%	46,5%	14,0%	15,7%	31,0%
	baixa topicalidade	Nº	6	3	3	1	13
		% da dist. referencial	46,2%	23,1%	23,1%	7,7%	100%
		% da pers.do tópico	3,3%	2,6%	3,0%	1,2%	2,7%
	média topicalidade	Nº	13	6	11	5	35
		% da dist. referencial	37,1%	17,1%	31,4%	14,3%	100%
		% da pers.do tópico	7,1%	5,3%	11,0%	6,0%	7,3%
alta topicalidade	Nº	95	52	72	64	283	
	% da dist. referencial	33,6%	18,4%	25,4%	22,6%	100%	
	% da pers.do tópico	51,9%	45,6%	72,0%	77,1%	59,0%	
Total	Nº	183	114	100	83	480	
	% da dist. referencial	38,1%	23,8%	20,8%	17,3%	100%	
	% da pers.do tópico	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100%	

A tabela mostra que, em apenas 69 ocorrências (46%), o referente do SN sujeito da passiva que não figura no contexto anterior (não-tópico) não é retomado no contexto posterior (não-persistência). Em 80 das 149 ocorrências (53,7%), o referente é retomado pelo menos uma vez, o que mostra mudança de tópico. Entre os casos de alta topicalidade, ou seja, em que o referente está presente na oração imediatamente anterior, na maioria (33,6%), o referente não é retomado nas orações seguintes, o que pode indicar manutenção de tópico. Os demais casos de média e baixa topicalidade combinados com baixa, média e alta persistência indicam claramente a manutenção do tópico. Portanto, podemos afirmar, com base nesses dados, que, contrariamente aos resultados de Furtado da Cunha (1989) para o português atual, encontramos como função mais comum à passiva na CGE não a mudança, mas a manutenção do tópico.

8.3.2. O Causativo da passiva

No que diz respeito ao Causativo da passiva, analisamos a forma de expressão, a identificabilidade, a empatia e o tipo de causa que expressa, a fim de vermos o grau de não-atribuição de causalidade que a passiva manifesta. Os resultados são apresentados e discutidos nas subseções a seguir.

8.3.2.1. A expressão do Causativo

A maioria das passivas apresenta omissão do Causativo. Apenas 17,5% (84/480) das ocorrências apresentam o Causativo na própria oração. As preposições

mais comuns são *per*, *por* e *de* (89,2%), mas há algumas ocorrências de Causativo introduzido por outras preposições como *com*, *em* ou *a*:

- (53) a. e muytas e grandes batalhas que en ella foro~ feitas *per os Roma~a~os* e *per outras muytas companhas* (CGE-1)
b. e que fossem manteudas e regidas *per os clerigos da sancta fe.* (CGE-107)
c. som *per elles* enganados e leixa~ de fazer o que devem (88)
d. aquella que fora marteyrado e queymado *per el rey Unerico* (114)
- (54) el rey Allarigo fora morto *por el rey Clodoveo* (CGE-104)
e as frotas *pollo mar* son ajuntadas (CGE-77)
por que dezia que dez reis foron mortos *por ella* (138)
e son os boos cavalleyros guardados *pollas batalhas* (77)
- (55) a. E Tallaveira foy feita *dos antigos* sobre o ryo de Tejo (CGE-32)
b. E foy ferydo *de hu~u~ dardo* el rey Requilyno; (CGE-92)
c. foy recebido *dos Roma~a~os* muy honrradame~te. (CGE-101)
d. se fosse vençudo *doutro homen* que tu no~ fosses (CGE-79)
- (56) a. os regimentos e constituço~o~es que em estes concelhos eram feytos *a~tre os clerigos e os leigos* (CGE-144)
b. seer *con elles* feito concelho do regime~to das vyrtudes e do esquyvamento dos pecados (CGE-144)
c. a nos que gravemente somos atorme~tados *e~ ma~a~o de forte tira~no* (CGE-7)
d. Mas el rey Theoderedo, *a que* no~ era escaecido os grandes feytos d'armas (CGE-87)

A preposição *per* (< lat. *per* ‘através de’), que isoladamente caiu em desuso no português moderno, segundo Poggio (2002), competia com *por* (< lat. *pro* ‘em favor de’, ‘diante de’) até meado do séc. XVII. Na CGE, a preferência é por *per* que ocorre 28 vezes como introdutora do Causativo na passiva contra *por* que ocorre apenas 12 vezes.

Mattos e Silva (1989), que já tinha observado a convivência das preposições *per* e *por* no português arcaico quando analisou os *Diálogos de São Gregório*, em que também a maior frequência é de *per*, considera que *per* expressa tanto o percurso espacial e temporal como o percurso nocional, que também pode ser expresso por *por*. Por ‘percurso nocional’, a autora se refere às noções de causa e de meio ou instrumento pelo qual se atinge algo: “distinções essas que, em muitos casos, são difíceis de estabelecer” (MATTOS e SILVA, 1989, p.630).

De fato, a noção de movimento, que está na origem da preposição *per*, associa-se cognitivamente à noção de causa, conforme discutimos no capítulo 2, em que vimos que o protótipo de uma relação causal envolve duas entidades e a transferência de propriedades de movimento de uma a outra. Assim, o uso de *per* para expressar causa

decorre dessa relação adequadamente denominada por Mattos e Silva (1989) de ‘percurso nocional’.

Quanto à preposição *por*, Poggio (2002, p.204-206) comenta que, já no latim clássico, a preposição *pro* é usada na acepção de ‘por causa de’, sentido derivado do significado original ‘diante de’. Em Cícero, por exemplo, lê-se *pro aliquo* ‘por algum’ e *pro suffragio* ‘por causa do sufrágio’. A deriva semântica de *pro* teria sido: ‘diante de’ > ‘substituição’ (‘no lugar de’) > proporção (‘em relação a’) > causa/finalidade/instrumento (‘por causa de’).

A confusão entre *per* e *pro* parece ter começado muito cedo, segundo testemunho de Maurer Jr.(1959) que afirma que as duas preposições se confundiram frequentemente em latim vulgar. Poggio (2002), que analisou as versões latina e portuguesa dos *Diálogos de São Gregório*, observou que:

as preposições portuguesas *per* e *por* equivalem às formas latinas *per* e *pro*, quanto à forma e ao conteúdo; a preposição portuguesa *per* é usada em maior número de vezes com valores semânticos abstratos, ao passo que a preposição portuguesa *por* está registrada apenas com valores abstratos (POGGIO, 2002, p.213).

No que diz respeito especificamente ao sentido causal de *por*, a autora afirma que *pro* assumiu os valores das preposições latinas *ob* e *propter* que desapareceram “e com as quais tinha em comum expressar a ‘situação do movimento à direita do limite orientado nessa mesma direção’” (POGGIO, 2002, p.213). Vemos aí, mais uma vez, a idéia de movimento presente em *por* que está no cerne da noção de causa. A mesma idéia acha-se em *per*, que inicialmente significava ‘o espaço por onde alguma coisa se move’ (POGGIO, 2002, p.213). Portanto, o uso das preposições *per* e *por* para denotar o Causativo e, especialmente, o agente da passiva, uso considerado por Poggio (2002) um fenômeno de sintaticização, tem na base um processo metafórico em que a causa ou o agente é relacionado à idéia de movimento, de percurso, de meio, noções bastante inter-relacionadas.

A propósito, Mattos e Silva (1989) comenta que, se, como decodificadores, hoje sentimos dificuldade de distinguir meio e causa, certamente o produtor do texto deveria ter sentido dificuldade semelhante para selecionar *per* ou *por*, conforme quisesse expressar o meio ou a causa, respectivamente. Em (57), vemos que o produtor

do texto seleciona ora uma preposição ora outra, num contexto em que é difícil determinar se um expressa causa e outro meio, ou se ambos expressam causa¹².

(57) algu~as vezes acontece que mais som os home~e~s desbaratados *por o merecer de seus pecados que per força dos seus e~miigos* (CGE-120)

Chama a atenção de Mattos e Silva (1989) o fato de, dispondo o produtor do texto de recursos para desfazer a ambigüidade, como a expressão *per rason de*, documentada em seu *corpus*, nem sempre fazer uso desses recursos. Cumpre ressaltar que, na CGE, além da expressão *per rason* encontramos a variante *por/com rason (de)* para expressão da causa.

- (58) a. E *por esta rason* era destroida toda terra d'Affrica (CGE-114)
b. *Por a qual rason* [Espanha] foy muytas vezes posta e~ grandes destruymentos (CGE-13)
c. e avya com ella contenda *per rason* de hu~a pouca de terra de que se elle pagava (CGE-5)
d. e poselhe este nome *por rason de hu~a pena* (CGE-10)
e. E elles foram a ella *co~ esta rason* com que foron a el rey e rogaro~lhe que casasse. (CGE-11)

Em relação à preposição *de* (< lat. *de* ‘origem’ ‘ponto de onde parte uma ação’), já comentada no capítulo anterior, sua relação com a noção de causa parece bem evidente, haja vista que seu significado básico é de ‘procedência’, ‘afastamento’, relação já reconhecida por Said Ali (1964), quando afirma que o uso dessa preposição para denotar causa advém de sua significação antiga ‘lugar donde’. E continua:

estando o verbo na passiva, o nome do agente se dizia, quer em português antigo, quer em linguagem da Renascença, de ordinário com a preposição *de*, por ser o agente o ponto de procedência do ato dirigido sobre o sujeito paciente (SAID ALI, 1964, p.205). [grifo nosso]

Menos evidente é o uso das preposições exemplificadas em (58) para a expressão da causa, quais sejam: *antre*, *com*, *em* e *a*. Começemos por *antre*.

A preposição *antre* (< lat. *inter* ‘no meio de’) tem na sua origem o significado da preposição latina *in* ‘no interior de’ de que se derivou. Segundo Poggio (2002), pode ter sentido local ‘entre’ ou temporal ‘durante’, ‘no espaço de’, sentidos presentes em latim no uso da preposição *inter*. Na versão portuguesa dos *Diálogos de São Gregório*, a autora encontrou apenas o uso espacial ‘situação intermédia’. Todavia, na versão latina, Poggio (2002) encontrou as noções abstratas de ‘meio’, ‘causa’ e ‘modo’.

¹² Note-se que ao optar pelo termo Causativo não fizemos distinção entre causa propriamente dita e meio.

Reproduzimos a seguir o exemplo citado pela autora do uso de *inter* na expressão da causa (POGGIO, 2002, p.170) na versão latina e portuguesa do *corpus*.

(59) quod vir Dei *inter* tot miracula, quibus in mundo claruit, doctrinae quoque verbo non mediocriter fulsit (2, 132, 6-7).

(60)[Pero quero que sábias que este santo de Deus San Beento, como quer que] *fosse de, pero gram fama no mundo por muitos miragres que fez apareceu leterado comunalmente por alguus livros que ditou* (2, 36, 4).

Vale ressaltar que, em português moderno, Houaiss (2001, s.v. *entre*) registra a acepção ‘por meio de, através de’, em “será corrigido entre uma e outra penalidade leve”. Diante desses dados, podemos perceber a deriva da noção abstrata de ‘causa’ da espacial de ‘situação intermédia’ e da temporal ‘durante’. Se indica ‘dois pontos extremos’, ‘situação entre dois limites definidos’, indica percurso, como mostra Poggio (2002, p.284). Da noção de percurso, como algo que vai da fonte ao destino, à noção de meio e de causa, há ténue limite. Afinal, a causa é algo através do qual algo acontece, é o meio abstrato pelo qual um evento ocorre. Nos termos de Mattos e Silva (1989), a causa e o meio são percursos nocionais.

O que vimos defendendo demonstra que a substância semântica interflui no contexto discursivo, de modo que os sentidos das preposições se redimensionam metonimicamente. Assim, em (56a), a noção de reciprocidade permanece, permitindo a leitura ‘causal’.

Quanto à preposição *en* (< lat. *in* ‘dentro de’), constante de (56c), podia expressar a noção de causa, como mostra Poggio (2002, p.194), tanto na versão portuguesa como na latina dos *Diálogos*:

(61) E assi *em* dous miragres que fez novos semelhou dois padres santos que ante el foron (1, 14, 5).

(62) sicque *in* duobus miraculis duorum patrum est virtutes imitatus (1, 45, 18-19).

Sobre o fato de a preposição *com* (< lat. *cum* ‘em companhia de’) expressar ‘causa’, lembramos Said Ali (1964 p.210), discutido no capítulo 7, que relaciona a noção de simultaneidade e causa: “o fato simultâneo, ou que acompanha a alguém, pode atuar sobre este indivíduo e manifestar-se como causa determinante da sua ação ou situação”. Portanto, o exemplo (56c) está justificado. Resta-nos discutir o exemplo (56d), cujo verbo é de processo mental.

A construção exemplificada em (56d) ilustra uma regência desusada do verbo *esquecer* como impessoal, em que a pessoa a quem falha a memória é posta no dativo:

esquecer algo a alguém. Portanto, rigorosamente, no exemplo (56d), a preposição *a* introduz um objeto indireto de um verbo impessoal usado na forma passiva. A mesma forma se repete em (63):

(63) Mas o Nosso Senhor Jhesu Cristo, *a que no~ som escaecidos* os que fielmente persevera~
enna sua fé (CGE-97)

Mas aqui a concordância com o sujeito passivo torna a frase mais clara. Em (56d), a ausência de concordância leva a interpretar o verbo como impessoal, apesar da forma passiva, assemelhando-se parcialmente ao latim em que a forma passiva era usada impessoalmente:

todos os verbos, transitivos e intransitivos, podem ter na 3ª pessoa do singular de todos os tempos e no infinitivo formas passivas sem sujeito. Essas formas põem em evidência a ação considerada em si mesma (CART, GRIMAL e NOIVILLE, 1986, p.74).

Como verbo de processo mental, esses exemplos com *escaecer* não constituem casos de passiva prototípica, que exigem verbos com o traço [+ação]. Assim, atribuir o papel Causativo à entidade experienciadora é uma liberdade que tomamos com base no fato de o experienciador corresponder ao agente na seqüência *EXPER > TEMA*, como ilustra a figura 2.5, adaptada de Langacker (1991). Além disso, como mostra Cançado (2003) e Dik (1997), o experienciador pode ter a propriedade *desencadeador*, que não implica necessariamente *controle*.

8.3.2.2. A identificabilidade do Causativo omitido

Dentre os casos de omissão, 58% (230/396) dos Causativos são evocados, a maioria (91%) anaforicamente (210/230). Uma outra parte é inferível (26,1%). Em apenas 10,3% (41/396) das ocorrências não é possível identificar a identidade do Causativo, embora seja possível, algumas vezes, com base no conhecimento de mundo, inferir o traço [+humano].

(64) Causativo evocado anaforicamente

- a. E el rey Vualamer, que era homen de gra~de coração, sayu a elle muy esforçadamente. E ouverom ambos muy esquyva batalha, e~na qual foy morto el rey Hernac e vençudos os Unus; (...) E, depois que *Hernac foy morto* (CGE-94).
- b. E este Magon era senhor de Cartagenya que era entom hu~a gram cidade. E lidou com os Cipi[o~o~]es en terra de Celabrya que he ribeira de Hebro. E os Roma~a~os viinham muy sanhudos pollo destroymento de Segonça e pollos dampnos ao que recebyam de Anybal e creceronlhes os coração~o~es e lidarom ta~ fortemente que vencerom aos Spanhoos e aos Affrycanos e matarom e prenderom muytos delles. E *foy hi preso Magon* (CGE-56).

c. E aquella hereje foisse com aquella hoste que Theuderigo e~vyava a França. E, depois que a batalha foy vençuda e guaaahada a Gallya Gotica, foisse pera os Suevos que reynava~ e~ Galiza, por que soube que eram hereges. (CGE-104).

(65) Causativo evocado cataforicamente

- a. Outrossy sabede que ante desto bem cento a~nos foy pobrada a cidade de Tolledo e pobraronna dous consules de Roma (CGE-5)
- b. *Hercolles foy dado* a criar. (...) E el rey Jupiter deuho a criar a el rey Euristeo. E esto fez elle per conselho de dona Juno, sua molher, que queria grande mal a Hercolles por que era seu enteado. (CGE-5)
- c. E *Merida foy fundada* a grande nobreza e per grande siso e per grande meestria; e fundouha o primeyro César (CGE-35)

(67) Causativo inferível

- a. a que os antigos chamava~Ebris e ora *he chamada Évora* [*per todos*](CGE-36)
- b. e foy posto em seu lugar *Pallayo*, o segundo [*pollas autoridades*] (CGE-127)
- c. E a segunda cousa, por que *foro~ postos* e~ os livros dos reis [*pollos compoedores das estoryas*] (CGE-144)

(68) Causativo não-identificável

- a. E e~ Murvedro ha hu~u~ paaço sobre o mar feyto per tan grande meestria que maravyllha; no~ ha homen que o veja que possa dizer como *he feyto*. (CGE-19)
- b. e achou hy hu~u~ gra~de templo que fezerom os gentyos e~ ho~rra de Hercolles em o qual estava~ muitas ymage~e~s, entre as quaaes achou hi *hu~a que fora feyta* aa semelhança do corpo de Aleyxandre en feiçon, semelhança e talho. hu~a que fora feyta aa semelhança do corpo de Aleyxandre en feiçon, semelhança e talho. 6
- c. E, des o a~no [#XIII^o] do reinado de Teudero ataa o [#XVI^o], no~ achamos ne~ hu~a cousa que aa estorya d'Espanha perteeça, se no~ esto que enno [#XV^o] a~no, foy *desterrado o papa Vyrgillio*. (CGE-117).

Inicialmente, pretendemos diferenciar o estatuto não-usado e inferível do Causativo, considerando que o primeiro indicava um referente facilmente identificável com base no contexto ou situação, ou seja, embora nova do ponto de vista do discurso, seria velha para o ouvinte (leitor, no caso), e o segundo indicava um referente com valor de classe. Todavia, do mesmo modo que Prince (1992), juntamos afinal as duas categorias por, na prática, serem de difícil delimitação, uma vez as entidades inferíveis também são novas do ponto de vista do discurso e, de certo modo, velhas para o ouvinte. Assim, na frase a seguir, cujo Causativo é identificável como o *rei*, seria um exemplo de Causativo não-usado, uma vez que não representa uma classe nem está apoiado em alguma entidade evocada no discurso, mas foi categorizada como inferível.

(69) enno sexto a~no foy feito o concelho de Tarragona (CGE-107)

O fato de ser evocado, ou seja, ser uma entidade informacionalmente velha do ponto de vista do discurso não significa que seja uma entidade definida. Em algumas ocorrências, embora haja menção ao agente no contexto anterior ou posterior, esse agente é apresentado de modo indefinido, em que se percebe claramente que a omissão do Causativo na frase se deu por seu desconhecimento. Às vezes, o cronista aventa

hipóteses sobre a identidade do agente, como no caso da morte do rei Viterico, cujo trecho transcrevemos a seguir; mas deixa claro que a real identidade é desconhecida.

(70) Andados sete annos do reynado de Viterico, seendo ele hu~u~ dya e~ seu paaço a comer, entraron a elle homeens e deronlhe tantas e taaes feridas d'espada que logo o mataron. E, segundo o que algu~u~s dizen, estes que o assy mataro~ era~ parentes del rey Lubyá. E esto foy muy grande juizo de Deus, por que, assy como elle avya morto el rey Lubyá, que era moço e nu~ca lhe merecera ne~ hu~u~ mal, que assy morresse elle desonrradamente de maa morte; e assy como o matou per spada, assy morreo per spada. Pero a estorya no~ devysa certame~te os que o mataron nem o logar onde foy; mas diz que *foy morto muy cruelmente e soterrado* muy desonrradamente. (CGE-137).

Note-se que a expressão referencial é um plural indefinido, *homens*. Às vezes, a indefinição é marcada pelo uso do pronome demonstrativo, como em (71).

(71) Mas veolhe hu~a torme~ta que o fez per força tornar; e ouve d'entrar e~ hu~a cidade de Portugal a que agora chama~ o Porto e logo hy foi preso. E os que o prenderom levaro~no a el rey Teuderigo. (CGE-92)

Outras vezes a referência é a um agente semi-identificado como em (72), quando o cronista afirma que o rei Guysalayto foi vencido por *um duque do rei Teoderigo*, ou em (73) quando os adivinhos contam a Hércules quem seria o homem que povoaria Sevilha: *homem muito honrado e mui mais poderoso que ele*.

(72) E, des o terceiro a~no do seu reynado, no~ achamos cousa que seja pera contar na estorya d'Espanha se no~ esto: que se tornou de Aquitanyá e veosse pera Spanha e lidou hy com hu~u~ duque del rey Theoderigo. E esta batalha foy a seis legoas de Barcellona. *E foi vencudo* e fogio outra vez (CGE-105)

(73) como quer que hy *seeria pobrada hu~a grande cidade*, mas que a no~ pobraria elle mas outro. E, qua~do Hercolles esto ouvyo, pesoulhe muyto e preguntou que homem seeria aquelle que a avya de poboar e os astronomos disseronlhe que seeria homem muyto honrado e muy mais poderoso que elle e de muy gra~des feitos (CGE-6)

Relativamente comum é a omissão do Causativo que atua como causa direta, e a menção ao mandante, como no exemplo (74):

(74) E, despois, logo a poucos dyas, [el rey Teudero] a fez matar em o desterramento, e~ hu~u~ banho em que se fora banhar. E, despois que *ella foy morta* ... (CGE-113)

No contexto, fica claro que o mandante do crime foi o rei Teudero, mas não exatamente quem matou a rainha, certamente pela irrelevância da identidade, pois o essencial era o ato de traição de Teudero, o qual mandara matar a rainha, responsável por sua ascensão ao trono. Outro exemplo em que a identidade exata do Causativo é irrelevante é (75):

(75) E fezerom fazer os principes de Roma hu~u~ curral grande e redondo a que chamava~ em latym "chaypon"/sic/ em que lidassem; e deshi pera guardar aquellas anymalias. E *aquelle curral era assy feyto* que avya dentro em redor camaretas muytas, todas de abobedas

departidas, per cada hu~a daquellas anymalias e pera starem hy apartadas segu~do suas naturas. (CGE-72)

Neste caso, a identidade dos que fizeram o curral é irrelevante, pois importa descrever a forma como ele era feito. Ademais, tudo indica que o contexto social da época permitiria ao leitor inferir *escravos* como Causativo omitido nesse exemplos.

8.3.2.3. A empatia do Causativo

O Causativo mais comum, quer lingüisticamente representado, quer apenas inferível, é humano: 87,7%. Neste percentual, estão representados não só indivíduos referencialmente identificados, como também instituições humanas como a *igreja* representada pela classe dos clérigos, e classes genéricas como *todos os homens, os homens*, de uso não-referencial.

(76) Causativos humanos

- a. e foro~ feytos em toda Espanha *cantares de doo*, dizendo que os avya Deus irados. (CGE-12)
- b. Depois que *rey Espam foy soterrado* (CGE-12)
- c. todallas naves que viinham pello mar logo *era~ vistas* e~ elle (CGE-10)
- d. E compos muytas boas cousas que *son teudas* (e guardadas e~ os estabelecimentos da Sancta Igreja.) (CGE-124)
- e. E este *foy o sexto concelho feyto* (CGE-146)

Os outros Causativos se distribuem, com índices de menos de 10%, entre animados não-humanos, inanimados abstratos e concretos. Entre os inanimados abstratos, estão acontecimentos provocados ou não por terceiros e o comportamento ou propriedades do próprio Afetado. Entre os concretos, estão não só objetos, mas forças da natureza como tempestades, categorizadas como *inanimado* no sentido de não ter vida, mas têm potência, diferentemente dos objetos, cuja potência é dada por um humano que o manipula.

(77) Causativo animado não-humano

ca se geerou en o seu corpo corrupçon de *verme~e~s de que todo foy comydo* (CGE-97)

(78) Causativo inanimado concreto

- a. E, elles embarcados, levantousselhes ally *hu~a tal tenpestade que foy perduda grande parte da oste*. (CGE-81)
- b. E, elle assy andando, *foy ferido de hu~a lança* per tal guysa (CGE-87)
- c. os bispos, que devya~ seer servos de Jhesu Cristo, *fosem vestidos de pomposas vestiduras* (CGE-145)

(79) Causativo inanimado abstrato

- a. *os estranhos por a tomar* e os moradores *por a deffender foro~ postos em grande perigoo* (CGE-13)

- b. pero *foylhes forçado* de se ajuntare~ e~ Narbona *por razon de averem rey*. (CGE-126)
- c. *foron aly desmanhados de sede* (CGE-78)
- d. E, *por a santa vyda e boa co~versaçon deste bispo, foron muy exalçadas e honrradas as igrejas* em Galliza (CGE-124)
- e. e depois per tempo *foy martirizado por amor de Jhesu Cristo*. (CGE-102)

Encontramos ainda quatro ocorrências que têm como Causativo entidades sobrenaturais, o que está bem de acordo com a visão sobrenatural que o homem medieval tinha do universo. Notemos que, em (80d), temos o verbo *escaecer* já comentado anteriormente. Aqui a entidade experienciadora que aparece como fonte no dativo é *Jesus Cristo*.

(80) Causativo entidade sobrenatural

- a. Outrossy em este a~no que *este milagre foi feito* (CGE-124)
- b. e pore~ quis Deus que *fosse encarcerado e~no inferno*, (CGE-108)
- c. ca no~ tan solamente foram departidos em a linguagem (CGE-2)
- d. Mas o Nosso Senhor Jhesu Cristo, a que no~ som escaecidos os que fielmente persevera~enna sua fê (CGE- 97)

Em 2,3% (11/480) das ocorrências, não foi possível identificar o traço do Causativo, algumas das quais citamos a seguir.

(81) Causativo não-identificado

- a. assy devem *seer estremados* dos outros home~e~s em todallas cousas (CGE-130)
- b. ante *serya~ mortos* os mais de quantos co~ elle andava~. (CGE-79)
- c. aconteceu que eu entrey em Merida depois que ella *foy destroyda* (CGE-35)

Em (81a), não é possível identificar se o Causativo é Deus ou a razão, conforme se depreende do contexto transcrito a seguir.

- (82) dizendo que a razon requeria e outorgava que o rey ouvesse deferença e fosse estremado dos outros home~e~s, assy em boas manhas, condiço~o~es e costumes come nos vestires e en todallas outras cousas, ca no~ parece ben de o vassallo seer tanto ricame~te vestido como o senhor, ca, assy como Deus escolheu os reis e os pos em alteza de dignydade, *assy devem seer estremados dos outros home~e~s* em todallas cousas, e ainda nas bondades e vyrtudes (CGE-130).

Em (81b), o contexto, transcrito em (83), também não permite identificar se a morte se daria por obra de terceiros ou por causas naturais, como fome ou sede. Do mesmo modo, em (81c), não há, no texto, indicação sobre a forma de destruição de Mérida: guerras, fome, desastre natural?

- (83) ca tam longa ficava a guerra a Julyo Cesar e per tantas batalhas avya de passar, ante que acabasse o que querya, que ante *serya~ mortos* os mais de quantos co~ elle andava~. (CGE-79).

Os resultados quanto a esta variável estão sumarizados na tabela 8.9.

Tabela 8.9. Empatia do Causativo da passiva

	Nº	%
animado humano	421	87,7
inanimado abstrato	31	6,5
inanimado concreto	12	2,5
não-identificável	11	2,3
divino	4	,8
animado n-humano	1	,2
Total	480	100

8.3.2.4. Tipos de causas

Segundo nossa visão da conceitualização de um evento em que há uma entidade afetada, a passiva (e as demais construções de não-atribuição de causalidade) é escolhida quando o Afetado é mais saliente cognitivamente que o Causativo, seja porque o evento é espontâneo ou dado como tal, como supomos que seja mais freqüente na construção média, seja porque, mesmo o evento sendo concebido como provocado, o Causativo é irrelevante, desconhecido ou universal. Na figura 6.1, apresentamos a passiva como a que teria maior grau de causalidade e, por isso, mais próxima da construção causativa. O grau de causalidade depende, conforme vimos no capítulo 2, não só da menção do Causativo na própria oração, como do tipo de causa que apresenta. Neste capítulo, vimos, com base em Kemmer (1993), que quanto maior a distinguibilidade entre os participantes de um evento, mais forte a noção de causalidade. Conjugando a percepção e a distinguibilidade entre os participantes, concluímos que fatores externos concretos que atuam como Causativos são mais distintos que fatores abstratos, por exemplo. Por sua vez, fatores abstratos são mais distintos que fatores internos, e assim por diante. Apresentamos a tabela 8.10 com os resultados desta variável para, em seguida, comentá-la.

Tabela 8.10: Tipos de causas

	Nº	%
externa concreta percebida	276	57,5
externa concreta identificável	125	26,0
externa concreta não-identificável	33	6,9
externa abstrata percebida	26	5,4
não-identificável	11	2,3
interna invisível percebida	5	1,0
força sobrenatural	4	,8
Total	480	100

Vemos que o tipo de causa mais comum na passiva é justamente a mais saliente e distinta, pois, em 57,5% (276/480) das ocorrências, a causa é um fator externo concreto percebido. Isso quer dizer que, em boa parte das ocorrências, há um ser humano ou um objeto, claramente expresso no texto. Outra boa parte é constituída de eventos cuja causa não é expressa, mas é prontamente identificável, ou seja, é facilmente inferível, pelo contexto e pelo próprio tipo de evento que exige, muitas vezes, entidades humanas e têm leitura genérica. Por fim, ainda como fator externo e, portanto, distinto do Afetado, temos um índice de 6,7% de eventos causados por entidades que sabemos ser externas, mas são desconhecidas.

(84) Externa concreta percebida

- a. E foy ferydo de *hu~u~ dardo* el rey Requilyno (CGE-92)
- b. Ca, segundo o linguagem grego, foy composto este nome per *duas partes de leteras* (CGE-5)
- c. e em cabo foy Magon vençudo e a sua companha [per *Cepyon*] (CGE-60)

(85) Externa concreta identificável

- a. E e~no septimo anno foi feyto outro concelho e~ Gironda [pelos bispos] (CGE-107)
- b. donde elles despois foron chamados Latinos. [por todos] (CGE-4)
- c. que a sepultura sua foy muy ho~rradamente feita.[pelo povo] (CGE-142)

(86) Externa concreta não-identificável

- a. despois lhe foy tirado aquelle nome (CGE-7)
- b. Locastre que he feyta e~no mo~te. (CGE-47)
- c. E sobre o Tejo ouve hu~a muy rica po~te e muy maravylhosa. E tanto foy sotilmente lavrada que nu~ca homen pode esmar co~ verdade que outra tam boa avy (CGE-32)

Um índice relativamente mediano é constituído de causas que envolvem fatores externos abstratos percebidos. Consideramos assim acontecimentos como guerras ou eventos provocados por terceiros. Aqui o grau de distinção ainda existe, mas, do ponto de vista, da percepção é menos saliente.

(87) Externa abstrata percebida

- a. os estranhos *por a tomar* e os moradores *por a deffender* foro~ postos em grande perigoo (CGE-13)
- b. E, *des aquella batalha*, foy destruydo o reyno dos Estrogodos, o qual avya durado dous myl e quatrocentos a~nos, segundo como co~ta o bispo dom Jordam. (CGE-122)
- c. E, *desta guysa que avedes ouvydo*, foy destroydo o reyno dos Vandallos, co~ todo seu poboo, o qual avia durado des el rey Gunderico ataa este Culamer, maa e desleal, cento e treze annos. (CGE-116)

Um outro tipo de causa, em que ainda há distinção, mas que não são tão salientes do ponto de vista visual, são as causas sobrenaturais, as quais já citamos quando tratamos da empatia. Menos distintas, embora perceptíveis, são as causas

internas invisíveis percebidas, como consideramos os eventos provocados pelo próprio Afetado, propriedades internas adquiridas e o comportamento do próprio Afetado.

(88) **Interna invisível percebida**

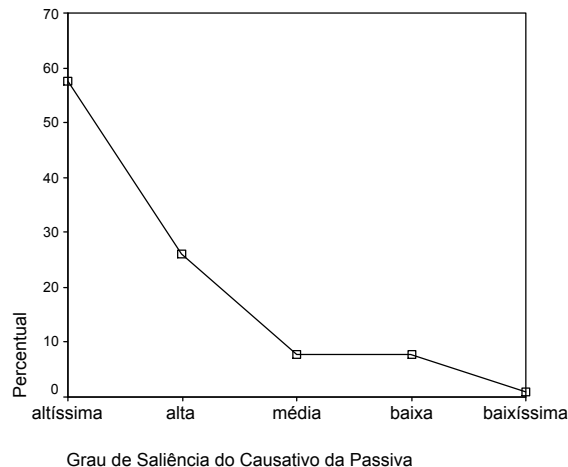
- a. *por o seu pecado, foy deytado do Paraíso (CGE-2)*
- b. *foron aly desmanhados de sede (CGE-78)*
- c. *Despois da morte de Atanagildo, os Godos no~ se podero~ per algu~u~s tempos acordar en rey; pero foylhes forçado de se ajuntare~ e~ Narbona por razon de averem rey. (CGE-126)*

Por fim, as 11 ocorrências que categorizamos como não-identificáveis são aquelas em que não se pode identificar o traço do Causativo, de que já tratamos quando falamos da empatia na seção anterior.

8.3.3. Grau de causalidade

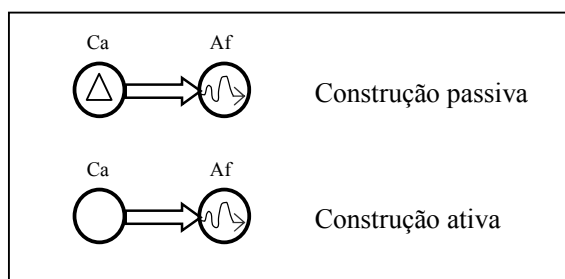
Podemos, agora, propor graus de causalidade da passiva com base em dois traços do Causativo: a exterioridade em relação ao Afetado e a saliência perceptual, considerando-se que são mais salientes entidades concretas, visualmente percebidas e menos salientes entidades abstratas internas invisíveis, passando por graus intermédios constituídos por entidades concretas não-percebidas ou sobrenaturais. Chegamos assim a uma escala de cinco graus, que vai do mais alto grau de saliência quando a entidade causadora é externa concreta e percebida ao grau mais baixo, quando a entidade é interna e abstrata. O gráfico 8.5. a seguir mostra que o Causativo da maioria das passivas apresenta alto grau de saliência, o que significa que, em geral, assemelha-se ao evento causativo canônico, dele diferenciando-se, em especial, pela inversão do percurso do fluxo de energia.

Gráfico 8.5: Grau de saliência do Causativo da passiva



A passiva constitui, assim, uma conceitualização de um evento causativo em que a entidade causadora, embora possa ser saliente, não é perfilada e, por isso, pode deixar de ser especificada. Lembramos o esquema adaptado de Langacker (1991), apresentado no capítulo 2 desta tese, que mostra a representação de um evento na passiva. As linhas mais grossas representam a saliência dos participantes do evento ou da transmissão de energia, e o triângulo representa a possibilidade de inespecificação da entidade. Para fins de comparação, apresentamos também a representação da construção ativa.

Figura 8.1: construção ativa e passiva



O grau de causalidade de uma construção é também medido pelo grau de transitividade, aqui aferido conforme os parâmetros de Hopper e Thompson (1980) que se aplicam às construções de não-atribuição de causalidade, já comentados no capítulo 5 e no capítulo anterior.

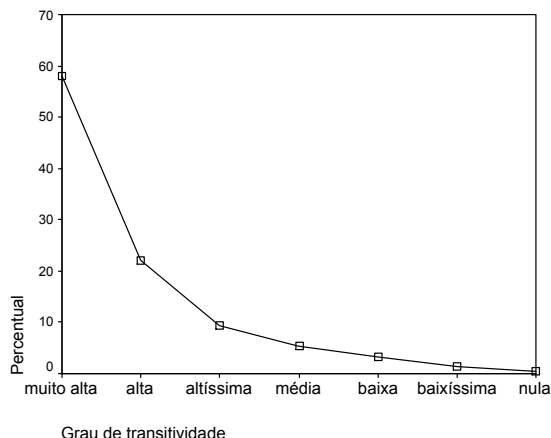
A passiva apresenta, na sua maioria, transitividade muito alta — 57,9% (278/480) — ou alta: 22,1% (106/480). Apenas 5,2% (25/480) apresentam baixa ou baixíssima transitividade ou são intransitivas, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 8.11: Grau de transitividade da construção passiva

	Nº	%
muito alta	278	57,9
alta	106	22,1
altíssima	45	9,4
média	26	5,4
baixa	16	3,3
baixíssima	7	1,5
nula	2	,4
Total	480	100

É interessante observar a semelhança gráfica entre o grau de causalidade e o grau de transitividade, como se pode ver quando se compara o gráfico 8.5 e o gráfico 8.6, apresentado a seguir.

Gráfico 8.6: Grau de transitividade da passiva



Esse resultado considera as passivas globalmente, no entanto vimos que há passivas menos prototípicas, as que indicam processo mental. Analisando-se o grau de transitividade, observamos que as passivas de processo mental, de fato, comportam-se como menos transitivas, pois se situam entre os graus médio e baixo, conforme mostra a tabela a seguir. A relação é bidirecional, pois a transitividade baixa predomina na passivas de processo mental e vice-versa.

Tabela 8.12: Grau de transitividade conforme o tipo de passiva

		Grau de Transitividade			Total
		alta	média	baixa	
passiva	Nº	323	115	10	448
	% da construção	72,1%	25,7%	2,2%	100,0%
	% da Transitividade	100,0%	87,1%	40,0%	93,3%
passiva de processo mental	Nº		17	15	32
	% da construção		53,1%	46,9%	100,0%
	% da Transitividade		12,9%	60,0%	6,7%
Total	Nº	323	132	25	480
	% da construção	67,3%	27,5%	5,2%	100,0%
	% da Transitividade	100,0%	100,0%	100%	100,0%

Incluindo-se as passivas na escala de transitividade das impessoais, proposta no capítulo 7, temos a seguinte configuração:

passiva > impessoal não-clítica > impessoal clítica >
passiva de processo mental > impessoal de processo mental

A passiva figura no topo da escala por nela predominar a alta transitividade. Em seguida, vem a impessoal não-clítica por nela predominar a média transitividade, embora haja ocorrências de alta transitividade. A impessoal clítica vem logo depois porque, embora nela predomine a média transitividade, a diferença entre os percentuais de média e baixa transitividade é pequena. A seguir, vem a passiva de processo mental que se assemelha à impessoal de processo mental, pois nenhuma apresenta ocorrências de alta transitividade. Todavia, a passiva de processo mental é mais transitiva que a impessoal, pois nesta a predominância é de baixa transitividade, enquanto naquela predomina a média transitividade.

Aqui vale a pena lembrar o princípio proposto por Hopper e Thompson (1980) de que a transitividade e o relevo discursivo são diretamente proporcionais. Porém essa proporcionalidade não se verificou *in totum* na análise das impessoais.

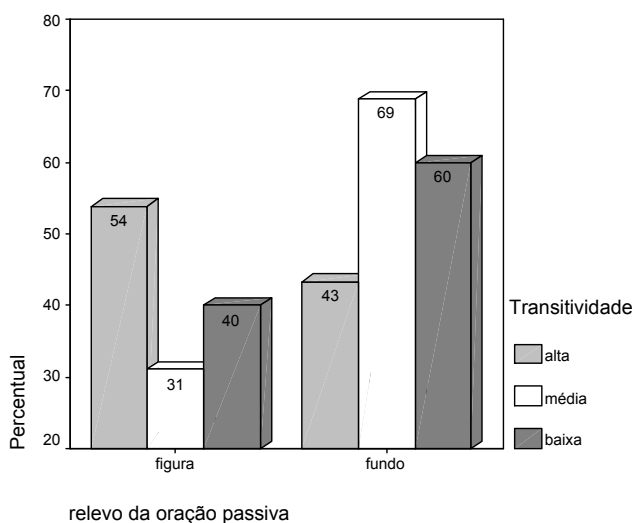
No que concerne às passivas, vamos primeiramente analisar o grau de figuratividade, em que levamos em conta os quatro contextos: oração, período, parágrafo e capítulo. Os resultados estão expostos na tabela 8.13.

Tabela 8.13: grau de figuratividade

	Nº	%
alta	300	62,5
média	136	28,3
baixa	44	9,2
Total	480	100,0

A alta frequência de passivas com figuratividade alta confirma o princípio de Hopper e Thompson (1980), uma vez que temos maior frequência de passivas com alta transitividade e com maior figuratividade. Todavia, para verificarmos a relação entre o grau de transitividade e o relevo discursivo, temos de cruzar as variáveis *transitividade* e *relevo discursivo da oração*, pois Hopper e Thompson (1980) só levaram em conta, em sua afirmação, o caráter Fundo ou Figura de uma oração e não os variados contextos considerados nos dados da tabela 8.12. Ao fazermos isso, encontramos, de fato, uma relação entre o grau de transitividade e o relevo discursivo, conforme ilustra o gráfico a seguir.

Gráfico 8.7: Cruzamento das variáveis transitividade e relevo discursivo



Há, portanto, uma tendência a uma oração passiva de alta transitividade ser Figura — 53,9% (174/323) de orações de alta transitividade são Figura — enquanto uma oração de baixa transitividade tende a ser Fundo: 60% (15/25) das de baixa transitividade são Fundo. As orações de média transitividade também tendem a ser Fundo: 68,9% (91/132).

8.4.Súmula dos resultados

Eis os resultados referentes à construção passiva na CGE:

- Existe uma frouxa relação morfossintática entre o verbo *ser* e o particípio, uma vez que não obedecem a uma ordem fixa e admitem intercalação de elementos, embora haja, quase categoricamente, concordância da forma *v-do* com o sujeito.
- Admite coordenação com construção adjetival, algumas vezes, mantendo o mesmo verbo.
- Predominam passivas sem Causativo expresso na oração, o que condiz com os resultados encontrados em outros trabalhos, como Givón (1993), Hawad (2002), Camacho (2002), Oliveira (2005) e inclui a passiva no domínio funcional mais amplo da impessoalização.
- Predominam verbos transitivos diretos e de ação-processo.

- O SN sujeito da passiva é tópico, altamente saliente cognitivamente e apresenta informação evocada.
- Há pequena diferença entre sujeitos lexicais e não-lexicais, mas predominam sujeitos lexicais, geralmente, um nome próprio, o que sugere a alta carga informacional do sujeito da passiva e, conseqüentemente, sua saliência cognitiva, que o leva a ser escolhido como ponto de partida na conceitualização de um evento de mudança.
- A posição do SN depende do grau de topicalidade e do estatuto informacional do referente: SNs tópicos e evocados tendem a ser antepostos ou a ser expressos por anáfora zero; SNs não-tópicos e novos tendem a ser pospostos.
- Há predominância de sujeitos que representam entidades animadas, o que mostra a tendência antropocêntrica do discurso da CGE.
- Predominam entidades negativamente afetadas pelo evento, especialmente quando o Causativo representa uma fonte de energia percebida, o que pode resultar do contexto cultural medieval.
- Predominam sujeitos com baixa proeminência morfológica, o que sugere a alta acessibilidade do referente, conforme determina o subprincípio de iconicidade — a quantidade.
- Em geral, o referente do SN sujeito da passiva, quando não está presente no contexto anterior, permanece no contexto posterior, o que condiz com as funções da passiva de mudança ou manutenção do tópico (mais esta que aquela) e indica a importância temática do referente.
- O índice de frequência das preposições que introduzem o Causativo é, em ordem decrescente: *de* > *per* > *por* > outras preposições.
- As preposições que introduzem o Causativo na passiva representam extensões metafóricas dos valores semânticos originais, mais concretos.
- Os Causativos omitidos da passiva são, na grande maioria, evocados ou inferíveis, o que mostra que a construção representa mais um mecanismo de perspectivação que propriamente de não-atribuição de causalidade.

- Predominam Causativos que representam entidades humanas, na maioria das vezes, com papel semântico de agente.
- O tipo de causa mais comum representa uma entidade animada ou inanimada concreta e percebida, o que indica o alto grau de causalidade da passiva.
- As passivas de processo mental apresentam grau de transitividade médio e baixo, o que as afasta das passivas canônicas, que apresentam alto grau de transitividade.
- A maioria das orações passivas apresentam alta figuratividade, o que significa que são *Figura* quando tomadas em relação ao contexto geral: oração, período, parágrafo e capítulo.
- Embora haja pequena diferença entre as orações passivas que isoladamente são *Figura* ou *Fundo*, há tendência de uma oração passiva de alta transitividade ser *Figura* e de uma oração de baixa transitividade ser *Fundo*, o que confirma a predição de Hopper e Thompson (1980).
- Dentre as construções de não-atribuição de causalidade estudadas até aqui, a passiva de ação é a mais transitiva, e a impessoal de processo mental é a menos transitiva, o que confirma a escala proposta na figura 6.1 em que a passiva se situa mais próxima à construção causativa.

CAPÍTULO IX A CONSTRUÇÃO MÉDIA NA CGE

Neste capítulo, trataremos da construção média, que, como vimos, no capítulo 2, prototipicamente constitui a codificação do construto absoluto, em que o tema é a entidade sob mudança e não há nenhuma referência à entidade causadora. Na gramática tradicional, ou mesmo na Lingüística, a construção média nem sempre tem estatuto reconhecido. Antes de procedermos à análise e discussão da construção média na CGE, passaremos em revista, brevemente, algumas considerações acerca dessa construção, a fim de esclarecer alguns pontos do exame de dados.

9.1. O estatuto da construção média

A construção média figura, entre os autores pré-NGB, vez ou outra sob rótulos distintos: *voz média*, *voz reflexiva*, *voz neutra*, algumas vezes relacionada à voz média grega e aos depoentes latinos (cf. BARROS, 1957, BARBOSA, 1875, RIBEIRO, 1908, SAID ALI, 1964). Na NGB, é totalmente descartada em favor da *voz reflexiva*. Os gramáticos modernos raramente abrem espaço para ela na sua classificação diatética, com exceção de uns poucos como Rocha Lima (1992), que fala da *voz medial*, subdividida em três tipos: *passiva*, *reflexiva* e *dinâmica*.

Na tradicional descrição lingüística do português, em geral, a voz média não recebe tratamento específico, dividindo com a reflexiva pouco espaço, como sucede em Camara Jr (1977), para quem a voz medial, subdividida em *reflexiva*, *dinâmica* e *expletiva*, é definida como aquela em que à forma ativa adjuge-se um pronome adverbial átono referente à pessoa do sujeito, indicando integração do sujeito na ação que dele parte.

Constitui exceção a esse tratamento conjugado, a descrição do lingüista cearense, Macambira (1986), que dedica algumas páginas à *voz média*, distinta da reflexiva e da recíproca no quadro de vozes apresentado pelo autor. Nesse, a média, embora comungue com a reflexiva e a recíproca um mesmo esquema estrutural no que diz respeito aos elementos obrigatórios, distingue-se destas pelos elementos opcionais.

Assim, para o autor, as três vozes apresentam o seguinte esquema estrutural, em

que A é o sujeito; B, o pronome correferencial ao sujeito e C, o verbo principal, todos obrigatórios como indica o sinal + antes das letras:

+A +B +C

A distinção entre elas é feita por elementos opcionais (afora observações de carácter semântico, como o fato de, na reflexiva, o agente e o paciente serem a mesma personagem e, na recíproca, personagens distintos), a saber: a possibilidade de acréscimo de expressões como *a mim mesmo, a si mesmo, a ti mesmo etc.*, na reflexiva, e *um ao outro ou uns aos outros*, na recíproca. A média seria caracterizada justamente por rejeitar ambos os acréscimos. Sobre ela, afirma o autor:

há uma certa relação de agente e paciente entre o sujeito e o conteúdo semântico do verbo. Quer dizer que o sujeito não é propriamente o agente do processo, mas atua como tal de certa maneira; não é propriamente paciente, mas sofre de certa maneira o efeito do processo verbal. Em suma, significa que o sujeito está apenas envolvido no processo. (MACAMBIRA, 1986, p.46)

O autor comenta que, em *meu amigo zangou-se com o vizinho*, o sujeito entra como agente, não, porém, ao ponto de zangar-se a si mesmo, pois ‘vizinho’ tem sua participação no processo. Não se trata de ‘meu amigo zangou meu amigo’, “apenas indica envolvimento no processo” (MACAMBIRA, 1986:46).

Considerar o sujeito da média do exemplo uma espécie de *agente* “apenas envolvido no processo” significa reconhecer-lhe o carácter de *experenciador* que se liga, de certo modo, à noção de *iniciador* e *ponto de chegada*. Como vimos, o primeiro papel subsume os papéis de *agente, experenciador e fonte mental*; e o segundo, os de *paciente, receptor e beneficiário*. Em verbos de emoção, como o do exemplo de Macambira (1986), devido à afetação inerente ao evento, há baixa distinguibilidade entre os participantes *iniciador* e *ponto de chegada*, por isto Macambira afirma ser o sujeito uma espécie de *agente*.

A despeito do tratamento especial, a voz média em Macambira não é suficientemente descrita, vez que não se limita à forma, mas depende de aspectos semântico-pragmáticos. Diante da semelhança estrutural das vozes reflexiva, recíproca e média, Macambira admite que, muitas vezes, só o contexto discursivo pode esclarecer o tipo de voz, como se depreende a partir dos exemplos (1)-(3).

- (1) Os meninos se feriram propositadamente (reflexiva)
- (2) Os meninos se feriram na briga (recíproca)
- (3) Os meninos se feriram na cerca (média)

No âmbito do gerativismo, a construção média é geralmente descrita como *ergativa*, considerada assim pela suposta relação com uma oração ativa cujo objeto é reinterpretado como sujeito. Esta relação pode-se dar na sintaxe ou no léxico. Duarte (1983), por exemplo, descreve as ergativas com *se* como um fenômeno de "inacusativização" de um verbo transitivo:

o argumento interno do verbo transitivo pode deslocar-se para a posição de sujeito e aí receber caso nominativo sob a regência de FLEX.(...) ou, uma vez que o Português é uma língua de sujeito nulo, tal argumento interno pode receber caso nominativo de um modo análogo ao descrito para as construções inacusativas impessoais, ocorrendo em estrutura-S em posição pós-verbal e sendo a posição sujeito ocupada por um pro expletivo, como nos exemplos [35]. (DUARTE, 1989, p.217).

Considerar as médias derivadas de ativas é, a nosso ver, desprezar casos, já observados (cf. LIMA, 1999; CAMACHO, 2002, 2003), de construções médias sem nenhum agente previsto na grade argumental. Comparemos, a propósito, as frases abaixo.

- (4) Pedro abriu a porta.
- (5) A porta foi aberta por Pedro.
- (6) A porta abriu-se sozinha.

Se, em (5), podemos entrever uma relação com (4), já não podemos dizer o mesmo de (6), que simplesmente não tem Agente, nem Causativo, sequer implícito. Trata-se, pois, de construções mediais que não têm vínculo nenhum com causativas. Foram assim reconhecidas por gramáticos tradicionais, como Ribeiro (1908), segundo o qual, o falante dá o evento como espontâneo, sem nenhum agente ou causa:

o uso do *se* exprimindo a colaboração e espontaneidade do agente, serve para designar phenomenos naturales; a agua evapora-se, — o que difere de — a agua é evaporada (podendo sel-o, nesse caso, artificial e propositadamente por outro agente). (RIBEIRO, 1908, p.221).

Neste caso, conforme já dissemos no capítulo 1, não cabe falar em *transformação*, ou mesmo em *derivação por redução de valência*, como faz Whitaker-Franchi (1989), em um viés lexicalista da doutrina gerativa, ou Dik (1989), via derivação de predicados da sua Gramática Funcional. Com efeito, a média corresponde

a uma construção cujo principal papel é a *não-menção* do agente (bem como do *Causativo*), por não-atribuição de causalidade, sem derivação e sem transformações, mas, como diz Kemmer (1993, p.145), apenas como uma das possibilidades de codificação diante de duas conceitualizações possíveis: a causativa e a autônoma (sem referência ao Causativo). Não negamos, portanto, à média, o fato de ser uma frase não-agentiva. O que contestamos, reiteramos, é ser ela derivada de uma frase agentiva. A média pode estar relacionada a uma construção causativa, em que teríamos uma relação causativa/incoativa. Contudo, esta ligação não se dá por nenhum tipo de vínculo transformacional: são apenas duas estruturas disponíveis aos propósitos comunicativos do falante do português.

No âmbito do funcionalismo, a média é estudada como um tipo de voz de-transitiva (cf. GIVÓN, 1993), em que o paciente é tópico e “não há nenhum agente claramente responsável pelo evento e nenhuma ação” (GIVÓN, 1993, p.75)¹. Também Camacho (2002) observa:

a maioria dos casos de voz média manifesta predicados com argumento único processado e todo o evento é tomado como não sendo o resultado da ação de uma outra entidade causativa. O sujeito parece ter alguma qualidade própria para gerar o processo que então só dele emana (CAMACHO, 2002, p.296).

Enfim, como mostra Kemmer (1993) em seu estudo cognitivo-tipológico: a voz média é uma categoria semântica coerente e complexa que recebe instanciação gramatical em muitas línguas, caracterizada pelo baixo grau de elaboração de eventos, ou seja, pelo grau com que facetas de uma situação particular, isto é, os participantes e os subeventos concebíveis na situação, são distintos. Reflete, assim, conceitualizações alternativas do falante, que tem a escolha de fazer referência a eventos como um todo indiferenciado, ou referir-se a subestruturas ou partes componentes deste evento. Nas palavras de Kemmer (1993):

léxico e gramática podem ser pensados como análogos a um microscópio que permite ao usuário selecionar diferentes níveis de resolução para os vários objetos físicos observados. Ao escolher um meio de expressão particular (limitado, claro, pelos padrões de expressão convencionais), o falante pode efetivamente aumentar ou diminuir a resolução de um dado evento, de modo a salientar sua estrutura interna em maior ou

¹ There is no clearly discernible responsible agent, and thus no action (GIVÓN, 1993, p.75).

menor medida, conforme suas necessidades expressivas numa dada situação (KEMMER, 1993, p. 210)².

Diferentemente de outros autores que tratam a média como casos de "detransitivização", Kemmer (1993) considera que a intransitividade morfossintática da média é simplesmente uma manifestação formal de uma estrutura de evento menos elaborada. Devido à baixa distinguibilidade dos participantes, as construções que expressam eventos médios tomam as propriedades da intransitividade superficial que se relaciona prototipicamente a eventos de um participante. A morfologia média pode ser vista, portanto, como uma estratégia de variação na estrutura conceitual de eventos. Sua função mais específica é assinalar um afastamento do evento transitivo canônico na direção do evento intransitivo. Em outras palavras, um afastamento de um evento causativo na direção de um de não-atribuição de causalidade, ou não-causativo, conforme discutimos no capítulo 2.

9.2. Manifestação formal da média em português

De um ponto de vista estritamente formal, em português, a média recebe duas codificações verbais possíveis: a construída na base de um verbo na forma ativa, ou seja, conjugado na forma simples ou em perífrases com *ter/haver*, acompanhado ou não do clítico *se*; e a construída com verbos de mudança de estado, como *ficar*, *tornar-se*, e um adjetivo ou participípio. Há verbos que admitem as duas codificações, como, em geral, os verbos de emoção, como *zangar-se*; outros admitem apenas uma ou outra. Há casos de verbos que, admitindo apenas a forma intransitiva, podem ser construídos com ou sem o clítico.

Categorizamos o primeiro tipo como *média clítica* e *média não-clítica*, conforme admita ou não o clítico *se*. Quando há relação causativa/média com verbos formalmente idênticos quanto ao semantema, dizemos que há homonímia, uma vez que descartamos processos transformacionais. Na média, o evento é visto como espontâneo ou sem agente discernível; na causativa, como acarretado por outra entidade.

² Lexicon and grammar can be thought of as analogous to a microscope which allows the user to select different levels of resolutions for the various physical objects observed. In choosing a particular linguistic means of expression (constrained, of course, by conventional patterns of expression), the speaker can effectively turn up or turn down the resolution on given event so as to highlight its internal structure to a greater or lesser extent, according to his or her expressive needs in a given situation. (KEMMER, 1993, p.210)

A intransitividade morfossintática da construção média é, na verdade, uma manifestação formal de uma estrutura de evento menos elaborada, como diz Kemmer (1993). Mesmo nos casos em que dois participantes ainda possam ser distintos, como em médias menos prototípicas, como em *levantou-se da mesa*, a baixa distinguibilidade dos participantes relaciona tais construções a eventos de um participante ou a eventos endocêntricos, de que fala Pottier (1992).

Há, pois, graus de intransitividade na média. A média mais prototípica é também a mais intransitiva. Nela figura apenas um actante nominal obrigatório, na posição de sujeito, relacionado, por sua vez, a uma única entidade. Corresponde a casos de média espontânea já comentada, ou média², na figura 6.1, apresentada no capítulo 6. Constitui, segundo Jan Gonda (*apud* KEMMER, 1993, p.146), exemplo de média por excelência, se considerarmos a média indo-européia encontrada em grego e em sânscrito.

Todos os outros usos da média seriam derivados desse uso primário, posição partilhada por Said Ali (1964):

a linguagem, aproveitando-se dessa facilidade, torna o mesmo processo extensivo a casos de outra espécie e trata como se espontâneos fôssem atos emanados de agente que não se quer ou não se sabe mencionar. (SAID ALI, 1964, p.179)

Tais casos constituem, a nosso ver, médias menos prototípicas, usadas como recurso para codificar não-atribuição de causalidade, ainda que, na realidade extralingüística, haja uma entidade desencadeadora do evento. Em outras palavras, como já discutimos no capítulo 2, quando tratamos do construto absoluto, muitos dos processos descritos por construções médias têm, no mundo físico, um agente ou uma causa específica, mas o falante os apresenta de modo a relevar o processo em si, como se o agente ou a causa não existisse³. Constituem exemplos construções médias como as citadas abaixo colhidas do PORCUFORT e estudadas por nós (cf. LIMA, 1999), em que o Causativo, embora exista, não pode aparecer, sob pena de tornar a frase agramatical:

- (7) a partir de amanhã *aumenta* o preço...(D207-14/418-PORCUFORT)
*a partir de amanhã *aumenta* o preço *pelo governo/com o governo*.
- (8) os preços *BAIXEM* (D228-14/435-PORCUFORT)
*os preços *baixem com os comerciantes/pelos comerciantes*

³ O mesmo pode-se dizer, a rigor, da média², cujos eventos naturais podem de fato ter um Causativo, mas ou este é interno ao participante, como em *a árvore cresceu*, ou corresponde a fenômenos biofísicos como em *a água ferveu*. Em ambos os casos, são dados como espontâneos.

- (9) à noite as estações *fecha diminui* ... os nossos pontos de cruzamento (DID42-364/383-PORCUFORT)
 *...as estações *fecha pelo vigia/com o vigia*

Outro tipo de média menos prototípica é aquele em que o Causativo aparece na forma de um sintagma preposicionado que corresponde a um sintagma nominal de natureza também causativa, em construções causativas. É o que ocorre nesses dados do *corpus* PORCUFORT, constantes de verbos de emoção:

- (10) a Índia também eu *me apaixonei* pela Índia...(DID43-14/498-PORCUFORT)
 (11) eu ME *me chateava* muito com o pessoal da Teologia da (D233-6/152-PORCUFORT)
 (12) ele queria aquele resPElto aquele comportamento que é difícil (sabe?) pai sempre... se *zanga* com os filhos (DID08-5/137-PORCUFORT)
 (13) eu *me decepcionei*... com as QUINta e sexta (D2116-8/243-PORCUFORT)
 (14) os GRANdes arTISTas argenTInos... eh:: eles... eh:: se *FASCINAM* com a música brasileira...(D228-22/703-PORCUFORT)
 (15) a. uma freirinha lá que... se *empolgou* com a estó::ria...(DID41-363/307-PORCUFORT)

Média menos prototípica também transitiva ocorre com verbos de movimento como *afastar*, *distanciar*, *desviar*, que manifestam um argumento apagável na forma preposicionada: *ele afastou-se do rio/ele afastou-se sem dizer nada*. Diferentemente das médias de emoção, o complemento não é *iniciador*, mas *origem*.

Por fim, mencionamos um quarto tipo de média menos prototípica, cujos verbos não constituem um campo semântico homogêneo, a exemplo de *acostumar*, *adaptar*, *adequar*, *habituar*, *conformar*, *encaixar*, *saturar*, *moldar*, *instalar*, *limitar*, *reduzir*, *especializar*. Extraímos alguns exemplos do mesmo *corpus* PORCUFORT:

- (16) a repressão vai até determinado ponto para que elas também *se acostume* a num ser:: donas do MUNdo e da verDAde... (DID08-3/72-PORCUFORT)
 (17) barata *se adapta* a tudo... (EF38-68/426)
 (18) então a se ela *se assemelhou*... à atitude irreverente... iconoclasta... demoliDOra... da rapaziada (EF156-245/176-PORCUFORT)
 (19) daqueles... que:: *se encaixariam* nessa::... escola... né?... (EF35-175/51-PORCUFORT)
 (20) eu queria *me especializar* na... inforMÁtica (DID46-15/546-PORCUFORT)

9.2.1. A média clítica

A média clítica figura com um pronome correferencial, sem valor anafórico, cuja função, segundo alguns autores, seria “reduzir a valência” ou “alterar a diátese” (cf. WHITAKER-FRANCHI, 1989; DIK, 1989; CAMACHO, 2002, 2003). Atua, pois, com valor próximo do de um afixo verbal: marcar voz média.

Inicialmente restrito à reflexiva, o clítico *se* foi, aos poucos, sendo usado com outras funções, até o ponto de termos, em português moderno, a situação de uma forma associada a diversas funções: *indeterminador, medial, reflexivo, recíproco*⁴. Segundo Kemmer (1993:161), trata-se de um caso de gramaticalização, embora não tenha havido perda de função semântica, mas aquisição de novas funções:

de um marcador com uma função relativamente concreta, nominal/referencial (um pronome reflexivo), ele adquiriu uma função semântica que era verbal, isto é, centrada mais no evento que no objeto, ou seja, mais média que reflexiva..⁵ (KEMMER, 1993, p. 161)

No português atual, o *se* nem é exclusivo da média, nem é necessário. Daí, não se poder generalizar como faz Macambira (1986), que coloca o clítico como elemento obrigatório no esquema estrutural da média. Há diversos casos de construções médias ilustrados como se segue:

(21) ***se* facultativo na média**

- a. O barco afundou / o barco afundou-se
- b. A porta abriu / a porta abriu-se

(22) ***se* obrigatório na média**

O menino feriu-se na cerca /*o menino feriu na cerca

(23) ***se* necessariamente ausente na média**

- a. O bolo amaciou. / *o bolo amaciou-se
- b. O pasto verdejou / *o pasto verdejou-se
- c. A árvore cresceu/ *a árvore cresceu-se
- d. O gato morreu/ *o gato morreu-se
- e. A folha caiu/*a folha caiu-se.

A possibilidade de omissão do clítico medial em contraste com a obrigatoriedade do *se* reflexivo, levou Camacho (2003) a hipotetizar que o português brasileiro estaria deixando de ser uma língua de marcação única, ou seja, tendo um mesmo marcador de média e reflexiva, para tornar-se uma língua de marcação dupla, o que se coaduna com o princípio da iconicidade:

apesar dessa convergência formal das línguas românicas, é possível considerar a hipótese de que a distinção gramatical entre construções médias e reflexivas, presente no latim clássico, venha a traduzir-se,

⁴ O pronome *se* assumia no latim as funções de reflexivo e recíproco. O valor recíproco, todavia, embora encontrável em alguns textos latinos, “não se trata de construção normal na língua literária” (MAURER JR., 1959, p.174), que preferia a forma *inter se* para expressão da reciprocidade. Também, no latim vulgar, segundo relatos de Väänänen (1975), Bréal (1998), Bourciez (1946) e Elia (1979), o *se* ocorria como marcador de voz média, mas não sabemos em que proporção.

⁵ From a marker with a relatively concrete, referencial/nominal function (a reflexive pronoun), it acquired a semantic function which was verbal, i.e. event-centered rather than object-centered, i.e., middle rather than reflexive.”(KEMMER, 1993:161)

respectivamente, na ausência e na presença do clítico. Nesse aspecto, o PB falado estaria numa fase mais avançada que o PE de desenvolvimento de um sistema de marcação dupla, similar ao do russo. (CAMACHO, 2003, p.116).

Contudo, esta consideração permaneceu apenas como hipótese, visto que o autor não procedeu a um exame quantitativo de dados da língua falada. Ainda quanto à facultatividade do *se* medial, Monteiro (1994) é do parecer de que isto seja variação diatópica:

a variação é freqüentemente de natureza diatópica, de tal sorte que o uso do clítico pode causar estranheza a pessoas que falam um determinado dialeto e ser perfeitamente normal a outras (MONTEIRO, 1994, p.94).

A propósito, em Lima (1999), encontramos, num total de 625 ocorrências de voz média, coletadas no *corpus Português Oral Culto de Fortaleza*, 415 (66,4%) casos de média pronominal, contra apenas 33,6% de média não-pronominal. Os dados indicaram que a média pronominal é praticamente regra com verbos de emoção, pois 95,5% destes foram codificados na forma pronominal. Com os verbos de outros campos semânticos, a diferença foi menor, mas a forma pronominal ainda preponderou: 61,2% de pronominal, contra 38,8% de não-pronominal. Os exemplos abaixo retirados do *corpus* já citado ilustram casos de facultatividade do *se*:

- (24) *o caixão se abria* (D2-30-PORCUFORT)
- (25) *ele... reaparece... abre a ferida* (DID-150-PORCUFORT)
- (26) *quando acordo:... e sento à MEsa...* (DID-09-PORCUFORT)
- (27) *hoje me acordei a/...* (D2-16-PORCUFORT)

Segundo Vesterinen (2006), o pronome *se* é o mais vago e indefinido dentre as formas pronominais de terceira pessoa, pois não apresenta marca de gênero nem de número como sucede com as formas *ele/o* e *lhe*⁶, e é multifuncional. Esta multiplicidade de funções leva à dificuldade de definir seu *status* formal. A esse respeito, Monteiro (1994) argumenta que classificar o *se* como pronome significaria reconhecer-lhe um valor dêitico e anafórico que não há nas frases médias e passivas (aqui consideradas como construções impessoais clíticas).

Para nós, no entanto, a perda de um valor específico necessariamente não implica mudança de classe, uma vez que admitimos a escalaridade e a possibilidade de

⁶ O autor argumenta que sequer tem marca de caso, no que discordamos, uma vez que é formalmente marcado como complemento, podendo funcionar como acusativo ou dativo, semelhantemente a outros pronomes pessoais como *me* e *te*, opostos formalmente aos pronomes-sujeito *eu*, *tu* e *ele*. A diferença entre *se* e os de 1ª e 2ª pessoa é a noção de reflexividade presente naquele e não nestes. Talvez Vesterinen (2006) se refira, não à análise tradicional, mas à análise gerativa que vê em *se*, nalguns contextos o caso nominativo.

uma forma situar-se na fronteira, apresentando traços de uma e de outra classe. No caso específico do *se* em português, parece-nos indiscutível que, no português atual, este ainda faz parte do sistema pronominal, pois é forma dependente que se comporta, quanto à colocação, da mesma forma que os outros pronomes clíticos, e pertence ao paradigma pronominal. Não importa que, no estágio atual, funcione em construções médias e impessoais como afixo verbal. Trata-se, assim, de um processo de gramaticalização em curso.

9.2.2. *A média não-clítica*

Como afirmamos, em português, nem sempre a média é marcada formalmente pelo clítico. Há algumas ocorrências em que o *se* é facultativo e outras em que é impedido de figurar. Embora, em sua descrição da média em português, Camacho (2003) reclame a presença do *se* como marcador médio para diferenciá-la da ativa, reconhece que podem ocorrer alternativas não-clíticas, consideradas casos típicos de variação restrita à construção média.

Aqui consideramos médias não-clíticas não apenas os casos de facultatividade já exemplificados, mas também aqueles em que há um verbo intransitivo de processo como *morrer*, *cair*. Em Lima (1999), excluímos esses casos por violarem um dos critérios então usados para a classificação de uma construção como média: a correlação com uma frase de mesmo sentido proposicional, construída com verbo de ação-processo:

é certo que há uma correlação entre *morrer/matar* e *cair/derrubar* semelhante a que há entre uma construção ativa e uma média, o que observara Borba (1996) (...). Todavia, essa relação não se dá no plano sintático, mas no plano lexical. Não é um mesmo verbo que pode expressar voz ativa ou média, é um verbo que traz no seu semantema sentido processivo (LIMA, 1999, p. 140).

Por adotarmos aqui outro ponto de vista, em que as relações entre gramática e léxico se tornam mais fluidas, acatamos como médias não-clíticas construções em que entram verbos intransitivos de processo de valor incoativo. Convém levar em conta que, por razões sobejamente defendidas, não acatamos a derivação de predicados, nem consideramos a necessidade da marcação formal.

Enfim, admitimos como construções médias não-clíticas aquelas cujo predicado é *morrer*, *envelhecer*, *nascer*, *apodrecer*, *cair* etc. por se enquadrarem no protótipo de medialidade que adotamos: construções de mudança em que a entidade

causativa não é conceitualizada, o que se manifesta na intransitividade morfossintática. Também são mediais, para nós, construções com verbos não-pronominais intransitivos, formalmente relacionados a outros transitivos, como *cozinhar*, *secar*, *virar* e outros fartamente exemplificados em Whitaker-Franchi (1989), que se constroem sem o clítico. Em todos esses casos, a medialidade não é marcada formalmente, mas apenas sintática e semanticamente.

Essa possibilidade de transitivar e intransitar formações verbais já está presente, segundo Duarte (1990, p.156), no sistema lingüístico latino germinalmente. Assim, *aceto*, *are* ‘azedar’, derivado do adjetivo *acetus, a, um* ‘azedo’, podia significar tanto ‘tornar azedo’ como ‘tornar-se azedo’, como em *vinum acetat* ‘o vinho fica azedo’, em que se expressa a mudança de estado espontânea por um verbo intransitivo sem marcas formais. Esse processo generalizou-se em português em que temos uma série de verbos causativos relacionados a outros mediais sem recurso mórfico algum: *cristalizar* ‘tornar-se ou tornar cristalizado’, *branquear* ‘tornar-se ou tornar branco’, *envelhecer* ‘tornar-se ou tornar velho’, *entristecer* ‘tornar-se triste ou tornar triste’, *enlouquecer* ‘tornar-se louco ou tornar louco’.

A propósito destes últimos, cumpre lembrar o que falamos brevemente no capítulo 3. Boa parte dos verbos usados na média não-clítica é derivada de nomes através dos sufixos *-ecer* e *-escer*, que marcam formalmente o estatuto evolutivo de uma propriedade. De acordo com Duarte (1990, 2004b), no sistema verbal latino, os sufixos, *-sc(ere)* e *-esc(ere)* eram usados, nos tempos do *infectum*, para a marcação do aspecto incepto-continuativo⁷ inicialmente a partir de verbos de estado e posteriormente a partir de nomes adjetivos ou substantivos, conforme se demonstra no quadro abaixo, adaptado de Duarte (1990, p.129-130).

(26) Sistema latino de formações incoativas

adjetivo/substantivo	estativo	incepto-continuativo
<i>albus, a, um</i> ‘alvo’	<i>albeo, ere</i> ‘ser ou estar alvo’	<i>albescio, ere</i> ‘tornar-se alvo’
<i>clarus, a, um</i> ‘claro’	<i>clareo, ere</i> ‘ser estar claro’	<i>claresco, ere</i> ‘tornar-se claro’
<i>senex, senis</i> ‘velho’	<i>seneo, ere</i> ‘ser estar velho’	<i>senesco, ere</i> ‘tornar-se velho’
<i>maturus, a, um</i> ‘maduro’		<i>maturesco, ere</i> ‘tornar-se maduro’
<i>vanus, a, um</i> ‘fraco’		<i>vanesco, ere</i> ‘tornar-se fraco’
<i>flor, oris</i> ‘flor’	<i>floreo, ere</i> ‘ser ou estar florido’	<i>floresco, ere</i> ‘tornar-se florido’
<i>aurora, ae</i> ‘manhã’		<i>auroresco, ere</i> ‘tornar-se manhã’

⁷ Com a denominação *incepto-continuativo*, o autor destaca o valor inceptivo ou cursivo do sufixo. Note-se que, usado apenas no *infectum*, já marcado pelo valor imperfeito, o sufixo apresenta-se como um intensificador da noção de processo inconcluso.

No sistema do *perfectum*, o sufixo desaparece, o que leva à confusão entre os estativos e os incepto-continuativos que assumem a mesma forma, como *candeo, candui* ‘sou ou estou/fui ou estive branco’ e *candesco, candui* ‘torno-me branco/fiquei branco’. Ou seja, no perfeito, há ambigüidade entre uma leitura [+estativa], de estado adquirido e uma leitura [+processiva], própria da média. Essa confusão formal e a semelhança de sentido entre estativo e processivo propiciaram, em alguns casos, o uso de um pelo outro, como mostra a observação da gramática citada por Väänänen (1975) e já referida: *calesco non est caleo, sed calere incipio* ‘calesco não é ser quente, mas começar a ser quente’. A propósito, afirma Duarte (1990):

no plano semântico, pode-se dizer que os verbos de estado constituíam-se tributários daqueles de aspecto incepto-continuativos: o ser ou estar Y_{adj} é a meta do achar-se em processo inicial e/ou continuado Y_{adj} . Existe uma espécie de interação semântica, de cunho metonímico, mais especificamente de causa/efeito (DUARTE, 1990, p.128).

Com a reformulação do sistema verbal latino de base essencialmente aspectual para um sistema de base temporal, perdeu-se o valor incepto-continuativo do sufixo, que se estendeu a todas as formas verbais⁸. Assim, a noção de mudança de estado, que podia ser expressa tanto no *infectum* como no *perfectum* e antes era apenas secundária nos verbos incepto-continuativos, passa a ser associada ao sufixo *-ecer*. Do antigo sistema de oposição estativo/incoativo, restaram, em português, apenas resquícios, muitas vezes meramente formais, como nos pares: *florir/florescer, falir/falecer, guarir/guarnecer aborrir/aborreecer*⁹. Em algumas formações, o sentido incoativo se obliterou totalmente como em *esquecer, parecer, oferecer, permanecer, obedecer, carecer, merecer*.

9.2.3. A média perifrástica

A terceira manifestação formal da medialidade em português é o que chamamos *média perifrástica*, formada com verbo de mudança, como *ficar*, e um participio ou adjetivo. Na descrição do português, ela não tem lugar definido, ora figura como média, ora como passiva e ora como predicativa, a depender da orientação do autor. Outras línguas, como o inglês, têm construções similares que também resistem a uma

⁸ Somemos a isto o desaparecimento dos verbos estativos em latim que eram pouco freqüentes, o que logrou duas conseqüências, a incoatividade a partir de nomes e adjetivos, e a estatividade a partir de *ser*.

⁹ Estes dois últimos pares existiam no português arcaico, mas no estágio moderno só sobreviveram as formas em *-ecer*, as únicas que encontramos no nosso *corpus*.

classificação única. Inclui-se, nesse caso, a construção inglesa com *get*, chamada por uns *passiva de get* e, por outros, *média adjetivo-lexical* (cf. GIVÓN, 1993).

Em geral, verbos mediais admitem paráfrases com *ficar + v-do/adjetivo*, de modo que se pode ter a construção medial não-perifrástica e a construção medial perifrástica, a exemplo de *zangar-se/ficar zangado*, *encher-se/ficar cheio*, *abrir-se/ficar aberto*. Nem sempre, contudo, a perífrase se lexicaliza, havendo, assim, construções mediais perifrásticas que não admitem paráfrases com mediais simples: *ficar feliz*, *tornar-se amante*, *ficar bonito*. Uma vez que adotamos um tratamento onomasiológico, não há como não admitirmos como mediais tais construções que codificam eventos em que há uma entidade afetada, ou sob mudança, conforme vimos discutindo.

Observemos que verbos incoativos, como *amadurecer*, *azular*, *embelezar*, *entristecer*, *esvaziar* entre outros, que podem ser causativos ou mediais, admitem a perífrase medial com *ficar/tornar-se*, e a perífrase com *tornar* que tem leitura causativa:

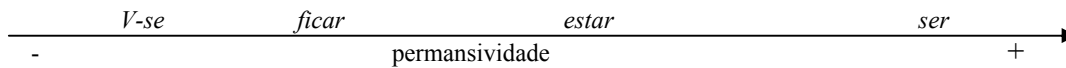
- (28) O sol amadurece a fruta / a fruta amadurece.
- (29) O sol amadurece a fruta = o sol torna a fruta madura.
- (30) A fruta amadurece = a fruta fica/torna-se madura.

Cabe ressaltar que, embora admitamos a possibilidade de paráfrases entre construções mediais, não corroboramos a posição de estudiosos como Borba (1996), para quem construções com *ficar* são sinônimas de construções médias constituídas de verbo + clítico *se*, a não ser que se alerte sobre uma paráfrase imperfeita. É o que faz Carvalho (1984), que, embora atribua valor ingressivo as duas construções, as diferencia semanticamente quanto ao aspecto:

a relação entre elas é a de um antes para um depois: “a maçã amadureceu” exprime um facto anterior a “a maçã ficou madura”, podendo a segunda frase referir-se a um facto observado no momento presente, ao passo que a primeira só pode referir-se ao passado. (CARVALHO, 1984, p. 144-145)

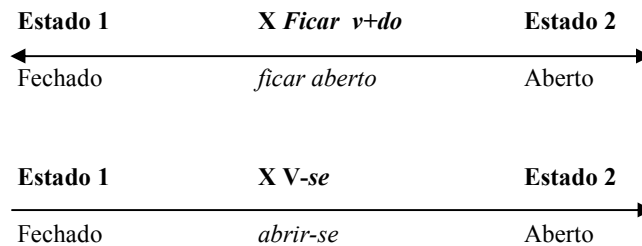
Sem que tomássemos conhecimento da posição de Carvalho (1984), em Lima (1999), chegamos a raciocínio semelhante, analisando, no português falado, as construções mediais com *ficar* e com *se*. Observamos que as construções com *ficar + v+do* diferem das construções mediais não-perifrásticas quanto ao modo da ação, posição que mantemos nesta tese. Naquele trabalho, propusemos uma escala de permansividade, reproduzida abaixo, que buscava distinguir as construções mediais e as estativas.

Figura 9.1: Graus de permansividade



Para nós, construções com *ficar* podem tanto pressupor, como não, uma mudança de estado, enquanto as construções com *se*, obrigatoriamente, pressupõem um estado anterior diferente. Isso está representado pelo diagrama abaixo, também retirado de Lima (1999).

Figura 9.2: Diagrama ilustrativo da mudança de estado



Isto permite que se construam frases com *ficar* do tipo: *o portão, que já estava aberto, ficou aberto*, cuja leitura é de permansividade, ou seja, *manter-se*. Também se pode dizer *o portão, que estava fechado, ficou aberto*, indicando mudança de estado, ou seja, *tornar-se*. Já com a forma pronominal *abrir-se* só se formam frases do tipo *o portão, que estava fechado, abriu-se*. A frase *o portão, que já estava aberto, abriu-se* soaria anômala.

Outra diferença de comportamento entre as construções com *ficar* e com *se*, que não deve ser ignorada, é o fato de as primeiras admitirem orações infinitivas finais e as segundas, não. Whitaker-Franchi (1989, p. 28) afirma, a propósito da diferença entre passiva e ergativa, que a admissão de construções finais pode ser um indício de que a construção analisada tenha leitura [+agentiva]:

- (31) (a) A médica abriu o olho para [e] ver a lesão.
 (b) O olho foi aberto para [e] ver a lesão.
 (c) Abriu-se o olho para [e] ver a lesão.
 (d)?O olho abriu para [e] ver a lesão.
 (e) O olho ficou aberto para [e] ver a lesão.

A leitura [+agentiva] aproxima as construções com *ficar* das passivas. Há indícios, porém, de que a admissão de orações finais só se aplica aos casos em que *ficar* indicar permansividade. Verbos de emoção, por exemplo, que não admitem tal leitura, não admitem construções finais:

- (32) *Pedro ficou zangado para que ele (Pedro) reagisse.
(33). *Pedro que estava zangado , ficou zangado/zangou-se

Parece-nos, portanto, que o verbo *ficar* apresenta dois usos, indicando permansividade e mudança de estado. No primeiro caso, aproxima-se da construção passiva, embora indicando um grau de permansividade (ou estativização) menor que o do verbo *ser*. No segundo, constitui construção medial perifrástica. A diferença entre um e outro uso é, muitas vezes, sutil demais e, para estabelecê-la, nem sempre o contexto é suficiente, daí, provavelmente, a oscilação dos estudiosos que não sabem onde colocá-la.

A propósito dos valores semânticos de *ficar*, vale citar, mais uma vez, Carvalho (1984) e Lehmann (2008), que o acompanha de perto. Ambos destacam como valor primário de *ficar* o valor de permanência: “o significado básico de *x fica P* é ‘*x* permanece *P*’, isto é, ‘até um ponto temporal de referência *t*, *P(x)*, e depois de *t*, ainda *P(x)*’, onde *P* é um predicado no sentido lógico” (LEHMANN, 2008, p.3), como em (34).

- (34) a. E assy *ficarom* aquella noyte (CGE-87)
b. E *ficou* enton essa raynha Amalasente e~ Itallya co~ seu padre el rey Teuderigo (CGE-103)

Contudo, o foco do significado não é simplesmente a permanência dum estado anterior, mas no fato de essa permanência contradizer expectativas:

ficar significa em primeiro lugar ‘permanecer, manter-se num dado lugar’, implicando a mobilidade do sujeito, *contraposta a um movimento real ou virtual do mesmo ou ao movimento de outro sujeito* (CARVALHO, 1984, p.131-132). [grifo nosso]

Em outras palavras, como diz Lehmann (2008), a primeira frase do significado básico, ‘até a um ponto temporal de referência *t*, *P(x)*’ constitui uma pressuposição de *x fica P*, enquanto a segunda frase, ‘e depois de *t*, ainda *P(x)*’, constitui a asserção. O significado genérico — interseção de todos os sentidos e, por isso, mais abstrato¹⁰ — de *ficar* é, portanto, parte da asserção do significado básico: ‘a partir de um ponto temporal de referência *t*, *P(x)*’. Por não fazer o significado genérico nenhuma referência à vigência de *P(x)* antes de *t*, ocorrem as variantes aspectuais, para as quais concorrem o

¹⁰ O autor se baseia em Jakobson (1936 *apud* LEHMANN, 2008) que diferencia significado básico e significado genérico. O primeiro está na base diacrônica de todos os sentidos, que podem ser mudanças de vários tipos do significado básico. O segundo é o conjunto de interseção de todos os sentidos, no que têm de comum e pode ser muito abstrato.

significado lexical de P, a estrutura interna de P, o aspecto e tempo de *ficar*, e naturalmente, o contexto mais amplo. Quanto ao primeiro fator, Lehmann (2008, p.4) apresenta três possibilidades:

- **sentido durativo:** se P representa uma propriedade que não tem (semanticamente) fronteira inicial intrínseca (e portanto não se adquire num processo), mas que contrasta com o seu contrário, então resulta a implicação de que P(x) era já o caso antes de t (isto é, o significado básico). Neste caso, *x fica P* significa ‘x permanece P’;
- **sentido ingressivo:** se P representa um estado que tem fronteira inicial intrínseca, esta se identifica com t. Assim resulta a implicação de que antes de t, $\neg P(x)$ era o caso. Nesta constelação, *x fica P* significa portanto ‘x torna-se P’;
- **sentido resultativo:** se, além de implicar uma fronteira inicial, o estado representado por P é o resultado de um processo que a ele leva, resulta a implicação de que x vem sendo envolvido num processo que no momento t alcança o resultado P. Neste caso, *x fica P* significa ‘até t, x está envolvido no processo que leva a P; x atravessa a fronteira t, e assim começa P(x)’.

Embora só os dois últimos nos interessem por refletirem uma situação de mudança, encontramos na CGE os três sentidos, conforme se depreende dos exemplos:

(35) **durativo**

E os Godos que *ficaron vivos* da parte del rey Aguyla e os outros das terras (CGE-123)

(36) **ingressivo**

E o bispo e os sancrista~a~es da igreja *ficaron muy spantados*, (CGE-150)

(37) **resultativo**

se esto no~ queredes fazer de maneyra que *fique vençudo* Julyo César (CGE-77)

Nem sempre a diferença entre os sentidos ingressivo e resultativo é clara. Carvalho (1984), por exemplo, mostra que uma mesma perífrase pode ter os dois sentidos:

como diferença fundamental entre *ficar + A* e *estar + A*, temos que a primeira perífrase significa, com valor ingressivo, o processo que conduz ao novo estado, com valor resultativo, o próprio estado enquanto dependente do processo que afecta o sujeito, ao passo que a segunda significa o mero estado, independentemente do processo que a ele conduziu (CARVALHO, 1984, p.144).

Como se vê, a diferença entre um e outro pode ser muito sutil. Afinal, a mudança de estado está presente nos dois sentidos, apenas no resultativo, há uma referência implícita a um processo anterior. Palomanes Ribeiro (2007), no quadro teórico das Gramáticas das Construções de Goldberg (1995), não faz menção aos dois usos e trata como resultativas construções como *Andréia ficou desesperada*, em que há um evento X TORNAR-SE Y e um outro evento, “que é entendido como algo causando a mudança expressa pelo evento central da cláusula com *ficar*” e que “vem, em geral, em

cláusula anterior do mesmo discurso” (PALOMANES RIBEIRO, 2007, p.128).

Na análise dos dados da CGE, não nos ocuparemos de distinguir os dois sentidos, haja vista que nosso interesse é precisamente com a noção de ‘mudança de estado’ que faz parte dos dois significados de *ficar*.

9.3. A relação impessoal, passiva e média: reflexões

Em latim¹¹, a média confundia-se formalmente com a passiva por assumir as mesmas formas sintéticas em *-r*, nos chamados verbos *deponentes*. A distinção era basicamente semântica, uma vez que, na média, não se cogitava um agente e, na passiva, a presença deste era, pelo menos, pressuposta. Formas, como *laveor*, por exemplo, podiam significar tanto ‘sou lavado’, na leitura passiva, como ‘lavo-me’, na leitura medial. A interpretação, portanto, era muitas vezes dependente do contexto, como no exemplo de Quintiliano, citado por Baldi (1999), em que a ausência de um agente numa frase de significado geral¹² leva à interpretação da frase como voz média:

- (38) Nam bona facile mutantur in peius
‘Porque as coisas boas mudam(-se) facilmente para pior’

Segundo Martins (2003), a média clítica emerge, em latim, como resultado da proximidade semântica entre reflexivas e médias: *se lavit – lavetur* ‘lava-se’. A partir daí, a voz média podia ser expressa com *se* ou com a morfologia passiva de uma forma verbal: *moveri* ou *se movere* ‘mover-se’. Esta segunda forma vai-se tornando mais comum à medida que a passiva sintética vai deixando de ser usada em favor da forma analítica com *sum* + participio passivo, que antes era restrita aos tempos do *perfectum*.

A mesma ambigüidade que havia entre frases médias e passivas desinenciais afeta as frases com *se*. Assim, se uma frase como *mores mutantur* admitia tanto a interpretação passiva ‘os costumes estão sendo mudados (por alguém)’, como a interpretação medial ‘os costumes estão mudando (por si próprios)’, *mores se mutant* também passa a admitir as duas leituras, o que leva à emergência do *se* passivo, originado, de acordo com Martins (2003), do *se* medial.

Similar ambigüidade entre passiva e média havia no período medieval, mas, para a primeira, havia, paralelamente à construção com *se*, a construção com *ser* +

¹¹ E também em grego, em que médias e passivas só se distinguiam no futuro e no aoristo derivacionalmente (cf. ANDERSEN, 1996).

¹² Note-se que a frase se assemelha à média facilitativa de Kemmer (1993) e Givón (1993).

participio. Além disso, vimos que a passiva clítica admitia, na língua arcaica, a expressão opcional do agente, o que, ao lado do contexto, auxiliava no desfazimento da ambigüidade. Este quadro 9.1. resume as relações entre as diáteses discutidas.

Quadro 9.1. A relação entre passiva, reflexiva e média, do latim ao português

	Passivo Y é/foi V (por X)	Passivo-impessoal (X) V Y	Reflexivo X V (a si mesmo)	Medial X V (sozinho)
Latim clássico	<i>movetur</i> ‘é movido’ <i>est motus</i> ‘foi movido’	<i>vivitur</i> ‘vive-se’	<i>movet se</i> ‘move-se’	<i>movetur</i> ‘move-se’
Latim vulgar	<i>est motus</i> ‘é movido’ <i>Fuit motus</i> ‘foi movido’	<i>movet se</i> ‘move-se’	<i>movet se</i>	<i>movet se</i>
Português	<i>é movido</i> <i>foi movido</i>	<i>move-se X</i>	<i>X se move</i>	<i>X se move</i>

No que diz respeito apenas à média, a perda das oposições morfológicas no verbo latino entre causativos, incoativos e estativos, como em *durare* ‘tornar duro’, *durescere* ‘tornar-se duro’, *durere* ‘ser ou estar duro’, analisadas por Duarte (1990), e o desaparecimento dos depoentes em que a oposição causativa/incoativa era desinencial *densare* ‘tornar denso’/ *densari* ‘tornar-se denso’, leva à disseminação em romance — não à emergência — de duas formas de expressão da medialidade: a clítica e a não-clítica.

A média clítica, como vimos, resultou da semelhança com a reflexiva e encontra-se registrada em Quirão (*apud* VÄÄNÄNEN, 1975): *cum cicatrices se clauserint* ‘quando as feridas se fecharem’. A média não-clítica representou a generalização da possibilidade existente germinalmente em latim, conforme Duarte (1990), de transitivar ou intransitivar um verbo sem recurso mórfico, em função apenas da relação actancial. Duarte (1990, p.219) chama a atenção para isso, aduzindo os seguintes exemplos de Väänänen: *coagulare* ‘coalhar(-se)’, *coquere* ‘cozer, fazer cozer’, *frangere* ‘quebrar(-se)’, *movere* ‘mover(-se)’, que admitem tanto leitura causativa como incoativa ou medial.

Vemos assim que, desde o início, as construções passiva, reflexiva, média e impessoal¹³ se relacionavam formal e semanticamente. Tal relação parece tão profunda que é atestada não só na evolução do latim às línguas românicas, mas também na evolução do inglês, conforme observa Givón (1993, p.75):

não é inteiramente acidental que a construção de-transitiva mais próxima da definição de voz média seja a passiva com *get*. Isto é porque a

¹³ Lembramos que, conforme discutimos no capítulo 8, no latim clássico, a passiva sintética podia ser usada impessoalmente, como no exemplo *itur in antiquam silvam* ‘vai-se à antiga selva’. Em latim vulgar, de acordo com Willians (1961, p.24), a passiva era evitada pelo uso de *homo* e a construção reflexiva.

evolução histórica que resultou na passiva com *get* — de uma causativa-transitiva, através de sua reflexiva, e daí a uma intransitiva (‘inchoativa’), produto da reflexiva — tipicamente derivou as construções de voz média (GIVÓN, 1993, p.75)¹⁴.

A chave da relação, portanto, parece estar no sentido comum que estas construções partilham, a saber: a existência de uma entidade afetada por um evento de mudança, o qual, ainda que provocado por um Causativo externo, é construído sem referência individualizada a este. Noutros termos, constituem codificações de eventos em que a entidade causadora é pouco saliente cognitivamente, seja porque se confunde com a entidade afetada, como na reflexiva e na média, seja porque é desconhecida, óbvia ou genérica, como na passiva e na impessoal.

Quanto à origem da média perifrástica, vale lembrar a tendência ao analitismo do latim vulgar. A opção pela perífrase ocorre mesmo no latim clássico quando se podia dizer tanto *senescere* como *senem fieri*¹⁵ para o significado ‘tornar-se velho’. A mesma possibilidade de expressão perifrástica ocorre na supleção dos verbos estativos. Se para o adjetivo *clarus*, *a, um* ‘claro’ tinha-se o correspondente verbo estativo *clareo, ere* ‘ser ou estar claro’, de *maturus*, *a, um* ‘maduro’ não se tinha **matureo, maturere*, mas *maturus, a, um sum*, ou seja, analiticamente (cf. DUARTE, 1990).

Feitas essas considerações gerais, de ordem teórica, podemos passar agora ao exame dos dados.

9.4. Exame dos dados

Com índice de frequência de 35,9% (382/1061), a média é a segunda construção de não-atribuição de causalidade mais usada na CGE. Dos três tipos, o mais comum é a média não-clítica com índice de 60,5%. O percentual restante é dividido quase igualmente entre médias clíticas: 21,5% (82/382), e médias perifrásticas: 18,1% (69/382). Seguem-se alguns exemplos do *corpus*.

(39) **média não-clítica**

- a. e muy boos prados que no~ secam em nem hu~u~ tempo (CGE-41)
- b. O padre hya envelhecendo (CGE-11)
- c. as arvores aadur apodrece~ hy (CGE-15)
- d. aquelle dia em que este ryo encheu (CGE-44)

¹⁴ It is not entirely an accident that the de-transitive construction closest to the middle-voice definition is the *get*-passive. This is because the historical evolution that gave rise to the *get* passive — from a transitive-causative, through its reflexive, and on to an intransitive (‘inchoative’) product of that reflexive — typically gives rise to middle-voice constructions (GIVÓN, 1993, p.75).

¹⁵ Note-se que a perífrase é constituída do SN no acusativo e do verbo *fiō, fis, fieri, factus sum* ‘sou feito, torno-me’ que serve de passiva a *facio* ‘fazer’.

- (40) **média clítica**
- a. e as hervas nu~ca se secam tanto que falleça pasto (CGE-15)
 - b. os estudos dos feitos dos home~e~s se muda~ en muitas guisas (CGE-1)
 - c. por esto se mesturam as auguas e no~ sabem bem. (CGE-40)

- (41) **média perifrástica**
- a. ficarom os Godos muy louça~a~os (CGE-81)
 - b. E Bellasaryo, logo que foy certo da sua viinda (CGE-115)
 - c. e vyram como era~ hydos e ficava o logar deseparado (CGE-76)

A alta frequência de médias não-clíticas na CGE deve-se, em primeiro lugar, à grande recorrência do verbo *morrer*, um *media tantum*: 142 ocorrências, correspondentes a 61,5% do total de não-clíticas. Os outros verbos intransitivos que figuram na média não-clítica se repetem no máximo 16 vezes, caso do verbo *nascer*, o que dá uma idéia da frequência de MORRER.

A facultatividade do *se* ilustrada em (39a) e 40a) não é comum no *corpus*. Encontramos apenas dois casos: *secar(-se)* e *encher(-se)*. Mais comum é o paralelismo da construção clítica e não-clítica com a perifrástica, ilustrado a seguir.

- (42) **alegrar-se/ser alegre**
- a. a mynha spada no~ se alegrara (CGE-78)
 - b. E o bispo foy muyto alegre co~ estas palavras (CGE-150)
- (43) **asanhar-se/ser sanhudo**
- a. *asanhouse* aynda mais co~tra por que e~vyava~ Pompeo a tantos feytos e nu~ca e~vyava~ elle (CGE-72)
 - b. E os Roma~a~os, quando ouvyron taaes novas, *foron* muy *sanhudos* (CGE-53)
- (44) **encher-se/encher/ser cheio**
- a. *encheronsse* aos Franceses d'augua sen lha deytando algu~u~ (CGE-126)
 - b. aquella dia em que este ryo *encheu* (CGE-44)
 - c. *foy cheo* de tanta sanha e soberva (CGE-109)
- (45) **danar-se/ser danado**
- a. o termho de Exaduva ha r[a]stros antigos que *se no~ danara~* por todo o que se fezesse pollos desfazer. (CGE-44)
 - b. ca podem muy ben te~e~r o trigo nas covas per [dez] annos que nu~ca *seera muy da~nado*; (CGE-32)
- (46) **enfermar/ser enfermo**
- a. e~fermou de grave enfermydade de que morreo (CGE-142)
 - b. e foy muy *enfermo* per spaço de hu~u~ a~no (CGE-85)
- (47) **envelhecer/ser velho**
- a. O padre hya *envelhecendo* (CGE-11)
 - b. depois que este rey Espam *foy velho* e sua filha Liberya foy casada con Piros, (CGE-8)
- (48) **enriquecer/ser rico**
- a. Este foy o primeyro rey que *enriqueceo* fazendo tesouro dos be~e~s das igrejas (CGE-130)
 - b. desde os de Calez assy *foron ricos* e poderosos (CGE-51)

- (49) **espantar-se/ser espantado/ficar espantado**
 a. O cavalleyro quando ouvyo nomear o apóstollo Sa~ Pedro, *espantousse* (CGE-81)
 b. Hercolles *foy muyto espantado* por se Gedeon poder delle defender ta~ longame~te. (CGE-7)
 c. E o bispo e os sancrista~a~es da igreja *ficaron muy spantados*, (CGE-150)
- (50) **fartar-se/ser farto**
 a. que no~ *se fartava~* d'augua (CGE-79)
 b. hu quer que achava~ augua que maravylha era e que no~ podyam della *seer fartos*, tanto eram assedegados. (CGE-79)
- (51) **maravilhar-se/ser maravilhado**
 a. E o cavalleyro, quando os vyo tam fremosos, *maravylhousse* muyto da grande nobreza dos Roma~a~os. (CGE-81)
 b. E, quando vyo aquella casa, *foy maravylhado* (CGE-8)
- (52) **pagar-se/ser pagado**¹⁶
 a. E, por que *se pagaron* muyto daquella augua, pobraron acerca do ryo hu~a villa e poseronlhe nome Cantabria (CGE-4)
 b. de guysa que todos *foron* delle muy *pagados* (CGE-59)
- (53) **perder-se/ser perdido**
 a. onde *se perdeo* Pompeo (CGE-80)
 b. ca, se doutra guysa fezeram, *fora~ perdidos* (CGE-103)
- (54) **quebrantar-se/ser quebrantado**
 a. *quebrantava~sse* todos em aquella batalha que queryam fazer (CGE-75)
 b. E Asdrubal que entom tiinha o senhorio da Spanha, [...] *foi muy quebrantado* em seu coraçom (CGE-61)
- (55) **secar-se/secar/ser seco**
 a. e as hervas nu~ca *se secam* tanto que falleça pasto (CGE-15)
 b. e muy boos prados que no~ *secam* em nem hu~u~ tempo (CGE-41)
 c. se *foren secos*, podersseam te~e~r muy grande tempo que se no~ danara~. (CGE-41)

Passemos, agora, a analisar separadamente as construções médias.

9.4.1. A média clítica

No *corpus*, todos os verbos das médias clíticas são de processo. Do ponto de vista sintático, a maioria é intransitiva, mas registramos quase 20% de ocorrências com verbos transitivos indiretos, representantes da média de processo mental, algumas das quais transcritas a seguir.

- (56) a. ca elle mais *se pagava da paz* que da guerra. (CGE-84)
 b. E, quando foro~ em seu poder, *nembrousse do mal e do dampno* (CGE-66)
 c. Ca, se as scripturas non fossem, qual sabedoria ou engenho d'homen *se poderia recordar* de totalas cousas passadas, (CGE-1)

A média de processo mental constitui 42,7% (35/82) das médias clíticas, um índice alto, se compararmos com as impessoais e passivas de processo mental. Além

¹⁶ O sentido desse verbo, no *corpus*, é 'agradar-se de algo'. Adiante explicitaremos melhor o sentido desse verbo.

disso, há uma diferença fundamental entre a expressão de processos mentais por médias e por outras construções. Na passiva e na impessoal, a entidade menos salientada é o experienciador, que se assemelha ao Causativo, por ser humano e, portanto, mais potente, e por ser ativo, uma vez que representa o *locus* onde se dá a experiência mental. Na média, a entidade perfilada é o experienciador, e o estímulo ou fenômeno, como denomina Halliday (2004), é que é representado obliquamente por um SP e, nesse caso, tratado como Causativo. A diferença na escolha do *trajector* em médias e passivas ou impessoais reflete o fato de, nos eventos mentais, não haver uma base clara para a distinção Figura/Fundo, uma vez que ambos os participantes podem ser tomados como ponto de partida: a fonte ou o alvo (cf. LANGACKER, 1987). Lembramos ainda que, para Givón (1993), verbos de atividade mental são extensões metafóricas de verbos de movimento que pode se dar tanto do experienciador para o estímulo como do estímulo para o experienciador (cf. capítulo 2 desta tese). Na verdade, em eventos mentais, as duas entidades *experienciador* e *estímulo* são fracamente distintas, o que favorece tomar como ponto de partida um ou outro na codificação dos eventos.

Nas construções passivas e impessoais, os processos mentais são raros e correspondem, na maioria, ao domínio da percepção: *ver, perceber, descobrir, conhecer, saber*. Na passiva, tivemos poucas ocorrências de processo mental de emoção: *temer*, e nenhuma ocorrência na impessoal. Na média, por outro lado, além de o índice de verbos de processo mental ser bem superior, predominam processos de emoção e cognição: *espantar-se, temer, pagar-se, alegrar-se, recordar-se, lembrar-se, maravilhar-se* entre outros¹⁷.

Essa diferença pode ser devido ao grau de afetação da entidade experienciadora e à distinguibilidade entre as entidades. Kemmer (1993), que estudou a voz média em diversas línguas, encontrou poucos exemplos de verbos de percepção marcados medialmente. Essa escassez, segundo ela, talvez se deva ao fato de eventos mentais desse tipo envolverem um baixo grau de afetação do experienciador. Perceber simplesmente um objeto tem um efeito relativamente pequeno se comparado a pensar sobre o objeto ou ser afetado pelas emoções evocadas por ele. Assim, a marcação média, que expressa afetação do iniciador, seria menos provável de aparecer com tais

¹⁷ Vale lembrar, a propósito, que Camacho (2003, p.101) encontrou, num *corpus* do português falado e escrito, 34% (13/94) de médias de emoção e 13% de cognição (05/94), ou seja, 47% de eventos mentais, contra 13% de evento recíproco e 16% (6/94) de movimento translacional.

verbos. Outra razão aventada pela autora pode ser a tendência de tais verbos serem interpretados como verbos de dois participantes, devido ao relativamente alto traço [+volitivo] de tais verbos em comparação com verbos de emoção e cognição.

Já eventos de emoção envolvem um alto grau de afetação do experienciador e fraca volição, pois, presumivelmente, temos menos controle sobre as emoções que sobre os pensamentos ou percepções físicas. Ademais, uma emoção parece afetar a entidade mental mais globalmente que outros tipos de eventos mentais, como um simples pensamento ou atividades de percepção. Daí eventos de emoção serem mais freqüentes na média, que expressa maior afetação. Said Ali (1964) já observava a afinidade da construção média com verbos de emoção:

espantei-me, enganei-me, convenci-me, enfadei-me, aborreci-me, zanguei-me, só podem equivaler a ‘fiquei espantado, enganado, convencido, enfadado, zangado, aborrecido’. A forma reflexa vem aqui dizer que o mesmo efeito que o sujeito, como agente, produz em outros indivíduos, se produziu inversamente nele por uma causa qualquer do mundo exterior. Estes verbos conjugados pronominalmente têm de comum com uma série de verbos intransitivos essencialmente pronominais, o significarem sentimento (SAID ALI, 1964, p.178).

Preliminarmente, reportemo-nos a verbos arcaicos de eventos mentais usados na média, como *pagar-se*. PAGAR-SE [de algo], conjugado com o clítico, e relativamente freqüente, apresenta significado próximo de “agradar-se de algo”, “contentar-se”¹⁸.

- (57) E, por que *se pagaron muyto daquella augua*, pobraron acerca do ryo hu~a villa e poseronlhe nome Cantabria (CGE-4)
- (58) nu~ca *se pagava tanto de co~quysta* (CGE-74)
- (59) tanto que os que [o] viiam *se pagavam muito delle*. (CGE-82)
- (60) cuydando que *se pagava mais de guerra* que de paz (CGE-84)

Quanto a esse uso pronominal do verbo PAGAR, Houaiss (2001, *s.v.pagar*) o registra com o sentido de “contrabalançar um mal, um prejuízo, um dano, um incômodo etc. com o efeito oposto, ou vice-versa; sentir-se recompensado”, e oferece o exemplo transcrito em (61), como constante do português moderno.

- (61) Pagou-se dos sacrificios com a felicidade da filha.

Para além de ser um uso pouco comum, pelo menos na linguagem coloquial, não se trata do mesmo emprego encontrado no *corpus*, que não parece trazer a idéia de

¹⁸ Encontramos um único exemplo (nos primeiros 150 capítulos) do verbo PAGAR no uso moderno: “*E foy hi morto o emperador Almycal e dos seus no~ ficou ne~ hu~u~ que todos no~ fossem mortos ou presos, assy que em aquela ora pagaron todollos males e da~pnos que avya~ feytos e~ Espanha*” (CGE-51).

‘recompensa’. Viterbo (1865, s.v.) o registra como PAGAR-SE DE ALGUMA COUSA ‘agradar-se della’: “‘quando se pagavam’, isto he, quando muito queriam, e lhe agradava. Doc. Da Camara de Coimbra de 1352”. É exatamente esse o significado depreendido do contexto nos nossos exemplos (57-59). O sentido registrado em Houaiss (2001) trata-se, portanto, de evolução semântica.

Outro verbo que merece comentário por ser usado em sentido diverso do hodierno é CATAR, que tanto é usado no sentido de ‘recolher, apanhar’ (exemplo 62), quanto no sentido de ‘atentar para, observar com cuidado’ (exemplo 63), sentido que não se conservou no português moderno. Nesse sentido, como verbo de percepção, é usado com ou sem clítico, na construção média.

- (62) e *catou* outrossy qua~tas estorias de Roma pode aver que algu~as cousas contassem dos feitos d’Espanha (CGE-1).
(63) a. e fossem e~ encalço empos aquelles que se hyam e que *no~ catassem* por ponte nem por vaao. (CGE-76).
b. começaro~nos os de Petreo assy a feryr e a matar como estava~, desarmados e *no~ se catando delles* (CGE-77)

É digno de ressalva que a metaforização ‘atentar para, dar-se conta de’ vige ainda em verbos do mesmo campo léxico do português atual, não obstante a opacidade semântica: *compreender* ‘abarcар’, *apreender* ‘pegar’, *pegar* ‘entender’, *captar* (ligado etimologicamente a *catar*, do supino *captum* ligado a *capere*, também significando ‘apanhar’).

Outros verbos de processo mental são mais familiares ao leitor moderno. Parte desses verbos figura como causativos na CGE. Nessa construção, de caráter transitivo, o estímulo assume o papel de sujeito, pela semelhança com um agente, por ser a entidade causadora do estado de coisas:

- (64) a. nu~ca acharon terra ne~ logar que os *contentasse* se no~ Espanha (CGE-13)
b. esto no~ era em elle mas que fossem a ella e que, de qual *se ella co~tentasse*, que de tal prazia a elle. (CGE-11)
(65) a. E por esto a fezerom tam boa que *maravylha*. (CGE-35)
b. E *todo o mundo se maravylha da bondade* do termho de Todella, (CGE-25)

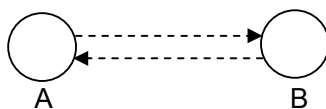
A estrutura causativa, às vezes, é expressa por um torneio, como no exemplo (66).

- (66) a. mas o Nosso Senhor Jhesu Cristo no~ lho quis sofrer por amor da virgen sancta Ollalha que hy jazia soterrada, ca *pos tal spanto em el rey Teuderigo* que no~ ousou de entrar e~na cidade (CGE- 92)
b. O cavalleyro quando ouvyo nomear o apostollo Sa~ Pedro, *espantousse* (CGE-81)

Em suma, a passiva e a impessoal representam a conceitualização de eventos mentais em que a entidade experienciadora é concebida como a fonte e daí mais agentiva e mais responsável pelo evento de percepção. A média representa a conceitualização de eventos mentais em que a entidade experienciadora é vista mais como alvo afetado que responsável pelo evento de emoção e de cognição, que são concebidos como espontâneos ou provocados por algo externo. Ao mesmo tempo, por haver interdependência entre construto e codificação, ao codificar o experienciador como sujeito, o falante retrata seu papel como se aproximando do de um agente, como a entidade iniciadora, uma vez que o evento mental se origina em sua mente, o que exige algum grau de atenção por parte do experienciador.

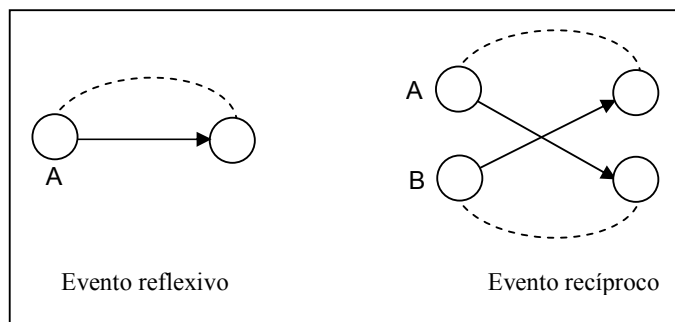
Em outras palavras, o grau de distinguibilidade entre os participantes na média é muito mais baixo que na passiva e na impessoal, em que a entidade experienciadora, ainda que afetada pelo evento mental de percepção, é construída essencialmente como agente, distinta do estímulo, codificado como inerte e passivo. O caminho é, então, como Langacker (1991) apresenta: *EXPER > TEMA*, similar ao fluxo de energia *AGEN > PAC*. Na passiva e na impessoal, o evento de percepção é concebido como um movimento que se dá da entidade experienciadora para a entidade percebida, codificada como sujeito. Na média, o movimento parte do estímulo e atinge o experienciador que dirige sua atenção a ele. Esse tipo de evento é representado graficamente pelo esquema abaixo, retirado de Kemmer (1993, p.128).

Figura 9.3. Representação de evento mental na média (KEMMER, 1993)



Observamos, pelo esquema, a semelhança entre a média e a reflexiva e a recíproca prototípicas. A diferença é que, na reflexiva, há apenas uma mesma entidade que se disjunge em dois participantes; na média, há duas entidades que se confundem nos papéis de fonte e alvo. Na recíproca, há dois participantes com papéis distintos. Reproduzimos, a seguir, os esquemas do evento reflexivo e recíproco, também com base em Kemmer (1993).

Figura 9.4 .Representação de eventos reflexivo e recíproco (KEMMER, 1993)



No esquema reflexivo, embora sejam evocados dois participantes, representados pelos círculos, temos apenas uma entidade marcada pela letra A e indicada pela linha pontilhada que liga os dois círculos. Já no esquema recíproco há duas entidades representadas por A e B. Cada seta liga um participante iniciador ao ponto de chegada (*endpoint*) sem correferencialidade. O ponto de chegada é correferencial ao outro iniciador, como indica a linha pontilhada que liga os círculos que representam a fonte e o alvo.

Alguns autores, como Soto e Munoz (1999), destacam a função do clítico na conceitualização de eventos mentais, como *alegrar-se*, *espantar-se*. A mudança de estado na média clítica representaria uma espécie de movimento metafórico: ‘passar de um lugar A a um lugar B’, em que A e B corresponderiam aos espaços metafóricos de ‘não alegria’ para ‘estado de alegria’, por exemplo. Nesse movimento, o clítico *se* “ativa a participação do experienciador, originalmente passivo” (MALDONADO, 1999, p.96)¹⁹ e torna a frase mais cinética:

o clítico, portanto, contribui na conceitualização deste movimento metafórico, além disso, conceitualiza privilegiando a fase final do processo, ou seja, comunicando uma transição completa e um processo pontual (...). Finalmente, nesta construção de base metafórica, o sujeito experienciador assume propriedades tradicionalmente ligadas ao agente, como o aumento da participação (SOTO e MUNOZ, 1999, p. 12)²⁰.

Esse valor do *se* como indicador de maior afetação ou participação do sujeito é tradicionalmente ligado aos valores da média grega (cf. ANDERSEN, 1996). Em latim,

¹⁹ la forma *se* activa la participación de un Exp[erimentador] originalmente pasivo (MALDONADO, 1999, p.96),

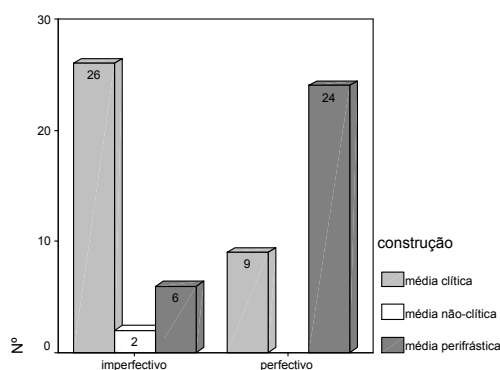
²⁰ El clítico, por tanto, contribuye a la conceptualización de este movimiento metafórico, el que, además, se conceptualiza privilegiando la fase final del proceso, es decir, comunicando una transición completa y un proceso puntual (...) Finalmente, en esta construcción de base metafórica el sujeto experimentador asume algunas propiedades tradicionalmente ligadas al agente, como el aumento de participación. (SOTO e MUNOZ, 1999, p. 12).

verbos que designam sentimentos eram construídos impessoalmente com experienciador no acusativo e o tema no genitivo: *me paenitet peccati mei* ‘arrependo-me do meu pecado’²¹.

Nos dados da CGE, a expressão de eventos mentais é feita predominantemente pela média clítica e a perifrástica: 52,2% e 44,8%, respectivamente. A média não-clítica contribui com apenas 3% do total de eventos mentais. Observando os dados da função para a forma, encontramos um paralelo entre essas duas construções médias: ambas apresentam em torno de 40% de eventos mentais. Na não-clítica, esse índice é de 0,9%, ou seja, quase inexistente. Podemos observar uma tendência, portanto, de eventos mentais serem codificados pela média clítica ou perifrástica. A propósito, em Lima (1999), quando analisamos o português oral culto de Fortaleza, a média pronominal foi praticamente regra categórica com verbos de sentimentos, pois 95,5% dos verbos de sentimento foram codificados na forma pronominal. Com os verbos de outros campos semânticos, a diferença não foi tão significativa: 61,2% de pronominal, contra 38,8 de não-pronominal.

Embora a média clítica e perifrástica se assemelhem quanto à expressão de eventos mentais, há, todavia, uma diferença aspectual entre as duas codificações, conforme ilustra o gráfico abaixo.

Gráfico 9.1. O aspecto dos eventos mentais nas médias



Há uma clara diferença entre a manifestação dos eventos mentais nas duas construções: enquanto na média clítica predomina o imperfectivo, na perifrástica, o

²¹ Outros exemplos são *me miseret* ‘compadeço-me’, *me piget* ‘enfado-me’, *me pudet* ‘envergonho-me’, *me taedet* ‘estou farto’. Estas construções cederam lugar às construções mediais vernáculas, em virtude da baixa frequência dessas construções latinas.

perfectivo, talvez pelo fato de a média perifrástica também destacar o estado resultante e de a clítica destacar a mudança de estado. Noutros termos, a clítica traz mais patente o sentido ingressivo, de entrada num novo estado; a perifrástica evidencia o novo estado como resultado de mudança. Confrontemos dois exemplos.

(67) E, despois que Espon foy morto, reynou aquelle Pirus e, como começou de reynar, andou per as partes d'Espanha ataa que chegou a Tolledo. *E, quando vyo aquella casa, foy maravylhado* e mandou logo pobrar dous castellos em aquelle logar e desy deytou seu cadeado e~na casa. (CGE-8)

(68) E ella mostroulhe hu~u~s vasos d'ouro que eram do seu moesteyro. *E o cavalleyro, quando os vyo tam fremosos, maravylhousse muyto da grande nobreza dos Roma~a~os.* E, estandoos assy catando e a grande fremosura delles, disselhe aquella virgem que aquelles vasos eram do santuario de Sa~ Pedro apostollo e que, se se elle atreveya de os tomar, que os tomasse mas que ella nom se atreveya de lhos dar (CGE-81)

As duas frases, descontextualizadas, parecem sinônimas: o tempo verbal é o mesmo e figuram numa oração principal cuja subordinada expressa o evento que causou a mudança de estado. Contudo, em (67), se expressa, com a forma perifrástica, um estado resultante do evento de *ver a casa*, que, por sua vez, é causa do evento seguinte. Temos a seguinte cadeia causal:

viu a casa > ficou maravilhado > mandou povoar e pôs cadeado na casa.

A perífrase atribui uma duração que a forma clítica não atribuiria, como se afirmasse que o estado de maravilhar-se tivesse persistido, noção ausente no uso da clítica, como podemos observar em (69).

(69) *E, quando vyo aquella casa, maravylhousse* e mandou logo pobrar dous castellos em aquelle logar e desy deytou seu cadeado e~na casa.

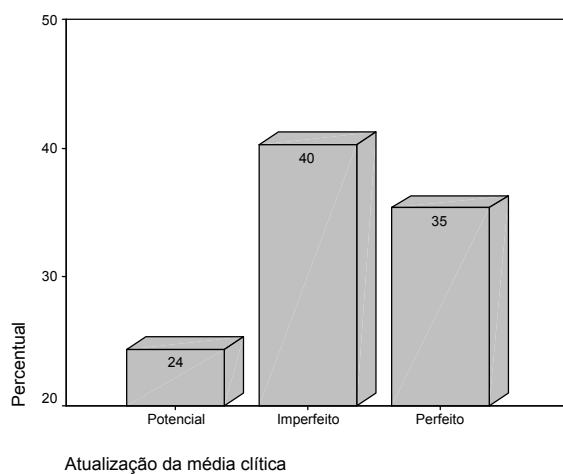
Já em (68), com a média clítica, se expressa a mudança de estado pontual, instantânea decorrente da visão da formosura do vaso que evocou a *grande nobreza dos romanos* e provocou o estado de maravilhado. Nesse caso, o estímulo não é a visão do vaso, mas o que ele evoca. Também não há cadeia de eventos, a oração fecha período. Observemos que a perifrástica, embora possível, acarretaria mudança de sentido, pois se passaria a expressar um momento posterior à mudança de estado, não pontual:

(70) *E o cavalleyro, quando os vyo tam fremosos, foy muy maravylhado* da grande nobreza dos Roma~a~os. E, estandoos assy catando e a grande fremosura delles, disselhe aquella virgem que aquelles vasos eram do santuario de Sa~ Pedro apostollo e que, se se elle atreveya de os tomar, que os tomasse mas que ella nom se atreveya de lhos dar.

Poderíamos citar outros exemplos, mas cremos que estes bastam para mostrar que, a despeito da semelhança, a média clítica diferencia-se da perifrástica quanto ao aspecto. Passemos, agora, a comentar os resultados referentes ao verbo da média clítica.

Quanto à categoria aspectual da *atualização* (cf. BARROS, 1981), encontramos predominância de imperfeito, que denota um processo em parte atualizado e em parte atualizável (*grosso modo*, o *infectum* latino). A diferença entre os índices de imperfeito e de perfeito parece pequena, mas se observarmos a freqüência de processos potenciais, que, quanto ao modo da ação, são imperfectivas, vemos que há uma tendência de a média clítica expressar processos não-completos: habituais, que caem na categoria da atualização *imperfeito*; ou virtuais, que caem na categoria *potencial*. O gráfico 9.2. sumariza esses resultados.

Gráfico 9.2. Freqüência da atualização na média clítica



Por esse traço, a média clítica aproxima-se da impessoal clítica que, como vimos, também apresentou alto índice de imperfeito (29%) e de potencial (46%). Com efeito, tanto a média clítica como a impessoal clítica, cujas semelhanças devem ir além desta, conforme já aludimos, se prestam à expressão de eventos potenciais, com valor modal epistêmico. Seguem-se alguns exemplos do *corpus*.

(71) **potencial**

- a. esto no~ era em elle mas que fossem a ella e que, de qual *se ella co~tentasse*, que de tal prazia a elle. (CGE-11)
- b. entendeo que *se perderyam* hy muytos (CGE-75)

(72) **imperfeito**

- a. *quebrantava~sse todos* em aquella batalha que queryam fazer (CGE-75)
- b. por esto *se mesturam as auguas* e no~ sabem bem. (CGE-40)

(73) **perfeito**

- a. e *somyusse todo* e~ aquelle ryo com toda a poboaçõ~ que em elle era. (CGE-124)
- b. E, depois que esto assy fez, *partiosse doutro monte* co~ que estava junto (CGE-124)

Passemos agora a analisar o SN que figura como sujeito na média clítica.

9.4.1.1. *O Afetado da média clítica*

Na CGE, o sujeito da média clítica é predominantemente não-lexical, definido, altamente tópico, não-persistente cataforicamente, representa entidades animadas e codifica informação evocada. Por representar o sujeito entidades animadas, a média clítica se afasta das impessoais, cujos SNs representam, em geral, entidades inanimadas, e se aproxima das passivas. Nas subseções seguintes, apresentaremos detalhadamente a análise do SN da média, a fim de melhor caracterizarmos esta construção.

9.4.1.1.1. Análise formal do Afetado da média clítica

O sujeito da média clítica é predominantemente não-lexical: 61% dos sujeitos são expressos por pronome ou anáfora zero, o que evidencia seu estatuto evocado. Destes, a maioria é expressa por zero: 42,7% (35/82). Este alto índice de zero indica o grau de continuidade anafórica do SN sujeito da média clítica e coaduna-se com seu caráter tópico.

Quanto à ordem dos constituintes, lembramos que partimos da observação de Said Ali (1964) sobre a diferença entre a construção média e a impessoal (a chamada *passiva sintética*) ser a posição do SN. Assim, esperávamos que houvesse predominância da posição anteposta.

Isolando as 40 ocorrências de expressão zero e de pronome relativo, constatamos que as 42 ocorrências restantes se distribuem igualmente entre a posição anteposta e posposta. Deste modo, não confirmamos a tendência da ordem direta na construção média. A ordem do SN em relação ao verbo parece estar relacionada a dois fatores: o estatuto informacional e o traço [+animado].

No que concerne ao estatuto informacional, há uma correlação apenas entre o estatuto evocado nas duas direções: informação evocada > posição anteposta; posição anteposta > informação evocada. A tabela 9.1. apresenta os resultados globais.

Tabela 9.1. Relação entre posição do Afetado e estatuto informacional

		anteposta	posposta	total
nova	Nº	4	5	9
	% estatuto	44,4%	55,5%	100%
	% posição	18,2%	23,8%	20,0%
inferível	Nº	4	6	10
	% estatuto	40%	60%	100%
	% posição	18,2%	28,6%	23,3
evocada	Nº	13	10	23
	% estatuto	58,3%	41,7%	100%
	% posição	63,6%	47,6%	55,8%
Total	Nº	21	21	42
	%	100%	100%	100%

A relação entre a posição do SN e o traço [+animado] parece mais forte, embora a relação seja apenas da função para a forma. Observamos uma tendência de SNs que representam entidades animadas serem antepostas e de SNs que representam entidades inanimadas serem pospostas. As correlações encontradas podem ser assim expressas: animado > anteposto; inanimado > posposto.

Tabela 9.2. Relação entre posição do Afetado e o traço [+animado]

		anteposta	posposta	total
animado	Nº	18	12	30
	% animado	60,0%	40,0%	100%
	% posição	85,7%	57,2%	71,4%
inanimado	Nº	3	9	12
	% animado	40,0%	60,0%	100%
	% posição	14,3%	42,8%	28,6%
Total	Nº	21	21	42
	%	100%	100%	100%

Esses dados, acrescidos aos que vimos estudando quanto à posição do SN nas construções de não-atribuição de causalidade, mostram que a questão da ordem no português arcaico é bastante complexa e não se resolve analisando-se apenas as variáveis aqui apresentadas. Para além de um estudo mais detido, apenas sobre a ordem, seria necessário um maior aporte de dados para se chegar a resultados mais seguros quanto à ordem na média clítica. Como nosso propósito não é estudar diretamente a ordem dos constituintes, mas apenas verificar em que medida a posição do SN contribuía para a distinção entre impessoal clítica e média clítica, os dados foram suficientes para mostrar que a distinção era precária, haja vista que, embora a impessoal clítica tenda à posposição, e a média clítica, à anteposição, as diferenças não são tão marcantes, dando a perceber que a ordem é regida por outras motivações para além de desfazer a ambigüidade entre impessoal e média.

9.4.1.1.1. Análise semântica do Afetado da média clítica

Como já dissemos, o SN da média representa, em geral, entidades humanas: 58,5% (48/82), como mostra a tabela 9.3.

Tabela 9.3: Traço [+animado] do Afetado da média clítica

animado humano	Nº	48
	%	58,5%
inanimado concreto	Nº	22
	%	26,8%
inanimado abstrato	Nº	12
	%	14,6%
Total	Nº	82
	%	100,0%

Esse constitui outro traço de diferenciação entre média e impessoal. Nesta última, como vimos, predominam entidades inanimadas concretas e abstratas. Embora entidades inanimadas concretas representem a segunda maior frequência de SN de médias clíticas no *corpus*, o índice é bastante pequeno se comparado a mais da metade de entidades humanas. Na impessoal clítica, entidades humanas representam apenas 3,7% do total, um índice irrisório.

(74) entidade humana

- a. ouveron medo que se perderiam con sede. (CGE-78)
- b. e foy tanto que se afogou (CGE-90)

(75) inanimado concreto

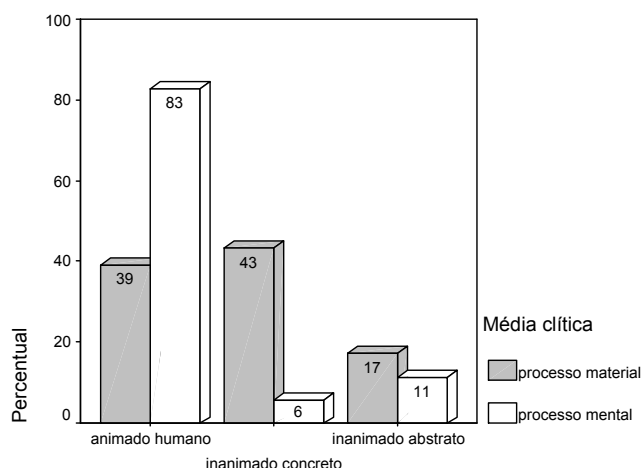
- a. a sua augua ha vyrtude muy estranha que se qualha en pedras (CGE-16)
- b. encheronsse aos Franceses d'augua sen lha deytando algu~u~, (CGE-126)

(76) inanimado abstrato

- a. os estudos dos feitos dos home~e~s se muda~ en muitas guisas, (CGE-1)
- b. ca se geerou en o seu corpo corrupçon de verme~e~ (CGE-97)

É certo que contribuiu para a alta frequência de sujeitos humanos a expressão de processos mentais, cuja fonte é, naturalmente, uma entidade humana. No entanto, mesmo na expressão de processos materiais, o índice de entidades humanas foi alto: 39% (18/46), conforme se visualiza no gráfico 9.3.

Gráfico 9.3: Frequência do traço [+animado] conforme o tipo de processo



Observamos, ainda que baixa, certa frequência de sujeitos inanimados na expressão de processos mentais. Isso foi possível graças a processos metonímicos²² similares aos que discutimos no capítulo 2, em que, ao invés de referir-se a uma entidade humana, refere-se a um instrumento ou a comportamentos, como em (77) e (78)²³.

(77) Ca, se as scripturas non fossem, qual *sabedoria ou engenho d'homen se poderia recordar* de todas as cousas passadas, (CGE-1)

(78) E devemos parar me~tes, disse el, que nom he boo vencimento matar os que se assy mete~ na morte, como estes que o fazem com desesperança por que no~ ha outro remedyo. E porem vos rogo, amigos, que os no~ matedes, ca eu vos digo de my~ que *a mynha spada no~ se alegrara no seu sangue* nem elles no~ a sentiram. (CGE-78)

Em (77), ao invés de dizer diretamente *qual homem se poderia recordar...*, usam-se nomes abstratos para destacar que, por mais sábio e inteligente que fosse, nenhum homem poderia recordar-se de todas as coisas passadas. A frase ganha em concisão.

²² Estamos conscientes de que a diferença entre metáfora e metonímia remonta à retórica clássica e foi devidamente estudada por Aristóteles. Em termos simples, a metáfora se configuraria por uma relação de similaridade; a metonímia, por contigüidade sintagmática e a sinédoque por relação de parte com o todo. Não entraremos nos pormenores destas distinções nomenclaturais. É difícil, não raras vezes, distinguir processos metafóricos de processos metonímicos: “casos prototípicos de metáfora e metonímia são situados nos extremos opostos de uma escala contínua sem uma clara linha divisória entre elas” (CROFT & CRUSE, 2004, p.217).

²³ Uma vez que levamos em conta o contexto na determinação das categorias, poderíamos ter categorizado os usos figurados como animados, já que, em última instância, a referência era a um ser animado. É assim que procede Borba (1996), que categoriza como animado entidades inanimadas usadas metonimicamente e metaforicamente. Todavia, optamos por essa categorização na quantificação dos dados, por o cruzamento dos dados permitir sobressair esses processos metafóricos e metonímicos.

Em (78), temos um caso de metonímia. O falante, Júlio César, ao invés de dizer *não me alegrarei em matá-los [com minha espada]*, optou por ser mais direto, dando ênfase ao instrumento *espada* em vez de enfatizar a si próprio, experienciador do processo mental e causador da morte.

Há, pois, afastamento da entidade humana como sede do evento mental. A sede passa a ser uma extensão ligada, de algum modo, ao estímulo. Na frase em questão, o estímulo é o *sangue*, representando metaforicamente a morte dos inimigos, ligada por sua vez à espada, instrumento que causaria a morte. Assim, o instrumento expresso como sede do evento mental, como fonte experienciadora, acha-se menos distinto ainda da entidade alvo, caracterizando-se a frase como de baixa causalidade.

É interessante, à guisa de comparação, lembrar que, em nossa análise da média no português falado em Fortaleza, o traço animado/inanimado não pareceu ser significativo em geral, pois houve uma distribuição do total de sujeitos das orações médias mais ou menos equivalente entre animados (50,9%) e inanimados (49,1%), o que pode não resultar do espaço de seis séculos que separam um *corpus* do outro, mas de diferenças relativas ao gênero. A CGE constitui um texto narrativo em prosa escrita, o *corpus* analisado em Lima (1999), inquéritos de língua falada em elocuições formais, entrevistas e diálogos. Se estes últimos, os diálogos, podem favorecer a predominância de entidades humanas como sujeitos do discurso, os primeiros, as elocuições formais, constituídas de palestras e aulas, favorecem sujeitos inanimados. Já o texto da *Crônica*, conforme já aludimos em vários momentos, favorece a predominância de sujeitos humanos por se tratar de uma história de homens.

O traço [+animado] implica maior empatia do enunciador sobre a entidade e daí favorece sua escolha como sujeito. Outro traço freqüentemente associado ao sujeito é o grau de saliência cognitiva que depende, entre outros fatores, como definitude e número do SN, do traço [+animado]. Entidades móveis são mais salientes cognitivamente que entidades imóveis. Do mesmo modo, entidades bem individuadas têm maior saliência.

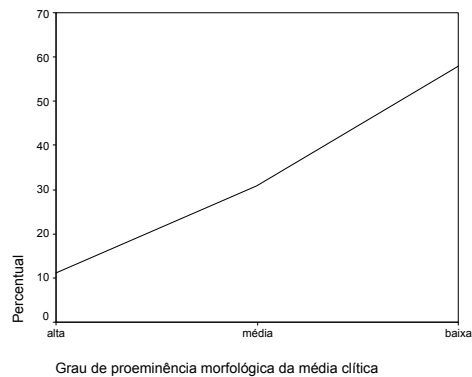
Os resultados apontaram para um alto grau de saliência do Afetado da média clítica: quase a metade das ocorrências são altamente salientes, somadas às de média saliência, encontramos um total de 75,6% de SN salientes, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 9.4. Grau de saliência do Afetado da média clítica

alta saliência	Nº	40
	%	48,8%
média saliência	Nº	22
	%	26,8%
baixa saliência	Nº	19
	%	23,2%
não-saliência	Nº	1
	%	1,2%
Total	Nº	82
	%	100,0%

O grau de saliência medido acima baseou-se, em especial, em traços semânticos, ligados à empatia e à individuação. Como vimos, outro parâmetro para medir a saliência de um elemento é a carga de substância mórfica e semântica que ele apresenta. Com base na escala de proeminência morfológica proposta no capítulo 4, chegamos à conclusão de que o SN da média clítica apresenta baixa carga morfológica, pois o SN de 58% das ocorrências é representado por pronome ou por zero. O gráfico 9.4 ilustra esse resultado.

Gráfico 9.4: Grau de proeminência morfológica do SN da média clítica

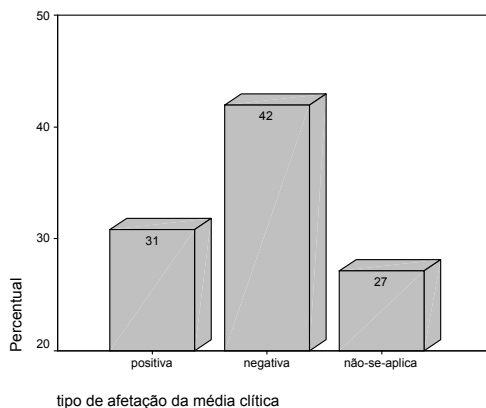


Mais uma vez, deparamo-nos com semelhanças entre a média clítica e a construção passiva. A alta saliência em termos semânticos contrastando com a baixa proeminência morfológica sinaliza um referente altamente tópico e acessível no discurso. O sujeito da média clítica refere-se a uma entidade humana bem individuada, daí ser altamente saliente, tópico do discurso e por isso expressa por pronome e anáfora zero.

Outro traço semântico que analisamos foi a afetação do SN. Nossa hipótese era que, havendo afetação negativa do SN, a construção de causalidade mais freqüente seria

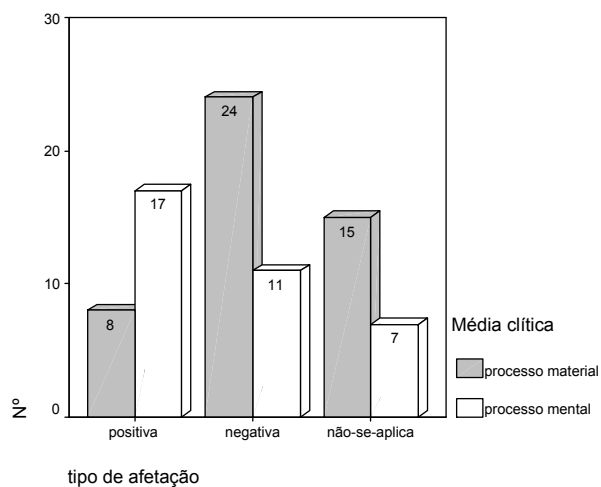
a média, em geral. Resta-nos ver o tipo de afetação mais freqüente no que respeita apenas à média clítica. É o que mostra o gráfico 9.5. abaixo.

Gráfico 9.5 - Tipo de afetação na média clítica



Vemos que há predominância da afetação negativa em 42% dos dados, no entanto, a diferença entre os três tipos de afetação possíveis não são marcadamente relevantes, pois nenhum supera a metade das ocorrências. O índice de 31% de afetação positiva pode dever-se à freqüência de processos mentais expressos pela média clítica. É o que concluímos, quando observamos o tipo de afetação em relação ao tipo de processo na média clítica, conforme ilustra o gráfico a seguir.

Gráfico 9.6: Tipo de afetação conforme o processo na média clítica



Enquanto, com processo materiais, predomina a afetação negativa com índice de 51,1% (24/47), com processos mentais, a afetação positiva apresenta freqüência de 48,6% (17/35). É interessante ressaltar que, na média de processo mental, o Causativo está quase sempre presente na oração. Em 64% das ocorrências de Causativo expreso

por SP na própria oração, a afetação é positiva. Por outro lado, em 51,4% (18/35) das ocorrências de média clítica de processo mental, o Causativo está expresso na própria oração.

9.4.1.1.1. Análise pragmática do Afetado da média clítica

O caráter tópico do SN da média clítica já foi, de certo modo, indicado indiretamente na análise de outras variáveis. Examinamos aqui as duas medidas de topicalidade propostas por Givón (1995, 1993), que também aferem a topicalidade indiretamente, uma vez que dizem respeito, na verdade, à referência anafórica e à continuidade do referente cataforicamente.

Quanto à distância anafórica, um pouco mais da metade das ocorrências de média clítica têm o referente expresso na oração imediatamente anterior: 56,1% (46/82). Retirando-se as cinco ocorrências de SN representado por pronome relativo, a situação continua favorável à alta topicalidade, conforme mostra a tabela 9.5.

Tabela 9.5. Distância referencial do SN da média clítica

alta topicalidade	Nº	41
	%	53,3%
não-tópico	Nº	26
	%	33,7%
média topicalidade	Nº	9
	%	11,7%
baixa topicalidade	Nº	1
	%	1,3%
TOTAL	Nº	77
	%	100%

Observamos um comportamento similar ao sujeito da passiva: ou o SN é mencionado na oração logo anterior: 53,3%, ou não é mencionado em nenhuma das anteriores: 33,7%. De todo modo, tal como o SN da passiva, podemos afirmar que a grande maioria dos SNs sujeitos da média clítica é mesmo tópico, pois 64,9% (50/77) ou figuram na oração imediatamente anterior ou na segunda oração.

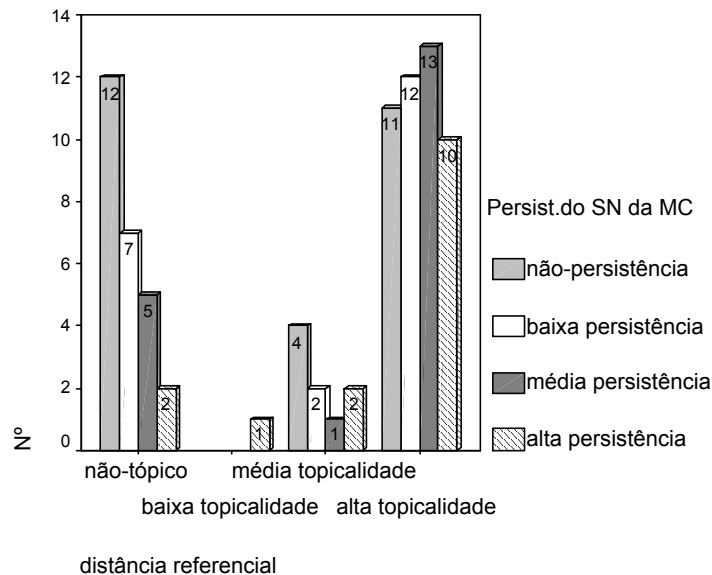
O comportamento da média clítica é também similar à passiva no que respeita à segunda medida de topicalidade, a persistência do tópico. Tal como a passiva e mesmo a impessoal, a média clítica apresenta predominância de não-persistência. Juntando as ocorrências de não-persistência com baixa persistência, temos um índice de 58,5%. A tabela 9.6. resume os resultados da média clítica quanto a essa variável. Figuram aí as ocorrências de SN pronome relativo.

Tabela 9.6: Persistência do tópico do SN da média clítica

não-persistência	Nº	27
	%	32,9%
baixa persistência	Nº	21
	%	25,6%
média persistência	Nº	19
	%	23,2%
alta persistência	Nº	15
	%	18,3%
Total	Nº	82
	%	100,0%

Cabe verificar, como fizemos na análise da passiva, se o SN que não figura na oração anterior tende a persistir, e vice-versa, se o SN que não persiste é mencionado na oração anterior, a fim de verificarmos o grau de continuidade do tópico da média clítica. Nesse cruzamento, incluímos as ocorrências de pronome relativo, mas, como vimos, não alteram substancialmente os resultados. Eis o gráfico com os resultados.

Gráfico 9.7. Cruzamento das medidas de topicalidade



O gráfico 9.7. mostra que, em 73,0% (19/26) das ocorrências de média clítica, o SN sujeito, que não figura em nenhuma das três orações anteriores (não-tópico), não figura nas três orações seguintes — 46,1% (12/26) — ou figura apenas uma vez — 26,9% (7/26). Desses, 34,6% (9/26) codificam informação nova. Encontramos 5 ocorrências de SN que codifica informação nova e não persiste cataforicamente (5/9: 55,5%), o que corresponde a 19,2% das ocorrências de SN não-tópicos e a 6,1% (5/82) do total de médias clíticas. Em outras palavras, na maioria dos casos em que o referente do SN não

figura no contexto anterior, ou é inferível ou evocado, ou seja, foi mencionado no contexto mais amplo, o que possivelmente teria sido revelado de modo mais exato se não tivéssemos acolhido as medidas de Givón (1993), adaptadas por Camacho (2003), que reduz drasticamente o número de orações contadas anafórica e cataforicamente. Na leitura da *Crônica*, deparamo-nos, muitas vezes, com SN tópicos, recorrentes no parágrafo, mas que não figura nas três orações anteriores a uma ocorrência de construção de não-atribuição de causalidade. A utilização das medidas de topicalidade, tal como originalmente concebidas, nos daria a média da distância anafórica das orações.

Quando a informação é nova, mas tematicamente importante, tende a persistir cataforicamente. Apenas informações novas não relevantes discursivamente são abandonadas como tópicos. Isso ocorreu em apenas 6,1% das ocorrências de média clítica.

50% (23/46) de SNs cujos referentes são encontrados na oração imediatamente anterior (alta topicalidade) também são reiterados duas ou mais vezes nas três orações seguintes, o que mostra a alta continuidade do SN sujeito da média no discurso.

9.4.1.2. O Causativo da média clítica

Na média clítica, o Causativo está expresso por SP na própria oração em 36,6% das ocorrências (30/82). Predomina a preposição *de* com 31,1% das ocorrências, mas *per*, *por* e outras preposições também são usadas.

Em 24,4% (20/82), é evocado anafórica ou cataforicamente ou é inferível, situação mais rara (apenas 2,5%). Em 39% (32/82), o Causativo não é identificável, na maioria das vezes, por não ser concebível. Vemos, de imediato, a diferença da construção média clítica em relação às duas construções já estudadas, em que predominam Causativos evocados ou inferíveis. É interessante observar que o índice de expressão do Causativo na passiva foi até mais alto que o da média clítica. No entanto, o Causativo da passiva geralmente está presente no contexto anterior ou posterior. O Causativo da impessoal, por sua vez, embora esteja ausente na maioria dos casos, é predominantemente inferível.

Não faremos uma longa exposição do Causativo da média clítica para não sermos repetitivos, já que tratamos detalhadamente das formas de expressão do Causativo possíveis, quando abordamos a passiva. Aqui vamos nos restringir a

apresentar alguns dados numéricos. Noutra seção, quando agruparmos as médias, tornaremos a falar do Causativo da média em geral.

Contrariamente ao Causativo da impessoal e da passiva, que têm em geral o traço [+humano]; na média clítica, predominam Causativos que representam entidades abstratas, geralmente acontecimentos não-provocados ou provocados por terceiros ou pelo próprio Afetado, conforme se vê na tabela 9.7.

Tabela 9.7: Traço [+animado] do Causativo da média clítica

Grau do traço animado do causativo	animado humano	Nº	7
		%	8,5%
	inanimado concreto	Nº	8
		%	9,8%
	inanimado abstrato	Nº	35
		%	42,7%
divino		Nº	4
		%	4,9%
não-identificável		Nº	28
		%	34,1%
Total		Nº	82
		%	100,0%

Em (79), por exemplo, o Causativo, representado cataforicamente, numa oração subordinada, constitui um acontecimento. Em (80), a própria passagem do tempo atua como entidade provocadora do estado de coisas. Em (81), uma sucessão de eventos (ingestão de muito vinho > hemorragia nasal > afogamento) acaba por causar a morte por afogamento.

- (79) *asanhouse aynda mais co~tra por que e~vyava~ Pompeo a tantos feytos e nu~ca e~vyava~ elle* (CGE-72)
- (80) *mas despois, per alongamento dos tempos, corrompeusse o bocavollo e chamaronlhe Badalhouce* (CGE-7)
- (81) *e, aquella noyte de sua voda, beveo tanto vynho que foy torvado e quebroulhe o sa~gue dos narizes e foy tanto que se afogou* (CGE-90)

Em 17 ocorrências (21%), o Causativo é sequer concebível, são eventos que se dão sem entidade provocadora, como os ilustrados abaixo.

- (82) *E, Senhor, no~ o deveras a sofrer tan sollamente por qua~tos bo~o~s clerigos se hy perderon* (CGE-35)
- (83) *ca se geerou en o seu corpo corrupçon de verme~e~* (CGE-97)
- (84) *As suas augas no~ se dapna~ e a sua fruyta podesse te~e~r longamente* (CGE-44)
- (85) *nembrouse da jura que fezera* (CGE-54)

Às vezes, o evento espontâneo é atribuído a forças sobrenaturais, especialmente a Jesus Cristo, bem de acordo com o espírito da época, conforme já aludimos no capítulo anterior:

(86) E, por que os Franceses fizeram a Pascoa dereytame~te, segundo o conto da lu~a, demostroulhes Deus por ello hu~u~ muy fremoso mylagre, por que as pias de bautizar, que soem e~cher d'augua e~ vespera de Pascoa pera bautizar os menynos, *encheronsse aos Franceses d'augua sen lha deytando algu~u~*, e no~ aos Spanhooes. (CGE-126)

A relação do homem com as forças sobrenaturais dava-se através de símbolos. Todo acontecimento tinha um peso simbólico, era manifestação do divino, como afirma Bloch (1987):

aos olhos de todas as pessoas capazes de reflexão, o mundo sensível não era mais que uma espécie de máscara atrás da qual se passavam todas as coisas verdadeiramente importantes, também encarregada de exprimir, por sinais uma realidade mais profunda (BLOCH, 1987, p.101).

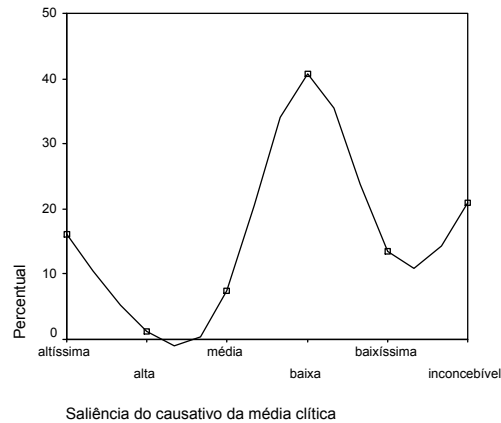
Daí compreendemos por que, após narrar a batalha entre Teoderedo, rei dos Godos, e Átila, rei dos Hunos, o narrador descreve, por meio de construções médias, uma série de eventos naturais como um tremor de terra — *tremeu a terra*; um eclipse — *escureceu o sol e a lu~a*, e a passagem de um cometa — *pareceu a estrella cometa muy gra~de e per muy grande spaço*. Tudo era símbolo da crueldade da batalha:

(87) Em este tempo *se mostrarom muytos signaaes* que signyficava~ a gra~de crueldade desta batalha, (CGE-87)

(88) em tal guysa que bem *se demonstra[v]a o grande damno* que se fez e~ aquella batalha, ca e~rruyveceo o ceo que semelhava fogo e pareciam em elle rayos que resplandeciam como chamas que ardem. (CGE-87)

A alta frequência de Causativos abstratos e não-identificáveis caracteriza a média clítica como uma construção de baixa causalidade. É o que ilustra o gráfico abaixo, em que a maior frequência de clíticas médias ocorre com Causativo de baixa saliência, que leva à baixa distinguibilidade entre os participantes, própria do construto absoluto.

Gráfico 9.8. Saliência do Causativo da média clítica



A baixa saliência do Causativo não se coaduna com os traços analisados que desembocam no grau de transitividade, pois os dados apontam a média clítica como de média transitividade: 74,4% (61/82). Desse total, a maioria é constituída de média de processo material. É curioso que, nas médias clíticas, as que expressam eventos mentais, embora tenham predominantemente média transitividade, apresentem 4 ocorrências com alto grau de transitividade. Na passiva e na impessoal, observamos um comportamento oposto: as construções que indicavam eventos mentais tendem a apresentar transitividade mais baixa. Isso se dá, pelo menos em parte, devido ao fato de o SN que figura na construção média ser o experienciador, geralmente humano, algumas vezes, representado por nome próprio. Já o SN que figura em processos mentais na passiva e na impessoal é geralmente inanimado, pois representa o fenômeno, o estímulo.

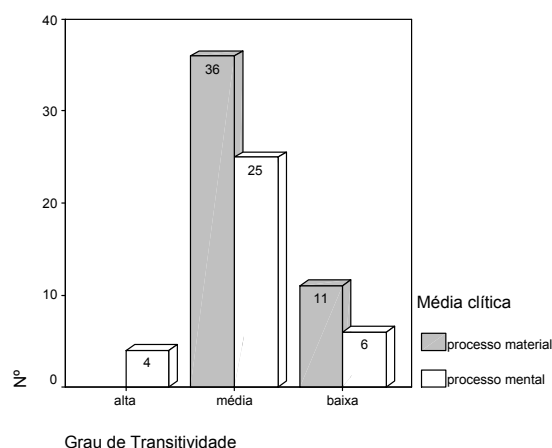
(89) E, por que *se pagaron muyto daquella augua*, pobraron acerca do ryo hu~a villa e posearonlhe nome Cantabria (CGE-4)

(90) depois que el rey Pirus pobrou aquellos dous castellos, que se foy pera as mo~tanhas de Aspa e *pagouse muyto daquella terra* (CGE-12)

(91) *nembrouse da jura* que fezera (CGE-54)

(92) E, quando foro~ em seu poder, *nembrousse do mal e do dampno* (CGE-66)

Gráfico 9.9. Grau de transitividade da média clítica



Quanto ao relevo da oração, teoricamente relacionado ao grau de transitividade, encontramos maior frequência de médias clíticas Fundo, tanto as que representam processos materiais quanto as que representam processos mentais: 56,5% (27/47) e 61,7% (21/34)²⁴. Assim, o baixo relevo oracional da média clítica condiz com sua baixa causalidade, mas não com a média transitividade, medida conforme os parâmetros de Hopper e Thompson (1980).

A propósito da transitividade das construções médias clíticas, Soto e Munoz (1999) se contrapõem à visão mais difundida do papel detransitivizador do *se* e argumentam em favor da alta transitividade de construções com o clítico *se* médio em espanhol:

como se pode observar, há uma relação sistemática entre oito das variáveis de transitividade propostas por Hopper e Thompson e o comportamento do clítico *se*: participantes, cinesis, aspecto e pontualidade, volição, agentividade, grau de afetação do objeto e nível de individuação deste (SOTO e MUNOZ, 1999, p.13)²⁵.

Os autores incluem como mediais não apenas o *se* que aparece em construções similares às portuguesas, como *ele se aborreceu*, mas também o *se* usado com verbos intransitivos, do tipo: *cair-se*, *ir-se*, que Rocha Lima (1992) chama de *medial dinâmico*. Para os autores, as construções com *se* apresentam maior emprego de energia que as construções intransitivas, a começar pelo aspecto pontual, a que as primeiras parecem

²⁴ Há uma ocorrência de oração no título do capítulo que não foi classificada conforme o relevo oracional por não ter estrutura de absoluta, embora figure isolada: *Como se alvoraçaram os Spanhooes* (CGE-63).

²⁵ Como puede observarse, existe una relación sistemática entre ocho de las variables de transitividad propuestas por Hopper y Thompson y el comportamiento del clítico *se*: participantes, kinesis, aspecto y puntualidad, voluntad, agentividad, grado de afectación del objeto y nivel de individualización de este (SOTO e MUNOZ, 1999, p.13).

limitadas. Assim, em espanhol, pode-se dizer em aspecto cursivo *el florero cayó y cayó*, mas a construção com *se*: *el florero se cayó y se cayó* admitiria, no máximo, uma leitura iterativa: *el florero se cayó varias veces*.

Não tratamos dessas construções com *se* junto a verbos intransitivos desse tipo, embora, no *corpus* analisado, sejam relativamente comuns. Parece-nos que, no português moderno, é mais uma questão de registro diferentemente do que ocorria na língua antiga.

Vejamos, agora, como se comportam quanto às variáveis estudadas, e, em especial, quanto à transitividade, as construções intransitivas sem *se*.

9.4.2. A média não-clítica

A não-clítica é a construção medial mais comum: 60,5% (231/382). A maioria representa eventos materiais, apenas 0,9% (2/231) representa eventos mentais e ainda assim numa forma compósita: *caer en olvydo/olvidamento* ‘esquecer’. Predominam verbos intransitivos de processo, mas há uma ocorrência com verbo de estado:

(93) E sobre este ryo ha muytas e boas acenhas que *mooe~ muy bem* e muy toste (CGE-14).

No exemplo (93), a propriedade ‘moer bem’ é virtude das boas azenhas²⁶, não de um Causativo externo. Afirma-se que os moinhos têm como propriedade inerente ‘moer bem e rápido’, o que já foi discutido no capítulo 2.

Quanto ao aspecto, predomina, na média não-clítica, o perfectivo com índice de 71,4%, contrariamente ao que acontece com a média clítica. O sentido potencial, relativamente freqüente na média clítica, apresenta, na não-clítica, um baixo índice: apenas 10,8%. Esse resultado mostra que a média não-clítica é mais freqüente no discurso narrativo, o que se comprova na maior concentração de construções médias não-clíticas nos capítulos que formam o grupo 3, que vão do 46 ao 150. 80,5% das médias não-clíticas ocorrem nesse trecho do texto. Embora a média clítica também predomine no grupo 3, o índice é inferior: 64,2%. Menos de 20% das médias não-clíticas foram empregadas nos capítulos iniciais de cunho argumentativo e descritivo.

As 231 ocorrências de média não-clítica correspondem a apenas 27 lexemas diferentes. Destes, uns poucos figuram também na média clítica, denotando a

²⁶ Moinhos movidos à água.

facultatividade do clítico. Um deles, MORRER, figura 142 vezes, o que supera em muito a média se a distribuição fosse equilibrada: 8,2 ocorrências por lexema.

A alta incidência de MORRER, médio por natureza, por exemplo, condiz com um texto que narra a história de um povo, em que menções a nascimentos e mortes são naturalmente freqüentes. Em 85,2% das ocorrências, o verbo MORRER se encontra na forma perfectiva, geralmente no pretérito perfeito e algumas vezes no mais-que-perfeito, às vezes, com auxiliar *ser*, que assume aproximadamente o valor do auxiliar *ter* ou *haver*²⁷.

- (94) a. E *morreron* aqueles dous irma~a~os. (CGE-12)
b. E spon *foy morto* (CGE-8)

- (95) a. veeronlhe novas como *era morto* el rey Teudero e que o mataro~ seus vasallos (CGE-118)
b. E juntaronse a elle todollos outros Roma~a~os que scaparo~ da batalha em que *morrera* seu padre e seus tios (CGE-60)
c. quando souberom de como Almicar *era morto* (CGE-52)

Entre os 27 verbos diferentes que são usados na média não-clítica, 57% são derivados com o sufixo *-ecer*: Algumas formações são herdadas do latim, como *crecer*, do lat. *creresco*, *aparecer*, do lat. *appareresco*; *falecer*, do lat. **falleescere*; outros são derivações vernáculas denominais, como *envelhecer*, *apodreecer*, *escurecer* através do fenômeno da parassíntese ou circunfixação. Eis a lista completa:

(96) **Lista dos verbos que ocorrem na média não-clítica**

ABAIXAR – ADOECER – AMADURECER – [A]PARECER – APODRECECER – ARDER – ARGULHECER – CAIR – CRECER – DESAPARECER – DESFALLECER – ENCHER – ENFERMAR – ENFRAQUECER – ENRIQUECER – ENRRUYVECER – ENVELHECER – ESCURECER – FALLECER – MELHORAR – MOER – MORRER – MYNGUAR – NACER – QUEBRAR – SECAR – TREMER

É interessante observar que uma boa parte desses verbos seja derivada de nomes, ressaltando-se, mais uma vez, a relação entre o estatuto evolutivo e o estativo. Para a expressão do significado de dois deles, a língua moderna preferiu a forma perifrástica: *ficar/tornar-se orgulhoso/ruivo*. A propósito das formações *argulhecer* e *enruivecer*, vale lembrar que, segundo Huber (1986), *-ecer* foi o sufixo que maior quantidade de verbos novos originou.

²⁷ Sobre o uso de *ser* como auxiliar de tempo, consultem-se, dentre outros, Dias (1970), Huber (1986), Mattos e Silva (1989, 2001).

Feitas essas considerações gerais sobre o verbo da média não-clítica, passemos agora a analisar seu sujeito. Dedicamos as próximas seções a isso.

9.4.2.1. O Afetado da média não-clítica

O sujeito da média clítica é geralmente um nome, representa entidades humanas, codifica informação evocada, é tópico e, como as demais construções de não-atribuição de causalidade, tende a não persistir cataforicamente. Como fizemos na análise das demais construções, apresentaremos em subseções as variáveis sob que estudamos o SN sujeito da média não-clítica.

9.4.2.1.1. Análise formal do Afetado da média não-clítica

Conforme vimos no capítulo 4, no jogo interacional falante/ouvinte (no caso, especificamente, entre narrador e leitor), o falante emprega meios gramaticais para ‘instruir’ o ouvinte na construção da coerência. O uso de pronomes ou anáforas zeros constitui, segundo Givón (2005), uma escolha mais freqüente e menos custosa cognitivamente. Ao usar pronomes e zeros, a instrução é para ‘continuar a ativação do referente tópico no momento’. Ou seja, o uso de anáforas pronominais e zero indica continuidade tópica. Já o emprego de SNs plenos configura uma escolha marcada, mais custosa do ponto de vista cognitivo, em que o falante instrui o ouvinte a suspender a ativação do tópico ativo no momento.

O sujeito da média clítica é, geralmente, representado por nome (54,9%), o que indicaria uma escolha mais marcada, mas a diferença entre essa forma de expressão e a representada por forma não-lexical (zero, pronome relativo e pronome) é pequena: 44,6%, conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 9.8. A expressão do SN sujeito da média não clítica

Expressão do SN	nome	Nº	126
		%	54,5%
	anáfora	Nº	69
	zero	%	29,9%
	pronome	Nº	21
		%	9,1%
	pronome relativo	Nº	13
		%	5,6%
	oracional	Nº	1
		%	,4%
	zero arbitrário	Nº	1
		%	,4%
Total		Nº	231
		%	100,0%

Quanto à posição do SN em relação ao verbo da média não-clítica, predomina a posição posposta. Esse resultado condiz com outros trabalhos sobre a posição do SN em relação a verbos intransitivos, tanto no português atual como no arcaico (cf. PEZATTI, 1996; MATTOS E SILVA, 1989; MARQUES, 2008). A tabela abaixo resume os resultados.

Tabela 9.9. Posição do SN da média não-clítica

		anteposto	posposto	total
nome	Nº	25	101	126
	% de expressão	19,8%	80,2%	100
	% de posição	64,1%	93,5%	85,7%
pronome	Nº	14	7	21
	% de expressão	66,7%	33,3%	100%
	% de posição	35,9%	6,5%	14,3%
total	Nº	39	108	147
	% de expressão	26,5%	73,5%	100%
	% de posição	100%	100%	100%

Pezatti (1996), vista no capítulo 4, que estudou várias estruturas no português atual, na correlação com o fluxo da informação, com base na hipótese da Estrutura Argumental Preferida (DUBOIS, 1987), propôs para os verbos intransitivos duas matrizes, conforme a posição do sujeito:

(97)

- a. Sujeito de v.intransitivo anteposto ao verbo (não-existencial): [P, +def, +hum, +ani, dado]
 b. Sujeito de v.intransitivo posposto ao verbo (existencial): [N, -def, -hum, -ani, novo]

O sujeito da média não-clítica, nos nossos dados, não se conforma totalmente a nenhuma dessas matrizes em termos de frequência. Se sua posição é predominantemente posposta, como indicam os resultados, de que retiramos as ocorrências de manifestação zero, oracional e pronome relativo, por motivos óbvios, e se apresenta ligeira tendência a ser representado nominalmente; por outro lado, é freqüentemente humano, definido e codifica informação evocada, assemelhando-se à matriz dos verbos intransitivos não-existenciais. Não podemos descartar, porém, a possibilidade de desvios dessas matrizes justificados por questões estruturais e pragmático-discursivas, referidas pela autora.

9.4.2.1.2. Análise semântica do Afetado da média não-clítica

O SN da média não-clítica semelhantemente à média clítica representa prioritariamente entidades animadas: 75,7%, a maioria humana. É o que mostra a tabela 9.10., a seguir.

Tabela 9.10: Traço [+animado] do Afetado da média não-clítica

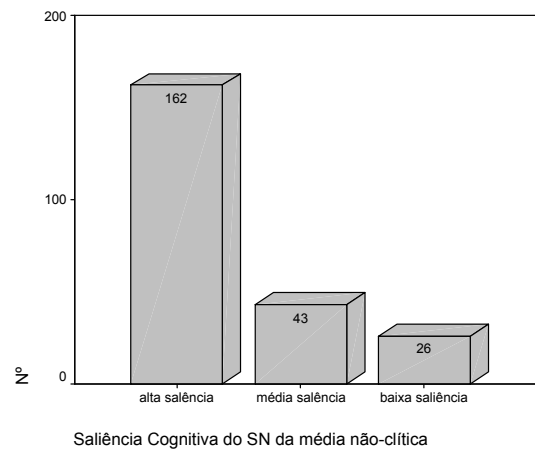
Grau do traço animado	animado humano	Nº	171
		%	74,0%
	inanimado concreto	Nº	49
		%	21,2%
	inanimado abstrato	Nº	7
		%	3,0%
	animado n-humano	Nº	4
		%	1,7%
Total	Nº	231	
	%	100,0%	

Vale ressaltar que esse resultado reflete a alta frequência de construções médias não-clíticas com o verbo *morrer*. Para verificar uma possível distorção dos resultados devida à grande recorrência de *morrer*, um *media tantum*, procedemos à análise das variáveis, reduzindo, aleatoriamente²⁸, o número de ocorrências de construções com *morrer* de 142 a 16, o número máximo de ocorrências de outros verbos. Em relação às demais variáveis, não houve nenhuma alteração substancial nos resultados em termos de frequência. No entanto, o parâmetro traço [+animado] sofreu uma mudança, pois passam a predominar, embora com leve vantagem, entidades inanimadas com índice de 53,8% (56/104). Ainda assim, o percentual de entidades humanas ainda é alto: 42,3% (44/104), e a diferença entre animados e inanimados é pequena, menos de 10%, o que não invalida os resultados.

O fato de representar entidades animadas configura o SN da construção média não-clítica como cognitivamente saliente e como um sujeito bem caracterizado, a despeito da posição posposta, típica de objeto. A saliência cognitiva do SN da média não clítica, medida não só com base no traço [+animado], mas também na definitude e número do SN, está representada no gráfico a seguir.

²⁸ Mantivemos as primeiras 16 ocorrências de média não-clítica no *corpus* ordenado conforme o lexema. Retirar todas as ocorrências não nos pareceu metodologicamente correto, uma vez que manteríamos ocorrências de outros verbos *media tantum*. Podíamos ter usado a média aproximada, que seria 8 ou 9 ocorrências, mas teríamos de fazer o mesmo com verbos que ultrapassassem este número. Preferimos, então, manter o mesmo número do verbo que tivesse maior recorrência. O objetivo é apenas observar a influência decisiva ou não desse dado. Não é proceder à rigorosa medida estatística.

Gráfico 9.10. Saliência cognitiva do Afetado da média não-clítica



No que respeita à proeminência morfológica do SN, há predomínio de grau baixo, o que significa que o SN da média não-clítica apresenta pouca substância morfológica. Assim, embora saliente do ponto de vista semântico, o sujeito recebe baixa marcação mórfica, devido à sua alta previsibilidade. A tabela 9.11 sumariza os resultados.

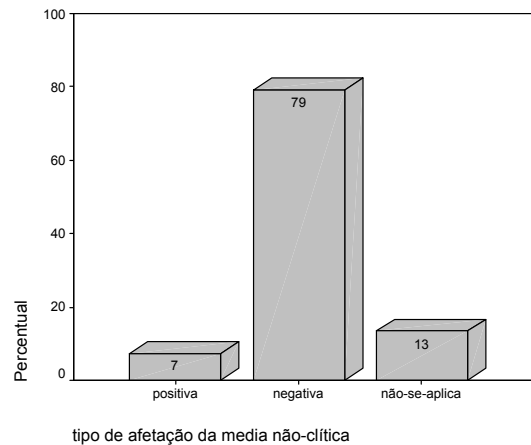
Tabela 9.11. Grau de proeminência morfológica do Afetado da média não-clítica

		Nº	74
Grau de proeminência morfológica	alta	%	32,0%
	média	Nº	57
		%	24,7%
baixa	Nº	100	
	%	43,3%	
Total	Nº	231	
	%	100%	

A alta proeminência do sujeito da média não-clítica resulta, principalmente, da frequência de nomes próprios. Na média não-clítica, encontramos 67 ocorrências em que o SN era um nome próprio. Para Givón (2001), os nomes próprios estão ancorados na memória episódica e, uma vez referidos no texto, são considerados acessíveis no texto inteiro. Na CGE, isso se evidencia no fato de o narrador mencionar um indivíduo num capítulo, intercalar vários episódios envolvendo outros indivíduos e depois tornar a falar do indivíduo anterior, dando-o por conhecido pelo leitor, não importa a que distância da segunda menção o referente esteja, o que, aliado à grafia flutuante, em especial, nos nomes próprios, dificulta o estabelecimento da coerência textual, pelo menos, para nós, leitores modernos.

Quanto à afetação, o SN da média não-clítica é, como o da média clítica, negativamente afetado pelo evento denotado pelo verbo. Todavia, na média não-clítica, a afetação negativa é quase regra categórica: 79,2% (183/231). O índice de afetação positiva com a média não-clítica foi o mais baixo dos três tipos de média: 7,4% (17/231). Ressaltamos que a mesma predominância de afetação negativa e baixo índice de positiva ocorre na análise com a redução de ocorrências com verbo *morrer*: 53,8 de afetação negativa contra 16,3% de positiva.

Gráfico 9.11: Tipo de afetação da média não-clítica



Alguns exemplos do *corpus* de afetação negativa na média não-clítica estão transcritos abaixo.

- (98) a. aos viinte e hu~u~ a~nos *adooeceu Vualya* (CGE-85)
 b. E o *bispo*, quando vyo esta cousa, *caeo* em terra come morto (CGE-150)
 c. e~fermou de grave enfermidade de que *morreo* (CGE-142)
 d. E no~ ficou em toda a terra d'Espanha *ryo que no~ secasse* se no~ Ebro e Guadalquivyr (CGE-12)

Não encontramos influência da presença do Causativo no tipo de afetação. Na média não-clítica, predomina largamente a omissão e a não-identificabilidade do Causativo, quer a afetação seja positiva ou negativa.

9.4.2.1.2. Análise pragmática do Afetado da média não-clítica

Quanto às medidas de topicalidade, a média não-clítica comporta-se de modo similar à média clítica: o referente do SN da maioria apresenta-se como tópico, ou seja, situa-se na oração imediatamente anterior (48,1%) ou na segunda oração (7,4%), mas tende a não persistir cataforicamente (29,4%) ou persistir apenas uma vez (29,9%).

No que tange à distância referencial, a topicalidade não nos surpreende, haja vista a freqüência relativamente alta de pronomes e anáforas zero e de nomes próprios, que indicam quão acessível e identificável é o referente do SN da média não-clítica. Aliás, esse tem sido o dado encontrado regularmente em todas as construções de não-atribuição de causalidade, com exceção da impessoal clítica, que apresentou baixo índice de topicalidade, quando se retiraram os casos de pronome relativo. Excluindo-se a expressão por pronome relativo, de valor freqüentemente tópico, os resultados configuram-se como apresentados na tabela 9.12. Vemos que há uma redução dos casos de topicalidade, que passam a quase se equiparar aos de não-topicalidade, mas ainda predominam.

Tabela 9.12: Freqüência da distância referencial da média não-clítica

distância referencial	não-tópico	Nº	103
		%	47,2%
	tópico	Nº	115
		%	52,8%
Total		Nº	218
		%	100%

Quanto à persistência referencial, agrupando os casos de baixa persistência e de não-persistência, de um lado, e os de alta e média persistência de outro, encontramos um alto índice do primeiro grupo, aqui nomeado de *baixa persistência*, conforme observamos na tabela 9.13, abaixo.

Tabela 9.13: Freqüência da persistência do tópico da média não-clítica

persistência tópico	baixa	Nº	137
		%	59,3%
	alta	Nº	94
		%	40,7%
Total		Nº	231
		%	100%

Cumprе notar, mais uma vez, que este tem sido o dado encontrado nas construções, até agora analisadas. Aliada à distância anafórica que mostrou, em geral, referentes tópicos (no sentido de ser mencionado na oração imediatamente anterior), a baixa persistência catafórica indica que essas construções não parecem ter como função textual a mudança de tópico. Especificamente, na média não-clítica, como a maioria dos eventos expressos são eventos de destruição física, como *morrer*, a construção, em

geral, fecha a cadeia tópica, conforme vemos nos exemplos a seguir, em que o referente ou é abandonado ou é mencionado mais uma vez, antes de ceder lugar a outro referente discursivo.

- (99) a. ennos tres annos, *morreo Locario*, rey de França, e reynou em pos elle seu filho Dagunto quatorze annos (CGE-141)
- b. E *morreo em o desterramento*; e foi posto em seu logar Eugeny, o prymeiro (CGE-150)
- c. E morarom ally gram tempo ataa que foy o tempo da grande seca que durou vinte e sete a~nos que no~ choveo e~ Espanha, por a qual cousa ouvero~ de fogyr todallas gentes da terra. E *morreron aqueles dous irma~a~os*. E no~ ficou em toda a terra d'Espanha ryo que no~ secasse se no~ Ebro e Guadalquivyr e estes corryam muy pouco.

No que diz respeito a outra variável pragmática analisada, o estatuto informacional, o SN sujeito da média não-clítica, semelhantemente, à maioria dos SNs das demais construções, representa informação evocada, o que condiz com seu caráter tópico.

Tabela 9.14: Índice de estatuto informacional da média não-clítica

estatuto informacional	evocada	Nº	187
		%	81,0%
	nova	Nº	34
		%	14,7%
	inferível	Nº	10
		%	4,3%
Total		Nº	231
		%	100%

9.4.2.2.O Causativo da média não-clítica

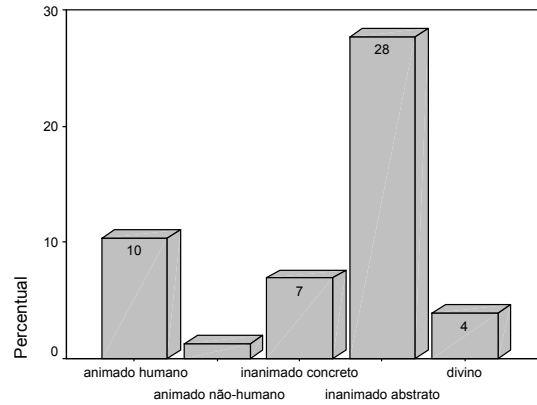
O Causativo da média não-clítica não figura em 82,7% (191/231) das ocorrências. Quando está presente na oração, predomina a preposição *de* (33/40), que, como vimos, liga-se etimologicamente à noção de origem. 26,4% (61/231) são evocados e 2,2% (5/231) são inferíveis, o que equivale a 34,5% do total de Causativos não-expressos na oração, um índice muito baixo se compararmos aos dados da passiva ou da impessoal, por exemplo. Esses dados configuram a média não-clítica como uma construção de baixíssima causalidade. De fato, entre os Causativos identificáveis, predominam entidades abstratas, ou seja, propriedades adquiridas, como doenças ou sede, ou eventos provocados ou não-provocados encadeados numa rede causal, como ilustram os exemplos abaixo:

- (100) a. E tanta augua bevyã~ que muytos delles *morryã*~ e outros *adoecerom* de muy maa guysa. (CGE-79)

- b. E o bispo, quando vyo esta cousa, *caeo* em terra come morto (CGE-150)
- c. E, por este feyto desaguisado, mostra a estorya que *melhorou* a razo~ de Julyo Cesar, e~. razom da guerra que fazia contra Pompeo. (CGE-78)
- d. veolhe hu~a muy forte *enfermydade* da qual logo morreo. [...]Tanto que *foy morto* el rei Tulgas, como ja ouvystes, (CGE-149)
- c. ca nom morreron penados de sede como nos *morremos* (CGE-78)

Os resultados, quanto a esta variável, estão expostos no gráfico 9.12.

Gráfico 9.12: Traço [+animado]



Grau do traço animado do causativo da média não-clítica

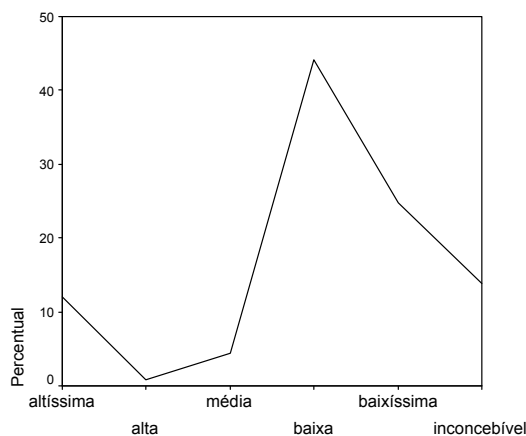
Entidades abstratas apresentam menor saliência como entidades causadoras de um estado de coisas que entidades concretas, uma vez que estas se apresentam mais distintas e perceptíveis. Apenas 13% dos Causativos percebidos ou identificáveis são entidades concretas externas. 4,3% denotam entidades divinas. O restante é constituído de entidades externas ou internas abstratas. A tabela abaixo apresenta a frequência das causas identificadas e das não-identificáveis e inconcebíveis.

Tabela 9.15: Tipos de causas da média não-clítica.

	Nº	%
Não-identificável	62	26,8%
Externa abstrata percebida	37	16,0%
Interna invisível percebida	35	15,2%
inconcebível	32	13,9%
Externa concreta percebida	28	12,1%
Interna invisível não-identificável	20	8,7%
Força sobrenatural	10	4,3%
Externa abstrata identificável	3	1,3%
Externa abstrata não-identificável	2	0,9%
Externa concreta identificável	2	0,9%
Total	231	100%

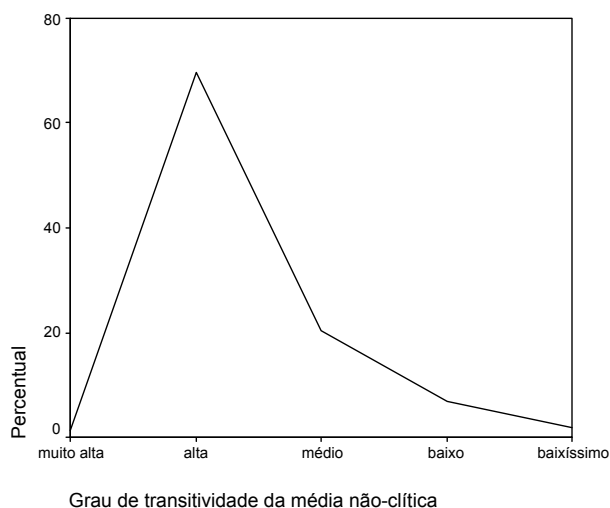
Como vemos, a maioria dos Causativos da média não-clítica situa-se entre a baixa e a baixíssima saliência: 69%. Além disso, há um índice de 14% de Causativos inconcebíveis. O gráfico 9.13 evidencia esses dados.

Gráfico 9.13: Grau de saliência do Causativo da média não-clítica



Apesar do baixo grau de causalidade, a média não-clítica tem predominantemente alta ou média transitividade: 71% das ocorrências indicam construções transitivas (164/231). Numa escala de 0 a 6, a maioria apresenta grau de transitividade 4, o que significa um alto grau de transitividade, como vemos no gráfico 9.12. Todavia, diferentemente da passiva, não tivemos ocorrências de construções médias não-clíticas de altíssima transitividade (grau 6) e tivemos apenas 3 ocorrências de transitividade de grau 5, conforme vemos no gráfico 9.14.

Gráfico 9.14: Grau de transitividade da média não-clítica



Observamos que o gráfico 9.14 difere substancialmente do 9.13, que representa o grau de causalidade da construção média não-clítica. Enquanto a média não-clítica apresenta alto grau de transitividade, apresenta baixo grau de causalidade, o que aponta para uma independência entre as variáveis. Isso significa que a média não-clítica representa um evento *realis*, temporalmente bem delimitado, com sujeito bem individuado, mas sem referência clara a uma entidade causadora do estado de coisas. Descreve eventos factuais, em que só há clara a participação de uma entidade que vivencia um acontecimento. A entidade causadora é interna ou, quando externa, abstrata, daí sua baixa saliência. Boa parte são eventos naturais, no sentido de ocorrerem sem causa aparente, como *adoecer*, *morrer* (de velhice), *envelhecer*, *nascer*.

Interessante notar uma expressão que ocorreu em duas situações em contexto semelhante: ‘morrer de sua morte’, cujo significado nos parece ser semelhante da expressão popular ‘morrer de morte morrida’ que se opõe a outra ‘morrer de morte matada’. Em outras palavras, significa morte natural: “a que ocorre naturalmente, ger. por agravamento de enfermidade” (HOUAISS, s.v.) em oposição à morte por causa externa: “a que é provocada por violência ou acidente” (HOUAISS, s.v.). Assim, um evento tão devastador quanto a morte é considerado ‘natural’, quando causado por uma propriedade adquirida, como a doença. Rigorosamente, só deveria ser considerada ‘natural’ a morte de um ser vivo causada por velhice, por ser inevitável. A morte por doença pressupõe, pelo menos aos nossos olhos de homens do séc. XXI, se não a evitação, a possibilidade de cura. Não podemos esquecer, contudo, que, no período medieval, havia grandes epidemias que assolavam uma humanidade sem meios de combatê-las. A natureza se apresentava hostil e indomável e, aos homens, muitas vezes, só cabia se curvar a ela. O que está em jogo, portanto, no considerar natural a morte por doença é o fato de não haver interferência humana nesse evento. A própria doença advém da natureza (ou de entidades divinas) e dela também o agravamento e a morte. Nesse caso, a morte por doença se aproxima dos eventos espontâneos:

- (101) a. E, enno segundo a~no do reynado deste rey Gundemyro, estando elle em Tolledo,
adoeceu e morreo hy de sua morte (CGE-138)
b. estando e~ aquella cidade de Orlleens, *adoeceu e morreo hi de sua morte*. (CGE-99)

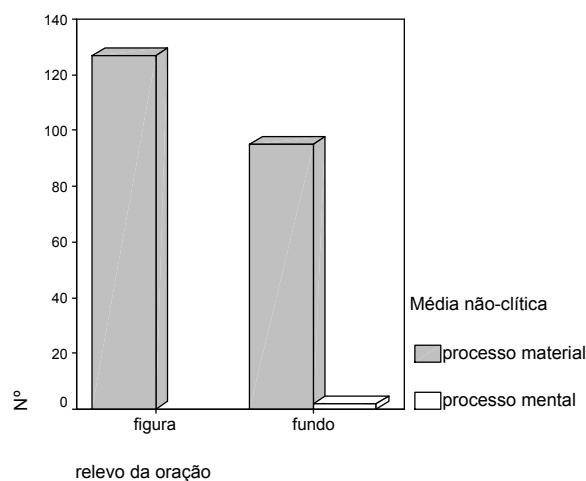
Já o grau de figuratividade da média não-clítica condiz com seu grau de transitividade alta. 69,3% das ocorrências apresentaram alta figuratividade, quando consideramos os quatro contextos, conforme ilustra a tabela 9.16.

Tabela 9.16: Grau de figuratividade da média não-clítica

Grau de figuratividade		Nº	
baixo	baixo	Nº	15
		%	6,5%
	médio	Nº	56
		%	24,2%
	alto	Nº	160
		%	69,3%
Total		Nº	231
		%	100,0%

Quando observamos apenas o relevo da oração, a média não-clítica configura-se como Figura, excetuando-se as que codificam eventos mentais, como vemos no gráfico abaixo.

Gráfico 9.15: Relevo discursivo da oração média não-clítica



Em suma, quanto às três variáveis, normalmente relacionadas, a saber: transitividade, causalidade e relevo discursivo, a média não-clítica apresenta baixo grau apenas de causalidade. No que respeita às demais, ela se caracteriza como uma construção transitiva e proeminente discursivamente. Considerando, com Soto e Munoz (1999), a narrativa como uma série de acontecimentos e estes como uma transição de um estado a outro, causado ou experimentado, nada mais natural que uma construção que tenha como foco exatamente a mudança de estado experimentada por uma entidade apresente alta transitividade.

9.4.3. A média perifrástica

Na CGE, a média perifrástica é o tipo menos comum de construção média: 18% (69/382). No *corpus*, ela se manifesta, especialmente, com o verbo *ser*: 65,7% (46/69). *Tornar* e *Jazer* são raros. Embora a combinação com particípio seja a mais freqüente: 60,8% (42/69), há também a combinação com adjetivo e substantivo. Não tivemos nenhuma ocorrência de *ser* com substantivo indicando mudança de estado. O quadro completo está representado na tabela 9.17.

Tabela 9.17: Freqüência das combinações encontradas na média perifrástica

	particípio		adjetivo		substantivo		total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ser	32	69,5%	14	30,4%			46	100%
		76,2%		73,7%				65,7%
Ficar	10	45,6%	4	19,0%	7	30,4%	21	100%
		23,8%		21,0%		77,7%		30,4%
Tornar					2	100%	1	100%
						22,2%		1,4%
Jazer			1	100%			1	100%
				5,2%				1,4%
Total	42	100%	19	100%	9	100%	69	100%
		60,8%		27,5%		11,6%		100%

Com o particípio *espantado*, encontramos ocorrências com *ser* e com *ficar*, transcritas abaixo.

(102) a. Hercolles *foy muyto espantado* por se Gedeon poder delle defender ta~ longame~te. (CGE-7)

b. E o bispo e os sancrista~a~es da igreja *ficaron muy spantados* (CGE-150)

À primeira vista, não parece haver diferença de significado entre uma construção e outra. Aventamos a hipótese de as construções com *ficar* perfilarem o ponto final da mudança, e as construções com *ser* a transição, mas, se o contexto dos exemplos com *espantado* (apenas um com *ficar*) sugere essa diferenciação, os demais exemplos negam-na. Encontramos *ser* combinado com adjetivos que indicam estados duradouros, como *rico*, que perfilam o resultado da mudança. Alguns exemplos estão transcritos abaixo.

(103) *ser* + particípio

a. cada hu~u~s *forom maravylhados* da multydon dos e~miigos. (CGE-87)

b. de tal guysa que *foy toda desnembrada* (CGE-138)

(104) *ficar* + particípio

a. pero o posessem no pano do lynho, no~ *ficarya molhado* ne~ faria hy synal, (CGE-38)

b. E desta guysa *ficou* o senhorio dos Suevos *departido* em duas partes (CGE-93)

(105) *ser* + adjetivo

- a. desde os de Calez *assy foron ricos e poderosos* (CGE-51)
- b. todos *foron muy ledos* por que enchera (CGE-44)

(106) *ficar* + adjetivo

- a. ca tam *longa ficava* a guerra a Julyo Cesar e per tantas batalhas avya de passar, (CGE-79)
- b. *ficarom* os Godos muy *louça~a~os* (CGE-81)

(107) *ficar* + substantivo

- a. Depois que foy morto el rey Lubyra, (...) *ficou rey* Viterico e reynou sete a~nos (CGE-136)
- b. Como Espam *ficou por rey* da Espanha e como corregeo a terra (CGE-10)
- c. deitarom della fora todas as outras gentes e *ficaro~* elles *por senhores*; (CGE-1)

(108) *tornar* + substantivo

- a. depois que souberon como Hermenegildo *era tornado verdadeyro catholico*, (CGE-128)

(109) *jazer* + adjetivo

- a. e mandou fazer hu~a gra~ cova antre a vylla e o arreal por *jazere~ mais seguros* (CGE-71)

De acordo com Lehmann (2008), enquanto a construção *ficar* + adjetivo apresenta um crescimento estável desde os primeiros documentos até hoje, a construção *ficar* + substantivo:

fica muito reduzida por toda a história da língua, sendo essencialmente limitada a alguns substantivos [sic] como *rei*, *senhor* e semelhantes. Também ocorrem palavras como *órfão*, *viuvo*, *amigo* etc., que podem ser substantivos ou adjectivos. Em geral, é o sentido genérico de *ficar* que aparece nessa construção (LEHMANN, 2008, p.8).

Notemos que, nesta construção, aparecem duas variantes: com ou sem preposição, exemplificadas com o mesmo substantivo em (107a) e (107b). A variante preposicionada parece mais comum, uma vez que só encontramos uma ocorrência sem preposição. A preposição que figura é sempre *por*, que adquire aqui o sentido da preposição latina *pro* ‘à maneira de’, ‘como’. Em todas as construções, o novo estado é adquirido de forma incomum. O estado de rei, adquirido por Espam, sobrinho de Hércules, em (107b), por exemplo, foi determinado por Hércules, que queria deixar alguém de sua linhagem na terra recém-conquistada:

- (110) E por esta razo~ no~ quis leixar a terra sem home~e~s do seu linhagen, por tal que sempre fosse memoria que elle conquerera aquella terra e a metera em seu senhorio. E por esto pobrava elle a terra daquellas gentes que elle trouxera de Grecia e en cada logar pos home~e~s do seu linhagen. *E sobre todos fez rey e senhor hu~u~ seu sobrinho* que elle criara pequeno, que avya nome Espam. E esto fez por que o avya provado por muy bo~o~ cavalleiro e de grande siso e muy esforçado e~ feyto de armas. E por seu amor tolheu o nome aa terra, que ante avya nome Esperya, e poslhe nome Espanha (CGE-9)

Já comentamos, no capítulo 6, a relativa frequência de *jazer* no sentido de ‘estar em posição deitada’ e as dificuldades de interpretação. Dos casos encontrados de *jazer* + participípio, apenas o exemplo citado em (109) não implicava o sema ‘deitado’, daí termos mantido como verbo de mudança. Os demais, alguns dos quais citados no capítulo 6, apresentam notoriamente o dito sema, razão por que foram deixados de fora da análise quantitativa. Quanto ao verbo *tornar*, também aludimos, no referido capítulo, à sua frequência com o sentido de ‘voltar ou fazer voltar, retornar’ (131 ocorrências no *corpus*). Chama a atenção, portanto, um índice tão baixo de *tornar* como verbo de mudança. Em (108a), está sendo usado numa perífrase de valor temporal com auxiliar *ser*, cujo valor é mais-que-perfeito: *tinha-se tornado verdadeiro católico*. Diferentemente da construção moderna com *ter*, com *ser*, o clítico desaparece. Além dessa ocorrência, encontramos duas com *tornar-se*, que foram classificadas como médias clíticas, mas são também perifrásticas, uma vez que se fazem acompanhar de um nome. São similares, nesse sentido, a frases com *fazer-se*, também classificadas como médias clíticas, mas também acompanhadas de nome. Enquanto *fazer* apresenta, no *corpus*, a contraparte causativa com o sentido de *transformar*, *fazer ficar/ser*, *tornar* só foi encontrado medialmente.

Os verbos que representam a base dos participípios são, a maioria, transitivos diretos. Encontramos apenas um cuja base é um verbo transitivo indireto: *pagado*, e outro cuja base é intransitivo: *creçudo*:

(111) de guysa que todos *foron* delle muy *pagados* (CGE-59)

(112) Hercolles despois que *foy creçudo* (CGE-5)

As duas construções acima são ambíguas. Tanto podem ser lidas como médias perifrásticas: ‘todos ficaram muito gratos com ele’ e ‘depois que ficou crescido’, como podem ser interpretadas como um perfeito composto com *ser*: ‘todos se agradaram dele’ e ‘depois que cresceu’. Huber (1986) chama a perífrase *aver* ou *seer* + participípio passado de *definido anterior*, correspondente ao *passé antérieur* francês. Said Ali (1964) ressalta o caráter perfectivo dessa construção em qualquer tempo verbal e acrescenta:

no pretérito perfeito, o verbo dessa conjugação composta significava a mesma coisa que na conjugação simples. *Teve visto* e *viu* eram cousas idênticas. O uso banuiu por supérflua a forma mais longa (SAID ALI, 1964, p.162).

Portanto, a leitura perfectiva dos verbos *pagar-se* e *crescer* são perfeitamente justificáveis. Nesse caso, as duas ocorrências seriam recategorizadas quanto ao tipo de média.

Como a média clítica, quase a metade das ocorrências da média perifrástica representam eventos mentais: 43,5% (30/69), que geralmente afetam negativamente uma entidade: 56,6%% (17/30):

- (113) a. E o bispo *foy muyto alegre* co~ estas palavras (CGE-150)
 b. Teuderigo, logo que ouvyo o que lhe Boecio disera, *foi tam sanhudo* contra elle (CGE-107)
 c. E Bellasaryo, logo que *foy certo* da sua viinda (CGE-115)
 d. E os seus, quando esto vyrom, *foron maravylhados* ²⁹ (CGE-89)

Quanto ao aspecto verbal, na média perifrástica, predomina largamente o perfeito, e nisso esta construção se distancia da média clítica e se aproxima da não-clítica. Como esta última, a média perifrástica codifica um evento real, completo, limitado. Os dados referentes a essa variável estão expostos na tabela 9.18.

Tabela 9.18: Atualização da média perifrástica

Potencial	Nº	9
	%	13,0%
Imperfeito	Nº	11
	%	15,9%
Perfeito	Nº	49
	%	71,0%
Total	Nº	69
	%	100,0%

A média perifrástica se distribui entre orações coordenadas, subordinadas e principais, de modo quase equitativo. Entre as subordinadas, praticamente não há orações relativas: tivemos apenas duas ocorrências, que equivalem a 3,3% do total de médias perifrásticas. Nas demais construções médias, e também nas passivas, esse índice ficou entre 12 e 15%. Nas impessoais, tivemos um percentual de 64% de orações relativas. Este é um dado que não deve ser desprezado e que se relaciona ao SN da construção, a cuja análise dedicamos as próximas seções.

²⁹ A conotação positiva que acompanha, em português moderno, o termo *maravilhado* não se faz presente no uso do termo no português arcaico, pois pode tanto significar uma admiração positiva quanto negativa. Assim, por exemplo, na frase *E os Godos, que eram e~no campo, era~ maravylhados por que no~achavam el rey Thoderedo* (CGE-87), *maravilhado* expressa não um estado de encantamento, mas o espanto pelo fato. Noutras palavras, *maravilhar(-se)* significava apenas ‘causar ou vivenciar admiração pelo extraordinário’, quer esse extraordinário fosse positivo ou negativo.

9.4.3.1. O Afetado da média perifrástica

O SN da média perifrástica, em geral, é expresso não-lexicalmente, representa entidades humanas, codifica informação evocada e é altamente tópico e persistente cataforicamente. Pelos primeiros traços, a construção se assemelha às construções de não-atribuição de causalidade, mas se diferencia pela persistência catafórica. Analisemos detalhadamente cada variável.

9.4.3.1.1. Análise formal do Afetado da média perifrástica

O sujeito da construção média perifrástica é predominantemente um nome, mas, se somarmos as ocorrências de representação por pronome às representações por anáfora zero, encontramos um índice de 56,5% de representação não-lexical, como se depreende da tabela abaixo.

Tabela 9.19: expressão do SN sujeito da média perifrástica

nominal	Nº	30
	%	43,5%
zero	Nº	24
	%	34,8%
pronominal	Nº	15
	%	21,7%
Total	Nº	69
	%	100,0%

Esta forma de expressão denota um referente acessível ao leitor e sinaliza alta continuidade referencial, que, no caso da média perifrástica e diferentemente de outras construções com expressão não-lexical, extrapola o nível da construção, uma vez que encontramos também alta persistência catafórica.

Quanto à posição do SN em relação ao verbo, a preferência é pela anteposição: 66,7% do total de ocorrências de SNs expressos³⁰, independentemente do estatuto informacional, como mostra a tabela 9.20.

³⁰ Mantivemos a única ocorrência de SN expresso por pronome relativo, por não causar distorção nos resultados. Portanto, das 30 ocorrências de anteposto, uma é com pronome relativo, correspondente a uma das 26 de informação evocada. A diferença seria de menos de 3 pontos percentuais.

Tabela 9.20: Cruzamento das variáveis posição do SN e estatuto informacional da média perifrástica

	nova		inferível		evocada		total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
anteposto	1	33,3%	3	60%	26	70,2%	30	66,7%
		3,3%		10%		86,7%		100%
posposto	1	33,3%			6	16,2%	7	15,5%
		14,3%				85,7%		100%
entreposto	1	33,3%	2	40%	5	13,5%	8	17,8%
		12,5%		25%		62,5%		100%
Total	3	100%	5	100%	37	100%	45	100%

9.4.3.1.2. *Análise semântica do Afetado da média perifrástica*

O traço [+animado] é uma das propriedades que determinam a escolha do sujeito. No caso da média perifrástica, este representa predominantemente entidades humanas, que constitui o grau mais alto na escala de empatia: 82,6% do total de ocorrências, o mais alto índice entre todas as construções estudadas. Só se aproxima da média não-clítica, em que o alto índice de *morrer* justifica os 74% (171/231) de sujeitos humanos. Este dado aliado à grande maioria de anteposição caracteriza o SN da média perifrástica como um sujeito pleno, a que só falta a agentividade. A tabela 9.21 sumariza os resultados.

Tabela 9.21: O traço [+animado] do sujeito da média perifrástica

animado	Nº	57
humano	%	82,6%
inanimado	Nº	10
concreto	%	14,5%
inaminado	Nº	2
abstrato	%	2,9%
Total	Nº	69
	%	100,0%

Por representar entidades humanas e ser comumente definido, o sujeito da média perifrástica é também altamente saliente (78,3%) e altamente individuado (92,8%).

Quanto à afetação, outra variável semântica analisada, os dados apontaram quase uma equivalência entre a afetação positiva e a negativa: 43,5% (30/69) e 40,6% (28/69), respectivamente. Contrariamente ao esperado, a afetação não pareceu influenciar nem receber influência da representação do Causativo. É o que mostra a tabela 9.22.

Tabela 9.22: Relação entre afetação e representação do Causativo

	representado		não-representado		total	
positiva	23	76,6%	7	23,4%	30	100%
		45%		38,8%		
negativa	25	89,3%	3	10,7%	28	100%
		49%				
não-se-aplica	3	27,3%	8	72,7%	11	100%
		5,9%		44,4%		
Total	51	74%	18	26%	69	100%
		100%		100%		

9.4.3.1.3. Análise pragmática do Afetado da média perifrástica

Como fizemos com as demais construções, analisamos o SN sujeito da média perifrástica quanto às duas medidas de topicalidade e ao estatuto informacional. Sobre este último, já tratamos quando discutimos os resultados referentes à posição. Vimos que predomina largamente informação evocada: 88,4% (61/69). Praticamente não há informação nova; em apenas 4,3% (3/69) das ocorrências. Esses dados condizem com o caráter tópico do sujeito da construção.

Com efeito, o SN sujeito da média perifrástica apresenta-se como altamente tópico: 60,9% (42/69). Unindo os casos de alta e de média topicalidade, chegamos a 65,2% de SN cujos referentes estão na segunda oração ou na imediatamente anterior, o que indica alta acessibilidade referencial, conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 9.23: Distância referencial do SN da média perifrástica

alta	Nº	42
topicalidade	%	60,9%
não-tópico	Nº	21
	%	30,4%
baixa	Nº	3
topicalidade	%	4,3%
média	Nº	3
topicalidade	%	4,3%
Total	Nº	69
	%	100,0%

Além disso, o SN sujeito da média perifrástica apresenta persistência catafórica: 34,8% (24/69). Esse percentual somado ao percentual de média persistência resulta em um índice de 55,1%, ou seja, em pouco mais da metade das ocorrências o referente do SN é encontrado duas ou mais vezes nas três orações seguintes. Os dados estão na tabela a seguir.

Tabela 9.24: Persistência catafórica do SN da média perifrástica

alta persistência	Nº	24
	%	34,8%
não-persistência	Nº	16
	%	23,2%
baixa persistência	Nº	15
	%	21,7%
média persistência	Nº	14
	%	20,3%
Total	Nº	69
	%	100,0%

Das construções analisadas, esta é a única cujo SN apresenta persistência catafórica, embora o índice de persistência supere a não-persistência e a baixa persistência em apenas 5,1 pontos percentuais. Esse dado sugere que a média perifrástica situa-se intermediariamente numa cadeia tópica. Sua função textual, portanto, é de continuidade referencial.

9.4.3.2. O Causativo da média perifrástica

O Causativo da média perifrástica é predominantemente omitido na oração: 75,3% (52/69). Todavia, em apenas 17,4% (12/69) não é identificável. Em 52,1% das ocorrências (36/69), é evocado anafórica ou cataforicamente e, em 5,8%, é inferível.

As causas mais comuns são acontecimentos não-provocados ou provocados por terceiros ou pelo Afetado, experiências sensoriais vivenciadas pelo próprio Afetado e pessoas ou objetos.

- (114) **evento provocado por terceiros**: desterramento, presente no contexto anterior os outros Roma~a~os (...) *foron muy desconfortados* (CGE-58)
- (115) **evento provocado pelo Afetado**: o ato de beber muito vinho beveu tanto vynho que *foy torvado* (CGE-90)
- (116) **evento não-provocado**: o enchimento do rio todos *foron muy ledos* por que enchera (CGE-44)
- (117) **experiência sensorial do Afetado**: a visão dos panos do crucifixo cheios de sangue E elle, quando esto vyo, *foy sobejamente espantado* (CGE-124)
- (118) **humano**: o tio de Espam, Hércules, que o fez rei Espam, sobrinho de Hercolles, depois que assy *ficou por rey* e senhor em Espanha (CGE-10)
- (119) **objeto instrumental**: as palavras dos velhos santos E o bispo, quando lhes aquilo ouvyo, *foy muy co-fortado e~* suas pallavras (CGE-150)

A lista completa com a respectiva frequência das causas encontradas na média perifrástica está na tabela 9.25, abaixo.

Tabela 9.25: Tipos de causas na média perifrástica

Tipo de causa	externa abstrata percebida	Nº	38
		%	55,1%
	externa concreta percebida	Nº	13
		%	18,8%
	inconcebível	Nº	7
		%	10,1%
	interna invisível percebida	Nº	3
		%	4,3%
	não-identificável	Nº	3
		%	4,3%
	externa concreta identificável	Nº	2
		%	2,9%
	interna invisível não identificável	Nº	2
		%	2,9%
	externa abstrata identificável	Nº	1
		%	1,4%
Total		Nº	69
		%	100,0%

Com Causativo expresso, predomina a preposição *de*, em 52,4% (9/17) das ocorrências. A segunda preposição mais comum para expressão do Causativo foi, como nos outros tipos estudados, a preposição *por*, com 35,2% (6/17). As outras preposições contribuem com 23,5% (4/17):

(120) preposição *de*

- a. hu quer que achava~ augua que maravyilha era e que no~ podyam della seer fartos, tanto eram assedegados. 79
- b. que todos eram spantados do seu bo~o~ regimento 147

(121) preposição *per/por*

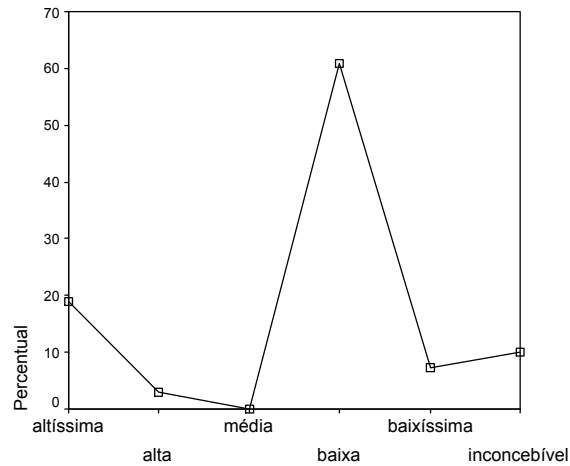
- a. per elle seeria~ livres de maaõ senhorio e envyaronlhe 7
- b. E esto foy per conselho e outorgamento da raynha Amallassent que ficava por senhora delles per morte do irma~a~o. 112
- c. e eram ta~ scarmentados os que hy viinham pollo da~pno que receberam

(122) outras preposições

- a. E o bispo foy muyto alegre co~ estas palavras 150
- b. em quanto elles fossem e~pachados co~ as guerras, 97

O fato de predominar o uso de Causativos abstratos dá à média perifrástica baixa causalidade, conforme se evidencia no gráfico 9.16.

Gráfico 9.16: Grau de saliência do Causativo da média perifrástica



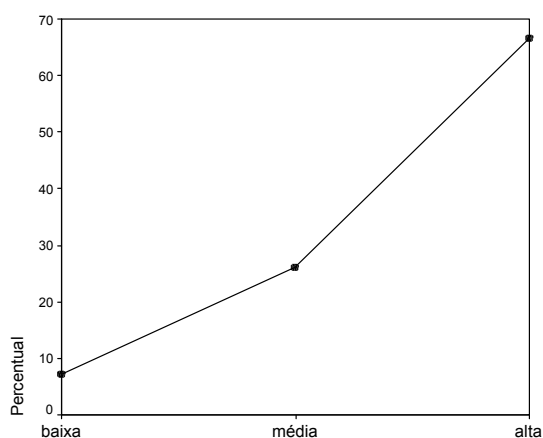
Semelhantemente à média não-clítica, a perifrástica apresentou predominantemente grau de transitividade 4: 67% do total de ocorrências. Lembramos que lidamos inicialmente com uma escala de 0 a 6, conforme seis dos dez parâmetros de Hopper e Thompson (1980). Numa escala ternária, porém, os seis graus foram reagrupados, de modo que os graus 3 e 4 ficaram como médios, resultando na tabela abaixo.

Tabela 9.26: Grau de transitividade da média perifrástica

alta	Nº	9
	%	13,0%
média	Nº	58
	%	84,1%
baixa	Nº	2
	%	2,9%
Total	Nº	69
	%	100,0%

Quase o mesmo percentual de médias perifrásticas, 66,7%, apresentou também alto grau de figuratividade. Nesse caso, como na média não-clítica, temos demonstrada a relação estabelecida em Hopper e Thompson (1980) entre transitividade e relevo discursivo. O gráfico abaixo ilustra os resultados.

Gráfico 9.17: Grau de figuratividade da média perifrástica



A oração isolada também é predominantemente Figura. Encontramos 62% do total de ocorrências de médias perifrásticas em contextos Figura, o que confirma, mais uma vez, a relação transitividade/Figura.

Podemos agora relacionar as três construções médias estudadas, destacando, em especial, o grau de causalidade, a fim de inseri-las na escala de causalidade que vimos construindo ao longo desses capítulos de análise. É o que faremos na próxima seção.

9.5. Graus de causalidade das construções médias

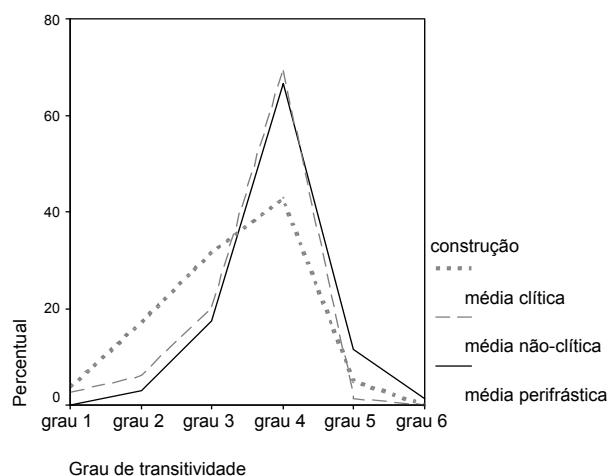
As três construções aqui estudadas sob rótulo de *médias* manifestam, em geral, grau de transitividade médio: 85,6% (327/382) têm grau 3 ou 4, ou seja, apresentam três ou quatro das propriedades de transitividade propostas por Hopper e Thompson (1980), a saber: *mais de um participante*, *cinese*, *polaridade positiva*, *modo realis*, *perfectividade*, *individuação do SN*. Os resultados gerais estão expostos na tabela a seguir.

Tabela 9.27: Grau de transitividade das construções médias

			construção			Total
			média clítica	média não-clítica	média perifrástica	
Grau de Transitividade	alta	Nº	4	3	9	16
		% do grau de transit.	25,0%	18,8%	56,3%	100,0%
		% da construção	4,9%	1,3%	13,0%	4,2%
	média	Nº	61	208	58	327
		% do grau de transit.	18,7%	63,6%	17,7%	100,0%
		% da construção	74,4%	90,0%	84,1%	85,6%
baixa	Nº	17	20	2	39	
	% do grau de transit.	43,6%	51,3%	5,1%	100,0%	
	% da construção	20,7%	8,7%	2,9%	10,2%	
Total	Nº	82	231	69	382	
	% do grau de transit.	21,5%	60,5%	18,1%	100,0%	
	% da construção	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Todavia, quando levamos em consideração os extremos da escala, observamos diferenças de comportamento entre as três construções, evidenciadas no gráfico abaixo.

Gráfico 9.18. Grau de transitividade das construções médias



O gráfico 9.10 mostra que, enquanto a média perifrástica e a não-clítica quase se igualam na figura que reproduzem, a clítica se afasta das duas, apresentando maior número de ocorrências com grau 1 e 2, que correspondem à baixa transitividade na escala ternária. Também no extremo oposto, há diferença entre as três construções, pois a perifrástica é a que apresenta maior número de ocorrências com transitividade 5 e 6, ou seja, de alta transitividade.

Com base apenas nesses parâmetros e tomando-se em consideração a representação de eventos mentais de todos os tipos de médias, a escala de transitividade das médias configura-se do modo representado em (123). Incluímos aí, sem diferenciar

o tipo, as médias que indicam processos mentais que se situam paralelas à perifrástica, por as duas apresentarem maior percentual de alta transitividade que de baixa.

(123) **escala das construções médias**

+ transitivo

média perifrástica
média de processo mental

>

média não-clítica

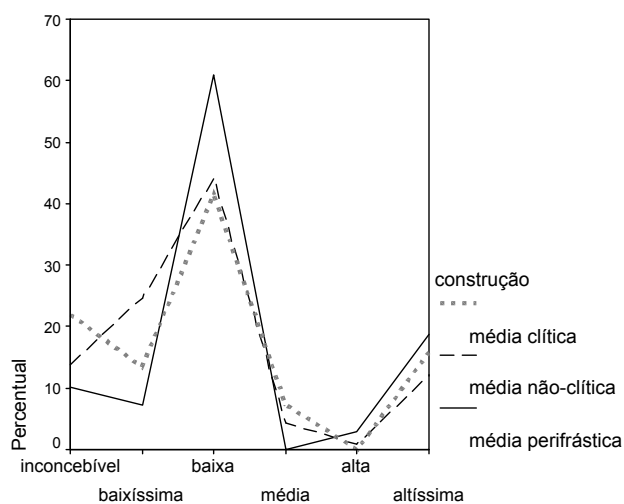
>

-transitivo

média clítica

Outro parâmetro que nos auxilia na determinação do grau de causalidade de uma construção é a saliência do Causativo. Pressupõe-se que, quanto mais baixa for a saliência do Causativo, menor o grau de causalidade de uma construção, devido à baixa distintibilidade dos participantes no evento. O gráfico abaixo representa o comportamento dos três tipos de média quanto a essa variável.

Gráfico 9.19: Grau de saliência do Causativo



Também no que diz respeito a essa variável, as três construções apresentam comportamento semelhante, uma vez que, em todas, predomina a baixa saliência: 65,7% (251/382). A diferença está nos extremos. A média clítica é a que apresenta maior número de ocorrências em que o Causativo é inconcebível, isto é, o evento é dado como espontâneo. A perifrástica é a que apresenta menor número de Causativos inconcebíveis e a que mostra mais ocorrências de Causativos altamente salientes. A não-clítica é intermediária quanto ao Causativo inconcebível, mas apresenta maior número de Causativo de baixíssima saliência e menor número de Causativos com altíssima saliência.

Considerando conjuntamente os dois parâmetros acima discutidos, a transitividade e a saliência do Causativo, para determinar o grau de causalidade da construção, podemos propor, conforme a construção apresente maior ou menor número de ocorrências ou se situe intermediariamente, as seguintes medidas para avaliar cada construção segundo os extremos:

Transitividade alta: 3 (maior número) – 2 – 1 – 0 (menor número),
 Transitividade baixa: 0 (maior número) – 1 – 2 – 3 (menor número)
 Saliência alta: 3 (maior número) – 2 – 1 – 0 (menor número)
 Inconcebível: 0 (maior número) – 1 – 2 – 3 (menor número)

Os resultados dessa conjunção de traços estão apresentados na tabela abaixo, em que incluímos as médias de processo mental, sem separar os tipos, pela reduzida quantidade de dados que teríamos em alguns casos.

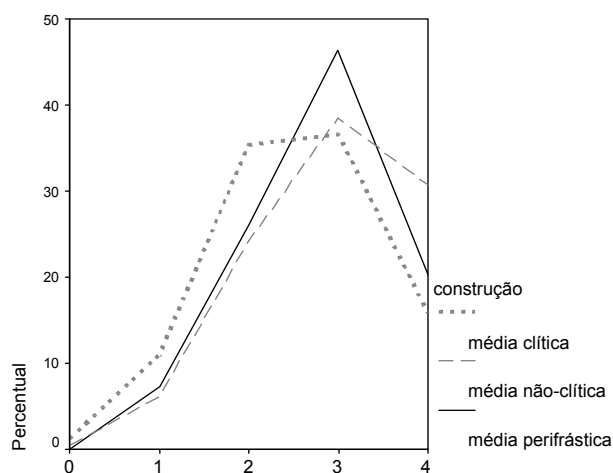
Tabela 9.28: Grau de causalidade das construções médias

	Transitividade alta	Transitividade baixa	Saliência alta	inconcebível	Total
Clítica	0	0	0	0	0
Não-clítica	1	2	1	2	6
Perifrástica	2	3	3	1	9
Processo mental	3	1	2	3	9

Observamos que esses dados confirmam a escala apresentada em (123). Portanto, a média clítica se caracteriza como a menos causativa das três construções médias, tanto por seis dos parâmetros de Hopper e Thompson (1980), quanto pela baixa saliência do Causativo. A média perifrástica e as médias que expressam eventos mentais, por outro lado, constituem as mais causativas. A perifrástica se torna mais causativa por apresentar mais propriedades de transitividade, a de processo mental por apresentar Causativo mais saliente.

Se essas propriedades se manifestam nos planos discursivos do texto, a média clítica deve apresentar menor figuratividade que a perifrástica. De fato, é o que mostra o gráfico 9.20.

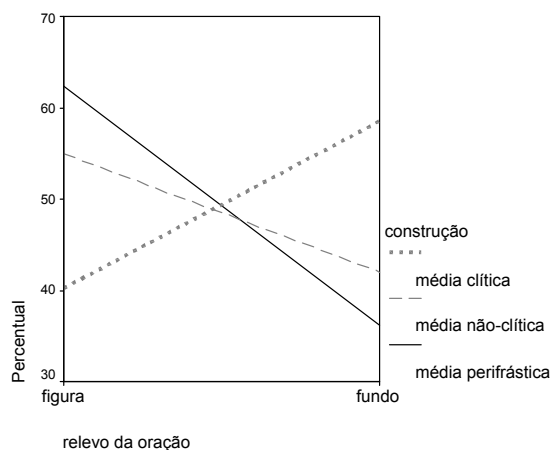
Gráfico 9.20: Grau de figuratividade das construções médias



Em todas as construções, predomina o grau 3 de relevo discursivo, que indica que, em três dos quatro contextos avaliados, a construção foi Figura. Contudo, a média clítica é a que apresenta maior número de ocorrências de grau 0, 1 e 2, que são considerados de baixo relevo, como mostra a figura formada no gráfico. Os demais tipos se assemelham, exceto a média não-clítica que apresenta mais ocorrências de grau 4 que todas as demais.

Quanto ao relevo discursivo da oração isolada, os dados reforçam a escala apresentada em (123). A única que é predominantemente Fundo é a clítica. As outras duas são Figura na maioria das ocorrências. Entre elas, a que manifestou maior frequência de Figura foi a perifrástica, justamente aquela que apresentou maior grau de causalidade.

Gráfico 9.21: Relevo discursivo da oração média



9.6. Súmula dos resultados

A análise dos dados referentes às constru es médias na CGE permite-nos as seguintes conclusões:

- O Afetado das médias representa, em geral, entidades humanas, exceto na média clítica de processo material, em que há predomin o de entidades inanimadas concretas.
- O Afetado de todas as médias codifica informa o evocada,   tópico e tende a não persistir cataforicamente, exceto o da média perifrástica que apresentou leve predominância de persistência catafórica.
- Em geral, o Causativo da média tende a não ser representado, nem na ora o nem no contexto. A média perifrástica e a m dia de processo mental foram as que apresentaram maior número de ocorrências em que o Causativo está representado.
- A posi o posposta do Afetado é a mais freqüente, globalmente, mas, na perifrástica e de processo mental, predomina a posi o anteposta.
- O perfectivo é predominante, exceto na média clítica. Na m dia de processo mental, praticamente não há diferença no  ndice de perfectivo e imperfectivo.
- A média clítica é a que apresenta maior número de ocorrências com atualiza o potencial.
- Na média perifrástica, prepondera o verbo *ser* com particip o.
- O SN da média tende a ser negativamente afetado. Com exce o da m dia de processo mental, em que a diferença foi mínima, e da média perifrástica, em que predominou a afeta o positiva, as constru es médias apresentam alto  ndice de afeta o negativa.
- Dos três tipos, a média clítica e a média não-clítica de processo material são as mais prototípicas por apresentarem menor grau de causalidade e se prestarem mais que os outros tipos   expressão de eventos espontâneos.

CAPÍTULO X

A CODIFICAÇÃO DA NÃO-ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE NA CGE: SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Na busca de elucidar a natureza da relação entre as construções impessoal, passiva e média num período remoto da língua portuguesa, analisamos os primeiros 150 capítulos da *Crônica Geral de Espanha de 1344*, adotando como ponto de partida o sentido ‘não-atribuição de causalidade’.

Apoiados, especialmente, em Hopper e Thompson (1980), DeLancey (1987), Langacker (1991), Pottier (1992), Kemmer (1993) e Givón (1993), partimos do princípio de que essas construções codificam a não-atribuição de causalidade em graus variados conforme a saliência do Causativo e a transitividade da oração. Assim, as três construções se assemelham por constituírem conceitualizações de um evento dinâmico em que há uma entidade sob mudança. Todavia, a passiva, por não só pressupor um agente, mas também permitir a menção deste, apresenta o Causativo mais saliente, enquanto a média apresenta o Causativo mais esquemático e, por isso, se presta à codificação de eventos espontâneos ou tidos como tais.

Com o fim de construirmos uma escala de causalidade baseada em dados quantitativos e de caracterizar semântica e pragmaticamente cada construção e suas variantes, analisamos pouco mais de 40 variáveis em 1061 ocorrências. Na análise dos dados, algumas dessas variáveis foram conjugadas em uma só, como a definitude e o número do SN que, conjugados ao grau do traço [+animado], deram-nos a saliência do SN. Esta variável, por sua vez, conjugada à acessibilidade do SN, deu-nos o grau de individuação. Algumas dessas 40 variáveis se repetiram, na análise, sofrendo alteração apenas quanto aos fatores que passavam a graus menores de detalhamento, como a transitividade, por exemplo, que foi analisada de três modos: com seis graus, com três e com apenas dois.

O teste *chi-quadrado de Pearson* apontou que todas as variáveis analisadas, em relação ao tipo de construção detalhado (*passiva, impessoal clítica, impessoal não-clítica, média clítica, média não-clítica, média perifrástica*) são estatisticamente significantes, com nível $p = 0,000$. De todas, as menos significantes, do ponto de vista estatístico, foram o modo verbal e o estatuto informacional, que, quando analisados em

relação ao tipo de construção geral (*passiva, média, impessoal*), apresentaram nível de significância 0,623 e 0,219, respectivamente.

A seguir, passaremos em revista as hipóteses levantadas e os resultados encontrados, de modo a se deixar entrever as semelhanças e diferenças entre as construções, um dos objetivos de nosso trabalho.

10.1. O contorno têmico-aspectual

O evento representado pelas construções passiva, média não-clítica e perifrástica é, predominantemente, perfectivo, limitado, positivo. Já a média clítica e as impessoais apresentaram maior frequência de eventos imperfectivos. Destas, a impessoal clítica manifestou também predominância de potencial. A média clítica aproximou-se da impessoal clítica, por ter a segunda maior frequência de potencial entre os seis tipos analisados. Na impessoal não-clítica, predominou o imperfectivo em 80% das construções.

Apoiados em Hopper e Thompson (1980) e Givón (1993), segundo os quais o evento transitivo prototípico é limitado, completo e ocorre num tempo real, esses dados põem a passiva e as médias não-clítica e perifrástica como mais transitivas que as demais.

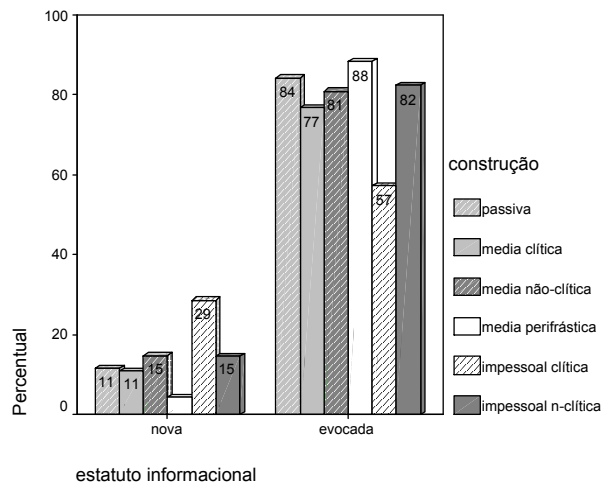
Para além da predominância de perfectivo, passivas e médias perifrásticas partilham, no *corpus*, a semelhança formal, uma vez que ambas podiam ser expressas por *ser* + *participio*, o que nos leva a supor que eram frequentemente confundidas. Chamou-nos a atenção o fato de haver maior frequência de médias perifrásticas com *ser* que com *ficar*. Talvez a disseminação de *ficar* para a expressão da média perifrástica e a manutenção de *ser* para a passiva tenha sido uma solução de desambigüização, o que só um estudo diacrônico poderia avaliar.

10.2. O fluxo da informação

Esperávamos encontrar diferenças entre as construções analisadas no que dizia respeito a aspectos pragmáticos ligados ao fluxo da informação e à topicalidade. Nossa hipótese era a de que o SN da média e o da passiva codificavam informação evocada e o da impessoal, informação nova. Os dados negaram essa assertiva. O SN de todas as construções codifica informação evocada. Todavia, das três construções, a impessoal

clítica é a que apresenta maior percentual de informação nova: 29%, enquanto as demais não ultrapassam 15%, conforme se visualiza no gráfico a seguir.

Gráfico 10.1. Estatuto informacional das construções



A alta acessibilidade do referente do SN das construções estudadas é apontada não só pela predominância de informação evocada, mas também pela alta topicalidade apresentada em 59% do total de ocorrências (623/1061).

A propósito, achávamos que o SN da passiva e da média seria tópico, mas o da impessoal, não-tópico. Os dados mostraram que, excetuando-se o SN da impessoal clítica, todos os demais são tópicos, mesmo quando se desconsideraram as manifestações por pronome relativo. Mais uma vez, a forma impessoal clítica se dissocia da impessoal não-clítica quanto ao fluxo da informação.

Quanto à persistência do tópico, outra variável pragmática analisada, houve também diferenças. Enquanto o referente do SN da média perifrástica tende a persistir duas ou mais vezes nas três orações seguintes, o das demais construções tende a não-persistir ou persistir apenas uma vez. Não era o resultado esperado. Supúnhamos, baseados em análise de outros *corpora*, que apenas o referente das médias não persistisse cataforicamente. Os resultados mostraram, porém, que, com exceção da média perifrástica, todas as outras construções são usadas para fechar uma cadeia tópica. Além disso, apontaram a alta importância temática do referente da média perifrástica, pois o referente não só figurava na oração imediatamente anterior como também persistia nas três orações seguintes, duas ou mais vezes. Talvez isso mostre que

a média perifrástica se situe medianamente na cadeia tópica, enquanto as outras construções se situam, predominantemente, no fim.

Vale ressaltar que o fato de não persistir cataforicamente não implica baixa importância temática do referente do SN, pois a distância referencial foi contada apenas em termos de lacuna referencial; não contamos quantas vezes anaforicamente o referente figura, mas apenas em qual oração figurava. Assim, um referente que figurava na oração imediatamente anterior, situação mais freqüente em todas as construções, poderia também persistir anaforicamente mais de uma vez, indicando importância temática similar a um que persistia cataforicamente, sendo a única diferença em termos de posição na cadeia tópica e função textual: mudança ou continuidade de tópico.

10.3. A saliência do Afetado

Com base na literatura sobre o tema, pressupomos que o Afetado de todas as construções de não-atribuição de causalidade era inanimado. Não foi isso que os dados mostraram. Com exceção das impessoais, houve predominância de entidades animadas, geralmente humanas, com percentuais de 58% a 82%.

Entidades animadas são altamente salientes por serem móveis e daí perceptualmente mais proeminentes, o que justifica sua escolha como sujeito por constituírem Figura. No caso de serem humanas, são ainda mais salientes, por atraírem a empatia do falante por semelhança.

No caso da passiva, conforme Camacho (2002) apontou, a alta incidência de SN sujeitos humanos na passiva no *corpus* pode-se justificar pela possibilidade de menção do SN agente, geralmente humano, que torna possível a atuação da função de perspectivação. Ou seja, diante de dois participantes humanos, escolher uma construção ativa ou passiva pode depender de qual participante se quer perspectivar: o que representa a entidade Causativa ou o que representa a entidade Afetada. Essa escolha, por sua vez, dependerá de fatores pragmáticos, como o grau de topicalidade e identificabilidade das duas entidades. Quando o Causativo tem o traço [+humano] determinado pelo predicado, mas é indefinido ou é referencialmente genérico, a tendência é selecionar como sujeito o Afetado.

No caso das médias, a predominância de entidades humanas se explica pela hierarquia da empatia proposta por Langacker (1991). Uma vez que, nas médias, o Causativo, quando representado, é predominantemente inanimado, a escolha do sujeito

recai sobre a entidade humana afetada, mais próxima do falante que um evento ou um objeto. Além disso, dentre as construções, as médias, de modo geral, foram as que apresentaram maior frequência de eventos mentais e, nessas construções, diferentemente da passiva e das impessoais, a entidade experienciadora figurava como sujeito, o que justifica também a frequência de entidades humanas como sujeitos.

10.4. O tipo de afetação

Nossa hipótese é que, havendo afetação negativa do SN, a construção de causalidade mais freqüente será a média. A base para isso está no caráter menos agentivo da média, que, para nós, serve crucialmente para expressar eventos espontâneos. A idéia subjacente é que o falante dá como espontâneos eventos que afetam negativamente o SN, a fim de não atribuir causalidade a resultados negativos, o que pode contribuir para eximir um ser humano de responsabilidade.

Os dados, expostos na tabela 10.1, mostram que, nas construções de não-atribuição de causalidade, predomina a afetação negativa, com índice de quase 50%. No que respeita à média, os resultados sinalizam que há uma relação entre afetação negativa e construção média nas duas direções, que nos permite fazer as seguintes predições:

- (1) a. se afetação negativa então média: NEG > MÉDIA
- b. se média então afetação negativa: MÉDIA > NEG

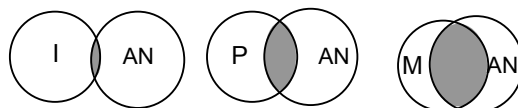
Tabela 10.1: Frequência do tipo de afetação nas construções de não-atribuição de causalidade

			construção			Total
			média	passiva	impessoal	
tipo de afetação	não-se-aplica	Nº	64	160	164	388
		% de tipo de afetação	16,5%	41,2%	42,3%	100,0%
	negativa	% de construção	16,8%	33,3%	82,4%	36,6%
		Nº	246	224	6	476
	positiva	% de tipo de afetação	51,7%	47,1%	1,3%	100,0%
		% de construção	64,4%	46,7%	3,0%	44,9%
Total	Nº	72	96	29	197	
	% de tipo de afetação	36,5%	48,7%	14,7%	100,0%	
	% de construção	18,8%	20,0%	14,6%	18,6%	
Total	Nº	382	480	199	1061	
	% de tipo de afetação	36,0%	45,2%	18,8%	100,0%	
	% de construção	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Na passiva, como vimos, a relação é unidirecional: só é válida da forma para a função, que, conforme assevera Givón (1991c), é a correlação mais fraca na interpretação da relação entre gramática e função pragmático-discursiva.

Baseados em Givón (1991c), podemos propor, num diagrama de Venn, a seguinte representação da distribuição dos dados na CGE, em relação à expressão de eventos negativos por construções de não-atribuição de causalidade:

Figura 10.1. A distribuição das construções conforme a afetação



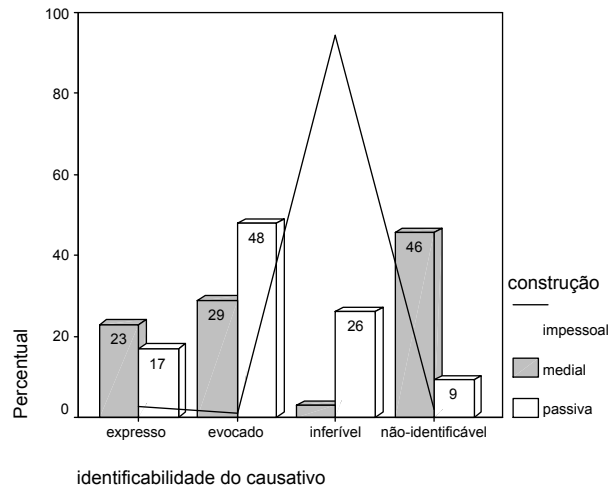
Vemos, nesta representação, que a impessoal (I) é a que tem menos membros do conjunto *afetação negativa* (AN), a média (M) é a que mais membros tem, e a passiva (P) possui quase a metade dos elementos da afetação negativa. O que esses dados parecem dizer é que a afetação negativa está ligada a duas formas de codificação de não-atribuição de causalidade, a passiva e a média. A média, porém, é que apresenta maior índice de afetação negativa: 64,4% (246/382). Entre os tipos de média, a não-clítica manifesta mais construções em que o SN é Afetado negativamente: 79,2% (183/231), o que pode se dever, como já dissemos, à alta frequência do verbo *morrer* um *media tantum*. Não esqueçamos que a aparição do referido verbo é respaldada pelo contexto de produção de sentido da *Crônica*, em que se sobressaem batalhas e combates numa era de grandes turbulências bélicas.

10.5. O Causativo

Quanto à identificabilidade do Causativo, hipotetizamos que, excetuando-se o Causativo da média, que seria não recuperável, o Causativo da passiva e da impessoal seria recuperável, variando apenas a fonte de acesso referencial. O Causativo da passiva estaria ancorado no discurso. O da impessoal, no universo cultural.

Os dados mostraram que, de fato, o Causativo da passiva, embora frequentemente omitido na própria oração, é evocado anafórica ou cataforicamente. Já o Causativo da impessoal é predominantemente inferível. O gráfico 10.2 resume esses resultados.

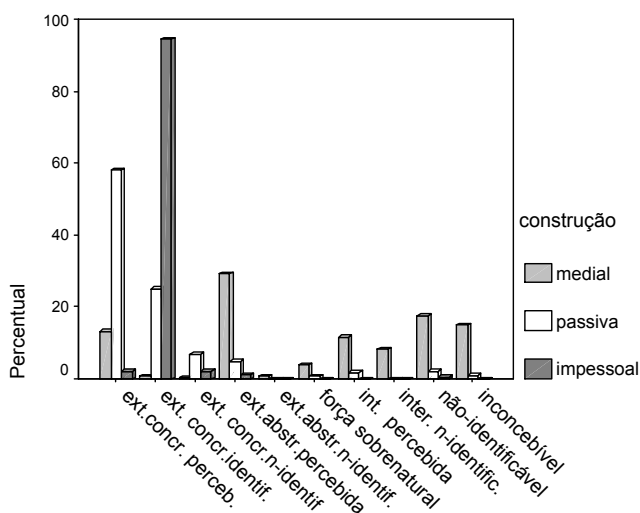
Gráfico 10.2: Identificabilidade do Causativo das construções



Vemos no gráfico que, enquanto a passiva e a média apresentam várias formas de acesso ao Causativo, na impessoal, praticamente, só há o tipo inferível. Na média, o Causativo é não-identificável em quase a metade das ocorrências. A omissão do Causativo, na passiva é, então, motivada predominantemente por este ser informação velha. Já na impessoal, a motivação é ser o Causativo universal ou estereotipado. Em outras palavras, é o estatuto informacional do Causativo que justifica sua omissão nas construções passiva e impessoal, pelo menos, nos dados analisados, isto é, considerando o fato de ser um texto em prosa histórica do séc. XIV. Seria necessário investigar esta função em outros gêneros, especialmente, aqueles em que a função interpessoal se sobressai como o gênero teatral, na escrita, e os diálogos, na fala.

Na média, a alta frequência de Causativo não-identificável sinaliza para um uso motivado por desconhecimento da fonte de energia ou por uma energia interna, que implica numa baixa distinguibilidade dos participantes. O gráfico a seguir, ilustrando os vários tipos de causas, mostra que, a média é a construção predominante quando a causação é interna, sobrenatural ou inconcebível.

Gráfico 10.3: Tipo de causas nas construções



Na causação interna, há uma espécie de sobreposição entre Causativo e Afetado que leva à percepção do evento como não-provocado ou como provocado por forças sobrenaturais não-manipuláveis. Nos eventos espontâneos, codificados predominantemente pela construção média, a noção de causa liga-se à substância, no sentido aristotélico, segundo o qual, para compreender a causa, é necessário compreender a razão pela qual uma substância é o que é e não pode ser ou agir diferentemente. É o que vemos claramente na frase (2), em que o evento espontâneo *qualhar-se* é visto como decorrente da substância da água.

(2) *a sua augua ha vyrtude muy estranha que se qualha en pedras* (CGE-16)

Na Crônica, eventos espontâneos irrompem sob a forma de milagres, aparições, e eventos naturais inexplicáveis. Não é à toa ser a codificação deste maravilhoso preferencialmente a média:

(3) *escureceu o sol e a lu-a* (CGE-87)

(4) *e todos disseron que era mylagre de Deus, ca no~ sabya~ onde enchera* (CGE-44)

(5) *Mas o Nosso Senhor Jhesu Cristo, a que nom praz dos home~e~s que obram sem justiça e sen piedade e con sobervha, e~vyou o seu ben ave~turado martyr Sam Beento, que fora bispo de Letena, aquelle que fora marteyrado e queymado per el rey Unerico, assy como ja ouvystes, e apareceu e~ vyson ao emperador Justynyano* (CGE-114)

Na tabela a seguir, vemos que, das 14 ocorrências em que os eventos são atribuídos explicitamente a forças sobrenaturais, 11 são expressos pela média, o que equivale a 78,6%. O Causativo da média, quando identificável, é o menos saliente, uma vez que predominam entidades inanimadas e divinas. Por outro lado, a referência a

entidades humanas como fonte de energia é praticamente regra categórica na passiva e na impessoal: 87,3% e 97%, respectivamente.

Tabela 10.2: Traço [+animado] do Causativo

		construção			Total
		medial	passiva	impessoal	
animado humano	Nº	41	419	193	653
	% do traço animado	6,3%	64,2%	29,6%	100,0%
	% da construção	10,7%	87,3%	97,0%	61,5%
animado não-humano	Nº	3	1		4
	% do traço animado	75,0%	25,0%		100,0%
	% da construção	,8%	,2%		,4%
inanimado concreto	Nº	30	12	3	45
	% do traço animado	66,7%	26,7%	6,7%	100,0%
	% da construção	7,9%	2,5%	1,5%	4,2%
inanimado abstrato	Nº	141	31	2	174
	% do traço animado	81,0%	17,8%	1,1%	100,0%
	% da construção	36,9%	6,5%	1,0%	16,4%
divino	Nº	11	3		14
	% do traço animado	78,6%	21,4%		100,0%
	% da construção	2,9%	,6%		1,3%
não-identificável	Nº	156	14	1	171
	% do traço animado	91,2%	8,2%	,6%	100,0%
	% da construção	40,8%	2,9%	,5%	16,1%
Total	Nº	382	480	199	1061
	% do traço animado	36,0%	45,2%	18,8%	100,0%
	% da construção	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Considerando o papel da percepção, essencialmente interpretativa, em que entram fatores como memória, focalização e proeminência, ligadas à atenção, temos que, na conceitualização de um evento dinâmico, o grau de saliência das entidades envolvidas influencia no tipo de construção usada para codificar determinado construto.

A passiva é uma construção usada diante de duas entidades igualmente salientes do ponto de vista perceptual, da realidade objetiva. Afinal, vimos que tanto o SN sujeito como o SN Causativo da passiva representam entidades humanas. Além disso, tanto o Afetado como o Causativo, nessa construção, codificam informação evocada. Daí a escolha do Afetado como *trajector*, como ponto de partida, não dependerá, essencialmente, da distribuição de informação nova e velha.

A escolha de uma codificação passiva para eventos em que as duas entidades são igualmente proeminentes do ponto de vista da hierarquia da empatia depende, portanto, da perspectivação, ou seja, do ponto de vista escolhido para construir a cena, do participante escolhido como *trajector*, como Figura. O fato foi observado por Camacho (2002) diante da significativa freqüência de entidades humanas como sujeito da passiva, embora, em seus dados, entidades humanas não tenham sido predominantes.

Os dados da CGE ressaltam o papel da perspectivação na passiva, ao apresentar predominância de entidades humanas nos dois participantes.

Embora Afetado e Causativo representem entidades humanas e informação evocada, o Afetado mostrou-se tópico na maioria das ocorrências, o que pode explicar sua escolha como Figura. De fato, 62,2% das ocorrências de Causativo exposto na passiva não figuram nas três orações anteriores à construção, ou seja, são não-tópicos.

Enquanto na passiva nos deparamos com entidades cognitivamente salientes no papel de Afetado e de Causativo, na impessoal, a saliência cognitiva maior é do Causativo. O Afetado é predominantemente inanimado; já o Causativo, humano. Há, portanto, uma inversão do fluxo natural, em que, normalmente, a entidade humana é selecionada como ponto de partida e a entidade inanimada como ponto de chegada. Noutros termos, como Figura e Fundo, respectivamente. Todavia, o SN que figura nas construções impessoais, embora sintaticamente possa representar um sujeito na impessoal clítica (considerando-se a concordância verbal), mantém traços de objeto, seja pela posição, seja pelo estatuto informacional, seja pelo traço [-animado]. A impessoal, longe de ser uma construção de perspectivação, como a passiva, é uma construção esquemática, cujo foco é o evento em si. O Causativo, embora represente uma entidade humana, é desfocalizado em favor do evento, predominantemente genérico, não-especificado, de valor habitual. A construção impessoal, assim, é usada em discursos genéricos, em que o Afetado, embora de baixa saliência, é tópico secundário, e o Causativo é extremamente pressuposto. Daí ser deixado inespecificado.

A construção média representa o oposto da impessoal. É a construção usada quando a entidade afetada é altamente saliente, e a entidade causativa, pouco saliente ou tida como inexistente. Trata-se, portanto, de uma questão de especificidade e focalização. A entidade humana afetada, mais proeminente cognitivamente por propriedades objetivas, tais como ser móvel e altamente individuada, é selecionada como sujeito. A entidade causativa, mais abstrata, perceptualmente menos saliente, é deixada totalmente inespecificada, o que leva à concepção do evento como espontâneo. A média constitui, assim, uma construção altamente esquemática, em que a entidade Afetada é Figura. As diferenças se evidenciam quando se comparam exemplos semelhantes, como os transcritos a seguir.

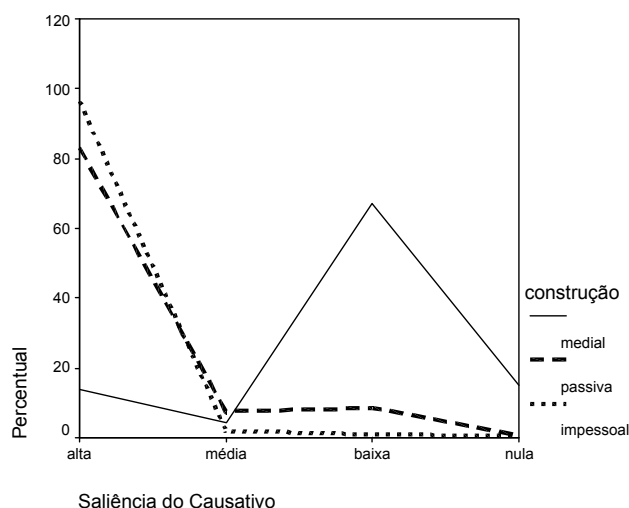
(6) Passiva e média

- a. a cidade de Tallaveyra *foy acabada*, sempre se defendeu per sua boa obra. (CGE-32)
- b. E aqui *se acabou* o reyno dos Estrogodos de todo (CGE-122)

- (7) **Passiva agentiva, passiva não-agentiva e impessoal**
- el rey Allarigo *fora morto* por el rey Clodoveo (CGE-104)
 - E *foy hi morto* o emperador Almycal (CGE-51)
 - E enno seu termho *mata~ hu~u~* peixe que ha nome alffarida (CGE-40)
- (8) **Passiva e média**
- ca no~ tan solamente foram departidos em a linguagem (CGE-2)
 - E desta guysa ficou o senhorio dos Suevos departido em duas partes (CGE-93)

A saliência do Causativo das três construções está representada no gráfico 10.4, em que observamos claramente que o Causativo da passiva e da impessoal apresenta alta saliência, enquanto o da média apresenta baixa saliência. Além disso, as ocorrências de saliência zero são mais frequentes na média.

Gráfico 10.4: Grau de saliência do Causativo



Esses resultados confirmam a hipótese de que se o evento for espontâneo, então preferencialmente haverá construção média.

10.6. O relevo discursivo

No que diz respeito ao relevo discursivo, analisamos quatro contextos: a oração em relação ao período, o período em relação ao parágrafo, o parágrafo em relação ao capítulo e, por fim, o capítulo em relação ao texto. Ao cabo dessa análise, classificamos cada construção quanto ao grau de figuratividade que variou de 0 a 4, conforme não fosse Figura em nenhum dos contextos, ou Figura nos quatro contextos.

O relevo das orações de não-atribuição de causalidade é, em geral, Fundo: 53,8% (571/1061). Todavia, considerando os tipos separadamente, vimos que a passiva e a média são predominantemente Figura, enquanto as impessoais, Fundo. Constatamos a mesma diferença entre as construções quando analisamos o grau de figuratividade, pois a passiva e a média apresentam alta figuratividade (graus 3 e 4), mas, na impessoal, predomina a média figuratividade (grau 2).

Esses resultados vão de encontro à relação entre transitividade e a organização discursiva Figura/Fundo, conforme apontada por Hopper e Thompson (1980). Se eventos energéticos, mais transitivos, mais causais, são naturalmente mais proeminentes na narrativa e, por isso, Figura, o esperado seria que as construções de não-atribuição de causalidade fossem predominantemente Fundo, especialmente a média, que se mostrou, no geral, como a menos transitiva das três construções.

Todavia, a baixa figuratividade da impessoal em contraposição à alta figuratividade da média é compreensível, se lembrarmos que o que caracteriza as porções Figura da narrativa são, conforme Hopper (1979), entre outros, dois traços predominantes na passiva e na média: tópicos humanos e perfectivo. Além disso, a impessoal figurava freqüentemente em orações subordinadas, que, como sabemos, caracterizam-se como Fundo. O fato de apresentar maior freqüência de imperfectivo e SNs inanimados atribuiu à impessoal, ao mesmo tempo, baixa figuratividade e baixa transitividade. Já a média, no total, apresenta predominância de perfectivo e SNs animados, que resulta em figuratividade, mas, pela baixa cinesia e nº de participantes, acaba por manifestar baixa transitividade¹.

A propósito do relevo discursivo no texto narrativo, cumpre ressaltar, como afirmam Soto e Munoz (1999), que o traço característico básico de um relato é o acontecimento causado ou experimentado:

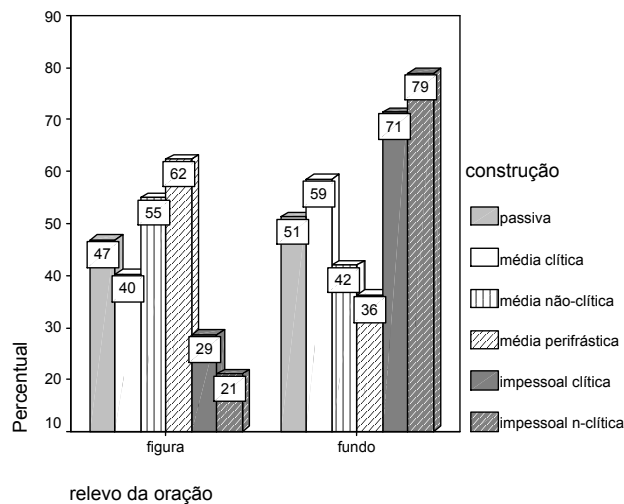
a idéia de ‘acontecimento’ constitui uma das noções chave na conceitualização própria das narrações e pode entender-se como a transição de um estado a outro, causado ou experimentado pelos agentes do relato. Como assinalou Adam (citado por Ciapuscio 1994), a sucessão de eventos, a presença de predicados que indicam transformação, a existência de uma unidade de ação e a causalidade são os aspectos constitutivos das seqüências dotadas de

¹ Na verdade, tanto na impessoal, como na média, predomina a média transitividade, ou seja, os graus 3 ou 4, numa escala de 0 a 6. Ordenamos a média como apresentando menos transitividade pelo fato de apresentar menos ocorrências com alta transitividade e mais ocorrências com baixa transitividade que a construção impessoal.

proeminência narrativa. Termos como protagonista e antagonista, usuais na caracterização dos relatos, indicam as forças em conflito que caracterizam estas seções (SOTO e MUNOZ, 1999, p.16)².

Compreendemos, assim, por que a impessoal se apresentou freqüentemente como Fundo, pois, mais que a transição, perfila eventos habituais, o cursivo. Além disso, muitos exemplos, como argumentamos, aproximam-se da expressão de estados, mais que de ação-processo. A média, por outro lado, com verbos de processos, representa acontecimentos, ainda que, algumas vezes, potenciais. A grande freqüência da média não-clítica, em que o perfectivo predomina, leva ao resultado da média, em geral, como mais Figura. Todavia, avaliando os tipos de média em separado, observamos que a média clítica se apresenta como Fundo, enquanto as médias não-clítica e perifrástica são predominantemente Figura: 55% e 62,3%, respectivamente. É o que mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 10.5. Relevo discursivo da oração

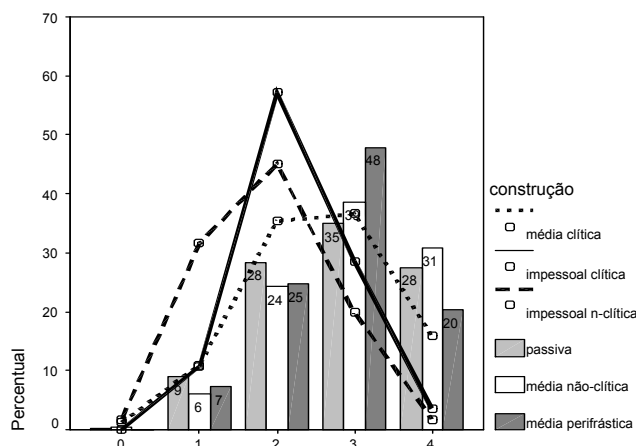


O grau de figuratividade das construções e de seus subtipos, considerando os quatro contextos, está representado no gráfico a seguir, em que observamos a

² La idea de 'acontecimiento' constituye una de las nociones claves en la conceptualización propia de las narraciones y puede entenderse como la transición de un estado a otro, causado o experimentado por los agentes del relato. Como ha señalado Adam (citado por Ciapusio 1994), la sucesión de eventos, la presencia de predicados que indican transformación, la existencia de una unidad de acción y la causalidad son los aspectos constitutivos de las secuencias dotadas de prominencia narrativa. Términos como protagonista y antagonista, usuales en la caracterización de los relatos, apuntan a las fuerzas en conflicto que caracterizan estas secciones (SOTO e MUNOZ, 1999, p.16).

predominância de grau 2 nas impessoais, enquanto a média clítica fica entre os graus 2 e 3. A passiva e as médias não-clítica e perifrástica apresentam maior frequência de grau 3.

Gráfico 10.6: Grau de figuratividade



Assim, do ponto de vista da figuratividade, as construções estudadas se ordenam do seguinte modo:

(9) Escala de figuratividade

- figura
- Impessoal não-clítica
- Impessoal clítica
- Média clítica
- Passiva
- Média perifrástica
- Média não-clítica
- + figura

Do exposto, podemos concluir que, pelo menos no *corpus* analisado, o relevo discursivo depende mais do contorno têmico-aspectual de um evento que propriamente do grau de transitividade, este definido com base em muitos parâmetros, para além da telicidade ou perfectividade.

De fato, o contorno têmico-aspectual das impessoais e da média clítica foi preponderantemente imperfectivo. Quanto ao tempo verbal, nas impessoais clíticas e não-clíticas, predominou o presente: 39% e 69%, respectivamente. Na média clítica, a diferença entre perfeito e imperfecto foi mínima: menos de cinco pontos percentuais.

Considerando, com Weinrich (1974), a diferença entre tempos do mundo narrado e do mundo comentado, as impessoais figuram, com maior frequência, no

mundo comentado ou no segundo plano do mundo narrado. Notamos, a propósito, que as impessoais foram encontradas especialmente nos grupos de capítulos 1 e 2, que continham passagens descritivas e expositivas. Praticamente não há impessoais nos capítulos que formam o grupo 3, de cunho eminentemente narrativo. Quando há, fazem parte de comentários:

(10) E *achasse* outrossy em este livro e~ como os do linhagem destes tres filhos de Noe, (...)
(CGE-2)

(11) E a franqueza no~ *se vende* bem por ouro (CGE-77)

(12) ca sobre o defendymento *se despede* ho ouro e a prata (CGE-77)

As impessoais e também as médias clíticas aparecem no imperfeito, tempo do segundo plano, no qual se inserem as fases da introdução e da conclusão de relatos. A introdução ou exposição tem a função de apresentar o mundo narrado, convidando o leitor a dirigir-se a ele. A conclusão fecha o mundo do relato. Ambos são Fundo, em relação ao núcleo narrativo. Mas não há rígida divisão entre os tempos, de modo que um tempo de segundo plano, como o imperfeito, pode aparecer no primeiro plano, ou seja, no próprio núcleo narrativo, nas descrições, circunstâncias secundárias e reflexões que o narrador quer deslocar para segundo plano.

Parece ser exatamente essa a função da impessoal na CGE. Ela é a forma usada quando o narrador apresenta circunstâncias secundárias e descrições, como vemos nos exemplos a seguir:

(13) E pera sy a escolheu Abertalha, filho d'Ozme, o que *chamava*~ Abuysmen (CGE-25)

(14) dous ryos que *chamam* a hu~u~ Doiro e outro Mynho. (CGE-4)

(15) E desta [s]erra *tragen* a augua a alcaçova del rey per noble cano de chumbo e da alcaçova a *levam* pella vylla em outros logares. (CGE-14)

(16) muytas flores e muitas auguas de fontes e muitas especias que *meten* nas meezinhas.
(CGE-16)

(17) he tam alte que lhe no~ *podem poer* escalla em ne~ hu~a guysa (CGE-17)

(18) *acham* hy rastro das cousas antigas muy maravylhosas (CGE-21)

Sendo uma construção em que a fonte de energia é, na maioria dos casos, universal, a impessoal expressa eventos não-específicos. Não descrevem, como as construções passivas e médias, eventos específicos, quer causativos, quer espontâneos. Daí seu baixo relevo na narração, entendida, conforme Soto e Munoz (1999, p.16),

como “relações causais em que certos atores transformam o mundo, vencem obstáculos, triunfam ou são derrotados”³.

A passiva, por outro lado, como a mais transitiva das construções estudadas pertence naturalmente ao primeiro plano da narrativa, representando eventos dinâmicos que marcam a evolução do relato:

(19) *foy destruydo* o reyno dos Estrogodo (CGE-122)

(20) Pero Anybal *foy ferido* em hu~u~ olho e polla grande lazeira e fryo que passou no monte Apenistio ouveo de perder. (CGE-54)

(21) e *foy posto* e~ seu logar Bonifácio (CGE-111)

Apesar da baixa causalidade apresentada pelas médias de modo geral, estas manifestam maior figuratividade por codificar mudanças de estado factuais, completas, ou seja, por expressarem acontecimentos. Pertencem, assim, ao núcleo narrativo. Por sua vez, as médias clíticas, que apresentam menor figuratividade que as médias em geral, prestam-se também, como as impessoais, a expressar descrições e circunstâncias secundárias. Daí a semelhança já aludida entre estas construções:

(22) **média não-clítica**

a. *morreo* aquelle scomu~gado Teuderigo, rey dos Estrogodos (CGE-109)

b. E, quando andava a era dos mouros em cento e vinte e cinco a~nos, *encheu* hu~u~ryo que ha em seu termho a que chama~ Barba~t. (CGE-44)

(23) **média perifrástica**

a. beveo tanto vynho que *foy torvado* (CGE-90)

b. *ficou* a terra *limpa* delles (CGE-118)

(24) **média clítica**

a. por esto *se mesturam* as auguas e no~ sabem bem. (CGE-40)

b. o termho de Exaduva ha r[a]stros antigos que *se no~ danara~* por todo o que se fezesse pollos desfazer. (CGE-44)

c. os estudos dos feitos dos home~e~s *se muda~* en muitas guisas (CGE-1)

10.7. O *continuum* da causalidade

No decorrer da análise, propusemos escalas de transitividade no interior de cada tipo de construção. Podemos agora propor uma escala geral de causalidade de todos os subtipos. Para tanto, vamos considerar as frequências do grau de transitividade e do grau de saliência do Causativo, considerando que, quanto menor o grau de transitividade e de saliência do Causativo, menor o grau de causalidade, e vice-versa, quanto maior a transitividade e a saliência do Causativo, maior o grau de causalidade.

³ relaciones causales en que ciertos actores transforman el mundo, vencen obstáculos, triunfan o son derrotados.

O quadro geral do grau de transitividade de cada subtipo está exposto na tabela 10.4, a seguir. Nela, observamos que apenas a passiva, com alta transitividade, e a impessoal de processo mental com baixa, sobressaem-se. Todos os demais subtipos apresentam média transitividade.

Tabela 10.3: Grau de transitividade geral

		Grau de Transitividade			Total
		alta	média	baixa	
passiva	Nº	323	115	10	448
	%	72,1%	25,7%	2,2%	100,0%
passiva de processo mental	Nº		17	15	32
	%		53,1%	46,9%	100,0%
medial não-clítica	Nº	3	207	19	229
	%	1,3%	90,4%	8,3%	100,0%
medial clítica	Nº		36	11	47
	%		76,6%	23,4%	100,0%
média perifrástica	Nº	3	34	2	39
	%	7,7%	87,2%	5,1%	100,0%
média de processo mental	Nº	10	49	8	67
	%	14,9%	73,1%	11,9%	100,0%
impessoal clítica	Nº	1	13	11	25
	%	4,0%	52,0%	44,0%	100,0%
impessoal não-clítica	Nº	25	136	8	169
	%	14,8%	80,5%	4,7%	100,0%
impessoal de processo mental	Nº		2	3	5
	%		40,0%	60,0%	100,0%
Total	Nº	365	609	87	1061
	%	34,4%	57,4%	8,2%	100,0%

Quanto à saliência do Causativo, todos os subtipos de média têm Causativo com baixa saliência. Os demais subtipos apresentam Causativos com alta saliência, conforme demonstra a tabela 10.4.

Tabela 10.4: Grau de saliência do Causativo

		Saliência do Causativo				Total
		alta	média	baixa	nula	
passiva	Nº	372	34	41	1	448
	%	83,0%	7,6%	9,2%	,2%	100%
passiva de processo mental	Nº	27	2		3	32
	%	84,4%	6,3%		9,4%	100%
medial não-clítica	Nº	26	10	161	32	229
	%	11,4%	4,4%	70,3%	14,0%	100%
medial clítica	Nº	4	4	28	11	47
	%	8,5%	8,5%	59,6%	23,4%	100%
média perifrástica	Nº	9		23	7	39
	%	23,1%		59,0%	17,9%	100%
média de processo mental	Nº	14	2	44	7	67
	%	20,9%	3,0%	65,7%	10,4%	100%
impessoal clítica	Nº	20	2	2	1	25
	%	80,0%	8,0%	8,0%	4,0%	100%
impessoal não-clítica	Nº	167	2			169
	%	98,8%	1,2%			100%
impessoal de processo mental	Nº	5				5
	%	100,0%				100%
Total	Nº	644	56	299	62	1061
	%	60,7%	5,3%	28,2%	5,8%	100%

A fim de hierarquizarmos as construções e seus subtipos, conjugamos os dois parâmetros *transitividade* e *saliência do Causativo*, atribuindo, ao grau alto, a medida 2, ao grau médio, a medida 1 e ao grau baixo, a medida 0, resultando no seguinte quadro:

Quadro 10.1: Grau de causalidade das construções

	Grau de Transitividade	Grau de saliência	Grau de causalidade
Passiva	alta	alta	4
Passiva mental	média	alta	3
Impessoal n-clítica	média	alta	3
Impessoal clítica	média	alta	3
Impessoal mental	baixa	alta	2
Media Perifrástica	média	baixa	1
Media Não-clítica	média	baixa	1
Media Clítica	média	baixa	1
Media de Processo mental	média	baixa	1

Por fim, agrupando, agora, as escalas apresentadas em cada construção, conforme a hierarquia do quadro, temos a seguinte escala de causalidade:

(24) escala de causalidade

+ causal

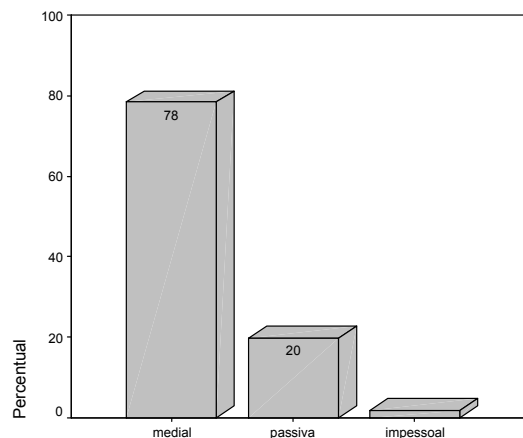
- passiva
- impessoal não-clítica
- impessoal clítica
- passiva de processo mental
- impessoal de processo mental
- média perifrástica/média de processo mental
- média não-clítica
- média clítica

- causal

Esta escala mostra que as construções que representam eventos mentais se afastam do seu tipo prototípico. A passiva que expressa eventos materiais, por exemplo, manifesta maior grau de causalidade que a que expressa eventos mentais. Do mesmo modo, as impessoais de processo mental são também menos causativas que as de processo material. Entre as médias, observamos que prototipicamente apresentam baixa causalidade, mas, conforme vimos no capítulo 9, as médias de processo mental, bem como as perifrásticas de processo material, se afastam da média prototípica: apresentam maior número de ocorrências com alta transitividade e de ocorrências com Causativo mais saliente, e, portanto, mais causalidade.

A média clítica configura-se, portanto, como a construção prototípica da não-atribuição de causalidade, por apresentar menor grau de causalidade e codificar, mais do que qualquer outra, eventos espontâneos. Considerando que médias e passivas situam-se nos extremos da escala de não-atribuição de causalidade, os dados nos permitem fazer a seguinte predição, ao nível de 78%: se houver não-atribuição de causalidade, mais provavelmente haverá construções médias e menos provavelmente haverá construções passivas ou impessoais. É o que mostra o gráfico a seguir, em que observamos uma predominância de construções médias quando não podemos identificar um Causativo para o evento, seja porque este é, de fato, não-provocado, seja porque é conceitualizado como tal.

Gráfico 10.7. Frequência de Causativo não-identificável



Se a predição for para eventos de fato espontâneos, a predição é ainda mais forte, da função para a forma: 96% dos eventos não-provocados são codificados pela média. Os 4% codificados por passiva ou impessoal correspondem a eventos de

percepção e de cognição, em que o experienciador vivencia a experiência sem contribuir ativamente para ela, ou seja, o estímulo chega a ele sem que, para isso, ele contribua com a intenção, como *ver*, *esquecer*, a depender do contexto, como nos exemplos a seguir:

- (25) E ainda e~ o termo de Raya ha outro castello que he atalaya sobre o mar, ca elle jaz e~ tal logar que no~ pode pello mar vi~i~r cousa pequena nem grande pera Spanha que *delle nom vejam*. (CGE-46)
- (26) e juntou muy gra~de hoste e foy co~tra os Roma~a~os e soubeo fazer per tal guysa que *elles no~ forom percebudos delle* se no~ tarde. (CGE-58)

Uma vez tendo apresentado a sistematização e a síntese de nossos resultados, resta agora arrematar nosso trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o fim de caracterizar as construções mediais, em paralelo com as construções passivas e impessoais, propusemo-nos três objetivos: (a) investigar as formas de codificação da não-atribuição de causalidade na *Crônica Geral de Espanha de 1344*; (b) analisar as estratégias que concernem a essa noção em termos de prototipia; (c) caracterizar pragmática, semântica e formalmente cada um dos recursos de codificação dessa função.

Para atendermos a esses objetivos, apoiamo-nos na abordagem cognitivo-funcional, servindo-nos da contribuição de autores como Hopper e Thompson (1980), Langacker (1991), Pottier (1992), Kemmer (1993), Givón (1990, 1993, 2001, 2005), Neves (2005), Mattos e Silva (1989), Camacho (2002, 2003, 2006), entre outros. Não nos limitamos, porém, à aplicação de teorias, adequamo-las aos dados estudados, tornando-as passíveis de medição, levando às últimas conseqüências a escalaridade. Assim, os parâmetros de transitividade de Hopper e Thompson, apresentados como binários, foram primeiramente tratados como escalares, a exemplo da individuação, que foi medida em graus para só depois ser agrupada em uma categoria binária. Outro exemplo de adequação aos dados ocorreu com o relevo discursivo, pois não só avaliamos o relevo da oração, mas o grau de relevo desta, levando em conta quatro contextos.

Quanto ao primeiro objetivo, observamos que a não-atribuição de causalidade manifesta-se na CGE mediante nominalizações, uso de pronomes indefinidos, construções impessoais clíticas e não-clíticas, construções passivas e construções médias. Apresentamos brevemente as duas primeiras formas de codificação e analisamos qualitativa e quantitativamente as demais. Destas, a forma mais freqüente foi a passiva, e a menos freqüente, a impessoal.

Quanto aos demais objetivos, concluímos que a média é a mais prototípica das construções de não-atribuição de causalidade, por ser a que apresenta Causativo menos saliente e menor grau de transitividade. A passiva, mais freqüente no *corpus*, e muitas vezes com Causativo omitido, não se caracterizou como mais prototípica por seu Causativo ser freqüentemente evocado e apresentar maior grau de transitividade. Do

mesmo modo, a impessoal, cujo Causativo é frequentemente inferível, manifestou-se como mais causativa e mais transitiva que a média.

Com base nisso, propusemos uma escala geral de causalidade, ordenando os subtipos das construções. Assim, a média perifrástica se aproximou das construções mais causativas, tanto pelo grau de transitividade quanto pela saliência do Causativo, o que explica a oscilação, comum na literatura, em considerá-la passiva ou medial. Do mesmo modo, as construções de processo mental se afastaram do tipo básico, situando-se no meio da escala de causalidade.

De modo geral, a passiva se caracteriza por apresentar sujeito altamente saliente, alta transitividade, ter Causativo evocado e codificar eventos perfectivos. A impessoal apresenta SN de baixa saliência cognitiva, tem média transitividade, Causativo inferível e predomina em discursos genéricos. A média apresenta SN com alta saliência, apresenta média transitividade e o Causativo é frequentemente não-identificável.

Em suma, as construções passiva, impessoal e média pertencem ao domínio da não-causalidade, mas diferem pelo grau de esquematicidade do Causativo, maior na média e menor na passiva. Entre as médias, as que apresentam Causativo menos saliente são as clíticas e as não-clíticas. A média perifrástica foi a que apresentou Causativo mais saliente entre as médias, embora frequentemente esse Causativo não represente um Agente, como na passiva e na impessoal. Por esse traço, aproxima-se da passiva. Aliás, a média perifrástica, no *corpus*, aproxima-se da passiva em vários outros pontos, a saber: na forma de codificação predominante *ser + participio*, pelo que se confunde às vezes com a passiva; na predominância de aspecto perfectivo; na manifestação expressa e evocada do Causativo; na predominância de sujeitos humanos. Afasta-se, porém, da passiva, pelo tipo de Causativo, predominantemente abstrato, e pela persistência do tópico. Além disso, a anteposição do sujeito e sua expressão não-lexical caracterizam o sujeito da média perifrástica como altamente tópico e acessível. Já o sujeito da passiva, frequentemente posposto e lexical se caracteriza como menos acessível.

Nossa análise sinaliza que a não-atribuição de causalidade não é um fenômeno isolado, limitado à manifestação ou não de um Agente. Submete-se a graus e acha-se ligada ao contorno têmico-aspectual do evento. Quanto menos o evento for limitado temporalmente, tanto mais será interpretado como não-causal e vice-versa. Isso se dá devido à idéia de movimento, relacionada experiencialmente à noção de causalidade, ser

mais evidente num tempo marcado como o perfeito. No perfectivo, observamos o evento de longe e, assim, seus limites aparecem bem definidos e a mudança de estado é patente. No imperfectivo, o evento é visto de perto, os limites estão longe da visão e a mudança de estado não é tão perceptível. Assim, a média clítica, que apresentou muitas ocorrências no imperfectivo, se mostrou menos causal que a média perifrástica em que predominaram ocorrências no perfectivo.

Por fim, nosso estudo contribuiu para uma maior compreensão de construções aparentadas num período remoto do português, em especial, para sua ordenação numa escala de causalidade em que se consideraram tanto os parâmetros semântico-discursivos de transitividade quanto a saliência do Causativo. Longe de esgotar o assunto, porém, esta pesquisa suscitou novas questões que podem ser investigadas em outros trabalhos. Entre elas, podemos citar a relação entre construções de não-atribuição de causalidade e gênero textual. O baixo índice de construções impessoais sugere que a frequência de determinado tipo de construção de não-atribuição de causalidade depende do gênero textual, hipótese que não pôde ser testada, uma vez que lidamos com apenas um tipo de texto.

Outra questão suscitada pelos dados diz respeito aos verbos de eventos mentais, cujo comportamento díspar em relação aos tipos básicos merece estudo mais detido, em que se leve em consideração o tipo de Causativo, o tipo de iniciador — experienciador ou estímulo; o subtipo de evento mental — emoção, cognição, percepção, e, por fim, a forma de codificação: *ativa*, *ativa + se*, *auxiliar + participio*, *auxiliar + adjetivo*. Somos levados a hipotetizar, pelo que observamos nos dados, que eventos de emoção predominam na média clítica; de percepção, na passiva e na impessoal; e de cognição, na média e na passiva.

A ordem dos constituintes no português arcaico também é outro aspecto a ser mais bem estudado. Nossa análise das passivas e das impessoais clíticas, por exemplo, mostrou que esse tema ainda não foi esgotado. Nossa hipótese de que, nas impessoais clíticas, predominava a posição posposta foi negada, mas a baixa quantidade de dados não nos oferece segurança. Além disso, nas passivas, a posição entreposta do sujeito entre o verbo *ser* e o participio chamou a atenção para uma análise mais detalhada da ordem dos constituintes.

As construções adjetivais ou estativas manifestas com *ser*, geralmente no imperfeito, e participio, que foram descartadas da análise quantitativa nesse trabalho, é

outro tema a ser analisado em uma pesquisa que considere os vários estágios de agentividade, tais como propostos por Pottier (1992). Constituem, na verdade, construções de não-atribuição de causalidade, uma vez que o sujeito é a entidade afetada, mas situam-se no final da escala da mudança de estado. Pertencem ao estatuto estativo e não ao evolutivo, aqui estudado, mas pressupõem um estado anterior.

A manifestação da não-atribuição de causalidade por nomes e pronomes indefinidos também é um aspecto a ser pesquisado, inclusive em *corpora* modernos. Seria interessante avaliar essas estratégias em conjunção com as aqui estudadas para se determinarem os contextos de uso de umas e outras.

Outra pesquisa suscitada pela análise consiste no fenômeno da metáfora no âmbito da gramática, por exemplo, no que diz respeito às preposições marcadoras de Causativo.

Este trabalho representou apenas uma tentativa de alcançar parte do vasto e complexo domínio da não-atribuição da causalidade. Esperamos, todavia, ter cumprido, pelo menos em parte, o maior propósito desta pesquisa ainda que não explicitado: através de um estudo tópico, a não-atribuição de causalidade, mostrar que a linguagem, tal como a experiência humana, só pode ser compreendida como um todo integrado, articulando Lingüística, Filosofia, Psicologia, e História. Investigar a linguagem ultrapassa de longe a mera forma para chegar às mentalidades através dos recursos lingüísticos, ainda que se interponham entre nós formas distantes num tempo e num espaço remotos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ALMEIDA, Maria Clotilde. Transitividade, intransitividade e valores aspectuais em português e alemão. In *Actas do 1º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão: Duas línguas em contraste : português e alemão*. Revista da Faculdade de Letras e Literaturas. Porto. 1988. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo5881.pdf>
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1980.
- ALONSO, César Hernández. 2004. Pervivência y reajustes de algunas estructuras sintácticas em romance: la “voz pasiva” . *Aemilianense*. Revista Internacional sobre la génesis y los orígenes históricos de las lenguas romances, 1: 33–63, Monasterio de San Millán de la Cogolla, 16 – 20 de dezembro de 2003, pp. 289-309, 2003.
- ANDERSEN, Paul Kent (1996) *Dionysios Thrax's concept of diathesis*. Disponível em: <http://www.liu.se/isk/asv/pka/diates/diates1.html>. [acesso em 23/06/1998].
- APOTHÉLOZ, D. & REICHLER-BÉGUELIN, M-J. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER, A. e M-J. REICHLER-BEGUELIN (eds.), TRANEL (Travaux neuchâtelois de linguistique), n. 23, pp. 227-271, 1995.
- ARCE-ARENALES, Manuel. AXELROD, Melissa. FOX, Bárbara A. Active voice and middle diathesis: a cross-linguistic perspective. In: FOX, Barbara and HOPPER, Paul J. (ed) *Voice: form and function*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1994.
- ARISTÓTELES. *Vida e obra*. São Paulo: Abril Cultural, 2000 (Col. Os Pensadores).
- AUSTIN, J. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BALDI, Philip. *The Foundations of Latin*. Berlin & New York: Mouton de Gruyter, 1999.
- BALDO, Alessandra. Processamento pragmática da informação textual: aplicação de duas abordagens teóricas a um texto. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 4, n. 2, p. 371-386, jan./jun. 2004
- BARBOSA, Jeronymo Soares. *Grammatica philosophica da lingua portugueza*. 6 ed. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1875.
- BARBOSA, Joaquim. Tópico e Foco: algumas questões terminológicas, 2005, in FIGUEIREDO, O.; SILVA, F. ; RIO-TORTO, G. (eds.) *Estudos em Homenagem de Mário Vilela*, Porto:FLUP., vol. 1,339-351, 2005.
- BARREIRO Anabela Marques. *Propriedades Sintáctico-Semânticas dos Participios Passados em Português Europeu*. 1999. Dissertação (Mestrado em Linguística). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. 1998. Disponível em <http://www.linguateca.pt/Repositorio/Barreiro98.rtf>
- BARROS, João de. [1540] *Gramática de língua portuguesa*. Edição organizada por José Pedro Machado. Lisboa. s/ed., 1957.
- BARROS, Luiz Martins Monteiro. *Princípios e métodos estruturais aplicados ao sistema verbal do português*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro:Programas de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1981.
- BASILIO, Margarida. *Estruturas lexicais do português*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BECHARA, Eli Nazareth. Proposta para abolição da ‘partícula apassivadora’, ‘voz passiva’, ‘verbo de ligação’ e ‘predicado nominal’. In: NEVES, M. H. M. (Org) *Descrição do português*. Araraquara: UNESP/Curso de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Ano IV, n° 1, pp. 75-86, 1990.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BERLIN, B. and KAY, P. *Basic color terms: their universality and evolution*. Berkeley: University of California Press, 1969.
- BERTOCHÉ, Gustavo. *O problema da ação*. Ed. do autor. 2006. Disponível em: <http://oficinadefilosofia.wordpress.com>
- BIDERMAN. M. Tereza Camargo. *Teoria lingüística*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino, aulico, anatômico, architectonico...* Coimbra. Collegio das Artes da Companhia de Jesus 1712-1728. 8v. [on line] Disponível em <http://www.ieb.usp.br/online/>
- BOMFIM, Eneida do Rêgo Monteiro. Vestígios de sintaxe antiga na fase moderna do português: a concordância do particípio passado com o complemento de verbos transitivos. *Semear*. Revista da Cátedra Pe. António Vieira de Estudos Portugueses, 5 – 243-258, 2001.
- BORBA, F. S. *Introdução aos Estudos Lingüísticos*. Campinas: Pontes, 1991a.
- BORBA Francisco da Silva *et. al. Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991b.
- BORBA, Francisco da Silva. Gramática de casos: uma apresentação geral *in*: NEVES, Maria Helena de Moura (Org.) *Gramática de casos*. Série Encontros. Ano II, nº 1. Araraquara: UNESP, 1987.
- BORBA, Francisco da Silva. *Uma gramática de valência para o português*. São Paulo: Ática, 1996.
- BORBA, Francisco Silva. 2002. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002
- BOURCIEZ, Édouard. *Éléments de linguistique romane*. Paris: Klincksieck, 1946.
- BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica*. Campinas: Pontes, 1998.
- BUENO, Francisco da Silveira *Gramática normativa de língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1963.
- BYBEE, J. e HOPPER, P. (eds.). *Frequency and the Emergence of Linguistic Structure*. Amsterdam: John Benjamins. 2001.
- BYBEE, J. *Frequency of use and the organization of language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- CAMACHO, Roberto Gomes. O papel da estrutura argumental na variação de perspectiva. *In*: KOCH, I.G.V. (org.) *Gramática do português falado*. Vol. VI. Campinas: Editora da UNICAMP-FAPESP. pp.253-274, 1996.
- CAMACHO, Roberto Gomes. Voz e atribuição de tópico. versão parcial do trabalho *Construções de voz*, apresentado no X Seminário do Projeto de Gramática do Português Falado, Campos de Jordão, SP, de 8 a 13/02/98, 2000.
- CAMACHO, Roberto. Construções de voz. *In*: ABAURRE, Maria Bernadete e RODRIGUES, Ângela C.S. (orgs) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp. pp.227-316, 2002.
- CAMACHO, Roberto. *Em defesa da categoria de voz média no português*. *Revista D.E.L.T.A.* 19:1, pp. 91-122, 2003.
- CAMACHO, Roberto. A função textual dos nomes deverbais. *Estudos Lingüísticos XXXIV*. pp. 183-188, 2005.
- CAMACHO, Roberto. A gradação tipológica das construções de voz. *Revista Gragoatá*. Niterói, n. 21. pp.167-189, 2006.
- CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Princípios de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1964.
- CAMARA JR. Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática: referente à língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- CAMARA JR. Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.
- CANÇADO, Márcia. Verbos psicológicos do português brasileiro e a análise inacusativa de Belletti & Rizzi: indícios para uma proposta semântica. *Revista D.E.L.T.A.* Vol.13, No. 1, pp. 119-139, 1997.
- CANÇADO, Márcia. O papel do léxico em uma teoria dos papéis temáticos. *Revista D.E.L.T.A.* Vol. 16 nº 2. São Paulo, pp.297-321, 2000.
- CANÇADO, Márcia. Hierarquia temática: uma proposta para o PB. *Revista Letras*. Curitiba. N. 61, especial.p.17-43. Editora UFPR, 2003.
- CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 2006.

- CARVALHO, José G. Herculano de. *Ficar em casa / ficar pálido: gramaticalização e valores aspectuais*. Herculano de Carvalho, José G. & Schmidt-Radefeldt, Jürgen (eds.), *Estudos de linguística portuguesa*. Coimbra: Coimbra, 1984.
- CASTILHO (1967) A.T. Introdução ao estudo do aspecto verbal da língua portuguesa. *Alfa*. Revista do Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, 12. Marília, pp. 7-135, 1967.
- CAVALCANTE, S. R. O sujeito indeterminado na escrita dos séculos XIX e XX: uma mudança encaixada? N: ALKMIN, T.M. (org.) *Para a história do português brasileiro*. V. 2, tomo 1, Novos Estudos, São Paulo: Humanitas, pp. 233-249, 2001.
- CHAFE, Wallace. "The recall and verbalization of past experience" in: R. COLE (ed) *Current issues in linguistic theory*. Bloomington: Indiana University Press, 1977
- CHAFE, Wallace L. *Significado e estrutura lingüística*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.
- CHAFE, Wallace. *Discourse, consciousness and time*. Chicago/London: University of Chicago Press. 1994.
- CHOMSKY, Noam. Remarks on nominalization In: _____. *Studies on semantics in generative grammar*. Paris: The Hague Mouton, 1972.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed.). *Crónica Geral de Espanha de 1344*. edição crítica. Lisboa, Academia de Ciências, 1951. Disponível em <http://purl.pt/336>
- CINTRA, Luís Filipe Lindley. *A lenda do rei Rodrigo*. Lisboa: Verbo, 1964.
- COELHO, Sueli Maria. *Estudo diacrônico do processo de expansão gramatical e lexical dos itens TER, HAVER, SER, ESTAR e IR na Língua Portuguesa*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG. 2006.
- COMRIE, Bernard. *Aspect: na introduction to the study of verbal aspect and related problems*. London: Cambridge University Press, 1978.
- COOK, W.A. *Case grammar: development of the Matrix Model*. Washington, D.C. Georgetown University Press, 1979.
- COSERIU, Eugenio. *Teoria da linguagem e lingüística geral*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- CROFT, William & CRUSE, D. Alan. *Cognitive linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- CROFT, William. Voice: beyond control and affectedness. In: FOX, Barbara and HOPPER, Paul J. (ed) *Voice: form and function*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1994.
- CROFT, William. The structure of events and the structure of language. In: TOMASELLO, Michael (ed.). *The New psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1998.
- CRÓNICA GERAL DE ESPANHA de 1344 / versão digitalizada a partir da edição crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra. - Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1951-1961. - 3 v.; 26 Tese dout. em Filologia Românica, Univ. de Lisboa, 1953. Disponível em <http://cipm.fcsh.unl.pt/>
- CUENCA, Maria Josep & HILFERTY, Joseph. *Introducción a la lingüística cognitiva*. Barcelona: Ariel, 1999.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DELANCEY, Scott. Aspect, transitivity and viewpoint. HOPPER, P. (ed.) *Tense-Aspect between semantics and pragmatics*. Amsterdam: J. Benjamins, pp.167-183, 1982.
- DELANCEY, Scott. Transitivity in grammar and cognition. In: TOMLIN, Russell S. *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1987.
- DESCARTES, René. *Vida e obra*. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Col. Os Pensadores)

- DIAS, Augusto Epiphânio da Silva. *Syntaxe histórica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1970.
- DIETRICH, Wolf. *El aspecto verbal perifrástico en las lenguas românicas*. Estudios sobre el actual sistema verbal de las lenguas românicas y sobre el problema de origen del aspecto verbal perifrástico. Madrid: Editorial Gredos, 1983.
- DIK, Simon. *Studies in functional grammar*. London/New York: Academic Press, 1980.
- DIK, S.C. *The theory of functional grammar*. Dordrecht:Foris Publications, 1989.
- DIK, Simon C. *The theory of functional grammar*. 2 ed. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997. 2v.
- DU BOIS, John. The discourse basis of ergativity. *Language*. 63,4. 805-855, 1987.
- DUARTE, Inês Silva. Descrição e estrutura gramatical do português. MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.
- DUARTE, Inês Silva. Aspectos gramaticais da descrição do português. MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* *Gramática da língua portuguesa*. 3 ed. Lisboa: Caminho, 1989.
- DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira. *A derivação parassintética: uma abordagem sincrônica e diacrônica quanto aos aspectos gramaticais e semânticos*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1990.
- DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira. *A formação de palavras por prefixo em português*. Fortaleza: Edições UFC, 1999.
- DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira. Proposta para uma descrição do verbo quanto à categoria de voz. *Cadernos do CNLF*. Série VIII, ano 14. Rio de Janeiro:UERJ, 2004a.
- DUARTE, P. M. T. Bases Diacrônicas para as relações de causatividade e processualidade em português: a gênese da voz média. *Cadernos do CNLF*, v. VIII, pp. 78-89, 2004b.
- DUCROT, Oswald e CAREL, Marion. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. In: PERRIN, Laurent. *Recherches Linguistiques*, n. 28 (Le sens et ses voix). Metz: Presses Universitaires de Metz, 2006, p. 215-243. Tradução: Leci Borges Barbisan – PUCRS, Porto Alegre, RS. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 7-18, jan./mar. 2008.
- ECO, Umberto. *Kant e o ornitorrinco*. Record, 1998.
- ELIA, Sílvio. *Preparação à lingüística românica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- EVANS, Vyvyan. *The structure of time: language, meaning and temporal cognition*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2004.
- FANT, L. *Estructura informativa em español. – estudio sintáctico y entonativo*. Upsala: Upsala Universitet, 1984.
- FARIA, Ernesto. *Gramática superior de língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.
- FAUCONNIER, Gilles. *Mental spaces*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- FERNANDEZ, Susana Silvia. *La voz pasiva en español: hacia un análisis discursivo*. Romansk Forum XV, Nr. 16 – 2002/2 Oslo 12.-17. august 2002. Skandinaviske romanistkongress, 2002.
- FIGUEIREDO, João Bosco. *Item lexical ser: a trajetória para a afirmação no dialeto de Fortaleza*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza:Universidade Federal do Ceará/Programa de Pós-Graduação em Lingüística, 1999.
- FILLMORE, Charles. The case for case. In: BACH, Emmon & HARMS, Robert T. *Universals in linguistic theory*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1968.
- FILLMORE, Charles. Frame semantics. In: Linguistic Society of Korea (ed). *Linguistics in the Morning Calm*, pp.111-38. Seoul:Hanshin, 1982.
- FLAVELL, J. H., Miller, P. H., & Miller, S. A. *Desenvolvimento cognitivo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

- FRANCHI, Carlos e CANÇADO, Márcia. Reexame da noção de hierarquia temática. *Revista de Estudos da Linguagem*. V.11, No. 2, 2003.
- FRANCO JR., Hila. *A idade média: nascimento do ocidente*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. *A passiva no discurso*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica A passiva no discurso. VOTRE, Sebastião (org) *A língua em uso na fala e na escrita*. Rio de Janeiro. 1991. (mimeog).
- FURTADO DA CUNHA, Angélica. A complexidade da passiva e as implicações pedagógicas de seu uso. *Linguagem e Ensino*. Vol. 3 No.1. pp. 107-116, 2000.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica & COSTA, Marcos Antonio. A interdependência dos componentes sintático, semântico e pragmático. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, pp. 61-70, 2001.
- GAARDEN, Jostein. *O Mundo de Sofia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- GARCÍA-MIGUEL, José Maria. Algunas motivaciones en la tipología de las variaciones de diátesis: sistemas actanciales y polisemia de los morfemas de voz. In SILVA, A. (org): *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Lingüística Cognitiva*. APL/UCP Braga 2001.
- GIVÓN, T. *Transitivity, topicality, and the use impersonal passive*. In HOPPER, Paul J.& THOMPSON, Sandra A (ed) *Syntax and semantics: studies in transitivity*. Vol.15. New York: Academic Press, 1982.
- GIVON, T. Topic continuity in discourse: a introduction in: *Topic continuity in discourse: a quantitative cross-language study*. Ed. T. Givón. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1983.
- GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1984, v.1.
- GIVON, T. The pragmatics of word-order: predictability, importance and attention. In: HAMMOND, Michael; MORAVCSIK, Edith A; WIRTH, Jessica R. (eds) *Studies in syntactic typology*. Amsterdam: Benjamins, 1988.
- GIVON, T. "Isomorphism in the grammatical code: cognitive and biological considerations" in: *Studies in language 15-1*. Philadelphia: J. Benjamins, 1991a
- GIVON, T. Markedness in grammar: distributional, communicative and cognitive correlates of syntactic structure. *Studies in Language*, 15.2. 90-8. Oregon: University of Oregon. 1991b.
- GIVON, T. (1991c) On interpreting text-distributional correlations: some methodological issues. *Studies in Language 15-3*. Oregon: University of Oregon, 1991c.
- GIVON, Talmy. *English grammar: a function-based introduction*. Amsterdam: John Benjamins. v.1, 1993.
- GIVON, Talmy. *Functionalism and grammar*. Philadelphia, J. Benjamins, 1995.
- GIVÓN, T. 1998. *The functional approach to grammar*. In: : TOMASELLO, Michael (ed.). 1998 *The New psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers. pp. 41-66, 1998.
- GIVON, T. *Syntax: an introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001
- GIVON, T. (2002) *Bio-linguistics: the Santa Barbara lectures*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2002.
- GIVON, T. *Context as other minds: the pragmatics of sociality, cognition and communication*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. 2005
- GOLDBERG, Adele E. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago. University of Chicago Press. 1995.
- GÓMEZ-GONZÁLEZ, María Ángeles. *The Theme-Topic Interface: Evidence from English*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.
- GREENFIELD, P. M. & SMITH, J.H. *The Structure of Communication in Early Language Development*. New York: Academic Press, 1976.
- GUIRARDELLO-DAMIAN, Raquel. Classes Verbais e Mudanças de Valência em Trumai. In: Encontro: Ergatividade na Amazônia II, Brasília. Ergatividade na Amazônia II. Paris : Centre d'études des langues

- indígenas d'Amérique/CNRS & Laboratório de Línguas Indígenas/UnB, 2003. pp. 195-214.
- HALLIDAY, M.A.K. Estrutura e função da linguagem in: LYONS, John (org.) *Novos horizontes em lingüística* São Paulo: Cultrix, 1976.
- HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to functional grammar*. Australia: Edward Arnold, 1985.
- HALLIDAY, Michael A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1994.
- HALLIDAY, M.A.K. *Na introduction to functional grammar*. London: Hodder Arnold., 2004.
- HARRÉ, R. & GILLET, G. *A mente discursiva: os avanços na ciência cognitiva*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- HAWAD, Helena Feres. *Tema, Sujeito e Agente: A Voz Passiva Portuguesa em Perspectiva Sistêmico-Funcional*. Tese de Doutorado - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2002.
- HAWAD, Helena Feres. A voz verbal e o fluxo informacional do texto. *D.E.L.T.A.*, 20:1, 2004. pp.97-121.
- HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1991.
- HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo:Perspectiva, 1974.
- HLIBOWICKA-WEGLARZ, Bárbara. Recursos morfológicos de integração aspectual na língua portuguesa. *Acta Universitatis Palackianae Olomucensis*. Romanica VII. Facultas Philosophica Philologica, 71. Lublin, 1998. pp.143-154.
- HOPPER, P. J. e THOMPSON, S. A. Transitividade in grammar and discourse, *Language*, vol. 56. Baltimore, 1980.
- HOPPER, Paul. Aspect and Foregrounding in Discourse. P.213-241. GIVÓN, T. (ed) *Syntax and semantics*. Discourse and Syntax. v.12. New York: Academic Press, 1979.
- HOPPER, Paul J. Emergent grammar. In: TOMASELLO, Michael (ed.). *The New psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1998.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Editora objetiva Ltda/Instituto Antônio Houaiss., 2001.
- HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- HUME, David. *Vida e obra*. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Col. Os Pensadores)
- HUPET, M. & COSTERMANS, J. Um passif: pour quoi faire? (Quinze années de travaux psycholinguistiques). *La linguistique*. Paris: Presses Universitaires de France. 12(2):3-26, 1976.
- IGNÁCIO, Sebastião Expedito. Ação, agentividade e causatividade em estruturas oracionais de ação-processo. *Estudos lingüísticos*. XXXVI(1). Janeiro-abril, 2007. pp. 126-132.
- JESPERSEN, O.. *The Philosophy of grammar*. London, George Allen & Unwin Ltd, 1963.
- JOHNSON, Mark. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination and reason*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- KANT, Emmanuel. *Vida e obra*. São Paulo: Abril Cultural, 2000. (Col. Os Pensadores).
- KEMMER, Suzanne. *The middle voice*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993.
- LABOV, W. The boundaries of words and their meanings. In Bailey. C. and Shuy, R.W. (eds) *New ways of analysing variation in english*. Washington: Georgetown University Press. 1973, 340-73.
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1982.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M.- *Metaphors We Live By*, Chicago, Chicago, 1980.
- LAKOFF, George. *Linguistic gestalts*. Papers from the Thirteenth Regional Meeting. Chicago: Chicago Linguistic Society. 1977, pp. 236-287.

- LAKOFF, George. *Women, fire, and dangerous thing: what categories reveal about the mind*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1987.
- LAKOFF, Goerge e JOHNSON, Mark. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books, 1999.
- LAMBRECHT, Knud. *Information structure and sentence form: topic, focus and the mental representations of referents*. Cambridge: Cambridge Unviersity Press, 1996.
- LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites*. Stanford, California: Stanford University Press. v.1, 1987.
- LANGACKER, Ronald. *Foundations of cognitive grammar*. Descriptive application. Stanford/California: Stanford University Press (1991)
- LANGACKER, Ronald W.. *A course in cognitive grammar*. California: University of California. Preliminary draft. 2000.
- LAPAIRE, Jean-Rémi. The “workshop model” for action and causation. In: SILVA, Augusto Soares da. TORRES, Amadeu. GONÇALVES, Miguel. *Linguagem, cultura e cognição: estudos de lingüística cognitiva*. Braga: Almedina. 2 vols, 2004.
- LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- LEHMANN, Christian. A auxiliarização de *ficar*. In: Pinto de Lima, José & Sieberg, Bernd (eds.), *Questions of language change*. Lisboa: Colibri. 2008. Disponível em http://www.uni-erfurt.de/sprachwissenschaft/personal/lehmann/CL_Publ/
- LEMLE, Miriam. *Análise sintática: teoria geral e descrição do português*. São Paulo: Ática, 1984.
- LIMA, Maria Claudete. *Elementos para um estudo da voz e, em especial, da voz média em português*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999.
- LIMA, Maria Claudete. A voz média no discurso oral do português: uma abordagem funcionalista. In *Revista Philologus*, nº 23, Ano 7, UERJ/CiFEFil, pp. 60-80.
- LIMA, Maria Claudete. Reflexões sobre a medialidade em português. in FIGUEIREDO, O.; SILVA, F. ; RIO-TORTO, G. (eds.) *Estudos em Homenagem de Mário Vilela*, Porto:FLUP, vol. 2, 2005. pp. 545-556.
- LLROCAH, Emilio Alarcos (1981) *Gramática estructural*. Madrid: Editorial Gredos, 1981.
- LOPES, Célia Regina dos Santos. A indeterminação no português arcaico e a pronominalização de nominais: mudança encaixada? In: *V Encontro Internacional de Estudos Medievais da ABREM*, 2003, Salvador. Anais do V Encontro Internacional de Estudos Medievais. Salvador, 2003.
- LOPES, Célia Regina dos Santos.(1999) *A inserção de a gente no quadro pronominal do português: percurso histórico*. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, Mimeo.
- LOPES, Edward. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- LYONS, John. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Nacional, 1979.
- LYONS, John. *Semantics*. vol. 2. Cambridge :Cambridge Univ. Press, 1994.
- MACAMBIRA, José Rebouças. *Estrutura do vernáculo*. Fortaleza: EUFC, 1986.
- MACEDO, Walmirio. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1991.
- MACIEL, Maximino. *Grammatica descriptiva*. São Paulo: Francisco Alves, 1914.
- MALDONADO, Ricardo. *A media voz. Problemas conceptuales del clítico se*. México: UNAM, 1999.
- MARK, DAVIES & Michael J. Ferreira. *Corpus do português*. Brigham Young University/Georgetown University. Disponível em: <http://www.corpusdoportugues.org/>
- MARQUES, Priscilla Mouta. *Aspectos gramaticais e discursivos da ordenação sujeito-verbo no português arcaico*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ., 2008.
- MARTINET, André. *Elementos de lingüística geral*. Lisboa:Sá da Costa, 1973.
- MARTINS, Ana Maria. Construções com se: Mudança e variação no português europeu. In CASTRO, Ivo & DUARTE, Inês (ed). *Razões e Emoção: Miscelânea de estudos em Homenagem a Maria Helena*

- Mateus, Vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. 2003, pp. 163-178.
- MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.
- MATTOS E SILVA, R. V. - Diversidade e Unidade: A Aventura Lingüística do Português. *Revista ICALP*, vol. 11, Março de 1988, pp. 60-72.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto/Centro Editorial e Didático, 2001.
- MAURER JR. Theodoro Henrique. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.
- MEGALE, Heitor. A demanda do Santa Graal: tradição manuscrita e tradição impressa. *Revista Estudos Lingüísticos* (GEL São Paulo) XXXIV, 2005. pp. 135-140.
- MEILLET, Antoine. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Klincksieck, 1965.
- MELO, G. C. de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- MENDES, M. A. *Propriedades Sintáticas e Semânticas de Predicados Verbais com Pluralidade de Sentidos: o caso dos verbos psicológicos*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001.
- MENDES, Amália. Uma análise dos verbos psicológicos com base nos dados de um corpus: regularidade, variação e polissemia verbal in: DUARTE, I. M. *et al.* (org.) *Encontro comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*, Porto, 22-24 de Novembro de 2001, vol. 1, Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto, 2002. pp. 21-34.
- MENUZZI, Sergio. A ordem verbo-sujeito no português do Brasil: algumas abordagens e questões em aberto. *III Congresso Internacional da ABRALIN*, março de 2003.
- MONTEIRO, José Lemos. *Pronomes pessoais*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1994.
- MORAES SILVA, Antonio de [1813]. *Diccionario da língua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacérdina. Fac-símile. 2 vols. 1922.
- MORAIS, Maria da Felicidade Araújo. Textos de tipo narrativo e descritivo: Diferenças tipológicas em posição temática. Comunicação apresentada ao *V Congresso Internacional de Didáctica da Língua e da Literatura*, realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, de 6 a 9 de Outubro de 1998.
- MORAES, Regina Célia Pinheiro de. Junção dos adjetivos resultativos psicológicos – derivados de verbos de mudança de estados psicológicos – com mente na formação de advérbios de modo. In: *Estudos Lingüísticos* XXXV, 2006. pp. 1641-1649.
- MORAIS, M. F. A. *Análise Temática. Contributos para o estudo das diferenças textuais tipológicas*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997.
- NARO, A. J. The Genesis of the Reflexive Impersonal in Portuguese: A study in syntactic change as a surface phenomenon. *Language* 52: 779-811, 1976.
- NARO, A. J. Evidências históricas para uma análise da voz passiva. In: *Anais do III Congresso de Estudos de Lingüística e Literatura*. Rio de Janeiro: Três A; Suam. 1977, p. 119-127.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: s/ed., 1932.
- NAVES, R. R. Considerações sobre a Estrutura Sintática das Construções com Verbos Psicológicos. *Veredas*, Juiz de Fora, MG, v. 4, 2000. p. 61-69.
- NEVES, Maria Helena de Moura (Org.) *Gramática de casos*. Série Encontros. Ano II, nº 1. Araraquara: UNESP. 1987.
- NEVES, Maria Helena Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- NEVES, Maria Helena Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.
- OLIVEIRA SANTOS, Eliéte.. Sobre a historiografia no período arcaico da língua portuguesa. *Inventário*.

- Salvador: UFBA, v. 1, p. 3ª edição, 2004.
- OLIVEIRA, Fernão de. [1536] *Gramática da linguagem portuguesa*. Lisboa: Casa da Moeda, 1975.
- OLIVEIRA, Mariana Fagundes. *A voz passiva portuguesa: um estudo diacrônico*. Dissertação de Mestrado Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005.
- ORSINI, M. T. As construções de tópico no português do Brasil: uma análise sintático-discursiva em tempo real. In: *I Congresso Internacional de Estudos Filológicos e Lingüísticos - VIII Congresso Nacional de Lingüística e Filologia*, 2004, Rio de Janeiro: CiFEEiL, 2004. v. 5. pp.75-85.
- PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. *Língua Barroca: sintaxe e história do português nos 1600*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, IEL, 2004.
- PALMER, F.R. *Grammatical roles and relations*. Cambridge: Cambridge University, 1998.
- PALOMANES RIBEIRO, Roza Maria. *Construções gramaticais: uma análise das resultativas do português com o verbo ficar*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- PENNA, Antonio Gomes. *Percepção e realidade: introdução ao estudo da atividade perceptiva*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- PENSADORES - Descartes (2000)
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Grammatica historica*. São Paulo: Gymnasio do Estado de São Paulo, 1919.
- PERES, João Andrade. *Elementos para uma gramática nova*. Coimbra: Almedina, 1984.
- PEZATTI, Erotilde e CAMACHO, Roberto. Aspectos funcionais da ordem de constituintes. *REVISTA D.E.L.T.A.* v.13 n.2 São Paulo Ago. 1997.
- PEZATTI, Erotilde Goreti. Estrutura argumental e fluxo da informação. In: *KOCH, I.G.V. (org.) Gramática do português falado*. Vol. VI. Campinas: Editora da UNICAMP-FAPESP. 1996. p.275-299.
- PIMENTA-BUENO, Mariza do N. S. *As formas [v+do] em português: um estudo de classes de palavras*. D.E.L.T.A., vol. 2, nº 2, 1986. pp. 207-229.
- POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista*. Salvador: EDUFBA, 2002.
- POINCARÉ Henri, *apud* LESHAN, Lawrence. *O medium, o místico e o físico: por uma teoria geral da paranormalidade*. São Paulo: Summus Editorial, 1994.
- PONTES, Eunice. *O sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática, 1986.
- PONTES, Eunice. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987
- POTTIER, Bernard. *Sémantique générale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.
- POTTIER, Bernard. O conteúdo das vozes em português. In: *Lingüística geral e teoria e descrição*. Rio de Janeiro: Presença: Universidade de Santa Úrsula. Coleção Linguagem, n. 7, 1998.
- PRINCE, E. Toward a taxonomy of given/new information in: P. COLE (ed.) *Radical pragmatics*. New York, 1981.
- PRINCE, Ellen F. The ZPG letter: Subjects, definiteness and information structure. In THOMPSON, S. & WILLIAM, Mann (eds) *Discourse description: diverse linguistic analyses of a fund-raising text*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1992. pp. 295-325.
- RAPOSO, E. e J. URIAGEREKA. Indefinite SE. *Linguistic Inquiry* 14: 749-810, 1996.
- REUHLIN, Maurice. *Introdução à psicologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- RIBEIRO, João. *Grammatica da lingua portugueza*. São Paulo: Francisco Alves, 1908.
- RIBEIRO, Júlio. *Grammatica portugueza*. São Paulo: Miguel Melillo Editor, 1899.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas morfológicas do Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

- ROSCH, Eleanor. On the internal structure of perceptual and semantic categories. In Moore, T.E. (ed) *Cognitive development and the acquisition of language*. New York: Academic Press. 1973, pp. 111-114.
- ROSCH, Eleanor. Universals and cultural specifics in human categorization. In: R. w. Brislin, S.Bochner and W.J. Looner (eds) *Cross-cultural perspectives on learning* New York: John Wiley, 1975. pp. 177-206.
- ROZAS, Victoria Vázquez. Prototypical transitivity revisited. In: SILVA, Augusto Soares da. TORRES, Amadeu. GONÇALVES, Miguel. *Linguagem, cultura e cognição: estudos de lingüística cognitiva*. Braga: Almedina. 2 vols, 2004. pp.651-659.
- SAID ALI, Manuel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- SAID ALI, Manuel. *Dificuldades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1966.
- SANTANA, Liliane. O estatuto informacional dos nomes deverbais. *Estudos Lingüísticos* XXXIV, , 2005. pp. 909-914.
- SARAIVA António José, *História da Cultura em Portugal*. Lisboa, Jornal do Foro, 1950. pp. 463-470.
- SARDINHA, Tony Berber. 2000. Lingüística de Corpus: Histórico e Problemática. *REVISTA D.E.L.T.A.* vol.16 no.2, São Paulo 2000. pp. 323-367.
- SCHER, Ana Paula. *As construções com o verbo leve dar e Nominalizações em -ada no português do Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP/Instituto de Estudos da Linguagem, 2004.
- SILVA, Augusto Soares da. Da semântica da construção à semântica do verbo e vice-versa. In: *Miscelânea de estudos oferecida a Maria Helena Mira Mateus*. Coimbra:FLUL, 2001. Disponível em <<http://www.fl.ul.pt/dlgr/arquivo/mateus/06.ps>>
- SILVA, Augusto Soares. Cultural determinations of causation. In: SILVA, Augusto Soares da. TORRES, Amadeu. GONÇALVES, Miguel. *Linguagem, cultura e cognição: estudos de lingüística cognitiva*. Braga: Almedina. 2 vols, 2004. pp.575-606.
- SILVA, Augusto Soares. Introdução: linguagem, cultura e cognição, ou a Lingüística Cognitiva. In: SILVA, Augusto Soares da. TORRES, Amadeu. GONÇALVES, Miguel (orgs). *Linguagem, cultura e cognição: estudos de lingüística cognitiva*. Braga: Almedina. Vol 1. 2004. pp.1-18.
- SIMÕES, E.Q.; TIEDEMANN, K.B. *Psicologia da percepção*. São Paulo, EPU, 1985.
- SMITH, C. S. *The Parameter of Aspect*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1991.
- SOTO, Guillermo e MUNOZ, Daniel. *Construcciones medias de alta transitividad en espanol: un enfoque cognitivo-discursivo*. Chile: Universidad de Chile, Facultad de Filosofia y Humanidades. 1999.
- SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre. *Relevance: communication and cognition*. 2nd ed. Oxford:Blackwell, 1995.
- TALMY, Leonard. Force Dynamics in Language and Cognition. *Cognitive Science* 12: 49-100, 1988.
- TALMY, Leonard. *Toward a cognitive semantics: concept structuring systems*. Cambridge: MIT Press. v.1, 2000.
- TAYLOR, John R. *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- TAYLOR, John R. *Cognitive grammar*. Oxford: Oxford University Press. 2002.
- TESNIÈRE, Lucien. *Éléments de syntax structurale*. Paris: Editions Klincksieck, 1988.
- THOMPSON, S. A. & HOPPER, P. Transitivity, clause structure, and argument structure: evidence from conversation. In: BYBEE, J & HOPPER, P. (eds.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001. pp. 27-60.
- TOMASELLO, Michael. Introduction: a cognitive-functional perspective on language structure. In: TOMASELLO, Michael (ed.). *The New psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1998.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O aspecto verbal em português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1981.
- VÄÄNÄNEN, Veikko. *Introducción al latín vulgar*. Madrid: Gredos, 1975.

- VAN DIJK, Teun A. *Text and context: explorations in the semantic and pragmatic of discourse*. 2 ed. London: Longman, 1982.
- VAN OOSTEN, Jeanne. Subjects and Agenthood in English. in *Papers of 13^o Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago. 1977, pp. 459-471.
- VARELA, Francisco J. THOMPSON, Evan e ROSCH Eleanor. *A mente incorporada: ciências cognitivas e experiência humana*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- VENDLER, Z. *Linguistics in Philosophy*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1967.
- VENTURA, Carolina Siqueira Muniz e LIMA-LOPES, Rodrigo Esteves de. O Tema: caracterização e realização em português. *DIRECT Papers* 47. São Paulo/Liverpool: LAEL/PUC-SP/AELSU, AELSU, University of Liverpool, 2002.
- VERNON, M. D. Percepção e experiência. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- VESTERINEN, Rainer. *Subordinação adverbial: um estudo cognitivo sobre o infinitivo, o clítico se e as formas verbais finitas no português europeu*. Doctoral Dissertation. Department of Spanish, Portuguese and Latin American studies. Stockholm: Stockholm University, 2006.
- VILELA, Mário. *Gramática de valência: teoria e aplicação*. Coimbra: Almedina, 1992.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram...* 2 ed. Lisboa: s/ed, 1865.
- VON WRIGHT, G. H. *Norm and action*. Nova Iorque: Humanities Press, 1963.
- WALLACE, S. Figure and Ground: The interrelationships of linguistic categories. In: HOPPER, P.J. (ed.) *Tense-Aspect: Between semantics and pragmatics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 1982.
- WEINRICH, Harald. *Estructura y función de los tiempos em el lenguaje*. Madrid: Gredos 1974.
- WHITAKER-FRANCHI, Regina C.M. *As construções ergativas*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IEL/Universidade Estadual de Campinas. 1989.
- WHITE, Peter A. Causal processing: origins and development. *Psychological Bulletin*. Vol.104, No. 1, American Psychological Association, 1988. pp.36-52.
- WILLIAMS, Edwin B. *Do latim ao português*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1961.